

Arquipélago de territórios:
Açores como emergência de
tecnoestruturas geopolíticas
Inês Vieira Rodrigues

D
2025



Arquipélago de territórios:
Açores como emergência de tecnoestruturas
geopolíticas
Inês Vieira Rodrigues



DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Maria Inês Vieira Rodrigues, natural de Tomar, inscrita no **Programa de Doutoramento em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto** com o número de estudante 200603655 declaro, nos termos do disposto na alínea a) do artigo 14.º do Código Ético de Conduta Académica da U.Porto, que o conteúdo da presente **tese**, “Arquipélago de Territórios: Açores como Emergência de Tecnoestruturas Geopolíticas”, orientada pelo Professor Doutor Álvaro António Gomes Domingues e pelo Professor Doutor Manuel Joaquim Soeiro Moreno, reflete as perspetivas, o trabalho de investigação e as minhas interpretações no momento da sua entrega.

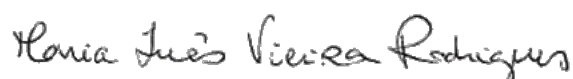
Declaro, ainda, que a presente **tese** de investigação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição.

Mais declaro que todas as referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência.

Não são divulgados na presente **tese** quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor.

Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Assinatura do(a) Autor(a)



Data

2 de fevereiro de 2025

Esta tese obedece ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, conforme estipulado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011.



O trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT-MCTES) cujo financiamento é proveniente do Orçamento de Estado e do orçamento comunitário através do Fundo Social Europeu (FSE-UE), no âmbito da Bolsa de Investigação para Doutoramento 2020.05223.BD.



EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Inês Vieira Rodrigues

ARQUIPÉLAGO DE TERRITÓRIOS

Açores como emergência de
tecnoestruturas geopolíticas

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Arquitectura,
orientada pelo Professor Doutor Álvaro António Gomes Domingues
e pelo Professor Doutor Manuel Joaquim Soeiro Moreno

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

2025

agradecimentos

À equipa de orientação,

a Abílio Guerra, Agostinho Hilário, Alberto Borges, Alexandre Pereira, Amadea Kovič, Amélia Polónia, Ana Salgueiro, Angeliki Kapatza, António Félix Rodrigues, Benedikt Magnusson, Cagri Sanliturk, Carlos Bicudo Ponte, Carlos Ramalho, Cláudia Fontes, Constantino Pereira, David Estrela, Duarte Conde, Elvar Magnússon, Emanuel de Sousa, Eugénio Câmara, Ezequiel Araújo, Fábio Matos, Falli Palaiologou, Fátima Viveiros, Fernando Pereira, Francisco Lopes, Gilberto Carreira, Guðmundur Finnbogason, Halla Helgadóttir, Harpa Pétursdóttir, Heleen Schröder, Helena Rego, Hugo Ferreira, Isabel Reis Vieira, Jenny Stümer, João Botelho, João Brum, João Gonçalves, João Silva, Jola Idowu, Jorge Vieira Rodrigues, José Sousa, Jovito Silva, Laufey Guðmundsdóttir, Lisandra Couto, Lizuarte Brasil, Luís Costa, Luís Gonçalves, Luís Paulo Oliveira, Marco Tavares, Maria Câmara, Marolo Silva, Matilde Silva, Michael Dunn, Nikos Katsikis, Nuno Jerónimo, Nuno Mendes, Nuno Pimentel, Paulo Rego, Paulo Silva, Pedro Fernandes, Pedro Santos, Philip Hayward, Ragnhildur Sverrisdóttir, Ricardo Alves, Robert Schmidt III, Rui Câmara, Rui Goulart, Rui Pedro Costa, Sara Vieira, Simão Lemos, Simon Richards, Sofia Travassos, Sónia Silva, Vera Herold, Víctor Muñoz Sanz, Victor Rezendes, Victoria Page, Virgílio Borges Pereira, Vítor Silva,

e aos revisores anónimos dos artigos científicos publicados.

índice

Resumo	1
Abstract	2
Résumé	3
Introdução: Tecnoestruturas Arquipelágicas	4
<i>Primeira Parte: Território Síncrono</i>	
1 Mitos e Imaginários Políticos	20
2 Das Leis Nascem Territórios	66
3 Televisão ou Revolução	82
4 Natureza Depois da Natureza	102
<i>Segunda Parte: Território Potencial</i>	
5 Geopolíticas Verticais	128
6 Vinculação do Maritório	152
7 A Ilha Espacial	180
<i>Terceira Parte: Território Operativo</i>	
8 Ordem Elétrica	202
9 Oceano de Dados	238
10 Territórios Não Fungíveis	256
Conclusão: O Território Segue a Energia	276
Referências bibliográficas	284
Índice remissivo	314

índice de figuras

Fig. 1.1 - Hartmann Schedel, *Mapa-múndi*, 1493. Fólio das *Crônicas de Nuremberga*, ilustrado por Michael Wolgemut. Fonte: Wikimedia Commons.

https://de.wikipedia.org/wiki/Schedelsche_Weltchronik#/media/Datei:Schedel_weltkarte.jpg

Fig. 1.2 - Thomas Ashe, *Azores, or western Islands*, 1813. Mapa integrado em *History of the Azores, or western Islands; containing an account of the government, laws and religion, the manners, ceremonies, and character of the inhabitants: and demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire*. Fonte: Biblioteca Nacional Digital de Portugal.

<https://purl.pt/17103>

Fig. 1.3 - *The North Atlantic Gyre*. Excerto de *Ocean Currents and Sea Ice from Atlas of World Maps* do Exército dos Estados Unidos, 1943. Fonte: Wikimedia Commons.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:North_Atlantic_Gyre.png#/media/File:North_Atlantic_Gyre.png

Fig. 1.4 - De cima para baixo: arado da Terceira, arado de Santa Maria, arado de São Miguel. Fonte: Oliveira, Galhano e Pereira ([1995] 2020).

Fig. 1.5 - As vizinhas e cunhadas Belmira e Zélia relatam o episódio do roubo do sacrário e o início da pandemia. *Frame* do vídeo da autoria de Rodrigo Gonçalves (02:19), dezembro de 2020, Santa Bárbara, São Miguel.

Fig. 1.6 - Interior de uma casa de palha de chão terreiro, na Vila da Maia, São Miguel, c. 1960.

Fotografia de Laudalino da Ponte Pacheco. Fonte: Instagram do Portugal Rural.

https://www.instagram.com/portugal_rural/

Fig. 1.7 - Desembarque dos terços espanhóis na baía das Mós, ilha Terceira, em 26 e 27 de julho de 1583. Detalhe do fresco de Niccolò Granello [1553-1593], Sala de las Batallas, Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, Madrid, Espanha.

Fonte: Wikimedia Commons.

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Desembarcoislasterceiras.jpg>

Fig. 1.8 e 1.9 - *Frames* retirados do documentário sobre a caça à baleia ao largo das ilhas do Pico e do Faial *Les Hommes de la baleine*, de 1958, realizado por Mario Ruspoli. Fonte: Tumblr da História dos Açores.

<https://historiadosacores.tumblr.com/post/42878336639/1956-ao-largo-da-ilha-do-faial-série-de>

Fig. 1.10 - Diagrama de licenciamento de um bote baleeiro açoriano (Pico), a construir por José Machado Oliveira. Autoria e data desconhecidas. Fonte: Wikimedia Commons.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Bote_baleeiro#/media/Ficheiro:Azorean_whaling_boat.jpg

Fig. 1.11 - Bilhete postal, caça à baleia em São Miguel, sem data. Fotografia de Nóbrega. Arquivo da autora.

Fig. 1.12 - Um dos seis dirigíveis de classe K da Marinha dos Estados Unidos da América que passaram pela Base das Lajes durante o percurso até ao Norte de África, entre 31 de maio e 1 de julho de 1944. Preenchidos com hélio e com mais de 70 metros de comprimento, foram utilizados sobretudo no patrulhamento antissubmarino. Fotografia de autor desconhecido. Fonte: Blog Aterrem em Portugal. https://aterrememportugal.blogspot.com/2013/06/dirigiveis-americanos-nos-acores.html?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAR24xKQieK3p4-2LDikSn14qQmrEN9nQHtLHtIQJpYqoY__nADseGCETFo8_aem_tNmLvP4RZs3fONp7TsrDw

Fig. 1.13 - O aeroporto de Santa Maria nas rotas aéreas do Atlântico. Fotografia de autor desconhecido, sem data. Fonte: Sítio eletrónico da Rádio Renascença.
<https://rr.sapo.pt/extralarge/pais/2018/09/18/ilha-de-santa-maria-ascensao-e-queda-da-pequena-america/124491/>

Fig. 1.14 - Embarcações norte-americanas ao largo do porto de Ponta Delgada durante a Primeira Guerra Mundial. Naval History and Heritage Command, Lorelei Rockwell Collection, UA 558.07.
<https://www.history.navy.mil/our-collections/photography/alphabetical---donations0/r/ua-558-07-lorelei-rockwell-collection-.html>

Fig. 1.15 - Ermida da Mãe de Deus, Ponta Delgada, sem data. Fotografia de autor desconhecido.

Fig. 1.16 - “Bairro dos Americanos”, Vila do Porto, Santa Maria, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 1.17 - Base das Lajes, década de 40. Foto de autor desconhecido. Fonte: Facebook da História dos Açores. <https://www.facebook.com/HistoriaDosAcores>

Fig. 1.18 - Uma estrutura Quonset a ser instalada no 598º Depósito da Base de Engenheiros no Japão, 1947-1948. US Army Corps of Engineers. Fonte: Wikimedia Commons.
https://en.wikipedia.org/wiki/Quonset_hut#/media/File:Quonset_hut_emplacement_in_Japan.jpg

Fig. 1.19 - Revestimento da pista da Base das Lajes com chapas metálicas, 1943. Fotografia de autor desconhecido. Fonte: C.Blog.
<https://cblogazores.blogspot.com/2015/04/base-das-lajes-ingleses-e-americanos-na.html>

Fig. 1.20 - As chapas metálicas reaproveitadas como um portão. São Roque do Pico, ilha do Pico, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 1.21 - Um dos edifícios da antiga Estação de Telemedidas das Flores ou Base Francesa das Flores. Ponta Delgada, ilha das Flores, setembro de 2023.

Fig. 1.22 - Arnold Böcklin, *Isle of the Dead* [*Die Toteninsel*], 1880. Fonte: Wikimedia Commons.
[https://en.wikipedia.org/wiki/Isle_of_the_Dead_\(painting\)#/media/File:Arnold_Böcklin_-_Die_Toteninsel_I_\(Basel,_Kunstmuseum\).jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/Isle_of_the_Dead_(painting)#/media/File:Arnold_Böcklin_-_Die_Toteninsel_I_(Basel,_Kunstmuseum).jpg)

Fig. 1.23 - OMA, *City Plus*, “Rebuild by Design”, 2013. Fonte: Sítio eletrónico da Society+Space.
<https://www.societyandspace.org/articles/the-burden-of-the-present-on-the-concept-of-urbanisation>

Fig. 1.24 - *Freeman Island*, Long Beach, California, USA, 2017. Fotografia de Edward Burtynsky.
<https://www.edwardburtynsky.com/projects/photographs/anthropocene>

Fig. 1.25 - Jan Huygen van Linschoten, *A Cidade de Angra na Ilha de Iesu Xpo da Terceira que esta em 39 graos*, 1595. Fonte: Wikimedia Commons.
https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Terceira_Azores_seen_by_Linschoten.jpg

Fig. 1.26 - “Miscelânea médica, ilustração anatómica mostrando as veias”, autor desconhecido, c. 1292. Fonte: Wikimedia Commons.
https://en.m.wikipedia.org/wiki/File:13th_century_anatomical_illustration.jpg

Fig. 1.27 - Fotografia de um desenho de Le Corbusier, provavelmente de 1956. © FLC/SODRAC, ARCH278546, 156-003-26. Fonte: Canadian Centre for Architecture.
<https://www.cca.qc.ca/en/search/details/collection/object/469916>

2 Das Leis Nascem Territórios

Fig. 2.1 - “Mapa da ilha de São Miguel, extrato do levantamento do capitão Vidal”. In *The Azores or Western Islands: a political, commercial and geographical account*, Walter Frederick Walker, 1886. Biblioteca Nacional Digital. <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/records/item/68072-the-azores-or-western-islands>

Fig. 2.2 - Em 3 de fevereiro de 1894, a Filarmónica Progresso do Norte, de Rabo de Peixe, executou pela primeira vez em público o “Hino Popular da Autonomia dos Açores”. Letra de António Tavares Torres e música de Joaquim de Lima. Fonte: Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA). <https://www.alra.pt/index.php/autonomia/autonomia2/214-3-de-fevereiro-de-1894>

Fig. 2.3 - “Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores”, decretado em 30 de abril de 1976. Decreto-Lei n.º 318-B/76. Diário da República, I Série, nº 102. Fonte: Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA). <https://www.alra.pt/index.php/autonomia/autonomia2/179-30-de-abril-de-1976-decretado-o-estatuto-provisorio-da-regiao-autonoma-dos-acoers>

Fig. 2.4 - Império do Divino Espírito Santo, ilha Graciosa, agosto de 2021. Fotografia da autora.

Fig. 2.5 - Império do Divino Espírito Santo, ilha do Pico, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 2.6 - Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres, Ponta Delgada, ilha de São Miguel, c. 1890. Fotografia de António José Raposo (Photographia Artistica). Instituto Cultural de Ponta Delgada. Código de referência: CPD/Coleção Fotográfica Digital: PT/ICPD/CFD.00024. <https://www.icpd.pt/arquivo/ver.php?id=33>

Fig. 2.7 - Quarto em Rabo de Peixe, ilha de São Miguel, agosto de 2012. Fotografia da autora.

3 Televisão ou Revolução

Fig. 3.1 - *Frame* do vídeo “História da RTP Açores”, transmitido a 8 de outubro de 1995, que mostra os bastidores de um noticiário televisivo em 1975. RTP. Fonte: RTP Arquivos. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/historia-da-rtp-acoers/>

Fig. 3.2 - A primeira estação de televisão militar ultramarina, que foi também a primeira estação de televisão em Portugal, transmitiu em direto da Base Aérea das Lajes, em 1954. Fotografia de autor desconhecido. Fonte: Sítio eletrónico da United States Army Europe and Africa. <https://www.usafe.af.mil/News/Photos/igphoto/2000191431/>

Fig. 3.3 - Primeira página do jornal *Açoriano Oriental*, 5 de julho de 1975. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

Fig. 3.4 - Recorte de jornal a anunciar emissões de rádio da Frente de Libertação dos Açores na Ilha Terceira, agosto de 1975. Jornal desconhecido. Fonte: Facebook da História dos Açores. <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1275563272548522&set=a.4136989703072517>

Fig. 3.5 - Inauguração da Estação Terrena de Satélites, ilha de São Miguel, dezembro de 1977. Fotografia de Nóbrega. Fonte: arquivo de Paulo Rego.

Fig. 3.6 - Inauguração da Estação de Satélites em Angra do Heroísmo, ilha Terceira, 1990. Fotografia de autor desconhecido. Fonte: arquivo de Paulo Rego.

Fig. 3.7 - Estação Terrena de Satélites, antena da Marconi, ilha de São Miguel, julho de 2021. Fotografia da autora.

Fig. 3.8 - Estação Terrena de Satélites, ilha de São Miguel, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 3.9 - Instalação da Estação de Satélites da ilha das Flores, 1999. Fotografia de autor desconhecido. Fonte: arquivo de Paulo Rego.

Fig. 3.10 - Sala em Rabo de Peixe, ilha de São Miguel, agosto de 2012. Fotografia da autora.

4 Natureza Depois da Natureza

Fig. 4.1 - Bilhete postal, Faial, sem data. Fotografia de Jovial. Arquivo da autora.

Fig. 4.2 - Primeira página do primeiro jornal agrícola do país, *O Agricultor Michaelense*, janeiro de 1848. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

Fig. 4.3 e Fig. 4.4 - Sistemas de ordenha móvel, ilha de São Miguel, setembro de 2022. Fotografias de Sofia Travassos.

Fig. 4.5 - Sistema de ordenha móvel, ilha do Faial, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 4.6 - Sala de ordenha fixa, ilha de São Miguel, julho de 2018. Fotografia de João Gonçalves.

Fig. 4.7 - Sistemas de produção de carne, ilha de São Miguel. Produção da autora. Fonte: Bisex – Consultoria, Gestão e Execução de Projetos & AgroGes – Estudos e Projetos (2021).

Fig. 4.8 - Criação de animais, ilha de São Miguel. Produção da autora. Fonte: Bisex – Consultoria, Gestão e Execução de Projetos & AgroGes – Estudos e Projetos (2021).

Fig. 4.9 - Imagem de satélite da exploração leiteira. Produção da autora. Fonte: Google Earth.

Fig. 4.10 - Vacaria, ilha de São Miguel, agosto de 2022. Fotografia da autora.

Fig. 4.11 - Sala de ordenha fixa, ilha de São Miguel, agosto de 2022. Fotografia da autora.

Fig. 4.12 - Imagem de satélite da exploração de bovinos. Produção da autora. Fonte: Google Earth.

Fig. 4.13 - Gado bovino, ilha de São Miguel, agosto de 2022. Fotografia da autora.

Fig. 4.14 - Vitelos em caixas de madeira, ilha de São Miguel, agosto de 2022. Fotografia da autora.

Fig. 4.15 - Parque de gado, ilha de São Miguel, agosto de 2022. Fotografia da autora.

Fig. 4.16 - A vaca na sala, ilha de São Miguel, agosto de 2022. Fotografia da autora.

Fig. 4.17 - Origem das emissões de azoto no estrume produzido por tipo de animal em Portugal, em 2019. Produção da autora. Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

Fig. 4.18 - Emissões de metano provenientes da fermentação entérica por espécie animal em Portugal, em 2019. Produção da autora. Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente.

5 Geopolíticas Verticais

Fig. 5.1 - Robert Fludd, representação do pré-universo sem forma, 1617. Biblioteca Estatal de Berlim, A 4917. Fonte: Wikimedia Commons.

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Robert_Fludd_1617.jpg#

Fig. 5.2 - Frei Otto e Kenzo Tange, *Artic City*, 1971. Fonte: Sítio eletrónico da Socks.

<https://socks-studio.com/2015/10/03/the-artic-city-a-project-by-frei-otto-and-kenzo-tange/>

Fig. 5.3 - Constelação de satélites *Starlink*, da SpaceX, vista a partir da Fajã de Baixo, ilha de São Miguel, setembro de 2023. Fotografia de André Amorim.

Fig. 5.4 - Autor desconhecido, *O Planisfério de Cantino*, 1502. Biblioteca Estense Universitaria. Fonte: Wikimedia Commons.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Planisfério_de_Cantino#/media/Ficheiro:Cantino_planisphere_\(1502\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Planisfério_de_Cantino#/media/Ficheiro:Cantino_planisphere_(1502).jpg)

Fig. 5.5 - Superstudio, *Atti Fondamentali. Vita - Supersuperficie. Pulizie di primavera*, 1971. Litografia. Fondazione MAXXI. Fonte: Sítio eletrónico da e-flux.

<https://www.e-flux.com/announcements/47775/superstudiosuperstudio-50/>

Fig. 5.6 - “Nuvens de ondas em forma de navio induzidas pelos Açores”, NASA, 2013. Fonte: Sítio eletrónico da Visible Earth. <https://www.visibleearth.nasa.gov/images/125341/ship-wave-shape-wave-clouds-induced-by-the-azores>

Fig. 5.7 - Folha de rosto do *Rapport sur l'établissement projeté du Service Météorologique International des Açores*, 1900. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

Fig. 5.8 - Avião de reconhecimento meteorológico Lockheed WP-3A Orion do Esquadrão 4 de Alerta Aéreo Antecipado (VW-4) “Hurricane Hunters”, junho de 1971. Marinha dos Estados Unidos da América. Fonte: Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lockheed_WP-3A_Hurricane_Hunter_of_VW-4_in_flight_in_June_1971.jpg

Fig. 5.9 - O furacão Carla com o seu olho visível no radar WSR 57 de Galveston, setembro de 1961. Fonte: Sítio eletrónico da The Atlantic. <https://www.theatlantic.com/technology/archive/2012/10/dan-rather-showed-the-first-radar-image-of-a-hurricane-on-tv/264246/>

Fig. 5.10 - Captura de ecrã do telemóvel, aplicação “meteorologia”, Madalena, ilha do Pico, outubro de 2023. Telemóvel da autora.

Fig. 5.11 - Desenho que integra a narrativa da excursão de balão de Thomas Baldwin, *Airopaidia*, 1786. Fonte: Sítio eletrónico da The Public Domain Review.

<https://publicdomainreview.org/collection/airopaidia-1786-the-narrative-of-a-balloon-excursion/>

6 Vinculação do Maritório

Fig. 6.1 - Piero della Francesca, *Flagellazione di Cristo*, c. 1444-1470. Galleria Nazionale delle Marche. Fonte: Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Piero,_flagellazione_11.jpg

Fig. 6.2 - Francisco Goya, *Saturno devorando a su hijo*, 1819 - 1823. Museo del Prado, P000763. Fonte: Wikimedia Commons. [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Francisco_de_Goya,_Saturno_devorando_a_su_hijo_\(1819-1823\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Francisco_de_Goya,_Saturno_devorando_a_su_hijo_(1819-1823).jpg)

Fig. 6.3 - Critérios para a definição do limite exterior da plataforma continental (ou bordo exterior da margem continental) e para a Proposta de Extensão da Plataforma Continental. Produção da autora. Fonte: Sítio Eletrónico da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental. <https://www.emepc.pt/projeto-pepc-os-criterios>

Fig. 6.4 - Proposta de Extensão da Plataforma Continental. Produção da autora. Fonte: Sítio Eletrónico do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores. <https://geoportal.mar.azores.gov.pt/#/>

Fig. 6.5 - Algumas zonas marítimas do arquipélago dos Açores (águas marinhas interiores, mar territorial e Zona Contígua). Produção da autora. Fonte: Sítio Eletrónico do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores. <https://geoportal.mar.azores.gov.pt/#/>

Fig. 6.6 - Henry Holiday, ilustração para *The Hunting of the Snark*, de Lewis Carroll, 1876. Fonte: Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lewis_Carroll_-_Henry_Holiday_-_Hunting_of_the_Snark_-_Plate_4.jpg
Poema disponível no sítio eletrónico da Poetry Foundation: <https://www.poetryfoundation.org/poems/43909/the-hunting-of-the-snark>

Fig. 6.7 - Haus-Rucker-Co, *Stück Natur (Piece of Nature)*, 1973. Vidro, musgo, areia, plástico, papel e cânhamo. MoMA, 381.2009. Fonte: Sítio eletrónico do MoMA. <https://www.moma.org/collection/works/126844>

Fig. 6.8 - Projeção de Athelstan Frederick Spilhaus que representa a ligação das massas de água do oceano, 1942. Fonte: Sítio Eletrónico da Medium. <https://alpoma.medium.com/10-really-amazing-maps-7d9621bc0071>

Fig. 6.9 - *The Formigas Rocks (Azores)*, 1849. Ilustração alegadamente de Alexander Findlay, incluída em Vidal, A. (1849), "The Formigas Bank, near Santa Maria (Azores)". *The Journal of the Royal Geographical Society of London*. Fonte: Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Formigas_1849_map.png

Fig. 6.10 - Vulcão da ilha do Faial, c. 1958. Fotografia de autor desconhecido. Fonte: Tumblr da História dos Açores. <https://historiadosacores.tumblr.com/post/22187815296/o-vulcão-dos-capelinhos>

Fig. 6.11 - Lopo Homem, *Atlas Miller*, c. 1519. Bibliothèque nationale de France, GED-26179(RES). Fonte: Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MillerAtlas_-_Feuille_1_r°_Hémisphère_portugais.jpg

7 A Ilha Espacial

Fig. 7.1 - Rick Guidice, *External view of a Bernal sphere*, 1979. NASA. Fonte: Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:External_view_of_a_Bernal_sphere.jpg#mw-jump-to-license

Fig. 7.2 - Vila do Porto, ilha de Santa Maria, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 7.3 - Teleporto de Santa Maria, freguesia de São Pedro, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 7.4 - Jan Matejko, *Astronomer Copernicus, or Conversations with God*, 1872. Museu Uniwersytetu Jagiellońskiego. Fonte: Wikimedia Commons. https://en.wikipedia.org/wiki/File:Jan_Matejko-Astronomer_Copernicus-Conversation_with_God.jpg

Fig. 7.5 - The March of Intellect, “Lord how this world improves as we grow older”, Paul Pry (pseudónimo de William Heath), 1829. Penn-Gaskell Collection, 1950-303/13. Fonte: Sítio eletrónico do Science Museum. <https://collection.sciencemuseumgroup.org.uk/objects/co67546/the-march-of-intellect-lord-how-this-world-improves-as-we-grow-older>

Fig. 7.6 - Radar localizado em Santa Maria, em funcionamento desde junho de 2023. Produção da autora. Fonte: Sítio Eletrónico do LeoLabs. <https://platform.leolabs.space/visualization>

Fig. 7.7 - Irmãos de Limbourg, *Très Riches Heures du duc de Berry*, fólio 64, verso: “La Chute des anges rebelles”, c. 1411-1416. Fonte: Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Frères_Limbourg_-_Très_Riches_Heures_du_duc_de_Berry_-_chute_des_anges_rebelles_-_Google_Art_Project.jpg?uselang=fr

Fig. 7.8 - Paul Klee, *Angelus Novus*, 1920. Museu de Israel. Fonte: Wikimedia Commons. <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Klee-angelus-novus.jpg>

8 Ordem Elétrica

Fig. 8.1 - John Linnell, *Landscape (The Windmill)*, 1844-5. Tinta a óleo sobre tela. Museu Tate. Fonte: Sítio eletrónico do Tate. <https://www.tate-images.com/preview.asp?image=N00439>

Fig. 8.2 - Central Termoelétrica da ilha do Pico, São Roque do Pico, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.3 - Rem Koolhaas e Madelon Vriesendorp, *The City of the Captive Globe*, 1972. The Howard Gilman Foundation, 1206.2000, guache e grafite sobre papel. MoMA. Fonte: Sítio eletrónico do MoMA. <https://www.moma.org/collection/works/104696>

Fig. 8.4 - Le Corbusier, “Le terrain artificiel”, *La ville radieuse*, 1933. FLC/ADAGP. Fonte: Lopez, F. (2013). Le réseau énergétique en projet. *Les Cahiers de la recherche architecturale et urbaine*, (28). <https://doi.org/10.4000/crau.493>

Fig. 8.5 - Sala de comando da Central Geotérmica do Pico Vermelho, ilha de São Miguel, novembro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.6 - Central Geotérmica do Pico Alto, ilha Terceira, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.7 - Sala de comando da Central Termoelétrica da ilha das Flores, setembro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.8 - Um dos grupos geradores da Central Termoelétrica do Belo Jardim, ilha Terceira, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.9 - Central Termoelétrica da ilha do Pico, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.10 - Central Termoelétrica do Aeroporto, ilha de Santa Maria, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.11 - “Bunker”, TERAMB - Central de Tratamento e de Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.12 - Central Hidroelétrica da Fajã Redonda, ilha de São Miguel, novembro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.13 - Vestígios da Central Piloto de Energia de Ondas do Pico, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.14 - Parque fotovoltaico Pão de Açúcar, ilha do Corvo, setembro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.15 - Parque Eólico do Salão, ilha do Faial, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.16 - Interior de um aerogerador do Parque Eólico do Salão, ilha do Faial, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.17 - Baterias do Sistema BESS, ilha Terceira, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.18 - Central Geotérmica do Pico Vermelho, ilha de São Miguel, novembro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 8.19 - Rede de distribuição e centrais de produção de eletricidade, ilha de São Jorge. Produção da autora. Fonte: Sítio Eletrónico da EDA. <https://www.eda.pt/EDA/DocsDistribuicao/CARE%202023.pdf>

Fig. 8.20 - Parque Eólico dos Graminhais, ilha de São Miguel, novembro de 2023. Fotografia da autora.

9 Oceano de Dados

Fig. 9.1 - C. v. Hoven, *Carte générale des grandes communications télégraphiques du monde dressée d'après des documents officiels par le Bureau International des Administrations Télégraphiques*, 1903. Kartographische Anstalt LIPS, Berna. Fonte: Wikimedia Commons. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Carte_générale_des_grandes_communications_télégraphiques_du_monde.jpg?uselang=fr

Fig. 9.2 - “Atlantic Ocean. Longitudinal temperature section. Bermuda to the Azores and Madeira”, 1885 In Thomson, C. W., Murray, J. (1885). *The Voyage of H.M.S. Challenger 1873-1876. Narrative Vol. I. First Part. Chapter V*. Johnson Reprint Corporation. Fonte: Sítio eletrónico Archimer. <https://archimer.ifremer.fr/doc/00000/4754/>

Fig. 9.3 - Francisco de Arruda Furtado, Desenho das “estações de sondagem e exploração dos fundos oceânicos na região dos Açores” da expedição do HMS *Challenger* (1872-1876). Coleção do Museu de História Natural e da Ciência – AHMUL/FAF/A/03/0097. Fonte: Tavares (2017, p. 109).

Fig. 9.4 - “Canary I.ds to St. Thomas I., St. Thomas I. to Bermuda, Bermuda to Azores, Azores to Madeira, and Madeira to C. Verde I.ds, February to July, 1873, also towards England from the C. Verde I.ds, April and May 1876”, 1885. In Thomson, C. W., Murray, J. (1885). *The Voyage of H.M.S. Challenger 1873-1876. Narrative Vol. I. First Part. Chapter IV*. Johnson Reprint Corporation. Fonte: Sítio eletrónico Archimer. <https://archimer.ifremer.fr/doc/00000/4752/>

Fig. 9.5 - Instalação do primeiro cabo submarino na praia da Conceição, ilha do Faial, 1893. Fotografia de autor desconhecido. Fonte: Tumblr da História dos Açores. <https://historiadosacores.tumblr.com/post/24079681860/entre-26-de-maio-a-28-de-agosto-de-1900-cidade-da>

Fig. 9.6 - “Rede Telegraphica nas ilhas Fayal, Pico, S. Jorge, Terceira e Graciosa”, 1895. Autor desconhecido. Fonte: Blog História das Transmissões Militares.
https://historiadastransmissoes.wordpress.com/2012/10/29/o-inicio-da-telegrafia-electrica-nos-acores/?fbclid=IwZXh0bgNhZW0CMTAAAR2fda7eIIISzVsbaQQRZUXmEMvf8Y0LCP9eVWFRf92aKtYQ1rYNdEO3ahN4_aem_PxqG5P2Z_LCfZVIAydxhrg

Fig. 9.7 - Marie Tharp e Bruce Heezen, *Physiographic Diagram of the Atlantic Ocean*, 1957. Marie Tharp Maps, Regenstein Library: G9101.C2 1957 H.4. Fonte: Sítio eletrónico da UChicago Library.
<https://www.lib.uchicago.edu/collex/exhibits/marie-tharp-pioneering-oceanographer/1957-atlantic-ocean-map/>

Fig. 9.8 - Um dos pontos de acesso ao cabo, segundo informação obtida. Santa Cruz das Flores, setembro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 9.9 - “Casa do Fio”, Canto da Areia, Ribeirinha, ilha do Pico, outubro de 2023. Fotografia da autora.

10 Territórios Não Fungíveis

Fig. 10.1 - Pedreira de basalto. “Excursão ao Território Tecnológico”, visita orientada pela autora no âmbito da 10ª Edição do Festival de Artes Walk&Talk, 24 de julho de 2021. Fotografia de Mariana Lopes.

Fig. 10.2 - Pedreira de basalto, Ribeira Grande, ilha de São Miguel, julho de 2021. Fotografia da autora.

Fig. 10.3 - Pedreira de basalto, Ribeira Grande, ilha de São Miguel, julho de 2021. Fotografia da autora.

Fig. 10.4 - Pedreira de basalto, Ribeira Grande, ilha de São Miguel, julho de 2021. Fotografia da autora.

Fig. 10.5 - Pedreira de basalto, Ribeira Grande, ilha de São Miguel, julho de 2021. Fotografia da autora.

Fig. 10.6 e 10.7 - Basalto, ilha de São Miguel. SIARAM.
<https://siaram.azores.gov.pt/vulcanismo/rochas/10-Basalto/5-Basalto-SaoMiguel/1.html>

Fig. 10.8 - Instalações da TERAMB, ilha Terceira, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 10.9 - Aterro Intermunicipal da Ilha do Pico, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 10.10 - Interior do forno, instalações da TERAMB, ilha Terceira, outubro de 2023. Fotografia da autora.

Fig. 10.11 - Exterior do forno, instalações da TERAMB, ilha Terceira, outubro de 2023. Fotografia da autora.

abreviaturas

AMP	Áreas Marinhas Protegidas
ANP/WWF	Associação Natureza Portugal/ World Wide Fund for Nature
BESS	Battery Energy Storage System
BP	British Petroleum
CAM	Continente Açores Madeira
CE	Comissão Europeia
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
EDA	Eletricidade dos Açores
EDF	Electricité de France
EPC	Extensão da Plataforma Continental
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases com efeito de estufa
GPS	Global Positioning System
IF	Índice de fuel
IP	Infraestruturas de Portugal
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
OEM	Ordenamento do Espaço Marítimo
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PAE	Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
RAA	Região Autónoma dos Açores
Região	referente à Região Autónoma dos Açores
SGA	Sistema Geotérmico Aprimorado
SIGMAR	Sistema de Informação Geográfica aplicado ao mar
SMART	Science Monitoring and Reliable Telecommunications
TUPEM	Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo
UE	União Europeia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ZEE	Zona Económica Exclusiva

unidades de medida

°C	grau Celsius
eur/ton	euro por tonelada
Gbps	gigabit por segundo
ha	hectare
hab./km ²	habitante por quilómetro quadrado
km	quilómetro
km ²	quilómetro quadrado
kV	quilovolt
kW	quilowatt
kWh	quilowatt-hora
m	metro
m ²	metro quadrado
m ³	metro cúbico
MW	megawatt
MWh	megawatt-hora
MWp	megawatt-pico
MVA	megavolt-ampere
PB	petabyte
Tbps	terabit por segundo

Resumo

O conceito de “território” é, nos estudos contemporâneos, frequentemente associado a uma área, remetendo para formulações maioritariamente estáticas. Contudo, como discurso e como prática, o território opera através de um conjunto de instrumentos e de tecnologias políticas que requerem uma reavaliação. A proposta de análise dos Açores implica a sua problematização como objeto, alvo de representações particulares, díspares e poliédricas, já que descritíveis do ponto de vista político, geográfico, histórico, jurídico, arquitetónico, urbanístico, cultural e mediático. Todas intersectam a lente metodológica que privilegia os instrumentos tecnológicos e técnicos. É objetivo desta investigação compreender como é que, a partir da definição de ilha, enquanto porção de terra rodeada por água, e de arquipélago, enquanto aglomerado de ilhas, se estabelecem formas paradigmáticas de produção territorial, matriciais nas (re)produções sociais e identitárias, onde a terra, a água e o ar se *con-fundem* e *en-formam*, produzindo territorialidades. Essencialmente, estabelece-se um compromisso com o tempo presente, com recurso a recuos estratégicos. Os cortes teóricos apresentados enfatizam eventos que estão “no meio das coisas”: *in media res*, assim se cria um arquipélago.

Palavras-chave: Ilhas; Fronteiras; Política; Tecnologia; Energia; Média.

Abstract

In contemporary studies, the concept of “territory” is often associated with an area, referring to mostly static formulations. However, as a discourse and as a practice, territory operates through a set of instruments and political technologies that require re-evaluation. The proposed analysis of the Azores implies problematizing it as an object, the target of particular, disparate and polyhedral representations, since they can be described from a political, geographical, historical, legal, architectural, urbanistic, cultural and mediatic point of view. They all intersect the methodological lens that favors technological and technical instruments. The aim of this research is to understand how, based on the definition of island, as a portion of land surrounded by water, and archipelago, as an agglomeration of islands, paradigmatic forms of territorial production are established, which are central to social and identity (re)productions, where land, water and air *merge* and *form*, producing territorialities. Essentially, it establishes a commitment to the present time, using strategic retreats. The theoretical cuts presented emphasize events that are “in the middle of things”: *in media res*, thus creating an archipelago.

Keywords: Islands; Borders; Politics; Technology; Energy; Media.

Résumé

Dans les études contemporaines, le concept de “territoire” est souvent associé à une zone, renvoyant à des formulations généralement statiques. Cependant, en tant que discours et en tant que pratique, le territoire opère à travers un ensemble d’instruments et de technologies politiques qui nécessitent une réévaluation. La proposition d’analyser les Açores implique de le problématiser en tant qu’objet, cible de représentations particulières, disparates et polyédriques, puisqu’elles peuvent être décrites d’un point de vue politique, géographique, historique, juridique, architectural, urbanistique, culturel et médiatique. Toutes croisent le prisme méthodologique qui privilégie les instruments technologiques et techniques. L’objectif de cette recherche est de comprendre comment, à partir de la définition d’une île, en tant que portion de terre entourée d’eau, et d’un archipel, en tant qu’agglomération d’îles, des formes paradigmatiques de production territoriale sont établies, qui sont au cœur des (re)productions sociales et identitaires, où la terre, l’eau et l’air *fusionnent* et se *forment*, produisant des territorialités. Il s’agit essentiellement d’un engagement à l’égard du temps présent, en recourant à des reculs stratégiques. Les coupes théoriques présentées mettent l’accent sur des événements qui sont “au milieu des choses”: *in media res*, créant ainsi un archipel.

Mots-clés: Îles; Frontières; Politique; Technologie; Énergie; Médias.

introdução

tecnóestruturas arquipelágicas

O arquipélago pode ser definido como a articulação de porções de terra unidas por aquilo que as separa. Consequentemente, é ininteligível sem as ilhas. No caso dos Açores, a individualidade de cada uma é frequentemente velada na percepção de um conjunto uno e homogêneo, como ilustram as ideias de que a experiência de todas as ilhas é comum entre açorianos e de que existe um sotaque “açoriano” (quando normalmente se faz referência à pronúncia micalense). Ora, como é que se chegou a esta noção de uniformidade social? De modo subsequente, como é que se criou o pressuposto partilhado sobre a unidade do território? Por outras palavras, como é que se chegou a determinado modo de arranjo territorial, subordinado à construção de um sentido de comunidade? A ideia de comunidade pressupõe a existência de coesão e consenso, apenas possibilitada por uma dimensão instituinte.

Em termos essenciais, importa questionar a arquitetura do território¹. Os Açores existem como objeto resultante de um caleidoscópio de produções de sentido. Arquitetar o arquipélago passa por imaginá-lo, atribuir-lhe conceitos e conferir-lhe materialidades. A técnica poética da criação dos Açores, enquanto ação seminal, remonta aos primeiros mitos e relatos conhecidos, onde se destaca o papel de Frutuoso ([1586-1590] 1998a, 1998b, 1998c), perdurando nos dias de hoje com a correlação do arquipélago à “natureza” no estado telúrico. A arquitetura do território corresponde, assim, ao percurso em direção à coerência da sua construção. “Fazer projeto” e “fazer arquipélago” sobrepõem-se, na medida em que ambos decidem os sistemas que os regem. Os modos de união de um conjunto de fragmentos dispostos no imenso mar oceano são simultaneamente diversos, instáveis e cristalizadores. O deslocamento do interesse para o processo de conceção dos Açores importa tanto quanto o entendimento da utilidade geopolítica que se lhe associa no tempo presente. Portanto, o arquipélago é um projeto.

A arquitetura é o campo epistemológico régio para pensar a (des)construção da espacialidade e da sua ordem, conseguindo comportar no seu seio o ressurgimento de categorias negligenciadas, a crítica de conceitos aparentemente aceites de um modo amplo ou de convivência antagónica: distância/proximidade; ilha/continente; humano/não-humano; isolado/conectado; profundidade/superficialidade; terra/água; terra/ar. Neste sentido, considera-se frutífero o deslocamento entre as figuras da ilha e do arquipélago, numa inscrição na teoria do urbanismo que enfatiza o fragmentário e o efémero, a erosão de formas fixas e de limites claros.

A ilha é simultaneamente “terra rodeada e isolada por água” e “o momento em que terra e água se misturam” (Daou & Pérez-Ramos, 2016, p. 9). Se a “ilha perdida”² ou o “continente perdido” pertencem a imaginários antigos, as novas condições morfológicas e climáticas confrontam a ilha com questões emergentes de permanência ou de efemeridade. Numa análise que questiona as fronteiras físicas e simbólicas, sugere-se uma abordagem territorial da sociedade, partindo da condição insular.

Esta tese procurará responder às questões supramencionadas que, por sua vez, convergem na seguinte pergunta matricial: o que é o território açoriano? O termo “território” é frequentemente usado para referir porções de terra reivindicadas por um Estado ou uma Região, uma “pátria” associada a uma parcela terrestre ou, ainda, grupos que procuram autodeterminação (Elden, 2013b, 2019a; Storey, 2022). Contudo, a delimitação de *algo* não é suficiente para a génese da sua condição de território, dado que “nem todos os territórios são espaços delimitados; e nem todos os espaços delimitados são territórios” (Elden, 2019b). Ainda assim, o conceito de território é dos mais consequentes na sua performatividade: em 1949, o Tribunal Internacional de Justiça acentuou o respeito pela soberania territorial dos Estados como um dos fundamentos primários das relações internacionais. O território, enquanto um dos elementos constitutivos do Estado, é definido como “um pressuposto material do exercício válido, efetivo e exclusivo da soberania, funcionando como condição da independência política relativamente a outros Estados e da autonomia da independência económica” (Jerónimo, 2009, p. 4).

1 Numa inversão do título *Território da arquitetura* (Gregotti, [1972] 1978). Em sentido lato, a criação fundamentada – de um edifício, de um sistema político ou de uma teoria – envolve uma *arkhé*, uma estrutura, i.e., uma arquitetura. A arquitetura é, por vocação, depuradora das estruturas materiais e conceptuais, fazendo emergir os processos como uma espécie de desconstrução.

2 Durante a Idade Média, em Portugal, “ilha perdida” designava “cada uma das ilhas não identificadas mas com existência tida por certa” (Nova Enciclopédia Larousse, 1997b, p. 3683).

Em suma, os territórios são frequentemente entendidos como “cenários espaciais onde os processos sociais ocorrem” (Paasi, 2022, p. 66). No fundo, parece subsistir algum conforto em separá-los de qualquer “influência”. Ainda que “território” consista num conceito central da arquitetura, do urbanismo e da geografia, a tendência tem sido a da acrisia: de um modo geral, a sua utilização não o põe em causa. De modo fundamental, é um conceito aparentemente imutável e empregue de uma forma maioritariamente descritiva (Elden, 2013b, 2019a; Storey, 2022). Esta imunidade conceptual revela-se problemática por equivaler o “território” ao nível de uma unidade autoestruturada. Agnew (2022) referiu-se à “armadilha territorial” (*territorial trap*) enquanto aceitação acrítica dos mapas dos Estados, em particular no âmbito da teoria das relações internacionais. Por conseguinte, os Estados tornam-se nos objetos principais de análise e descarta-se o estudo da natureza dos arranjos político-territoriais.

No livro *Où atterrir? Comment s’orienter en politique*³, Latour (2017) sugeriu a expressão “*terrain de vie*” em vez de “território” por este último ser “demasiadas vezes reduzido à simples grelha administrativa do Estado” (capítulo 18). Se, por um lado, esta formulação de Latour sublinhou uma das dificuldades na utilização do termo “território”, por outro, acabou por não rebater essa mesma dificuldade ao contorná-la com uma expressão alternativa. Adicionalmente, a classificação do território como algo “instável” (Eldar, Kofsky & Maor, 2023, p. 189, p. 192) é particularmente comum entre arquitetos. Conforme refere Domingues (2021), este tipo de caracterização denuncia a inexistência de códigos para o interpretar. A presumível ausência de firmeza territorial desvela, por isso, a qualidade que mais interessa sublinhar nesta tese: a da sua produção, no sentido de Lefebvre (1974 [2023]). Apesar de Lefebvre não dedicar a sua teoria à problematização explícita da noção de “território” – como faz com a ideia de “espaço” – Brenner e Elden (2009) consideram que a leitura das suas obras aponta para um imbricamento inequívoco entre os dois termos. Em última instância, o conceito de produção do espaço e o de produção do território intersectam-se por serem mutuamente constitutivos. Tal como o espaço, o território é simultaneamente produtor e produto, compreendendo “um conjunto de relações” económicas e sociais (Lefebvre, 1974 [2023], p. xx). Adicionalmente, essas relações são também políticas, culturais, mediáticas, técnicas, tecnológicas e estéticas (experimentadas).

Elden (2019a) destacou a utilização profícua do termo “território” em detrimento da expressão “territorialidade”, uma vez que o primeiro é simultaneamente abrangente como questão política (logo, estratégico, económico, jurídico e técnico) e específico no seu desenvolvimento (geográfico, histórico e conceptual). Por sua vez, considerou o termo “territorialidade” menos vantajoso por ser comumente entendido como meio de produzir território – nas palavras do próprio, “embora a ênfase na produção de território seja valiosa, esta resulta de uma série de processos dos quais a ‘territorialidade’ é apenas um” (Elden, 2019b, p. 9). Em contrapartida, esta posição está longe de ser consensual. Storey (2022) sugeriu que o “comportamento territorial é uma consequência do nosso condicionamento sociopolítico mais amplo” e que, por isso, “deve ser analisado dentro do seu contexto social e político (em vez de biológico ou genético)” (p. 2). Nesta aceção, o conceito de “territorialidade” é frequentemente entendido como “as ações ou comportamentos usados para controlar ou exercer poder sobre um espaço geograficamente designado” (Storey, 2022, p. 1). Para Raffestin (2012), “a territorialidade, enquanto sistema de relações, é também um sistema de trocas e, consequentemente, um sistema de fluxos de todo o tipo entre exterioridade (o meio físico) e alteridade (o meio social)” (p. 129). Dentro da mesma linha de pensamento, transcreve-se da teoria de Campling e Colás (2017):

(...) sublinhamos a interação fértil entre “territorialidade” como relação (ou verbo transitivo) e “território” como coisa (ou substantivo): a primeira denotando o leque mais vasto de estratégias destinadas a produzir e regular espaço(s), o segundo referindo-se a um espaço delimitado mais específico, do qual o Estado territorial soberano tem sido a forma dominante no período moderno. (p. 3)

³ A versão em português foi editada pela Bazar do Tempo em 2020, com o título *Onde aterrar? – Como se orientar politicamente no Antropoceno*.

Posto isto, torna-se evidente que algumas perspetivas determinam um carácter declaradamente relacional à “territorialidade”, ao passo que o “território” apenas decorre dessas mesmas relações. Na perspetiva de Elden (2010), a maior parte dos contributos teóricos não exploraram suficientemente a ideia de território, inscrevendo-os nas análises que se limitam a produzir na prática o objeto (isto é, o território) que pressupõem em termos conceptuais, estancando-o. A esta luz, vale a pena convocar a “territorialidade flexível” (Novak, 2011) como um conjunto plural de territorialidades em mutação, isto é, de manifestações do território.

De facto, não existe um ponto fixo no espaço a partir do qual o sentido do território seja definível como “coisa”. Na sua essência, o território é dispositivo narrativo e representacional⁴, que se define por aquilo que transporta quando dele se fala. Intersectando a teoria de Topalovic (2016), “[a] noção de planeamento nacional foi substituída por uma abordagem mais flexível ou temporária de planeamento estratégico” (s.p.), focada em territórios específicos. No âmbito da integração na União Europeia (UE), a gestão do financiamento, subsídios e subvenções passa sobretudo pela Comissão Europeia (CE), numa estrutura que define patamares de prioridade associadas ao grau de investimento (ou desinvestimento) em determinadas regiões. Em termos práticos, as denominações “urbano” e “rural” abarcam implicações financeiras muito distintas e, por isso, as consequências socioeconómicas são também diferentes. Na realidade, os territórios e as suas categorizações não obedecem a um padrão. Nos Açores e não só, “a definição da escala ou contexto depende sempre das circunstâncias” (Topalovic, 2016, s.p.). Dito de outra forma, enquanto construção social em permanente mudança, os sentidos do território variam também segundo os atores sociais em presença, os seus interesses, as suas interpretações e os temas territorializados.

Afinal, território e territorialidade emaranham-se. Resumidamente, o território pode ser entendido como “uma racionalização do espaço que emergiu através de uma série de práticas políticas e espaciais” (Storey, 2022, p. 3); ao passo que a territorialidade pode significar “um resultado das formas em que o espaço é imaginado” (Storey, 2022, p. 3). Face a este breve enquadramento, considera-se que a posição mais frutífera pode situar-se numa espécie de compromisso: seguindo tendencialmente a versão de Elden, ou seja, elegendo o conceito de “território” como orientador da tese, ao mesmo tempo sem minorar a pertinência do termo “territorialidade”. Por outras palavras, a definição precisa dos termos “território” e “territorialidade” é menos importante do que o entendimento das implicações subjacentes à produção de ambos. O tipo de produção territorial não deve remeter para um facto assumido, mas antes para uma pergunta a ser suscitada, para lá das noções contemporâneas de território, concomitantes aos desenvolvimentos da geometria e cartografia (Elden, 2013a).

Ora, a representação do *mundo* anda a par com a sua fabricação. Entenda-se por “mundo” um qualquer conjunto cosmogónico – evidentemente que, para efeitos desta tese, interessa o *mundo-arquipélago*. Na verdade, os mapas do século XIV, XV e XVI eram instrumentos que veiculavam notícias fabricadas, intrinsecamente falseadas, i.e., *fake news* (Atlântico Press, 2023). Decalcando da teoria de Peters (2016), “os média⁵ não são sobre o mundo, são o mundo” (p. 21). É precisamente no registo e gestão de mundos que se derruba o intervalo entre mapa e território. *Quod non est in actis non est in mundo*, diziam os romanos; isto é, “o que não está nos autos, não está no mundo”. Por conseguinte, os territórios são “espaço politizado; mapeado e reivindicado, ordenado e delimitado, medido e demarcado” (Storey, 2022, p. 3).

4 No entender de Gregotti ([1972] 1978), “muito mais complexo que as representações geométricas da arquitetura é, sobretudo, estabelecer uma relação eficaz entre representação e percepção da realidade territorial” (pp. 94-95).

5 A tese adota o termo “média”, que vem da forma latina *media*, plural de *medium*, correspondendo a “médio” e “meio”. O Brasil importou a palavra através do inglês *media*, redução de *mass media* e pronunciado como “a mídia”. Em Portugal, a palavra chegou através do francês, *les médias*. Neste último caso, corresponde a “os média”. Em suma, tanto “os média” como “a mídia” têm exatamente a mesma origem a partir do latim, mas entraram no português por vias diferentes (francesa e inglesa). Para uma melhor compreensão, consultar a explicação da linguista Margarita Correia na RTP Play, no dia 24 de novembro de 2019: https://www.rtp.pt/play/p263/e440421/paginas-de-portugues?fbclid=IwAR2uMD_GWAHaHHRKbli7y3TWuzWsfFARaB1smDtjVowToc89rs6JGTDkkGY

Peters (2016), Sloterdijk ([1998] 2011) e Furuhashi (2022) instaram à expansão da definição de “mídia” – o primeiro referiu a essência infraestrutural que lhes é subjacente; o segundo fundamentou que cada animação⁶ técnica é um evento mediático; o último apontou para a inclusão incontornável da materialidade dos elementos que condicionam o nosso contexto. Todos convidaram a uma reflexão que se estende além dos média mais convencionais, como a rádio, a televisão, a internet e as redes sociais. Furuhashi (2022), em particular, sugeriu um alargamento “da definição dos média que inclua as tecnologias e técnicas arquitetónicas, científicas e artísticas da produção de bolhas controladas climaticamente” (p. 4). Peters (2016) e Furuhashi (2022) propuseram a integração de fenómenos naturais na narrativa dos média técnicos, como por exemplo os processos atmosféricos. Tanto Sloterdijk ([1998] 2011) como Peters (2016) consideraram a incorporação nos média⁷ como condição basilar, isto é, indissociável da existência (humana e não só). Transferindo da teoria de Sloterdijk ([1998] 2011), “[o] que são as teorias dos média senão sugestões de formas de explicar o como e o porquê da ligação entre diferentes existências num éter partilhado?” (p. 542). Sublinhe-se, então, que essa mesma impossibilidade de separação é ampliada ao território. Na mesma medida em que não existe um dualismo natureza e cultura, também não existe relativamente à cultura e território.

Em conformidade, Kittler ([2002] 2019) afirmou que os estudos dos média⁸ são privilegiados na compreensão da mediação da existência. Do mesmo modo, a arquitetura será a esfera privilegiada para o entendimento da mediação do território. Tal como Kenneth Frampton afirmou, “a arquitetura, num sentido rigoroso, deveria ser sobre mediação” (urbanNext, 2022). Meio, no sentido espacial, é o que está *entre*, oferecendo por isso uma ferramenta produtiva na articulação de interpretações territoriais. A tese procurará firmar-se no entendimento amplo dos média que, em certa medida, podem ser designados como “logísticos” por cumprirem a finalidade de “ordenamento de unidades e termos fundamentais” (Peters, 2016, p. 37). A essência infraestrutural sublinhada por Peters (2016) assenta precisamente na função de coordenação sob a qual interessa analisar a produção do território açoriano.

Para além disso, a organização em torno de pontos opostos é específica aos média logísticos (Peters, 2016), uma polaridade espelhada na estrutura da tese. Atentando-se ao índice, os cortes teóricos apresentados assentam na tentativa de tradução dos termos contrastantes em que o território se produz. São contrastantes por, de modo concomitante, balizarem condições distintas (ou seja, fronteiras de análise inversas) e intersectarem os elementos mediáticos e tecnológicos. A qualidade “logística” da lente utilizada implica, por isso, outras componentes: a de regulação e a de negociação na produção do território. É por esta razão que uma das motivações da tese reside na urgência política do tema: por tratar de assuntos do presente⁹ e, em termos de atuação, pelo facto de a produção do território se distanciar da neutralidade e da abstração. Para Sloterdijk ([1998] 2011), “[o] político é o produto da ilusão de grupo e do território” (p. 84). A discussão política visaria, assim, mais que a proteção das conquistas adquiridas e denúncia de problemas, incidindo na questão da fabricação de futuros (Stengers, [2009] 2015).

Na perspetiva de Ghosn (2016), “o urbanismo serviu para abstrair as relações sociais e espaciais das infraestruturas urbanas” (p. 22). Seguindo a mesma linha de pensamento, o território, “enquanto paradigma, prática de representação e projeto estético”, adequa-se a um alargamento da escala do urbano com a finalidade de “trazer a Terra para o domínio das controvérsias públicas e disciplinares” (Ghosn, 2016, p. 22). Subscrevendo esta possibilidade de inscrição estratégica, reconhece-se que territorializar a discussão política consiste, simultaneamente, no método e no intuito da tese.

6 Esta formulação de Sloterdijk considera a etimologia da palavra “animação”, oriunda do latim *anima* e que remete para “força vital”, “respiração”, “sopro de vida”.

7 Ou uma imersão nos média.

8 A este propósito, intersecta-se o conceito de “técnica cultural” de Siegert (2015). As “técnicas culturais” extravasam o entendimento tradicional dos média ao remeterem para a transformação mútua entre média e cultura – no fundo, para o âmago da ontologia.

9 A tentativa contínua de envolvimento com o presente foi, em grande parte, consubstanciada em publicações e comunicações que originaram críticas e trocas argumentativas produtivas.

Face ao contexto delineado, espera-se que esta investigação resulte num contributo para a contestação das sentenças ftárticas sobre a relação entre território e arquitetura. Formulações como “a arquitetura ocupa o território que o homem habita”, “o próprio território, através do seu uso pelo homem, torna-se numa construção humana”, “a arquitetura, nas porções de território que ocupa” e “a arquitetura está associada à apropriação do território” (Correia, 2022) exemplificam a noção de “território” enquanto entidade adquirida, sobre o qual “atua” a arquitetura. Dito de outra forma, este tipo de ângulo sugere que a arquitetura e o território correspondem a enquadramentos diametralmente diferentes, uma vez que são cabalmente distinguíveis. A autonomia absoluta entre arquitetura e território desvincula, sem margem para sair do plano superficial, algumas das dimensões essenciais à própria arquitetura. Para além disso, subsiste uma questão problemática subjacente a este tipo de raciocínio: a classificação da “arquitetura” e do “homem” (agora alargado a “humano”) como categorias abstratas e propícias à totalização, ignorando-se vulgarmente as dimensões de poder, social e política. A arquitetura é, sobretudo, construção do território.¹⁰

De forma frequente, antecede-se a palavra “arquitetura” por expressões como “domínio da” ou “campo da”, formulações que conjecturam estímulos profícuos, tanto científicos, como práticos. Ora, aludir ao “campo da arquitetura” (sob uma perspetiva hodierna, a um “terreno de sementeira da arquitetura”) e, simultaneamente, restringi-lo de forma contundente, tanto nos objetos como nas temporalidades, parece ser paradoxal face àquilo a que o cultivo deixa anteciper. As culturas, enquanto potenciais mobilizações do “solo” – leia-se, da “disciplina” – são, por vezes, lamentavelmente substituídas pelas culturas enquanto conjuntos temáticos atávicos. De forma concreta, remeter exclusivamente a arquitetura a edifícios e projetos arquitetónicos não se coaduna com a vontade de lavrar o “campo disciplinar” (Haggard, Lokken & Saavaste, 2018; Manaugh, 2013; Markopoulou & Roche, 2019; Ortega, 2020; Pereira, 2018). Nesta circunscrição, há dimensões que ficam vulgarmente negligenciadas, como é o caso do território e da territorialidade. A este propósito, Topalovic (2016) identificou a deslocação dos arquitetos, enquanto protagonistas decisivos no urbanismo e no planeamento territorial, “para escalas espaciais mais pequenas”, sobretudo para o “edifício” (s.p.). Neste sentido, “o compromisso arquitetónico com o território continua a ser relevante e necessário” (Topalovic, 2016, s.p.). Face a este contexto, a argumentação procurará descrever um sistema territorial que não se limita à interpretação da arquitetura na sua forma mais convencional, isto é, na perceção de que *somente* edifícios são arquitetura ou que produções teórico-práticas sobre arquitetos *têm sempre* um cariz arquitetónico. Como é evidente, o apelo ao reconhecimento de um plano mais amplo não diminui a pertinência do que se reconhece, imediatamente e indiscutivelmente, como *integrado na* arquitetura; alarga, pois, o espectro de análise, desdobrando-se e fazendo jus às frequentes convocações de transdisciplinaridade.

Comparativamente, as análises sobre “políticas espaciais” e “espacialidade” reúnem posições mais críticas no seio da investigação em arquitetura. A ideia de que ao território se concede a apropriação, se concebe o seu uso e se predestina a sua ocupação é particularmente cara à arquitetura e urbanismo. A tónica é manifestamente antropocêntrica: a dimensão territorial existe autonomamente em relação a *nós*, aguarda uma espécie de preenchimento, de dotação de sentido. Portanto, os conceitos de “território” e “territorialidade” ainda não transitaram do antropocentrismo para o Antropoceno: parecem estar, de uma forma generalizada, entevados no primeiro. Acrescente-se uma observação apontada por Klinger (2019a) que se entende pertinente: o próprio termo Antropoceno, proposto por Crutzen e Stoermer (2000), talvez já não seja suficiente para explicar os fenómenos mais recentes. Klinger (2019a) realçou que uma das contradições das inquietações do Antropoceno reside na delineação de “ambientes internos e externos, em que os ambientes ‘externos’ consistem nos espaços para além da atmosfera e sob a litosfera” (p. 9). No fundo, corresponde à demarcação de uma “zona crítica”, um conceito proposto no final do século XX com origem na geologia, que diz respeito ao “ambiente terrestre

10 Neste aspecto, o “Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal” (1955-1961) ilustra o afunilamento da análise nas construções, quando, afinal, estas correspondem a materialidades de um processo muito mais vasto, incluindo o encaminhamento das águas, os muros, os socacos, os caminhos, a distribuição da terra.

próximo da superfície, desde o fundo das águas subterrâneas em circulação até ao topo da vegetação” que “alberga as interações complexas que envolvem rocha, solo, água, ar e organismos vivos que regulam os recursos que sustentam a vida” (Richardson, 2017, p. 1). Bruno Latour (ZKM|Karlsruhe, 2020) estendeu o conceito de “zona crítica” com o intuito de discutir questões sobre o Capitaloceno, mais direccionado na atribuição das responsabilidades que produzem as desigualdades nas relações de poder, tanto políticas, como económicas. Em termos concretos:

[e]nfrentar as ameaças de colapso climático e ecológico exigirá que refaçamos as infraestruturas e as disposições de toda a economia global, desde o óbvio, como os sistemas de energia e de transportes, até aos fertilizantes e métodos que utilizamos para produzir alimentos ou a extensão da nossa exploração da terra e dos recursos. (Buller, 2022, p. 34)

Consequentemente, a circunscrição subjacente ao próprio conceito de “antropoceno” conduz à percepção da existência de externalidades espaciais à ação humana. Por outras palavras, sob este ponto de vista, o ser humano continua no centro – ainda que seja um centro distinto do anterior, desta feita balizado por fronteiras mais abrangentes.

Sob esta lente, o território é precisamente o contrário da ideia da sua mumificação: é um processo; é intrinsecamente político e, sob uma perspetiva lefebvriana, social. Os verbos “territorializar” e “reterritorializar” (Brenner, 1999) aludem a um carácter operacional, portanto, a um território-em-prática. A noção de “desterritorialização” popularizada por Deleuze e Guattari (1980) pressupõe a destituição de território por ação do capitalismo global, remetendo para uma nova territorialidade, diferente da que fixava o local e o global enquanto categorias estáveis. Ao fazer-se equivaler à perda de território, a suposta “desterritorialização” dá lugar, por sua vez, à “reterritorialização”. Posto isto, a abrangência dos termos “territorializar” e “reterritorializar” inclui as modificações territoriais de um modo potencialmente exaustivo e, para além disso, não alude a um ponto zero, ou seja, a uma suposta diminuição ou até mesmo a uma ausência de território. Tendo em conta que “o território é um ato” (Deleuze & Guattari, 1980, p. 386) e que “terra não é a mesma coisa que território” (Deleuze & Guattari, 1980, p. 417), a utilização de “desterritorializar” remete essencialmente para uma anulação territorial, pelo que se afigura infrutífera para uma análise sobre um caso político-administrativo concreto como os Açores.

Por estes motivos, o reconhecimento das dinâmicas territoriais contempla a rejeição da determinação das suas formas sem indagação teórica. Deste modo, reforça-se a crítica de Brenner e Elden (2009) à teoria desenvolvida por Sassen (2006) a propósito de “território”, “autoridade” e “direitos”. Apesar de referir a consolidação do sector digital e de concluir que “[a] questão do território como parâmetro de autoridade e de direitos entrou numa nova fase” (Sassen, 2006, p. 416), a socióloga não deixa de conceber o “território” como uma categoria predominantemente imóvel. Noutro documento, refere-se à questão da autonomia estatal do seguinte modo:

(...) embora a globalização deixe o território nacional basicamente inalterado, está a ter efeitos pronunciados sobre a territorialidade exclusiva do Estado nacional – ou seja, os seus efeitos não são sobre o território em si, mas sobre os invólucros institucionais do facto geográfico do território nacional. (Sassen, 2000, p. 374)

Apesar de este excerto sublinhar a soberania como uma das muitas questões territoriais, em particular na sua confluência com o fenómeno da globalização, exemplifica uma matéria problemática acentuada por Elden (2019a, 2019b): a ênfase nas modificações da territorialidade ao mesmo tempo que o território é remetido a uma natureza estável. Ora, para Sassen (2000, 2006) o território *por explicar* parece estar em excesso em relação ao território tido como garantido. Esta premissa do território enquanto contentor obscura tanto os aspectos sociais como os simbólicos. É preciso virar a questão do avesso para se salientar o território que interessa: precisamente aquele *onde não há nada para ver*. No caso em apreço, o arquipélago. Além do mais, ainda que o objeto de estudo seja sempre o mesmo – os Açores

– os territórios são diversos, ora concomitantes, ora subsequentes. Portanto, o argumento da tese ultrapassa a objeção ao conceito de “território” como sinónimo de constância; contempla a aceção da coexistência de múltiplos territórios: mitológicos, legais, mediatizados, especulativos e operacionais.¹¹

Na sua tese de doutoramento, Leite (2012) começou por salientar a escassez de estudos nos domínios do urbanismo, urbanística e construção do espaço açoriano. O seu trabalho consistiu num contributo efetivo sobre a compreensão do início do povoamento e desenvolvimento dos primeiros núcleos urbanos, focado nos séculos XV e XVI. Alguns anos antes, também no âmbito doutoral, Borges (2007) analisou a construção da paisagem de São Miguel na segunda metade do século XIX. Destaca-se igualmente a dissertação de mestrado de Feslikenian (2013), que elegeu a condição territorial da ilha das Flores para desafiar a oposição entre urbano e rural. Fora do plano da arquitetura e do urbanismo, sublinham-se a dissertação de Coutinho (2023), emanada da economia política, sobre os efeitos da liberalização do espaço aéreo em 2015 na coesão territorial dos Açores; e as dissertações de Reis (2018) e Vaz (2019), enquadradas respetivamente no direito público e nas relações internacionais, sobre a gestão do território marítimo do arquipélago. Perante o panorama da insuficiência de problematização do território dos Açores, considerou-se pertinente estudá-lo no tempo presente, sobretudo desde o período imediatamente posterior à autonomia administrativa. Sucintamente, constatou-se que a produção contemporânea do território açoriano, sob a lente da arquitetura e urbanismo, estava por estudar. Por outras palavras, o território-em-exercício ainda não tinha sido formulado, nem explorado. Considerando esta síntese, o objetivo mais amplo da tese é sugerir uma perspetiva crítica em relação ao conceito de “território”. Entendeu-se que faltavam avançar os fenómenos contingentes à configuração dos Açores sob uma perspetiva pós-continental (Blum et al., 2019) que desafiem a típica visão “terraneo-conservadora” (Sloterdijk, [2005] 2008, p. 50). Deste modo, prevê-se que a persecução da hipótese de concretização territorial do arquipélago – ou do reconhecimento das “práticas territoriais” (Storey, 2022) – desvele perspetivas originais, até agora desconsideradas. Com esta finalidade, e porque a elaboração de uma tese já no fim do primeiro quartel do século XXI assim o impõe, as materialidades terra, água e ar¹² serão apresentadas numa ótica de imbricamento com o “momentum” tecnológico – expressão de Hughes ([1987] 1993, p. 230). Noutros termos, propor-se-á a uma interpretação a propósito da modernidade açoriana.

A perspetiva de que a humanidade efetiva só é possível mediante a recusa da influência tecnológica ou, antes, que a “verdadeira” humanidade apenas se verifica num estado “natural” ou “original”, continua a reverberar nalguns sectores da academia. A origem teórica deste tipo de postulado remete invariavelmente para Rousseau ([1754] 2001), ainda que, segundo Graeber e Wengrow (2021), essa ramificação se baseie numa interpretação inadequada dos seus escritos. No entanto, essa posição não é secundada nesta tese, considerando alguns textos sobre as consequências das “máquinas” e do “progresso técnico”; atente-se à seguinte citação: “[é] por isso que, com o desaparecimento progressivo do homem original, a sociedade não oferece ao sábio mais do que um conjunto de homens artificiais e de paixões factícias que são obra de todas estas novas relações e que não têm qualquer base real na natureza” (Rousseau, [1754] 2001, p. 53). De acordo com Sloterdijk ([1998] 2011), Rousseau é “o pensador-mor da regressão à natureza absorvente ou ao Estado nacional carregado de *pathos*”, para além de ser “uma figura encantadora e grotesca no portal do mundo estruturalmente moderno e individualista-holístico” (pp. 384-385). Uma das consequências da instituição desta distinção é a separação do estudo das Humanidades dos sistemas tecnológicos, como referiram Peters (2016) e Latour (2017). Ao contrário da premissa plasmada em Eldar, Kofsky e Maor (2023), o caminho de desenvolvimento da tecnologia não implicaria a perda da nossa condição humana. Em vez disso, importaria reconhecer que a tecnologia “faz parte de nós” (Allenby & Sarewitz, p. 157), visto que a técnica e a tecnologia são condições intrínsecas ao conceito de “humanidade” (Colomina & Wigley,

11 Alternativamente, heterotopias, conforme formulado por Foucault ([1967] 2001).

12 No que se refere aos espaços dentro da jurisdição nacional, o território é constituído pela “superfície terrestre lato *sensu*, o mar territorial e o espaço aéreo” (Jerónimo, 2009, p. 5).

[2016] 2018; Sloterdijk, [2009] 2018). Tal como Heidegger ([1954] 1977) sintetizou, a essência da tecnologia não contém nada de tecnológico em si mesma. Para além disso, Simondon ([1958] 2012) referiu a inutilidade da separação entre cultura e tecnologia – afinal, condicionam-se de forma mútua.

Ora, a ideia de separação entre humanos e tecnologias é “um insulto a este universo pluralístico” (Peters, 2016, p. 89). A recursividade é própria à condição humana, isto é, *somos em relação*. Em última análise, as questões sobre a definição dos humanos e do território convergem na mesma problemática: o território só o é em relação. Tanto humanos como território não se rodeiam de natureza, cultura e tecnologia; são – somos, – também, natureza, cultura e tecnologia. Falar de humanos e de natureza, no sentido alternativo entre os dois termos, corresponde à assunção de que vivemos de forma imune ao contexto. A natureza, entendida sob uma lente que a define como incólume, corresponde à sua distinção enquanto entidade “natural” (Gugger & Costa, 2014; Peters, 2016). Afinal, a dissolução da separação entre natureza e cultura de que falava Latour ([1999] 2004) é, nos termos contemporâneos, indissociável de uma vertente tecnológica e técnica quase ubíqua: dos vírus às vacas, da atmosfera ao fundo do oceano. Posto isto, a abordagem que se segue passará por refletir sobre a tecnologia como constitutiva do território.

Espera-se que *Arquipélago de Territórios* ganhe respaldo no âmbito de uma abordagem que elege o cruzamento de um conjunto de “tecnologias políticas e espaciais” (Elden, 2019a) manifestadas num campo dimensional mais vasto. Esta posição pressupõe o entendimento de fronteiras modificáveis, articuladas pelos imbricamentos entre formas espaciais, humanos e não-humanos. As fronteiras são um elemento fundamental das “práticas territoriais” (Storey, 2022) por consistirem em construções discursivas, sociais e políticas. O carácter inerentemente violento da implementação desses limites (Balibar, 2002; Elden, 2007) expõe o entrelaçamento entre território, terrorismo e identidade (Storey, 2022). “Território” tem origem no latim *terra* (terreno) e *territorium* (área delimitada e sob jurisdição). *Terrere* é a forma flexionada de *terreo*, o que significa “assustar”, “aterrorizar”, “dissuadir”. Ora, “‘território’ e ‘terror’ partilham raízes comuns” (Elden, 2007, p. 822). Esta correlação traduz-se em termos práticos, na medida em que “criar um espaço delimitado é, já de si, um ato violento de exclusão; mantê-lo como tal requer uma vigilância constante e a mobilização da ameaça; e desafiá-lo implica necessariamente uma transgressão” (Elden, 2007, p. 822). Nesta continuidade, a tese adota a argumentação de que o território é uma “tecnologia política” (Adams, 2018; Elden, 2019a), com características suscetíveis de serem identificadas e discutidas. Perante o terror, território.

Segundo Weizman (2017), “a forma é sempre a incorporação de forças” (p. 85), cuja interpretação requer o acompanhamento da cadência das suas transformações “para espelhar um movimento que é sempre intrinsecamente político – a política é, efetivamente, *matéria em movimento*” (p. 85). À vista disso, “a reorganização da paisagem é tão fundamental, e ao mesmo tempo tão diagramática, que se pode efetivamente ler a política a partir da forma, e fazê-lo a várias velocidades e a várias escalas” (p. 85). Daqui infere-se que a geopolítica arquipelágica é igualmente constituída (e constitutiva) de relações materiais. Se importa efetivamente analisar como as políticas se transformam em matéria (Weizman, 2017), é igualmente relevante abordar a expressão territorial decorrente dessa mesma matéria.

Ainda que a contemporaneidade seja comumente caracterizada por movimentos sem precedentes de pessoas¹³, fluxos de capital e informação, as noções de territorialidade e de território pautam-se pela inércia e por uma “ideia poderosa de continuidade” (Murphy, 2022, p. 31). Mais concretamente, por uma percepção de predestinação territorial. A noção de que uma região ou um país está (ou é) predestinada a determinada conformação é analiticamente contraproducente, dado que anula a relevância da avaliação dos fenómenos que são intrínsecos a uma determinada configuração. Especificamente, a ideia de Estado-nação que está na base da maior parte dos países é, na sua essência, mito (Murphy, 2022), fundação e fundamento político.

13 Apesar de se considerar fora do âmbito de análise desta tese, sugere-se a consulta do livro *The dawn of everything: A new history of humanity* (Graeber & Wengrow, 2021) para a refutação da perspetiva de que nunca se viajou tanto como hoje.

Conforme destacou Paasi (2009), a relação entre território estatal e memória é frequentemente negligenciada ou analisada à luz de categorias como “identidade nacional”, sendo precisamente esta articulação que aparenta estar na base da maioria dos estudos que se dedicam aos Açores. A “açorianidade”, conceito popularizado por Nemésio (1932), é entendida como a subcategoria capaz de explicar a sociedade e o território açoriano. A experiência insular que informa a tese contrastou com a percepção dos Açores como um território estabilizado e unificado – tanto discursivamente, como em termos de representação (entenda-se, mediática e cartográfica). A escolha do tema em apreço foi impelida pela vontade de rebater a percepção dos Açores enquanto conjunto reduzido a uma designação identitária e territorial imutável.

Ao invés de se partir do pressuposto de que os territórios são entidades insondáveis “naturais” ou autoexplicativas, parece mais produtivo pensá-los enquanto manifestações das práticas e processos que implicam espaço e sociedade. As referidas manifestações não se esgotam no espectro do visível (ou do material), uma vez que os processos territoriais são também simbólicos¹⁴ (Storey, 2022). Complementarmente à dimensão simbólica, esta tese pretende destacar o *volume* do território, sobretudo para o espaço oceânico e o atmosférico. A respeito da limitação dos discursos bidimensionais que constituem o território apenas como área, Elden (2013b) elege o mapa como a manifestação preponderante. Neste aspecto:

o espaço é representado como uma superfície plana que pode ser governada por *meio* do traçado de limites territoriais. Essa imagem falha em considerar o volume do mundo ou as maneiras pelas quais o poder atua *através, abaixo e acima* do espaço. (Peters & Steinberg, 2014, p. 127)

Neste âmbito, considera-se que a noção de “ontologia plana” (Latour, 2005) seria pouco produtiva nesta tese. Secundando a posição de Spencer (2019), “este arranjo aparentemente mais equitativo das coisas tem, no entanto, o custo de obscurecer as desigualdades de agenciamento efetivamente existentes através das quais o poder opera” (p. 152). Certamente que o estabelecimento de equivalências entre “coisas” e seres afigurar-se-ia pertinente noutro âmbito; contudo, a lente de análise especificada faz sobressair um elemento em relação aos demais: a infraestrutura. Assume-se, desde já, a discrepância em relação a outros conceitos ou componentes, uma vez que é precisamente na existência de desfaseamento que reside o interesse da exposição que se segue. O termo “infraestrutura” começou por cingir-se ao sector militar (Peters, 2016) e tem vindo a generalizar-se – como ilustra a expressão “infraestrutura urbana”, em particular a rodoviária, de transporte, de energia, de telecomunicações, de saneamento, entre outras.

A infraestrutura é produtiva tanto como um foco temático como uma lente conceptual. O reconhecimento da relação intrínseca entre infraestrutura e geografia é primordial para a análise do território. “Geografia” deriva do grego, cuja tradução aproximada é “descrição da terra”. “Grafia” remete para escrita, estudo, registo, de maneira que escrever-sobre-a-terra passará por uma prática representacional e especulativa, longe de se circunscrever a uma mera enunciação de características físicas e meteorológicas de um determinado lugar. Ora, a geografia *serve* o território, uma vez que “[o] meio das infraestruturas é a geografia” (Allen, 1999, p. 54). Neste sentido, a sugestão de Eldar, Kofsky e Maor (2023, p. 189) de que a disciplina da geografia tem vindo a erodir-se no processo de controlo dos territórios parece ter pouco fundamento. Apesar de ter sido escrita há cerca de cinquenta anos, a teoria de Lacoste ([1976] 2014) acomoda o contributo da geografia de um modo mais fidedigno: a distinção entre “geografia humana” e “geografia física” é incongruente, por não corresponderem a dois conceitos independentes ou isoláveis do seu contexto. Interessa perspetivar “até onde pode ir a geografia para explicar a história”, em vez de a informar (Graeber & Wengrow, 2021, p. 256).

14 A mobilidade e a taxação são também questões territoriais.

Sucintamente, à evidente materialidade infraestrutural, acresce uma dimensão emblemática da infraestrutura. Ou seja, para além de fios e cabos, a vinculação pode ser outra: simbólica, corpórea, discursiva, escrita, projetada, imaginada. Efetivamente, “[o] que quer que seja a modernidade, é uma proliferação de infraestruturas” (Peters, 2016, p. 31). Esboçar a modernidade nos Açores passa, assim, por tornar explícito o que aparece implícito. Todos estes dispositivos são infraestruturais: bases militares, portos, autoestradas, protocolos, leis, barragens, redes elétricas, portos espaciais, *websites*, transmissões televisivas. São, por isso, caracterizados pelo estabelecimento de vínculos, da articulação entre partes. A infraestrutura passa do plano de fundo para o foco quando há um problema ou uma falha (Peters, 2016), uma condição que também é intrínseca ao urbano (Gandy, 2014; Merrifield, 2014). Ressalve-se que esta referência observa o sentido “ocidental”¹⁵ (ou, melhor, privilegiado) do termo, em que a continuidade infraestrutural é um pressuposto. Para além disso, a ocultação de grande parte das infraestruturas facilita a dissociação da essência pivotal à condição urbana: por um lado, cabos e saneamento estão normalmente subterrâneos; por outro, uma porção da parafernália é concebida para *se confundir na paisagem*, um postulado particularmente reconhecível entre arquitetos. Como Peters (2016) expôs, “esquecer parece uma parte crucial do modo de funcionamento das infraestruturas” (p. 36). Acrescentou ainda que a redundância dos sistemas infraestruturais contribui para este esquecimento (Peters, 2016) – o conceito de “redundância” merecerá uma análise particular mais adiante.

Posto isto, torna-se impraticável fazer uma explicação das “práticas territoriais” (Storey, 2022) – ou do território-em-exercício – sem um compromisso. Desde logo, fica também afastada a possibilidade de uma explanação imparcial. A necessidade de se salientar “a inultrapassável parcialidade da teoria antropológica” (Sloterdijk, [1998] 2011, p. 26) suscita o reforço da noção de que a teoria das dinâmicas e formas espaciais é forçosamente localizada, logo, naturalmente tendenciosa. Assim sendo, a tese reúne experiência situada e dados. O conceito de “experiência situada” baseia-se na teoria de Frie (2011), que também emprega o termo “agência” para expressar o entrelaçamento entre contextos biológicos, sociais, culturais – e, acrescente-se, territoriais. Deste modo, a aproximação argumentativa acompanha a experiência pessoal nos Açores, iniciada no ano 2000. Embora não se adote “autoetnografia” como o conceito para descrever este método, coincide-se com Uotinen (2014) na perspetiva de que é útil combinar um entendimento particular na interpretação de um agenciamento algo indiscernível.

De acordo com Luvaas (2021), autoetnografia é “etnografia que foca explicitamente no eu como objeto de estudo” (p. 63). Além disso, o mesmo autor complementa que “o eu é algo instável, continuamente em processo de devir, portanto a autoetnografia deve ser o estudo do devir pessoal” (p. 63). Enquanto a primeira frase parece explícita, a última pressupõe que o “estudo do devir pessoal” pode ser apreendido e escrito – em suma, implica uma metalinguagem. No entanto, nas palavras de Morton (2013), é necessário “abolir a ideia da possibilidade de uma metalinguagem que poderia explicar as coisas enquanto permanece incontaminada por elas” (p. 2). Seguindo o mesmo raciocínio e recorrendo à teoria de Weizman (2022): “[nada] fala por si mesmo (...) todo o ato de fala é uma tradução, uma mediação e uma construção (...) Imaginação e verdade não devem ser pensadas como opostas entre si, mas como partes constitutivas” (p. 212). Essencialmente, não existe um exterior em termos analíticos. Dentro do panorama no qual esta tese se inclui, a autoetnografia pressupõe um distanciamento de *nós mesmos* que simplesmente não existe. Se “a autoetnografia obscurece a diferença entre experiência e dados” (Luvaas, 2021, p. 64), o conceito parece estar em contradição com sua raiz etimológica – derivada do grego, alude a escrever, descrever e interpretar a cultura e as experiências do *eu*. O princípio da autoetnografia exclui a própria possibilidade de transformação ou compreensão da mudança. Por estas razões, evidencia-se a expressão “conhecimento incorporado” (Luvaas, 2021, p. 66), em que a raiz latina de “incorporar” se refere a *incorporare*, isto é, fundir, o que talvez traduza mais precisamente a noção de confusão entre experiência e factos. No prisma de Innerarity (2010), “a história que nós contamos deve estar aberta à história que nós somos” (p. 24).

15 Relembrando a célebre frase de Glissant (1989): “[o] Ocidente não está no Ocidente. É um projeto, não um lugar” (p. 2).

Resumindo, tal como Jain (2022) formulou, o mundo e as condições em que vivemos serão distintas dependendo da localização e do contexto.

O referido “conhecimento incorporado” (Luvaas, 2021, p. 66) ou, antes, “experiência situada” (Frie, 2011), assemelha-se ao que Campagna ([2018] 2022) chamou de “configurações da realidade” (p. 4), remetendo-as para “a decisão historicamente específica (consciente ou inconsciente) sobre quais critérios usamos para entender a experiência desconcertante de existir nalgum lugar, nalgum tempo” (p. 4). Assim sendo, é significativo estabelecer uma base sobre a qual a configuração do mundo assenta, dito de outro modo, apontar a ontologia necessária para esse mesmo entendimento. Se a experiência é sempre situada, a tese explorará um tipo de ordenação do mundo e do conhecimento dentro dele. É, reconhecidamente, uma “configuração da realidade” (Campagna, [2018] 2022) necessariamente enviesada.¹⁶ Compreende-se, portanto, que a metodologia da experiência situada está profundamente entrelaçada com uma das provocações centrais de *Staying with the trouble*:

*It matters what matters we use to think other matters with; it matters what stories we tell to tell other stories with; it matters what knots knot knots, what thoughts think thoughts, what descriptions describe descriptions, what ties tie ties. It matters what stories make worlds, what worlds make stories.*¹⁷ (Haraway, 2016, p. 12)

A investigação apresenta-se de forma reflexiva e acompanhada de imagens, numa tentativa de consonância com o modo narrativo de Haraway (2016) que procura *permanecer com o problema*. Por outras palavras, consiste numa tentativa de imersão no problema *o que é o território açoriano?*, elegendo a abordagem da “proximidade crítica” e declinando a da “distância crítica” (Fossier & Gardella, 2006). As imagens, experimentadas numa referência à linha metodológica de Warburg ([1924-1929] 2019)¹⁸, integram-se no mesmo propósito de fundamentação narrativa.¹⁹ Para Warburg ([1924-1929] 2019), o intervalo entre “nós e o mundo exterior” pode ser ensaiado numa “oscilação rítmica entre a imersão na matéria e o regresso à sófrosine²⁰ [*sophrosyne*]” que “revela o movimento cíclico entre uma cosmologia da imagem e uma cosmologia do signo” (p. 2). Esta perspetiva propõe o fim da história de arte linear, uma vez que assenta na ideia de que as imagens se desdobram e transportam em si a própria temporalidade. Ora, espera-se que o conjunto de imagens apresentado cumpra a função de tradução da incorporação da experiência. Complementarmente, este exercício de dialética circunscreve a representação proposta, isto é, situa-a.

A tese procurará tornar visíveis as infraestruturas de mediação do território. Ao reconhecer-se a incapacidade de capturar ou representar o território *que existe*, avançar-se-á para uma interpretação. Cada um dos capítulos seguintes foca-se numa mediação infraestrutural distinta da produção do território açoriano. A impossibilidade de cobrir o espectro *total* procura sugerir aqui um imbricamento comum: o da tecnologia. Interessa, por isso, intuir uma perspetiva relativa à produção territorial dos Açores tendo como base a imersão nos média²¹ enquanto natureza-cultura-materialidade-tecnologia. Portanto, o propósito é a formulação do que se designa por tecnoestruturas e que correspondem às estruturas tecnológicas que revelam e tornam possível o território dos Açores.

A emergência das *Tecnoestruturas Geopolíticas* é necessariamente poliédrica. “Tecnologia” e “técnica” partilham a raiz etimológica *tékhne*, que na perspetiva grega original remetia para “fazer” ou “produzir, a partir do deixar-aparecer” (Heidegger, [1953] 2002, p. 139). A junção do prefixo “tecno” a

16 No essencial, remete para a produção e relevo de linhas narrativas e de sentido (Ingold, [2007] 2016).

17 Não se traduziu o excerto por se considerar a aliteração original relevante.

18 O exercício teve início no âmbito da unidade curricular optativa “Domínio das Imagens” do Programa de Doutoramento em Arquitetura e prosseguiu ao longo da elaboração da tese.

19 No fundo, elaborou-se um atlas. Para Crawford (2021) e Didi-Huberman ([2011] 2016), um atlas é simultaneamente um ato de criatividade (uma intervenção subjetiva, política e estética) e uma coleção científica, subvertendo a separação entre arte e ciência.

20 Na mitologia grega, personificava a moderação e integridade.

21 Parikka ([2012] 2018, p. 31) escreveu que a epistemologia e a estética são condicionadas pelos média.

“estruturas” propõe a leitura de constituições suscitadas, num “deixar-aparecer que traz o produzido como uma coisa vigente para o meio de coisas já em vigor” (Heidegger, [1953] 2002, p. 139). Ao encarar os média como conjuntos de natureza e cultura, física e técnica, tecnologia e legislação, convocam-se variantes semânticas ilustrativas da circunstância atual, que por sua vez correlacionam a “nuvem” e os “dados”, o “digital” e o “dióxido de carbono”, a “energia” e os “recursos”.

Tendo como fito uma metodologia de aproximação às referidas tecnoestruturas, identificou-se um conjunto de momentos que servem de marcadores temporais e, simultaneamente, de eventos sintomáticos, cuja espessura simbólica, histórica, mediática e territorial merecerá uma atenção particular. Destes momentos, elencam-se os seguintes: a criação do canal público de televisão, RTP Açores; a implementação da legislação autonómica; a instituição do modelo vigente de produção pecuária; a submissão do projeto de Extensão da Plataforma Continental (EPC); a criação do Serviço Meteorológico dos Açores; o projeto de construção de um porto espacial em Santa Maria; a configuração do sistema de produção de eletricidade; a instalação de infraestruturas afetas ao sector digital; a adoção do sistema logístico afeto ao sector da construção; a implementação do sistema de tratamento do lixo. Em termos sumários, procurar-se-á entender o território açoriano na sua dimensão hodierna. A incidência particular no período de sensivelmente cinquenta anos que cobre os eventos elencados (de 1975 até hoje) é praticamente coincidente à de um país democrático. Apesar disso, a análise não concerne somente a condição contemporânea, embora se assuma o interesse decisivo por temáticas que (ainda) não são passíveis de arquivamento dado a inexistência de distância suficiente em termos temporais.

A chegada da televisão através de um canal público e a estipulação do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (RAA) foram eventos subsequentes. Em contrapartida, a operação televisiva inaugural dependeu de um evento determinante, em grande parte responsável pela urdidura do conceito de território aqui sugerido: o surgimento da eletricidade. Nas palavras de McLuhan ([1964] 1994), “[d]a simples sucessão nada resulta, a não ser a mudança. Assim, a maior de todas as revoluções foi a revolução criada pela eletricidade, que acabou com as sequências ao fazer com que tudo ocorra instantaneamente” (p. 12).²² Nesta linha de pensamento, e para um melhor entendimento destas ocorrências, será necessário aflorar fenómenos que remontam ao final do século XIX, ainda assim com a finalidade essencial de contribuir para uma explicação mais frutífera da contemporaneidade. Fundamentalmente, interessa estabelecer um compromisso com o tempo presente, com recurso a recuos estratégicos; mais precisamente, intersectar a produção do território dos Açores com instrumentos tecnológicos e técnicos.

Para além da introdução e da conclusão, a tese divide-se em três partes: *Território Síncrono*, *Território Potencial* e *Território Operativo*. Na primeira parte, o território produz-se numa espécie de refrão, ou seja, mediante um conjunto de repetições tecnológicas e técnicas. A persistência das mensagens veiculadas nas repetições origina indícios que compõem um território identificável, como exemplificam o desenvolvimento dos mecanismos da caça à baleia, a fundação das bandas filarmónicas, a instalação de bases militares, a construção de Impérios do Divino Espírito Santo, o culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres, os programas regionais da RTP Açores, a intensificação da exploração das vacas. A este título, vale a pena transferir um excerto sobre a metáfora musical na explicação do estabelecimento da previsibilidade e da ordem face às condições da existência:

O refrão é fundamentalmente construtivo: reúne uma série de elementos díspares, todos eles fundamentalmente vibracionais – vistas, sons, ritmos, objetos materiais, características geográficas, objetos encontrados, as suas próprias reações corporais – numa totalidade sintética organizada, um território que agora contém ou localiza qualidades expressivas – cores, texturas, tons, tempos – tudo feito numa espécie de montagem, uma criação natural. (Grosz, 2008, p. 56)

22 Para esta citação específica, recorreu-se à tradução de J. M. Silva da obra de McLuhan editada em 2008 pela Relógio d'Água.

No fundo, Grosz (2008) propõe o destaque do sinal em relação ao ruído. Transpondo o raciocínio para o tema em consideração, a sincronização do território faz-se mediante mecanismos materiais e simbólicos aplicáveis ao nível do arquipélago. Ora, o território síncrono *en-forma-se* neste processo circular.

A segunda parte remete para uma produção do território que pende sobretudo para configurações territoriais possíveis. De que formas poderão consubstanciar a sua expansão ou alteração? Essencialmente, interessa a perspetiva do território que poderá *vir a ser*. A alteração territorial está subjacente à proposta de EPC, à construção do porto espacial de Santa Maria, à presumível sementeira de nuvens. Em contraste com a secção anterior, onde se atende predominantemente ao nível do arquipélago, neste segmento a ilha destaca-se como a unidade produtora de território. Basicamente, ao ser gerida a capacidade territorial, gere-se o devir do território. O território potencial amplia-se mediante mecanismos especulativos.

Na terceira parte, o foco incide nalgumas das lógicas da urbanização que suportam a sociedade-arquipélago açoriana. A condição territorial faz-se através de sistemas extrativos, da produção de eletricidade, da circulação de dados e informação, da gestão de resíduos. O território operativo funciona, passe-se a expressão.

A explanação de enquadramentos críticos relativamente inexplorados na investigação de políticas territoriais poderá, eventualmente, ser analisada sob outra perspetiva numa leitura que lhe suceda. Nas palavras de Stengers ([2009] 2015), “[o] que é próprio de cada acontecimento é o facto de pôr em comunicação o futuro que dele herdarà com um passado narrado de forma diferente” (p. 39). Dito de outro modo, esta tese pretende ser uma alternativa, entre outras possíveis, ao decurso da ação e imaginação sobre o território açoriano.

Coletivamente, os episódios especificados evidenciam a vontade de controlo do território. Todos se intersectam no destaque das vertentes tecnológica e técnica sob uma lente geopolítica. Segundo Peters (2016), “os média não são exclusivamente modernos” (p. 19), em vez disso são “constituintes fundamentais da organização”. A este propósito, cruza-se o que Shelley ([1818] 2021) escreveu numa adenda à introdução de *Frankenstein*: “[t]udo tem de ter um início” e “esse início tem de estar ligado a algo anterior” (p. 5). Por essa razão, os *Mitos e os Imaginários Políticos* que antecedem o ano 1975, identificado como charneira, são essenciais para a constituição mediática do território dos Açores. As rotas marítimas, o curso, a pirataria, os naufrágios, o vulcanismo, a caça à baleia (ou, antes, arriar à baleia), a emigração, as guerras e o comércio são eventos que estão “no meio das coisas”. *In media res*, assim se cria um arquipélago.

primeira parte

território síncrono

1

MITOS E IMAGINÁRIOS POLÍTICOS

Serpa (1978) afirmou que os portugueses terão admitido a existência de uma grande ilha, ou de um conjunto de ilhas, desde o início do século XIV. As ilhas localizadas no meio do oceano eram denominadas Antília e Sete Cidades. Após a instalação dos colonos nas primeiras sete ilhas¹ (que correspondem atualmente aos grupos oriental e central), a procura pelas ilhas imaginárias terá continuado (Serpa, 1978, p. 38). Depois de mais de vinte anos da chegada ao grupo oriental, chegaram às ilhas das Flores e Corvo, em 1452 (Serpa, 1978). O facto de a colonização do grupo ocidental ter ocorrido mais tarde em relação aos outros grupos não é acidental, deve-se à posição geográfica e às condições de acessibilidade. Estas ilhas “assumiram-se até tarde como outra entidade, sendo conhecidas como ilhas Floreiras, enquanto as restantes por ilhas dos Açores ou Terceiras” (Leite, 2012, p. 36). O povoamento das ilhas demorou cerca de um século e fez-se de oriente para ocidente (Leite, 2012, p. 37). A difusão televisiva tardou a abranger as duas ilhas, consistindo num exemplo igualmente sintomático do isolamento relativo, como será referido no capítulo *Televisão ou Revolução*.

Na prática, os Açores foram “‘pedras’ de importância fundamental” (Brito, 2005, p. 27). Transcrevendo a teoria de Munari ([1971] 2019): “Vistas de longe algumas pedras / são como um pequeno mundo / com os seus continentes, ilhas e mares” (s.p.). Na altura em que foram achadas, eram “rochas”; e tornaram-se “ilhas”, no sentido contemporâneo – logo, produtivo – do termo. Por outras palavras, a tradução² efetiva das pedras em ilhas inaugurou a conceção dos Açores como um território-escala. No âmbito desta tese, importa igualmente a percepção inversa: no capítulo *Vinculação do Marítimo* desenvolver-se-á uma reflexão em torno da despromoção do termo “ilha” num caso contemporâneo concreto, o das Formigas.

Neste sentido, importa prosseguir o raciocínio a respeito da matéria (substância) insular. A probabilidade de a origem das ilhas remeter à solidificação de materiais magmáticos à superfície assinala que estas poderão ser cones vulcânicos “distribuídos linearmente ao longo das supostas linhas de fractura, de formação mais recente”³ (Serpa, 1978, p. 21). Os primeiros registos da atividade vulcânica e da sismicidade datam de 1439, sendo praticamente concomitantes com o povoamento das ilhas (França et al., 2003). A partir de 1638, começaram a ser documentados fenómenos de emersão e subsequente desaparecimento de pequenas elevações no meio do mar, decorridos de algumas atividades vulcânicas (Serpa, 1978).

A ilha efémera mais célebre, “Sabrina”, data de 1811 e apareceu ao largo da Ponta da Ferraria, em São Miguel. Thomas Ashe terá testemunhado o “fenómeno surpreendente”, conforme o designou: desde o alarme causado pelas “repetidas convulsões de terra” na zona dos Ginetes, Várzeas e Candelária; até ao desvio da atenção pública, que se virou “da terra para o mar, de onde um tremendo volume de fumo, apesar de extremamente denso e grosso, subia até a uma altura extraordinária acima da primeira região da atmosfera” (Ashe, 1813, p. 89). Passados uns dias de intensa atividade eruptiva, descrevia que: “a coroa do vértice do vulcão, que parece ter cerca de duzentos metros de circunferência, está agora a poucos metros da superfície do mar” e “em breve elevar-se-á acima da superfície e assumirá, no decurso dos tempos, a extensão e o carácter de uma ilha” (Ashe, 1813, p. 90). Também Manuel Borges Henriques, natural da ilha das Flores e que viveu a maior parte da sua vida em Boston, relatou o acontecimento:

No dia 18 [de junho de 1811], o navio de guerra britânico Sabrina – cuja tripulação, dois dias antes, tinha observado duas colunas de fumo branco a subir do mar, que supunham ser resultado de um combate – aproximou-se do vulcão o mais possível com segurança e encontrou-o a arder com uma violência inabalável, lançando grandes pedras, cinzas e cinzas, acompanhadas de várias concussões graves. Por volta do meio-dia, avistou-se a boca da cratera, que se

1 A primeira terá sido Santa Maria, em 1427 (Serpa, 1978).

2 Por “tradução” entenda-se “interpretação” ou “explicação”; “revelação” de um significado. A propósito da “tradução” de elementos, particularmente com vista à sua rentabilidade no sistema capitalista vigente, atente-se ao capítulo em apreço e a *Natureza Depois da Natureza, Geopolíticas Verticais, Vinculação do Marítimo, Ordem Elétrica*.

3 A grafia original foi respeitada.

mostrava acima da superfície do mar. (...) No dia 4 de julho, tinha-se formado uma ilha completa e estava perfeitamente sossegada. O comandante e alguns oficiais do *Sabrina* efectuaram um desembarque, mas encontraram um terreno muito íngreme, com uma altura entre duzentos e trezentos pés. Com muita dificuldade chegaram ao cimo; mas o solo – ou melhor, as cinzas, compostas por matéria sulfurosa, escórias de ferro, etc. – estava tão quente por baixo dos seus pés que foram obrigados a regressar. No entanto, antes de partirem, reclamaram a posse da ilha recém-nascida em nome de Sua Majestade Britânica e deixaram a bandeira inglesa a voar sobre ela.⁴ (Henriques, 1867, pp. 18-19)

O facto de ter sido lá hasteada uma bandeira simboliza as pretensões dos britânicos em relação aos Açores. Em 1812, o capitão James Tillard, comandante do HMS *Sabrina*, reportou a reivindicação do pedaço de terra: “(...) aqui plantámos a bandeira britânica e deixámos uma garrafa selada, contendo um breve relato da origem da ilha e de a termos batizado Ilha Sabrina” (Pacheco, 2021, p. 238). Regressando à obra de Thomas Ashe, o prefácio de Jos. T. Haydn evidenciou a “conveniência de considerar os Açores como colónias e plantações britânicas” (Ashe, 1813, p. iii) como uma das motivações para o conhecimento sistemático das ilhas [fig. 1.2]. Haydn prosseguiu:

A ideia de colocar as ilhas ocidentais sob a proteção da Inglaterra está longe de constituir um plano insignificante ou um projeto visionário. Portugal deve a este país largas somas de dinheiro e deverá sentir-se feliz ao saldar a sua dívida através da transferência da soberania sobre as ilhas em favor do Reino Unido. Isto modificaria imediatamente a situação geral dos Açores e abriria novas vias de comércio à Inglaterra, o que compensaria os empréstimos feitos em apoio à causa de Bragança. Esta medida não só enalteceria a glória do Reino de Inglaterra como também viria a contribuir para o benefício de todas as ilhas. (...) Libertaria cerca de meio milhão de pessoas de uma situação de escravatura para uma situação de independência, desenvolvimento industrial e força política. (Ashe, 1813, pp. iv-v)

Efetivamente, a posição geográfica do arquipélago não era um fator despiciendo. Cerca de quatro séculos antes, a localização das ilhas açorianas configurou-se de extrema utilidade, tanto na aguada como no abastecimento e no transporte de especiarias e de metais preciosos – dito de outra forma, como território-âncora⁵ à colonização portuguesa e espanhola. De modo fundamental, as ilhas participaram “em todas as diligências da empresa expansionista, enquanto bases de lançamento e escalas de acolhimento de naus e de expedições” (Meneses, 2005a, p. 217), devido à “posição-charneira” (Rodrigues, 2005, p. 478) do arquipélago. Adicionalmente, as nove ilhas caracterizam-se por uma distribuição longitudinal, isto é, numa faixa estreita com um clima marcado pela “oceanicidade” (Serpa, 1978, p. 27) relativamente uniforme. Por outro lado, as condições atmosféricas e do mar dificultavam o retorno das embarcações aos portos do Continente português⁶, numa primeira fase, desde a região da Guiné; posteriormente, da América e da Índia⁷. A conjugação da força dos ventos, das correntes marinhas, das técnicas da navegação com o posicionamento geográfico das ilhas transformou os Açores “em esteio das principais rotas oceânicas” (Meneses, 2005a, p. 215). A denominada “volta pelo

[pp. 24-25] Fig. 1.2 - *Azores, or western Islands*, Thomas Ashe, 1813. Mapa integrado em *History of the Azores, or western Islands; (...) and demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire*.

4 Idem.

5 Neste contexto, a Terceira era particularmente relevante devido à passagem das armadas portuguesas e espanholas.

6 À época, denominados de “portos reinóis” (Meneses, 2005a).

7 Exemplificado pela ancoragem de Cristóvão Colombo em Santa Maria, em 1493; e o desembarque de Vasco da Gama na Terceira, em 1499 (Meneses, 2005a, p. 216).

P.^{ta} dos Turraiz *P.^{ta} do Pico de Joao de Moura*
P.^{ta} Blanca *P.^{ta} del P.^{to} Casa*
P.^{ta} del P.^{to} Escarvalle

[illegible]

39

38

37

31	Longitude West from Greenwich.
----	--------------------------------

29

2

GRAC

P.^{no} de Pico Negro
P.^{no} de Fozo de Torco
P.^{no} de Jorge Gomez
P.^{no} del Fraile
P.^{no} Blanco
P.^{no} de Fozo

FAYAN

Pico

AZORES
or
Western Islands.

FLORES

TERCEIRA

S.^t MICHAEL

S.^t MARY

Formigas

Danger 17 28 9

[illegible]

largo”⁸ [fig. 1.3] denotava “a valia da base insular para o reabastecimento e a segurança das armadas” (Meneses, 2005a, p. 215). Algumas das concepções contemporâneas instauradas com base na “volta pelo largo” serão analisadas no capítulo *Geopolíticas Verticais*.

A partir do momento em que as rotas portuguesas e espanholas estabeleceram os Açores como território de serventia, o enfoque em redor das ilhas aumentou e, conseqüentemente, as investidas de piratas e corsários intensificaram-se (Costa, [1978] 2021; Meneses, 2005b; Serpa, 1978), como atesta o seguinte excerto de *Saudades da Terra*⁹:

(...) mas, se por causa das serras e porto, a vila [Vila Franca do Campo, São Miguel] está segura, não está o mar daquela costa, por andarem muitas vezes cossaios espreitando e esperando os navios que vão para fora e doutras partes vêm para esta ilha, por todos irem demandar o alto morro que está perto dela, que é, como disse, a primeira coisa que se vê, quando vêm do oriente.¹⁰ (Frutuoso, [1586-1590] 1998b, p. 154)

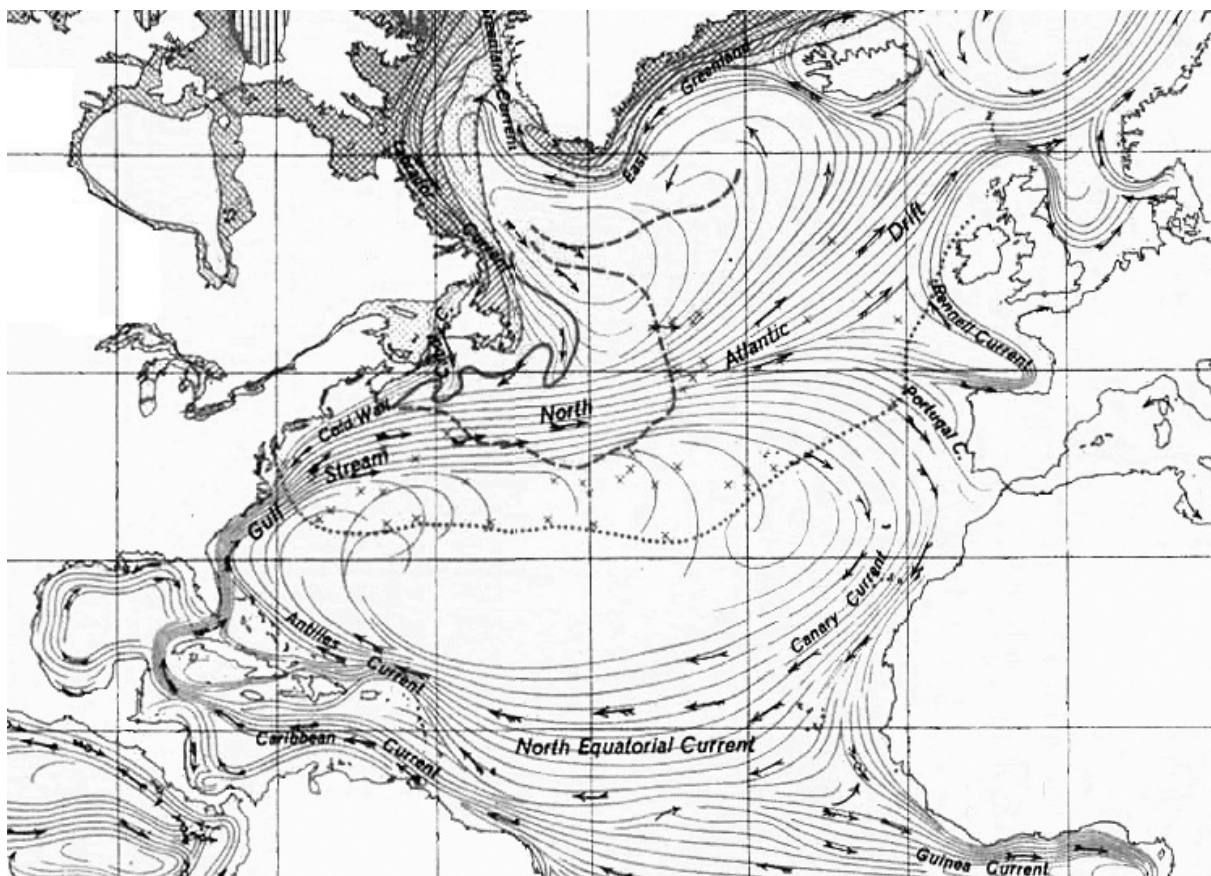


Fig. 1.3 - The North Atlantic Gyre. Excerto de *Ocean Currents and Sea Ice from Atlas of World Maps* do Exército dos Estados Unidos, 1943.

⁸ “O giro do Atlântico Norte”, “volta do mar”, “volta do mar largo” são exemplos de expressões alternativas para designar a circularidade das correntes.

⁹ Um manuscrito extremamente meticuloso que constitui uma fonte relevante para a reconstituição do passado das ilhas da Macaronésia, em particular dos Açores.

¹⁰ A grafia original foi respeitada.

A constituição da armada das ilhas firmou-se neste contexto, com o propósito de transportar e policiar “os mares infestados por pirataria e corso” (Matos, 1980, p. 449). Contudo, o contrabando era uma atividade assinalável que antecedeu o período de aumento significativo da pirataria. De forma a evitá-lo, proibiu-se o desembarque das naus e os contactos vindos de terra (Leite, 2005b, p. 536).

Costa ([1978] 2021, pp. 41-42) elencou os motivos que sustentaram os designados “empreendimentos atlânticos” numa intersecção com os modos de pensar próprios ao século XV: a curiosidade geográfica (no caso, pré-moderna), o espírito de cruzada (de guerra aos “infiéis”), o proselitismo, as preocupações comerciais, a procura de prestígio. Neste contexto, manifestamente eurocêntrico e colonizador, à “ânsia de possuir as Canárias” acresceu a “revelação geográfica da Madeira e dos Açores”¹¹ (Costa, [1978] 2021, p. 42). Em 1494, o Tratado de Tordesilhas certificou a ambição colonial precedente. Na segunda parte da tese, *Território Potencial*, ensaiar-se-á uma interpretação sobre a derivação e configuração hodierna dessa pretensão.

Noutro ângulo, Meneses (2005a) distinguiu duas vertentes na origem da colonização açoriana: “as expectativas económicas” e as “possibilidades de penetração oceânica” (p. 214). Quanto à primeira, o arquipélago viria a contribuir na supressão das carências alimentares de outras partes do reino¹², inclusivamente da Madeira, que na época cumpria uma política económica especializada no cultivo da cana-de-açúcar¹³ (Brito, 2005; Matos, 1980; Meneses, 2005a). Relativamente à segunda, destaca-se a procura do “domínio dos mares”, como atestam alguns dos exemplos sublinhados pelo historiador: em 1470, “alguns diplomas de outorga de ilhas intentam mais a prossecução da exploração dos mares do que propriamente o aproveitamento das terras”; em 1475, “a confirmação monárquica da compra das Flores e do Corvo (...) acompanha um incentivo de achamento de novas ilhas fora da zona da Guiné, que constitui uma reserva da coroa” (Meneses, 2005a, p. 216). A última ocorrência evidencia a “transformação de estâncias dos Açores em bases de revelação de novos horizontes” (Meneses, 2005a, p. 216). No âmbito do projeto colonial português, a ocupação dos Açores “favorece a construção do império ultramarino” (p. 216), para além de servir como “campo de ensaio do projecto expansionista”¹⁴ (p. 262). Salienta-se a tentativa de diversas culturas, em particular do açúcar, do vinho e do pastel, enquadrada num “desígnio de adequação à procura europeia” (Meneses, 2005b, p. 339).

Os dois fatores elencados, o económico e o apoio à navegação, principiaram o estabelecimento da “utilidade estratégica dos Açores” (Meneses, 2005a, p. 215) instaurada no século XV, tendo sido amplamente documentada (Brito, 2005; Costa, [1978] 2021; Leite, 2005a, 2005b; Meneses, 2005a, 2005b; Peres, [1943] 1983; Rodrigues, 2005; Serpa, 1978). Ainda que sujeita a contornos diferentes, essa mesma utilidade estratégica manifesta-se nos dias de hoje – sobretudo sob uma lente territorial, como se procurará argumentar ao longo da tese.

11 Ainda que a discussão mais profunda sobre a origem do conhecimento e colonização dos Açores não tenha cabimento nesta tese, sublinha-se a proliferação de teorias a propósito da consciência da existência dos Açores no século XIV (Costa, [1978] 2021).

12 Termo utilizado para registar na documentação da época o “território de matriz continental” (Leite, 2012, p. 413).

13 Tal como na Madeira, nos Açores foi testado o cultivo da cana-de-açúcar, mas as condições climáticas provaram ser desfavoráveis (Serpa, 1978; Meneses, 2005a).

14 A grafia original foi respeitada.

Vinculação das terras

Na época do povoamento, o controlo monárquico à distância foi mediado através de um “regime de cedência de direitos” em que o soberano transmitiu “a posse dos Açores a um donatário¹⁵, o primeiro dos quais o infante D. Henrique” (Meneses, 2005a, p. 225). No entanto, a falta de cumprimento dos donatários na incumbência do povoamento e arroteamento¹⁶ das ilhas conduziu ao estabelecimento das capitânias, que se constituíam em unidades administrativas mais pequenas, logo, de governação mais controlada (Coelho, 1974, p. 20; Meneses, 2005a, p. 225; Serpa, 1978, p. 44). Neste contexto, e de acordo com a mesma metodologia sucessória observada na donataria, surgiram os capitães dos donatários, “os principais obreiros do povoamento dos Açores” (Meneses, 2005a, p. 225). O “senhorismo peninsular”¹⁷ observado no século XV replicou-se de forma inequívoca no território insular (p. 224). Deste modo, pode aludir-se à “constituição de uma oligarquia”, cuja “união dos poderosos” se estabelecia “no cruzamento das famílias” (p. 306). Complementarmente, a estrutura eclesiástica obedeceu ao modelo franciscano (Rodrigues, 2005, p. 450). De uma maneira geral, quem controlava o poder e detinha propriedades – eclesiásticos incluídos – ocupava cargos na origem dos centros de decisão. Gaspar Frutuoso ([1586-1590] 1998), o cronista e clérigo micalense que retratou a sociedade açoriana no final do século XVI, denominava este conjunto de intervenientes de “principais” ou “melhores”, apesar de pouco numerosos. Todavia, grande parte dos responsáveis pela arroteia era “um misto de cavaleiros e de mercadores” (Meneses, 2005a, p. 261), “ávidos da consecução de um modo de vida à laia da nobreza, isto é, caracterizado pelo exercício de poder e pela acumulação de riqueza” (p. 260). Além do mais, ainda que em número relativamente reduzido, registou-se a presença de judeus, de mouros, de “delinquentes” ou “degredados” e de mão-de-obra escravizada¹⁸ (p. 265).

Meneses (2005a, p. 275) sustentou a tese de que os instrumentos agrícolas ilustram a evidência da origem da maioria dos povoadores dos Açores. A título de exemplo, na altura, o denominado arado de garganta¹⁹, utilizado na Terceira, Santa Maria, Graciosa, São Jorge e Pico, era convencional no Alentejo e no Algarve²⁰; em São Miguel e no Faial o modelo de arado divergia do anterior²¹, que se aproximava do das Beiras, do tipo radial (p. 275) [fig. 1.4]. O desenvolvimento dos arados foi típico das primeiras etapas da mecanização, numa transformação dos instrumentos agrícolas que teve uma incidência particular nos Estados Unidos da América em meados do século XIX (Giedion, [1948] 2013, p. 147). Depois de se manter relativamente estável durante séculos, a tecnologia agrícola alterou-se profundamente no arquipélago apenas em meados do século XX.²² Algumas consequências serão afloradas no capítulo *Natureza Depois da Natureza*.

15 Segundo Leite (2005a), a donataria “era uma forma de concessão a um senhor (os donatários das ilhas foram sempre membros da família real) de territórios recém-descobertos com o fim de promover a sua colonização e aproveitamento” (p. 308).

16 Arrotear é “desbravar (a terra) para ser cultivada”, “lavar para o primeiro cultivo” (Infopédia, 2024).

17 Caracterizado pela proximidade à família real, numa “espécie de reprodução da corte, composta por um numeroso séquito de dependentes” (Meneses, 2005a, p. 259).

18 Gaspar Frutuoso, contemporâneo da colonização do Corvo, registou a “introdução compulsiva” (Meneses, 2005a, p. 270) de mão-de-obra escravizada cabo-verdiana na ilha mais pequena.

19 Composto pelas seguintes peças: “*rabiça*, *cunha da rabiça*, *sapata da rabiça*, *aivecas*, *travessa das aivecas*, *frade*, *temão* e *ferro*. A *rabiça* é um pau levemente curvo a aguçar para a ponta; a *cunha da rabiça* é uma peça dobrada em ângulo obtuso, com os braços de cerca de 40 cm a 60 cm; esta peça liga-se à *rabiça* pela haste mais comprida por meio de dois parafusos, e à *sapata da rabiça*, pela haste mais curta; a *sapata da rabiça* é uma peça direita, de secção retangular, de cerca de 80 cm de comprimento, chanfrada na ponta para assentamento do *ferro*; as *aivecas* fixam-se, à frente, junto à base do *ferro*, dispostas num plano ligeiramente superior à *sapata da rabiça*, e abrem para trás em V, mantidas nessa posição por meio da *travessa das aivecas*; o *frade* é uma régua de madeira rija, espigada na sapata da rabiça; o *temão*, direito, insere-se na *cunha da rabiça*, acima do vértice” (Oliveira, Galhano & Pereira, [1995] 2020, 145º para.).

20 Segundo Meneses (2005a), a correlação “açórico-algarvia” terá sido contínua.

21 Neste tipo de arado, “o dente-rabiça é feito de duas peças, assim como o *temão*”, ao passo que no modelo referido anteriormente “o dente-rabiça compõe-se de três elementos e o *temão* é inteiriço” (Oliveira, Galhano & Pereira, [1995] 2020, 146º para.).

22 Informação obtida durante a visita ao Museu da Graciosa, em agosto de 2021.

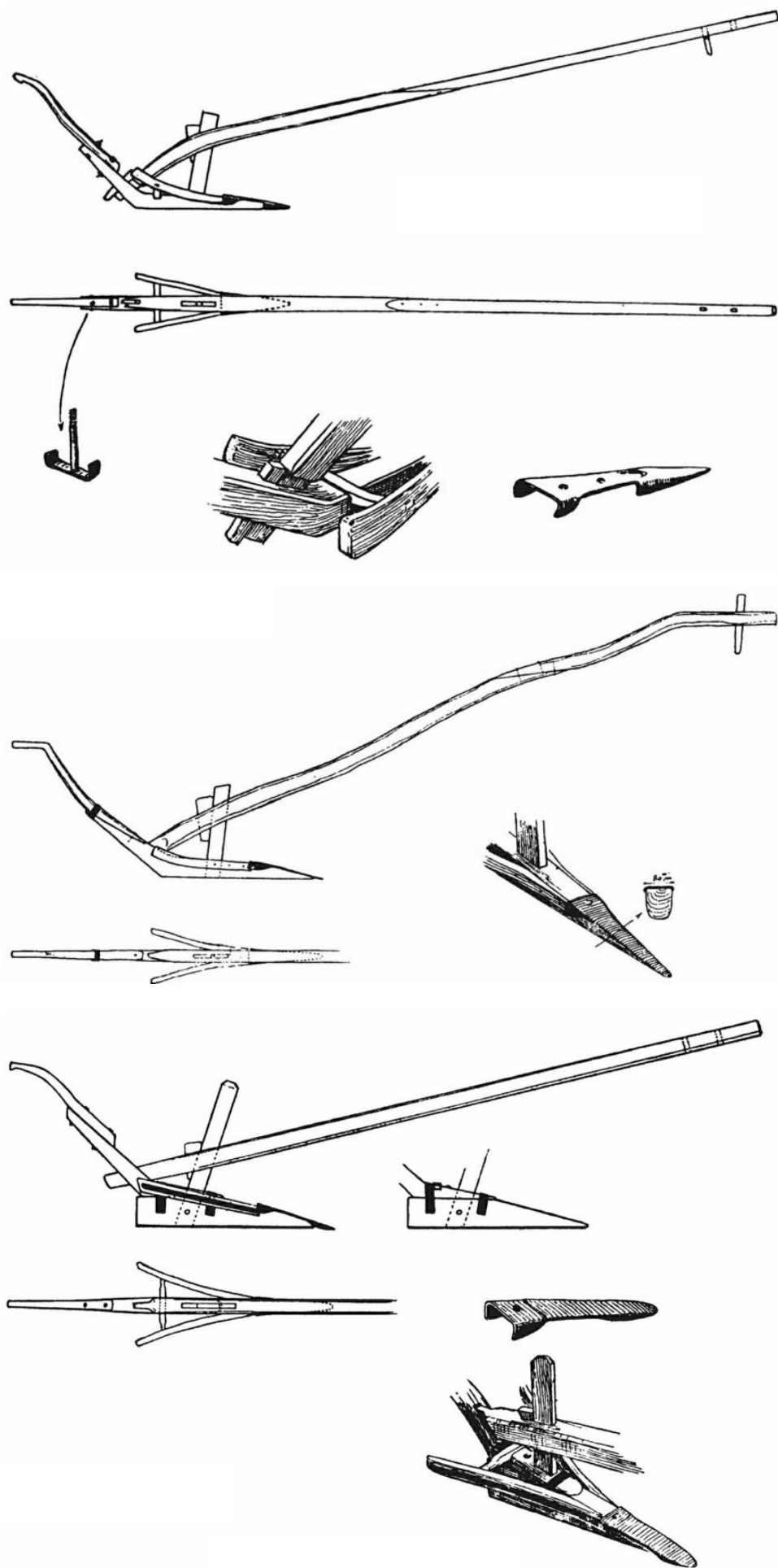


Fig. 1.4 - De cima para baixo: arado da Terceira, arado de Santa Maria, arado de São Miguel.

O povoamento foi predominantemente incentivado através de isenções fiscais e da repartição de terra. Nas ilhas, a reclamação do solo foi (e é) exacerbada pelas características geomorfológicas. A distribuição de terras obedeceu à lei fernandina de 1375, cuja aplicabilidade insular havia sido experimentada nas Canárias e na Madeira. No caso dos Açores, o sistema de sesmarias abrangia uma concessão condicional de terras, na medida em que a doação de parcelas implicava um aproveitamento agrícola efetivo, no prazo de cinco anos (Meneses, 2005a, pp. 219-220; Serpa, 1978, p. 43). O acordo acarretava “a obtenção pelo beneficiado de um direito de livre posse”, que contemplava “a possibilidade da alienação e da vinculação” (Meneses, 2005a, p. 219). Ora, a estratégia da vinculação acabou por revelar-se a mais robusta: os morgadios conservaram as propriedades de forma duradoura (Rodrigues, 2015).

No final do século XV, as concessões já eram diminutas nas ilhas onde se tinha iniciado o povoamento (Santa Maria, São Miguel e Terceira), o que levou a que, no fim do primeiro quartel do século XVI, se proibisse a continuação de distribuição de terras em São Miguel (Meneses, 2005a, p. 220). Quando a terra se tornou num bem escasso, estabeleceu-se um estímulo oficial à mobilidade interilhas (p. 281). Ainda assim, a desigualdade na distribuição da terra fomentou, nas palavras de Meneses (2005a), a “reconstituição da sociedade tradicional”²³ (p. 304), atestada pelo aumento dos indícios da “acumulação da propriedade vinculada” (Rodrigues, 2015, p. 261). A terra ou, melhor, os solos férteis, passaram de abundantes a escassos e disputados. Veja-se o exemplo do Pico: no início do século XVI registava apenas quatro proprietários, que dominavam a ilha em termos económicos (Rodrigues, 2005, p. 472). Os referidos proprietários eram, precisamente, uma amostra dos já mencionados “principais” ou “melhores” (Frutuoso, [1586-1590] 1998b). O poder que exerciam alicerçava-se na posse da terra (Rodrigues, 2005, p. 475). Em 1978, Serpa (p. 128) constatou que 70 % das terras micalenses eram mediadas por rendeiros, por isso apenas 30 % do solo cultivado era propriedade dos trabalhadores. Atualmente, a persistência da mesma estrutura agrária subsiste em São Miguel, pelo que prevalece o sistema arrendatário.²⁴

Meneses (2005a) referiu que o início do povoamento demonstrou a “vontade de criação de uma espécie de comunidade de iguais” (p. 303), o que evoca uma outra ilha: a *Utopia* de More ([1516] 2019). Nesta última ensaiava-se uma alternativa social, cujo destino cabia aos próprios seres humanos – ou seja, Deus não estava no centro. Para More ([1516] 2019), as leis prestavam-se ao papel de reformulação de uma sociedade onde todos os bens eram comuns. Ora, se o neologismo “utopia” (Vieira, 2010) data de apenas algumas décadas depois do início da colonização dos Açores, a hipótese de ter existido uma espécie de experimentação utópica (no sentido de More) no meio do Oceano Atlântico parece desarmar-se. No que se refere à operacionalidade do conceito de “utopia”, a teoria de Édouard Glissant diferiu significativamente da de Thomas More²⁵. Numa série de conversas com Hans Ulrich Obrist, Glissant distanciou a ideia de “utopia” da procura da perfeição. Alternativamente, “[u]topia é o que nos falta no mundo” (Obrist & Glissant, [1999-2011] 2021, p. 59), por outras palavras, é uma forma de totalidade sem um modelo, caso contrário seria um totalitarismo. Glissant lembrou que na *Utopia* de More ([1516] 2019) foi definido um conjunto de normas – no fundo, um regime, – cujo incumprimento se traduz numa exclusão social. Segundo o filósofo nascido na Martinica, a noção de “utopia” deverá pressupor o acolhimento da ideia de mudança, ainda que sejamos sensíveis às perceções de estabilidade e de imutabilidade (Obrist & Glissant, [1999-2011] 2021, pp. 67-69). Por outras palavras, ao invés de excluir, esta segunda interpretação de “utopia” engloba. Posto isto, parece evidente que os modos de povoamento não acolheram um projeto utópico, uma vez que o princípio de exclusão era subjacente.

23 Meneses (2005a) esclareceu que a expressão “sociedade tradicional” descreve a “solidariedade dos possidentes, que intenta a acumulação de honra e de proveito” (p. 305) e replica o modelo familiar de estruturação das regiões de proveniência.

24 No capítulo *Natureza Depois da Natureza* será explorada a influência do regime do latifúndio no atual ciclo de ocupação das terras.

25 No prisma de Vieira (2010), “embora tenha inventado a palavra utopia, More não inventou o utopismo, que tem no seu cerne o desejo de uma vida melhor; mas mudou certamente a forma de exprimir esse desejo” (p. 6). Acrescente-se que a reflexão sobre alternativas face a situações adversas é naturalmente anterior à invenção da palavra por More (Vieira, 2010, p. 20).



Fig. 1.5 - As vizinhas e cunhadas Belmira e Zélia relatam o episódio do roubo do sacrário e o início da pandemia.
Frame do vídeo da autoria de Rodrigo Gonçalves, dezembro de 2020, Santa Bárbara, São Miguel.

Vulcanismo e religiosidade

Em todo o caso, o povoamento do arquipélago terá sido difícil, demorado e penoso (Meneses, 2005a). Em parte, devido à severidade climatérica e ao vigor do vulcanismo. Serpa (1978, p. 21) afirmou que a sismicidade era o aspecto mais determinante na religiosidade dos açorianos. O manuscrito *Saudades da Terra* é particularmente conveniente na ilustração da frequência dos tremores de terra, designadamente na narração do grande sismo de 1522 que assolou Vila Franca do Campo²⁶:

(...) estando o tempo sereníssimo, sem fazer bafo de vento que então era levante, estando o céu estrelado e claro, sem aparecer nuvem alguma, se sentiu em toda a ilha um grandíssimo e espantoso tremor de terra, que durou por espaço de um Credo, em que parecia que os elementos, fogo, ar e água, pelejavam no centro dela, fazendo-a dar grandes abalos, com rancos e movimentos horrendos, como ondas de mar furioso, parecendo a todos os moradores da ilha, que se virava o centro dela para cima e que o céu caía. (Frutuoso, [1586-1590] 1998b, p. 306)

Ainda hoje podem ser observados rituais e homenagens estabelecidos com o propósito de ligação do domínio religioso à atividade vulcânica e sísmica, como a romaria. A tradição quaresmal, criada depois

26 Segundo estudos desenvolvidos pelo Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos (CVARG), terá atingido a intensidade de grau X (muito destrutivo), conforme a Escala Macrossísmica Europeia 98 (IVAR, 2006).

do terramoto de 1522, mantém-se inalterada: os romeiros (apenas os homens) percorrem a ilha de São Miguel a pé e rezam em todas as igrejas que têm um altar dedicado à Nossa Senhora (Leal, 1994; Serpa, 1978). As romarias “conferem de facto uma expressão particularmente enfática às ideias de latência social e de morte” (Leal, 1994, p. 241), visando a “prática intensiva da oração e da penitência” (Leal, 1994, p. 242).

As crenças antigas continuam a ser entendidas como explicação de fenómenos naturais. De facto, “é frequente falar-se do mau tempo, das doenças, dos acidentes e dos desastres como resultado da vontade arbitrária de Deus” (Serpa, 1978, p. 95). A pandemia de COVID-19 não foi exceção. Na perspetiva de Belmira e Zélia, residentes na freguesia de Santa Bárbara, Ponta Delgada, São Miguel, o acontecimento esteve relacionado com o roubo do sacrário da igreja na noite de 12 de fevereiro de 2020. Num vídeo filmado no final do mesmo ano, explicaram que “a luz da igreja estava apagada, o rapaz [acólito] foi ver o que se passava e deu por falta do sacrário. Chamou gente. Foi encontrado no cerrado acima da igreja. O sacrário estava no chão, aberto, com as hóstias consagradas todas espalhadas. Foi o que gerou a pandemia. Dura até agora, ainda não parou! Nunca mais houve sossego. Na igreja, toda a gente chorou. O senhor padre engoliu as hóstias que estavam no sacrário... Coitado, engoliu-as todas, com ajuda de um bocadinho de água. Mas nunca mais houve sossego no mundo inteiro. Coisa que nunca tínhamos visto. Ficámos todos aterrorizados. E tornou-se mundial, Deus é grande” [fig. 1.5]. Para Serpa (1978), o temor provocado pelos fenómenos vulcânicos e sísmicos foi uma das causas principais na instalação de “uma religiosidade de fantasia e de coisas extraordinárias: milagres e promessas, superstições e práticas religiosas” (p. 101).

Voltando ao século XV, Meneses (2005a) salientou que alguns micalenses preferiam “muitas vezes o incómodo da pernoita sobre as ondas do mar ao risco de descanso sobre os perigos da terra”²⁷ (p. 222). À intensa e imprevisível atividade vulcânica, juntava-se o confinamento insular e o modo de vida precário – nomeadamente a existência de habitações muito frágeis, que eram essencialmente cabanas construídas em palha, feno ou rama (Frutuoso, [1586-1590] 1998b; Meneses, 2005a; Serpa, 1978), cujos vestígios ainda eram relativamente comuns no início da segunda metade do século XX (Albergaria, Medeiros & Leal, 2021; Tostões et al., [2000] 2007) [fig. 1.6].

Isolamento e articulação

O território terrestre dos Açores – passe-se a aparente redundância – é constituído por ilhas de relevo muito acentuado e que, na sua maioria, não eram dotadas de uma rede de comunicação por terra. O desenvolvimento da construção naval resultou da ausência de transportes regulares entre ilhas. O barco começou por ser o meio de circulação interno mais comum (Matos, 1980, p. 465), isto é, dentro da mesma ilha. De facto, “as péssimas vias de acesso terrestre” (Matos, 1980, p. 465) impunham que tanto os transportes de carga, como os de passageiros, fossem maioritariamente feitos por via marítima. A título de exemplo, frei Diogo das Chagas relatou o desenvolvimento de duas localidades do Pico que não se conheciam mutuamente (Meneses, 2005, p. 223). O caso do Corvo era ainda mais flagrante, como elucida o método de solicitação do serviço de barcos provenientes das Flores: através da utilização de sinais de fogo, reservada a situações de extrema necessidade (Meneses, 2005a, p. 224). Neste panorama, “o sacrifício de sobrevivência demove o empenho de muitos colonos” (Meneses, 2005a, p. 224), ilustrado pelo caso de João Vaz, oriundo de Montemor-o-Novo e que tinha sido “colocado por ordem régia em São Miguel, no cumprimento de uma pena de degredo” (p. 224). Meneses (2005a) esclareceu que:

27 Uma afirmação com respaldo na obra de frei Diogo das Chagas, realizada no século XVII.



Fig. 1.6 - Interior de uma casa de palha de chão terreiro, na Vila da Maia, São Miguel, c. 1960. Fotografia de Laudalino da Ponte Pacheco.

Em 1453, o desterrado²⁸ solicita a comutação do castigo em exílio perpétuo na cidade de Ceuta, preferindo a permanência em plena fronteira de guerra à existência açoriana de então, por considerar que “as ditas ilhas não eram tais para em elas homens poderem viver”. (p. 224)

Em 1534, constituiu-se o episcopado de Angra (Coelho, 1974, p. 29; Leite, 2005a, p. 320; Meneses, 2005a, p. 254). Nesta época, a ilha Terceira era o principal polo administrativo, religioso, político e comercial do arquipélago (Leite, 2005a, p. 320; Meneses, 2005a, p. 280). Não obstante, o sistema administrativo açoriano terá tido dificuldades em acompanhar a relevância das restantes ilhas, uma vez que “não respondia aos desafios do crescimento económico e, acima de tudo, à preponderância geoestratégica insular no vasto mundo atlântico” (Leite, 2005a, p. 327).

Esta dificuldade de gestão transitou para os espanhóis em 1583, quando se assinalou o fim da resistência da Terceira ao domínio de Filipe II de Espanha (Leite, 2005a, p. 328), como consequência da denominada Batalha da ilha Terceira ou Desembarque da Baía das Mós [fig. 1.7]. No seguimento deste evento, procedeu-se à valorização da componente militar, como atesta a construção da fortaleza do Monte Brasil que se tornou numa “sentinela do Atlântico” (Meneses, 2005b, p. 369). Afinal, os Açores tinham-se tornado um “teatro de assaltos de ingleses, franceses, holandeses [hoje, neerlandeses] e argelinos” (Serpa, 1978, p. 29) à navegação de Espanha e de Portugal.

28 Desterrado refere-se a alguém que se “afastou da sua terra ou da sua pátria, por opção ou por expulsão; expatriado; exilado” (Infopédia, 2024). Outro exemplo da “prática de desterro” data de 1480, quando, “após a manutenção de um romance com a própria sogra, o graciosense Nuno Martins obtém o perdão do sogro, mas na condição de mudança para o Faial, na companhia da legítima esposa. Embora os tribunais da corte imponham ao delinquente o cumprimento de dois anos de exílio na praça marroquina de Arzila, aceitam no essencial as condições da reconciliação familiar, que determina a troca da Graciosa pelo Faial, tudo isto numa era de intensificação do povoamento das ilhas do grupo central” (Meneses, 2005a, p. 273).



Fig. 1.7 - Desembarque dos terços espanhóis na baía das Mós, ilha Terceira, em 26 e 27 de julho de 1583. Detalhe do fresco de Niccolò Granello [1553-1593], Sala de las Batallas, Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, Madrid, Espanha.

As culturas também elucidam a condição de coordenação territorial que ultrapassava as próprias ilhas. Apesar de o cultivo do pastel ter sido proveitoso e lucrativo desde o início da colonização, em 1439²⁹ (Brito, 2005; Meneses, 2005a, 2005b), – a par da cultura do trigo,³⁰ – o declínio da sua produção consumiu-se ao longo do século XVI, suprimindo a maior fonte de rendimento e de internacionalização económica. Para além disso, a escala entre ilhas aguardava uma “definição de rotas”, daí que se conclua que “o surto do desenvolvimento local depende necessariamente da cadência do progresso internacional” (Meneses, 2005b, pp. 370-371).

Durante a segunda metade do século XVI, a Terceira era verdadeiramente “o pólo dinamizador da economia açoriana”³¹ e “era servida por todas as outras ilhas” (Serpa, 1978, p. 111). Frutuoso ([1586-1590] 1998c) descreveu a relação de subordinação territorial ao afirmar que “as outras ilhas ao redor são quintas da ilha Terceira” (p. 27). Relativamente ao período de transição entre os séculos XVI e XVII, Matos (1980) equiparou os Açores a “um centro comercial de importância considerável” (p. 458). As ligações relativamente frequentes a Lisboa estabeleciam-se em virtude de imperativos político-administrativos e económicos:

29 Serpa (1978, p. 110) afirmou que o pastel foi introduzido nos Açores apenas no século XVI. Não estando no âmbito desta tese aferir a data do início da cultura do pastel, tomou-se a versão mais recente e encontrada em diversas fontes.

30 A cultura do trigo prosperou rapidamente, chegando a ser exportado em grande quantidade e utilizado como padrão monetário (Serpa, 1978).

31 A grafia original foi respeitada.

Milho, trigo, cevada, fava, peixe salgado, couros e toucinhos eram transportados para o continente em bergantins, corvetas, fragatas no séc. XVIII, ou brigueiros, escunas, e brigueiros-escunas no século seguinte, trazendo pedra de cal, sal³², madeira, bacalhau, louça, etc. Alguns passageiros, em número quantificável, circulavam nos dois sentidos. Aliás, mensalmente (por vezes duas, três e mais vezes), aqueles barcos tocavam os Açores mormente as principais ilhas: São Miguel, Terceira e o Faial, durando a viagem, em média, sete a dez dias. (...) Mas não existia regularidade nas comunicações. (Matos, 1980, pp. 458-459)

Em 1640, no âmbito da Restauração da Independência, voltou a debater-se a problemática em torno do papel administrativo do arquipélago relativamente às vicissitudes da posição geoestratégica (Leite, 2005a, p. 329). Sensivelmente nesse período, intensificou-se o investimento na expansão da vinha e na laranja (Dias, 1995; Meneses, 2005b). Adicionalmente, o milho começou a substituir o trigo e a ganhar preponderância na economia do arquipélago (Meneses, 2005b; Serpa, 1978).

Durante o século seguinte, o intercâmbio do vinho do Pico, da laranja e do limão de São Miguel – este último relembra a rentabilidade do comércio do pastel – favoreceu Horta e Ponta Delgada, em detrimento de Angra (Meneses, 2005b). Em 1766, instituiu-se a Capitania Geral dos Açores³³ (Coelho, 1974, p. 25) e a elevação de Angra a capital do arquipélago o que, segundo Meneses (2005b), simbolizou “a veneração do passado” (p. 425) e a desconsideração do contexto em que se vivia. O historiador acrescentou que “o reconhecimento da maior dignidade dos terceirenses” motivou “a contestação dos micaelenses”, contribuindo para a “concorrência ilhense” (Meneses, 2005b, p. 425). Neste enquadramento, reorganizou-se a orgânica alfandegária, com consequências ao nível da carga tributária (mediante novos impostos e execução de cobranças). Genericamente, com o intuito da integração dos Açores nos circuitos atlânticos, “a coroa legislou no sentido de responder de forma adequada às novas condições do comércio” (Meneses, 2005b, p. 445).

Na realidade, a maior parte dos transportes intra-arquipélago registados até meados do século XIX servia sobretudo as ilhas próximas e “dependentes”: Pico-Faial, São Miguel-Santa Maria, e Flores-Corvo (Matos, 1980, p. 465). Ainda assim, os naufrágios eram habituais (Matos, 1980, p. 464). A escassez das comunicações e dos transportes desde e para as duas ilhas do grupo ocidental era constante (Matos, 1980; Meneses, 2005a). Esta situação só se alterou a partir de 1861, quando o governo anunciou o pagamento de 60\$000 [réis] mensais³⁴ a quem estabelecesse uma ligação marítima por mês entre as ilhas do Faial e Flores (Matos, 1980, p. 469). Acrescente-se que, ainda hoje, em comparação com as outras ilhas do arquipélago, Flores e Corvo são as de acesso mais difícil, sobretudo durante os meses de inverno.

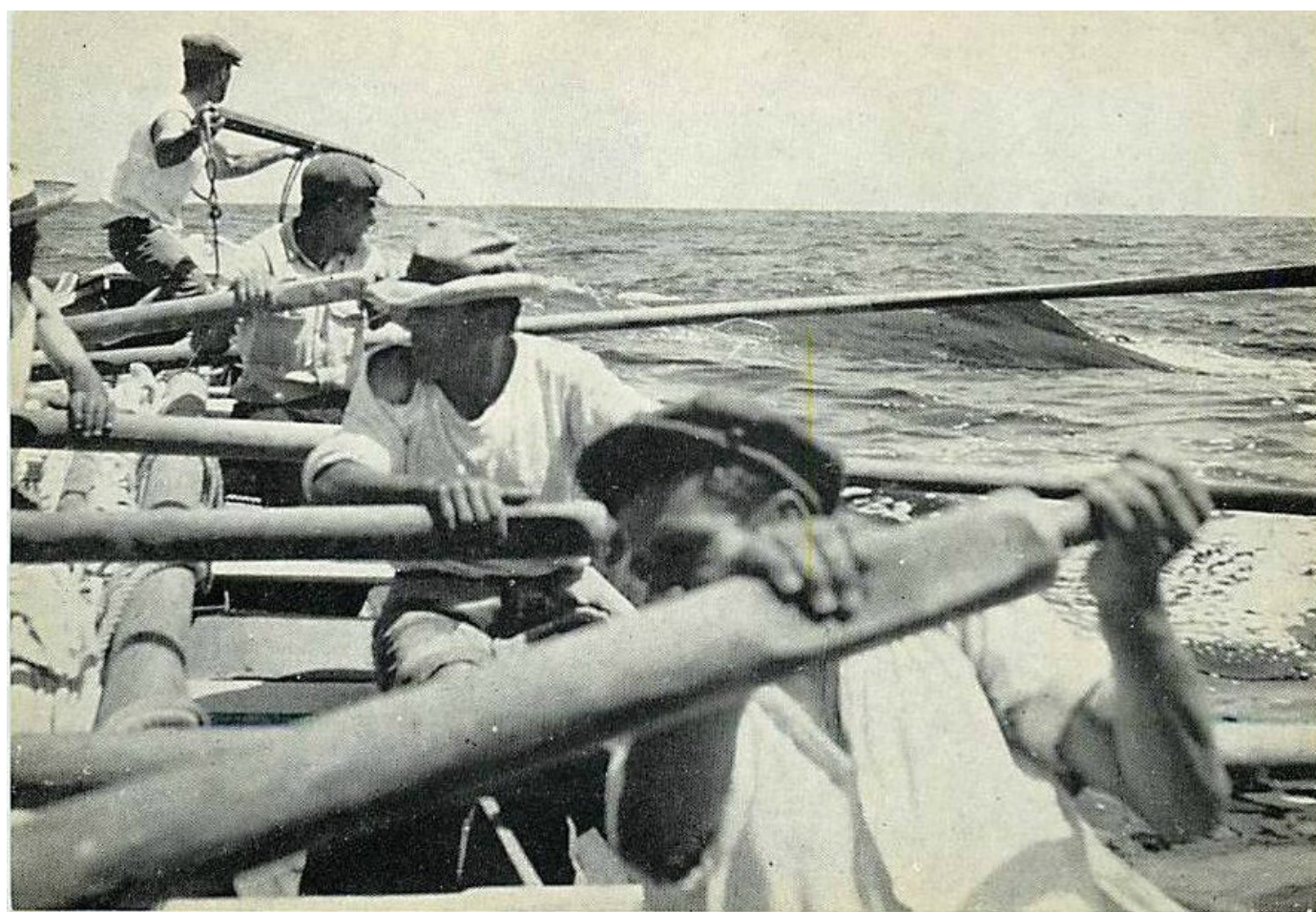
Matos (1980) sustentou a tese de que o transporte público nos Açores só foi introduzido em finais do século XIX, concomitante à adoção da navegação a vapor no Oceano Atlântico, que determinou a criação de depósitos de carvão na Horta. Consequentemente, a ilha do Faial tornou-se um posto abastecedor relevante (Matos, 1980, p. 462). Durante sensivelmente o mesmo período, elaborou-se o projeto de construção do caminho de ferro em São Miguel, que propunha a ligação de Ponta Delgada às Furnas, com um ramal até à Ribeira Grande (Martins, 2012, pp. 318-319; Matos, 1980, p. 389).

Antes do aparecimento do telégrafo elétrico em 1855, as telegrafias ótica e semafórica – como é exemplo o telégrafo semafórico instalado no Pico do Facho do Monte Brasil, na ilha Terceira, provavelmente entre 1831-1832 (Matos, 1980, p. 486) – consistiam nos meios de comunicação mais rápidos, em particular entre terra e mar (Matos, 1980, p. 484). Contudo, no que se refere às comunicações terrestres, nunca houve um empenho sistemático (Brito, 2005; Matos, 1980; Meneses,

32 O consumo de azeite e o abastecimento de sal dependiam da importação a partir do território peninsular (Meneses, 2005b, p. 337).

33 Para além disso, criou-se a Junta da Fazenda.

34 Para comparação, tome-se o valor ilustrativo dos géneros em 1874 no continente português: 20 litros de vinho, 700 réis; 20 litros de vinagre, 500 réis; 10 litros de azeite, 1\$100 réis (Câmara Municipal de Tomar, 1967, p. 86). Apesar de a moeda utilizada nas ilhas ser diferente da do continente português nessa época, como se referirá no capítulo seguinte, não havendo ressalva nesta informação prestada por Matos (1980, p. 469), assume-se que se refere aos réis do continente.



2005a). As ambições do foro militar determinaram um esforço concertado em torno de alguns portos e de itinerários que permitissem a vigilância da costa (Matos, 1980, p. 489). A criação da Companhia das Obras Públicas de Portugal, em 1843, deu seguimento ao investimento estratégico e militar precedente (Matos, 1980). Ainda assim, as ligações marítimas dentro do arquipélago não foram alvo de um desenvolvimento assinalável (Brito, 2005; Matos, 1980). Ainda que os Açores tenham beneficiado da substituição do carvão pelos combustíveis líquidos na navegação atlântica, o aumento da capacidade de transporte dos navios foi simultâneo à criação dos primeiros voos comerciais transatlânticos (Serpa, 1978, p. 30). Posteriormente, o início dos voos intercontinentais, dotados de uma maior autonomia, determinou a perda de relevância das ligações transatlânticas (Serpa, 1978, p. 30). Atualmente, o tráfego aéreo tornou-se preponderante, enquanto o marítimo permaneceu limitado – exceto entre as ilhas do chamado “Triângulo”: Faial, Pico e São Jorge.

Emigração e baleação

A primeira grande vaga de emigração de portugueses para o sudeste de Massachusetts pode ser explicada pela indústria baleeira. A tradição da designada “caça” à baleia foi incutida pela frota baleeira norte-americana, uma vez que passava periodicamente nos Açores para recrutar tripulantes (Serpa, 1978, p. 30). A célebre obra *Moby-Dick; or, The Whale* contém uma passagem que comprova a relevância da associação que se estabeleceu:

(...) porque em todos estes casos o nativo americano fornece generosamente os cérebros, enquanto o resto do mundo fornece generosamente os músculos. Não poucos destes caçadores de baleia são originários dos Açores, onde as naus de Nantucket que se dirigem a mares distantes atracam frequentemente para aumentar a tripulação com os corajosos camponeses destas costas rochosas. (...) Não se sabe bem porquê, mas a verdade é que os ilhéus são os melhores calçadores de baleias. (Melville, [1851] 2002, p. 100)

Ora, parece que “os cérebros” da história da baleação também sobressaíram nos Açores. Em meados do século XIX, os habitantes do Pico depararam-se com a destruição galopante das vinhas (afetadas pelo *oidium*), que era a principal fonte de rendimento (Serpa, 1978, p. 114). Depois de um número substancial de habitantes ter emigrado, empenharam-se em sistematizar os conhecimentos que adquiriram com os baleeiros norte-americanos e puseram em prática a caça ao cachalote (Serpa, 1978, p. 114). A nova condição do picaroto, que “trabalha na vinha e na horta, poda o pomar, vai à moenda com o seu taleigo de novidade, mas está sempre pronto para saltar à canoa à saga da baleia” (Nemésio, 1928, p. 169), adveio da mudança da natureza da atividade económica³⁵ [fig. 1.8 e 1.9].

Aproximadamente no mesmo período, no início de 1857, foi constituída a primeira sociedade com o fito de explorar a caça à baleia, no Faial.³⁶ Em 1860, foi capturada a primeira baleia na ilha das Flores através da reprodução, na íntegra, do modelo norte-americano. Em 1888, segundo o testemunho de Francisco Afonso Chaves³⁷, havia um total de oitenta e seis botes no arquipélago que

Fig. 1.8 e 1.9 - Frames retirados do documentário sobre a caça à baleia ao largo das ilhas do Pico e do Faial, *Les Hommes de la baleine*, de 1958, realizado por Mario Ruspoli.

35 Transcreve-se um excerto do poema “Largada à baleia”, de Nemésio (1978): “Essas lanchas, aí, na carneirada, / Que se aguentem entretanto / No balanço e no remar: / Mar alto, terra salva, / Co Senhor Espírito Santo / Estamos quase a chegar” (p. 284). “Carneirada” remete para o “conjunto de pequenas ondas espumosas que se formam devido ao vento” (Priberam, 2024).

36 Em 1862, foi publicada uma lei com o objetivo de proteger a indústria nacional de pesca da baleia.

37 As fotografias de Afonso Chaves (1890) foram consideradas “as primeiras representações científicas” de um cachalote (Reis, 2017).



Fig. 1.11 - Bilhete postal, caça à baleia em São Miguel, sem data. Fotografia de Nóbrega.

Em certa medida, “a tipificação do baleeiro prolonga a singularidade do isolamento atribuída ao homem açoriano” (Henriques, 2019, p. 55). O termo utilizado pelos baleeiros era “arriar” à baleia (Gouveia, 1996) – não identificavam a sua atividade como “pesca” ou “caça”.³⁹ A partir das vigias, que também seguiram o modelo norte-americano, detetava-se o bufo e lançava-se a bomba de aviso; a tripulação navegava até alcançar a baleia – o que até ao final do primeiro quartel do século XX era feito à vela e a remos [fig. 1.8 e 1.9]. Tendo em conta que um cachalote adulto podia atingir cinquenta toneladas de peso, o facto de os botes terem passado a ser rebocados por lanchas a motor facilitou uma parte substancial do trabalho. Para além disso, durante a década de quarenta do século passado, introduziu-se o radiophone com o intuito de facilitar a comunicação entre terra e a embarcação no mar, através de mensagens codificadas. De seguida, os cachalotes eram içados com o auxílio de um sistema de roldanas até à plataforma de desmancho. O cachalote era aproveitado quase na sua totalidade: a carne e os ossos, depois de desidratados, moídos e triturados, eram transformados em farinha para rações; dos toucinhos extraía-se o óleo; da cabeça, o espermacete, um óleo mais valioso; o âmbar, que servia para fixar perfumes; os tendões, usavam-se como cordas; os dentes eram usados na arte de gravação, *Scrimshaw*.

Durante o século passado, terão sido mortas mais de três milhões de baleias a nível mundial, tendo como consequência a redução de algumas espécies em cerca de 90 % (Buller, 2022, p. 2). Com a decretação do fim da caça à baleia, surgiu uma atividade económica alternativa: a observação das baleias (*whale watching*). A par de uma progressiva substituição do óleo de baleia por combustíveis fósseis, a Comissão Baleeira Internacional (IWC) decretou uma moratória da baleação, em 1986, contribuindo para a recuperação da espécie (Buller, 2022, p. 2).⁴⁰

39 Idem.

40 Contudo, alguns países têm aproveitado as lacunas na legislação para manterem a baleação, como é o caso do Japão, – o mais flagrante, que inclusivamente saiu da Comissão Baleeira Internacional em 2018, – Islândia, Ilhas Faroé, Gronelândia e Noruega.

Acresce que a afamada “economia azul” designou a retenção de dióxido de carbono como uma das funções contemporâneas das baleias. O imperativo económico continua a liderar o discurso, apenas se muda o prisma – esta aceção será abordada sob outras lentes nos capítulos *Natureza Depois da Natureza e Vinculação do Marítimo*. Neste sentido, “as baleias são consideradas uma ‘espécie sentinela’ do nosso destino climático e ecológico. A sua biologia é uma lição sobre o equilíbrio finamente calibrado alcançado pelos sistemas deste planeta” (Buller, 2022, p. 281). Afinal, as baleias fazem parte da história do capitalismo – tornaram-se “numa mercadoria essencial da expansão imperial e industrial” (Buller, 2022, p. 17). Conforme referido, da cozedura da gordura obtinha-se o óleo como subproduto, essencial para iluminar navios e cidades em expansão. Citando Buller (2022): “os corpos transformados de milhões de baleias lubrificaram as máquinas e fertilizaram os campos de um capitalismo industrial ascendente. Hoje, ocupam as folhas de cálculo dos investigadores do FMI” (p. 17).

Posto isto, a predileção do continente norte-americano como destino de emigração açoriana era indiscutível. Como consequência, a assimilação técnica e tecnológica não se limitou às embarcações baleeiras: os que regressaram ao Pico e ao Faial também reproduziram as águas-furtadas (que passaram a designar-se “torrinhas”), as varandas, as balaustradas, os pórticos de madeira e as cores das casas norte-americanas (Gouveia, 1996). A propósito das “torrinhas”, Paulo Gouveia (1996) escreveu: “os tectos das casas sobre as casas vão substituir a linha recta dos velhos beirados por uma nova linha do horizonte que, zigzagueando o céu das ruas, as torna exóticas”⁴¹ (p. 39).

Para além dos contactos com os baleeiros norte-americanos, havia outros fatores que contribuíram para a consolidação do destino de emigração, tais como a relativa proximidade geográfica, as ambições económicas, o estabelecimento das ligações telegráficas por cabos submarinos, as bases militares construídas durante a guerra (em particular, no período da Segunda Guerra Mundial) (Serpa, 1978, p. 125). Durante algum tempo, a emigração açoriana para a América do Norte não pressupunha um passaporte ou qualquer outro documento equivalente. A situação mudou substancialmente quando as autoridades locais passaram a proibir novas saídas do arquipélago, por considerarem que deixaria de haver mão-de-obra suficiente para trabalhar e arrotear as terras (Serpa, 1978, p. 127).

O recenseamento de 1950 registou 164200 habitantes⁴² e 220 hab./km² em São Miguel, ao passo que na ilha do Corvo foram identificados 702 habitantes, correspondendo a 41 hab./km² (Brito, 2005, p. 25). A emigração disparou após a erupção do vulcão dos Capelinhos, sobretudo para os Estados Unidos e para o Canadá. Entre 1954 e 1977, partiram 111000 micalenses para o continente norte-americano (Brito, 2005, p. 25). Mais tarde, Bermudas e Brasil juntaram-se aos destinos de emigração preferenciais (Serpa, 1978). Subsequentemente, a diminuição substancial de mão-de-obra insular conduziu à transformação da paisagem agrícola micalense: acentuou-se o “ciclo do gado” (Brito, 2005, p. 25), cujas manifestações materiais, tecnológicas e territoriais serão analisadas no capítulo *Natureza Depois da Natureza*. Constata-se, portanto, que até meados do século passado São Miguel era uma ilha consideravelmente populosa. Adicionalmente, era o retrato da desigualdade socioeconómica, atestado pelos dados da repartição de terra e do cultivo do pasto (Brito, 2005, p. 25). A disparidade na posse de terras divergia em relação às restantes ilhas, onde os lavradores eram, de um modo geral, proprietários dessas terras (Brito, 2005, p. 25). Hoje, a situação mantém-se relativamente semelhante.

Guerras mundiais

De facto, atentando ao quadro geopolítico do século XX e tomando como princípio a localização dos Açores e os condicionalismos que daí advêm, o arquipélago funcionou como um barómetro das relações geoestratégicas: a partir dali, manifestou-se a consolidação da posição de poder de alguns países europeus, evidenciou-se a subsequente relevância norte-americana [fig. 1.12 e 1.13] e assegurou-

41 A grafia original foi respeitada.

42 Note-se que atualmente são 137220 (SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores, s.d.a).



Fig. 1.12 - Um dos seis dirigíveis de classe K da Marinha dos Estados Unidos da América que passaram pela Base das Lajes durante o percurso até ao Norte de África, entre 31 de maio e 1 de julho de 1944. Preenchidos com hélio e com mais de 70 metros de comprimento, foram utilizados sobretudo no patrulhamento antissubmarino. Fotografia de autor desconhecido.

Fig. 1.13 - O aeroporto de Santa Maria nas rotas aéreas do Atlântico. Fotografia de autor desconhecido.



Fig. 1.14 - Embarcações norte-americanas ao largo do porto de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, durante a Primeira Guerra Mundial. Naval History and Heritage Command, Lorelei Rockwell Collection, UA 558.07.

Fig. 1.15 - Ermida da Mãe de Deus, Ponta Delgada. Fotografia de autor desconhecido.

se a generalização do espaço aéreo. Nestes eventos, o território serviu como o “amparo açoriano” (Meneses, 2005a, p. 215).

No decorrer da Primeira Guerra Mundial, o arquipélago foi utilizado como base naval norte-americana [fig. 1.14]. Após este acontecimento, seguiu-se um período marcado pela presença mais consolidada dos Estados Unidos da América, com a construção da primeira base em Ponta Delgada, ainda no decorrer de 1917. Nesse mesmo ano, a ilha de São Miguel foi bombardeada pelo submarino alemão *Deutschland* (Ávila, 2019, p. 16), resultando numa morte e vários feridos. Depois de dois anos de atividade, procedeu-se ao desmantelamento da base militar em 1919. Durante este período, Ponta Delgada foi alvo de alterações urbanísticas e arquitetónicas significativas, tendo em conta que o perigo vinha do mar. A título ilustrativo, por determinação do Comando Militar dos Açores, a Ermida da Mãe de Deus [fig. 1.15] foi requisitada para servir como caserna do destacamento de Artilharia da Bateria n.º 2 entre 1916 e 1917. No entanto, como estava identificada nas cartas náuticas, acabou por ser demolida em 1917, devido ao risco de ser usada como referência para localizar a unidade de artilharia de costa que havia sido instalada no local (Rezendes, 2009, p. 372). Em 1925, reconstruiu-se uma réplica da Ermida.

No decurso da Segunda Guerra Mundial, o estabelecimento das bases norte-americanas em Santa Maria (em 1942) e na Terceira (oficialmente em 1946) criou “pólos de atracção de mão-de-obra para o arquipélago”⁴³ (Serpa, 1978, p. 118). A população triplicou, pelo que passou a ser necessária uma carta de chamada para entrar na ilha de Santa Maria (Malta, 2018). Segundo Serpa (1978), as bases aéreas foram “duas portas abertas à invasão e evasão constantes para o Mundo externo, novo, que quebraram parte do isolamento secular dos Açores” (p. 57). Essa abertura permitiu que os Açores se tornassem “menos ilha, mais continente” (Serpa, 1978, p. 57). Finda a guerra, o aeroporto de Santa Maria passou a desempenhar uma função comercial (Coelho, 1974; Serpa, 1978). Entre os vestígios da instrumentalização militar do território insular mariense contam-se as “casas de chapa” localizadas no “Bairro dos Americanos”, perto do aeroporto, em Vila do Porto [fig. 1.16]. Atualmente, uma das estruturas serve de apoio a uma associação de solidariedade social (Associação Salvaterra), as restantes são habitações ou estão em estado de abandono. As antigas instalações militares norte-americanas, denominadas *Quonset Hut*, são estruturas pré-fabricadas leves, provisórias, com secção transversal semicilíndrica, em chapa de zinco ondulada, aglomerado de madeira e contraplacado [fig. 1.17 e 1.18].

Simultaneamente à montagem destas estruturas pré-fabricadas e modulares, alargou-se a utilidade das ilhas como apoio à força aérea da Grã-Bretanha (Serpa, 1978, p. 31). Em 1943, ao abrigo da Aliança Luso-Britânica, a Grã-Bretanha requereu a Portugal o uso das Lajes pela *Royal Air Force* (Coelho, 1974, p. 26). Em outubro do mesmo ano, os ingleses instalaram-se na ilha Terceira e iniciaram os trabalhos de revestimento do aeródromo com chapas de aço [fig. 1.19]. As placas de aço perfurado, com três metros de comprimento e quarenta centímetros de largura, eram conhecidas como *Marston Mat* ou PSP (que corresponde a *pierced or perforated steel planking*). As *Marston Mat* foram desenvolvidas nos Estados Unidos da América, pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial, com o intuito de servirem para a construção rápida de pistas de aviação temporárias. A pista, que até então era em terra batida, poderia assim permitir a aterragem, a movimentação e a descolagem de aeronaves sem que houvesse dificuldades com a lama (Smith, 1989). A inauguração da pista das Lajes, sob o comando dos ingleses, ocorreu a 15 de dezembro de 1943. Alguns vestígios das pranchas metálicas permanecem na ilha Terceira, desta vez com outros usos, nomeadamente como portões dos terrenos agrícolas. De forma mais surpreendente, a utilização das *Marston Mat* não se limitou à Terceira, ilustrado por um registo fotográfico no Pico [fig. 1.20].⁴⁴

[pp. 44-45] Fig. 1.16 - “Bairro dos Americanos”, Vila do Porto, Santa Maria, outubro de 2023.

43 A grafia original foi respeitada.

44 Deve-se a chamada de atenção sobre este assunto a Nuno Mendes, engenheiro que orientou a visita à Central Termoelétrica da Ilha do Pico no início de outubro de 2023.







Fig. 1.17 - Base das Lajes, 1946. Foto de autor desconhecido.

Fig. 1.18 - Uma estrutura Quonset a ser instalada no 598º Depósito da Base de Engenheiros no Japão, 1947-1948. US Army Corps of Engineers.

Cerca de duas décadas mais tarde, o denominado Acordo Luso-Francês de 1964 facilitou a criação da Estação de Telemedidas das Flores, ou Base Francesa das Flores. A base de rastreio começou a operar em 1966, fomentando a eletrificação da ilha, a construção do aeroporto, de um hotel e do hospital (Diário dos Açores, 2023, p. 3; Serpa, 1978, p. 120). Numa entrevista recente, Luís Gomes Vieira, atual diretor do Museu das Flores, asseverou que a ilha se adiantou “vinte ou trinta anos em relação aos benefícios que os Açores tiveram com a instalação do regime autonómico” (Diário dos Açores, 2023, p. 3). Vieira especificou que “os vencimentos de mais de uma centena de trabalhadores eram superiores à média que então se pagava e foi também uma forma de absorver mão de obra, que na altura era abundante e emigrava em massa para os Estados Unidos da América” (Diário dos Açores, 2023, p. 3). O radar terrestre e a estação de observação de telemetria foram encerrados em 1993, como consequência da entrada ao serviço do *Monge* (um navio de ensaios e medidas da Marinha de Guerra Francesa, em novembro de 1992), que precipitou a obsolescência das infraestruturas florentinas [fig. 1.21].

Contudo, a posição privilegiada nas ligações Europa-África-América contrastava com o benefício efetivo que os açorianos obtinham desta inscrição estratégica (Serpa, 1978). Pouco depois do 25 de abril de 1974, Serpa (1978) escreveu que, em termos políticos e sociais, o arquipélago ainda vivia “num regime arcaico, quase feudal” (p. 33). Esta perspetiva intersecta a de Natália Correia, cujo testemunho da Revolução dos Cravos será considerado no capítulo *Televisão ou Revolução*.

Espectros de um território contaminado

A Base das Lajes abrange operações militares divididas entre a Força Aérea Portuguesa e a Força Aérea dos Estados Unidos, desde a Segunda Guerra Mundial. Na prática, as atividades também ocorreram em quinze instalações localizadas fora das Lajes (CH2M, 2003), designadamente na zona dos Cinco Picos e Vila Nova, onde os militares dos EUA usufruíam de recetores e transmissores ultramarinos de rádio de alta frequência (HF), de estações Giant Talk/Scope Signal III (Harkavy, 2007, pp. 116-117) e instalações terrestres SIGINT (p. 121); e ainda do Sistema SOSUS (“Sound Surveillance System”), na ilha de Santa Maria (p. 128). Ao longo de vários anos, as tropas norte-americanas mantiveram uma vasta área de armazéns na Terceira, que atualmente se encontram abandonados. Nos anos 90, uma comissão do Senado dos Estados Unidos da América deslocou-se aos Açores no seguimento de uma queixa formal de militares, na altura doentes oncológicos, alegando terem sido expostos a radiações nucleares nas Lajes (Diário dos Açores, 2015). Desde então, tem circulado informação sobre a suspeita de existência de armas nucleares escondidas pela Força Aérea dos Estados Unidos da América (Azevedo, 2018; Diário dos Açores, 2015; Monjardino, s.d.).

Com efeito, embora os armazéns tenham sido oficialmente desativados em 1994, o ceticismo perdura até hoje (Azevedo, 2018; Monjardino, s.d.). Os vestígios desses depósitos atormentam os ilhéus através da possibilidade da presença de um espectro invisível: a presumível radioatividade. As alegações são reforçadas por investigações e documentos desclassificados dos Estados Unidos da América que referem a Base das Lajes como paragem na rota de aviões com armas nucleares em trânsito no Atlântico. Com efeito, “em 1973, os EUA puderam reabastecer Israel com armas utilizando apenas um ponto de trânsito nos Açores” (Harkavy, 2007, p. 26). Outro exemplo respaldado pela documentação conhecida apenas no século XXI é o armazenamento de trinta e duas bombas nucleares de profundidade (ou seja, armas antissubmarino) nas Lajes durante a Guerra Fria (p. 111).

Para além disso, a confidencialidade das operações amplifica a nebulosidade em torno da hipótese divulgada há mais de trinta anos. A intersecção da discussão com o episódio do desaparecimento do submarino *USS Scorpion* (SSN-589) em maio de 1968 contribui para a intensificação da dúvida. A este respeito, transcreve-se parte de um estudo publicado no final dos anos 80:



Fig. 1.19 - Revestimento da pista da Base das Lajes com chapas metálicas, 1943. Fotografia de autor desconhecido.

Fig. 1.20 - As chapas metálicas reaproveitadas como um portão. São Roque do Pico, ilha do Pico, outubro de 2023.

O *USS Scorpion* (SSN-589) [afundou-se] a cerca de 400 milhas a sudoeste dos Açores, matando os 99 homens a bordo. O Departamento de Defesa dos EUA revela, em 1981, que na primavera de 1968 ocorreu um acidente com armas nucleares no Atlântico, cujos pormenores permanecem secretos. Apesar do equívoco do Pentágono, considera-se que se trata do *Scorpion* e, no entanto, é do conhecimento geral que dois torpedos ASTOR com armas nucleares estavam a bordo quando o submarino se afundou. (Arkin & Handler, 1989, p. 39)

Apesar das incertezas e das teorias dissonantes, é factual que “até ao final de 1991 esteve estacionado nas Lajes um avião em alerta permanente cuja função era servir de posto de comando aéreo para o apoio aos sistemas nucleares americanos” (Monjardino, s.d., s.p.). Não obstante, os relatórios mais recentes sobre o assunto não indiciam qualquer contaminação radioativa (Baptista & Costa, 2017). Ainda assim, há quem o conteste, num apelo à “identificação de áreas de risco radioativo onde haja condicionamento do uso do solo”, para além de “medidas de remediação” e de “um plano de saúde pública” (Azevedo, 2018). Consequentemente, a ideia de radioatividade reverbera na consciência coletiva, ou seja, é concebida apesar de não ser comprovada. Por outras palavras, está ausente como facto material, embora presente em imaginários concertados. A presença deste “deserto” insular é, em certa medida, contingente ao território da ilha. O termo “deserto” é adotado da teoria de Henni (2022), uma vez que os “territórios dos desertos” integram “várias formas de exploração antropogénica” (p. 11), nomeadamente a ocupação militar que porventura pode legitimar a toxicidade territorial. Ora, ao sobrepor temporalidades e materialidades, esta eventualidade engloba ressonâncias do passado que afetam o presente. A esta luz, o território da ilha permanece enquadrado num mito de poluição neocolonial.

Os Açores foram sempre modernos

Decalcando da teoria de Meneses (2005b), “o afastamento do mundo e a descontinuidade territorial convertem os Açores em agente de cristalização de comportamentos, isto é, em sinónimo de isolamento” (p. 337). Ao prosseguir-se a compartimentação da amplitude de confinamento, sublinha-se que cada ilha teve (e tem tido) um percurso próprio em termos sociais e económicos (Brito, 2005). O entendimento da multiplicidade das escalas de análise é fulcral para o objetivo da tese: a interpretação do território dos Açores alicerça-se na identificação e subsequente estudo de determinados momentos, manifestados sob a forma de territorialidades. Assim sendo, por um lado, há que aferir os fenómenos ao nível insular; por outro, a componente arquipelágica constitui-se num contraponto essencial na consideração da produção territorial. Portanto, as territorialidades afloram desde a unidade (ilha), até ao conjunto (arquipélago e região). Entretanto, os Açores foram sempre modernos.⁴⁵ Algumas condições cristalizadas desde o século XV contrastam com circunstâncias inovadoras, como exemplificam as experimentações das culturas e os efeitos da instalação militar dos Estados Unidos da América nas Lajes. Nas ilhas, a par de uma certa estagnação, havia novidade, tal como evoca o poema “Descobrimento”: “Saudavam com alvoroço as coisas / Novas / O mundo parecia criado nessa mesma / Manhã” (Andresen, [1989] 2011, p. 34).⁴⁶

45 Numa alusão ao livro *Nous n'avons jamais été modernes*, onde Latour ([1991] 1997) argumenta que a distinção modernista entre natureza e cultura nunca existiu. Este ensaio, como lhe chamou Latour, influenciou a teoria a partir do final do século XX. Carros, vírus, vacinas e árvores fazem parte das redes indiferenciadas das “culturas-naturezas”, numa hibridação em pleno andamento (Latour, [1991] 1997). Efetivamente, “[q]uando surgem as palavras ‘moderno’, ‘modernização’, ‘modernidade’, estamos a definir por contraste um passado arcaico e estável” (Latour, [1991] 1997, cap. 1). Consequentemente, seria mais útil considerarmos-nos “amodernos” ou “não modernos” (Latour, [1991] 1997). Subscrevendo esta argumentação, “modernidade” remete comumente para uma miragem conceptual. Contudo, o “moderno” tanto pode referir a oposição a algo “obsoleto” como a algo “agora existente”. Ou seja, integrado num sistema em vigor.

46 Publicou-se um artigo que serviu de base para este segmento, “Os Açores foram sempre modernos”: Rodrigues, I. V. (2019). A construção identitária na modernidade açoriana. *TRANSLOCAL. Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas*, 2, 46–52.

Em 1909, pouco depois da divulgação do Manifesto Futurista de Marinetti no *Le Figaro*, o *Diário dos Açores* publicou o que se considera ter sido a única reprodução do texto em território nacional, traduzido pelo micalense Luís-Francisco Bicudo (Silveira, 1981). Nessa mesma edição do jornal, o autor da primeira tradução portuguesa do Manifesto fez “apelo aos intelectuais da ilha no sentido de se pronunciarem sobre a nova escola literária” (Silveira, 1981, p. 92). No entanto, não foi reconhecida qualquer consequência desta convocação (Silveira, 1981). Poucos anos depois, de forma contrastante, as mulheres açorianas ainda usavam o tradicional traje capote-e-capelo:

O que dá um grande carácter a esta terra é o capote. A gente segue pelas ruas desertas, e, de quando em quando, irrompe duma porta um fantasma negro e disforme, de grande capuz pela cabeça. São quase sempre as velhas que o usam, mas as raparigas, metidas na concha deste vestuário, que pouco varia de ilha para ilha, chegam a comunicar encanto ao capote monstruoso. (...) Começo a achar interesse a este fantástico negrume e resolvo que devia ser o único trajo permitido às mulheres açorianas. À saída da missa gosto de ver a fila de penitentes que se escoia pelas ruas... (...) Envolve todo o corpo, e, puxando o capuz para a frente, ninguém a conhece. (...) só pelos pés se distingue (...) (Brandão, [1926] 2017, pp. 77-78)

Os capotes caíram em desuso em meados do século XX, passando a servir sobretudo como traje exótico e “amostra turística” (Afonso, 1978, pp. 142-143). Embora o traje tradicional servisse meramente para fins etnográficos nos anos 70 e 80 (Anónimo, s.d), a presença das mulheres micalenses no espaço público ainda era reduzida.⁴⁷ Em São Miguel, os mercados e praças eram frequentados quase exclusivamente por homens, uma exclusão que contrastava com o contexto que eclodia em Santa Maria e, posteriormente, na Terceira, com a instalação das duas bases militares internacionais. O moderno chegou do continente norte-americano e tudo era novidade: as maçãs calibradas, caju em latas herméticas, loiça de micro-ondas (quando a maior parte da população nunca tinha visto um micro-ondas), os biberões e fraldas descartáveis, estojos de maquilhagem, pizzas gigantes, t-shirts em pacotes, grandes aparelhagens, televisões portáteis, cassetes e rádios. O técnico, o hermético e o descartável chegavam a meio do Atlântico. Sobretudo a partir da base militar das Lajes, uma parte da população tinha acesso ao admirável mundo novo, tecnológico e abundante. A influência norte-americana detetava-se até na linguagem quotidiana, com a adaptação de expressões que ainda hoje se ouvem um pouco por todo o arquipélago. As “clausetas” (adaptação de *closets*), as “miquelinhas” (adulteração de *vacuum cleaner*), os “asas de banda” (apropriação de *husbands*), os “alvazores” (modificação de *overall*).

No entanto, a modernidade enquanto introdução de infraestruturas de transporte aconteceu anos antes. Em 1871, foi constituída a Empresa Insulana de Navegação, que estabeleceu a ligação marítima com barcos a vapor entre as ilhas e o continente português (Serpa, 1978, p. 116). Entre 1885 e 1910, a Empresa Insulana de Navegação estabeleceu a ligação Lisboa-Açores-América do Norte, que acabou por ser suspensa. Sob este prisma, a modernidade entende-se como a expansão do *espaço* de possibilidades, com capacidade de alterar a condição aparentemente periférica de territórios insulares.

Em 1941, foi criada a Sociedade Açoriana de Estudos Aéreos, Lda., hoje conhecida como Serviço Açoriano de Transportes Aéreos, SATA, instrumento fundamental para *dar a conhecer* as ilhas. A criação de um serviço aéreo de transporte de passageiros relativamente precoce fez com que se relegasse para segundo plano, e durante algum tempo, a relação com o mar, conforme comprova a interrupção de cerca de vinte anos de transporte marítimo de passageiros entre algumas ilhas (Matos, 1980).

Até à década de 80 do século passado, uma parte significativa dos habitantes das nove ilhas desconhecia-se mutuamente. O conjunto de ilhas enquanto arquipélago, grupo identitário que (aparentemente) partilha características comuns e que se relaciona internamente consistiu, e consiste, numa construção política deliberada e estratégica – que será o ponto central do capítulo que se segue,

47 Informação obtida em conversas com atuais e antigos residentes na ilha.



Fig. 1.21 - Um dos edifícios da antiga Estação de Telemedidas das Flores ou Base Francesa das Flores. Ponta Delgada, ilha das Flores, setembro de 2023.

Das Leis Nascem Territórios. Para além do desenvolvimento dos meios de transporte (sobretudo os aéreos), essenciais para vencer as distâncias impostas pelo mar, a criação de um canal de televisão regional desempenhou um papel agregador essencial na construção e reprodução identitária. Esse esforço de consolidação territorial será aprofundado no capítulo *Televisão ou Revolução*. Deste modo, o conceito de unidade dos Açores foi ativamente construído após o 25 de abril, com a democracia, a partir da instituição constitucional de uma região e governo autónomos, sendo um dos instrumentos mais importantes o canal da RTP Açores que, pela primeira vez, de uma forma sistemática, deu a conhecer as ilhas aos próprios ilhéus. A insularidade que se registava entre as ilhas só começou a ser esbatida a partir de uma ação política, social, cultural e económica (a organização tripolar do governo regional é um produto desta necessidade).

Neste seguimento, a modernidade do arquipélago (no sentido atual do termo) é concomitante com uma complexa operação de consolidação de identidades, um pouco disfarçada de novidade. Neste contexto:

A novidade do novo tem que ver com o desdobramento do conhecido em superfícies maiores, mais claras, de contornos mais ricos. Consequentemente, nunca pode ser inovadora em termos absolutos, é sempre a prossecução, por outros meios, do cognitivamente existente. Aqui, novidade e maior explicitação são a mesma coisa. (Sloterdijk, [1998] 2011, p. 20)

Seguindo o mesmo raciocínio, a novidade pode ser entendida, no caso em apreço, como a explicitação dos mitos. Como será aprofundado adiante, o conteúdo televisivo era cuidadosamente escrutinado numa ação ideológica de construção da “identidade açoriana”. Para além da religião, tema recorrente nos programas e nas séries *que davam a ver*, a emigração também ocupava muitos dos enredos de produção regional.



Posto isto, a modernidade é igualmente esta condição de distorção do espaço-tempo que depende do desenvolvimento dos sistemas tecnológicos, nomeadamente dos transportes, das infraestruturas e dos meios de comunicação. No contexto temporal mais próximo do presente, a modernidade é também o entendimento de distâncias, cujo afunilamento tem vindo a ser o da proximidade entre ilhas do mesmo arquipélago. Neste sentido, talvez se possa abreviar a condição moderna como responsável pela transição do conceito de “espaço” como absoluto para um entendimento do “espaço” como relativo e relacional. Dito de outro modo, pela transformação do espaço em categoria política, ou seja, em território (Elden, 2019a). Ora, fechando o círculo de pensamento, o “amparo açoriano” (Meneses, 2005a, p. 215) pressupõe o tal entendimento relacional – e, por essa razão, subjacente a uma das definições possíveis de “moderno”. Os Açores foram sempre contingentes ao seu tempo.

Símbolos insulares

Ao longo de um período considerável, a navegação não recorreu a mapas portulanos ou à orientação de um ponto a outro; consistia numa atividade “total e consubstancialmente sinestésica” (Mack, [2011] 2018, p. 201). Em 1769, Tupaia, sacerdote arioi e navegador experiente que residia no Taiti, entrou a bordo do HMS *Endeavour* comandado por James Cook. O mapa das ilhas do Pacífico Sul, que desenhou em colaboração com alguns dos membros da tripulação, representa o posicionamento de umas ilhas em relação às outras. Ao incluir o conhecimento dos ventos e das correntes, este documento atesta a sua habilidade de navegação, ou seja, não consiste na “reprodução de uma geografia objetiva” (Mack, [2011] 2018, p. 193). Outro exemplo, que antecede Tupaia em cerca de seiscentos anos, é o mapa do Oceano Índico de Abu Abdullah Muhammad al-Idrisi, geógrafo, cartógrafo e botânico árabe, que ilustra a situação relativa entre ilhas, assim como a diferença de tamanhos e formas. Portanto, seria praticamente inútil para a navegação de alguém não conhecedor daquelas ilhas, mas pertinente para navegadores experientes e familiarizados com o lugar. Deste modo, a necessidade de um conhecimento sinestésico prévio à elaboração do mapa associa-se a uma forma de conhecimento subjacente ao domínio da prática. Difere, por isso, do domínio da previsão, próprio da prática cartográfica europeia conhecida à época.

Durante a sua mais recente estada em Portugal, em setembro de 2023, Edgar Morin disse que “navegamos num imenso oceano de incertezas, onde existem apenas pequenas ilhas para nos irmos reabastecendo” (Sousa, 2023). Pela semelhança evidente, esta aceção remete para o pressuposto de que “o mundo não é um continente sólido de factos salpicado por alguns lagos de incertezas, mas um vasto oceano de incertezas salpicado por algumas ilhas de formas calibradas e estabilizadas” (Latour, 2005, p. 245). Ainda que naturalmente como figura de retórica, ambas as afirmações aludem às ilhas como símbolos de firmeza, alcançáveis. Perante o cenário contemporâneo, não deixa de ser paradoxal que se destaque a suposta estabilidade insular, tendo em conta algumas das consequências das alterações climáticas, como a subida do nível médio do mar. Para além da elevação global da água, há fenómenos “concentrados” pela presença do mar *em oposição* à porção de terra, como a produção de energia, o tratamento de lixo, a captação de água, a mobilidade, entre outros. Ora, o mar é a constante que exponencia as circunstâncias. A contingência do mar na condição insular é retratada na obra *Solaris*, de Stanisław Lem ([1961] 2021), onde se chama “mimóide” à “ilha-cidade” (p. 262) que se destaca da restante superfície do planeta (coberta pelo “oceano pensante”, uma “criatura viva” com consciência), sob a forma de picos montanhosos.

As ilhas prestam-se à exacerbação da coexistência de sistemas anacrónicos entre si e em relação aos que os rodeiam. Por definição, remetem para a separação, a divisão material e de entendimento.

Fig. 1.22 - Arnold Böcklin, *Isle of the Dead* [*Die Toteninsel*], 1880.

Fig. 1.23 - OMA, *City Plus*, “Rebuild by Design”, 2013.

A alteração psicológica da personagem principal de *A ilha do dia antes* de Umberto Eco ([1994] 2006) ilustra a transição evidenciada pela matéria insular. Sendo comumente descritas como porções de terra identificáveis e rodeadas por água, as ilhas espoletam antagonismos em relação à “realidade”, muitas vezes deslocados para o plano político. No capítulo *A Ilha Espacial* abordar-se-á um caso contemporâneo de mobilização da noção geomorfológica insular para o plano político-económico.

À luz da preservação da “ilha” enquanto símbolo de contrastes, o “arquipélago” afigura-se um conjunto produtivo para refletir sobre conflitos, nomeadamente questões urbanas, sociais e económicas que conformam o território. Nesta ótica, a tese intersecta o seguinte pressuposto de Édouard Glissant: “[p]enso que a ideia do arquipélago – como um lugar onde podemos começar a compreender e a resolver as contradições do mundo – deve ser propagada” (Obirst & Glissant, [1999-2011] 2021, p. 19).

Ao tomarmos as expressões em inglês *being in mainland* e *being on an island*, as preposições *in* e *on* divergem em termos de perceção de distâncias e intensidades relacionais: se *in* (*in to*) remete para proximidade e ligação, por sua vez, *on* (*out to*) pressupõe distância (Ronström, 2021). Em termos espaciais, *in to* tem a posição no “centro”, enquanto *out to* está “fora”. Ora, enquanto “dispositivos performativos” (Ronström, 2021, p. 274), *in* e *out* são sinónimos de diferentes graus de afastamento. Tal como Schalansky ([2009] 2012) referiu, as ilhas serão sempre lugares onde nos projetamos (*onto*). A própria diferença entre as ilhas continentais e as oceânicas é simbólica: as continentais estão “separadas” em relação ao restante território (terrestre), numa espécie de desvio; já as oceânicas estão “à parte”, numa alusão a uma autenticidade independente (Ronström, 2021) [fig. 1.22]. Evidentemente que o “longínquo” *em relação a algo* não diz apenas respeito a ilhas. Contudo, as ilhas – em particular as oceânicas, como é o caso dos Açores – alimentam as fantasias de separação, de corte, de singularidade. Evocam o que é remoto, limitado, isolado, pequeno (Ronström, 2021, p. 271).

O crítico literário Marc Shell (2014) destacou dois significados de “ilha”: o antigo, *water-land*, e o mais recente, *water defined against land*. O primeiro remete para uma ideia bíblica de mistura de *água* e *terra*, algo maleável – o que sugere *lama*, *lodo* (Shell, 2014, p. 18). A lama é, por isso, uma espécie de conluio entre terra e água: a água não lava e a terra não resiste. Na perspectiva de Shell

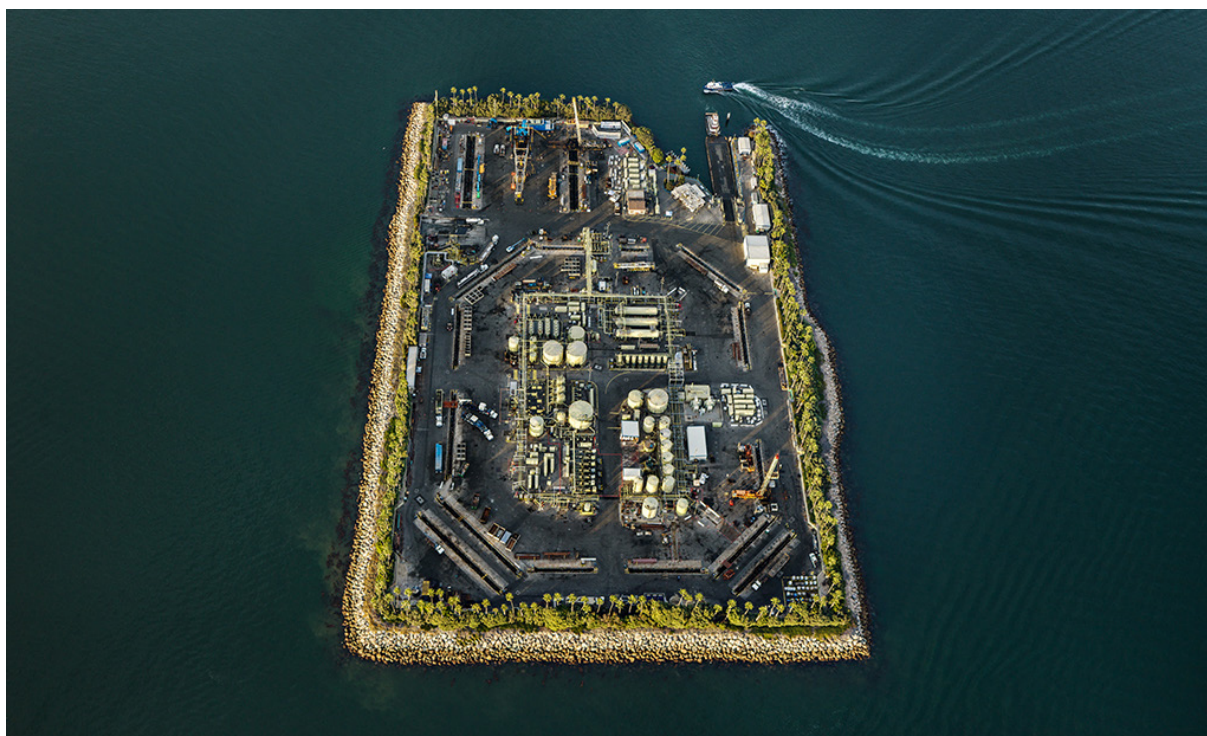


Fig. 1.24 - *Freeman Island*, Long Beach, California, USA, 2017. Fotografia de Edward Burtynsky.

(2014), a segunda aceção surgiu a partir do século XV, através da associação com o francês antigo *isle*⁴⁸: originando a expressão *isle-land*. A ortografia *island* estabeleceu-se durante as décadas que antecederam o início do século XVIII. Relativamente à etimologia da palavra “ilha”, o latim *insula* terá influenciado o catalão *illa* e, subsequentemente, este último influenciou o português (Priberam, 2024). Contudo, isolar um fenómeno ou um sítio não implica necessariamente a existência de água.⁴⁹ Ora, “isolar” vem de *isolar*, que por sua vez remete para o latim *insula*: portanto, estará na origem de “ilha” (Shell, 2014). Consta-se, sobretudo, que as ilhas remetem para dicotomias persistentes (Ronström, 2021) ou, formulado de outro modo, para intensificadores de dicotomias (Stratford, 2018). Afinal, para além de lugar, a ilha é paradigma. A ilha também é *uma* ideia [fig. 1.23].

Além disso, a ilha pode corresponder à materialização concreta de um conceito político (Mountz, 2014). As Ilhas Spratly, um dos arquipélagos situados no Mar do Sul da China, são atualmente alvo de tensões diplomáticas, de reivindicações e de conflitos territoriais. China, Taiwan, Vietname, Filipinas, Malásia e Brunei reclamam partes do referido mar, incluindo as ilhotas, recifes e bancos oceânicos – e que, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, são recifes e rochas, e não ilhas (The Asia Maritime Transparency Initiative and The Center for Strategic and International Studies, s.d.). No capítulo *Vinculação do Marítimo* explorar-se-á uma situação comparável nos Açores, no que se refere à ambiguidade na designação das formações rochosas.

De acordo com o “Asia Maritime Transparency Initiative” em parceria com o “Center for Strategic and International Studies”, a China terá criado, pelo menos, 1295 ha de ilhas artificiais desde 2013 (Radio Free Asia Staff, 2022). Alguns registos fotográficos comprovam a construção de instalações, aparentemente militares, em seis das quinze ilhas ocupadas pela China. Os episódios em torno da contenda desta área do Pacífico são recorrentes: no final de 2023, como resposta à acusação das Filipinas a propósito do abaloamento de navios civis, a China ripostou que os referidos navios navegaram ilegalmente nas suas águas (Martins, 2023). Ora, se *a geografia é utilizada, antes de mais, para fazer a guerra*⁵⁰, as ilhas podem ser a materialização precisa desse desígnio, enquanto símbolo de foco militar e geoestratégico. Portanto, as geografias podem ser fabricadas, numa construção efetiva de manifestações militares e políticas com consequências em termos de relações internacionais. Os recifes Cuarteron e Mischief são expressões da instrumentalização suprema da tecnologia e política.

Ainda dentro do mesmo contexto, as Ilhas THUMS, um conjunto de quatro ilhas artificiais na Baía de San Pedro, Long Beach, na Califórnia, exemplificam a tradução plena da instrumentalização da tecnologia de extração: foram construídas em 1965 com o objetivo da exploração de petróleo [fig. 1.24]. A denominação das ilhas não podia ser mais evidente quanto aos interesses que estão na base do seu fabrico: Texaco, Humble, Unocal, Mobil e Shell (THUMS) corresponde ao nome das empresas com acesso ao campo petrolífero de Wilmington, localizado ao largo da costa (Ruiz, 2023). O auge da produção chegou a cerca de 150000 barris por dia, contudo, o cenário atual é profundamente diferente: por cada cem barris de líquido extraídos, apenas se registam dois barris de petróleo (Ruiz, 2023). A exaustão do recurso é evidente, com consequências em termos de um possível afundamento do solo. Os organismos municipais afirmam que não se sabe o que advirá depois do esgotamento do petróleo e avançam com ideias para rentabilizar o tremendo investimento na criação das porções de terra: desde a construção de hotéis, à classificação como santuário de pássaros, à instalação de centros de produção elétrica, até à construção de uma indústria de captura de dióxido de carbono⁵¹ – esta última pretensamente útil ao objetivo do alcance da neutralidade carbónica em 2045. Qualquer um dos cenários alternativos visa uma *nova* inserção das ilhas no futuro económico de Long Beach. A subordinação da imaginação dos futuros a fatores económicos será explorada no capítulo *Natureza Depois da Natureza*.

48 Hoje, “île”.

49 Não obstante, reforça-se o enquadramento da metáfora “ilha” como uma referência geológica (a interação entre terra e água) ou a propósito dos diferentes modos de entendimento entre culturas.

50 Numa referência ao título do livro de Yves Lacoste ([1976] 2014), *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*.

51 Através do armazenamento de dióxido de carbono no subsolo.

O urbano, ou sair da ilha para compreendê-la

Esta tese começa por investigar o esforço de conciliação das fronteiras “naturais” (entenda-se, materiais) com as fronteiras políticas. Posteriormente, passar-se-á para a análise da tendência de expansão dos referidos limites. Ora, o conceito de “ilha” é particularmente frutífero no que se refere à ideia de concertação geomorfológica e política:

A ilha Terceira, universal escala do mar do ponente, é celebrada por todo o mundo, onde reside o coração e governo de todas as ilhas dos Açores, na sua cidade de Angra, cujo porto está em trinta e nove graus da banda do norte. É de figura oval, quase redonda; tem sua compridão de leste a oeste (...)⁵² (Frutuoso, [1586-1590] 1998c, p. 7)

A descrição de Angra feita por Gaspar Frutuoso parece convergir com a gravura de Jan Huygen van Linschoten [fig. 1.25], considerada uma das mais antigas representações da cidade. A “figura oval, quase redonda” com a “sua compridão de leste a oeste” exhibe, nesta imagem, contornos evidentes. Portanto, a cidade do século XVI é facilmente identificável. Continuando num cruzamento entre a gravura de van Linschoten e o manuscrito meticuloso do cronista açoriano, distingue-se o “topo deste Brasil, pela banda do mar”, que “é uma altíssima testa de alta rocha talhada” e a “cidade situada ao modo circular, quase redonda, em um baixo vale e nos outeiros que a cercam” (Frutuoso, [1586-1590] 1998c, p. 13).

Ao enveredar-se por uma revisão da figura da cidade – e, conseqüentemente, da ilha, – a condição insular aparenta ser consideravelmente menos enclausurada do que se apregoa.⁵³ A cidade de Angra conforme descrita no século XVI, com os seus limites perceptíveis e definidos, já não existe. As dimensões do urbano são múltiplas e as suas imbricações assumem contornos diversos: desde as rotas marítimas do século XV às atuais, passando pela telegrafia submarina, pelas rotas aéreas, pela criação da Base das Lajes e os recentes impasses relativos à sua utilização. As últimas notícias dão conta da crescente relevância internacional da condição portuária da ilha Terceira, com a manifestação de interesse na integração do porto da Praia da Vitória na designada Nova Rota da Seda da China (Rodrigues, 2018), com destaque particular para a possibilidade de funcionamento enquanto estação de reabastecimento das embarcações movidas a gás natural liquefeito. Os portos, enquanto lugares de mediação por excelência, são essenciais na construção de um novo entendimento que passa pelo imaginário dos regimes do comércio global (Mack ([2011] 2018). A “centralidade” do Atlântico, a Zona Económica Exclusiva e a Proposta de Extensão da Plataforma Continental conferem ao espaço oceânico dos Açores uma importância fundamental enquanto parte do sistema da geopolítica e da economia mundial – temas focados em *Vinculação do Marítório*.

A notícia de que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) vai mobilizar “uma verba de 252 milhões de euros”, “autonomizada para financiar investimentos na investigação, na economia do mar e na segurança pesqueira” (Lusa, 2021b), confirma o interesse político e estratégico particular na Região Autónoma dos Açores, conciliando-se com a designada “Estratégia Regional para o desenvolvimento do Cluster do Mar dos Açores”. Simultaneamente, o PRR destaca o papel fundamental a desempenhar pelo Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira (TERINOV), nomeadamente pela integração da sede do AIR Centre, o Centro Internacional de Investigação do Atlântico. Ainda dentro do âmbito do PRR,

[pp. 58-59] Fig. 1.25 - Jan Huygen van Linschoten, *A Cidade de Angra na Ilha de Iesu Xpo da Terceira que esta em 39 graus*, 1595.

⁵² A grafia original foi respeitada.

⁵³ Publicou-se um artigo que serviu de base para este segmento: “O urbano, ou sair da ilha para compreendê-la”: Rodrigues, I. V., & Domingues, A. (2021). Buscando a Atlântida. *Atlântida - Revista de Cultura*, 66, 41–50.

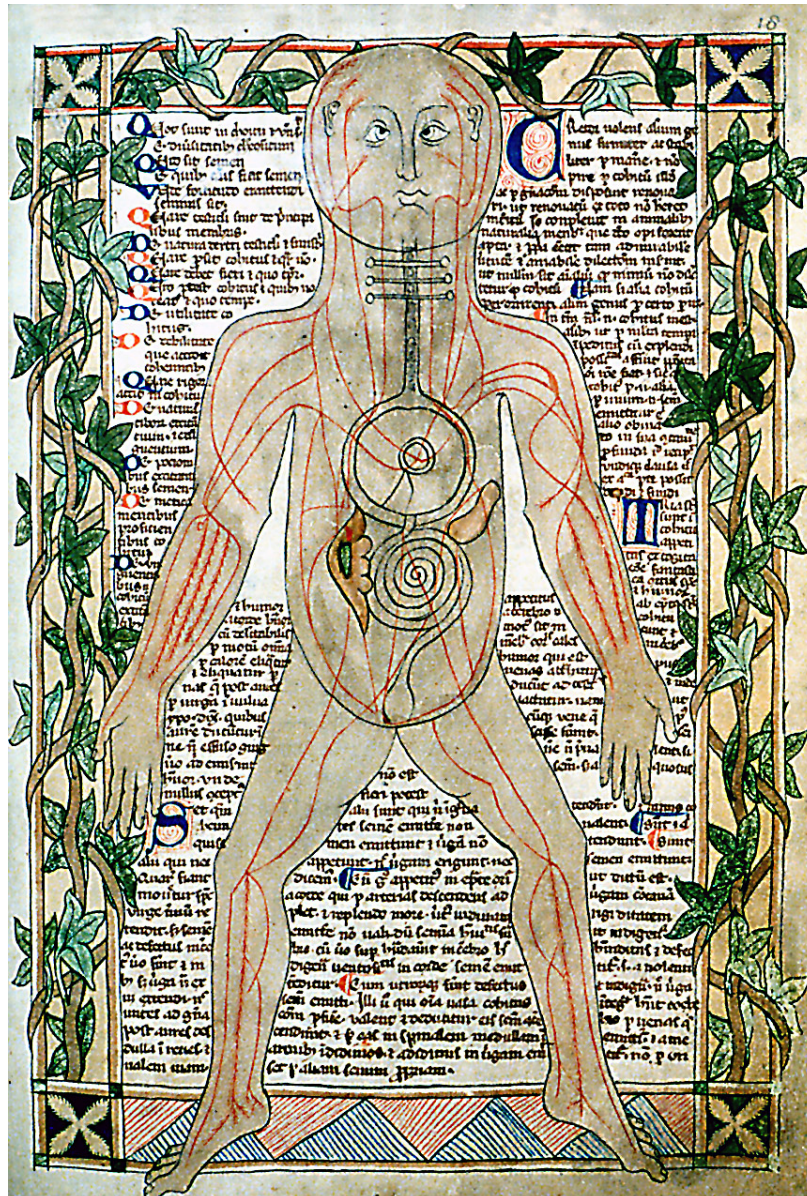


Fig. 1.26 - “Miscelânea médica, ilustração anatômica mostrando as veias”, autor desconhecido, c. 1292.

e para além da investigação dedicada ao oceano e ao clima, o AIR Centre anunciou o desenvolvimento da “nova Constelação de Satélites do Atlântico, para disponibilizar dados de observação da Terra” (Azevedo, 2021, 4º para.). Neste sentido, o oceano e o espaço aéreo continuam a ser territórios de disputas e contradições. Complementarmente, indiciam que o arquipélago contém em si vínculos mais complexos do que os que se manifestam meramente pela sua condição geomorfológica. As relações e subordinações urbanas são facilmente reconhecidas quando ocorrem crises com consequências tumultuosas, como é o caso da redução progressiva da presença militar dos Estados Unidos da América na Base das Lajes. Consequentemente, importa fazer destas dependências o centro de gravidade da conceção da pertença social, política, urbana e territorial.

Para além do abandono da ideia de cidade, entende-se útil a ampliação da lente através da qual olhamos o urbano. Com esse fito, subscreve-se como uma das suas definições a de “condição de interdependência geográfica” (Katsikis, 2018, p. 15). Conclui-se que os conceitos de “cidade-organismo”, “cidade-corpo” – ou, simplesmente, o conceito de “cidade” – são ilusórios. Nas palavras de Marder (2017): “[é] certo que uma cidade não é um organismo biológico, mas os seus habitantes

Ipsa frequens populo agricolis hac Angra receptus
Pinguis Tergem qui iuga bobus arant.
Tuta quod arc, sacro quod praeside et aucta senatu
Imperium rex huc trans tulit omne maris.
Insula ubi quas falconum conspectus Azores.
Nescius id; Flandras nauita Belga facit.
Ploogerb.



A CIDADE DE ANGRA NA ILHA DE IESV XPO



DA TERCERA. QVE ESTA EM 39. GRAOS.



ILLVSTRI ET GENEROSO DNO CHRISTOPHORO A
MOVRA VIRO INTER CVBICVLV REGII PROCERES
PRIMARIO REGNIQVE ORDINVM CONSILIARIO
RERVM LVSTANICARVM ADMINISTRATORI VI
GILANTISSIMO ALCANTARE COMMENDATORI
ET INSVLARVM TERCERE ET SCTI GEORGHII
PREFECTO DIGNISSIMO DNO SVO MVLTIS
NOMINIBVS COLENDO IOANNES HVGONIVS
A LINSCHOTEN OBSERVANTISSIME DEDICABAT.

Baptista
a Doetechum
sculp.



Angra Vrbis Tercerae que insularum quas Azores vocant maxi
ma et copiosa glasti proventus ditiss^a accurata cum arce
delineatio Hanc ob Episcopi praefecti et regij senatus auc
toritates aliae tanque supremam respiciunt. Auctor.
Ioannes Hugonius A. linschoten. a^o 1595.

Affdelinge vande Stet Angra, met het Slot op het Eyland Tercera, welke aff
de Eylanden onderworpen sijn dienem Azores ofte de Vlamsche Eylanden noemt, door
de residentie des Bishops, en des Conincs Gouverneur, en Raet aldier, zynde
Tercera wel de grooyste, en ryckste, van allen door het gewas, en verhandelinge
van het Pajfel, door Jan Huygen van Linschoten. a^o 1595.

Vla mari saxo stabili ditissima glasto
Fruges ferre bonas non veniente solo
Maxima vicinas inter Tercera profundi
Hac specie occiduis eminet alta vadis.
Ploegerb.

são-no” (cap. 3). As qualidades homeostáticas, comumente associada às cidades, pressupõem capacidade de estabilidade e de regulação próprias aos organismos [fig. 1.26]. Na realidade, essa interpretação não é recente (Sack, 1980; Vernoo, 2018). Entre os séculos XII e XIV, na Europa, estabeleceu-se uma “analogia direta entre a estrutura do corpo e a estrutura da cidade” (Sennett, 1994, p. 168), nomeadamente entre episódios de síncope (desmaio) e crises sociais. Conforme Sloterdijk ([1998] 2011) explicou, no final do século XIX ocorreu uma modificação inelutável das totalidades científicas, entre as quais as “culturas”, as “sociedades” e os “organismos” (p. 21). O evento pivotal foi “o aparecimento e a divulgação dos sistemas imunitários na biologia”, cujos dispositivos propiciam a conservação e reprodução de “unidades auto-organizantes” (Sloterdijk, [1998] 2011, p. 21). Ora, a ideia de “cidade” também foi influenciada por esta inovação científica: mais concretamente, “cidade” enquanto organismo que preserva as suas qualidades imunitárias, independentemente do meio em que *se localiza*. Por isso, as expressões “cidade” e “cidade-organismo” têm lugar num imaginário que insiste em não ultrapassar o trauma da perda das cidades e que funciona como resposta aos eventos cada vez mais globalizados (Brenner, 2014a, 2014b; Domingues, 2021). Portanto, a urbanização planetária e os afloramentos dos seus fenómenos são o modelo em conflito com o conceito de cidade.

Sucintamente, a recusa em compreender que a urbanização depende, em larga medida, de fenómenos externos, encontra uma solução conceptual através da utilização de uma expressão que reduz enormemente a complexidade da escala urbana, resumindo-a a unidades facilmente identificáveis e presumivelmente passíveis de manipulação. No fundo, “como uma ilha em torno de si mesma” (Soja, 2005, p. 306). A insistência na disseminação de conceitos que são hoje sinónimos de *coisas perdidas* não permite dar lugar às múltiplas formas que a cidade de outrora tomou.

A operacionalidade dos mitos

Em 1962, Jean Cocteau declarou: “sempre preferi a mitologia à história”. De imediato, justificou a afirmação: “porque a história é feita de verdades que se tornam mentiras, e a mitologia é feita de mentiras que se tornam verdades” (Marco, 2015). Se os mitos se fundam em farsas, posteriormente efetivadas, interessa sobretudo aferir os processos de concretização factual dos mitos. Para além disso, não devem ser confundidos com algo infantil: todas as sociedades têm os seus mitos, próprios das estruturas e simbolismos que advêm de conjuntos de experiências situadas. No cruzamento com o raciocínio de Cocteau, transcreve-se o seguinte excerto sobre a teoria do filósofo alemão Hans Vaihinger, que:

desenvolveu um sistema vertiginoso de filosofia, baseado na noção de que a nossa forma de lidar com o mundo se baseia sempre em “ficções”, e não em “factos” ou mesmo em “hipóteses”. Uma vez que o mundo, tal como é em si mesmo, está oculto à nossa compreensão racional, afirma Vaihinger, não podemos então prosseguir a nossa vida através de hipóteses verificáveis – em vez disso, temos sempre de inventar conceitos e noções ficcionais que empregamos para navegar no mundo, tratando-os “como se” fossem “reais”. O objetivo deste esforço ficcional – que Vaihinger traça meticulosamente em praticamente todos os campos da atividade humana, da ciência moderna à teologia – é que as ficções são-nos úteis. (Campagna, [2018] 2022, p. 218)

Por conseguinte, esta metodologia permite desenvolver um modelo de classificação (Campagna, [2018] 2022). Sabemos que estamos na presença de um mito quando um estudo se alicerça no princípio de que havia um estado “original” da sociedade humana, cuja natureza seria inevitavelmente boa ou má; ou, recorrendo a outro exemplo, que a democracia participativa é natural em pequenos grupos (Graeber & Wengrow, 2021, pp. 525-526). Posto isto, também sabemos que estamos na presença de um mito quando o território é tido como uma entidade natural e autoexplicativa.

Um dos mitos mais comuns é a ideia da existência de “nações”. A menção de associações tais como França/franceses, Polónia/polacos, Portugal/portugueses, ou até mesmo a articulação Açores/açorianos, remete para a ideia de “nação”⁵⁴, relativamente recente. Considerando que o “nacionalismo é a mais territorial de todas as ideologias” (Paasi, 2022, p. 68), o regionalismo corresponderá a uma camada territorial mais profunda. Isto é, a distinção “nós” e “eles” faz-se também dentro da mesma “nação”, ou seja, entre “portugueses” (do continente) e “açorianos”.

Timothy Snyder (Yale Podcast Network, 2022) afirmou que o conceito de “nação” pressupõe uma certa noção de igualdade, o que não existia num mundo mais antigo e medieval.⁵⁵ As duas grandes guerras da primeira metade do século XX conduziram a uma conceção sistémica da soberania. Mais concretamente, reforçaram a sua leitura. Os Estados passaram a funcionar como “contentores poderosos” (Murphy, 2022, p. 30). A conceção de soberania enquanto ideia autónoma pode ser levada ao extremo e entendida como justificável, como ilustra o caso da invasão da Ucrânia pela Rússia, que ainda perdura. Muitas das aceções sobre território e pensamento territorial são manifestadas no quotidiano, exemplificadas pela crescente retórica anti-imigração na Europa e pelas medidas de proteção sanitária no contexto da propagação do coronavírus SARS-CoV-2.

Nesta continuidade, o território também se relaciona com o conceito de “identidade”, que pode ser usado para “instilar e reproduzir um sentimento de lealdade e afiliação” (Storey, 2022, p. 2). A ideia de uma “identidade nacional” ou, transferindo para o caso em apreço, “identidade regional”, significa que “o material, o simbólico e o geográfico estão intrinsecamente ligados entre si para que as ideias de ‘nós’ estejam ligadas à terra e se tornem dispositivos mobilizadores eficazes” (Storey, 2022, p. 17). Na realidade, ser ribatejano, minhoto ou alentejano tem significados diversos, ainda que essa distinção não se traduza no domínio político-administrativo (João, 1999) – o mesmo não se aplica aos Açores, onde ser açoriano remete para uma organização específica.

Considere-se a definição categórica dos Estados únicos, plasmada no Tratado de Vestefália, em 1648. Na consagração deste evento, a ordem política definiu o direito territorial e supremacia, cujas consequências de governação, com base em “ideias territoriais”, persistiram de uma forma genérica. Contudo, algumas teorias contestam a importância de Vestefália, entre as quais a de Elden (2013a), que referiu que, apesar de ter ficado “enraizado na consciência da teoria política e das relações internacionais como uma espécie de momento fundador dos Estados modernos e do sistema internacional” (p. 309), na verdade, “[Vestefália] não foi tão central como sugerem os relatos tradicionais; mas não foi tão pouco importante como os revisionistas nos querem fazer crer” (p. 310). Numa posição declaradamente mais refutatória, Gámez (s.d.) ressaltou que a índole essencial associada à Paz de Vestefália denuncia uma visão puramente eurocêntrica. Gámez (s.d.) foi mais longe ao afirmar que o evento em apreço consiste numa “armadilha eurocêntrica” (*Eurocentric trap*), numa referência evidente ao conceito de “armadilha territorial” (*territorial trap*) de Agnew (2022). Face ao exposto, reconhece-se a importância relativa do Tratado na alteração do panorama estatal e, por isso, assume-se o alinhamento mais próximo da posição de Elden (2013a).

Na mesma linha de pensamento, a Revolução Francesa de 1789 reforçou a noção de Estado-nação através da implementação de um sistema político-geográfico baseado no ideal de soberania (Murphy, 2022, p. 28). A aclamação do fim da opressão absolutista acabou por dar lugar a um regime de chacina civil e à afirmação do imperador Napoleão Bonaparte. As consequências do Congresso de Viena (1814-1815) deixaram claro que este período de viragem de século estava longe de corresponder a um cenário firmado de estabilidade social, política e territorial. Este tema permite um ligeiro desvio para se elencar uma ideia fatalista e redutora: a noção de “fim da história”. Na aceção popularizada por Francis Fukuyama, o quadro teórico situa-se no fim do comunismo no leste europeu, entre 1989 e 1991.

54 A ideologia subjacente ao conceito de “nação” não corresponde a um mero conjunto de ideias ou crenças; é, sobretudo, um conjunto imbricado de práticas sociais e de discursos que se manifestam na interação com as instituições, tais como a religião, a família, a jurisdição, o sistema político e partidário, média e cultura, literatura, arte e desporto (Paasi, 2022, p.68).

55 Acrescente-se que a ausência do conceito de “igualdade”, até tempos recentes, é corroborada em *The dawn of everything* (Graeber & Wengrow, 2021).

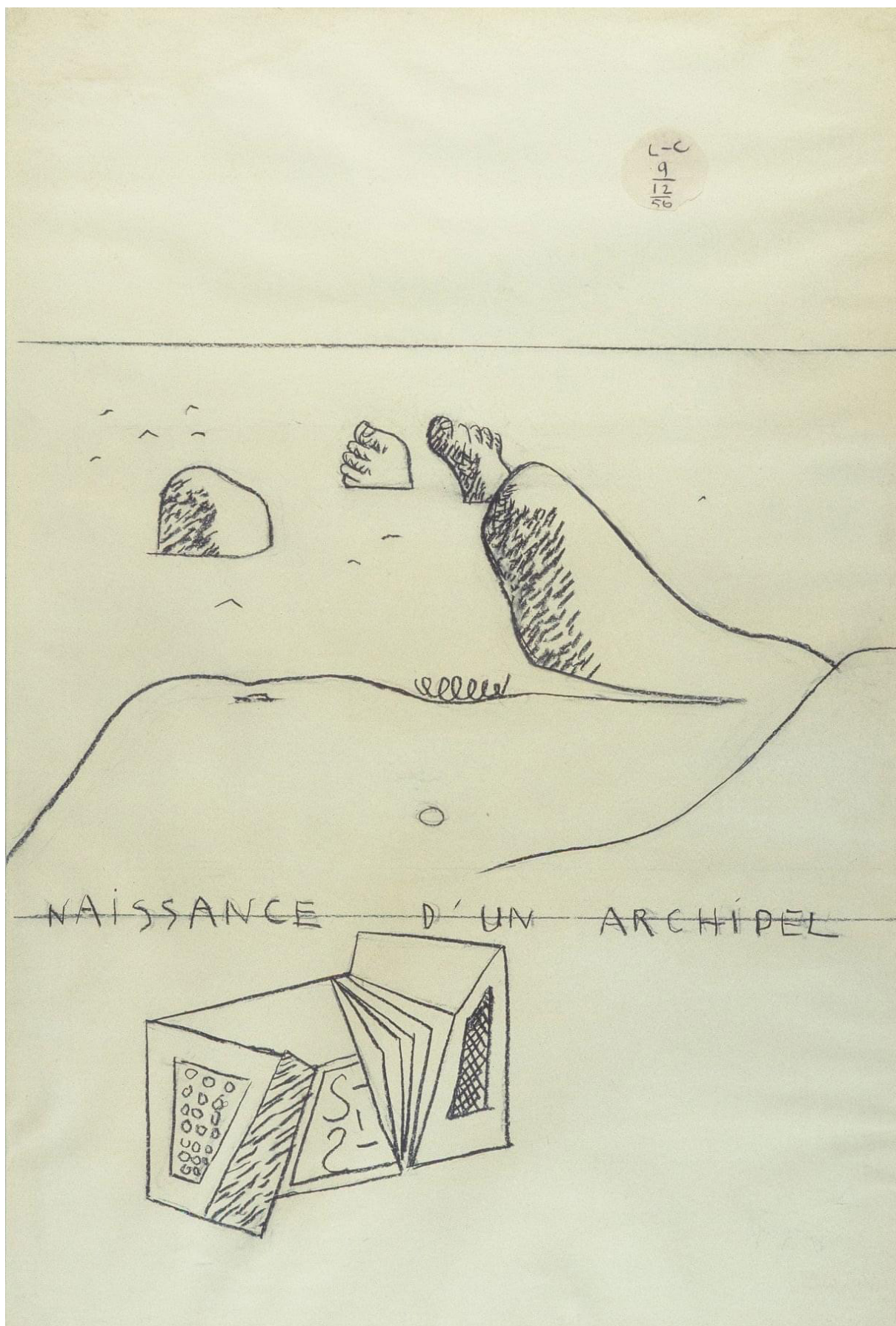


Fig. 1.27 - Fotografia de um desenho de Le Corbusier, provavelmente de 1956. FLC/SODRAC, ARCH278546, 156-003-26.

Segundo Snyder (2017), absorveu-se o mito do “fim da história” e atrofiou-se a imaginação. Constitui, portanto, um dos exemplos de confinamento teórico necessariamente parcial, porém exageradamente irreduzível e uniformizador. É precisamente a ausência de imaginação que conduz ao que Snyder (2017) denomina de “política da inevitabilidade”. Numa transposição para o caso desenvolvido nesta tese, as territorialidades açorianas manifestam a sistematização de uma descrição do território atual como um mero passo a um futuro *já* conhecido, caracterizado pela expansão e prosperidade. Contudo, a inevitabilidade não se coaduna com a imaginação de alternativas (no caso, territoriais, sociais e políticas). Ora, se o território açoriano obedecesse a descrições e representações reconhecíveis, seria desnecessário estudá-lo detalhadamente. De facto, neste trabalho de investigação preconiza-se o oposto.

Num dos capítulos subsequentes, *Televisão ou Revolução*, sustentar-se-á que “a ‘sociedade de massas’ ou a ‘cultura de massas’ existe na mente antes de se tornar realidade física” (Graeber & Wengrow, 2021, p. 280). Ou seja, os *Mitos* e os *Imaginários Políticos* aqui descritos estão na fundação do que se entende como “cultura” açoriana. O território produz-se nesta conspiração entre imaginação e materialidade das coisas.

A par de conceitos como “sociedade” e “identidade”, o termo “cultura”⁵⁶ requer uma clarificação quanto à interpretação alicerçada nesta tese. Em termos genéricos, as culturas definem-se em contraste com a vizinhança, por outras palavras, as culturas são frequentemente estruturas de recusa (Graeber & Wengrow, 2021, p. 174). Por um lado, o conceito de “sociedade” refere-se à “criação mútua de seres humanos”; por outro, os “valores” remetem para “os aspectos mais conscientes desse processo” (Graeber & Wengrow, 2021, p. 202). Neste âmbito, a noção de cismogénese afigura-se produtiva quando aplicada ao caso dos Açores, uma vez que determina que o processo através do qual as culturas se definem em oposição a outras é sempre social e político (Graeber & Wengrow, 2021). Recorrendo à teoria de Enes (1999), “a afirmação de uma identidade regional implica a tomada de consciência da unidade e a assunção, pelas populações de um determinado território, da sua diferença em relação aos outros” (p. 250). A identidade é uma invenção, uma construção (João, 1999).

Ora, uma das manifestações evidentes da rejeição em relação *a algo* – no caso em particular, resistência relativamente *ao que não se origina* no conjunto das ilhas – é a designação “açorianidade”, popularizada por Nemésio (1932) e Ribeiro ([1936] 1983). A “açorianidade” não implica necessariamente um confinamento espacial ao território açoriano – sendo a emigração açoriana e as suas representações um exemplo disso, – mas pressupõe um vínculo com o território insular. O mais relevante nesta aceção é que basta a existência da relação a uma das ilhas para se estender inevitavelmente a todo o arquipélago. A “açorianidade” consolidou-se como um destino inescapável e tácito. Portanto, é um dos mitos operacionais. A caminho dos cem anos, tem-se revelado um mito útil, por ser reconhecível e produtivo. A este propósito e com o intuito de aproximar algumas das referências feitas ao longo deste capítulo, transcreve-se o seguinte:

a memória regional reporta-se sempre ao papel que tiveram na expansão, lugar de cruzamento de rotas e de partida para os descobrimentos do ocidente, e aos mitos da grande resistência ao domínio filipino e do empenho dos açorianos na implantação do regime liberal. Trata-se de uma memória de raiz terceirense, porque foi nesta ilha que os principais factos se passaram, mas as elites locais deram uma expressão regional a estes mitos no seu discurso e usam-nos sempre que pretendem demonstrar que os açorianos são profundamente portugueses. (João, 1999, p. 266)

Em *Televisão ou Revolução* procurar-se-á estilizar o mito, dito de outro modo, mostrar que a solidarização do território açoriano é produzida. Em *Natureza Depois da Natureza*, argumentar-se-á que o passado mitificado impede outros (novos) futuros.

56 Para Sloterdijk ([2009] 2018, p. 17), “cultura” é um conceito “superpapão” e tortuoso.

Ao longo das últimas páginas delineou-se uma interpretação sobre os antecedentes – alguns mitológicos – na base do entendimento dos Açores. Por essa razão, o período é necessariamente extenso, sem um centro de gravidade temporal para onde se converge. Os capítulos que se seguem já não obedecerão à mesma lógica: procurarão refletir sobre o período relativamente mais recente, desde o século XIX. No tempo antecedente, “a história do arquipélago assenta na realidade ilha, como unidade autónoma” (Enes, 1999, p. 250). A obra de Frutuoso ([1586-1590] 1998a, 1998b, 1998c) é paradigmática da inscrição insular: apesar de os Açores, a Madeira e as Canárias serem descritas em conjunto, “as ilhas não são vistas numa perspetiva de unidade económica, social ou cultural” (Enes, 1999, p. 250).

A organização entre ilhas e a consciência da unidade – ou seja, o arquipélago – é um fenómeno comparativamente novo. A aceleração dessa emergência ocorreu há sensivelmente cinquenta anos, no início do período democrático em Portugal. Nesse contexto, entende-se “o ‘planetário’ como o último estágio espaço-temporal da condição pós-humana” (Gomez-Luque & Jafari, 2017, p. 9). Segundo Sloterdijk ([1999] 2000), todos os modelos de humanismo confluem no que chamou de “modelo de sociedade literária”, cuja ampliação operada pela burguesia durante os séculos XIX e XX fez passar para um modelo de “sociedade política”, caracterizada pelas organizações “constituídas por membros plenamente alfabetizados” (pp. 10-12). Relativamente ao contexto contemporâneo – mais concretamente, depois da criação da radiodifusão, da televisão e da internet – o filósofo considerou que “a coexistência humana foi retomada a partir de novas bases” incontornavelmente “pós-literárias, pós-epistolares e, conseqüentemente, pós-humanistas” (Sloterdijk, [1999] 2000, p. 14). Continuando a decalcar da mesma teoria: o prefixo “pós” pode ser substituído por “marginalmente”, uma vez que “é apenas marginalmente que os meios literários, epistolares e humanistas servem às grandes sociedades modernas para a produção” das suas “sínteses políticas e culturais” (Sloterdijk, [1999] 2000, p. 14). Ora, esta formulação interessa especialmente nesta tese: o foco principal começa na criação da televisão pública, logo, parte de uma ferramenta de conformação da sociedade “pós-humanista” em termos sloterdijkianos.

Assim sendo, ser “pós-humano” é “ser um assunto do nosso tempo” (Gomez-Luque & Jafari, 2017, p. 9), tal como os territórios e as territorialidades próprias à condição vigente. Paquot (2010) constatou que “não somos fruto de um território que existe, ou que nos preexiste. O território só existe através da nossa presença. Este facto é importante porque destrói completamente a ideia de que o território tem uma identidade” (p. 14). Sublinha-se o seguinte: se o território só existe com a nossa presença, é igualmente uma questão do nosso tempo. Por conseguinte, o “território” e a condição “pós-humana” associam-se de uma forma inextricável.

Considerando que a dita condição pós-humana “não se forma num vácuo” (Gomez-Luque & Jafari, 2017, p. 9), o mesmo se dirá sobre a condição pós-territorial. Com o intuito de afastamento do prefixo “pós”, considera-se que a definição terá de ser mais apurada para que este documento seja dotado da utilidade política pretendida. Por essa razão, sugere-se que “pós” seja substituído por um prefixo esclarecedor do paradigma na base da alteração profunda e que, de resto, já foi referido no capítulo anterior: “tecno”. Entende-se que este afixo é fulcral na designação das várias dimensões que constituem o fenómeno arquipelágico e insular açoriano. Deste modo, as formulações “tecnoestrutura”, “tecno-territorial”, “tecno-eventos” e “tecno-esperança” pretendem acentuar a componente tecnológica e técnica na base do entendimento atual subjacente. “Pós” remete para “depois”, ou seja, “o que é sucessivo” ou “posterior” converge na aceção do território após o seu estabelecimento enquanto empreendimento tecnológico e técnico. Nestas circunstâncias, a ideia de território como projeto pode aludir a uma condição pós-territorial – mais precisamente, a uma condição tecno-territorial, se se focar a lente eleita na tese.

Ao atentar-se nalguns exemplos de ficção científica, constata-se que as ficções atuais podem eventualmente tornar-se factuais. Caso não se concretizem, fica-se pelos mitos. Propõe-se que a partir deste capítulo se considere o cumprimento de algumas ficções açorianas. Dito de outro modo, sugere-se explorar os imaginários políticos. Evidentemente que os imaginários políticos não se circunscreverão aos eventos (ou, antes, tecno-eventos) sobre os quais se debruçará esta tese,

contudo considera-se que o entendimento arquipelágico em termos de ação política, jurídica e cultural foi, de facto, teleologicamente projetado a partir do período destacado. Galison (2019) lembrou que Foucault afirmava que a história não pressupunha processos contínuos e causalmente completos. À mesma luz, a narrativa histórica, que é construída através da sucessão de uma série de eventos, nunca poderá ser incessante; os eventos usados para a reconstrução histórica são necessariamente “finitos, descontinuados e fragmentários” (Galison, 2019, p. 86). Brubaker (1996) e Somers (1994) partilharam da mesma teoria de recusa da linearidade histórica, contrapondo com a existência de eventos contingentes, ou seja, acontecimentos que a determinam. Nas palavras de Giedion ([1948] 2013), “[o] sentido da história surge no desvendar das relações. É por isso que a escrita da história tem menos que ver com os factos em si do que com as suas relações” (p. 2). Vale a pena continuar a decalcar da mesma teoria:

[As datas] em si mesmas, ou quando associadas a factos isolados, são tão insignificantes como os números de um bilhete. Mas concebidas em inter-relação, isto é, ligadas vertical e horizontalmente na rede de objetos históricos, delimitam constelações. Nestes casos, as datas ganham significado. (Giedion, [1948] 2013, p. 11)

Assim, antes de *existir* – no sentido social, político e cultural – o território dos Açores começa no pensamento. O arquipélago começa na imaginação [fig. 1.27]. No fundo, a utopia é prática tanto quanto visão, e crítica tanto quanto criação (Carabédian, 2022, p. 20). Os imaginários políticos consubstanciam a farsa, autenticam-na. Talvez se possa sintetizar o presente capítulo do modo seguinte: os imaginários políticos constroem-se sobre os mitos. Isto é, os mitos são essenciais aos imaginários políticos e estes últimos, por sua vez, sustentam as políticas de representação. Transferindo da teoria de Wark (2004): “[a] política da representação é sempre a política do Estado. O Estado não é senão o policiamento da adequação da representação ao corpo do que representa” (s.p.). Importa, por isso, aferir o cruzamento entre as ditas políticas de representação e o território; por outras palavras, determinar as “práticas territoriais” (Storey, 2022, p. 2) referidas no capítulo introdutório, *Tecnoestruturas Arquipelágicas*.

Entende-se que os três capítulos seguintes estão na base do projeto de interconexão da modernidade: o arquipélago. Ainda que os Açores tenham sempre sido modernos – no sentido de consonantes com o sistema vigente em determinada época – o projeto de articulação a nível do arquipélago tem vindo a ser estabelecido com recurso a instrumentos relativamente recentes. Uma vez mais, há que recorrer à teoria de Sloterdijk ([2009] 2018) para se arriscar uma designação dos tais instrumentos de construção de solidariedades: “antropotécnicas”. O termo remete para “os procedimentos mentais e psíquicos” utilizados para aprimorar “o estatuto imunitário cósmico e social face aos vagos riscos da vida e às agudas certezas da morte” (Sloterdijk, [2009] 2018, p. 23). Ora, o território em exercício (ou as práticas territoriais) contribui e resulta das “antropotécnicas”, ou seja, dos alicerces fundamentais ao referido projeto-arquipélago: legislação e administração, televisão e, por fim, fabricação da paisagem. Estes pilares correspondem aos segmentos *Das Leis Nascem Territórios*, *Televisão ou Revolução* e *Natureza Depois da Natureza*.

2

DAS LEIS NASCEM TERRITÓRIOS

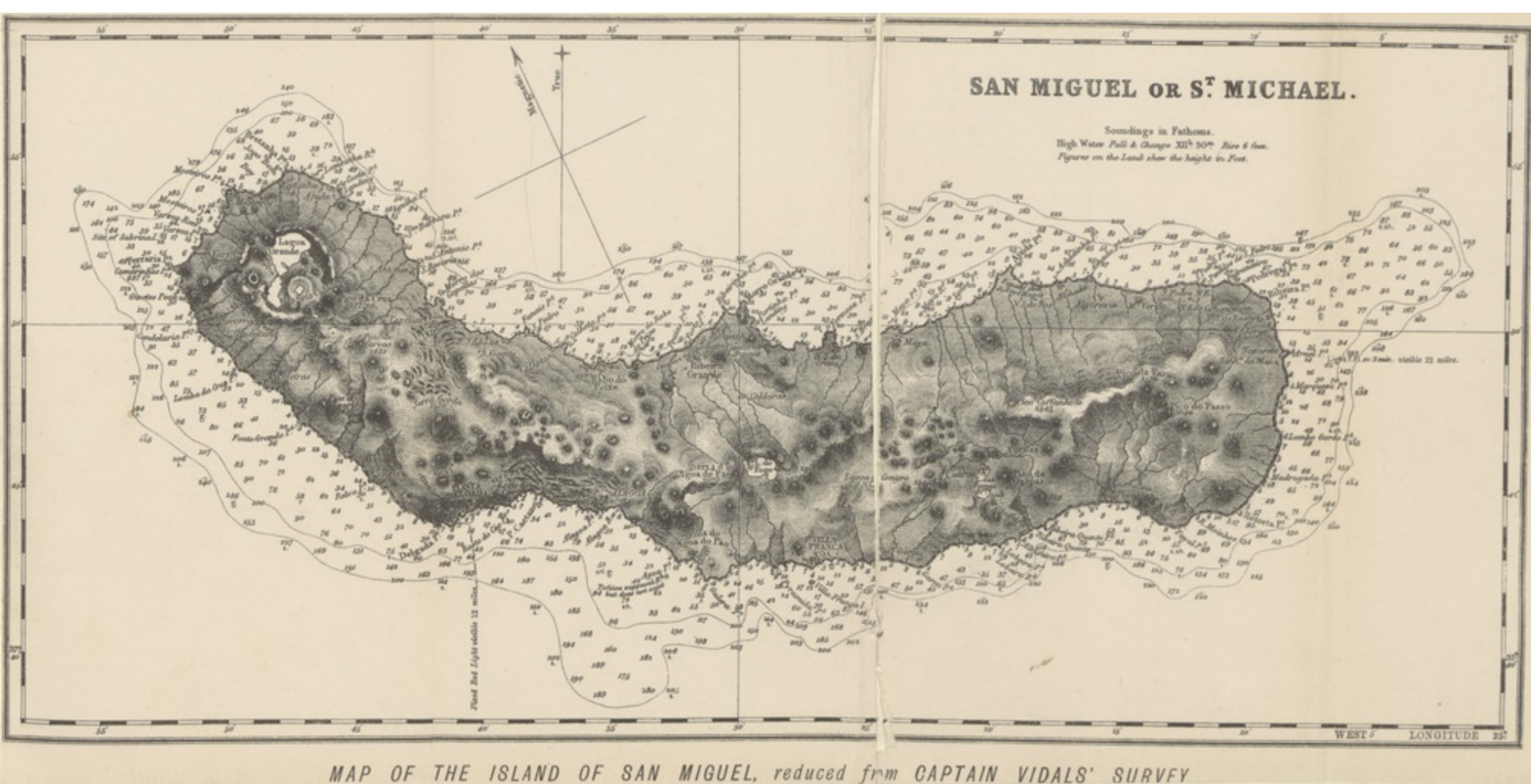


Fig. 2.1 - “Mapa da ilha de são Miguel, extrato do levantamento do capitão Vidal”. In *The Azores or Western Islands : a political, commercial and geographical account*, Walter Frederick Walker, 1886. Biblioteca Nacional Digital.

Mediação territorial a partir das ilhas

Atualmente, no âmbito da teoria pós-continental e de “formas descontinentais” (Blum et al., 2019, p. 15), os arquipélagos consolidam a sua relevância à medida que a pretensão de “estudar as ilhas nos seus próprios termos” (Baldacchino, 2004) se amplia. Afinal, o que é a região dos Açores? Uma resposta imediata provavelmente será: um arquipélago composto de nove ilhas e ilhéus. No entanto, a ideia do mar associa-se imediatamente, pelo que se acrescenta: com “as águas interiores, o mar territorial e a plataforma continental contíguos ao arquipélago” que também constituem “parte integrante do território regional” (Lei nº 2/2009). Para além disso, considerando algumas notícias recentes, pode complementar-se com: e o espaço aéreo que lhe está associado. Portanto, a evidência inicial complexifica-se, isto é, os limites aparentemente identificáveis das ilhas dão lugar aos domínios difusos e expansíveis e, por isso, dissociados das fronteiras estáveis. Neste sentido, imputa-se uma certa porosidade ao território açoriano.

O presente capítulo propõe uma dupla consideração da RAA: por um lado, a que reconhece a matéria relativa ao espaço; por outro, a que contempla os regulamentos e instrumentos que tratam dessa mesma matéria.¹ Por outras palavras, a região é compreendida como uma imbricação entre ambos, matéria e regulamentos, ou, antes, geografia e instrumentos políticos. Transferindo a provocação de Elden (2019a) para o caso em apreço, a questão central desta secção é: “como é que os entendimentos de poder, de direito, de autoridade, de supremacia, de soberania ou de superioridade se relacionam com as coisas sobre as quais se exerce ou se reivindica essa mesma jurisdição que constitui o poder?”

¹ Publicou-se um artigo que, em parte, serviu de base para este capítulo (partilhado com o capítulo *Vinculação do Marítório*): Rodrigues, I. V. (2023). The Azorean archipelago: The invention of a political region. In S. Richards, R. Schmidt III, C. Sanliturk & F. Palaiologou (Eds.), *Region* (1ª ed., pp. 89–104). Routledge.

(p. 23). Por esta razão, a necessidade de uma análise “político-jurídica” (Elden, 2019a) é subjacente à tentativa de decomposição da região. Subsequentemente, este esforço baseia-se na teoria de Brubaker (1996) sobre “nação”, por especificar a pertinência do seu estudo como “um evento contingente”, ao invés de “uma entidade”; como “uma forma institucionalizada”, em vez de “uma substância”; e enquanto “uma categoria prática”, em alternativa a “um coletivo”. Procura-se, por isso, refletir sobre a região açoriana como um evento contingente, uma forma institucionalizada e uma categoria prática.

A intenção é “capturar a confluência hierárquica de processos que se desenrolam em múltiplas escalas, na medida em que se relacionam com o território e a territorialidade” (Novak, 2011, p. 746). Espera-se que os efeitos das três categorias referidas anteriormente sejam diferenciáveis no final do exercício de decomposição. Efetivamente, a compreensão desta região como um fenómeno produzido implica a investigação sobre as várias dimensões envolvidas na organização política do seu território (terrestre, marítimo e aéreo). Essencialmente, este capítulo pretende identificar algumas das “*archipelogics*”² (Thompson, 2017) jurídicas responsáveis pela negociação e regulação dos Açores. Por essa razão, o foco inicia-se na mais pequena “unidade” reconhecível: a ilha.

A expressão “ilhas adjacentes” (João, 1993, p. 15; Júnior, 1980, p. 159; Ribeiro, 1967, p. 281) foi a designação constitucional dada aos arquipélagos dos Açores e da Madeira entre a Constituição Política da Monarquia Portuguesa (de 1822 e 1975) e a elaboração do projeto de Constituição da República Portuguesa pela Assembleia Constituinte, eleita na sequência das primeiras eleições gerais livres do país (Decreto-Lei n.º 31095). A identificação baseava-se na vizinhança ao território continental português e pretendia diferenciar os dois arquipélagos dos “territórios ultramarinos”. Por essa razão, era sinónimo de dependência territorial, social, económica e cultural. As “ilhas adjacentes” – ou seja, subordinadas ao território tido como “central” – foram posteriormente integradas numa estratégia política que previa o seu destacamento parcial do continente português e, concomitantemente, a sua valorização dentro de outra inscrição territorial, a do arquipélago. Nas palavras de João (1999), “as ilhas foram durante séculos territórios ultramarinos e evoluíram politicamente de uma adjacência difícil para a constituição das Regiões Autónomas” (p. 263).

Efetivamente, o caso açoriano ilustra a mediação, a regulação e a negociação a partir das ilhas. Considerando a descrição da ilha como “porção de terra rodeada de água por todos os lados” (Nova Enciclopédia Larousse, 1997b, p. 3682), ou seja, algo que é isolado ou cercado, entende-se que o projeto da região açoriana pressupõe a deslocação das atividades políticas do isolamento territorial para a envolvente territorial. Neste sentido, até ao século XIX, as ilhas dos Açores apresentavam-se “como unidades autónomas individuais” e “sem perspectivas de unidade”³ (Enes, 1999, p. 250). De um modo geral, sugere-se que este empreendimento territorial relativamente recente começou a partir do conceito da unidade “ilha adjacente”, e que tem vindo a ser relocalizado para a área adjacente a essa mesma ilha [fig. 2.1].

A região como evento contingente

Segundo Enes (1999), “até à Revolução Liberal, não vislumbramos na história dos Açores qualquer movimento em que as ilhas se tenham apresentado unidas para a defesa de interesses insulares” (p. 250). Continuando a decalcar da mesma teoria, até a esse período existia, “quando muito, uma consciência açoriana numa perspetiva meramente geográfica” na qual os Açores eram “apreendidos como um espaço diferenciado do continente português, devido à descontinuidade geográfica” (Enes, 1999, p. 250). Em 1820, acentuou-se a contenda entre os Açores e o poder central em termos políticos

² Ou seja, “arquite-lógicas”. No entanto, numa alusão à etimologia do termo, talvez fosse mais produtivo fazer referência a arqui-lógicas. “Arquipélago” e “arquitetura” partilham a raiz “arqui” que convoca o primeiro lugar, o topo hierárquico, remetendo para a proveniência da fundamentação (jurídica) da origem dos Açores. “Arquipélago”: “mar principal”; “arquiteto”: “mestre construtor” (Nova Enciclopédia Larousse, 1997a, p. 622).

³ A grafia original foi respeitada.

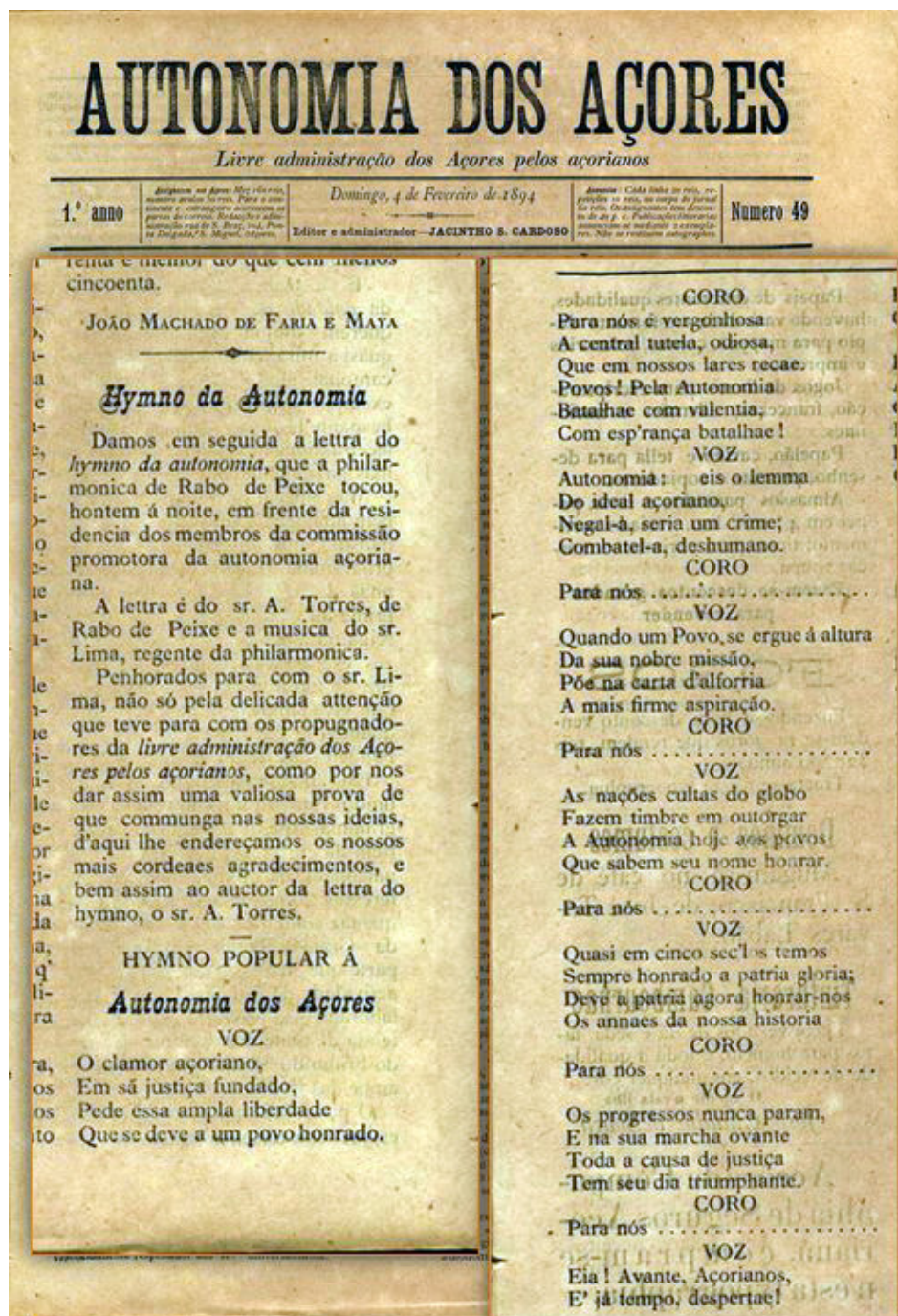


Fig. 2.2 - Em 3 de fevereiro de 1894, a Filarmónica Progresso do Norte, de Rabo de Peixe, executou pela primeira vez em público o “Hino Popular da Autonomia dos Açores”. Letra de António Tavares Torres e música de Joaquim de Lima.

e económicos e, paralelamente, evidenciaram-se razões culturais e etnográficas próprias às ilhas (Enes, 1999). A nova estrutura político-administrativa do país firmava-se, também, na consolidação da ideia de unidade e identidade açorianas (Enes, 1999).

Os Açores foram constituídos como província portuguesa em 1832 (Foreign Office. Historical Section, 1920). Na década de 70 do mesmo século, a crise no sector industrial aprofundou as disputas acabadas de referir. Para além disso, a contestação passou a incluir a ausência do desenvolvimento de infraestruturas (estradas e caminhos de ferro) nos Açores (Enes, 1999). Nessa altura, Antero de Quental ([1871] 2009) proferiu um dos seus discursos mais célebres, onde afirmou: “se o poder absoluto da monarquia acabou, persiste a inércia política das populações, a necessidade (e o gosto talvez) de que

as governem” (p. 92). Praticamente no final da sua intervenção, fez um apelo: “[o]ponhamos à *monarquia centralizada*, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas” (p. 94).

Em 1879, defendeu-se a criação de um partido liberal nos Açores, sendo o início do desenvolvimento de “uma posição claramente regionalista” (Enes, 1999, p. 252). Os primeiros movimentos que reivindicavam a autonomia do arquipélago datam de 1893-94, na cidade de Ponta Delgada, em São Miguel. Uns anos mais tarde, em 1888, fundou-se a Filarmónica Progresso do Norte em Rabo de Peixe. Desde essa altura que as filarmónicas têm sido essenciais para a consolidação do sentido de comunidade nos Açores (Coelho, 1974, p. 30).⁴ Neste momento, cerca de cem estão em atividade e são intervenientes incontornáveis em todas as cerimónias e procissões, nomeadamente a do Santo Cristo.

Entretanto, as preocupações relacionadas com a situação política e económica foram manifestadas num movimento cívico sob o lema “Livre administração dos Açores pelos açorianos” e que esteve na génese da autonomia açoriana (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, s.d.; João, 1993). Descrito por alguns historiadores como a “primeira geração para a Autonomia”, este movimento foi desencadeado por um conjunto de cidadãos instruídos da ilha de São Miguel (entre os quais o deputado por Ponta Delgada, Aristides Moreira da Mota) através de uma campanha marcada por comícios e artigos publicados na imprensa regional (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, s.d.) Durante essa altura, banalizou-se a alusão às ilhas como “irmãs gémeas”, para além das expressões “fraternidade açoriana”, “alma açoriana” e “clamor açoriano” (Enes, 1999, p. 253), esta última presente no início do Hino da Autonomia [fig. 2.2].

Finalmente, a 2 de março de 1895, o denominado “Decreto Autonómico” concedeu aos distritos açorianos, pela primeira vez, a possibilidade de solicitarem a implementação de um regime de autonomia administrativa. O primeiro estatuto administrativo especial foi instituído no distrito de Ponta Delgada em 1896 e posteriormente alargado ao distrito de Angra do Heroísmo em 1898 (João, 1993, p. 15).⁵ O distrito da Horta foi o único que não requereu este estatuto, alegando falta de capacidade financeira (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, s.d.; João, 1993).

No decorrer da Primeira Guerra Mundial, o departamento governamental a cargo da condução das relações britânicas nos países estrangeiros publicou um relatório sobre os Açores e a Madeira, onde se lia que “a finança não é uma questão de administração local, uma vez que as ilhas são teoricamente parte integrante de Portugal e estão previstas no orçamento nacional” (Foreign Office. Historical Section, 1920, p. 36). Nessa altura, a subordinação das ilhas era reforçada pela desvantagem em termos monetários:

As ilhas utilizam a moeda portuguesa, no que diz respeito à sua nomenclatura, mas contam-na em *réis fracos* em vez dos *réis fortes* do Portugal Europeu. Assim, o *escudo* local (papel) e as suas divisões decimais (apenas cobre) equivalem apenas a quatro quintos da moeda portuguesa da mesma denominação. Todas as cotações de preços são efetuadas na moeda local. (Foreign Office. Historical Section, 1920, p. 36)

Portanto, a moeda própria (insulana ou fraca) fazia parte de um sistema de administração específico aos arquipélagos (João, 1993). O regime estabelecido pelo Decreto de 1895 não sofreu alterações consideráveis até aos anos 20 do século passado (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, s.d.), quando os movimentos regionalistas irromperam juntamente com a propagação da literatura local que defendia uma identidade açoriana – a chamada “açorianidade” (Nemésio, 1932; Ribeiro, [1936] 1983), – conduzindo a manifestações concretas como o estabelecimento de congressos

4 A entrada das mulheres nas filarmónicas só foi permitida a partir do 25 de abril de 1974.

5 Em 1901, foi estendido à Madeira (João, 1993).

provinciais e a fundação das casas regionais em Lisboa.⁶ Com efeito, na sua obra mais conhecida, Nemésio ([1944] s.d.) refere os “boatos de revolução” (p. 99) que circulavam no final da segunda década do século XX. Contudo, na perspetiva de Enes (1999), “os adeptos da açorianidade” transformaram o trabalho de Luís Ribeiro “numa espécie de bíblia”, e “sem que tivesse sido feita uma abordagem crítica” (p. 256). No entendimento de João (1993), a corrente denominada de “açorianismo”⁷ correspondia fundamentalmente a “uma atitude conservadora que traduzia, para um plano regional, as correntes ideológicas nacionalistas da época” (p. 22). Ainda que, no continente português, o movimento não fosse mais do que “um esboço de regionalismo” (João, 1993, p. 15), na maior ilha, São Miguel, as tensões eram notórias. No entanto, “não se conseguia agregar todas as ilhas numa frente comum de âmbito regional” (João, 1993, p. 15). Por outras palavras, a insularidade foi um obstáculo evidente à convocação arquipelágica em torno de um objetivo comum.

A formalização da constituição das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira concretizou-se somente após o 25 de abril de 1974, mais precisamente em 1976 (Decreto-Lei n.º 318-B/76, 1976) [fig. 2.3].⁸ Deu início à “fase decisiva da consolidação da unidade política e do reforço da identidade açoriana” (Enes, 1999, p. 256). O estabelecimento desta diretiva consistiu, portanto, num evento contingente definidor da regulamentação primordial para o acordo da Região. Em termos essenciais, “o regionalismo é uma construção identitária, um processo contínuo de simbolização de um dado território” (Mendes, 1996, p. 129). Nesta medida, “o mito da criação é jurídico: prova que existe uma continuidade perfeita entre a técnica jurídica e a ontogénica” (Coccia, [2013] 2018, p. viii).

Fundamentalmente, este acontecimento foi uma consequência da implementação da democracia portuguesa. Além do mais, o acordo político não definiu apenas a composição da Região (Decreto-Lei n.º 318-B/76, 1976), também a alterou – na medida em que emergiu outra “realidade”. A “realidade” talvez possa ser definida numa apropriação da definição de “verdade e valores” segundo Allenby e Sarewitz (2011): como um pacote de “funções do estado da rede cognitiva – da nossa ordenação da informação e do conhecimento – e que, por conseguinte, são contingentes e continuamente regeneradas num diálogo reflexivo entre sistemas cognitivos” (p. 186). Para além disso, parece significativo convocar a teoria de Harvey (2001): “as populações humanas organizam-se frequentemente em termos territoriais, o que torna a regionalidade um elemento central para a consciência, formação da identidade e subjetividade política, assim como para a imaginação cartográfica e para o sentido do espaço-tempo” (p. 225). Posto isto, a “identidade” regional ou a “açorianidade” deve ser entendida como “um produto mutável da ação coletiva” (Brubaker, 1996, p. 20), em vez de assumida enquanto um domínio estável. Por conseguinte, o sistema regional e as suas práticas – nomeadamente, as jurídicas – institucionalizam uma objetificação territorial⁹ ou, por outras palavras, uma reificação territorial. A reificação é um processo intelectual e, sobretudo, social (Bourdieu, 1993; Brubaker, 1996).

Portanto, resistir à conceptualização de uma “realidade regional”, – ou de uma “realidade territorial”, – significa refutar que a Região dos Açores é *o que é*. Esta objeção pretende revelar, em vez disso, uma operação de normatividade da própria “realidade”. Dito de outro modo, antes de *ser alterada*, a “realidade” territorial açoriana tinha de *aparecer* de uma forma diferente. No prosseguimento da teoria de João (1993), sugere-se que este imaginário arquipelágico fictício foi (e ainda é) manobrado por uma construção política deliberada, resultando na perceção de uma “identidade” açoriana. A este propósito, Enes (1999) referiu uma “campanha ideológica em prol de uma identidade específica” (p. 257). Assim, o conceito de “região” revela-se útil na sua exploração, quando se recorda a observação

6 A diáspora açoriana também conduziu à construção de várias casas regionais no continente americano.

7 Dado que “a açorianidade é um aprofundamento do açorianismo” (Enes, 1999, p. 256).

8 A Região Autónoma é um estatuto político-administrativo particular aplicado aos dois arquipélagos, implementado na Constituição da República Portuguesa de 1976. No entanto, a autonomia regional não afeta a integridade da soberania do Estado, como ilustram o número 1 do art. 2º: “A autonomia político-administrativa da Região Autónoma dos Açores não afecta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição e do presente Estatuto” e o art. 4º: “A soberania da República é especialmente representada na Região por um Ministro da República” (Decreto-Lei n.º 318-B/76, 1976). A grafia original foi respeitada.

9 Em que a ideia de pertencer a essa região pode *acontecer* de forma repentina e vigorosa (Brubaker, 1996).



DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 13\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS				
As três séries	Ano	1600\$	Semestre	850\$
A 1.ª série	»	600\$	»	350\$
A 2.ª série	»	600\$	»	350\$
A 3.ª série	»	600\$	»	350\$
Apêndices — anual, 600\$				
Preço avulso — por página, \$50				
A estes preços acrescem os portes do correio				

O preço dos anúncios é de 17\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

2.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna:

Decreto-Lei n.º 318-B/76:

Aprova o Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores.

Decreto-Lei n.º 318-C/76:

Aprova a Lei Eleitoral para a Assembleia Regional da Região Autónoma dos Açores.

PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Decreto-Lei n.º 318-B/76

de 30 de Abril

O n.º 2 do artigo 302.º da Constituição da República estabelece que, até 30 de Abril de 1976, o Governo, mediante proposta das juntas regionais, elaborará, por decreto-lei, sancionado pelo Conselho da Revolução, estatutos provisórios para as regiões autónomas.

Pelo presente diploma dá-se atempado cumprimento a esse dispositivo constitucional quanto à Região dos Açores. Porque de estatuto provisório se trata, destinado a vigorar apenas até que seja promulgado o estatuto definitivo, a elaborar nos termos da Constituição, nenhum imperativo legal vinculava o Governo da República a cingir-se aos dispositivos previstos no título VII da Constituição da República, dedicado à definição do regime político-administrativo das regiões autónomas.

Não obstante, entendeu-se que a esse argumento técnico deve sobrepor-se a eminente dignidade de um

texto constitucional destinado a reger o País em regime democrático, pelo que o presente diploma consagra, com intencional rigor, não só as soluções, como a formulação consagradas na Constituição.

Para além disso, mas sem prejuízo do espírito dos dispositivos constitucionais, deu-se acolhimento às soluções e fórmulas constantes da proposta da Junta Regional dos Açores, tão-só com a preocupação de obviar à sua colisão com normas constitucionais, máxime com normas imperativas de competência reservada.

A escassez do prazo fixado pela Constituição para a elaboração do presente estatuto, somada às dificuldades inerentes à matéria, sobre a qual escasseia a experiência e a literatura, não permitia veleidades de trabalho perfeito.

Mas, porque se trata de um estatuto provisório, destinado a ser confirmado ou alterado pela Assembleia da República, poderá esta, após a experiência das soluções agora preconizadas, corrigir-lhe eventuais deficiências e lacunas.

Matérias houve que foi necessário submeter a soluções de natureza transitória, em função de circunstancialismos prejudiciais. É o caso de águas territoriais e zonas de domínio económico, que está neste momento em discussão na Conferência do Mar em Nova Iorque e que deverá ser objecto, em tempo oportuno, de uma decisão aplicável ao conjunto do território. É o caso também de, independentemente das questões de princípio, não ter sido possível encetar o problema do direito de voto dos emigrantes, em virtude de qualquer das soluções que minimamente o contemplassem ser, para as próximas eleições, tecnicamente inexecutável.

Se é certo que o n.º 2 do artigo 48.º da Constituição da República consagra a personalidade do exercício do direito de voto, não é menos certo que essa regra deixa em aberto a possibilidade do voto

Fig. 2.3 - “Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores”, decretado em 30 de abril de 1976.

de Žižek¹⁰: “o problema é, no final, a solução” (Backdoor Broadcasting Company, 2015). Em última análise, “a realidade é o objeto da lei” (Coccia, [2013] 2018, p. viii).

10 Ao referir-se à teoria de Hegel.

O arranjo produz a unidade

A RAA resulta de um fenómeno político nascido de um acordo. O estabelecimento da autonomia jurídica definiu uma nova escala funcional tanto da prática, como do discurso. No seguimento do reconhecimento da modificação do sistema territorial, a pergunta será: quais são as ordenações e escalas dentro desta identificação “regional”? Ou, antes, quais são os aparelhos jurídico-regionais?

A governação regional está longe de ser homogénea, uma vez que funciona no âmbito de redes de relações de poder, de tal modo que o sistema é simultaneamente consistente, uniforme e necessariamente parcial. De facto, esta Região exemplifica a manifestação de “arranjos arquipelágicos relacionais” (Sammler, 2018, p. 17), dentro dos quais as instituições regionais são “mobilizadas para consolidar, coordenar, gerir e reproduzir capacidades produtivas em grande escala e a longo prazo, dentro de uma determinada arena territorial” (Brenner & Elden, 2009, p. 369). Por isso, desempenham um papel fulcral na consubstanciação das estratégias regionais que geram, por sua vez, a designada “identidade” regional. É esta amálgama que produz a dita reificação territorial dos Açores, cuja análise de dissociação se seguirá.

Ora, como é que as instituições estatais formam as fronteiras territoriais? Mais precisamente, qual é o papel das instituições do Estado na criação e manutenção desta Região? Entende-se que a resposta às perguntas anteriores remete para a seguinte formulação: consiste, na sua essência, numa configuração tripolar. Atualmente, os três grupos de ilhas são conhecidos como grupo oriental (São Miguel, Santa Maria e os ilhéus das Formigas¹¹), grupo central (Terceira, Graciosa, São Jorge, Faial e Pico) e grupo ocidental (Flores e Corvo). No entanto, estes grupos nem sempre tiveram a mesma constituição. Em 1836, o agrupamento das ilhas em distritos administrativos (Coelho, 1974, p. 71) criou “algumas afinidades que aproximavam os cidadãos em determinados momentos” (Enes, 1999, p. 252), originando algumas dinâmicas em torno de interesses partilhados. O arranjo triplo – ou, mais precisamente, a composição distrital tripla – era o seguinte: “o Oriental, incluindo as ilhas de São Miguel e Santa Maria, com Ponta Delgada como capital; o Central, incluindo Terceira, São Jorge e Graciosa, com Angra como capital; e o Ocidental, incluindo Faial, Pico, Flores e Corvo, com a Horta como capital”¹² (Foreign Office. Historical Section, 1920, pp. 18-19).

Com efeito, ainda hoje, o equilíbrio político da RAA depende da distribuição dos edifícios governamentais regionais por três ilhas¹³: São Miguel, Terceira e Faial (Decreto-Lei n.º 318-B/76, 1976), implicando custos financeiros substanciais (João, 1993). Uma das principais despesas político-estratégicas está relacionada com as deslocações, na medida em que, de acordo com o Estatuto Político-Administrativo dos Açores (Lei n.º 2/2009), o Governo Regional deve visitar cada uma das ilhas do arquipélago pelo menos uma vez por ano, com a obrigação de se reunir com o Conselho de Governo da ilha visitada (Lusa, 2021f). De forma complementar, no início de 2021, o Governo Regional anunciou um novo evento designado Fórum Autónimo (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2021), a ser organizado em cada uma das seis ilhas que não têm sede de departamentos governamentais: Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Corvo e Flores. O Presidente do Governo Regional, José Manuel Bolieiro, referiu que o evento se enquadraria na “concretização do princípio de subsidiariedade” e num “exercício conjunto de poderes de gestão” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2021). Tal como o nome da iniciativa denuncia, a questão da autonomia subsiste nas discussões atuais, expondo um empenho contínuo em fornecer aos cidadãos um maior sentido de pertença, que transpõe a própria ilha.

11 Conjunto de afloramentos rochosos desabitados abordados no capítulo *Vinculação do Marítório*.

12 No texto original: “Fayal,” “San Miguel” e “San Jorge”.

13 Conforme estipulado no art. 5º: “Os órgãos da Região e respectivos departamentos terão a sua sede nas cidades de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada, nos termos a definir por decreto regional, que terá em conta os objectivos da unidade dos Açores e da complementaridade das suas parcelas territoriais, bem como a tradição político-administrativa daqueles três centros urbanos e a eficiência dos referidos órgãos e departamentos” (Decreto-Lei n.º 318-B/76, 1976). A grafia original foi respeitada.

A região como forma institucionalizada

O sistema tripolar distribuído entre São Miguel, Terceira e Faial reúne as principais instituições, organizações e empresas, incluindo hospitais e universidades. Dado este panorama, os custos de deslocações para atender a questões de saúde e educação não são negligenciáveis. Veja-se a situação dos partos: o transporte urgente de mulheres grávidas das ilhas mais pequenas para os três hospitais existentes é realizado pela Força Aérea. Em termos práticos, só se pode nascer com assistência médica adequada em três das nove ilhas.

O domínio cultural reflete igualmente alguns dos obstáculos inerentes à constituição de nove ilhas como a região terrestre (terra). Uma das controvérsias mais recentes diz respeito à transferência de um dos dois bovinos anões que fazem parte da coleção de história natural do Museu Carlos Machado, em São Miguel, há mais de cem anos. Ainda que a deslocação temporária tenha sido feita para o Ecomuseu do Corvo, na ilha onde esse gado específico foi criado, o tema foi conturbado. Os argumentos da oposição ao empréstimo do espécime centravam-se nos custos de transporte e eventuais danos, bem como na proclamada “inutilidade” da concretização de uma operação desta envergadura para a ilha mais pequena, que atualmente não chega a totalizar quatrocentos habitantes. Ainda assim, a Direção Regional da Cultura avançou com o processo por entender que estava “em causa a democratização da cultura” (RTP Açores, 2021d).

A aprovação do regime jurídico da Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores (Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, 2016), formalizada em 2016, constitui-se noutro exemplo de acordo político que contempla o domínio regional. Entre outros postulados, as ênfases no “princípio da coesão regional” e no “princípio da descentralização” (Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A, 2016, d) e i) do art. 2º) evidenciam a tentativa de conexão arquipelágica que permeia as estratégias institucionais.

O sector energético também integra o plano da regionalização e consiste num exemplo paradigmático das dificuldades impostas pelo mar, particularmente no domínio elétrico. Ainda que a empresa regional EDA - Eletricidade dos Açores¹⁴ seja gerida ao nível do arquipélago (Decreto Regional n.º 16/80/A), a sede localiza-se em São Miguel e cada ilha está limitada à sua própria produção elétrica. O território marítimo é um obstáculo evidente à implementação de uma rede elétrica arquipelágica efetiva. No fundo, cada ilha funciona como um ecossistema energético autónomo e depende das suas infraestruturas para satisfazer as necessidades de consumo dos habitantes – esta matéria será o foco do capítulo *Ordem Elétrica*.

Portanto, a tensão normativa imanente da noção de “região” reside na lógica estrutural do sistema insular com três polos que, apesar de se estender às restantes seis ilhas, é fortemente hierarquizado. Nos Açores, o “coletivo” reside onde os registos institucionais e territoriais se cruzam. Por essa razão, as instituições e organizações funcionam como “articulações ‘corporizadas’” (Novak, 2011, p. 747) dessas mesmas confluências.

A região como categoria prática

A região é, com efeito, um sistema territorial definido por políticas e regulamentos. Adotando a perspetiva de Brenner e Elden (2009) para o caso em apreço, a contingência territorial açoriana pode aferir-se mediante uma abordagem dirigida para a “espacialização da teoria política” (p. 360) – e que é mais criteriosa do que a descrição dos “aspectos espaciais da vida política” (p. 360).

A “hierarquia aninhada de territórios” (Novak, 2011, p. 745) definida pelas fronteiras políticas dos Açores engloba negociações permanentes entre diferentes escalas da estrutura organizacional. Assim, o território é concebido em termos relacionais: as “ordenações *entre* escalas” (Novak, 2011, p. 745) produzem a região. Quais são as formas de negociação implicadas na preservação ou na agitação

14 A empresa foi criada em 1980, na sequência da constituição da RAA.

das configurações atuais? Ora, nem “tudo o que conta é imediatamente aparente” (Spencer, 2019, p. 157). Existe uma região para além do que é estritamente mensurável e que está atualmente a ser conceptualizada e regulada tanto no espaço marítimo, como no espaço aéreo.

Um dos argumentos centrais desta tese é o alargamento da reivindicação territorial contemporânea até o alto da atmosfera e ao fundo do mar. Tal como afirma Paasi (2009), “as fronteiras territoriais, os simbolismos e as instituições são construções e processos sociais impregnados de poder e em perpétuo processo de transformação” (p. 226). De facto, a região açoriana é, ela própria, um devir em que as operações de delimitação (por agora, meras intenções) se revelam úteis para a compreensão de um sistema mais amplo de produção regional. O caso específico dos Açores surge como um exemplo onde o projeto do território está ativo, porém os arquitetos não estão necessariamente presentes, como ilustram os princípios do “ordenamento do espaço marítimo nacional” (Resolução n.º 203-A/2019).

Neste momento, importa salientar que a governação oceânica nas regiões arquipelágicas molda as geografias alicerçadas na região. Em 1997, “Portugal foi um dos primeiros países europeus a aderir ao novo regime ao publicar a Lei n.º 33/77, de 28 de maio, que estendeu os limites do mar territorial e instituiu a Zona Económica Exclusiva (ZEE)” (Gonçalves, 2004). Como resultado da implementação da ZEE, as ilhas açorianas, que anteriormente eram consideradas separadas pelo mar em termos legais, passaram a deter o estatuto jurídico de contiguidade territorial. A ZEE estende-se por 1,7 milhões de km², sem considerar o pedido de redefinição dos limites da plataforma continental estendida que está neste momento a ser analisado nas Nações Unidas (Resolução n.º 68/2021). De acordo com Sammler (2018), as ZEEs geram um “espaço que é simultaneamente uma tecnologia política e uma estratégia geográfica inscrita para assegurar localizações” (pp. 30-31). De facto, “a topografia política e física do fundo do mar” (Sammler, 2018, p. 20) não só liga as ilhas, como também se amplia a uma área mais vasta, longínqua e fora do perímetro de repercussão imediatamente adjacente à ilha. Neste sentido, esta tese diverge em absoluto da perspetiva que admite que “a influência do Estado-nação está a diminuir” (Beck, 2014, p. 94). A Proposta para a Plataforma Continental Estendida (PCE) exemplifica o reforço do papel do Estado-nação, corroborada pela aprovação da “Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030” (Resolução n.º 68/2021).¹⁵ A produção do território regional focada no mar e no ar continuará a ser desenvolvida no segmento *Território Potencial*.

A região fora da Região

Na continuação da análise sobre os processos que produzem a região como uma categoria prática, retoma-se a religiosidade como uma vertente fundamental na fabricação da identidade açoriana. Na perspetiva de Ribeiro ([1936] 1983) esta característica deve-se ao facto de ser um território profundamente marcado pela atividade vulcânica e pela insularidade, conforme foi abordado no capítulo precedente, *Mitos e Imaginários Políticos*. O culto unificador mais antigo, o do Espírito Santo, parece remontar ao início do povoamento, no século XV (Enes, 2010; Leal, 1994). Sensivelmente um século depois, Frutuoso ([1586-1590] 1998b) escreveu que este culto era comum a todo o arquipélago. Apesar do declínio acentuado destas festividades no continente¹⁶ e na Madeira, nos Açores mantêm-se cruciais (Leal, 1994).

Para Leal (1994), os Impérios são “um conjunto de cerimónias e festejos em honra e louvor da divindade, articulados com um projeto de reiteração cíclica das principais instâncias sobre as quais assenta a organização social” (p. 151). A cerimónia indispensável de designação do promotor das

¹⁵ Adicionalmente, “[a] cresce a importância da plataforma continental estendida para além das 200 milhas náuticas, cujo processo de delimitação está a decorrer junto das Nações Unidas e que aumenta para 4100000 km² a área abrangida pelos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, alargando assim direitos de soberania, para além da Zona Económica Exclusiva (ZEE), para efeitos de conservação, gestão e exploração de recursos naturais do solo e subsolo marinhos, e que tornará Portugal ainda mais atlântico” (Resolução n.º 68/2021, art. 1º).

¹⁶ A Festa dos Tabuleiros realizada em Tomar é uma das exceções.



festas (o *imperador*) evoca a investidura da autoridade, pelo que consiste numa “espécie de dobragem sistemática da linguagem religiosa pela linguagem política, baseada em símbolos e desempenhos retirados do imaginário do poder” (p. 151). Embora consistam num “dos traços centrais da unidade e da especificidade dos Açores enquanto ‘área cultural’” (p. 167), as Festas do Espírito Santo apresentam uma grande diversidade de ilha para ilha e até entre freguesias. Leal (1994, pp. 167-168) identificou cinco grandes modelos das festividades: a variante de Santa Maria, de São Miguel, do Faial, do grupo ocidental (Flores e Corvo) e do grupo central (Terceira, São Jorge, Pico e Graciosa).

Em termos materiais, as cerimónias e louvores centram-se na Coroa do Espírito Santo: uma coroa de prata, trabalhada e rematada com uma pomba, uma insígnia acompanhada por um cetro e uma salva de prata. Os chamados Teatros dos Impérios ou Impérios do Divino Espírito Santo [fig. 2.4 e 2.5], pequenos edifícios erguidos para veneração, datam do final do século XVII. As estruturas foram inicialmente construídas em madeira e numa fase posterior em pedra, podendo ser encontradas em todas as ilhas e noutros locais profundamente caracterizados pela emigração açoriana, como nos Estados Unidos da América, Canadá e Brasil.

O culto relativamente mais recente, o Senhor Santo Cristo dos Milagres, cuja primeira procissão terá tido lugar após uma prolongada crise sísmica, entre 1698 e 1701 (Enes, 2010), tem sido divulgado como um dos principais emblemas da identidade açoriana [fig. 2.6]. Nesta tese, considera-se que o canal público de televisão, inaugurado em 1975, foi responsável pelo reconhecimento efetivo da imagem talhada em madeira como um atributo dos Açores. A análise sobre o papel constitutivo da televisão no território açoriano terá lugar no capítulo subsequente, *Televisão ou Revolução*. Antes desta operação mediática, a imagem circunscrevia-se a uma dimensão predominantemente insular, na sua maioria limitada às ilhas de São Miguel, Santa Maria e Graciosa (Leal, 1994). A chegada da televisão permitiu ultrapassar o obstáculo do antigo deslocamento obrigatório para Ponta Delgada, ilha de São Miguel, para venerar a imagem original. Assim, através do funcionamento performativo do conteúdo televisivo, a figura do *Ecce Homo* é assumida como a imagem dos Açores, espalhando a sua presença e influência nas nove ilhas e no estrangeiro – e, conseqüentemente, nos ambientes domésticos [fig. 2.7]. A mensagem dos média está sujeita a repetições contínuas, necessariamente implícitas em cada código (Kittler, [2002] 2019). Sugere-se que a codificação do território açoriano deriva de um efeito deste padrão de repetição, no desdobramento entre o domínio religioso e o político. Portanto, a religião desempenhou um papel crucial na produção de uma identidade açoriana televisiva – não foi inadvertidamente que a Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres foi o primeiro conteúdo transmitido para os Estados Unidos da América em 1985, via satélite (RTP Play, 2020). Neste âmbito, o seguinte argumento afigura-se central:

Enquanto o objetivo de uma festa cristã como a Páscoa é ser ritualmente repetida todos os anos simplesmente porque é suposto armazenar e transmitir uma mensagem fixa e bem conhecida, nomeadamente o evangelho (*boa nova*), ninguém está particularmente satisfeito com as transmissões repetidas na televisão. (Kittler, [2002] 2019, p. 46)

De um modo genérico, a confirmação identitária através da repetição funciona, na medida em que desempenha o que Appadurai ([1996] 2010) identificou como “sodalidades¹⁷ mediadas em massa”,

Fig. 2.4 - Império do Divino Espírito Santo, ilha Graciosa, agosto de 2021.

[pp. 78-79] Fig. 2.5 - Império do Divino Espírito Santo, ilha do Pico, outubro de 2023.

17 Termo utilizado sobretudo no âmbito religioso.

Relacionado com “sodalício”, “sociedade de pessoas que vivem em comum, que convivem em associação”, uma confraria (Priberam, 2024); também pode designar “academia”, “sociedade”, “instituição” (Dicionários Editora, 1995, p. 1111).



BOCA DAS CANADAS
PORTUGAL

div

INO ESPIRITO SANTO
1954 - 1997





Fig. 2.6 - Procissão do Senhor Santo Cristo dos Milagres, Ponta Delgada, ilha de São Miguel, c. 1890.
Fotografia de António José Raposo. Instituto Cultural de Ponta Delgada, PT/ICPD/CFD.00024.

Fig. 2.7 - Quarto em Rabo de Peixe, ilha de São Miguel, agosto de 2012.

nomeadamente as “de culto e carisma” (p. 8). Nesta perspetiva, o aspecto regional está totalmente dependente de uma mediação da imaginação “como uma propriedade dos coletivos” (Appadurai, [1996] 2010, p. 8). Através da atuação *tele-visiva*, “vemos imagens em movimento a ir ao encontro de espectadores desterritorializados¹⁸” (Appadurai, [1996] 2010, p. 4).

Quanto a ambos os cultos, as construções e símbolos acompanham os açorianos onde a diáspora os conduziu, materializando a fé, os rituais e as temporalidades associadas à devoção. No ponto de vista de Leal (1996), a emigração “não só actuou como um factor de transformação profunda dos Impérios, como teve até um ‘congelamento’ de mudanças que, noutras condições, não teriam deixado de ocorrer”¹⁹ (p. 586). As Festas do Espírito Santo funcionam, em grande medida, como “um mecanismo ritual de reconstituição da unidade de uma ‘comunidade’ dividida pela emigração” (Leal, 1996, p. 587). Por outras palavras, a emigração consolidou o simbolismo associado às festividades. A este respeito, a Região transcende o território regional.

A região como projeto ativo

Sloterdijk ([1998] 2011) perguntou: “então onde estamos quando estamos num pequeno interior? De que modo pode um mundo, apesar da sua abertura para o incomensurável, ser um mundo redondo intimamente dividido?” (pp. 539-540). Este “mundo”, aqui entendido produtivamente como um substituto para “região”, engloba entendimentos de pertença e de alienação. O “estar-dentro” abriga “microcosmos de interioridade interligados, formadores de seres humanos” (Sloterdijk, [1998] 2011, p. 540). O território regional dos Açores prospera, considerando que a estratégia de formação do “dentro”, onde tudo está imerso, não foi somente cumprida, como também foi reforçada ao longo das últimas duas décadas. Ultimamente, têm surgido indícios de reforço da amplitude de imersão territorial, com consequências que serão exploradas na segunda parte da tese, *Território Potencial*. Mais concretamente, parece que, em vez da concentração do foco nas ilhas propriamente ditas, a atenção está agora voltada para a área de influência das ilhas, ou seja, para o meio mais próximo. Esta formulação expressa a relevância dada às ilhas no invólucro contemporâneo dos territórios marítimos e aéreos.

Adicionalmente, no que se refere à ordem normativa regional – ou a consumação simbólica do sistema – não foi (nem é) possível argumentar que a referida ordem está simplesmente *a ser criada*. Para que funcione, ou seja, para que seja bem-sucedida, é necessário produzir a constituição territorial através da ilusão de que essa mesma constituição territorial já existe. A percepção de uma especificidade regional – logo, territorial e social – foi fundamental para a prossecução do projeto da região açoriana, que ainda está em curso. As disputas autonómicas lideradas principalmente por uma elite, a proliferação de literatura que reivindicava a existência de uma identidade açoriana (a designada “açorianidade”), o contexto político e económico nacional, a religiosidade e a emigração foram acontecimentos decisivos que conduziram a um resultado do foro jurídico, no início do último quartel do século XX: a RAA.

A história desta Região emerge como a história do seu redesenho, com um espectro que vai desde a unidade (ilha) – concretamente, as “ilhas adjacentes” – até ao que é realmente adjacente à referida unidade. Ora, redesenhar a condição territorial parece ser a maior ambição desde o estabelecimento legal da região política em 1976. Desde então, os Açores foram reordenados e reconceptualizados – por outras palavras, reterritorializados. Nesta perspetiva, uma reificação territorial da região é a base para as sucessivas inscrições legais do entendimento dos Açores, isto é, da sua identidade e cultura.

Para concluir este capítulo, a região concebida como “um evento contingente”, “uma forma institucionalizada” e “uma categoria prática” (Brubaker, 1996) parece constituir um exemplo primordial de um território profundamente estratégico e capaz de acomodar futuras territorialidades especulativas, uma vez que assimila terra, mar e ar sob um projeto político único.

18 Mais precisamente, “reterritorializados”, como se desenvolveu na introdução.

19 A grafia original foi respeitada.

3

TELEVISÃO OU REVOLUÇÃO

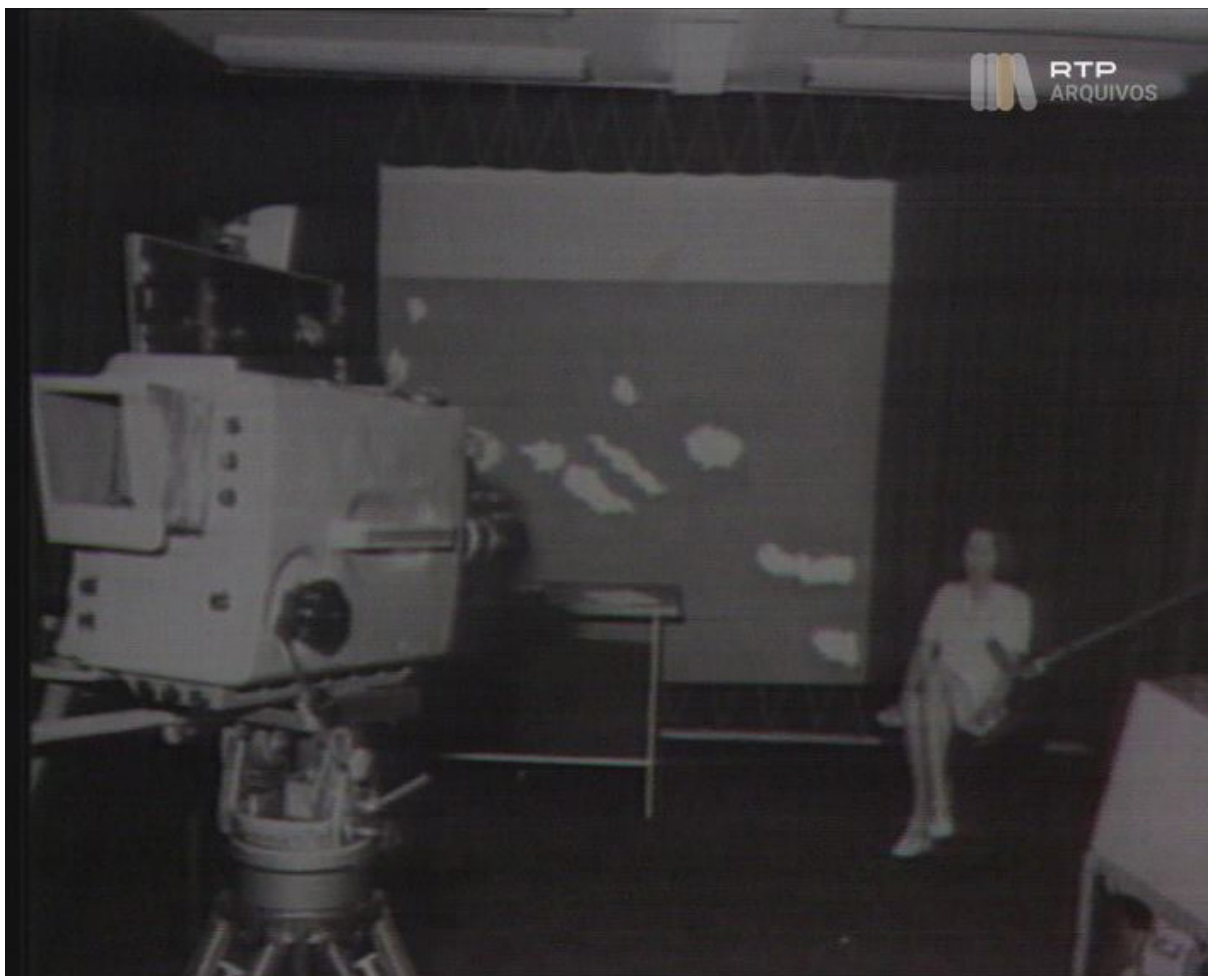


Fig. 3.1 - *Frame* do vídeo “História da RTP Açores”, transmitido a 8 de outubro de 1995, que mostra os bastidores de um noticiário televisivo em 1975. RTP.

Coletivos isolados

Retoma-se agora a experiência pessoal mencionada na introdução. A mudança para a ilha de São Miguel fez-se ao virar do século. Tudo era novidade: a paisagem, as sociabilidades, o ar “pesado” da humidade elevada, o famoso “capacete” (aglomerado de nuvens cinzentas-escuras que teimavam em não desvanecer) e, sobretudo, o mar. A vastidão da água era o indício mais evidente da condição insular que, até então, contrastava com a experiência de vida no continente português, a dezenas de quilómetros do mar. Aos poucos, a sensação de confinamento geográfico foi substituída por uma noção de coletividade – em larga medida, graças à televisão.¹

Afinal, a maior ilha açoriana faz parte de um conjunto mais vasto: o arquipélago. De facto, embora a noção dos Açores como território global esteja presente em discursos políticos e em campanhas publicitárias, sugere-se que a televisão, através do canal Rádio e Televisão Pública dos Açores (RTP Açores), é o meio de eleição. No final do ano 2000, era comum ver-se o canal regional *no ar* em quase todas as casas e cafés. O sucesso tinha uma explicação crucial: até 1994, era o único canal a ser transmitido nas ilhas açorianas. Nesse ano, foi criada a Cabo TV Açoreana, pelo que a emissão passou a incluir mais de duzentos canais, entre os quais os brasileiros Globo e Record (Anacom, 1994). A

¹ Publicou-se um artigo que serviu de base para este capítulo: Rodrigues, I. V. (2024). After Television in The Azores: Broadcasting an Archipelago. *Shima*, 18(2), 5–24. <https://shimajournal.org/article/10.21463/shima.222>



Fig. 3.2 - A primeira estação de televisão militar ultramarina, que foi também a primeira estação de televisão em Portugal, transmitiu em direto da Base Aérea das Lajes, em 1954.

distribuição da televisão por cabo em todo o arquipélago só foi concluída em 1996, quando finalmente todas as ilhas tiveram acesso a este serviço. Portanto, durante quase duas décadas, a RTP Açores não foi apenas o canal mais visto entre os açorianos – na verdade, não havia outro. Este intervalo foi praticamente coincidente com o exercício da Presidência do Governo Regional dos Açores por Mota Amaral, entre 1976 e 1995. De forma contrastante, no continente português era possível escolher entre pelo menos dois canais desde 1968, sete anos antes da chegada do canal público ao arquipélago. No fundo, parte do triunfo da RTP Açores talvez possa ser compreendido pela ausência de concorrência audiovisual durante tanto tempo.

Neste contexto, parecia que somente o aparato audiovisual prosperava na transmissão de um sentido de totalidade encarnado no conceito “Açores”: de forma sucinta, *um território identificável* constituído por nove ilhas que *partilham a mesma sociedade e cultura*. Através de imagens e de som, uma noção do arquipélago era produzida, transmitida, recebida e subsequentemente reconhecida pelos seus telespectadores. A “identidade açoriana” era associada a festividades, eventos religiosos, séries (na sua maioria produções adaptadas de obras literárias de autores locais) e notícias regionais, que no seu conjunto compunham a unidade: o arquipélago. Depois da televisão, sugere-se aqui, as nove ilhas unificaram-se, como coletivos isolados [fig. 3.1]. A partir deste panorama, este capítulo procurará dar conta da criação da emissão televisiva nos Açores (através do canal RTP Açores) e do seu papel de mediação na construção narrativa fundamentada no território, na sociedade e na cultura.

A “ilha americana” como prenúncio da modernidade

Williams ([1974] 2003) começou o livro *Television: Technology and cultural form* com a frase: “é frequente dizer-se que a televisão alterou o nosso mundo” (p. 1). Na altura em que a escreveu, a televisão pública ainda não tinha chegado aos Açores. No entanto, vinte anos antes, um fenómeno hermético de difusão televisiva teve lugar no arquipélago, mais concretamente na ilha Terceira. Efetivamente, o alvorecer da televisão em Portugal, ainda que apenas numa área restrita da ilha, foi protagonizado pelos militares norte-americanos que aí se instalaram. Após a presença da *Royal Air Force* britânica, os norte-americanos vieram para ficar, numa espécie de ocupação insular dentro da ilha. O epicentro do seu povoamento foi a Base Aérea das Lajes (também designada de BA4), delimitada por vedações que a separavam do resto das imediações.

Em 1954, a *American Forces Network* (AFN) TV transmitiu o CSB-218 em direto da Base das Lajes [fig. 3.2], antecedendo a chegada da televisão ao resto do país, que seria criada um ano depois e inaugurada em 1957 (em território continental). Com o canal de televisão próprio da AFN vieram a rádio militar, os hambúrgueres, a Coca-Cola², os chocolates, a música, o cinema, o desporto (sobretudo o basquetebol e o golfe), a língua inglesa e o dinheiro estrangeiro (RTP Açores, 2023). A Terceira, a chamada “ilha americana” (Notícias Magazine, 2015), viveu um regime de exceção, uma espécie de microcosmo moderno. Este acontecimento exemplifica a inserção geoestratégica que Williams ([1974] 2003) descreveu como uma “operação planeada a partir dos Estados Unidos” (pp. 35-37). O canal foi encerrado em 2015, quando a maioria dos trabalhadores deixou o complexo militar.

Televisão, antes que venha a revolução

O evento crucial iniciou-se no Centro Regional dos Açores da RTP, em Ponta Delgada, São Miguel. Algumas semanas antes, o jornal *Açoriano Oriental* divulgava o acontecimento e os seus presumíveis efeitos à escala arquipelágica [fig. 3.3]³. A chegada da televisão aos Açores ocorreu um mês depois, a 10 de agosto de 1975 – dezoito anos após o início das transmissões regulares no continente português e três anos depois da primeira emissão regional no arquipélago da Madeira (RTP Arquivos, 1995a).

Se os Açores já tinham sido anteriormente concebidos como uma unidade – conforme foi referido no capítulo antecedente, principalmente na forma literária, tendo as obras de Nemésio (1932) e Ribeiro ([1936] 1983) como modelos – o mesmo conceito foi ativamente produzido através do aparato audiovisual, após o 25 de abril de 1974⁴. Ora, este esforço teve o canal público de televisão como um dos instrumentos centrais para dar a conhecer as ilhas aos açorianos (Silva, 2017). Nas palavras de Enes (1999), a televisão criou “laços afetivos e de identificação, veiculando um discurso político regionalista com eficácia junto de camadas da população até então afastadas dos meios informativos” (p. 257). Acrescentou que “a campanha deu os seus frutos também no exterior pois conseguiu-se passar a mensagem de uma forte identidade açoriana, muito específica no contexto nacional, que se expressa através do conceito de açorianidade” (p. 257). Mais concretamente, sugere-se que a perceção dos Açores como um arquipélago foi o produto de uma ação possibilitada pela democracia e pela televisão. O canal RTP Açores é, por isso, resultado da fusão da tecnologia e do poder político, através de um processo contínuo de mediação territorial. Note-se que o próprio lema da RTP Açores

2 A Coca-Cola só chegou oficialmente a Portugal em 1977.

3 Antes da televisão, a própria página do jornal era “um mosaico de artigos” (Williams, ([1974] 2003, p. 40). Transcreve-se parte da notícia que importa: “Vem de longa data o nosso veemente apelo no sentido da instalação da TV nos Açores. Atestam-no os nossos escritos dispersos pelos jornais. E esse nosso apelo recrudescer na altura em que tão extraordinário meio de comunicação social entrou na fase de emissões experimentais no Centro Regional da Madeira, depois de uma semana de emissões em circuito fechado. (...) numa das nossas muitas atitudes de protesto contra o relegar (useiro e vezeiro) para plano inferior tudo quanto diz respeito a estas nossas Ilhas (...)”.

4 Para Almeida (2011), dos anos 40 do século XX até ao 25 de abril, “a consciência da especificidade cultural açoriana foi criando raízes cada vez mais fundas” (p. 27). No entanto, essa consciência apenas foi democratizada daí em diante.

Fundado em 18 de Abril de 1835 pelo Deputado Manuel António de Vasconcelos
Redacção: Praça de Gonçalo Velho 33 — Ponta Delgada —
Telef. 25575

Administração: Rua do Dr. Bruno T. Carneiro, 36 —
Telef. 23635

Officinas: «Impressora», Rua do Dr. Bruno T. Carneiro, 36

Assinatura Mensal: 10400



Propriedade da «Finança»

(Sociedade Financiera de Investimentos e Comércio Açores, S. A. R. L.)

Ponte Delgada — S. Miguel Açores

DIRECTOR INTERINO: MOTA VIEIRA

141.º ANO — N.º 7 232

Sábado

5 de Julho de 1975

Artesanato Açoriano Quem é revolucionário?

problema que urge solucionar

Dizer que os Açorianos são propensos às Letras e às Artes não constitui novidade. Nomes famosos destas Ilhas Atlânticas estalaram nas páginas da História da Literatura Portuguesa e figuraram nas galerias de Artes Plásticas, ou integram valiosas colecções particulares. As Ciências e a Igreja tiveram também filhos destas Ilhas, e, além disso, também inculcaram o seu contributo. Mas há uma actividade dos Açorianos que, por dendo considerável rudimentar pela forma como se exerce, se situa num âmbito acentuadamente artístico pela sua elevada concepção e primorosa realização estética: — o artesanato.

Nesta hora em que, por circunstâncias sobrejacentes, ninguém pode ficar inactivo, retomem as nossas muito honrosas tradições artesanais e medida que se impõe não só para dar trabalho a muitos braços mas também pelo que pode pesar na balança da

nossa economia. Este é, sem dúvida, um dos muitos problemas a serem tomados na deriva da consideração por quanto se interessam pela promoção socioeconómica da nossa gente.

Há que dar forma e estrutura, como a qualquer outra espécie de trabalho, às actividades artesanais açorianas de modo a serem capazes de dar o seu contributo para o desenvolvimento da nossa gente.

(CONCLUI NA 3.ª PAGINA)

Banco Nacional Ultramarino

DR. J. A. GASPAR

Acompanhando a equipa de treino do Secretário do Estado de Tesouro Dr. Mário Brandão, que via aérea se deslocou a esta cidade no passado dia 22 para estudo da resolução de importantes problemas do sector, o economista Dr. J. A. Gaspar, membro da Comissão Nacional de Marketing e Acção Externa da Banca.

A extensão da TV aos Açores

- Uma antiga e justa aspiração.
- De Remiro Valadão ao "25 de Abril,"
- Coincidências e receios...

Vem de longa data o nosso veemente apelo no sentido da instalação da TV nos Açores. Atestamos os nossos escritos dispersos pelos jornais. E esse nosso apelo recrudescia na altura em que tão extraordinário meio de comunicação social entrou na fase de emissões experimentais no Centro Regional da Madeira, depois de uma semana de emissões em circuito fechado. Foi isso em 23 de Junho de 1972, cumprindo-se o que fora estabelecido, em relação à cobertura, de mais um espaço do País, pela Radiotelevisão Portuguesa.

No matutino «AÇORES», em 20 de Julho de 1972, e numa das nossas muitas atitudes de protesto contra o relevo (usado e vezeiro) para a inferior de tudo quanto diz

respeito a estas nossas Ilhas, escrevemos:

«Sem pretendermos querer saber as razões que levaram à prioridade da Madeira sobre

(CONCLUI NA 3.ª PAGINA)

A atenção dos gestores municipais PAVIMENTOS DE MOSAICO

Como todos sabem, os passeios das ruas das cidades, reverts em mosaico constituído por pequenas pedras pretas e brancas, apresentam-se em muitas ruas desveladas e destruídas em mais dum lugar.

Mas, as pequenas pedras que saíram do seu lugar, permanecem por muito tempo sobre o passeio, servindo de tropeço aos transeantes. Quando caminha na rua, são levadas pela água da chuva.

Depois, quando os operários aparecem para a reparação — tarde e a mais horas — já não

(CONCLUI NA 3.ª PAGINA)

Quem é e quem não é revolucionário? Esta é uma das muitas interrogações que, nos últimos dias, têm estado presentes no meu espírito. E, até agora, contudo, ainda não encontrei uma resposta capaz. Principalmente porque vejo muita gente (felizmente não, ainda como alguns dizem) e, verdade (muito variada) de quem fazem surtos) interessada em impingir, aos mais atentos, que ser revolucionário é desapegar-se à lei, ser revolucionário é impor a sua vontade, ser revolucionário é, gem, mais contemplar, querer um Deus na terra e um diabo para os outros — tal e qual como os revolucionários pós-28 de Maio, que impuseram a sua — e a sua — lei durante meio século. Tal como eu, vejo muita gente, muito e boa gente, confundida, incapaz, de atinar com a resposta à pergunta formulada: quem é e quem não é revolucionário? Ora, a meu ver, só se torna possível a resposta quando tivermos uma definição correcta de revolucionário, no contexto actual do panorama português. E por isso, talvez, se se quer revolucionário é portar-se como macaco em gaitinha, logo ou se, pelo contrário, é fazer

ser, durante o período de procura, sustentar a lei e erradicar o venenoso, para que todos os fumos se unam a ela possam ter acesso ao céu e ao inferno. Quem lucra em pedir os poucos pesos que nos restam? Certamente, só aqueles que estão interessados em fazerem comer de um mesmo algar, no qual só o metido a cozer quem eles muito bem entendem. Tal e qual como ao tempo em que os estudos eram confundidos pela gerência mercantilizadora. E há vem outra pergunta sem resposta fácil: foi para isto que lá fomos durante quarenta e oito anos?

V. D.
«Jornal do Cabo Republicano»
6/6/75

Qualquer pessoa tem direito a fundar sindicatos e a sindicalizar-se para defesa dos seus interesses.

Direitos do Homem
(cap 23 — 4)

A Televisão

e a responsabilidade dum informação a nível de Arquipélago

Com a vinda da Televisão para os Açores, obrigamos a cada um de nós a uma reflexão profunda sobre a informação profissional que em muito melhora as condições do emissor e do receptor. Não nos dá a sensação de que entre nós há, e acima de tudo, não há, uma via dum meio audiovisual de primeira mão, num círculo de vivência, que quebra a nossa insularidade, de mental. Assim se lembram os técnicos e profissionais dedicados para o Arquipélago das emendas e pendências, responsáveis que, ao longo da vida, vivem em contacto com as populações com uma psicologia especial, vive numa terra em que a verdadeira revolução só agora se inicia e acima de tudo se trata de ser responsável por uma orientação cultural e pedagógica que se insere em meios socioeconómicos pouco desenvolvidos por qualquer acção informativa. Vão ser sectores dum controlo ideológico, pela primeira vez, a nível de Arquipélago e isso dá-lhes a responsabilidade de

serem os mentores dum população que, devem antes de mais compreender a sociedade a quem se destinam.

Conselho à Televisão? Não me atrevo, ou termino adivinha?

(«DIÁRIO INSULAR»)

A Juventude!

As Crianças e a Juventude são o que há de melhor no mundo! As Crianças são a esperança do futuro e a felicidade do nosso viver; a Juventude é a continuação da vida e a realização dos sonhos. De todos, porém, é a Juventude quem mais nos preocupa.

A Juventude de hoje é diferente da de ontem. Hoje é mais consciente, mais crítica, mais exigente. Ela quer saber o que é a verdade, o que é a justiça, o que é a liberdade. Ela quer participar na vida da sociedade, quer mudar o mundo.

A Juventude de hoje é também mais solidária, mais generosa, mais altruísta. Ela quer ajudar os outros, quer fazer o bem. Ela quer construir um mundo melhor.

Mas a Juventude precisa de orientação, precisa de apoio. Ela precisa de quem lhe mostre o caminho, quem lhe dê a mão amiga. Ela precisa de quem lhe fale de amor, de paz, de esperança.

(CONCLUI NA 2.ª PAGINA)

A insurreição da carne

(Narrativas simbólicas)

O PODER

— Por Daniel de Sá

Há momentos de absurdo na história humana. A morte de Anne Frank, no terror de Bergen Belsen, sob o poder dum monstro corrupto e louco; os cadáveres do Brezina, sob a ambição de um quase senhor da Europa; a voz emudecida de Federico Garcia Lorca pelo perigo que representava contra o poder que começava a impor-se na sua pátria em sangue; a condecoração de um herói por feitos de morte alheia, a condecoração de um objecto da consciência...

Os homens, diz-se, foram feitos para a perfeição. O espírito humano tende ao bem, mas é capaz do Mal, e, em mil acções que fazem por bem, uma só empreenda por mal basta para anular o efeito delas. Por isso o Mal está mais representado na terra, embora sejam mais os homens bons do que os maus. No entanto, é muitas vezes o medo que obriga ao mal, e, assim, uma desculpa, proporcional

a causa dele, pode reduzir grandemente o mal intrínseco de uma acção má. E o pior mal do Mal é que muitas vezes, ele parece ser o bem de quem o pratica...

Assim esse rei da narrativa de agora. Um hipocrita disfarçado, medroso, sobretudo a respeito do doer com tagaras. Andava sempre a (CONCLUI NA 2.ª PAGINA)

SE...

...é de lamentar o estado de estagnação que por aí se nota, em diversos sectores das actividades açorianas, temos de confessar, em abono da verdade, que muito do que assim acontece se deve, em grande parte, aos próprios açorianos.

Vezes sem conta temos evidenciado a carência de quem se interesse pelos problemas locais, à semelhança daquela pléiade de antepassados ilustres que, pelo seu saber, pela sua dedicação, pelo seu trabalho, pelo seu civismo e grande amor à terra que lhes serviu de berço, ergueram e legaram uma obra que, por inúmeras vezes, foi a base da liberdade e da prosperidade materiais e espirituais, que até tam o mérito de quem os concebeu e realizou e que, para vergonha nossa, vamos deixando perder-se. Desde as prestígio, instituições de beneficência aos parques e jardins sumptuosos; das várias indústrias, ocupando muitos braços, (CONCLUI NA 2.ª PAGINA)

CORETO

do Campo São Francisco

Na manhã do último sábado, o sr. Carlos de Aguiar Rego Costa, Vice-Presidente da Comissão Administrativa Municipal, comunicou-nos gentilmente, pelo telefone, que os nossos pedidos quanto ao coreto do Campo de S. Francisco

estavam já a ser atendidos. Em virtude de entendimento entre a Câmara Municipal de Ponta Delgada e a Comissão Regional de Turismo, o coreto e o espaço circundante estão a receber todos os benefícios. (CONCLUI NA 2.ª PAGINA)

sugere um alcance alargado do sistema: “Unimos as ilhas”.

Embora a rádio tenha chegado ao arquipélago a meio da Segunda Guerra Mundial, a 28 de maio de 1941, através da instalação do denominado “Emissor Regional dos Açores da Emissora Nacional”, – que se mantém em atividade como RDP Açores - Antena 1 (Açores), – considera-se que os efeitos territoriais radiofónicos são distintos dos da televisão, uma vez que os primeiros começaram essencialmente com um programa musical (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2016). Por um lado, a legislação que estipulava a estrutura do Centro Regional como uma representação descentralizada entrou em vigor apenas em 1982, dotando-a de poderes para definir critérios de informação e programação. Por outras palavras, a rádio pública *nos* Açores tornou-se a rádio pública *dos* Açores (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2016). Por outro lado, no que diz respeito à televisão, a sua instalação no arquipélago subordinou-se a um objetivo de agregação desde o início. O primeiro diretor, que também era militar, José Costa Parente, solicitou que o seu assessor, João Bruges da Cruz, fosse a todas as ilhas dos Açores para “fazer um levantamento”, a fim de “saber que tipo de programas as pessoas queriam” (RTP Play, 2020). Portanto, o telespectador regional foi considerado ou, melhor, visado em conjunto com a criação do canal público (Lusa, 2014). Na perspetiva de José Lopes de Araújo, antigo diretor do Centro Regional dos Açores da Rádio Televisão Portuguesa (1984-1995), “a própria autonomia tinha de assentar num programa cultural” (RTP Play, 2020). A televisão foi o instrumento de “reforço do discurso e da prática da identidade regional” (Enes, 1999, p. 257).

Essencialmente, houve várias dinâmicas políticas e sociais que antecederam e sucederam à chegada da televisão aos Açores: a massiva emigração portuguesa durante a década de 60, o 25 de abril e a implementação da democracia no país, o fim da guerra colonial, a independência das antigas colónias portuguesas em 1975, o Estatuto de Autonomia conferido aos territórios dos Açores e da Madeira, a constituição legal da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional em 1976 (Decreto Regional n.º 1/76). Adicionalmente, durante as décadas de 60 e 70 formaram-se diversos movimentos separatistas que reivindicavam a independência açoriana.

Natália Correia ([1974-1976] 2015) escreveu que “a festa revolucionária foi a revelação súbita do trágico” (p. 353). Durante a Revolução dos Cravos, Correia ([1974-1976] 2015) declarou que “[é] preciso acreditar no impossível para haver presente” (p. 48), uma proclamação de esperança alusiva a uma insurreição visionária. No rescaldo das manifestações separatistas, eclodiu uma revolta dos cidadãos a 6 de junho de 1975, em São Miguel. Alguns dias depois, Correia ([1974-1976] 2015) registou: “[e]sta explosão de tensões acumuladas secularmente contra a macrocefalia continental, tributadora de humilhações e encargos desproporcionados, teve como catapulta quatro níveis de indignação” (p. 189), entre os quais “o trauma corrosivo que a descolonização inflige ao lusismo açórico” (p. 189). Complementou: “[s]ofro. A eventualidade de uma opção entre a nacionalidade portuguesa e a açoriana retalha-me” (p. 193). A televisão e o canal RTP Açores inauguraram a operação televisiva cerca de dois meses após a manifestação da insurreição assinalada pela escritora micalense. O general Ramalho Eanes, ao referir as funções que desempenhou na qualidade de presidente do Conselho de Administração da RTP em 1975, sublinhou: “quando decidimos estabelecer a televisão, sabíamos que alguns dos movimentos separatistas iam, pouco a pouco, desaparecer. E sabíamos que outros movimentos separatistas iriam, dado os compromissos que tinham, internos e externos (...) incrementar a sua ação” (RTP Play, 2020).

Entende-se que o contexto descrito, em particular o fim da guerra colonial, resultou no estabelecimento do que Lourenço ([1978] 2020) chamou de “espaços compensatórios” (p. 45). Ou seja, a idealização do arquipélago como “espaço compensatório” foi ativada através dos meios audiovisuais. Correia ([1974-1976] 2015) manteve as suas anotações enquanto vivia e trabalhava em Lisboa, tendo afirmado que após o 25 de abril de 1974 a “tendência separatista” açoriana tinha sido reacendida [fig. 3.4] dado que, entre outros “factores em causa na atual problemática açoriana”, sobressai o “relevo [da]



Fig. 3.4 - Recorte de jornal a anunciar emissões de rádio da Frente de Libertação dos Açores na Ilha Terceira, agosto de 1975.

política de descolonização, que exceptua o arquipélago açoriano”⁵ (pp. 586-587). Acrescentou ainda que “só tem avivado uma inclinação independentista incisivamente inscrita na açorianidade. Ignorando a questão de fundo, a focagem continental submete a tendência separatista à pressão do imperialismo norte-americano”, apesar de que “[é] inegável que o entusiasmo separatista dos açorianos concita apetites estrangeiros. Mas a sua raiz é autóctone” (p. 587).

Salienta-se que, praticamente sucessivo ao evento em análise, mais precisamente em 1977 e 1978, Jean-Luc Godard trabalhou em Moçambique, na instalação da primeira estação de televisão do país (Godard, 1979; Fairfax, 2010). O cineasta terá sido incentivado pela perspectiva de que trabalharia “com uma tábula rasa, no sentido de que a grande maioria da população moçambicana nunca tinha sido exposta a imagens cinematográficas” (Fairfax, 2010, p. 55). Afirmou que poderia ser uma ocasião para:

Estudar a produção destes desejos de imagem e a sua distribuição pelas ondas (oh! *sirènes*) ou pelos cabos. Estudar a produção desta vez, antes que a difusão interfira. Estudar os programas antes de fazer uma grelha atrás da qual serão colocados os espectadores, que não saberão que estão atrás do aparelho [*poste*] (ficando para trás) e não à frente, como acreditam (não fique à frente da TV, recitam os pais). Estudar tudo isso aproveitando esta situação e esse terreno excecional: a independência de um país de dois/três anos e a imagem que ele vai formando pouco a pouco de si mesmo. Nada mais do que uma criança, mas que mede o dobro da França. (Godard, 1979, p. 74)

De facto, em meados da década de 70, tanto nos Açores, como em Moçambique, “a maior parte da população simplesmente nunca tinha visto uma imagem reproduzida mecanicamente” (Fairfax, 2010, p. 59). Perante a incumbência, Godard (1979) perguntava-se: “A voz de Moçambique. / De que boca sai esta voz? / Qual é o seu rosto?” (p. 93). Porém, o trabalho de vídeo não terá sido concluído e o projeto acabou por gorar (Fairfax, 2010). Um pequeno documento produzido pela Sonimage (empresa de Godard, juntamente com Miéville) para o governo de Moçambique explicava:

5 A grafia original foi respeitada.

Em geral, um país que aposta na televisão (depois de ter apostado sobretudo na rádio) começa por se equipar com um ou vários transmissores (estações) a partir dos quais pulveriza / *arroser*
ou
inunda / *inonder*
o território que declara seu. (...)
“Antes de enviar uma imagem, talvez devêssemos perguntar que imagem, ou uma imagem de quê?”⁶ (MacCabe, 1980, pp. 138-139)

A televisão, enquanto um dispositivo dirigido às massas, pode ser objeto de despolitização, constituindo numa parte substancial do sucesso na produção territorial, social e cultural. A operação televisiva foi inaugurada num contexto de alto índice de analfabetismo, pelo que havia pouco espaço para desenvolver uma compreensão crítica do conteúdo divulgado. Em 1978, nos Açores, 21,3 % dos maiores de dezoito anos eram analfabetos (Resolução n.º 5/81/A, 1981). Dadas as circunstâncias, salienta-se que:

Depois de a Segunda Guerra Mundial ter provocado um surto de inovações em todos os domínios das telecomunicações, em particular na televisão e no radar, tornou-se historicamente necessário não produzir mais teorias sobre os meios de comunicação individuais (...) mas sim colocar a questão simples e comum de saber o que fazem os média em geral. (Kittler, [1999] 2019, p. 43)

Este pressuposto instiga o assunto central deste capítulo: o que é que o canal RTP Açores fez? Perante o panorama trazido por Kittler ([1999] 2019), talvez se possa estabelecer uma relação entre o aparato da guerra e o aparato da indústria audiovisual na Região Autónoma. Nesta linha de pensamento, considera-se razoável argumentar que a RTP Açores foi concebida como uma “arma” para a divulgação do projeto político que então se esboçava. Nesse sentido, seguindo a teoria de Colomina (1996), a campanha publicitária televisiva pode ser entendida como uma “campanha militar” (p. 210). Consequentemente, sugere-se que o simulacro televisivo, a mensagem ou o código é de ordem militar. No caso em apreço, a mensagem é o próprio arquipélago.

A missiva parece ser que *os Açores têm uma identidade*, um exemplo cabal de que os valores culturais não são descobertos, em vez disso, são estabelecidos (Groys, [2000] 2012). A televisão é o instrumento que põe em prática a convicção da existência de uma diferenciação açoriana. Conforme mencionado nos capítulos anteriores, a ideologia que professava esta singularidade foi legitimada por um contexto político e literário (João, 1993). Ainda que Nemésio (1932) defendesse a “açorianidade” como um atributo açoriano, distinguia dois tipos psicológicos dominantes: o micalense (que inclui os habitantes de São Miguel⁷ e da ilha de Santa Maria) e o das “ilhas baixas”, onde diferenciou o terceirense e o picoense (os habitantes das ilhas Terceira e do Pico, respetivamente) (Nemésio, 1928). De acordo com João (1993), “[n]ão há, portanto, uniformidade no microcosmo açoriano aos olhos deste observador perspicaz” (p. 21). João (1993) intensificou a crítica, chegando a afirmar: “Nemésio deixa-se embalar mais pela beleza literária das suas frases e pelo sentimento do que pelo rigor da análise” (p. 21). No prosseguimento da contestação da teoria do terceirense, João (1993) especificou que:

a verdadeira ‘mátria’ do açoriano é a ilha, mais do que o conjunto formado pelo arquipélago. Por isso, a construção de uma consciência regional que se traduza em demonstrações de unidade/solidariedade entre as ilhas tem sido um processo lento e difícil. (p. 26)

6 Negrito na fonte. Uma vez que não se teve acesso ao documento original durante a elaboração desta tese, traduziu-se o texto da referência, em inglês.

7 A propósito, Almeida (2011) referiu que “Nemésio não conheceu muito bem” “dois sectores do mundo açoriano”: “São Miguel e o açoriano emigrado” (p. 112).

A refutação da ideia de que o mar “eleva” os açorianos não se limitou ao argumento de João (1993), tendo também respaldo na ficção, como é o caso de *Pedras Negras*, de Melo (1964), onde o mar é referido como assustador e portador de “desgraças” (p. 22). Dentro do mesmo raciocínio, e numa espécie de contradição da sua teoria, Nemésio ([1944] s.d.) referiu o cariz “típico, terroso, como parte integrante de todo o ilhéu” (p. 98). Na realidade, “o mar é ‘medonho’ para o açoriano” (Carneiro, 2017, p. XI). Nas palavras de Sloterdijk ([2005] 2008), “o mar é um elemento de que, de ordinário, não gosta quem o conhece por perto (o romantismo do mar, tal como o das montanhas, é uma invenção da sensibilidade urbana moderna)” (p. 48). Além disso, a ilha “habita um espaço e um tempo muito além do curso ordinário, peninsular ou continental” (Pimentel, 2017, p. 50) pelo que, para contornar o “hiato geográfico, inventou-se o princípio da continuidade territorial” (Santos, 2017, p. 67). A noção de “açorianidade” é, por isso, múltipla, tendo em conta que “cada ilha acabou por criar o seu nicho específico, separado pelo mar, sem unificação possível” (Oliveira, 2017, p. 15). Portanto, é um conceito que se desdobra. Em consonância com a proposta do presente capítulo, Oliveira (2017) argumentou que “[a] institucionalização da Autonomia repescou a açorianidade como conceito identitário e de unidade” (p. 15). A esta luz, acrescenta-se que a televisão criou a narrativa audiovisual para a apreensão de uma identidade regional e territorial: funcionou como ferramenta que efetivou o gesto final de consolidação do conceito de açorianidade. Em suma, embora as ilhas sejam efetivamente diferentes em termos identitários, a televisão “homogeneizou-as”. A televisão chegou para *unir* as ilhas, socialmente e culturalmente. Sob a lente dos “espaços submediais” formulados por Groys ([2000] 2012), sugere-se que a “outra mensagem” implícita no caso em apreço poderá consistir na própria noção de território. Nesta perspetiva, a televisão também chegou para *unir* as ilhas em termos territoriais. A construção arquipelágica idealizada foi (e ainda é) produzida.

A proclamação “Arquitetura ou Revolução” de Le Corbusier ([1923] 2004) torna possível e aliciante o estabelecimento de um paralelo com a primeira emissão televisiva nos Açores, assim enquadrada como *Televisão ou Revolução*. Por outras palavras, se a transmissão primordial era revolucionária em si mesma, poderá ter sido conduzida primeiramente como uma fuga da “revolução” que então se delineava.

Aparatos arquitetónicos dos média

Portanto, para além da televisão, nenhum outro meio de comunicação alcançou a dimensão arquipelágica (Enes, 1999). Há cerca de vinte e cinco anos, o atraso na distribuição dos jornais era evidente. Ocasionalmente, alguns familiares que residiam em Lisboa enviavam jornais nacionais, com a exceção do desportivo *A Bola*, que circulava praticamente ao mesmo tempo que no continente. Nessa altura, os jornais locais (a nível insular) eram quase exclusivamente impressos e distribuídos dentro de cada ilha (RTP Açores, 2018). Ora, não havia imprensa à escala arquipelágica, ou seja, as fronteiras da imprensa produzida no arquipélago eram praticamente as fronteiras das próprias ilhas.

Em comparação, a televisão, enquanto técnica de disrupção por excelência, foi revolucionária ao ultrapassar essas fronteiras insulares. No início, a transmissão do sinal cobria apenas 75 % do arquipélago, com dois emissores e cinco retransmissores que levavam a televisão a sete das nove ilhas – dada a distância, Flores e Corvo ficaram de fora (RTP 50 Anos de História, 2007). Parte do equipamento técnico veio da Alemanha (emissores e antenas) e foi instalada por engenheiros do canal RTP (RTP 50 Anos de História, 2007). João Bruges da Cruz, então responsável pela instalação do equipamento, contou que “alguns [dos movimentos separatistas] queriam pegar fogo ao material em São Miguel” (RTP Play, 2020). Os emissores, um situado em Santa Bárbara (Terceira) e outro na Barrosa (São Miguel) iniciaram a rede, que foi completada pelos retransmissores: Salto do Cavalo (São Miguel), Lomba do Fogo (Pico), Cume (Terceira), Ajuda (Graciosa) e Pico Alto (Santa Maria) (RTP 50 Anos de História, 2007). Numa segunda fase, foram instalados outros dois retransmissores na ilha do Pico, mais precisamente, na Urze e no Geraldo (RTP 50 Anos de História, 2007). Com este conjunto



Fig. 3.5 - Inauguração da Estação Terrena de Satélites, ilha de São Miguel, dezembro de 1977. Fotografia de Nóbrega.

Fig. 3.6 - Inauguração da Estação de Satélites em Angra do Heroísmo, ilha Terceira, 1990. Fotografia de autor desconhecido.



infraestrutural, as ilhas mais populosas do arquipélago ficaram cobertas com o sinal de transmissão e receção. O grupo ocidental, composto pelas ilhas das Flores e do Corvo, recebeu o sinal da RTP apenas em 1988, treze anos depois do início da operação televisiva (RTP Arquivos, 1995b; RTP 50 Anos de História, 2007). Ao aproximar-se o final da década de 80, esta infraestrutura estaria a funcionar em todas as ilhas, levando o entretenimento e a informação a casa.

Os recursos eram escassos e por essa razão as notícias televisivas regionais começaram como sequências de diapositivos (RTP Arquivos, 1995b). Além disso, as notícias nacionais e internacionais chegavam com pelo menos um dia de atraso (RTP Arquivos, 1995b). A partir de 1977, com a entrada em funcionamento da Estação Terrena de Satélites da Marconi, propriedade da Companhia Portuguesa Rádio Marconi (CPRM), “foi possível o envio de sinal de televisão entre o Continente e os Açores” (Burnay, 2012, p. 133) [fig. 3.5 e 3.6]. Todavia, “a sua receção era assimétrica, pois nem todas as ilhas estavam cobertas” (Burnay, 2012, p. 133). Simultaneamente, as condições meteorológicas dificultavam a chegada atempada do material, que consistia em bobinas de filme e cassete de vídeo, enviadas de Lisboa (Burnay, 2012). Enquanto isso, “muitos dos conteúdos eram censurados, especialmente por serem considerados como um atentado à moral pública” (Burnay, 2012, p. 133).

Efetivamente, o conteúdo publicitário na RTP Açores começou por ser cuidadosamente controlado. A título de exemplo, não havia publicidade a pensos ou tampões higiénicos, nem era permitido o conteúdo de programas de televisão entendido como “provocante”, designadamente na telenovela brasileira *Pantanal*, cujo genérico original mostrava corpos de mulheres. No decorrer de conversas tidas entre 2019 e 2021, alguns micalenses recordaram o genérico manipulado: o que se entendesse como pertencente ao foro sexual estava fora da vista dos telespectadores açorianos, mesmo que esse conteúdo estivesse a ser transmitido na televisão nacional portuguesa.

Em termos práticos, a partir de aparatos arquitetónicos dos média, como a antena da Marconi [fig. 3.7 e 3.8], determinava-se o que iria ser transmitido. Uma vez recebido o sinal de televisão do continente português, seguia-se uma segunda fase que consistia na avaliação da prescrição dos programas: ou seja, uma camada adicional no esquema de difusão. Por conseguinte, não compreendia uma mera operação técnica, na medida em que a atividade televisiva englobava ainda uma análise preliminar. Por essa razão, a antena pode ser entendida como um dispositivo de articulação: não apenas em termos da transmissão do sinal, dada a sua finalidade de ligação, mas também em relação à avaliação do conteúdo a ser retransmitido. Ou seja, através de uma mediação ancorada no julgamento entre “certo” e “errado”, ou “adequado” e “inadequado”. A difusão era precedida por uma gestão do visível e do audível. A Estação Terrena de Satélites foi, portanto, um instrumento de receção, censura e subsequente transmissão.

A estação funcionou até 2002, tendo sido desativada após a instalação dos primeiros cabos óticos submarinos. O seu encerramento levou ao fim da produtividade do artifício arquitetónico, cuja obsolescência se materializou durante mais de vinte anos [fig. 3.7 e 3.8]. A antena, com um prato de trinta e dois metros de diâmetro, que funcionava na Banda C (4 e 6 GHz), ainda está lá para lembrar que, tal como Sloterdijk ([2005] 2008) afirmou, “[s]e a telecomunicação constitui uma noção dotada de seriedade ontológica, é porque designa a concretização prática da densificação” (p. 193). A antena deverá voltar a entrar em funcionamento, mas desta vez com a função de radar e rastreamento de satélites (RTP Açores, 2023b). A recuperação está a ser planeada pela empresa canadiana ThothX, ligada à exploração espacial, que prevê investir cerca de cinco milhões de euros (RTP Açores, 2023b).

Em 1996, com a chegada dos canais generalistas de Portugal continental, SIC, TVI e RTP2, o canal regional teve de partilhar “a janela especial da televisão” (Moreno, 2018, p. 35). No entanto, a RTP Açores resistiu entre os telespectadores açorianos. Em 1999, as comunicações no grupo ocidental melhoraram significativamente com a obra de instalação da Estação Terrena de Satélites nas Flores

Fig. 3.7 - Estação Terrena de Satélites, antena da Marconi, ilha de São Miguel, julho de 2021.

[pp. 94-95] Fig. 3.8 - Estação Terrena de Satélites, ilha de São Miguel, outubro de 2023.





(Resolução n.º 1/2000/A da Região Autónoma dos Açores, 2000) [fig. 3.9]. A inauguração da emissão para Portugal continental, por cabo, concretizou-se apenas em 2015 (RTP Notícias, 2017). Durante esse ano, a RTP Açores partilhou a difusão de festivais religiosos com o canal RTP Internacional, chegando aos Estados Unidos da América, ao Canadá e às Ilhas Bermudas. Ainda mais recentemente, em 2017, deu-se início à emissão regular da RTP Açores nos Estados Unidos da América (RTP Notícias, 2017).

Weber (1996) observou que, na televisão, “a superação da distância” diz respeito à “capacidade de transcender as limitações espaciais habitualmente associadas ao corpo” (p. 114). Talvez se possa acrescentar que essas limitações também se relacionam com a terra, no sentido de confinamento terrestre (insular). A televisão não era, portanto, a continuação de outro meio, já em funcionamento – implicou uma operação radical, sem continuidade da experiência estética, abrangendo as três principais operações identificadas na teoria de Weber (1996): “produção”, “transmissão” e “recepção”. Essencialmente, propõe-se que os jornais, as revistas, a imprensa e a rádio não tiveram o mesmo tipo de aceleração na construção da percepção do arquipélago. Através da televisão, as imagens poderiam ser subjugadas à multiplicação: numa propagação cujo conteúdo se difundiu desde o aparato arquitetónico até às casas e cafés.

Da sala às paisagens, uma interioridade arquipelágica

Em meados de 1975, poucas casas tinham televisão (RTP Arquivos, 1995b). Com exceção de alguns cidadãos mais abastados, a maioria viu televisão pela primeira vez em cafés, lojas e espaços comuns. A ausência de eletricidade numa parte considerável do arquipélago restringiu a instalação do aparelho dentro das casas dos açorianos (RTP Arquivos, 1995b). Helena, natural da Bretanha, na zona norte de São Miguel, tinha catorze anos quando a televisão chegou à sua casa, ainda antes da eletricidade. Recordou que a proximidade da casa dos pais à igreja local, que tinha um gerador, foi decisiva para que o padre concedesse que a sua família assistisse às emissões inaugurais, restritas no tempo e no conteúdo.⁸ Acrescentou que o seu pai comprou uma máquina de lavar roupa alguns anos antes da instalação da eletricidade naquela localidade. Este testemunho é sintomático do contexto insular durante os anos 70: a forte emigração para os Estados Unidos da América e Canadá, a par da posição geográfica das ilhas, permitiu a aquisição de certos dispositivos, muito avançados tecnologicamente e que ainda não eram comuns no continente português.

As ilhas começaram a *ver-se* através do canal RTP Açores, constituindo uma espécie de espaço público mediado, ainda que manifestamente distinto do espaço público mais clássico, como uma rua ou uma praça. Por outras palavras, não se trata de um lugar, no sentido material, embora seja mediado coletivamente. De facto, esta nova plataforma parece ter sido produzida a partir de múltiplos espaços públicos (de cada uma das nove ilhas); e, simultaneamente, desde vários espaços privados (a sala ou o quarto). Neste contexto, sugere-se que a televisão deu origem a uma nova e moderna interioridade arquipelágica. Por conseguinte, começou a produzir-se um propósito de unidade, juntamente com um projeto de disseminação da identidade que irrompia nos lares açorianos – a transmissão do conceito de “açorianidade” foi encetada em espaços domésticos e de socialização, como o de Helena. Portanto, a RTP Açores foi um instrumento fundamental na consolidação de uma “sociedade arquipélago”. Para que esta “sociedade arquipélago” se cumprisse, foi necessário criar um terreno partilhado, ou mais precisamente, um espaço comum, que se transformou neste novo espaço coletivo mediado.

Fig. 3.9 - Instalação da Estação de Satélites da ilha das Flores, 1999. Fotografia de autor desconhecido.

8 Helena Rego, numa conversa na Bretanha, Ponta Delgada, São Miguel, 10 de agosto de 2022.



Neste caso, recorrendo à teoria de Colomina (1996) sobre “a transformação moderna da casa”⁹ (p. 8), o privado é “mais público do que o público” e “[e]star ‘dentro’ deste espaço é apenas ver” (p. 8). Transferindo este raciocínio para o contexto açoriano, quando a televisão transmite o canal regional a partir da sala de estar ou de um quarto, mostra-se o território. Os hábitos, as paisagens, as histórias, os mitos: em suma, o que *compõe* os Açores. A partir destes espaços delimitados por paredes, abre-se uma nova janela para o público, com um sentido de conjunto [fig. 3.10]. Desde uma condição de confinamento, os telespectadores relacionam-se e integram a produção de um espaço comum, consubstanciando “um coletivo em solidão” (Moreno, 2020).

A casa converteu-se no âmago da mediação, portador de uma perspetiva única durante quase duas décadas. O contraditório, que poderia acontecer num espaço público mais clássico, não tem a mesma margem para se desenvolver. Por um lado, existe a manipulação da difusão, através da vigilância do próprio conteúdo (Burnay, 2012); por outro, existe um espaço (físico) responsável pela criação da nova condição de telespectador. A criação de “espaços mentais” através de imagens possibilitou, em certa medida, a rejeição da sua construção factual no domínio material, social, cultural e físico. As especificidades da “açorianidade” seriam doravante acessíveis através do ecrã.

João (1993) alegou que a característica mais importante da territorialidade dos açorianos é “a própria ilha” (p. 27). Sob este prisma, a suplantação do espaço público físico pelo espaço mediado criado pela televisão refere-se, de uma forma mais evidente, a São Miguel. A maior ilha não estabelece o tipo de “relações de vizinhança” que se observam nas outras ilhas (Brandão, [1926] 2017), como foi possível observar-se no verão de 2000. A procura de terra no horizonte resultava normalmente numa tentativa gorada. Raramente, quando o tempo estava apaziguado, podia distinguir-se o contorno de Santa Maria, preenchido por uma forma azulada ou acinzentada. O escritor Raul Brandão ([1926] 2017) testemunhou a relevância do *olhar* entre ilhas, como escreveu durante a sua viagem aos Açores, por volta de 1920: “[j]á percebi que o que as ilhas têm de mais belo e as completa é a ilha que está em frente – o Corvo, as Flores, Faial, o Pico, o Pico, S. Jorge, S. Jorge, a Terceira e a Graciosa” (p. 95). Nemésio ([1944] s.d.) também descreveu esta condição de visibilidade mútua, a partir do Faial: “(...) num mar de chumbo, um mar como nunca tinha visto, fresco e sem nada que lhe cortasse a ilimitação parada, a não ser as ilhas negras e acobardadas numa neblina” (p. 31), nomeadamente “[o] vulto estirado de São-Jorge, da Ponta dos Rosais ao Topo”¹⁰ que “parecia um navio azulado” (p. 31). Ora, não é por acaso que os habitantes de São Miguel têm o costume de se referir às outras ilhas como “as ilhas”, numa demonstração de aparente diferenciação geomorfológica, dado que normalmente não as veem.¹¹

Os ideólogos do projeto audiovisual criaram um microcosmo – num modo sloterdijkiano, uma esfera que se “alimentou” a si própria. A televisão é um instrumento associado à cultura de massas, pelo que o paradoxo reside no facto de também possibilitar a contenção, ou seja, o reforço da delimitação territorial. Assim, sugere-se que a sensação de pertencer a um espaço comum, mesmo que construído através de imagens e som, substituiu a necessidade de conhecer as outras ilhas do mesmo arquipélago. Mais precisamente, substituiu a privação imposta pelo isolamento insular. Dito de outro modo, a narrativa transmitida pela televisão terá consistido igualmente numa resposta aos obstáculos relacionados com as deslocações entre as ilhas, nomeadamente as viagens dispendiosas – a mobilidade entre ilhas só estava disponível para uma pequena parte da população (Matos, 1980). Através da sustentação da narrativa no conteúdo televisivo, promotor da “açorianidade”, conhecer uma ilha parecia ser suficiente: extrapolava-se esse conhecimento para as outras, numa espécie de “forma de ingestão social unificada” (Williams, [1974] 2003, p. 131).

9 O uso da janela por Le Corbusier é referido como um dispositivo arquitetónico que, ao mesmo tempo, permite ver o exterior da habitação e atua como uma vitrine para expor certos elementos da vida privada.

10 A grafia original foi respeitada.

11 Note-se que apesar do esforço da caracterização da sociedade micalense, cuja apreciação não terá cabimento nesta tese, as expressões “cá na ilha” e “sair da ilha”, usadas de forma recorrente no filme *Lobo e Cão* (2022) e na série *Rabo de Peixe* (2023), não são comuns.

Vale a pena sublinhar que, ainda hoje, as deslocações entre ilhas são muito baixas, especialmente a partir de São Miguel. Numa região profundamente marcada pela emigração, as famílias vivem frequentemente separadas, sendo recorrente ouvir um açoriano (sobretudo um micalense) dizer que foi até ao continente americano, mas que nunca visitou outra ilha do arquipélago onde vive. “Conhecer outras ilhas” é um fenómeno relativamente recente, particularmente expressivo durante 2021, quando o Governo Regional regulamentou o custo máximo para as viagens dos residentes dentro do arquipélago, aplicável apenas nesse ano: sessenta euros, incluindo taxas. A designada “Tarifa Açores” foi considerada um sucesso (Sata Azores Airlines, s.d.).

De forma sucinta, a televisão criou um espaço coletivo, permitindo uma diminuição das distâncias impostas pelo mar. Ao referir-se ao “ambiente um pouco estreito em que vive [nos Açores]”, Nemésio (1928, p. 170) salientou a “lei da sociabilidade açoriana”. O escritor especificou que “[a] pequena vizinhança é o seu tipo de agregação”, porém “com excepção talvez de Ponta Delgada, a sociabilidade é uma arte com refinado estilo”¹² (Nemésio, 1928, p. 170). Natural de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, manifestou desalento em relação à maior cidade do arquipélago, alegando que:

[q]uem desembarcar em Ponta Delgada e se fiar simplesmente nas aparências do burgo, terá a impressão de um convento de mercadores, baixo de tecto, soturno, com cêrcas de maravilhoso ajardinamento, é certo, mas inculcando uma regra acanhada de leigos ou mendicantes. As ruas são estreitas, as casas monótonas, os homens falam com uma ressonância que irrita.¹³ (Nemésio, 1928, p. 166)

Neste sentido, o modelo da “pequena vizinhança” (Nemésio, 1928, p. 170) evoluiu para o da interioridade arquipelágica. O sentimento coletivo de pertença enformou, por sua vez, o território, condicionando-se mutuamente. Portanto, os média e o território açoriano são contingentes.

Ser visto no ecrã, um simulacro territorial

A operação televisiva nos Açores concretiza a sobreposição entre o mito e o território. Esta espécie de encarnação espacial consiste num produto reiterado da mutualidade entre os média e o território. Por outras palavras, o conteúdo do canal público regional e a noção da esfera açoriana coincidem. Este “efeito território”, conceito adotado da teoria de Brenner e Elden (2009), sublinha a normalização do “espaço estatal como território” (p. 373), permitindo que “os Estados representem os impactos das suas múltiplas intervenções espaciais como características pré-determinadas da paisagem física ou como dimensões puramente técnicas do ambiente construído e não como manipulações mediadas politicamente” (p. 373). Consequentemente, o “efeito território” corresponde ao que é semeado audiovisualmente.

Tal como Coccia ([2013] 2018) argumentou, “devemos começar a interrogar este discurso imenso e absoluto que cada sociedade urbana produz sobre si própria, sem desprezo, e não apenas através da lente da estética ou da semiótica” (p. 21). Os meios óticos – ou melhor, eletrónicos, no caso da televisão – “lidam com o simbólico” de maneiras “radicalmente novas” (Kittler, [1999] 2019, p. 40). O canal RTP Açores aparece como o exemplo definitivo dessa gestão icónica, dando forma ao arquipélago na sua configuração unitária. Por essa razão, o canal público consistia numa nova forma de lidar com o simbólico: “novos média são ambientes novos” (McLuhan, 1967, p. 165). O ecrã exhibe um espelho do ambiente, criado e repetido (essencialmente, confirmado) através da transmissão de séries, notícias e eventos coincidentes com a mensagem: *estás nesta sociedade, definida por estas características identitárias*. Ou, resumidamente, *estás a ver-te a ti próprio*. José Lopes de Araújo disse que o canal

¹² A grafia original foi respeitada.

¹³ Idem.

regional assumiu uma responsabilidade cultural, uma vez que “a identidade existia, mas os açorianos não a reconheciam”, tendo em conta que “ainda não se tinham visto no ecrã” (RTP Play, 2020).

Segundo Weber (1996): “[a] visibilidade desta cobertura [televisiva] tem lugar diante de nós, normalmente na nossa sala de estar, não apenas no ecrã mas, mais ainda, *como o ecrã*” (p. 120). Esta convergência de mediação e realidade parece consistir num “simulacro”, destacando o conceito que Kittler ([1999] 2019) adotou da teoria de Baudrillard ([1981] 1991). Neste aspecto, o caso em consideração implica um simulacro social e territorial. Kittler ([1999] 2019) salientou: “Narciso apaixonou-se pelo seu próprio reflexo na superfície de um lago precisamente porque esse ‘simulacro’ fazia os mesmos gestos fugazes que ele próprio” (p. 49). Ora, tal como Narciso, os telespectadores apaixonam-se por si próprios, mas não no sentido de vaidade, como explicou Sloterdijk ([1998] 2011): “[n]ós *não* devemos ler o mito de Narciso como prova de uma relação natural entre os humanos e os seus próprios rostos no espelho, mas uma indicação da natureza perturbadoramente inabitual dos reflexos faciais crescentes” (pp. 197-199).

Entre as séries regionais mais assistidas estavam Xailes Negros (1986), Gente Feliz com Lágrimas (1988), O Barco e o Sonho (1989), Crónica de Gente Esquecida (2001). Burnay (2012) escreveu que “[d]esde 1986, altura em que começou a produzir ficção, o canal regional estabeleceu um *contrato* com os seus telespectadores, assente na apresentação de obras criadas, produzidas e interpretadas por açorianos de uma forma sistemática” (p. 136). A sincronização passa pela circularidade da “dissolução da televisão na vida, dissolução da vida na televisão” (Baudrillard, [1981] 1991, p. 45). A interface, o ecrã, funciona simultaneamente como um mecanismo de exclusão e de inclusão. “Lá fora [em relação ao arquipélago]” é uma expressão comumente utilizada entre os açorianos e que assinala o sistema de afastamento. O conceito de “território” é igualmente formado através destas manifestações discursivas: o que está dentro, o que está fora; o que faz parte, o que é alheio.

O ecrã, ou espelho, expõe o simulacro. O território é simultaneamente constitutivo e constituinte do simulacro, apelando aos sentidos dos recetores da mensagem. Apesar de que, segundo Kittler ([1999] 2019), “não sabíamos nada sobre os nossos sentidos até que os média fornecessem modelos e metáforas” (p. 34). Nesta direção, em linha com a premissa de Mondzain ([2007] 2015), “[p]artilhar um culto não é partilhar uma cultura” (p. 283). A filósofa francesa esclareceu que “[s]em uma verdadeira partilha do olhar e da palavra, a transmissão de uma cultura televisiva e cinematográfica torna impossível a partilha da força revolucionária e mobilizadora de todos esses gestos de arte que o ‘hábito’ transforma em cultura” (p. 283). Neste sentido, a identidade cultural açoriana intensificou-se através da televisão, no cumprimento do objetivo inequívoco de constituição de uma ideia de “comunidade”.

O meio é o território

Em suma, o projeto político que consistia em criar e consolidar uma identidade do arquipélago foi possível por via da operação televisiva. O imaginário político utilizou a tecnologia audiovisual para mediar a sua mensagem: a da existência de uma identidade, uma cultura e um território açoriano. Este gesto de mediação de massas está longe de ser interrompido – ainda prossegue, alimentado por eventos e notícias do quotidiano. O entendimento do território tem vindo a acompanhar os efeitos políticos, administrativos e económicos desde o momento inaugural, em 1975. Ora, a produção territorial e a produção mediática estão entrelaçadas. O fenómeno relativamente recente da “marca Açores”, criada em 2015 (Marca Açores, s.d.), nasceu precisamente desta mediação – os efeitos publicitários advieram da liberalização do espaço aéreo e da adaptação do arquipélago como destino turístico.

As imagens das paisagens, o mar, as festividades religiosas, as séries regionais e as atividades do quotidiano (entre elas, pesca e agricultura) reuniram-se numa plataforma audiovisual e tornaram-se na narrativa (imagética e sonora) sobre os açorianos e o seu território. Quase até ao final do século XX, o meio transmitiu os Açores *de e para* os próprios açorianos, de forma praticamente exclusiva.

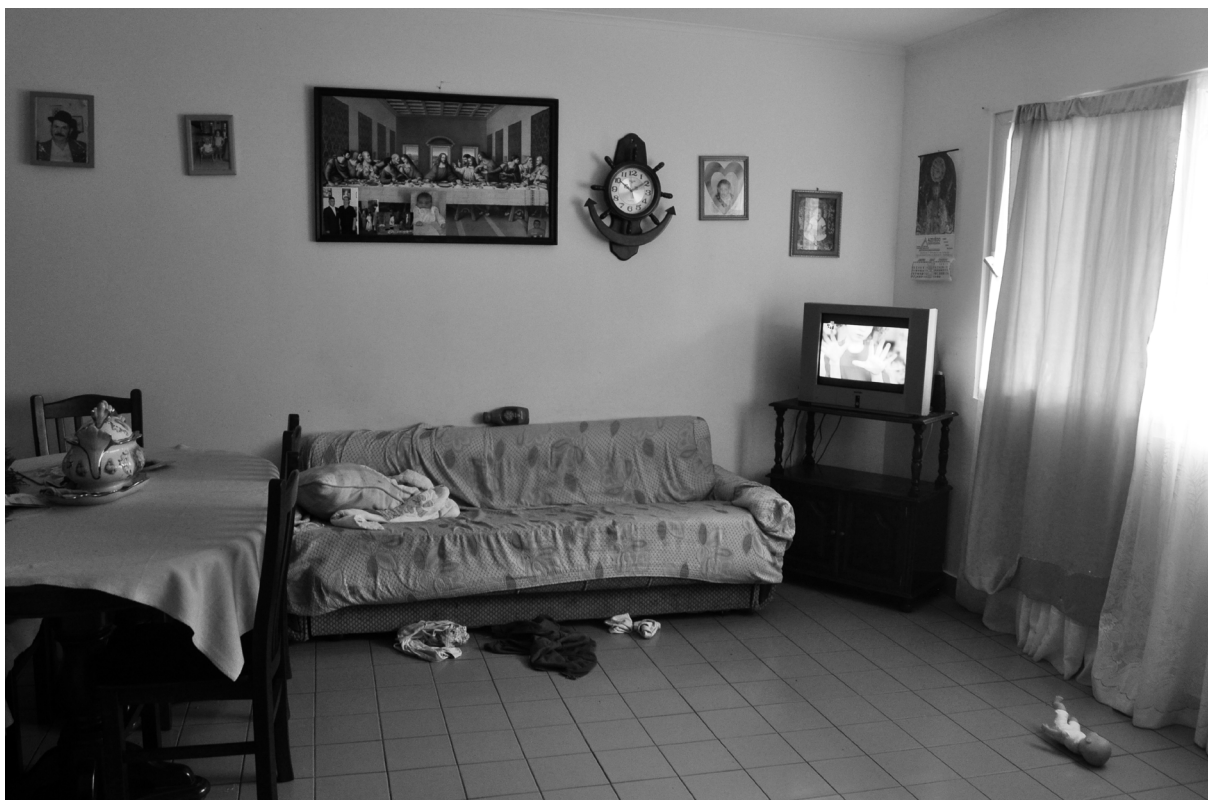


Fig. 3.10 - Sala em Rabo de Peixe, ilha de São Miguel, agosto de 2012.

A célebre frase “o meio é a mensagem” (McLuhan, [1964] 1994) remete para a inexistência do meio no sentido categórico, por ser “inapreensível, difuso e difratado no real” (Baudrillard, [1981] 1991, p. 44). Para Groys ([2000] 2012), a formulação de McLuhan “não significa outra coisa senão que todos os média, em qualquer altura, já são sempre absolutamente sinceros” (pp. 71-72). Na perspetiva de Williams ([1974] 2003), o enunciado de McLuhan “é significativo principalmente como exemplo de uma representação ideológica da tecnologia como causa” (p. 131). Neste seguimento, Williams ([1974] 2003) enfatizou: “[o] que é preciso ver, pelo contrário, é a posição radicalmente diferente em que a tecnologia, incluindo a tecnologia da comunicação, e especificamente a televisão, é ao mesmo tempo uma intenção e um efeito de uma determinada ordem social” (pp. 131-132). Curiosamente, esta convocação remete precisamente para a interpretação de Easterling (2014) a respeito da teoria de McLuhan: “o que o meio diz às vezes impede-nos de ver o que o meio faz” (introdução), visto que o autor diferenciou o conteúdo explícito dos média e os meios através dos quais é transmitido. De facto, parece que a asserção: “[o] efeito do meio torna-se forte e intenso só porque lhe é dado outro meio como ‘conteúdo’” (McLuhan, [1964] 1994, p. 18) é suficiente para desvelar o sentido frutífero subjacente ao afamado enunciado.

Ora, os ângulos elencados podem ser enquadrados de um modo produtivo no caso analisado: a identificação da mensagem não exclui a elucidação do contexto político e social do conteúdo transmitido. A televisão só pode ser entendida como um evento autónomo num quadro de incompreensão absoluta sobre o contexto que a antecedeu (Williams, [1974] 2003). A nova tecnologia não determinou, por si só, as consequências; é, ela própria, resultado de um determinado sistema social e político.

De facto, “uma sociedade nunca se constitui por si mesma: tem de se objetivar noutra coisa” (Coccia, [2013] 2018, p. 48), pelo que se propõe o efeito constitutivo da televisão nos Açores como um exemplo claro desta condição. Os média e o território são mutuamente constitutivos. Por essa razão, não é tão interessante pensar a relação entre o território açoriano e os média, como pensar o território açoriano *como* média. Fundamentalmente, a mediação do território de forma unificada só foi possível através da televisão e do seu canal regional.

4

NATUREZA DEPOIS DA NATUREZA



Fig. 4.1 - Bilhete postal, Faial, sem data. Fotografia de Jovial.

Paisagens de vacas

Em meados do século XV, “lançou-se” gado nas ilhas (Brito, 2005; Leite, 2012) como “meio de averiguação da fertilidade da terra” (Meneses, 2005a, p. 236). Ao longo dos cerca de seiscentos anos decorridos desde então, cada ilha teve “um percurso económico próprio” (Brito, 2005, p. 24), marcada pela diversificação de culturas, ainda que com alguns períodos de crise. Tal como foi aflorado em *Mitos e Imaginários Políticos*, introduziram-se plantas alimentares, como por exemplo o incenseiro, o metrosídero, a criptoméria, as hortênsias, as araucárias e a conteira (Brito, 2005); entre as árvores de fruto, destaca-se a laranjeira, cuja exportação teve início em 1714 e manteve-se durante pouco mais de um século (Brito, 2005; Dias, 1995). A sementeira “é um processo de extrema desnaturalização da terra” (Coccia, 2020a, p. 14), pelo que a agricultura “é algo extraterrestre” (Coccia, 2020a, p. 10). No entendimento de Coccia (2020a), “semear significa obrigar a terra a alimentar-se do sol, a assimilar a sua força, a tornar-se um depósito de matéria” (p. 11).

A conversão das terras em lugares habitáveis e produtivos divergiu em cada ilha. Os mistérios¹ picoenses, que começaram por ser um dos motivos da dificuldade no povoamento da ilha-montanha, acabaram por revelar a capacidade para a produção de uva, na segunda metade do século XV. Em meados do século XIX, ocorreu um dos eventos mais perturbadores na economia açoriana: a praga (fungo oídio), que devastou a cultura vitivinícola. A produção feita a partir da “lava vulcânica quase

1 Em geologia, “mistério” é o nome dado às formações lávicas recentes nos Açores.

intratável” (Meneses, 2005b, p. 380) tem vindo a consolidar-se novamente ao longo das últimas décadas, em particular desde a classificação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico como Património Mundial da UNESCO, em 2004.

Apesar de a variedade morfológica das ilhas ser notável, a posição geográfica e as condições climáticas a que estão sujeitas resultam em chuva e nevoeiro permanentes, sobretudo a altitudes mais elevadas. Por esta razão, “os núcleos de povoamento preferem sempre uma ocupação mais costeira” (Leite, 2012, p. 36). Efetivamente, em 1950, o povoamento micalense era sobretudo “linear-aglomerado”, orientado pelas “vias de comunicação que circundam o litoral” (Brito, 2005, p. 25). O tipo de aglomeração era intensificado pela “repartição desigual das terras de cultivo e de pasto” (Brito, 2005, p. 25), acrescido de uma tradução socioeconómica que não tinha eco nas restantes ilhas, nas quais os trabalhadores eram, na maioria das vezes, proprietários das terras que trabalhavam. Esta matéria foi abordada no capítulo *Mitos e Imaginários Políticos*, assim como a acentuada diminuição da população que decorreu da emigração a partir dos anos sessenta do século XX (Serpa, 1978). O contexto sublinhado foi concomitante a uma alteração profunda da paisagem das ilhas – uma transformação que Brito (2005, p. 21) descreve como “‘invasão’ de pastagens” [fig. 4.1].

Nessa altura, deu-se início ao “ciclo do gado” (Brito, 2005, p. 25), só escapando à incursão “os terrenos mais íngremes, principalmente ocupados por plantações de criptoméria” e os que produziam “culturas industriais, de rendimento, como o chá” (Brito, 2005, p. 21). A atividade pecuária adaptava-se ao contexto de diminuição drástica da população, por requerer muito menos trabalhadores. Paralelamente, o sistema de criação foi modificado para assegurar que os bovinos ficassem “à solta nos parques das pastagens, muitas vezes circundadas por arames em vez das tradicionais protectoras hortênsias”² (Brito, 2005, p. 25). O regime do gado, ainda em vigor, enfraqueceu as culturas da beterraba açucareira, da chicória, da espadana, do trigo, do tabaco e do milho (Brito, 2005; Serpa, 1978). Por outro lado, consolidou as plantações de matas (com criptomérias, metrosíderos, acácias, faias e pinheiros) (Brito, 2005). Por outras palavras, refez-se a “Natureza”.

Reformulação (*rebranding*) do território

No seguimento dos últimos parágrafos, o presente capítulo problematiza a fabricação de paisagens agrícolas, ou antes, a produção de paisagens de vacas. Através de um trabalho de campo realizado no verão de 2022, em São Miguel, que implicou uma investigação sobre as técnicas e metodologias praticadas numa exploração leiteira e numa exploração de bovinos, pretende-se sugerir uma interpretação sobre o emaranhado atual na relação produtiva entre vacas, humanos, trabalho, tecnologia e terra.

Comece-se por clarificar a ideia de reformulação do território, aqui referida no sentido da criação de uma nova identidade territorial, competitiva, capaz de se posicionar nos fluxos do mercado global. A expressão inglesa *rebranding* explicita o carácter particularmente comercial do procedimento. De facto, as nove ilhas açorianas são conhecidas pelas suas paisagens “naturais” e cenários edénicos, uma representação que resulta de uma operação intensiva e relativamente recente de modificação da paisagem. O projeto de modernização da agricultura na ilha de São Miguel teve início em 1843 com a fundação da primeira associação agrícola insular, a *Sociedade Promotora da Agricultura Micalense*, cuja implementação deu início a uma intensa reforma agrária (Borges, 2007; Coelho, 1974) [fig. 4.2].

Antes desse evento, durante os séculos XVIII e XIX, a maior ilha do arquipélago estava coberta de pomares de citrinos que garantiam a atividade económica mais importante da época: a exportação de laranjas para Inglaterra como remédio para o escorbuto (Borges, 2007; Brito, 2005; Dias, 1995). Uma praga destruiu a sustentabilidade da produção de citrinos, levando os agricultores a encontrar alternativas e a cultivar culturas de valor substancial, como o chá, o tabaco e o ananás (Almeida, Alvarenga & Figueiro, 2021, p. 2). De modo simultâneo, ainda que lentamente, começava a ser

2 A grafia original foi respeitada.

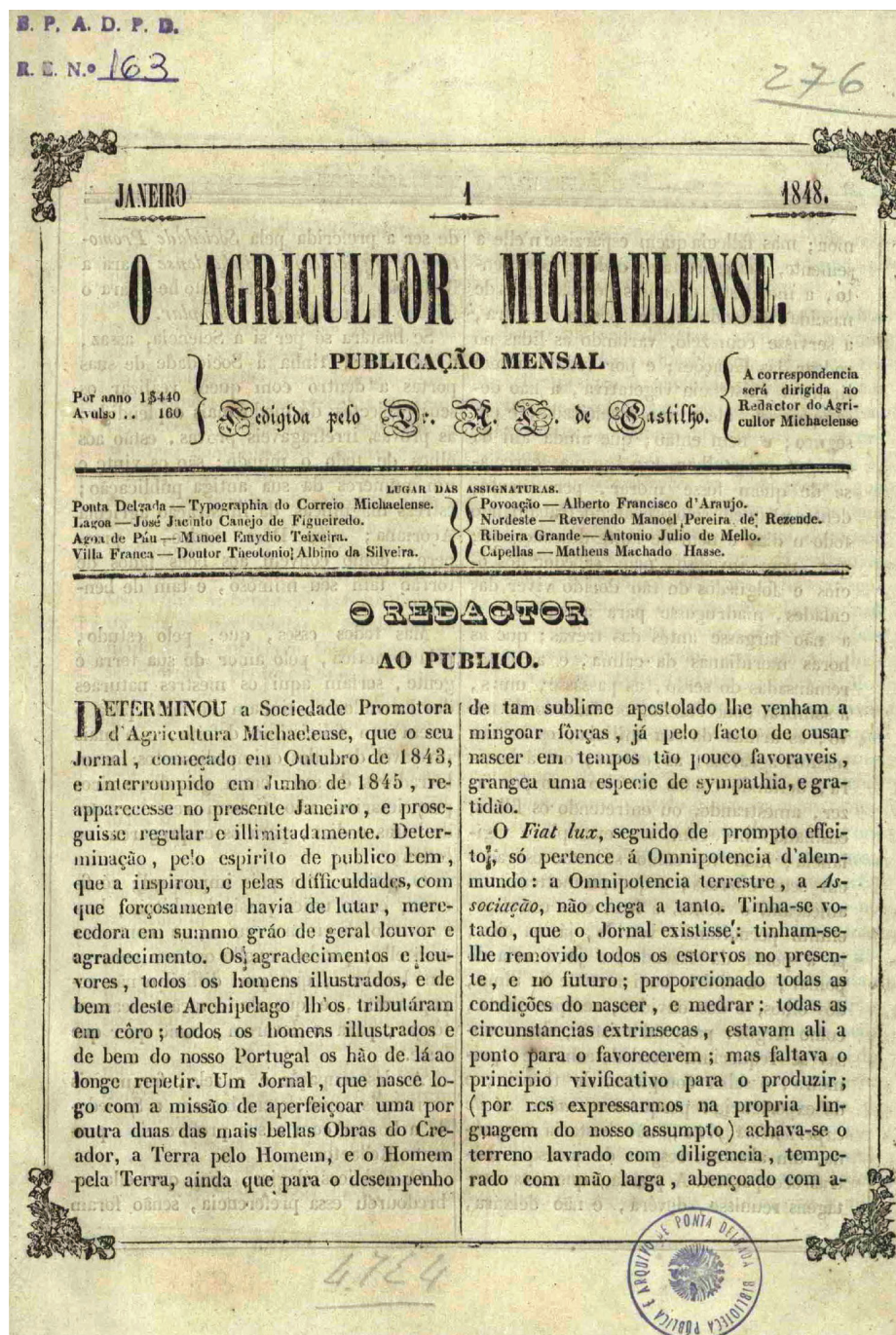


Fig. 4.2 - Primeira página do primeiro jornal agrícola do país, *O Agricultor Michaelense*, janeiro de 1848. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

concebida e posta em prática uma visão pecuária para as ilhas açorianas, seguindo alguns exemplos observados noutros países europeus (Borges, 2007; Brito, 2005). Passaram mais de cem anos entre o início da gestão política da ilha como dispositivo agrícola e a sua realização efetiva. O período do pós-guerra é considerado primordial no que respeita à intensificação da criação de gado e ao consequente aumento das pastagens, a partir do momento em que as empresas do continente português se estabeleceram na ilha para incentivarem e financiarem os agricultores (Almeida, Alvarenga & Figueiro, 202; Borges, 2007). Inicialmente à escala insular, a agricultura e a criação de gado acabaram por resultar em projetos arquipelágicos.

A percepção destas ilhas como delimitadas e isoladas associa-as a uma consciência geomorfológica específica, cujos limites insulares “visíveis” acentuam o sector primário. Esta atividade determinante manifesta-se através de estufas de ananases, plantações de beterrabas, maracujás, imensos campos de chá e, quase como um elemento sempre presente, vacas. Por outro lado, esta condição pode analisar-se na intersecção entre a lente das paisagens contemporâneas de produção primária e a perspetiva contínua de expansão. Neste enquadramento, a ilha pode, alternativamente, ser uma “figura produtiva através da qual se pode conceber uma nova forma de universalismo” (Daou & Pérez-Ramos, 2016, p. 9). Em suma, esta dualidade insular reveste-se de utilidade para o objetivo deste capítulo: explorar para além das camadas evidentes das paisagens de vacas. Perante as inegáveis alterações climáticas em curso, e tal como Sanz (2020) exortou a fazer³, o raciocínio que se segue tentará “reimaginar as relações entre a sociedade e a natureza para além da sobreprodução e da dominação” (p. 66).

Na altura da mudança para São Miguel, que tem vindo a ser referida, ouvia-se dizer que havia mais vacas do que habitantes no arquipélago. A tendência continua a ser a mesma de há quase vinte e cinco anos: de acordo com dados recentes, existem cerca de 289 000 animais e 242 497 habitantes (humanos, entenda-se) (Governo Regional dos Açores, s.d.a; SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores, s.d.a). Atualmente, as produções de leite e de carne de vaca são as principais atividades agrícolas, ambas em crescimento no sector primário regional (Governo Regional dos Açores, 2022b). Os Açores são responsáveis por cerca de 35 % da produção total de laticínios em Portugal. Além disso, 75 % dos produtos lácteos açorianos são predominantemente exportados para o continente português, 15 % são distribuídos no arquipélago e os restantes 10 % são enviados para o arquipélago da Madeira e para outros países (entre os quais Estados Unidos da América e Espanha) (Almeida, Alvarenga & Figueiro, 2021; Bisex – Consultoria, Gestão e Execução de Projetos & AgroGes – Estudos e Projetos, 2021). Ao contrário da trajetória seguida no panorama nacional, a produção de leite nos Açores aumentou cerca de 25 % entre 2003 e 2015, passando de 507 mil para 629 mil toneladas (Almeida, Alvarenga & Figueiro, 2021, p. 2). Com efeito, o leite é o principal produto agrícola da Região Autónoma (Bisex – Consultoria, Gestão e Execução de Projetos & AgroGes – Estudos e Projetos, 2021, p. 13). Se os Açores “são uma das regiões mais aptas para a produção leiteira em Portugal” (Almeida, Alvarenga & Figueiro, 2021, p. 8), deve ser acrescentado que o arquipélago foi concebido para esse fim.

Em 2015, após um período de trinta e um anos de imposição na UE, as quotas leiteiras foram abolidas. A Política Agrícola Comum (PAC) instituiu uma direção diferente “para dar aos agricultores a flexibilidade necessária para expandirem a sua produção e tirarem partido da crescente procura de produtos lácteos fora da UE” (Eurostat Statistics Explained, s. d.; Medeiros, Fernandez-Novoa, Astiz & Simões, 2021). O Governo Regional dos Açores aproveitou a oportunidade, investindo na promoção das ilhas como “o paraíso das vacas”. De facto, a mercadologia turística açoriana assenta na narrativa dos animais “afortunados”, cuja formalização ocorreu através do “Programa de Leite Vacas Felizes”, lançado em janeiro de 2015. O lema da organização é indicado na embalagem do leite: são “vacas felizes que vivem ao ar livre e comem erva fresca 365 dias por ano” (Lact Açores, s.d).

São Miguel reúne os valores mais elevados na produção de leite, atingindo 89 % da produção total do arquipélago em 2017 (Almeida, Alvarenga & Figueiro, 2021, p. 3). Conforme qualquer um que passeie pela ilha poderá notar, os sistemas de ordenha móvel são um aparelho arquitetónico na idiosincrasia da paisagem. Tal deve-se ao facto de “uma típica exploração agrícola açoriana ser

Fig. 4.3 e Fig. 4.4- Sistemas de ordenha móvel, ilha de São Miguel, setembro de 2022. Fotografias de Sofia Travassos.
[pp. 108-109] Fig. 4.5 - Sistema de ordenha móvel, ilha do Faial, outubro de 2023.

3 Víctor Muñoz Sanz editou o número 33 da revista *Footprint* (2023), em conjunto com Nikos Katsikis, na qual se publicou um artigo que serviu de base para este capítulo: Rodrigues, I. V. (2023). Insular cowscapes: Technologies of ecological restoration. *Footprint*, 17(2), 43–60. <https://doi.org/10.59490/footprint.17.2>







composta por diferentes parcelas de terreno de dimensões variadas e raramente contíguas” (Almeida, Alvarenga & Fangueiro, 2021, p. 3), o que resulta numa área de pastagem desagregada que “cria vários problemas aos produtores de leite que têm de deslocar o seu gado e equipamento (equipamento de ordenha e alimentação) de parcela para parcela através de estradas e caminhos públicos” (p. 3) [fig. 4.3 e 4.4]. Estes instrumentos móveis são a forma predominante de ordenhar as vacas, implicando métodos de rotação de pastagens, em conformidade com a prevalência de explorações com pequenos inventários e de dimensão reduzida (20-100 animais e 20-50 ha) (Almeida, Alvarenga & Fangueiro, 2021; Medeiros, Fernandez-Novo, Astiz & Simões, 2021). A dispersão das parcelas de terreno é muito comum, por essa razão, a concentração de terras é uma comodidade de apenas uma pequena parte dos produtores [fig. 4.5]. No entanto, as paisagens de gado bovino têm sido alvo de transformação, dado que, a par da diminuição do número de explorações leiteiras nos Açores (19 % de 2007 a 2017), o número médio de vacas leiteiras por exploração tem aumentado (36 % de 2007 a 2017) (Almeida, Alvarenga & Fangueiro, 2021, p. 3). Para além deste dispositivo deslocável, – o denominado “sistema tradicional”, entre os açorianos, – as salas de ordenha fixa têm vindo a ganhar presença na paisagem insular (Medeiros, Fernandez-Novo, Astiz & Simões, 2021) [fig. 4.6].

Apesar de menos representativa do que o sector leiteiro, a produção de carne também está a crescer, acompanhada por um aumento significativo do transporte de carcaças, substituindo o transporte de animais vivos para o estrangeiro (Bisex – Consultoria, Gestão e Execução de Projetos & AgroGes – Estudos e Projetos, 2021). Com exceção das ilhas de São Miguel, Terceira e Graciosa, a maior parte da carne produzida tem origem em explorações extensivas (99 % no Corvo, 63 % em São Jorge, 59 % em Santa Maria, 58 % nas Flores, a mesma percentagem no Pico, e 50 % no Faial) (Bisex – Consultoria, Gestão e Execução de Projetos & AgroGes – Estudos e Projetos, 2021, p. 41). Na maior ilha do arquipélago, 67 % do total de carne produzida provém de explorações intensivas, sendo apenas 6 % criada em explorações extensivas (p. 41) [fig. 4.7]. A maior parte da carne fresca consumida em Portugal continental é importada da UE, mais precisamente de Espanha, Holanda, Polónia, Irlanda, França e Reino Unido (p. 95). Considerando que o consumo de carne de bovino per capita tem vindo a aumentar, em termos nacionais, estabeleceu-se recentemente o objetivo de substituir as importações de carne fresca no continente português por carne açoriana (p. 96).

As ajudas financeiras concedidas pelo Governo Regional e o financiamento europeu são responsáveis, em média, por 70 % do rendimento total de cada atividade agrícola (Bisex – Consultoria, Gestão e Execução de Projetos & AgroGes – Estudos e Projetos, 2021, p. 76). Este facto deve-se principalmente às despesas de logística e transporte, uma vez que os custos de produção, investimento e mão de obra tendem a ser geralmente baixos. Ora, a necessidade de entregar os produtos açorianos nos principais mercados do continente português aumenta os preços de forma significativa (Almeida, Alvarenga & Fangueiro, 2021, p. 6).

De acordo com os dados de 2019, existem 5922 produtores de leite e de carne nos Açores, traduzindo-se na ocupação de uma área forrageira total de cerca de 101900 ha, o que equivale a aproximadamente 44 % do território açoriano (231 676 ha) (Bisex – Consultoria, Gestão e Execução de Projetos & AgroGes – Estudos e Projetos, 2021, p. 15). Em São Miguel, o gado leiteiro representa 82 % da criação, enquanto a exploração de carne de bovino corresponde a 8 % (p. 13) [fig. 4.8]. As visitas à exploração leiteira de média dimensão e à exploração intensiva de carne tinham como fito a compreensão destes dados.⁴

4 As visitas foram feitas na companhia de João Gonçalves.



Fig. 4.6 - Sala de ordenha fixa, ilha de São Miguel, julho de 2018. Fotografia de João Gonçalves.

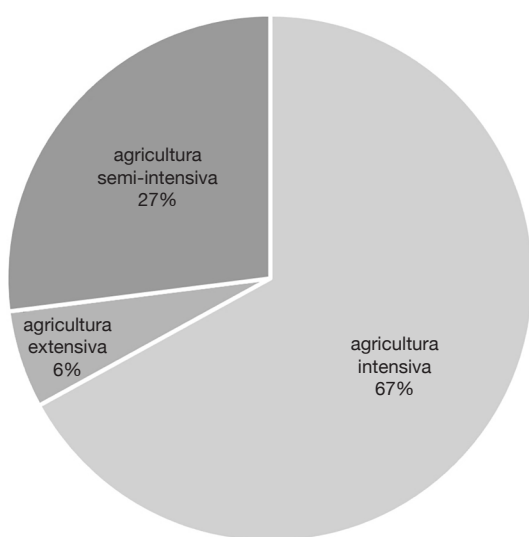


Fig. 4.7 - Sistemas de produção de carne, ilha de São Miguel.

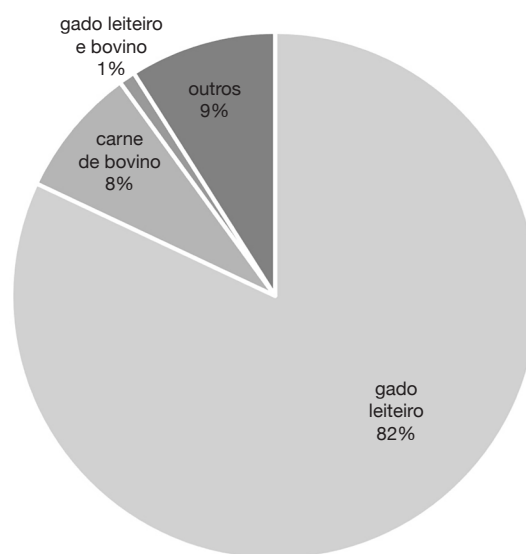


Fig. 4.8 - Criação de animais, ilha de São Miguel.



Fig. 4.9 - Imagem de satélite da exploração leiteira.

Vigilância metabólica: monitorização do desempenho animal

Chegámos às instalações de Eugénio Câmara numa manhã de verão, ventosa e com nevoeiro, como tantas outras que fazem parte do clima micaelense. A quinta, situada na zona norte de Ponta Delgada, tem cinquenta e seis hectares, setenta vacas da raça Holstein-Frísia e está entre as produções certificadas pelo “Programa de Leite Vacas Felizes” [fig. 4.9]. O agricultor e gerente, que também é engenheiro, gere a empresa de lacticínios que foi fundada pelo seu avô há várias décadas.⁵ Apesar de passarem apenas alguns minutos das sete horas, todo o trabalho relacionado com o primeiro período de ordenha do dia estava feito. A visita tinha de ser breve, pelo que nos mostrou prontamente as instalações, começando pelo estábulo, onde reparámos imediatamente numa pulseira na perna de cada vaca [fig. 4.10]. “É o melhor investimento que alguma vez fiz”, disse, “implementei este sistema há dez anos e não me arrependo de nada: é um sensor de pernas para o controlo das vacas”. Talvez tenha notado a nossa surpresa ao ouvirmos a sua resposta, pelo que continuou: “esta pulseira faz parte de um programa mais vasto de monitorização detalhada, que identifica o cio das vacas e a altura ideal para inseminá-las. Também avisa se a vaca está deitada há demasiado tempo, se dá poucos passos... é uma ferramenta de controlo instantâneo da vaca”. E acrescentou: “compreenderão melhor quando virmos a sala de ordenha”.

Efetivamente, mal entrámos na sala de ordenha fixa, apontou para o chão: “vejam o sensor de infravermelhos, que recolhe informações sobre a quantidade de leite ordenhado e que, através da utilização de tecnologia de antena, identifica cada vaca, regista-a numa base de dados”. Eugénio continuou a desenvolver as suas ideias sobre este sistema, esclarecendo que “também identifica problemas de saúde, tais como sobrelotação, cama de má qualidade, excesso de atividade em grupo, problemas de digestão... ou quaisquer outros fatores que possam perturbar o conforto dos animais e,

⁵ Entrevista a Engénio Câmara, Fajã de Cima, Ponta Delgada, São Miguel, 11 de agosto de 2022.

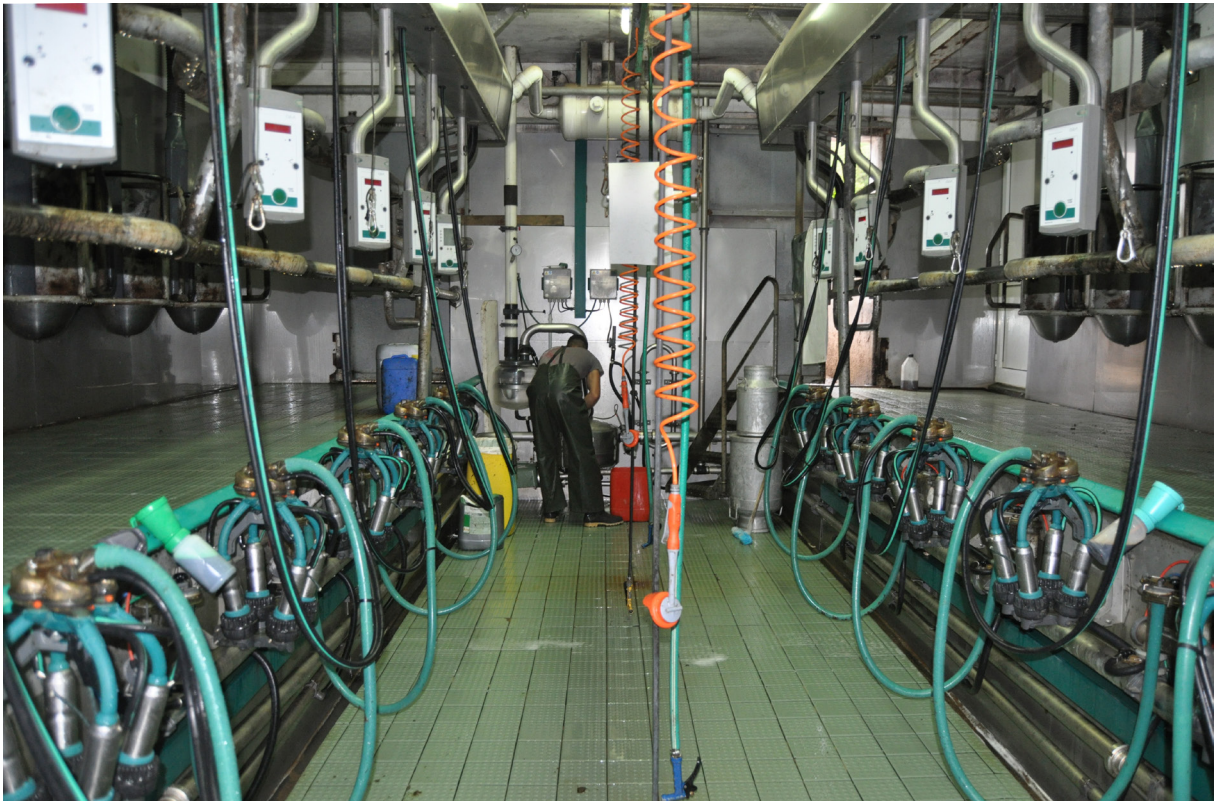


Fig. 4.10 - Vacaria, ilha de São Miguel, agosto de 2022.

Fig. 4.11 - Sala de ordenha fixa, ilha de São Miguel, agosto de 2022.

por conseguinte, afetar a sua produção”. Admitiu que “mudou completamente o trabalho no parque”, porque “o sistema automatizado sabe exatamente o que cada vaca produz e os alertas parametrizados chegam-nos através do telemóvel ou do computador” [fig. 4.11].

Neste sistema, os computadores e os *smartphones* medeiam a relação entre as vacas e os humanos, reduzindo o tempo diário necessário para observar os animais. Quando perguntámos se considerava que a automatização alguma vez poderia substituir o trabalho humano, respondeu imediatamente que não, sublinhando um ditado comum entre os agricultores: “a vaca engorda com o olho do dono”, o que significa que “há sempre algo para o olho humano detetar”, apesar de “o trabalho das explorações leiteiras ser hoje muito mais simples e fácil do que há alguns anos”. Afirmou ainda que “o problema é encontrar pessoas que queiram trabalhar. É claro que, quando os agricultores lidam com efetivos de mil animais... não é possível dedicar essa atenção individualizada ao gado”.

Para além do próprio Eugénio, esta exploração emprega mais duas pessoas. “Estamos a tentar contratar um terceiro, mas hoje em dia está a ser muito difícil encontrar trabalhadores”, uma vez que “os horários são apertados, a primeira ordenha do dia começa às cinco horas, por isso duas pessoas têm de chegar por volta das quatro da manhã. A segunda ordenha do dia é por volta das quatro e meia da tarde”. No que se refere ao tipo de trabalho desempenhado por cada funcionário, “um trata das vacas, o outro é responsável pela parte da limpeza”. O agricultor referiu ainda que “cada ordenha demora cerca de uma hora e meia, duas horas; cada vaca produz trinta a sessenta litros por dia” e que “esta sala configura oito por oito postos de ordenha”. Com efeito, a sala de distribuição em espinha permite a ordenha simultânea de dezasseis vacas, cada uma identificada pela sua pulseira e com um número de série único. Eugénio adiantou que o sistema se retrai “quando a ordenha estagna e também doseia a ração de acordo com cada vaca. É essencial para otimizar a produção e não desperdiçar alimentos”. “Mas atenção que há salas de ordenha muito mais avançadas do que esta! Algumas delas até têm portões pivotantes”, sublinhou, “para que se perca menos tempo depois da ordenha”.

O sistema de braceletes evocou os monitores de atividade e os relógios inteligentes dos humanos. A lógica de monitorização parece a mesma: calorias para os humanos, calorias para os não-humanos. A abordagem dos programas de *fitness* parece profundamente alargada à indústria pecuária, uma vez que o imaginário do bem-estar – seja para os humanos ou para as vacas – implica a noção de eficiência dos corpos. Ao mobilizar a produção de dados corporais, pretende-se que os seres sejam plenamente operacionalizados. Portanto, mais dados conduzem a uma maior exatidão, logo, a um rendimento superior. Gerir os metabolismos humanos e mais-do-que-humanos é controlar rigorosamente os corpos, considerando que “cada corpo é um sistema poroso” (Colomina & Wigley, [2016] 2018, p. 223). Deste ponto de vista, as vacas e o ambiente correlacionado estão na base da noção de “paisagem da vaca”, ou seja, a contingência entre a vaca e o seu meio. Nesta relação entre os animais e a terra, força-se um trabalho ao serviço dos humanos: a vaca é um símbolo de manipulação, um corpo a valorizar e um emblema do capital. De facto, “o gado, etimologicamente, deriva, via anglo-francês, do latim medieval capitale – propriedade, capital” que “era o nosso valor e o valor de troca” (Sanz, 2020, p. 60).

Subsequentemente, os humanos também são moldados dentro deste sistema, criado por eles próprios, cujas condições estão a ser reconfiguradas num processo mútuo, ainda que desigual (De la Cadena & Medina, 2020; Sanz, 2020; Tsing, 2020). Formulado noutros termos, o desempenho animal e a vigilância metabólica estão intimamente ligados, num sistema que altera profundamente o trabalho – humano, e não só (Bedir, Groen, Kuijpers, Sanz & Verzier, 2023), – convertendo, assim, a relação humano-animal numa conduta coordenada mais-do-que-humana.



Fig. 4.12 - Imagem de satélite da exploração de bovinos.

Fig. 4.13 - Gado bovino, ilha de São Miguel, agosto de 2022.

Simbiontes bacterianos, uma relação mais-do-que-humana

Antes de atravessarmos o portão, o cheiro intenso a estrume, que se sentia a alguns metros de distância, já anunciava a presença de animais da exploração. Francisco Lopes, veterinário, recebeu-nos com simpatia enquanto informava que supervisiona e trata de oitocentos animais naquele terreno de cinco hectares, situado no concelho de Lagoa⁶ [fig. 4.12], a quinze quilómetros da quinta de Eugénio Câmara, visitada quatro dias antes. “O gado que vem para cá não é puro... são animais de leite inseminados com raças de carne. Neste caso, 98 % do efetivo é cruzado com Angus, porque temos uma parceria direta com o Pingo Doce”, um dos supermercados que lidera o *franchising* em Portugal. De seguida, deparámo-nos com umas bolas de plástico grandes e coloridas (mais precisamente, defensas para barcos) que “estão incluídas nos procedimentos de bem-estar animal, para enriquecimento ambiental... os machos brincam muito com elas. Também temos escovas, as preferidas deles, mas não duram muito tempo, eles rasgam-nas facilmente” [fig. 4.13]. Enquanto apontava para as orelhas dos animais, clarificou que “o brinco que identifica os da casa é amarelo. O branco é recente na exploração, corresponde à identificação de um animal sem antibióticos. Significa que após o desmame o animal não tomou um mililitro de antibiótico que fosse”, e continuou, “devem ter visto a publicidade do Pingo Doce na televisão... sobre o bem-estar animal; agora, é sem antibióticos”. Francisco explicou ainda que “o protocolo especifica que o animal não pode tomar qualquer antibiótico a partir do momento em que deixa de beber leite. Se o vitelo adoecer, é tratado, mas deixa de entrar no grupo dos animais sem antibióticos”. Prosseguiu com a elucidação: “cada exploração agrícola tem um limite de antibióticos que pode utilizar. Nós não podemos ultrapassar o nosso. É diferente do que acontece no continente português ou mesmo aqui nos Açores, nas ilhas Terceira, Santa Maria e Pico, onde os animais estão em explorações extensivas”, porque “os nossos animais são desmamados aos dois meses e meio, quando têm cem quilos... os vitelos dessas outras explorações mamam até aos cinco ou seis meses, por isso pesam o dobro. Isto significa que, se os vitelos adoecerem antes dessa altura, são tratados e continuam a receber o rótulo de isenção de antibióticos”. Por fim, concluiu que “proporcionalmente, são administrados muito poucos antibióticos aqui, mas isso não se traduz no número de animais que são distinguidos com o rótulo branco. A nossa média é de 70 % de animais sem antibióticos”. Efetivamente, estes brincos de plástico podem ser considerados como “uma prática biopolítica comum de controlo da saúde do gado” (De la Cadena & Medina, 2020, p. 372).

Ao querermos saber mais sobre doenças, asseverou que “a fase do leite é crucial”. Enquanto caminhávamos em direção a algumas estruturas de madeira na zona norte do terreno, acrescentou que “a primeira tarefa que os trabalhadores têm de fazer é dar leite aos vitelos, por volta das oito da manhã... Aqui, os horários são semelhantes aos dos escritórios, das oito às cinco”. As cabeças dos jovens vitelos começaram a aparecer em cada uma das caixas de madeira. Francisco referiu prontamente que “entram aqui com quinze dias e ficam dois meses e meio, como eu disse. Durante um mês tomam duas doses de leite por dia, cerca de dois litros e meio... depois uma dose por dia... durante a última semana nas caixas, já se habituam à ração que vão comer daí em diante” [fig. 4.14]. O procedimento consiste num novo método: “na época em que essa transição não era feita, havia muitos surtos de pneumonia quando os animais se juntavam com os maiores, é uma altura em que estão sob muito stress. A mudança de sítio altera as suas rotinas e, acreditem ou não, estes animais estão profundamente habituados à rotina”. Nestas estruturas, que funcionam à semelhança de berçários, “os animais devem ser tratados como bebés durante os primeiros vinte e um dias... e, sobretudo, como bebés em incubadoras. Se um tiver diarreia, os outros também a terão, por isso devem ser isolados”.

O entusiasmo era evidente: “gosto muito do que faço e da possibilidade de introduzir melhores condições, mesmo que lentamente”. E continuou a reflexão com um exemplo prático: “quando cheguei, tinha a sensação de que ia reduzir drasticamente a pneumonia... não o fiz. Mas a introdução de uma divisão na zona do balde, como se vê... quando o animal bebia água pela primeira vez, virava a cabeça



Fig. 4.14 - Vitelos em caixas de madeira, ilha de São Miguel, agosto de 2022.

Fig. 4.15 - Parque de gado, ilha de São Miguel, agosto de 2022.

e ia diretamente para o balde da ração” o que, “evidentemente, molhava a ração. Quando a comida está húmida começa a fermentar e eles já não gostam dela. Só o facto de ter os baldes separados, com esta divisão da madeira, fez com que o rendimento médio diário aumentasse em cinco quilos. Isso também é bem-estar animal”.

O agricultor prosseguiu: “as vacas são ruminantes, com quatro estômagos. É suposto o leite ir para um estômago, a comida e a água para outro. O sulco esofágico abre-se quando o vitelo vai beber leite e fecha-se quando bebe água... como é que este músculo é estimulado a abrir-se quando bebe leite?” Respondeu: “em primeiro lugar, é importante a posição da cabeça; em segundo lugar, a temperatura do leite e a sua concentração... usamos leite em pó”. O problema começa quando “o leite está mais diluído e o animal pensa que está a beber água... eis que surge a diarreia alimentar”. A situação descrita pode tornar-se mais complicada se “as bactérias começarem a tirar partido dela. Depois as bactérias começam a proliferar e o animal fica mais fraco... começa com uma diarreia alimentar e evolui para uma bacteriana, pelo que o animal tem de tomar antibióticos, soro... Todos nós temos bactérias dentro de nós, como sabem”.

Uma solução melhor seria “fazer com que os vitelos mamassem nas tetinas de borracha, em vez de nos baldes. Mas é caro, cada tetina custa cinco euros e não pode ser reutilizada”. Francisco explicou que “a tetina faz com que as vacas produzam saliva, o que, por sua vez, faz com que bebam o leite mais lentamente. Além disso, a saliva é excelente a prevenir a diarreia, devido ao bicarbonato de sódio, que ajuda na digestão do leite”. Ou seja, “quase todo o leite que bebem é digerido. É mais eficaz. Mais uma vez, tudo o que ‘dá’ saúde ‘dá’ também eficiência em termos produtivos”.

Finalmente, tornou-se óbvio que as primeiras dez semanas de cada vitelo são cruciais nesta exploração. “A maneira mais fácil, quer se goste ou não, é utilizar antibióticos. E depois a opinião pública – que em parte tem razão – argumenta que a resistência aos antibióticos se deve à produção animal”, adiantou o veterinário, “numa exploração leiteira é mais fácil implementar medidas de controlo e de higiene do que numa exploração de vitelos de engorda intensiva, como esta”. A título de exemplo, “quando um animal nasce numa exploração leiteira, garantimos que toma o colostro. É fundamental, é a vacina principal”. A partir desse momento, “o microambiente da exploração será sempre o mesmo”, em contraste com “o que acontece aqui: recebemos bezerras de um lado, de outro... um traz um vírus, o outro traz bactérias... um bebeu colostro, o outro não... há uma mistura que é muito difícil de manter num parque como este. Quando um animal tem pneumonia, sei que os outros também vão tê-la”. De seguida, disse algo que ressoou com o discurso de Eugénio Câmara: “precisamos de ‘entrar’ no nosso próprio olho” (precisamos de confiar nos nossos próprios olhos) ao observarmos os vitelos mais novos.

Questionado sobre as diferenças entre a produção de leite e a produção de carne, afirmou que “nesta ilha, tem havido uma enorme conversão do leite para a carne de vaca, incentivada pelo Governo Regional. Porém, as pessoas geralmente pensam que quem produz o primeiro, facilmente criará a segunda”. Sublinhou de imediato que esta suposição “não é verdadeira, a infraestrutura da carne é completamente diferente. Além disso, aqui os animais são maiores e mais pesados”. Presumimos, portanto, que o trabalho humano era mais exigente nas explorações de carne bovina. “Não necessariamente”, respondeu, “como eu disse, a vantagem de qualquer criador intensivo de vitelos é o horário. Esta exploração requer três pessoas em permanência, para além da minha visita diária e da do engenheiro. É mais fácil arranjar trabalhadores para este tipo de trabalho”, quando comparado com as explorações leiteiras, porque “é uma vida muito condicionada... a ordenha deve ser feita de doze em doze horas e envolve muitos procedimentos”. Apesar disso, “continua a ser difícil encontrar trabalhadores responsáveis em São Miguel”, retorquiu.

A visita continuou, acompanhada pelas reflexões de Francisco: “o protocolo de bem-estar animal é muito importante. No entanto, penso que deve ser adaptado de acordo com o país e a região... aqui a cama dos animais é feita de cimento, mas os animais devem ter uma cama adequada e a indicada pelos regulamentos é feita de palha”. Apontou para a manjedoura e disse: “veem onde está a palha. Não produzimos palha na ilha, por isso chega aqui ao mesmo preço dos alimentos, o que não é viável para nós”. Segundo o agricultor, a solução mais adequada para o cenário de insularidade é “como o

parque que desenvolvemos, em terra... os animais estão em melhores condições, mas, quando chove, fica enlameado e as pessoas que não observam de perto o contexto pensam que os animais estão a sofrer”. Além disso, “comportam-se como os animais das savanas, aproveitam as poças de água para regular a temperatura do corpo. Vê-se que os animais mais limpos são estes” [fig. 4.15].

Francisco confessou que “isto vai mudar... porque eles (responsáveis pelos protocolos de bem-estar animal) querem pasto, é isso”, e declarou: “é uma fantasia. Mesmo que seja muito fácil para nós abrir o portão e colocar os animais no pasto, este só dura dois dias: eles comem um pouco, mas desperdiçam o resto. Em vez disso, com a terra arada, é possível produzir o equivalente a uma semana de comida para cinquenta animais”. Relativamente à gestão do estrume, reutilizam-no na exploração. “Há pedras por baixo daquele terreno, vejam! Mesmo assim, a erva cresce pelo simples facto de se utilizar o estrume”, uma vez que “este é um material rico, por isso utilizamo-lo como fertilizante, faz parte do ecossistema”. Referiu ainda que “o preço do adubo duplicou desde o início da pandemia, como sabem... desde então, as pessoas não pararam de vir até aqui para buscar estrume”.

A visita estava praticamente concluída quando desabafou: “infelizmente, a agricultura é vista como uma atividade dependente de subsídios... Se os produtores recebessem o que lhes é devido, num sistema justo, os subsídios deixariam de ser necessários”. A única forma de “competir com os produtos de outros países é criar outros com valor acrescentado. Turismo agroalimentar, algo do género... É importante ‘abrir os olhos’ das pessoas, precisam de ver se os animais estão realmente sujos ou não”. Perguntámos-lhe o que pensava sobre a qualidade da carne, tendo assegurado que “há um controlo muito forte da qualidade e da higiene, a UE funciona muito bem nesse aspecto”. Contudo, “quase toda a nossa carne é exportada, consumimos carne mais barata da Argentina e do Brasil”.

No que concerne os efeitos da adequação aos regulamentos europeus relativos ao bem-estar animal, é necessário que o trabalho esteja alinhado com uma rotina e rituais de higiene crescentes. Nas explorações leiteiras, em particular, a mão-de-obra humana implica uma necessidade progressiva de higienização, exigindo subsequentemente mais tempo passado dentro das instalações, juntamente com a capacidade de utilização de computadores ou *smartphones*. O caminho traçado parece assentar progressivamente em sistemas tecnológicos, ainda que o pressuposto humano não possa ser negligenciado.

“Ciborguização” do gado

Em ambas as explorações, através de uma proliferação de sistemas auxiliares, as perturbações no desenvolvimento do animal são minimizadas. Nesta relação simbiótica, parece existir uma atuação coordenada mais-do-que-humana, que tem como objetivo repor as condições de produção. Segundo Gilbert (2020), “a vaca é um exemplo óbvio daquilo a que se chama um holobionte, um organismo mais as suas comunidades persistentes de simbioses” (p. 27), pelo que “o que torna a vaca possível” é a “comunidade simbiótica de microrganismos no seu intestino” (p. 27), que lhe permite digerir a erva. Esta teoria desafia o entendimento consagrado sobre a distinção animal, dado que “os biólogos centrados nos animais podem ter tido dificuldade em ver os organismos como holobiontes porque o conceito de holobionte compromete as definições clássicas de individualidade animal”, no sentido em que “os animais não são organismos monogenéticos” (Gilbert, 2020, pp. 27-29). Gilbert (2020) foi mais longe na sua suposição:

Falamos do Antropoceno. Falamos da era dos peixes, falamos da era dos répteis e da era dos mamíferos. Não. É a era das bactérias, sempre foi e sempre será. Nós evoluímos como equipas, como consórcios – e provavelmente sempre evoluímos.

Parece que não existe individualidade no sentido biológico clássico. (p. 34)

A evolução dos organismos enquanto consórcio parece estar na base da exploração pecuária. Os dois modelos apresentados neste capítulo (produção de leite e de carne bovina) compreendem a ruminação ou, mais concretamente, o funcionamento simbiótico fundamental das vacas. O caso da exploração leiteira remete sobretudo para o sistema digital e automatizado; a exploração de carne, para a cognição humana. O dispositivo mais-do-que-humano é, portanto, múltiplo, mas converge na mesma aspiração: controlar e intervir na dimensão mais profunda do ser explorado, ou seja, na sua simbiose bacteriana.

Um dos maiores desafios estabelecidos presentemente na agricultura é a redução das emissões de gases com efeito de estufa através do processo digestivo do gado. Não obstante, parece imprudente que a diminuição de animais esteja liminarmente ausente da maioria das políticas e discussões. Na realidade, há o pressuposto de que “o tipo de alimentos dados aos animais pode, de facto, atenuar as emissões de metano” (Lusa, 2019). Alfredo Borba, antigo diretor do Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e Ambientais (IITAA), afirmou que a produção de metano é um processo de “ineficiência de utilização”, mais precisamente de “ineficiência de utilização digestiva” (Lusa, 2019). Borba acrescentou que pode ser conseguida uma melhoria através da manipulação dos alimentos, por meio de “tratamentos que aumentem a sua digestibilidade, ou através de cortes mecânicos”, que tornam os alimentos mais pequenos (Lusa, 2019). Para além disso, existem outros recursos técnicos como a alimentação de precisão, que consiste em “saber quais são as necessidades de um animal num determinado estado fisiológico, e tentar que a alimentação cubra, sem excessos, essas necessidades” (Lusa, 2019), como o sistema de Eugénio Câmara já faz. Além disso, os investigadores do IITAA têm vindo a estudar um método para diminuir a produção de metano através da utilização de elementos químicos que a inibem, como a introdução de incenso (*Pittosporum undulatum*) e da planta de conteira (*Hedychium gardnerianum*) na alimentação. Estas plantas são espécies invasoras nos Açores e poderiam ser usadas “como alternativa às forragens, como a palha, que é importada quando há escassez de forragens no arquipélago” (Lusa, 2019). De facto, “estamos a aprender cada vez mais sobre como os micróbios podem ser extremamente importantes para o desenvolvimento”, nomeadamente “em domínios como a medicina e a agricultura” (Gilbert, 2020, p. 31).

As configurações mais-do-que-humanas aqui esboçadas estão de acordo com os conhecimentos sobre o papel dos simbioses bacterianos no desenvolvimento. Nesta perspetiva, parece ocorrer uma “ciborguização” do gado para que se continue a “operar” e a “funcionar” na economia regional. Por isso, a modificação do sistema visa cumprir o “melhoramento necessário”. Decalcando da tese de Haraway (2020): “os ciborgues não são máquinas em qualquer sentido, nem são híbridos de máquina-organismo. Na verdade, não são híbridos de todo. São, antes, entidades implodidas, ‘coisas’ semióticas materiais densas” (p. 36). Adicionalmente, “os ciborgues são importantes na mundanização terrestre [*terran worlding*]” (Haraway, 2020, p. 36). O gado “torna-se com”, uma vez que a “mundanização” é responsável pelo imbricamento entre humanos e não-humanos; retira as barreiras entre o ambiente e os animais. Transferindo o argumento de outra obra da mesma autora, “[o] ciborgue salta a etapa da unidade original, da identificação com a Natureza, no sentido ocidental do termo” (Haraway, [1985] 2022, p. 29). Ora, a impossibilidade de distinção consolida uma espécie de enraizamento, no qual “[a] Natureza e a cultura são reelaboradas; uma já não pode ser alvo de apropriação ou de incorporação pela outra” (p. 29). Nesta relação de enredamento, a “ciborguização” do gado é indissociável da terraformação arquipelágica contemporânea.

Modernização como sincronização

Decorridas as visitas, era evidente que os maiores problemas reconhecidos pelos agricultores derivavam da insularidade: os principais mercados estão demasiado longe, a cerca de mil e quinhentos quilómetros; a ração e a palha partilham o mesmo problema logístico. Com o objetivo de ultrapassar os constrangimentos geográficos, o Secretário da Agricultura e Alimentação do Governo Regional dos Açores, António Ventura, declarou recentemente que “temos de nos afirmar como uma região

exportadora de melhoramento genético” (Lusa, 2021d). Um dos métodos propostos é “apoiar a utilização da genotipagem⁷ para a seleção de fêmeas com maior potencial genético, associado a objetivos de produção de leite ou carne (...) assim como ao recurso ao sêmen sexado” (Bisex – Consultoria, Gestão e Execução de Projetos & AgroGes – Estudos e Projetos, 2021, p. 108).

A perspetiva de um melhoramento genético está em linha com o projeto que pretende envolver as ilhas num único ritmo de coordenação territorial, o “Programa de Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores”, incluído no PRR, concebido após o início da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2. O relatório afirma que “[n]uma Região Ultraperiférica com nove realidades, a ligação digital é essencial para a estratégia de capacitação dos agricultores, independentemente da ilha onde residam, gerando coesão territorial” (Governo Regional dos Açores, 2022b, p. 27). O plano equivale cada ilha a uma porção de terra monitorizada, onde a instalação de novas infraestruturas, tais como estações meteorológicas automáticas e postos de observação biológica, permitirá a análise do teor de água no solo (Governo Regional dos Açores, 2022b). Estas informações serão postas à disposição dos técnicos e dos produtores (Governo Regional dos Açores, 2022b). No fundo, o esforço atual centra-se na sincronização das atividades agrícolas. Os meios agrícolas são cada vez mais intensos tecnologicamente – este projeto político-económico vai ainda mais longe ao imaginar a coincidência de materiais, tecnologias, corpos e terras. A expectativa surge como o cumprimento da modernização como sincronização⁸, em que a dimensão económica global absorve a local ou, dito de outro modo, a planetária supre a insular.

Para além da criação de novas infraestruturas e plataformas digitais conectadas, parece que a presciência incide predominantemente no “melhoramento” do gado, através do controlo e interferência nas simbioses bacterianas, mais do que nas alternativas ao uso da terra e da água. A esta luz, o território insular surge como um mero suporte da atividade, ainda que perspetivado como unificado, conectado e concomitante. No entanto, este projeto de modernização parece assentar nos próprios princípios identificados como problemáticos, ou seja, na logística de importação e exportação. O “moderno” é apresentado repleto de aparelhos e sistemas digitais, embora o modelo que o sustenta não se altere; o conceito de “moderno” está, portanto, esgotado. Sob este ponto de vista:

Se quisermos superar a modernidade, não há como simplesmente reiniciá-la como se fosse um computador ou um *smartphone*. Temos antes de escapar ao seu eixo temporal global, escapar a um (trans)humanismo que subordina os outros seres aos termos do seu próprio destino, e propor uma nova agenda e imaginação da tecnologia que abra novas formas de vida social, política e estética e novas relações com os não-humanos, a terra e o cosmos. (Hui, 2019, 26º para.)

Por conseguinte, seria desejável uma visão insular e arquipelágica distinta. A finalidade mais ampla parece ser a aceleração da automatização total, apesar de que “os seres humanos estão agora a ser utilizados como um tecido conector para fazer funcionar esses sistemas” (Crawford, 2022, p. 113). Dito de outro modo, os humanos continuam a fazer parte do regime, com as suas “atividades ditadas pelos ritmos da automatização” (Bedir, Groen, Kuijpers, Sanz & Verzier, 2023, p. 3). Recorde-se que tanto Eugénio Câmara como Francisco Lopes sublinharam a necessidade da atenção humana: o olhar, em particular, como exemplo da importância da intervenção para garantir o bem-estar animal e o rendimento da produção. Por outras palavras, para assegurar uma resistência mínima ao funcionamento do sistema. Adicionalmente, ilustra que, na prática, “a corrida para um processo produtivo sem atritos não está isenta de desafios ou conflitos com a eficiência” (Sanz, Kuijpers & Jaoude, 2018, p. 128).

7 “Genotipagem” é o “processo laboratorial para determinar variantes genéticas no ADN de um organismo biológico” (Priberam, 2024).

8 “Modernização como sincronização” é uma expressão derivada da teoria de Hui (2019).



Fig. 4.16 - A vaca na sala, ilha de São Miguel, agosto de 2022.

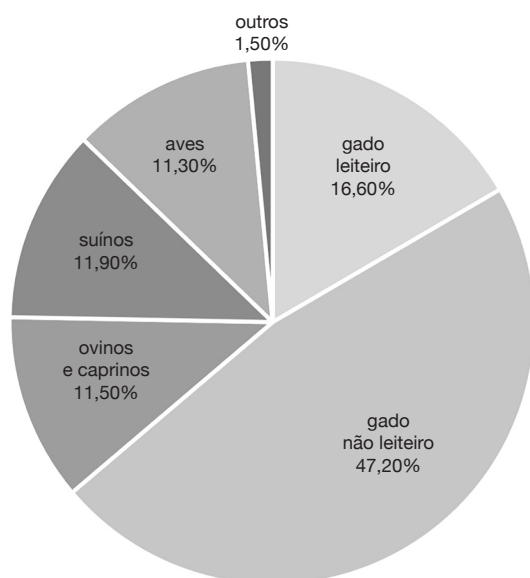


Fig. 4.17 - Origem das emissões de azoto no estrume produzido por tipo de animal em Portugal, em 2019.

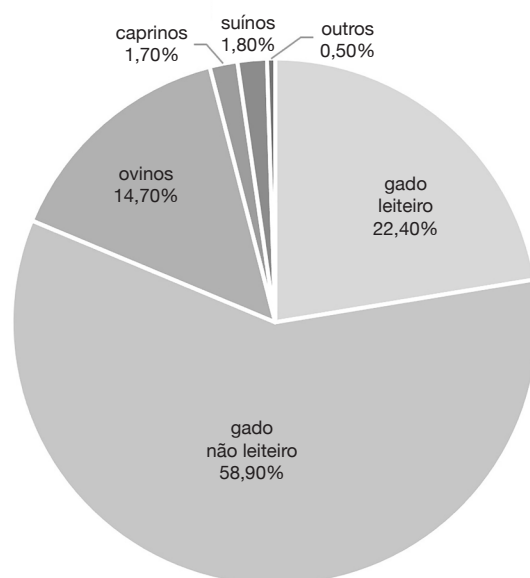


Fig. 4.18 - Emissões de metano provenientes da fermentação entérica por espécie animal em Portugal, em 2019.

A pretensão de que se está perante um sistema profundamente automatizado e digital pode ser extremamente morosa e, mais significativamente, pode revelar-se numa oportunidade perdida. Ao não comportar uma visão social, ecológica e económica alternativa – e, acrescente-se, territorial – uma ambição desta natureza traduz-se em mais um caso em que tudo se mantém na mesma. O princípio de “negócios como de costume” (*business as usual*) eventualmente acabará por resumir-se a uma mera “saída discursiva durante alguns anos” (Buck, 2022, pp. 85-86), até que a sua inutilidade se torne evidente. A expectativa de mudança aparenta assentar num conjunto de soluções sociotécnicas, incapazes de alterar a atual demanda ecológica e económica (Alexander, 2014), uma vez que operam “através de esforços compensatórios de intensificação de lógicas tecno-extrativas” (Brenner & Katsikis, 2020, p. 28). Neste cenário, é muito difícil conceber uma mudança política.

A vaca na sala

As emissões de metano originadas pelo processo digestivo dos animais são pouco referidas nos relatórios analisados, apesar do aumento de 48 % das emissões de metano provenientes do gado bovino, em Portugal, entre 1990 e 2017 (Direção Regional da Energia – Governo Regional dos Açores, 2020b, julho; Guedes, 2019). Não obstante, há que realçar algumas declarações de reconhecimento desse aumento, entre as quais: “a imagem positiva granjeada pelos Açores no que toca aos seus lacticínios pode rapidamente deteriorar-se se os produtores dos Açores não se acautelarem em tempo útil relativamente ao impacto climático da sua atividade produtiva” (Governo Regional dos Açores, 2022b, p. 33). A “vaca na sala” surge, por isso, como a própria vaca, símbolo da adesão complacente aos princípios da economia de mercado [fig. 4.16]. Efetivamente, de acordo com dados recentes, a agricultura é um dos maiores poluentes em termos de emissões de gases com efeito de estufa (Guedes, 2019). Para além disso, “os principais contribuintes para o azoto total do estrume animal em Portugal em 2019 foram os bovinos não leiteiros e os bovinos leiteiros” (Agência Portuguesa do Ambiente, 2021, s.p.), que representaram cerca de 63,8 % do total das emissões nacionais provenientes da gestão do estrume [fig. 4.17]. Do mesmo modo, em 2019, os bovinos contribuíram com cerca de 81,3 % do total nacional de emissões de metano provenientes da fermentação entérica⁹ (Agência Portuguesa do Ambiente, 2021) [fig. 4.18].

Paralelamente, parece haver ainda menos consciência a propósito da sobre-exploração da água nas atividades pecuárias, enquanto se constroem novos empreendimentos no pressuposto de que haverá sempre água suficiente. Seguindo a tendência nacional, o Governo Regional dos Açores anunciou um grande investimento em matadouros para 2022 (Bisex – Consultoria, Gestão e Execução de Projetos & AgroGes – Estudos e Projetos, 2021). Face a um cenário inegável de catástrofe climática, o arquipélago é, assim, posicionado como um território pecuário reforçado.

Neste sentido, as atividades antropogénicas resultantes da exploração pecuária colidem com a perceção da paisagem açoriana como “um bom modo de vida”. Alguns proprietários de terrenos agrícolas, produtores e políticos parecem ignorar as consequências de tais práticas; outros reconhecem a necessidade de mudanças no sector pecuário. No entanto, ambos os posicionamentos parecem coincidir numa premissa fundamental, além de problemática: a necessidade de continuar o mesmo modelo económico, alterando apenas as ecologias que o sustentam. O contexto atual surge como um exemplo primordial de que “sob a bandeira da reestruturação radical tecno-gerencial, a atenção está centrada na forma de sustentar a urbanidade capitalista para que nada tenha realmente de mudar” (Swyngedouw, 2017, p. 21). Ou, como diz o ditado francês, *plus ça change, plus c'est la même chose*.¹⁰

⁹ Processo digestivo dos animais ruminantes.

¹⁰ De Jean-Baptiste Alphonse Karr, 1849.

Na verdade, a “ecologia” tem sido um agente de capitalização da “natureza”, esta última entendida como um fator de admissão para “a unidade discreta e delimitada ‘da economia’” (Buller, 2022, p. 231). Além disso, tanto a “ecologia” como a “economia” partilham o mesmo prefixo o que, na perspetiva de Coccia (2020b), é uma das razões para a impossibilidade de um verdadeiro confronto entre os dois conceitos – afinal, acaba por redundar numa contradição epistemológica. Ao mesmo tempo:

Enquanto a palavra ecologia evoca associações com o ambientalismo e a política verde, está também fortemente enredada num imaginário capitalista da Terra, ou naquilo a que chamamos recursos naturais (...) No que diz respeito ao processo de extração de recursos, a economia e a ecologia são duas faces da mesma moeda. (Ghosn & Jazairy, 2014, p. 147)

Neste contexto, como foi observado, algumas “tecnologias de mitigação” estão a ser planeadas para que se possa prosseguir a concretização do modelo económico e, simultaneamente, para a realização dos objetivos ambientais estabelecidos nas agendas internacionais (Lusa, 2019). Das técnicas de ordenha aos sistemas de pastoreio, passando pelos suplementos alimentares e pela “digitalização da agricultura”, a pecuária açoriana está a ser objeto de uma política de valorização.

Entretanto, estas tecnologias contemporâneas de restauro ecológico devem continuar a enquadrar a ideia da “paisagem das vacas” como parte da Arcádia açoriana. Tanto as empresas de publicidade como as instituições de financiamento trabalham numa perspetiva de reivindicação contínua de pastagens. No entanto, assentar neste axioma da “boa criação de gado” parece contraproducente se o objetivo for fundamentado em questões ambientais, como defende Monbiot (2022). Ao longo do seu livro *Regenesis*, o autor insiste no “paradoxo da eficiência”, segundo o qual “melhorar a eficiência da agricultura pode levar a uma maior utilização da terra” (Monbiot, 2022, p. 92). Definitivamente, “parece que estamos encurralados entre duas forças perigosas: a eficiência e a expansão” (Monbiot, 2022, p. 92). O intuito de atuar de forma mais eficiente e numa área cada vez maior, contribui para uma falta de adaptabilidade e de robustez nestas paisagens de atividades de produção primária. Consequentemente, “a eficiência ameaça a resiliência” (Monbiot, 2022, p. 92).

Em última análise, parece que estamos presos numa condição de apatia, acomodada a um ambiente algo apocalíptico: *This is the way the world ends / Not with a bang but with a whimper*¹¹, como escreveu T. S. Eliot ([1954] 2015, p. 70). A discrepância pode ser encontrada “entre o conhecimento e a crença: *sabemos* que a catástrofe (ecológica) é possível, provável até, mas não *acreditamos* que vá realmente acontecer”¹² (Žižek, 2011, 4º interlúdio). Veja-se as consequências catastróficas das inundações em Valência e Málaga, resultado da DANA (depressão isolada em níveis altos), em novembro de 2024.

Tecnologias de restauro ecológico: entre a eficiência e a expansão

Natureza Depois da Natureza consiste na produção do território açoriano que se caracteriza pelo esforço premeditado de mimetização de uma paisagem “natural”, ainda que flagrantemente operativa. Ao ser analisada através de uma lente contemporânea, a segunda “Natureza” não se coaduna com os desafios dos nossos dias, nomeadamente as alterações climáticas.

O objetivo deste capítulo foi, por isso, explorar para além das camadas evidentes das paisagens açorianas. Depois da profunda terraformação das ilhas estabelecida há menos de duzentos anos, motivada pela agricultura e acompanhada de uma gestão ativa da fauna e da flora, a consciência de viver no Antropoceno – ou melhor, na era das bactérias, como defendeu Gilbert (2020) – compele a procura de formas alternativas de justiça social, espacial e climática.

11 Itálico original.

12 Palavras em itálico no original.

A associação entre governação e infraestruturas perpetua e acelera a crise climática, pelo que a imagem do arquipélago arcádico é contraditória com a sua paisagem operacional. Neste sentido, a procura da otimização do trabalho humano acompanha a fertilidade do gado e a eficiência da digestibilidade dos alimentos, convergindo para a especialização da terra. A tríade eficiência-otimização-especialização é sintomática do atual percurso do arquipélago, onde a agricultura extensiva se traduz num aumento da pegada agrícola. Na verdade, o problema da eficiência tem que ver com a inexistência da preconização de “um resultado ético ou justo”, nomeadamente “um resultado em que as emissões sejam reduzidas o mais rapidamente possível” (Buller, 2022, p. 33). Em última análise, mais eficiência exige mais pastagens. A pressão sobre a terra torna a agricultura extensiva ainda mais prejudicial do que a agricultura intensiva, uma vez que a terra é a métrica crucial (Monbiot, 2022).

À medida que se vai conhecendo melhor estes sistemas alimentares, constata-se que este intrincado mecanismo excede largamente a ilha: grande parte da carne e dos lacticínios produzidos é exportada para o continente português, a carne consumida no arquipélago provém sobretudo da América do Sul, são importadas palhas e rações e, para além disso, os animais vivos são exportados para outras ilhas e para o Norte de África. Em suma, consiste num sistema de produção alimentar ineficaz.

As paisagens de vacas não alteram apenas os mercados e o trabalho, mas também a organização, a configuração, a ocupação e a constituição do território (Bedir, Groen, Kuijpers, Sanz & Verzier, 2023). Posto isto, talvez seja produtivo avançar um cenário alternativo, alinhado com a proposta de Monbiot (2022): recusar a atual expansão da rede alimentar, criando “disjuntores” no sistema. A perspetiva de aumento da escala do agronegócio decorre da ausência da imaginação de um arquipélago pós-pastagem. Deve-se, em grande medida, à desvalorização da crise ecológica, por ser frequentemente equiparada a uma quantificação do risco financeiro (Buller, 2022). Complementarmente, o investimento no sector da pecuária tem vindo a ser reforçado. Em termos globais, 40 % da totalidade da superfície habitável terrestre foi reorientada para atividades pecuárias (Buller, 2022). A esta luz, as atuais tecnologias de restauro ecológico são redundantes: resumem-se a um instrumento que funciona dentro de um procedimento tautológico, privilegiando a substituição ao invés da redução. Afinal, as coisas apenas aparentam mudar para que nada mude – as paisagens de vacas contemporâneas revigoram a perda de resiliência dos sistemas alimentares globais, sendo que a ilha é apenas uma parte das manifestações probatórias.

segunda parte

território potencial

5

GEOPOLÍTICAS VERTICAIS



Fig. 5.1 - Robert Fludd, representação do pré-universo sem forma, 1617.

E assim por diante até ao infinito [Et sic in infinitum]

A ilustração de Robert Fludd [fig. 5.1] antecede o célebre *Black Square on a White Ground* de Kazimir Malevich em trezentos anos. No quadrado negro de 1617, onde em cada um dos quatro lados pode ler-se “*Et sic in infinitum*”, Fludd terá procurado representar o interminável sob a perspetiva anterior ao início de tudo, ou seja, a pré-criação divina. A inscrição não só corresponde à ideia do vazio incomensurável, isto é, à ausência de limites e de horizonte, como à noção de que o quadrado (na verdade, o trapézio) deve ser entendido como desprovido de forma e de conteúdo. Representa, por isso, o nada, de uma forma profundamente moderna. Concomitantemente, Johannes Kepler negava a ideia de um universo infinito, tendo sido um dos motivos de contenda entre ambos. Cerca de dois séculos mais tarde, a formulação da finitude do universo por meio do céu escuro foi retomada por Heinrich Wilhelm Olbers, pelo que ficou conhecida como o paradoxo de Olbers. Afinal, “a escuridão do céu noturno é um tributo à velocidade finita da luz e à idade finita do universo” (Peters, 2016, p. 96). Não deixa de ser curioso que,

embora Fludd representasse a escuridão sem limites que antecedeu a luz divina, esta imagem acabe também por retratar o limite do universo.

Há uma polaridade no trabalho que consiste em olhar para fora, para o universo, e, simultaneamente, olhar para a terra. A segunda parte da tese, que agora se inicia, estabelece-se na transição entre esses polos. O olhar vertical representa o poder, “Deus e o Google são ambos mineiros passivos de dados” (Peters, 2016, p. 335). Não obstante, pode também funcionar como uma ferramenta de análise territorial. *Geopolíticas Verticais* estabelece a confluência de processos e sistemas que se desdobram em múltiplas escalas intrinsecamente relacionadas com o território e a territorialidade. O argumento central deste capítulo é que os processos que têm como base o domínio do oceano e do espaço nos Açores convergem numa vertente de exploração em potência. Constituem planos que reclamam a otimização do uso do território atual, de forma a prolongá-lo através de extensões horizontais e, sobretudo, verticais. O projeto comum é dilatar o território para o mar e para o ar. Por outras palavras, são indicadores do *Território Potencial*.

As *Geopolíticas Verticais* contrariam a ausência de gravidade representada por sistemas predominantemente horizontais. No espaço cartográfico, muito dificilmente há verticalidade, uma vez que as representações normalmente não são operativas nesta dimensão.¹ A pressão entre camadas horizontais é de tal forma que os elementos formam um estrato comprimido.

A disseminação do sistema de representação de coordenadas consolidou-se com o domínio militar. O mecanismo da soberania sobre o espaço aéreo foi criado depois de 1918, através de divisões de terra projetadas verticalmente para o ar. O desenvolvimento do radar ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial consistiu numa “variante eletronicamente aperfeiçoada dos métodos de deteção da Primeira Guerra Mundial” (Kittler, [2002] 2019, p. 216). Em 2009, a disponibilização do *Flightradar24* desencadeou a divulgação do mapeamento de voos de aeronaves em tempo real. A visibilidade da posição e do vetor de movimento transforma o abismo que nos rodeia num território reconhecível. Ainda assim, é difícil aplicar uma estrutura estatal absoluta (de coordenadas) ao avião que descola, que já não está em terra. A dimensão vertical escapa frequentemente à detetabilidade. Por essa razão, o reconhecimento da abstração do espaço é notório em termos jurídicos: “[e]m matéria de *território aéreo*, com espanto, enfrenta-se um total silêncio constitucional, nada abonatório para a qualidade da redação deste preceito da CRP [Constituição da República Portuguesa]” (Gouveia, [2003] 2017, p. 606). A pirataria do mar e a pirataria do ar convergem na característica de ocultação dos elementos e dos corpos.

A militarização do ar esteve na génese da premissa do ar condicionado, “cuja ideia básica consiste em desconectar um volume definido de espaço do ar circundante” (Sloterdijk, [2002] 2009, p. 20). As zonas atmosféricas artificialmente criadas relacionam-se com a metáfora arquitetónica da estufa² que, a partir de meados do século XX, foi acompanhada por uma dimensão climática. O projeto “Dome over Manhattan” (1960), de Buckminster Fuller e Shoji Sadao, ilustra a visão que “tinha como objetivo transformar todo o espaço urbano num microclima interior cuja temperatura e humidade pudessem ser reguladas como uma estufa com paredes de vidro” (Furuhata, 2022, p. 72). Talvez esta cúpula colocada sobre uma área particular possa ser comparada, em certa medida, ao projeto de territorialização do futuro que está em curso relativamente aos Açores. As correspondências Manhattan-cúpula e ilha-ampliação conformam espacialidades – no primeiro caso, uma espacialidade selada hermeticamente; no segundo, uma espacialidade configurada geopoliticamente. Outro exemplo de cidade abobadada, no contexto da artificialização do clima dos anos 60 e 70 do século passado, é a “Arctic City” (1971), projetada por Frei Otto e Kenzo Tange [fig. 5.2]. Tanto “Dome over Manhattan” como “Arctic City” partilham a ideia de um ecossistema regulado, dentro de uma bolha arquitetónica resistente.

1 A este propósito e em termos mais abstratos, excetua-se o trabalho de Ait-Touati, Arènes & Grégoire (2020), Ait-Touati & Latour (2022), Ghosn & Jazairy (Design Earth) (2019).

2 Na verdade, a hipótese inicial da ideia de que a atmosfera funciona como uma estufa remonta a um ensaio de Joseph Fourier, de 1824 (Ibelings, 2023, p. 42).

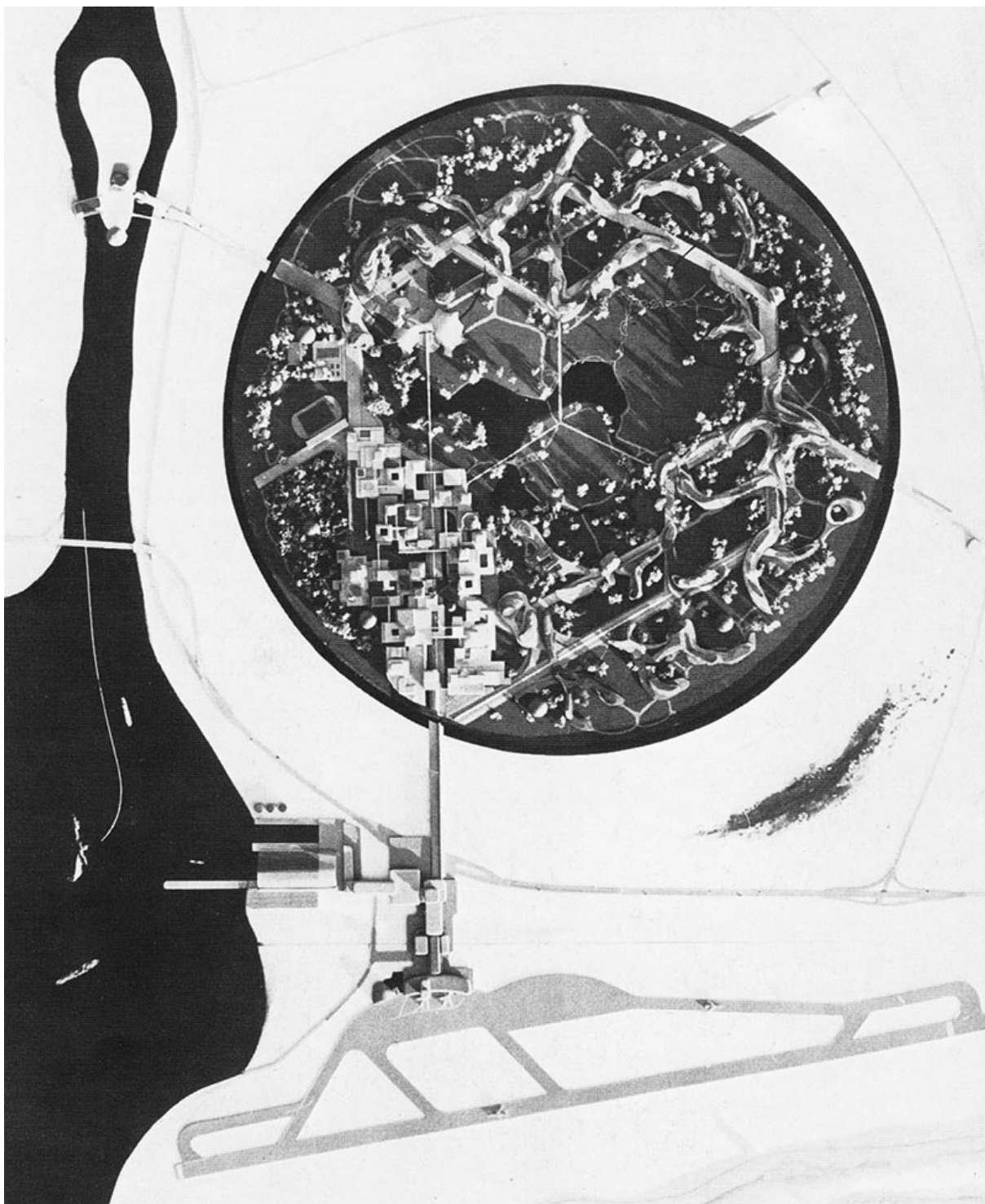


Fig. 5.2 - Frei Otto e Kenzo Tange, *Artic City*, 1971.

O ecossistema arquitetônico habitável³, representado nestes dois projetos, voltou a ser popularizado por empresas como a NASA, a Virgin Galactic, a Blue Origin e a SpaceX. A ambição desta circunscrição espacial estabelece semelhanças conceituais com o caso dos Açores, um território que pode integrar fronteiras cobiçadas: o fundo do mar e o espaço atmosférico.

3 A este propósito, sublinha-se o contributo de Banham (1965) sobre as implicações da tecnologia nos modos de vida preconizados pela arquitetura moderna, culminando com uma proposta alternativa ao que designou de "o peso morto da arquitetura doméstica" (p. 74).



Fig. 5.3 - Constelação de satélites *Starlink*, da SpaceX, vista a partir da Fajã de Baixo, ilha de São Miguel, setembro de 2023. Fotografia de André Amorim.

Ao longo das últimas duas décadas, parece estar em curso um regresso aos ambientes “exteriores”. Reconhecendo o espaço abstrato como uma dimensão subjacente ao mundo moderno (Brenner & Elden, 2009), as “corridas” ao mar e à atmosfera marcam a atualidade. Por um lado, assiste-se a uma operação planetária para a Extensão das Plataformas Continentais, a par de várias reuniões a nível internacional organizadas com o objetivo de regular o oceano; por outro, concede-se um poder cada vez maior às empresas privadas, como a SpaceX [fig. 5.3] e a Blue Origin, com o propósito de explorar ambientes fora da atmosfera terrestre. De acordo com Klinger (2019b), o espaço exterior funciona como um “fetiche cultural” (p. 34), um escape cosmopolita que promete uma “transcendência” em relação ao aterrador Antropoceno.

Resumidamente, estão a decorrer processos de estabelecimento de novas fronteiras. Estas fronteiras contemporâneas representam, de alguma forma, um imaginário que nos reposiciona dentro de um domínio externo, como se esses limites fossem o início de um outro território. Cruzando esta linha de raciocínio com a tese de Sloterdijk ([2005] 2008), segundo a qual a “perda da periferia” é a

catástrofe etnológica da era moderna, estas “fronteiras finais” pretendem substituir, de alguma forma, o cosmos antecedente. Por outras palavras, para contrariar o sentimento de perda ou de desorientação, as chamadas “últimas fronteiras” tentam preencher um vazio nas nossas existências. Ou seja, essas fronteiras enquadram o nosso *milieu* próximo, o território alcançável. Por enquanto, nada é tecnologicamente alcançável para além destes limites. Por isso, o seu estabelecimento pressupõe o reconhecimento de uma outra finitude e o reforço da ideia de um “centro”. Assim se determinam novos territórios “periféricos”, prontos a serem assegurados e cartografados. O imaginário comum parece não conceber a *terra incognita* sem a controlar – a necessidade de vigilância motiva a conquista das fronteiras, sujeitas a serem medidas, calculadas, fotografadas e analisadas. Até certo ponto, parece que a “era da conquista territorial” não se limitou à “modernidade pesada” enunciada por Bauman ([2000] 2006, p. 114) – em vez disso, assiste-se à reposição da centralidade do *hardware*⁴ no estado líquido da modernidade.⁵

A produção do espaço “em grande escala” (Brenner & Elden, 2009) pressupõe uma adaptação, seguida de um processo de reconfiguração através de diversos tipos de planeamento territorial. A esta luz, transcreve-se a seguinte citação:

A ligação estratégica e ideológica entre o território e os projetos estatais de desenvolvimento⁶ [económico] mantém-se hoje tão robusta e difundida como sempre, ainda que a sua arquitetura escalar esteja a ser remodelada no contexto de processos de reestruturação geoeconómica e de reestruturação espacial do Estado. (...) Nesses debates e nos modos de intervenção política que lhes estão associados, a economia mundial é tratada como uma matriz territorial abrangente, na qual, embora internamente diferenciado entre outras unidades, o processo de crescimento económico deve ser simultaneamente desencadeado e contido. (Brenner & Elden, 2009, p. 370)

Ora, o funcionamento desta “matriz territorial” já se observava através do Tratado de Tordesilhas, em 1494, cuja demarcação procurava definir “uma nova ordem mundial” [fig. 5.4]. Sobre a prepotente divisão do mundo em dois, Sloterdijk ([2005] 2008) escreveu:

Neste intercâmbio interdinástico entre proprietários de regiões longínquas das quais, visivelmente, nem o comprador nem o vendedor sabiam exatamente onde se encontravam, reflete-se mais claramente do que em qualquer outro documento da época a natureza especulativa da globalização original. (p. 52)

Partindo do princípio de que as fronteiras são “antes de mais um facto jurídico” (van Houtum, Kramsch & Zierhofer, 2005, p. 3), o presente capítulo propõe a consideração da “relevância das fronteiras na ordenação ativa dos espaços mundiais” (Novak, 2011, p. 745). Portanto, há uma nova matriz territorial que se consubstancia enquanto projeto e política. Continua indefinidamente, como uma grelha cartesiana [fig. 5.5], numa espécie de regime “*Et sic in infinitum*”.

A referência deste e dos dois capítulos seguintes é o território contraído, explorado na primeira parte da tese. Fundamentalmente, o território é um projeto. *Território Potencial* é um projeto por concretizar; por isso, aborda a ampliação do território subjacente a uma ideia de territorialização futura enquanto objeto de técnica e manipulação. O futuro é imaginado como um projeto territorial: calculável,

4 Para Bauman ([2000] 2006), o *hardware* caracteriza “[a] época das máquinas pesadas e cada vez mais volumosas, das paredes fabris cada vez mais compridas que encerram chãos de fábrica cada vez mais largos e que absorvem tripulações fabris cada vez mais populosas, dos pesados motores ferroviários e dos gigantescos transatlânticos” (pp. 113-114).

5 Assim como as fábricas, rodovias e ferrovias que constituíram os pilares da economia industrial, a infraestrutura da computação é central para a socioeconomia do século XXI.

6 O termo original é “developmentalist”, o que se traduziria por “desenvolvimentista”. O “desenvolvimentismo” refere-se à “doutrina ou movimento político que privilegia o desenvolvimento económico, principalmente através do aumento da produção industrial” (Infopédia, 2024). Considerou-se mais adequado utilizar a expressão “desenvolvimento [económico]”.



Fig. 5.4 - Autor desconhecido, *O Planisfério de Cantino*, 1502. Biblioteca Estense Universitaria.

previsível, manipulável. Esta perspetiva pressupõe a espacialização e a territorialização que não de vir: a primeira, sob o ponto de vista da ordenação, do arranjo; a segunda, no sentido técnico-político. Assemelha-se a um projeto de arquitetura que, no sentido convencional, implica simultaneamente um modo de conceção determinista do porvir e a fixação de um contexto que remete para uma esfera de cálculo. Dito de outro modo, o próprio projeto consubstancia o território, por meio de grelhas e matrizes.

No fundo, a definição da modernidade como o reconhecimento do trauma da perda da cúpula celestial ou da perda da finitude, proposta por Sloterdijk ([2005] 2008), cumpre-se no caso em apreço. Os territórios açorianos do futuro concretizam uma forma de compensação pela carência do ilimitado. A cúpula é “reposta”, isto é, a atmosfera e o mar são “explicados” ou justificados – para Sloterdijk ([2002] 2009), a “explicação” corresponde a um processo de transformação de meios tidos como assegurados em objetos de manipulação. Dito de outro modo, a essência da “reposição” fundamenta-se no projeto moderno do território dos Açores. Perante a vastidão do absoluto, a forma de gerir a ausência de limites é mediante a demarcação espacial. A privação do infinito faz-se através da definição simbólica e legal de novos limites territoriais. A esta ação de separação, seguir-se-á uma ação de gestão.

Assim sendo, este momento é diferente do de meados do século XX, em que se consolidava o entendimento de uma “estufa planetária”. Atualmente, assiste-se à compartimentação do mundo em cosmogonias autorreferenciadas e à subsequente produção territorial, por meio de instrumentos como a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), a abordar no capítulo *Vinculação do Marítimo*.

Para além disso, a noção de inabitabilidade nesta “estufa planetária”, a Terra, decorrente das alterações climáticas, subentende a renovação contemporânea do desejo de abandono do planeta, a analisar no capítulo *A Ilha Espacial*. De acordo com a teoria de Scharmen (2021), estufas e colónias espaciais interligam-se em termos genealógicos, pressupondo a evasão da “estufa terrestre para estufas extraterrestres” (Furuhata, 2022, p. 83). Escapar ao monstruoso é, no fundo, escapar à intersecção das consequências ambientais, sociais, humanas e económicas, previstas pela comunidade científica (e manifestadas em episódios cada vez mais recorrentes, como a tragédia de Rio Grande do Sul, em abril de 2024).

A territorialização do mar e da atmosfera é desvelada na prevalência de métodos que elegem as grelhas e matrizes de organização, como se se tratasse de um modelo matemático de computação. Na imposição da ordem territorial, a grelha é o método de regulação. No caso do mar, a matriz fundamenta-se nas disposições da CNUDM. No caso da atmosfera, a legislação aplicável é bastante incipiente. Na verdade, muitas das normas estabelecidas para o espaço aéreo encontram-se na CNUDM, numa extensão das disposições aplicadas ao espaço marítimo (Gouveia, [2003] 2017, p. 599). Adicionalmente, a matriz tornou-se na ferramenta de eleição para a regulação encetada pelos organismos e instituições. Nos dois contextos, a unidade-base para a vinculação territorial prática – marítima e atmosférica – é a ilha. No fundo, trata-se da deslocação da lógica de divisão e de vinculação aplicada à terra para o mar e o ar.

Em termos de discurso, uma das promessas subjacentes à vinculação é a substituição da imprevisibilidade pelo controlo. Os enquadramentos geoestratégicos do mar e da atmosfera centram a incerteza do futuro – sendo que a “incerteza” é a condição essencial constitutiva ao momento subsequente, por vir – numa perspetiva da sua mercantilização. Tanto o capítulo *Vinculação do Marítimo* como *A Ilha Espacial* abordarão perspetivas de produção territorial que comportam noções de risco, particularmente a questão do risco da área das finanças dos mercados aplicada ao território. Por outras palavras, uma das alegações de *Território Potencial* é que está em curso a financeirização do território dos Açores. Eis uma das vertentes: correr riscos calculáveis, negociar mercadorias. A calculabilidade do território comporta também esta faceta de redução dos custos e de maximização dos recursos. Assim, o pensamento matemático ao serviço de uma geopolítica de territorialização não se limita à abrangência espacial – integra igualmente uma dimensão de fundamentação económica e financeira.

O futuro projetado remete, portanto, para um território familiar ou conhecido. Os discursos em torno da antecipação da integração destes territórios exemplificam-no: a ligação das ilhas ao mar é recorrentemente entendida como evidente e autoexplicativa; a exploração do meio atmosférico constitui um desafio “natural” aos portugueses, à luz do passado colonial. O espaço do discurso é precisamente onde o conceito de território é plenamente manifestado.

Fronteiras e espaço social, o esquecimento das origens

Elden (2010) afirmou que “as fronteiras defensáveis, a homogeneidade e a promoção da coesão territorial oferecem uma série de exemplos (...) que abrangem as questões estratégicas e que estão estreitamente ligados ao desenvolvimento de uma série de técnicas de prática estatal” (p. 799). Entende-se a “promoção da coesão territorial” como resultado das “dimensões geradoras e facilitadoras das fronteiras – ou seja, do seu papel produtivo” (Novak, 2011, p. 743). Neste sentido, é necessário enfatizar que as fronteiras condicionam espacialmente os quadros legais, portanto, moldam os procedimentos do Estado e suas geografias (Novak, 2011). No que diz respeito às geografias estatais, sublinha-se que “o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão (ou distinção) mútua das posições que o constituem, isto é, como uma estrutura de justaposição de posições sociais” (Bourdieu, 1993, p. 251). Este raciocínio está em linha com a premissa de que todo o espaço é hierárquico, definido por posições relacionais; e que as diferenças são dissimuladas pelo “efeito de naturalização” (p. 251), ou seja, pelo resultado da inscrição permanente das realidades sociais no mundo “natural”. Dito de outra forma, as diferenças produzidas pela lógica iminentemente histórica remetem para a natureza das coisas, como exemplificado pela ideia de “fronteira natural”. Afinal, à semelhança do conceito de “natureza”, as “fronteiras” são construções sociais, políticas e culturais que se refletem no espaço social do território.

Numa lógica de desvelamento dos processos escamoteados pelo Estado, em linha com o conceito de “armadilha territorial” de Agnew (2022), o “efeito território” “permite que os Estados representem os impactos das suas múltiplas intervenções espaciais como características da paisagem física, indicadas previamente, ou como dimensões puramente técnicas do ambiente construído, e não

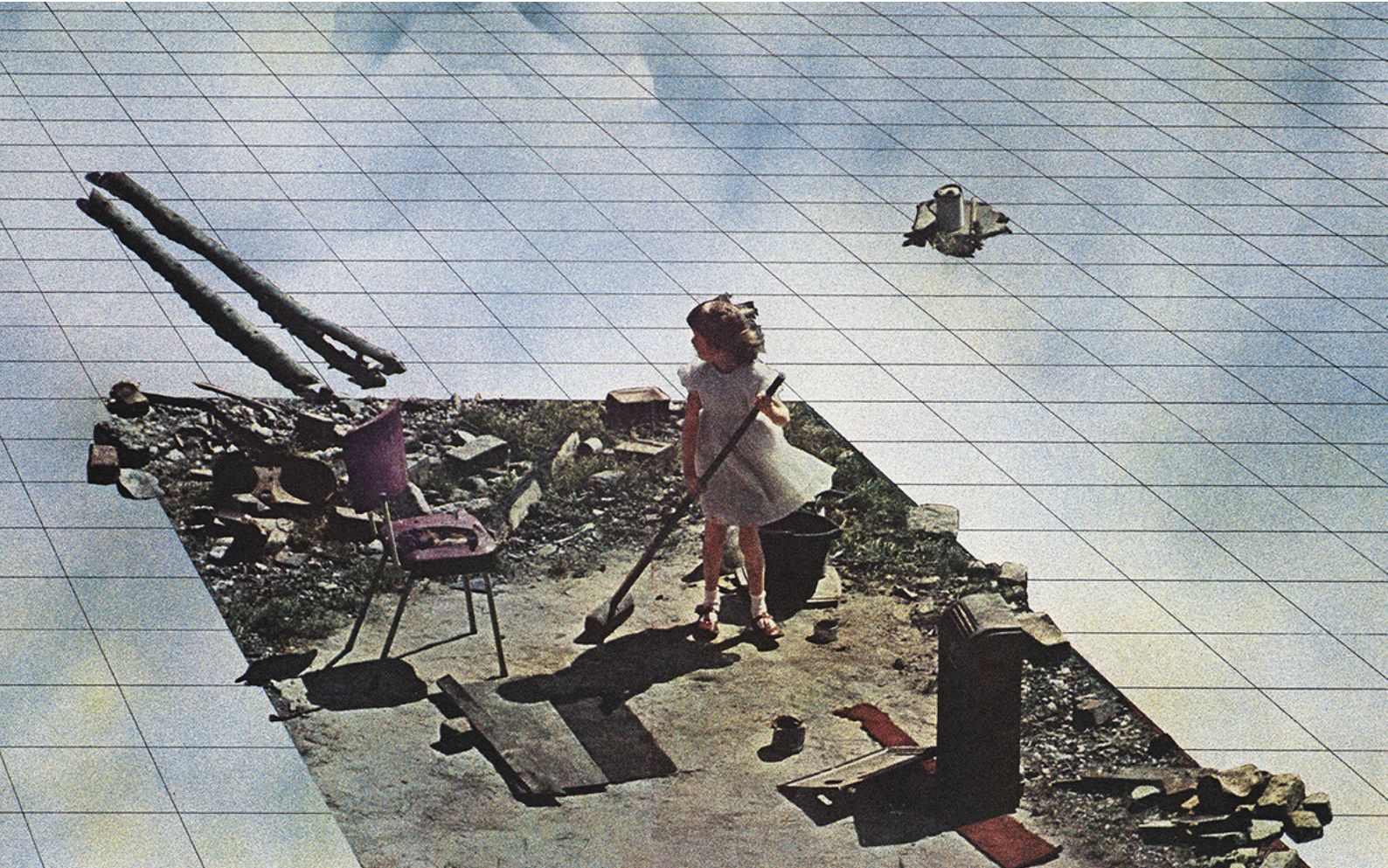


Fig. 5.5 - Superstudio, *Atti Fondamentali. Vita - Supersuperficie. Pulizie di primavera*, 1971. Fondazione MAXXI.

como manipulações politicamente mediadas” (Brenner & Elden, 2009, p. 373). Retomando a reflexão de Bourdieu, “um dos efeitos do poder simbólico associado à instituição do Estado é precisamente a naturalização, sob a forma de *doxa*, de pressupostos mais ou menos arbitrários que estavam eles próprios na própria origem do Estado” (Champagne et al., 2012, p. 197). Adicionalmente, só a “análise genética” pode enfatizar que tudo o que precede o Estado é, ao mesmo tempo, uma invenção histórica e um artefacto (Champagne et al., 2012). Por conseguinte, a história do Estado poderá ser abordada como uma questão genética, enquanto oposição à “amnésia da génese” (Champagne et al., 2012, p. 198) inerente a qualquer instituição que se impõe pela omissão da sua formação, estabelecendo um sentido de negligência coletiva sobre as suas origens. Na perspectiva de Bourdieu, uma instituição plenamente realizada existe tanto na “objetividade dos regulamentos como na subjetividade das estruturas mentais concedidas a esses regulamentos”, de maneira que “desaparece como instituição” (Champagne et al., 2012, p. 198). Posto isto, para esta parte da tese importa destacar a convergência do esquecimento dos processos de constituição institucional e a produção do espaço, no sentido de Lefebvre ([1974] 2023).

Consequentemente, sugere-se o reconhecimento do processo contemporâneo de produção de fronteiras no caso português. Os eventos evidenciados são o Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC) portuguesa e o projeto de exploração espacial a partir da ilha de Santa Maria. Ambos os episódios podem ser apreendidos como exemplificativos do que Lefebvre⁷ descreveu como uma “expressão concreta deste direito eminente que (...) se estende ao subsolo e ao espaço aéreo, às florestas e às fontes de água, aos rios e às costas, aos territórios marítimos e às águas territoriais recentemente alargadas” (Brenner & Elden, 2009, p. 363). Por essa razão, o presumível esquecimento

7 A partir de textos escritos entre 1976 e 1978, analisados por Brenner e Elden (2009).

da origem política e administrativa é apreendido como um entendimento coletivo aparentemente (e falsamente) apolítico dos acontecimentos acabados de elencar. A contextualização do processo de delimitação e de ordenação, – aglutinado na expressão “*b/ordering*” (Novak, 2011; van Houtum, Kramsch & Zierhofer, 2005), – é determinante na análise dos processos de demarcação espacial e no condicionamento subsequente de práticas e de discursos. Os projetos que tentam racionalizar, ordenar e controlar o Estado são intrinsecamente territoriais (Brenner & Elden, 2009). Essencialmente, os processos de delimitação e de ordenação são operações inerentes de produção territorial. Sustenta-se a necessidade de contextualização dos processos anteriormente referidos com o objetivo de problematizar a extensão territorial e a delimitação do poder do Estado e regional. Por esta razão, o objetivo principal deste capítulo é questionar, num contexto contemporâneo, “como as condições de fronteira imaginam e constroem limites territoriais contestados” (Nesbit & Trangoš, 2019, p. 10).⁸

Efetivamente, as teorias atuais em torno das fronteiras “carecem de imersão em qualquer teoria social mais vasta – especialmente uma que lide com a mudança” (Paasi, 2009, p. 223). Posto isto, considerando que a essência territorial do arquipélago açoriano não é estática, o quadro de análise poderá alargar “a investigação à relação dinâmica entre as estratégias de delimitação e o território e as populações que estas [delimitações] tentam moldar e conter” (Novak, 2011, p. 744). Esta direção converge com o argumento de que o território é um processo, transversal a todos os capítulos da tese. Em síntese, os eventos tecnológicos são profundamente contingentes aos territórios futuros. Ou seja, as novas fronteiras em curso produzirão outras territorialidades.

Urbano além-fronteiras

Fundamentalmente, estabelecer uma fronteira é reconhecer a possibilidade de uma transgressão. A consciência dessa transgressão manifesta-se através da identificação das “fronteiras finais” – são “finais” porque são “as últimas”. A narrativa construída em torno das últimas fronteiras orienta o sentido de uma conquista bem-sucedida no sentido territorial, uma vez que são decisivas num cenário de globalização. O ato de atravessar uma fronteira tem, nesta conceptualização, um carácter definitivo, um sentido de conclusão.

Conforme referiu Paasi (2009), “as fronteiras estão em todo o lado” (p. 223). Ainda que a circunscrição seja um processo profundamente moderno, ocorrendo atualmente à escala planetária, torna-se decisivo analisar estas ações de atravessamento nos seus efeitos contingentes. A demarcação das fronteiras no oceano e no espaço, tendo os Açores como coordenada de origem, inscreve-se num projeto de realização urbana – para além da territorial. Se o projeto de ampliação territorial se cumprir nos termos em que está presentemente formalizado, o urbano e os seus aparatos mais consistentes e reconhecíveis materializar-se-ão. Por outras palavras, o sucesso efetivo das estratégias que motivam a ação de estrear o espaço poderá consistir na fase seguinte deste processo de territorialização. Caso se cumpra, as novas condições do urbano evidenciar-se-ão nas torres eólicas em alto mar, nos novos cabos submarinos, navios e outros tipos de embarcações, instrumentos de mineração em mar profundo, satélites, detritos espaciais. A partir dos eventos elencados neste capítulo, considera-se produtiva a análise dos possíveis significados das políticas em curso e das práticas que essas mesmas políticas visam espoletar.

A “amnésia da génese” (Champagne et al., 2012, p. 198), referida anteriormente, manifesta-se na inconsciência coletiva do papel desempenhado pelas instituições, nomeadamente na desconsideração da “extensão espacial da lei” (Brenner & Elden, 2009, p. 362). As fronteiras relacionam-se intimamente com um sentido de exteriorização, – mais concretamente, uma falsa exteriorização, – crucial para mitigar

⁸ Publicou-se um artigo que serviu de base para uma parte deste capítulo: Rodrigues, I. V. (2023). Sea and space – The “final frontiers” in the Azorean archipelago as an urban question. In P. S. Léon, N. Vieira, & P. Carvalho (Eds.), V CHAM International Conference — Frontiers of Humanity and Beyond: Towards new critical understandings of borders. Working papers (pp. 141–154). CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

as responsabilidades ambientais, políticas e sociais compreendidas nas operações de atravessamento de limites, tanto aquáticos como atmosféricos.

Por outras palavras, a exploração do mar profundo e do espaço exterior entendem-se como exemplos relevantes da construção do Estado moderno e da relação com o seu espaço, ou seja, com o seu território. Essas geografias imaginárias do poder têm o potencial de dar forma a novos contextos urbanos. Além disso, as geografias (ainda) fictícias assentam em fronteiras fabricadas, elementares para os planos a cumprir. À luz da teoria de Klinger (2019b), “a evocação da fronteira orienta o poder político, económico, cultural e tecnológico para uma sequência específica de atividades: descoberta de recursos, invólucro, devastação e abandono” (p. 34). O reconhecimento de “uma intenção extrativista” passa pela designação da fronteira, inscrevendo o lugar de demarcação como “um problema a ser resolvido: territórios a serem conquistados ou recursos a serem reclamados” (Klinger, 2019b, p. 34).

O aparelho de extração de recursos submarinos é simultaneamente uma “fronteira final” e um “campo estratégico de urbanização alargada” (Brenner, 2014b, p. 197). No que diz respeito à exploração espacial, “o campo da urbanização extensiva é empurrado para cima, para a atmosfera terrestre, através de uma teia cada vez mais espessa de satélites em órbita e lixo espacial” (Brenner, 2014b, p. 198). Neste sentido, subscreve-se a declaração de que “uma nova teoria da urbanização é hoje necessária para decifrar as transformações socioespaciais do século XXI” (Brenner & Katsikis, 2014, p. 456). O alcance conceptual do termo “urbano” está longe de se confinar aos ambientes terrestres, uma vez que “cada conjunto de inovações permitiu uma mudança radical na forma como o espaço é organizado e, portanto, abriu possibilidades radicalmente novas para o processo urbano” (Harvey, 2014, p. 56). Por conseguinte, parece pertinente desenvolver análises que situem essas “paisagens operativas” (Brenner, 2014a, p. 28).

Afinal, a “cidade” é o resultado de um processo referido como “urbanização” (Harvey, 2014, p. 61), tal como foi abordado no capítulo *Mitos e Imaginários Políticos*. Neste sentido, o termo “urbano” adequa-se à explicação de fenómenos de interdependência geográfica e material, manifestados nos conjuntos sociotécnicos. O território, por sua vez, é o termo mais apropriado para dar conta da dimensão simbólica – à qual escapam, recorrentemente, os elementos sociotécnicos. No livro *Implosions / Explosions*, sublinhou-se o cenário de “operacionalização tendencial, ainda que desigual, de todo o planeta – incluindo o espaço terrestre, subterrâneo, oceânico e atmosférico – para servir um processo acelerado e intensificado de desenvolvimento industrial urbano” (Brenner, 2014a, p. 20-21). A reimaginação do significado do urbano, exortada por Brenner (2014a), passa pelo alargamento da amplitude do próprio conceito. À semelhança dos “centros urbanos”, estações de comboio, parques industriais, infraestruturas viárias, entre outros, a condição urbana é própria aos cabos submarinos, às plataformas petrolíferas, aos porta-contentores, à Estação Espacial Internacional.

Se, por um lado, Colomina e Wigley ([2016] 2018) consideraram que a suposta ausência de *design* em diversas zonas do mundo “é uma miragem, um efeito mortal” (p. 71), exemplificando com “o Ártico, a Amazónia, o deserto, os oceanos, a atmosfera” (p. 71), por outro, Lorusso ([2023] 2024) correspondeu a interpretação de que “tudo está condicionado” a um estado paranoico. De modo abrangente, “o *design* é um círculo mágico que produz um interior ordenado e um exterior caótico” (Lorusso, [2023] 2024, p. 17). Tomando esta última posição, a partir de um certo ponto, talvez seja efetivamente contraproducente redundar a idealização a uma subordinação ao *design*. Contudo, a negação dos efeitos do planeamento e do projeto – tanto na perspetiva arquitetónica, como no plano político, jurídico-legal, simbólico ou tecnológico – não é propriamente frutífera. Há uma “materialidade inelutável” (Novak, 2011, p. 751) decorrente das inscrições espaciais em ambientes do mar profundo e do limiar da atmosfera. No fundo, o urbano não é um lugar, é um processo; e as “fronteiras finais” são simultaneamente tecnologias políticas e matéria urbana, atualmente em operacionalização nos Açores.

Delimitação do mar oceano

De facto, “uma linha num mapa implica frequentemente uma ação no terreno” (Paez, 2019, p. 56), definindo ao mesmo tempo o valor económico das atividades transfronteiriças “desordenadas” e das “regulamentadas”. O que está dentro, portanto, o que é controlado; o que está fora, em suma, ainda sem lei. O *Mar, a Última Fronteira* (RTP Play, 2019) tem sido submetido a operações de condicionamento legal, com o objetivo de o tornar conhecível, mensurável, logo, controlável.

A par das ambições de investigação e de proteção que parecem estar na base de tais diligências, salienta-se o objetivo da exploração mineira em águas profundas. Uma das fundadoras do *Movimento Oceano Livre* falou com biólogos marinhos nos Açores sobre os efeitos da futura exploração de recursos minerais no mar profundo, promovida pelo antigo Ministério do Mar e pela UE. De um modo geral, as várias conversas orientadas por Mendes (2019) conduziram à mesma conclusão: mesmo que a exploração mineira em águas profundas nos Açores seja, para já, um cenário hipotético, as transformações que podem daí resultar são desconhecidas. Neste âmbito, Catarina Grilo, Diretora de Conservação e Política da ANP/WWF, defendeu que “apoiar a mineração em mar profundo como indústria iria contra o objetivo de transição para uma economia circular e contra os objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas” (Lusa, 2021a). Acrescente-se que, entre vários discursos institucionais, o desconhecimento sobre possíveis consequências é muitas vezes acompanhado pela afirmação apaziguadora: será “uma exploração sustentável”, assegura o projeto *CORAL – Exploração Sustentável dos Oceanos* (Sousa, 2018). O termo “sustentável” parece suavizar o objetivo de extração, para além de ocultar o desconhecimento das consequências das atividades de mineração.

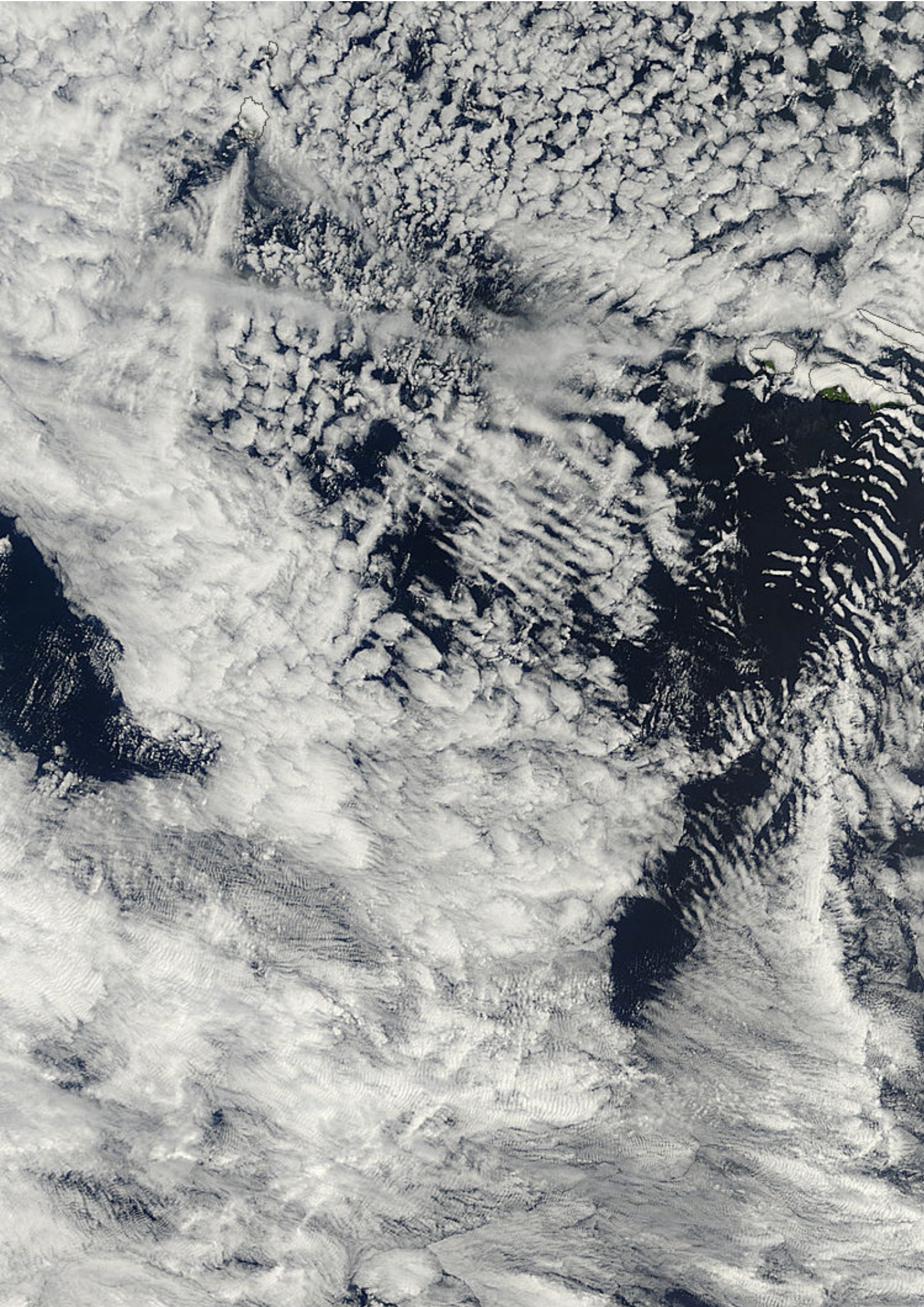
O Oceano Atlântico, outrora mar oceano⁹ (Lois & Garcia, 2009), consiste num lugar distinto para a análise da relação ambígua entre a tentativa de encerramento do meio líquido e o desdobramento dos efeitos em diferentes escalas. Consequentemente, a intersecção entre a Proposta de Extensão da Plataforma Continental Portuguesa e a antecipação da sua concretização¹⁰ reenquadra a preocupação territorial nas tensões resultantes da delimitação como estratégia e como prática efetiva. Esta convergência impele a uma visão ampla que facilita a identificação dos contextos em diversas escalas, específicos da atividade política.

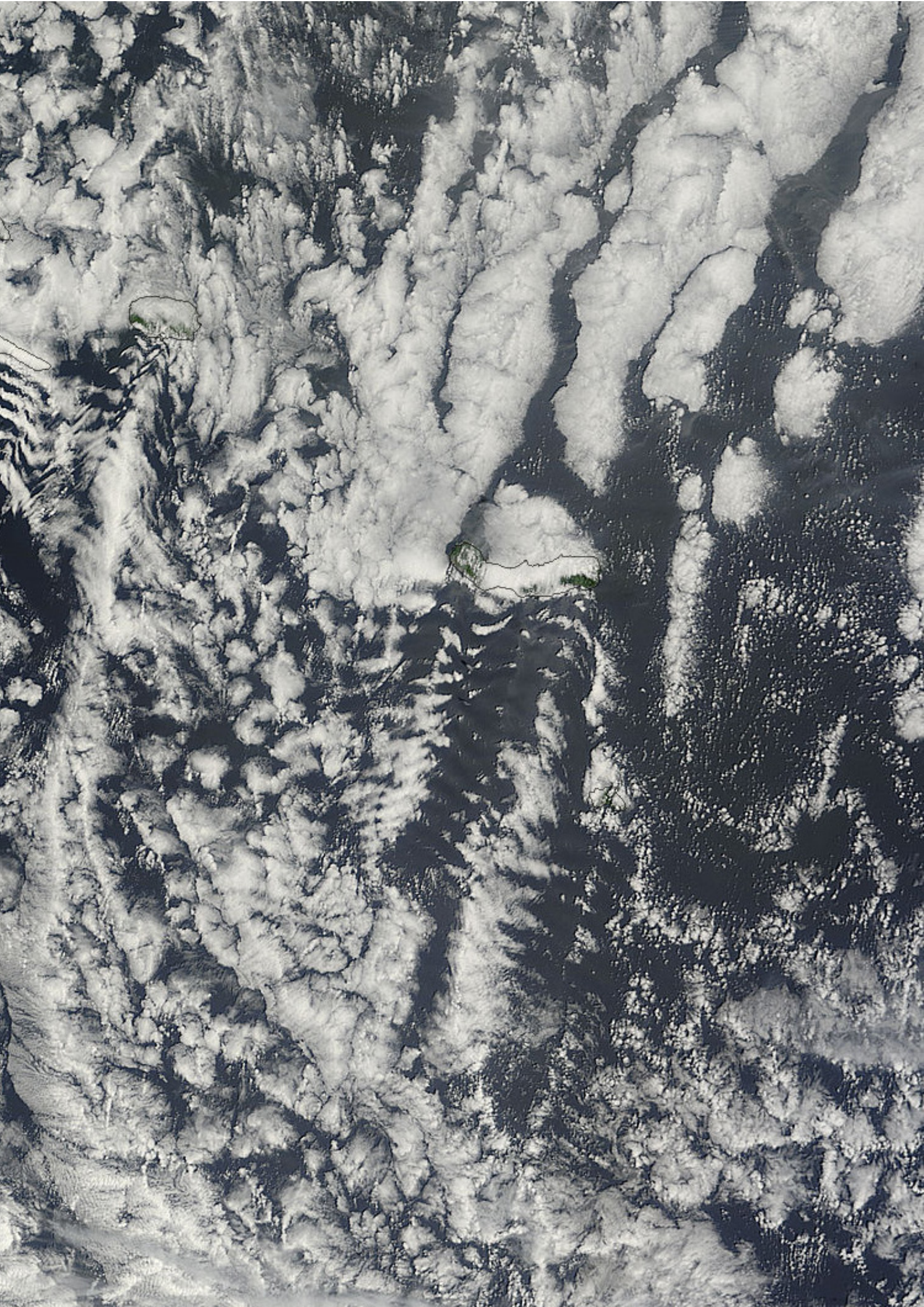
A proposta portuguesa pretende alargar a área marítima sob jurisdição nacional dos atuais quase dois milhões de quilómetros quadrados para praticamente o dobro. As ilhas são cruciais para este projeto expansionista, sobretudo devido à extensão dos limites exteriores da plataforma continental na chamada Região Oeste, ou seja, o arquipélago dos Açores. Com efeito, a exposição *No Fundo Portugal é Mar* (no Centro Cultural de Belém, de setembro a dezembro de 2020) referia-se a um “espaço imenso”, num eco ao efeito da formalização do alargamento territorial. O Governo da Região Autónoma dos Açores mencionou que a extensão da plataforma continental poderia “redesenhar o mapa de Portugal, ocupando cerca de um terço do Atlântico Norte” (Governo Regional dos Açores, 2013b). Na verdade, assiste-se à emergência de uma nova cartografia. Os Açores desempenham um papel crucial nesta redefinição política, geográfica e territorial, num cenário planetário em que parece que “todos os Estados atravessam a linha da meta” (Schoolmeester & Baker, 2011, p. 10) em termos de pretensão de alargamento territorial.

[pp. 140-141] Fig. 5.6 - “Nuvens de ondas em forma de navio induzidas pelos Açores”, NASA, 2013.

9 A referência ao Oceano Atlântico como “mar oceano” manteve-se até ao século XVIII. No século XVI, Frutuoso ([1586 1590] 1998a) escreveu: “(...) qualquer ilha destas, neste tão comprido e largo mar oceano, não é outra coisa senão uma prisão algum tanto espaçosa, e até, de coisas pequenas, quanto mais das grandes, uma muito estreita e muito mais curta sepultura” (p. 150).

10 Portugal apresentou o primeiro pedido de extensão da plataforma continental em maio de 2009. Em agosto de 2017, submeteu uma adenda a essa proposta, incluindo novos dados batimétricos, geológicos e geofísicos (Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, s.d.).





Embora “a ilusão política de transparência permeie todas as dimensões do espaço do Estado” (Brenner & Elden, 2009, p. 372), o meio marítimo emerge como um espaço distintivo. Tendo em conta que “a fronteira é o resultado negociado de uma variedade de estratégias de territorialização” (Novak, 2011, p. 751), a mineração em mar profundo corresponde a uma nova delimitação (Mendes, 2019). Sob esta lente, o derradeiro propósito parece consistir na transformação da “fronteira final” num espaço de valor acrescentado.

Atmosfera como território

O espaço aéreo é “um espaço complementar” da soberania estatal que, “por causa da sua consistência, (...) não pode ter a mesma utilidade daquela que é oferecida nos espaços terrestres e nos espaços aquáticos” (Gouveia, [2003] 2017, p. 598) [fig. 5.6]. É definido como “a coluna de ar situada sobre a superfície terrestre de um Estado e o respetivo mar territorial” e “limitado superiormente pelo espaço extra-atmosférico” (Jerónimo, 2009, p. 35). Para além disso, nenhum Estado pode fixar o limite superior do espaço aéreo de forma unilateral (Jerónimo, 2009). De um modo geral, a altura a que as aeronaves circulam é consideravelmente inferior à da órbita dos satélites. Esta última ocorre no espaço extra-atmosférico, também designado de sideral, ultraterrestre, internacional ou exterior, correspondendo a “um espaço subtraído à jurisdição de qualquer Estado” (Jerónimo, 2009, p. 41).

O espaço exterior é muito recente enquanto matéria de interesse para o Direito Internacional, cuja delimitação é “feita por exclusão de partes de todos os outros espaços” (Gouveia, [2003] 2017, p. 634). A pertinência jurídica da definição do espaço exterior fundamentou-se no decorrer de alguns eventos: o lançamento do satélite Sputnik, em 1957, que Arendt ([1958] 2001) descreveu como um evento charneira¹¹; a alunagem da sonda robótica Luna 2, em 1959; a primeira viagem humana no espaço, de Yuri Gagarin, em 1961; a segunda viagem aconteceu dois anos depois, com Valentina Tereshkova; o lançamento do primeiro satélite comercial de comunicações, o Intelsat I, em 1965; a alunagem da missão tripulada Apollo 11, com Neil Armstrong, Buzz Aldrin e Michael Collins, em 1969. O surgimento de “um novo espaço internacional carecido de regulamentação jurídica” (Jerónimo, 2009, p. 42) consubstanciou-se na elaboração de diversos documentos que atendem às questões da paz e da segurança internacional, das comunicações internacionais, da investigação científica, entre os quais se destacam:

- o Tratado de Proibição dos Ensaios de Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Exterior e sob a Água, 1963 (ou o Tratado de Proibição Parcial de Testes);
- o Tratado sobre os Princípios Que Regem as Atividades dos Estados na Exploração e Utilização do Espaço Exterior, Incluindo a Lua e Outros Corpos Celestes, assinado em Washington, Londres e Moscovo, em 27 de janeiro de 1967 (ou o Tratado do Espaço Exterior). Estipula, sobretudo, a utilização do espaço em prol da paz e da humanidade. Portugal aderiu através do Decreto-Lei nº 286/71, de 30 de junho;
- o Acordo Relativo ao Salvamento dos Astronautas, Regresso dos Astronautas e Restituição dos Objetos Lançados no Espaço Extra-Atmosférico, concluído em Londres em 11 de Abril de 1968 (ou o Acordo sobre o Salvamento). Portugal aderiu através do Decreto-Lei nº 49057, de 30 de maio de 1969;
- a Convenção sobre Responsabilidade por Danos Causados por Objetos Espaciais, adotada em Washington, Londres e Moscovo, em 29 de março de 1972 (ou a Convenção sobre a Responsabilidade). Portugal aderiu através do Decreto n.º 14/2019, de 16 de abril. A essência deste documento tem que ver com a responsabilidade objetiva por danos causados na superfície

11 Nas palavras de Arendt ([1958] 2001): “sem dúvida o [evento] menos percebido de todos foi a introdução, no já variado arsenal de utensílios humanos, de um novo instrumento inútil a não ser para olhar para as estrelas, embora fosse o primeiro instrumento puramente científico a ser concebido” (p. 312).

da Terra ou a aeronaves em voo. Em relação aos restantes casos, aplica-se um regime de responsabilidade subjetiva¹²;

- a Convenção Relativa ao Registo de Objetos Lançados no Espaço Exterior, 1974 (ou a Convenção sobre o Registo). Portugal aderiu através do Decreto n.º 24/2018, de 4 de outubro. Esta convenção dispõe que, quando um objeto é lançado em órbita, o Estado de lançamento deve inscrevê-lo num registo adequado. As Nações Unidas agrupam o registo central, com um nível de informações idêntico relativo aos Estados e correspondentes objetos espaciais;
- o Acordo que regula as atividades dos Estados na Lua e em outros Corpos Celestes, ou Tratado da Lua, de 1979. Portugal não aderiu;
- os Princípios sobre o Uso de Fontes de Energia Nucleares no Espaço (A/RES/47/68 de 14 de dezembro de 1992);
- a Constituição e a Convenção da União Internacional de Telecomunicações, assinadas em Genebra, em 22 de dezembro de 1992. Portugal aderiu através do Decreto n.º 27-A/95, de 21 de fevereiro.

Em suma, o Direito Internacional estipula o espaço extra-atmosférico como património comum da humanidade, contudo, de um modo global, não há consenso relativamente à sua definição legal (Gouveia, [2003] 2017; Jerónimo, 2009). A convergência de entendimento legal relaciona-se com a divisão do espaço exterior do espaço atmosférico, ou seja, a denominada Linha de Karman, convencionada a 100 quilómetros de altitude acima do nível do mar. A legislação referente ao espaço além-atmosfera prevê a sua utilização em proveito de todos os Estados, para além da liberdade de navegação ou circulação, a liberdade de investigação científica, a liberdade de instalação de satélites em órbita, a liberdade de construções espaciais nos corpos celestes (entre os quais a Lua), a liberdade de extração de recursos naturais dos corpos celestes, a interdição de colocação de armas de destruição maciça e a proibição de apropriação territorial (Gouveia, [2003] 2017; Jerónimo, 2009). Hoje, contrariamente ao cenário que se observava aquando os acontecimentos acabados de elencar, os Estados e as empresas privadas dividem os custos da exploração espacial (Sousa, s.d.).

O número de Estados com legislação nacional sobre o espaço tem vindo a aumentar. No final do ano 2000, apenas a Noruega, os Estados Unidos da América, a Suécia, o Reino Unido, a África do Sul e a Austrália dispunham de regulamentos nacionais (Sousa, s.d.). Portugal deu início a esta senda com o anúncio do “Programa Internacional do Atlântico de Lançamento de Satélites – Serviços de Lançamentos para o Espaço da Ilha de Santa Maria nos Açores”, em setembro de 2018 (Governo da República Portuguesa, 2018). A este comunicado seguiram-se: a Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2018, de 12 de março, que corresponde à aprovação da Estratégia Portugal Espaço 2030; o regime jurídico próprio para as atividades espaciais desenvolvidas a partir de Portugal, compreendendo o Decreto-Lei n.º 16/2019, de 22 de janeiro (Lei do Espaço) e o Regulamento n.º 697/2019, relativo ao Regime de Acesso e Exercício de Atividades Espaciais; e, por fim, a criação, instalação e financiamento da Agência Espacial Portuguesa determinada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2019, de 13 de março.

Efetivamente, desde 2019, o arquipélago tem sido alvo de notícias entusiásticas sobre os avanços tecnológicos, como o objetivo de destinar parte do território a operações de lançamento de satélites. O anúncio do porto espacial em Santa Maria fundamenta-se enquanto oportunidade de transformação paradigmática das áreas económica e científica nacionais. Atualmente, “o acesso ao espaço orbital é crítico para o desenvolvimento e a soberania nacionais” (Klinger, 2019a, p. 20), pelo que impele à análise dos mecanismos de governação, frequentemente percebidos como apolíticos. Nesta segunda parte da tese, o tema da exploração espacial é enquadrado como um assunto territorial. Por sua vez, não pode ser formulado sem considerar “questões sobre justiça mediadas por relações de poder desiguais” (Klinger, 2019a, p. 24). Os temas do espaço parecem suficientemente teorizados por alguns

12 Uma das modalidades de responsabilidade civil, que requer comprovação de culpa, ao contrário da objetiva.

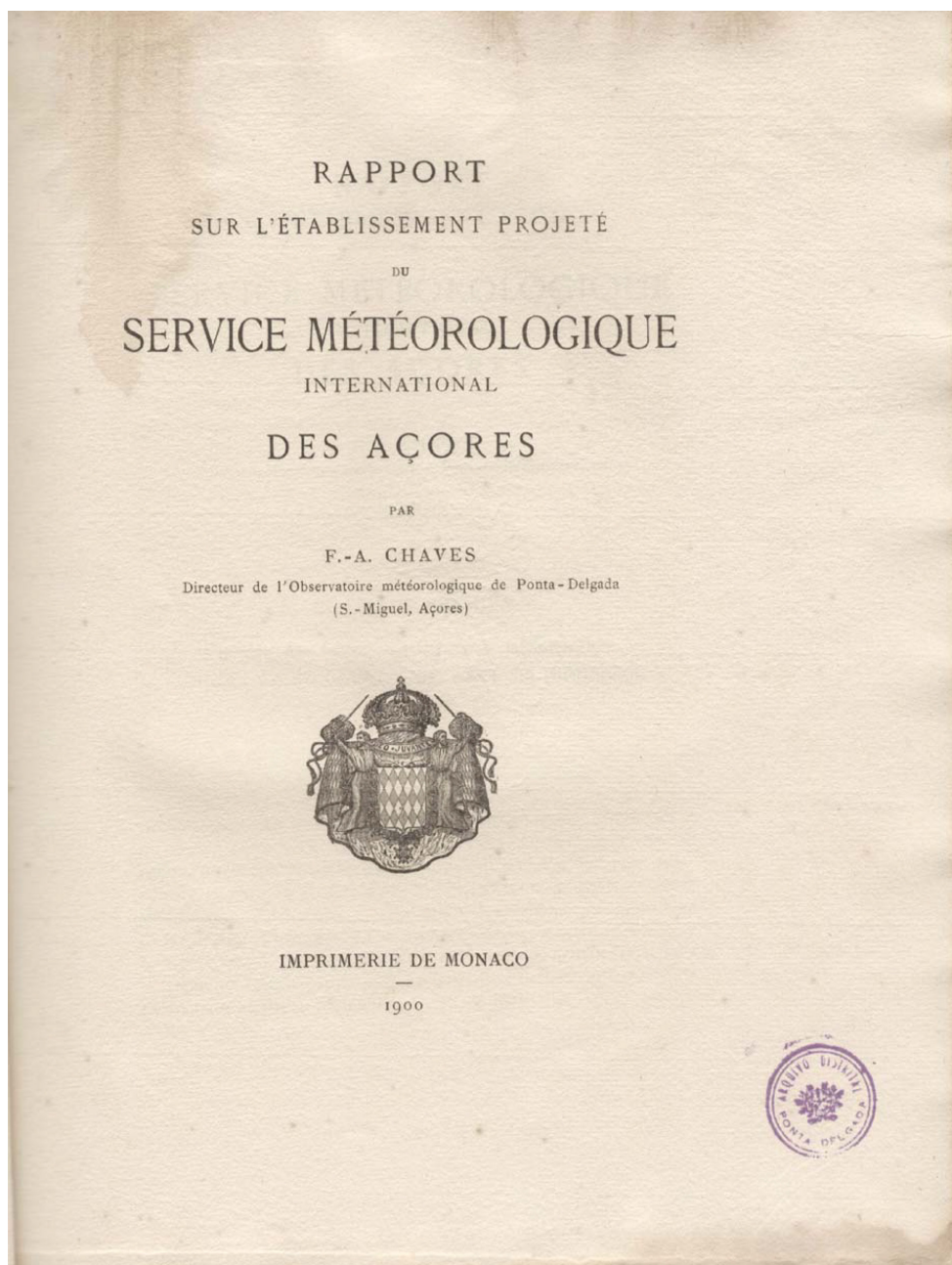


Fig. 5.7 - Folha de rosto do *Rapport sur l'établissement projeté du Service Météorologique International des Açores*, 1900. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

especialistas, como físicos, engenheiros, matemáticos e filósofos. Relativamente aos arquitetos, para além dos trabalhos de Jeffrey Nesbit e Fred Scharmen, a precaução em abordar o espaço atmosférico e sideral consiste num exemplo paradigmático da relutância em avançar para “outras” geografias. Paralelamente, regista-se uma simplificação das práticas e discursos institucionais à escala insular e arquipelágica, que revelam desconsideração tanto em relação à territorialidade humana e não-humana, como aos efeitos das práticas que institucionalizam o território a diferentes escalas.

Após a criação da Agência Espacial Portuguesa, Ricardo Conde, o atual presidente, declarou que o desafio é transformar Portugal numa nação espacial num período de dez anos (Ferreira, 2021). O alcance das (atuais) fronteiras espaciais está implícita nesta declaração, ou seja, o desenvolvimento de uma nação espacial acarreta o cumprimento da ocupação dos limites. Portanto, o caso mariense é

sintomático da “geopolítica vertical” (Graham, 2018) que está em curso, sendo a exploração espacial o exemplo máximo de uma realização triunfante. A expectativa de “ir corajosamente onde nenhum homem foi antes”, celebrada na série de ficção científica *Star Trek*, atravessa uma fase de regeneração: a máxima “espaço, a última fronteira”, proferida pelo Capitão James T. Kirk, renova a pertinência no tempo presente.

Futuros calibrados

Na aceção de John Durham Peters, os média não se limitam ao propósito informativo evidente, são também instrumentos de ordenação. Peters (2016) elege as nuvens como média, por se encontrarem na convergência entre elementos naturais e elementos sujeitos às técnicas utilizadas na sua manipulação. A presente secção alinha-se com esta perspetiva, na medida em que o arquipélago situado no Atlântico Norte constitui um lugar onde a observação e a tradução técnica das nuvens se enredam com a informação meteorológica global. De facto, “a posição atlântica dos Açores, próxima da região onde se geravam muitas das tempestades que atingiam as costas europeias”, “originou o interesse precoce da meteorologia internacional pelo arquipélago” (Tavares, 2007, p. 215).

Em 1893, foi finalmente efetuada a ligação telegráfica entre os Açores e o continente português, – acontecimento que se retomará no capítulo *Oceano de Dados*, – possibilitando a criação do Serviço Meteorológico dos Açores, em 1901 (Coelho, 1974) [fig. 5.7]. Inicialmente idealizado como um Serviço Meteorológico Internacional por Francisco Afonso Chaves, com o auxílio de Alberto I, Príncipe do Mónaco, a concretização de uma visão mais global foi impedida devido a questões geopolíticas (Tavares, 2007). O cabo submarino fazia chegar a informação das instalações em São Miguel até aos observatórios de Paris e de Londres. Nessa época, os Açores consolidaram a importância em termos alargados (Tavares, 2007). Afinal, para além de o clima arquipelágico condicionar o da Europa continental, o tempo podia ser previsto. Portanto, deu-se início a uma ecologia territorial de antecipação e de previsão.

Sete décadas após a criação do Serviço Meteorológico dos Açores – entretanto extinto, em 1946, após a instituição do Serviço Meteorológico Nacional (hoje, Instituto de Meteorologia) – terá ocorrido uma intervenção técnica dos Estados Unidos da América no clima da região. Os esforços envidados para se fazer chover terão sido praticamente concomitantes à chegada do canal público de televisão – tema central do capítulo *Televisão ou Revolução*. Estabelecendo um paralelo entre a pulverização das nuvens (Furuhata, 2022) e a pulverização de ondas, durante esse período houve sementeiras (tecnicamente manipuladas): a transmissão televisiva e, ao que parece, a chuva artificial.

As “analogias agrícolas do cultivo” (Furuhata, 2022, p. 10) alargam-se às tecnologias de cultivo da chuva: sementeira de nuvens (*cloud seeding*). Nas palavras de Furuhata (2022), “[t]al como as plantas na terra, as nuvens no céu são vistas como cultiváveis, como se o tempo pudesse ser tratado, fertilizado e colhido como a vegetação terrestre” (p. 10). A sementeira de nuvens é a tecnologia quimicamente induzida para controlar o clima, cujo início ocorreu na década de 50 do século passado. Semear as nuvens passa pela introdução de componentes químicos como o iodeto de prata, induzindo a chuva de forma artificial (Furuhata, 2022, p. 12). Portanto, as formas ritualizadas de apelo à chuva deram lugar a uma geoengenharia química da atmosfera (Furuhata, 2022, p. 12). A seguinte transcrição parece elucidativa do ocorrido:

Entre 1971 e 1972, as tempestades normais de inverno, que produzem as chuvas necessárias para encher os reservatórios nos Açores, não ocorreram ou foram incaracteristicamente abaixo do normal, causando condições de seca generalizadas. Em retrospectiva, descobriu-se que as mudanças nos padrões climáticos regionais que causam o calor do verão torcem a terra (as ilhas) e criam uma barreira de temperatura que impede que as nuvens carregadas de humidade se desloquem sobre as ilhas para depositar a precipitação. O Governo dos Estados

Unidos e as autoridades portuguesas concordaram em conduzir um projeto de sementeira de nuvens nos Açores para aliviar o problema – com a Marinha dos Estados Unidos a fornecer o apoio. (Reade, 2015, p. 39)

O mesmo autor afirmou que “[a]s aeronaves da esquadrilha [de caça a furacões VW-4 da Marinha dos Estados Unidos da América] operavam a partir da Base Aérea Portuguesa nº4 nas Lajes (*Base Aérea das Lajes*), na Ilha Terceira, nos Açores”, tendo efetuado voos de sementeira de nuvens “entre 9 de julho e 3 de agosto de 1972” (Reade, 2015, p. 39). Descreve, ainda, outros detalhes da alegada atividade:

Oito missões de sementeira de nuvens foram efetuadas pelo WP-3A da VW-4, tendo sido lançados 188 foguetes pirotécnicos. No entanto, após um esforço de duas a três semanas, não se registou precipitação significativa para inverter as condições de seca. Com a aeronave VW-4 já comprometida com outro projeto de sementeira de nuvens nos EUA, o WP-3A [fig. 5.8] partiu dos Açores com a situação por resolver. (Reade, 2015, p. 40)

Este período de quase um mês corresponde ao que o historiador de aviação identifica como o primeiro evento de sementeira de nuvens em apoio ao combate à seca nos Açores (Reade, 2015). Durante o segundo evento, decorrido nos trinta dias seguintes, fizeram-se novos esforços para localizar “as nuvens candidatas” e identificar “o momento de uma corrente de ar ascendente no topo das nuvens para fazer saltar os foguetes de iodeto de prata” (Reade, 2015, p. 41). Porém, “após a segunda série de voos de sementeira de nuvens, a seca continuou sem diminuir, com uma quantidade significativa de imprensa nociva a rodear os voos de sementeira, o que acabou por pôr fim ao projeto” (Reade, 2015, p. 41).

Outra fonte consultada no âmbito da presente investigação descreve os efeitos da sementeira de nuvens de forma manifestamente distinta, embora coincida na alegação da realização da operação, dividida em duas fases:

Em 1972, o Centro de Armas Navais e a Esquadra de Caçadores de Furacões, VW-4, foram solicitados a ajudar numa situação de seca nos Açores. Com um avião de reconhecimento meteorológico, os conselhos técnicos do NWC [Naval Weapons Center] e a ajuda do Serviço Meteorológico Aéreo, foi possível molhar várias vezes todas as ilhas dos Açores. Ao fim de duas semanas, o avião de reconhecimento meteorológico foi substituído por um avião da esquadrilha de patrulha local e os trabalhos prosseguiram até ao fim da situação de seca. Mais uma vez, a perícia das tripulações da Marinha em seguir as nuvens tornou viável um esforço bem-sucedido que, de outra forma, teria sido extremamente difícil, ou mesmo impossível. Teria sido possível, e ainda é, aplicar estas técnicas em muitas partes do mundo onde a própria vida depende de precipitação adicional. Parece que esta prática foi interrompida e que o bom precedente foi abandonado. A razão não é clara, uma vez que os esforços foram eficazes e não se registaram incidentes indesejáveis, como chuvas excessivas. (Committee on Foreign Relations, 1974, p. 46)

Uma terceira fonte refere que os Açores fazem parte da “lista das nações onde se registou uma modificação da chuva ou do granizo no período de 1946-73” (Changnon, 1975, p. 170). Contudo, está fora do âmbito desta tese aferir se chegou *realmente* a chover como resultado dos esforços descritos. Importa, pois, sublinhar que a tentativa terá sido efetivamente encetada, num procedimento evidente de manipulação tecnológica das nuvens.

Benjamin Forman, antigo conselheiro geral adjunto dos assuntos internacionais do Departamento de Defesa, esclareceu:



Fig. 5.8 - Avião de reconhecimento meteorológico Lockheed WP-3A Orion do Esquadrão 4 de Alerta Aéreo Antecipado (VW-4) "Hurricane Hunters", junho de 1971. Marinha dos Estados Unidos da América.

Qual a razão para o Departamento da Defesa estar envolvido na operação nos Açores e não o Departamento do Comércio, por exemplo, que suponho que poderia igualmente fazer o trabalho? Nós temos, como estou perfeitamente ciente de que esta comissão sabe, bases nos Açores. Temos lá pessoal e este é, naturalmente, afetado pela situação de seca. Por conseguinte, é do nosso interesse poder aliviar essa situação, para além do interesse geral nas boas relações com Portugal e dos benefícios para as pessoas que vivem nos Açores. (Committee on Foreign Relations, 1972, p. 36)

Ora, a modificação artificial do tempo enquadrou-se como uma atividade legitimada a partir das bases militares, consideradas no capítulo *Mitos e Imaginários Políticos*. Ainda que possa ter consistido numa tentativa gorada, a calibragem do território passa pela afinação da atmosfera. A indiferenciação entre ambos faz com que a atmosfera seja (também) território.

Cerca de uma década antes, aconteceu um episódio determinante para a meteorologia. Em 1961, quando o furacão Carla se dirigia à costa do Texas, nos Estados Unidos da América, um repórter encontrou uma nova forma de fazer comunicação durante a emissão que ele próprio conduzia (Garber, 2012). Na altura, os mapas e o radar existiam, mas apenas separadamente. A inovação, que consistiu na sobreposição entre ambos [fig. 5.9], inaugurou a transmissão televisiva do radar de vigilância meteorológica, permitindo comunicar o trajeto e a intensidade da tempestade que se aproximava (Garber, 2012).

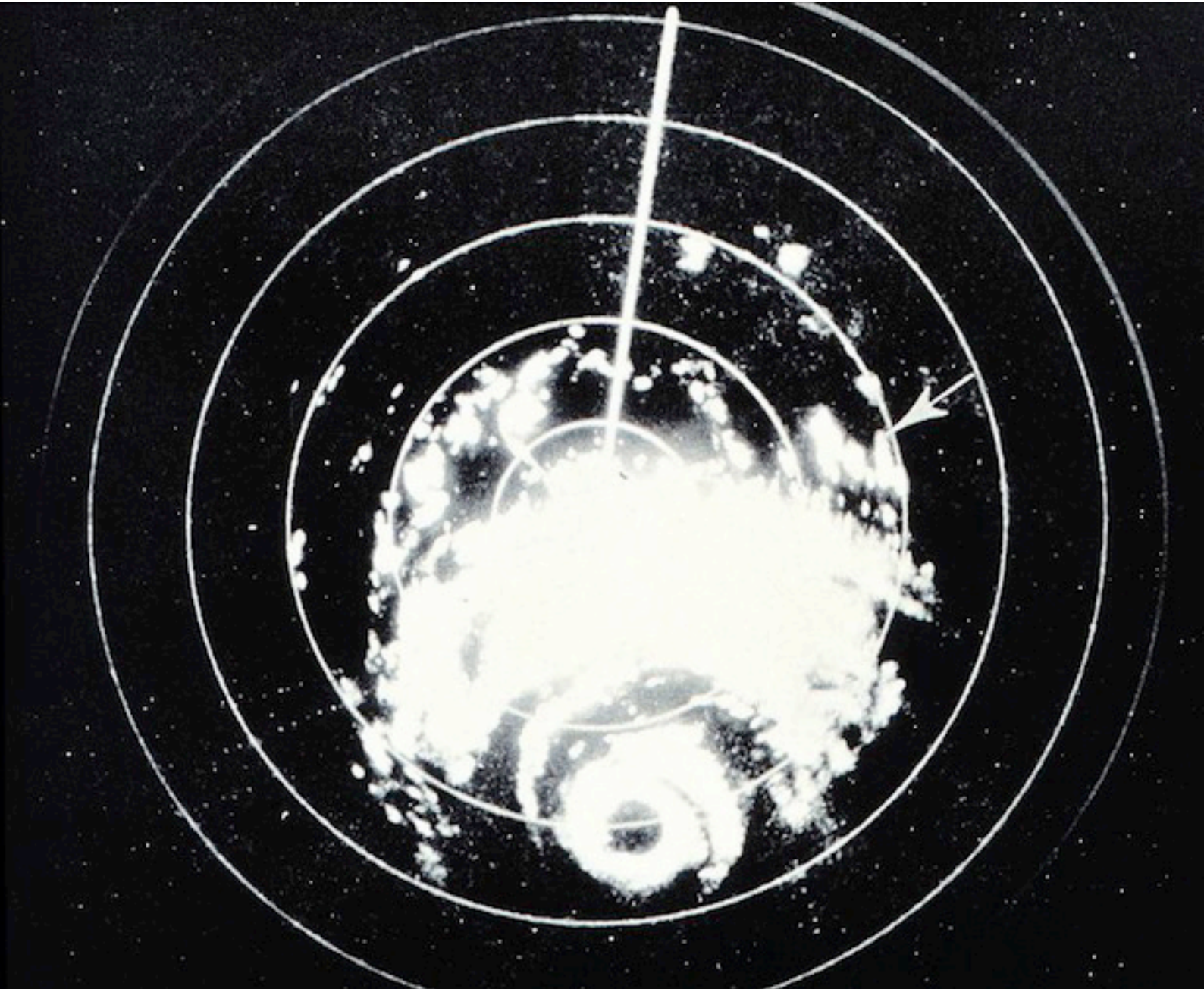


Fig. 5.9 - O furacão Carla com o seu olho visível no radar WSR 57 de Galveston, setembro de 1961.

À semelhança da cartografia, referida de forma breve no capítulo *Mitos e Imaginários Políticos*, a meteorologia também serviu um propósito imperialista, com vista à consolidação e expansão territorial (Furuhata, 2022, p. 54). A vigilância da atmosfera explicitou-se nalguns acontecimentos tecnológicos difundidos durante o século XX, tais como a aviação, a militarização da meteorologia, o lançamento de mísseis balísticos intercontinentais, o uso de gás venenoso, a monitorização dos efeitos dos testes nucleares decorrentes das bombas atômicas e radioatividade (Furuhata, 2022; Peters, 2016; Sloterdijk, [2002] 2009). Ora, é verdade que “o clima sempre foi uma parte crítica da guerra” (Peters, 2016, p. 241). Aliás, “[o] século XX será recordado como a época cujo pensamento essencial consistia em visar não mais o corpo, mas o ambiente do inimigo” (Sloterdijk, [2002] 2009, p. 14). Dito de outra forma, o desenvolvimento do controlo atmosférico é inseparável das pretensões militares, como atesta a afirmação de Benjamin Forman. Para além da instrumentalização das tecnologias acabadas de referir, o entendimento territorial do ar passou pelo estabelecimento da atmosfera enquanto limite habitável para os humanos, ou seja, como uma das fronteiras da chamada “zona crítica” (ZKM|Karlsruhe, 2020). Afinal, pensar em clima é pensar em geopolítica (Furuhata, 2022, p. 15).

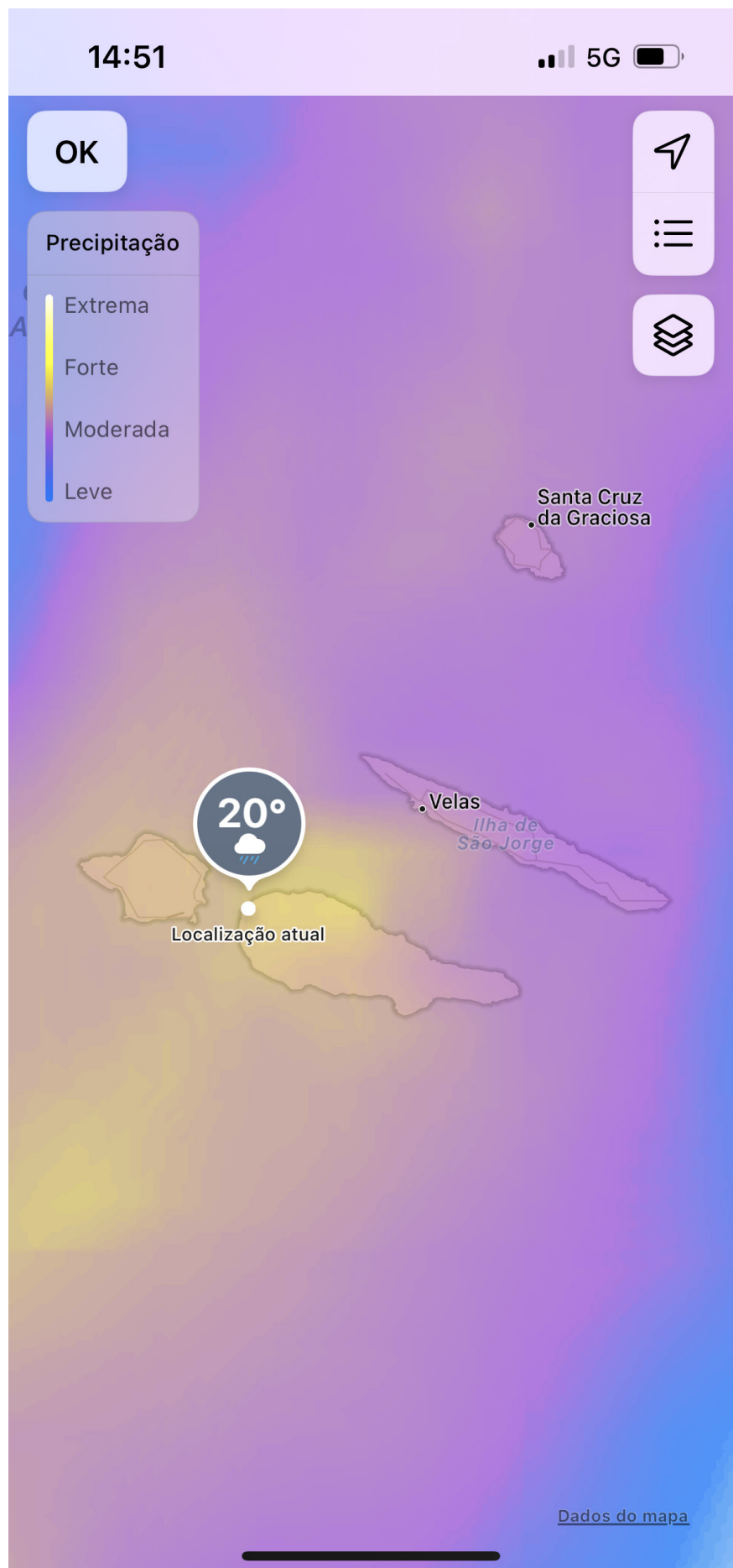


Fig. 5.10 - Captura de ecrã do telemóvel, aplicação “meteorologia”, Madalena, ilha do Pico, outubro de 2023.

À medida que a meteorologia se digitalizou e se aperfeiçoou, surgiu a necessidade de proteger e de criar microclimas para os computadores que desempenham a função de previsão do tempo (Furuhata, 2022). Intersectando a teoria de Simondon ([1958] 2012), “a génese do objeto técnico faz parte da sua essência” (p. 23). Resumidamente, o lançamento do Sputnik em 1957, o estabelecimento e o crescimento das redes de satélites, a criação de sensores e de supercomputadores e, mais recentemente, os centros de dados, foram acompanhados da construção de infraestruturas de comunicação e de energia. No hiato temporal correspondente, a meteorologia articulou-se à computação, sendo que a previsão do tempo passou da interpretação de sinais no céu para a leitura de mapas meteorológicos (Furuhata, 2022, p. 14). A antecipação do tempo está imbricada nas redes elétricas de energia e nos cabos de fibra ótica, temas a serem analisados nos dois primeiros capítulos da terceira parte da tese.

Atualmente, a previsão do tempo alicerça-se na materialização de salas de computadores permanentemente arrefecidas e protegidas do calor e humidade. As tecnologias de antecipação funcionam invariavelmente com recurso a mecanismos massivos de ar condicionado que, por sua vez, requerem um consumo de eletricidade igualmente tremendo. Por outras palavras, como Starosielski (2015) formulou, a operação dos média decorre de uma regulação térmica. Dentro da mesma linha de pensamento, Furuhata (2022) afirmou que “prever o futuro depende da climatização artificial” (p. 49).

Saber que tempo “vai fazer” hoje é uma experiência relativamente ordinária e generalizada: a previsão meteorológica tornou-se comum nas aplicações dos telemóveis [fig. 5.10]. Segundo Furuhata (2022, p. 50), essas aplicações ilustram o facto de que a atmosfera tem vindo a ser dividida em partes cada vez mais pequenas, mais individualizadas, o que contraria a lógica da conceção atmosférica enquanto contínua e indivisível. A esta luz, Furuhata (2022) afirma existir uma consonância cada vez mais solidarizada entre o modelo matemático de previsão e o que designa de “lógica territorial”. Nas suas palavras, “o aumento da divisão da atmosfera em microclimas participa no modo de controlo que opera através da projeção de um futuro calculado e projetado numericamente” (Furuhata, 2022, p. 51).

Em julho de 2023, o anticiclone dos Açores protegeu Portugal continental das temperaturas acima dos 40 graus, que assolavam grande parte da Europa (Barata, 2023). Este, a par dos exemplos mencionados anteriormente, remetem para a leitura das nuvens e as suas implicações materiais. Na verdade, aprender a ler as nuvens, enquanto exercício de reversibilidade, remonta a mais de dois séculos. A observação das nuvens a partir de cima, desafiadora da condição humana, foi ilustrada por Thomas Baldwin em 1786 [fig. 5.11]. Hoje, o lançamento de satélites e a exploração do espaço tornaram rotineira a observação de nuvens de “ambos os lados” (Peters, 2016, p. 260). Os satélites são as últimas torres – na realidade, as torres sempre foram usadas para decretos e proclamações (Peters, 2016, p. 234). No caso dos Açores, as nuvens estão ligadas à organização política e territorial do arquipélago desde o início do século XX. Desde então, compreender o território açoriano implica uma representação territorial da atmosfera.

De forma sucinta, o esforço para “explicar” o mar e a atmosfera evidencia o facto de vivermos num território mediado tecnologicamente. Nos termos formulados ao longo deste capítulo, o sentido sloterdijkiano de “explicação” atende ao empenho político-económico para manter e expandir o território. O trabalho de adivinhação do território faz-se, em termos práticos, através da “produção ativa e consciente do futuro” (Coccia, 2020a, p. 16). Nesta perspetiva, “[o] ar é também um fator medial e, como tal, nunca pode ser definido em termos de objeto” (Sloterdijk, [1998] 2011, p. 298). Segue-se, por isso, a análise das tecnoestruturas do mar oceano e do “mar de ar” (*Luftmeer*) – este último consistia no termo magnífico utilizado por Alexander von Humboldt para designar a atmosfera (Wulf, 2016, p. 237). Os capítulos *Vinculação do Marítimo* e *A Ilha Espacial* analisarão a territorialização do futuro. Espacializar o futuro pressupõe a delimitação do espaço-tempo, portanto, a aceção do porvir como objeto-esfera selado.

Fig. 5.11 - Desenho que integra a narrativa da excursão de balão de Thomas Baldwin, *Airopaidia*, 1786.



T. Baldwin Arm. del. et pinx.

Angus sculp.

A BALLOON PROSPECT from ABOVE the CLOUDS see page III

Published May 1st 1786, by T. Baldwin Chester.

6

VINCULAÇÃO DO MARITÓRIO



Fig. 6.1 - Piero della Francesca, *Flagellazione di Cristo*, c. 1444-1470. Galleria Nazionale delle Marche.

A imagem do *mundo acabado*

De Euclides a Diego Velázquez, passando por Filippo Brunelleschi, Masaccio, Piero Della Francesca [fig. 6.1], Leonardo da Vinci, Albrecht Dürer, foi-se consolidando a perspectiva adotada pela cultura dita ocidental. Estabeleceu-se o convênio extensamente partilhado que segue o olhar a partir de uma posição de frente; ao sairmos daí, perdemos a vista para o problema. Equivale ao sistema do panótico, o dispositivo a partir do qual se olha. Para todos os efeitos, o questionamento dos axiomas parece nítido à luz das circunstâncias em que algumas obras foram realizadas, nomeadamente a *Santíssima Trindade* de Masaccio (1427-1428), o *Desenhador a Fazer um Desenho em Perspetiva de uma Mulher Reclinada* de Dürer (ca. 1600) e até mesmo o *Black Square on a White Ground* (1915) de Malevich, referido no início do capítulo anterior. Todas fazem parte da condição humana intrínseca à sua produção, porém não deixam de sugerir representações alternativas.¹

Nas palavras de Berger ([1972] 2018), “[a] perspectiva faz do simples olho o centro do mundo visível” onde “não existe reciprocidade visual” (p. 27). A compreensão do novo regime de governação referido em *Geopolíticas Verticais* comporta uma mudança referencial – ainda assim, invariavelmente antropocêntrica. Em 1968, a vista da Terra a partir da missão Apollo 8 mudou a percepção de *nós próprios*:

¹ Em certa medida, análogas à mudança de ponto de vista na qual assenta o livro de ficção científica de Asimov ([1966] 1967), possibilitada pela redução microscópica de um submarino e da sua introdução num corpo humano.

[é] a partir deste Grande Exterior que a velha terra primordial passaria a ser conhecida, pesada e julgada. O que era apenas uma virtualidade tornou-se, tanto para os maiores como para os mais pequenos espíritos, um projeto entusiasmante: *conhecer é conhecer a partir do exterior*. (Latour, 2017, cap. 14)

Segundo Sloterdijk ([2005] 2008), a finitude do objeto em que vivemos já vinha sendo apreendida desde a “primeira globalização” ou “revolução líquida”, ao referir-se às “descobertas” marítimas. Esta teoria mereceu a crítica contundente de Furuhashi (2022), ao afirmar que consiste numa “narrativa sobre a modernidade descaradamente eurocêntrica, com o enquadramento colonial do colono” (p. 84). Reconhecendo a perspetiva essencialmente parcial do filósofo alemão, sublinha-se que a ideia da Terra como uma esfera antecedeu amplamente a captação da imagem que o comprovou. Foi o caso de uma das teorias desenvolvidas por Ptolomeu, nascido por volta do ano 100, que se interessava pela totalidade da Terra e pela sua disposição em relação ao universo. A obra *Geografia* (c. 150-170) continha descrições, instruções e coordenadas, inclusivamente do oceano. A interpretação dos escritos originou cartografias adotadas ao longo da Idade Média e no início do Renascimento, como por exemplo o denominado “Mapa-múndi de Ptolomeu”, de Johannes Schnitzer (1482). Ainda que as cartas náuticas nessa época consistissem numa apropriação intelectual do espaço marítimo (Vagnon, 2018), como a representação do Oceano Índico como um mar fechado, uma parte significativa permanece desconhecida atualmente. Além do mais, o Google Earth inaugurou a representação do oceano somente em 2009, com a inclusão da topografia subaquática (Johnson, 2009).

Entretanto, vivemos no “tempo do mundo acabado” (Valéry, [1945] 2014, p. 22) em que é tecnologicamente possível cumprir o “recenseamento uniforme de todos os pontos na superfície do globo” (Sloterdijk, [2005] 2008, p. 42). Ainda que a senda do mapeamento dos fundos marinhos esteja em curso – em meados de 2024, o projeto Seabed 2030 comunicou a conclusão de 26,1 % da área total – a água desafia qualquer tipo de representação. O capítulo precedente abordou algumas das evidências desta dificuldade, entre as quais as legais e jurídicas; para além disso, acrescenta-se a desconsideração das distâncias referentes ao meio marítimo, sendo muitas vezes reduzidas a “ligação” entre diferentes Estados.

Há mais de uma década, Virilio (2013) declarou que o momento do contacto romântico com o mar tinha terminado. Concomitantemente, apelou a um novo sistema de governação que substituísse a geopolítica obsoleta, mediante uma “metropolítica” que considerasse o “confronto permanente” e a “instantaneidade crónica” (Virilio, 2013, p. 9). O novo sistema passaria por uma identificação com a “dinâmica de fluidos” em detrimento da “mecânica do solo” (Virilio, 2013, p. 20). O mar enquanto “metáfora do conhecimento” (Roelens, 2018, p. 119) observa-se igualmente na teoria de Bachelard ([1942] 2019) e de Sloterdijk ([2005] 2008). Mais recentemente, o termo “onda” passou a estar enquadrado no contexto epidemiológico, remetendo para o aumento de casos de COVID-19.²

² Publicou-se um conjunto de artigos que serviu de base para este capítulo:

Rodrigues, I. V. (2021). Ocean – from mythical ‘space’ to urban territory. In C. P. Martins (Ed.), *Nas nuvens também nascem raízes / Even in clouds roots are born* (pp. 143–151). Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Norte.

https://www.academia.edu/60202846/Philosophy_Architecture_Nas_nuvens_também_crescem_ra%C3%ADzes_Even_in_clouds_roots_are_born

Rodrigues, I. V. (2021). The Ocean as a ‘Terrain Vague’ of the twenty-first century: The Azorean Sea case. In P. T. Pinto, A. Brandão, & S. S. Lopes (Eds.), *International Conference “Grand Projects: Urban legacies of the late 20th century”* (pp. 439–450). DINÂMIA’CET-Iscte. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/23862>

Rodrigues, I. V. (2021). The Ocean as a ‘Terrain Vague’ of the twenty-first century. Rebuilding new sea cartographies. The Azorean case. *Arquitextos*, 259(4).

<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.259/8339>

[artigo selecionado para integrar o *Preâmbulo* – uma colaboração entre a 13ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo e o Vitruvius].

Serviu de base para este e para *Das Leis Nascem Territórios*: Rodrigues, I. V. (2023). The Azorean archipelago: The invention of a political region. In S. Richards, R. Schmidt III, C. Sanliturk & F. Palaiologou (Eds.), *Region* (1ª ed., pp. 89–104). Routledge.

No prelo: Rodrigues, I. V. (2025). O mar dos Açores: a regulação de um território lúdico. CHAM – Centro de Humanidades, Universidade dos Açores.

O presente capítulo propõe a identificação da reinvenção geopolítica em curso, manifestada pela revisão dos limites de uma das “últimas fronteiras” definidas em *Geopolíticas Verticais*. As análises sobre o oceano delineiam uma partilha do comum distinta. A questão dos comuns remete para algo mais radical: a relação entre a *natureza* e a *carne*, ou seja, com a “Terra” (Miranda, 2005).



Fig. 6.2 - Francisco Goya, *Saturno devorando a su hijo*, 1819 - 1823. Museo del Prado, P000763.

Carne e terra, uma identificação material

De um modo geral, a cartografia representa o mar de uma forma simplificada. Os mapas são dominados pela cor azul, homogênea, quase sem “imperfeições” e sem “fundo” – à exceção dos mapas baseados em informação batimétrica. O branco exterior dos mapas, enquanto representação antiga do desconhecido e do assustador, pode ser hoje o azul dos oceanos, um azul *sem sentido*. O meio líquido continua a ser frequentemente percebido como um “outro” ambiente, um lugar *sem sujeito*, alheio às ações humanas. Consiste num fenómeno de aparente contraste, no seio do qual os seres humanos, de um ponto de vista genérico, não desenvolvem “relações cultas” com o meio marítimo e muito menos tentam “praticar uma identificação” (Sloterdijk, [2005] 2008, p. 164). Sob uma lente manifestamente ocidental, o mar é um “espaço de trânsito” (p. 164). No entanto, quando a fotografia do “corpo-Terra” (Sloterdijk, [2005] 2008) foi possível, apercebemo-nos de que afinal o “outro”, o azul, éramos nós. O azul *somos* nós.

De forma praticamente oposta, a relação dos seres humanos com o ambiente terrestre é dotada de imenso significado e conformação. A fatalidade da carne é intrínseca à da Terra. “A carne é de origem terrestre” (Miranda, 2005, p. 14), uma vez que o “*absoluto terrestre*” é “o absoluto que pertence à terra” (Molder, [2005] 2020, p. 48). Na aceção de Miranda (2005), “o corpo é uma forma de individuação da carne”, tal como “o sítio é uma forma de individuação da Terra” (p. 26). Referiu-se ao “abismo absoluto, o Tártaro” (Miranda, 2005, p. 21), como o cume do subsolo, numa aparente indiferenciação entre Terra e corpo. Didi-Huberman ([2011] 2016) também escreveu sobre os precipícios do “mundo visceral”, os indubitáveis “monstros” que dão origem ao ser humano (p. 25). A correspondência entre a dimensão figadal e o mar é, no entanto, menos comum. Para Baricco (1996), o mar era um “monstro abissal antropófago” (p. 6). A obra de Goya, *Saturno devorando o seu filho* [fig. 6.2] é aqui considerada como uma possível representação dessa antropofagia e, em certa medida, de uma comunhão material com o “corpo-Terra” (Sloterdijk, [2005] 2008). A pintura foi realizada na altura do regresso da monarquia absoluta a Espanha e da acentuação do envelhecimento de Goya, consubstanciando um processo de reconhecimento da obra com o seu contexto, numa provável exacerbação da angústia em relação ao futuro. O transtorno é evidente ao observar-se a ingestão voraz da mesma espécie, num processo drástico de continuidade da matéria.

Os monstros e os seres míticos representados em mapas e histórias fazem parte do imaginário marítimo. Nos séculos XV e XVI, as sereias açorianas eram comumente representadas com os cabelos ruivos, numa altura em que as vagas migratórias estariam na origem da presença de habitantes ruivos nas ilhas (Alexandra, 2002). Para além disso, o cabelo ruivo era “associado ao enxofre”, isto é, “às potências infernais” (Alexandra, 2002, p. 29), um simbolismo que estipula a terra como proveniência da matéria humana.

Na verdade, a própria expressão “terra” diz respeito à matéria-terra e ao planeta que habitamos (Miranda, 2005). Para além disso, a relação inerentemente contínua entre terra e corpo (humano) remete inclusivamente para o regime da propriedade privada (terrestre, em detrimento da marítima).

O oceano, um *terrain vague* do século XXI

Segundo Solà-Morales ([1995] 2002), *terrain vague* é uma expressão francesa cuja tradução numa só palavra é impraticável. Apoiando-se na análise etimológica do termo *vague*, o arquiteto espanhol sublinhou três implicações. Em primeiro lugar, *vague* assinala um espaço do possível, do encontro, cheio de sentido de expectativa e de promessa. Ainda dentro deste primeiro pressuposto, Solà-Morales ([1995] 2002) acentuou o poder evocativo do *terrain vague* dentro do meio urbano. A segunda implicação relaciona-se com a indeterminação e a incerteza, uma vez que a inexatidão se associa à percepção da ausência de limites e a um sentimento quase oceânico aliado à ideia de mobilidade e liberdade. Por fim, as raízes etimológicas oriundas do latim significam “vazio” ou “desocupado”, sendo que designam lugares aparentemente esquecidos ou externos, entendidos como alheios às estruturas produtivas. Com o intuito de abranger esta diversidade de significação, Solà-Morales ([1995] 2002) definiu o *terrain vague* como estranho e inabitável. A estranheza e ausência de sentido adjetivam igualmente o meio marítimo.

Posto isto, este capítulo considera o oceano como um *terrain vague* contemporâneo em termos da sua significação, cujo paralelismo advém sobretudo da consequência da formalização da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (s.d.), nos termos do n.º 4 do artigo 76.º da CNUDM. A plataforma continental:

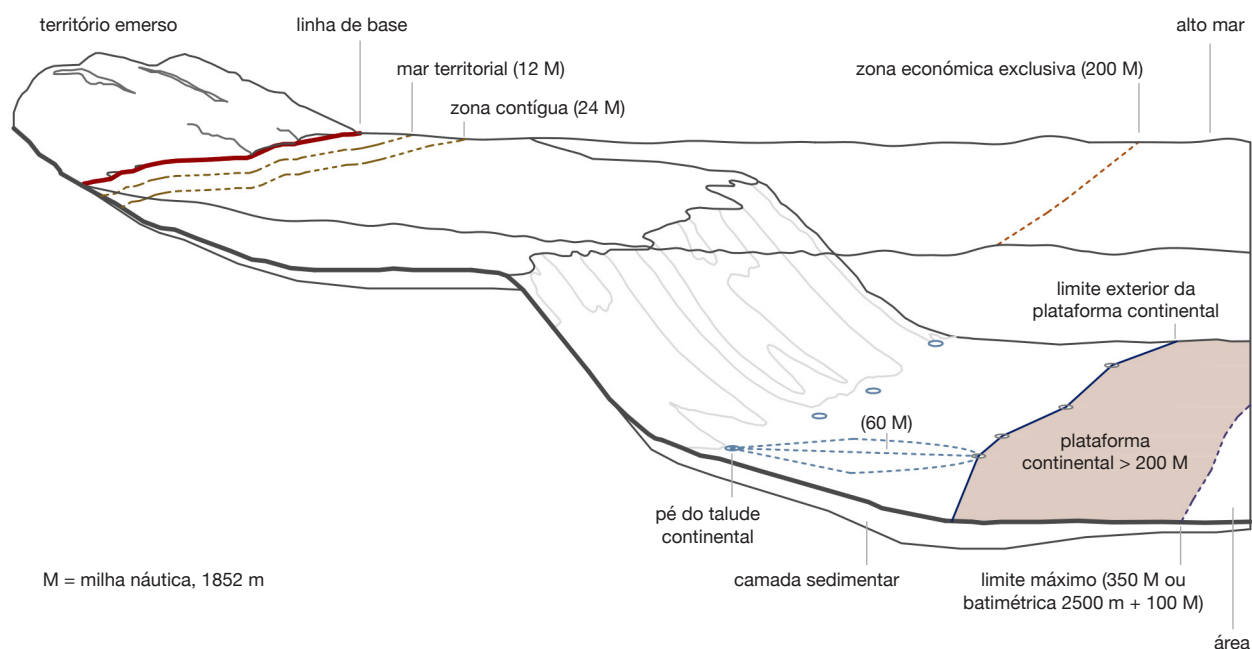


Fig. 6.3 - Critérios para a definição do limite exterior da plataforma continental (ou bordo exterior da margem continental) e para a Proposta de Extensão da Plataforma Continental.

compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do (...) mar territorial³, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base⁴ a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância. (Resolução n.º 60-B/97, 1997, art. 76.º, n.º 1)

Neste caso, os direitos do Estado costeiro incluem a exploração e extração de recursos naturais (minerais e seres vivos que existam no fundo do mar e no subsolo), a autorização de perfurações independentemente do fim e a construção de ilhas artificiais, instalações e estruturas sobre a plataforma continental⁵ (Governo da República Portuguesa, s.d.e; Jerónimo, 2009). Na realidade, em matéria do Direito Internacional, a plataforma continental⁶ interessa sobretudo “pelo seu valor económico de aproveitamento dos recursos naturais, como o petróleo e o gás natural”, em detrimento do “seu relevo geográfico, geológico ou geofísico” (Jerónimo, 2009, p. 18) [fig. 6.3]. Por seu lado, a zona económica exclusiva “é uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente” (Resolução n.º 60-B/97, 1997,

3 O mar territorial “abrange a porção de mar que contigualmente se situa à sua costa marítima” (Gouveia, [2003] 2017, pp. 611-612).

4 A linha de base dita “normal” que serve para medir a largura do mar territorial é “a linha da baixa-mar ao longo da costa, tal como indicada nas cartas marítimas de grande escala, reconhecidas oficialmente pelo Estado costeiro” (Resolução n.º 60-B/97, 1997, art. 5.º). A consideração da instabilidade da linha costeira resultou no estabelecimento das linhas de base retas, que compreendem regras adicionais de delimitação do mar territorial (Jerónimo, 2009, p. 14).

5 Em setembro de 1945, após a derrota militar do Japão, a administração norte-americana promulgou a Proclamação Truman, uma declaração unilateral que afirmava que todos os recursos localizados no fundo do mar da “plataforma continental” dos Estados Unidos passariam a pertencer exclusivamente ao país. Paralelamente, outra proclamação complementar ampliou a jurisdição dos Estados Unidos sobre a pesca em áreas de alto mar próximas à costa sempre que essas regiões fossem consideradas de interesse para os pescadores norte-americanos (Standing, 2023, p. 19). Para Standing (2023), estas proclamações marcaram a primeira reivindicação moderna de jurisdição exclusiva sobre recursos marinhos além do limite do mar territorial de um país (tradicionalmente estabelecido em doze milhas náuticas) e criaram um precedente de “poder imperial” (p. 19), embora apresentado como uma ação de conservação do oceano.

6 Genericamente, em termos estritamente morfológicos, nos Açores existe “um fundo com declive acentuado” em vez de “uma plataforma” (Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, 1985, p. 50). O conceito jurídico veio esbater esta precisão.

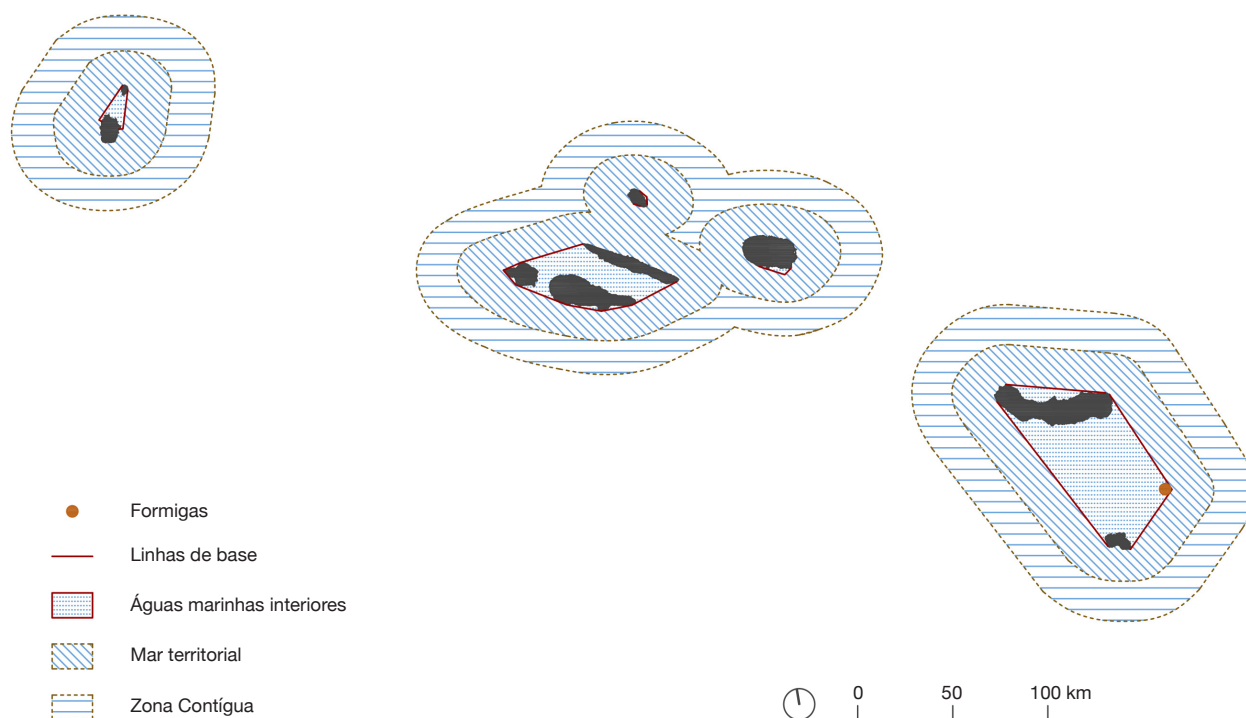
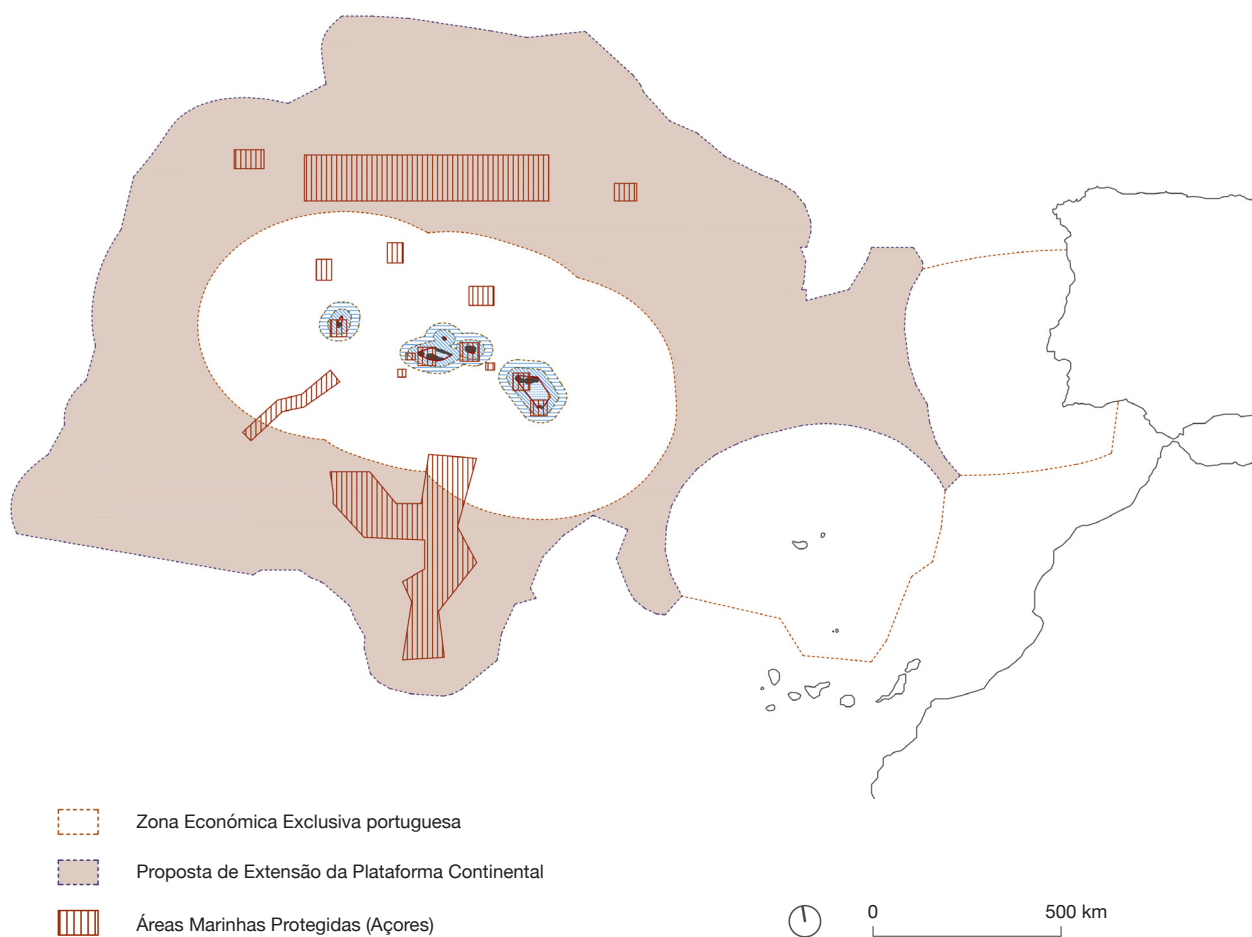


Fig. 6.4 - Proposta de Extensão da Plataforma Continental.

Fig. 6.5 - Algumas zonas marítimas do arquipélago dos Açores (águas marinhas interiores, mar territorial e Zona Contígua).

art. 55.º) e que inclui a zona contígua (Governo da República Portuguesa, s.d.e). Para além disso, “não se estenderá além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial”⁷ (Resolução n.º 60-B/97, 1997, art. 57.º). A ZEE portuguesa inclui três subáreas, sendo que a dos Açores é a maior, com 930 687 km²; seguida da subárea da Madeira, que abrange 442 248 km²; por fim, a do continente, com 287 521 km² (Governo da República Portuguesa, s.d.e) [fig. 6.4 e 6.5].

A soberania sobre a plataforma continental é exclusiva, isto é, salvo autorização, não é permitido o aproveitamento dos recursos por outros Estados. Sublinha-se que a ampliação da plataforma continental não implica a ampliação da zona económica exclusiva. Por conseguinte, a eventual aprovação do pedido de EPC não implicará o estabelecimento de uma maior área de pesca na coluna de água, tendo em conta que os direitos de soberania sobre a plataforma continental não incluem essa coluna conceptual (Governo da República Portuguesa, s.d.e; Vaz, 2019). Nos termos da CNUDM, os Estados costeiros podem “autorizar, construir e regular a construção de infraestruturas para aproveitamento dos recursos naturais, incluindo a possibilidade de instalação de ilhas artificiais” (Governo da República Portuguesa, s.d.e). Ressalva-se, todavia, que, conforme estipulado na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Resolução n.º 60-B/97, 1997): “as ilhas artificiais, instalações e estruturas não têm o estatuto jurídico de ilhas. Não têm mar territorial próprio e a sua presença não afeta a delimitação do mar territorial, da zona económica exclusiva ou da plataforma continental” (n.º 8, art. 60.º).

A aceção do oceano como um *terrain vague* inscreve-se numa perspetiva forçosamente limitada, afastada de um enquadramento razoavelmente amplo para poder ser genericamente vantajoso. Na mesma linha de pensamento, Mack ([2011] 2018, p. 39) argumentou que a visão de Fernand Braudel em relação ao Mediterrâneo enquanto espaço de trocas era sobretudo estática. A ideia abrangente da existência de uma constância marítima parece liminarmente refutada ao observar-se o caso particular do Atlântico Norte. Neste contexto, a noção de inexistência de conformação parece mais verosímil. Ora, o Mediterrâneo enquanto ilustração de um espaço delimitado e estável – logo, distinto dos outros mares – decorre de uma herança ocidental; no caso, da europeia. A referência frequentemente inconsciente, ainda que largamente partilhada, da cabotagem como método de navegação (Mack, [2011] 2018) perde consistência face ao contexto geográfico dos Açores.

O conjunto de ilhas situadas no imenso mar oceano não dispõe do mesmo entendimento relacional das ilhas continentais, numa espécie de desadequação da aplicação de coordenadas [fig. 6.6]. Efetivamente, a leitura europeia dos fenómenos perde a sua referência perante a sensação de vastidão marítima e de continuidade da água. As profundezas que rodeiam as ilhas podem ser associadas a um sentido avassalador. No entanto, essa sensação de vazio não era comum entre os marinheiros e os habitantes das ilhas do Pacífico (Mack, [2011] 2018)⁸, conforme referido no capítulo *Mitos e Imaginários Políticos*.

O conceito de *terrain vague* aplicado ao oceano é, por isso, indissociável de uma perspetiva crítica em relação à ideia de Estado. Neste sentido, pretende-se evidenciar a necessidade de ultrapassar o conceito de território cujo centro é o Estado e os seus limites territoriais terrestres, para um modelo que revela conexões, fluxos e redes. Em suma, uma alternativa aos “mosaicos dos Estados” (Brenner & Katsikis, 2014, p. 439). Conforme referido brevemente no capítulo *Das Leis Nascem Territórios*, Bourdieu (1993) definiu o espaço social reificado como um espaço fisicamente “realizado” ou objetivado, em que os diferentes tipos de bens, serviços e agentes (individuais e em grupo) são percecionados como localizáveis. Portanto, a lógica estatal remete para a ideia de uma população uniformizada dentro das suas fronteiras. Até agora, os territórios arquipelágicos, o dos Açores em particular, têm sido analisados

7 Uma das diferenças entre a ZEE e a PC reside precisamente no limite máximo de ambas: ao contrário da ZEE, a PC pode ver o seu limite exterior estendido, de acordo com o previsto no art. 76.º da CNUDM (Vaz, 2019, p. 31).

8 Acrescente-se que “[a] navegação de cabotagem, o método característico dos marinheiros europeus, tanto ao longo da costa atlântica como no Norte do Mediterrâneo no período pré-moderno, não se reveste de grande relevância num mar cravejado de ilhas, muitas fora do alcance da vista até mesmo entre si” (Mack, [2011] 2018, p. 104).

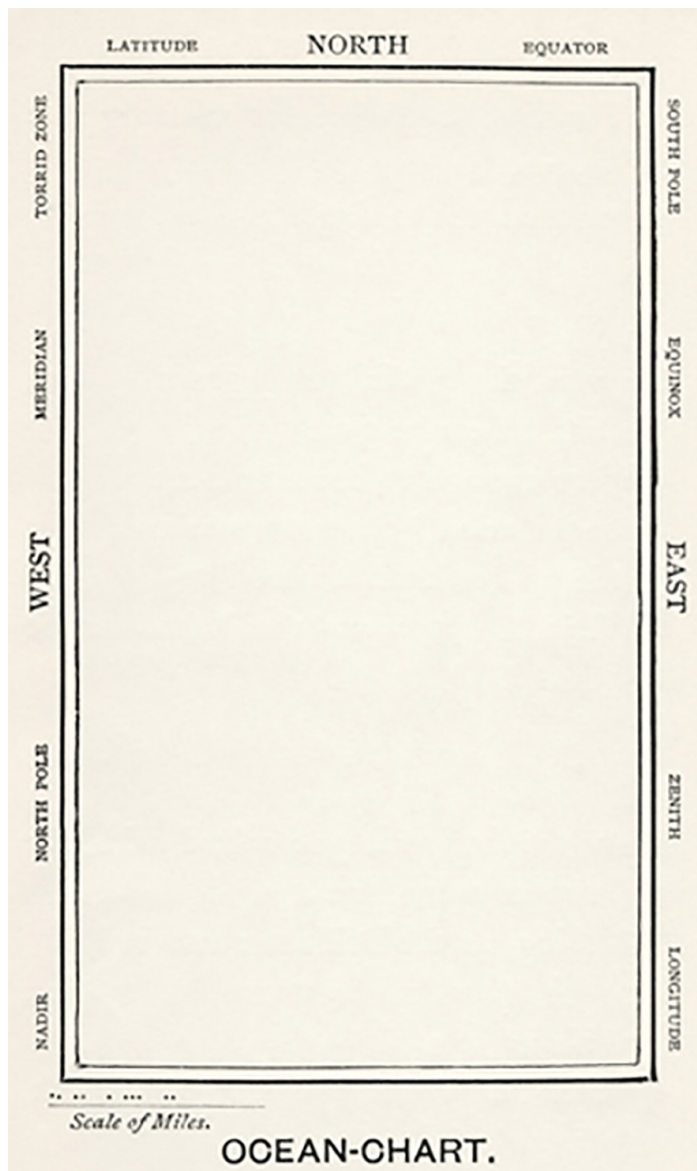


Fig. 6.6 - Henry Holiday, ilustração para *The Hunting of the Snark*, de Lewis Carroll, 1876.

*He had bought a large map representing the sea,
Without the least vestige of land:
And the crew were much pleased when they found it to be
A map they could all understand.*

(...)

*"Other maps are such shapes, with their islands and capes!
But we've got our brave Captain to thank:
(So the crew would protest) "that he's bought us the best--
A perfect and absolute blank!"*

*This was charming, no doubt; but they shortly found out
That the Captain they trusted so well
Had only one notion for crossing the ocean,
And that was to tingle his bell.*

In *Fit the Second, The Bellman's Speech*

numa lógica de reificação que remete os habitantes para um espaço social e físico específico.⁹ Os contrastes continente/arquipélago e “sociedade” continental/insular remetem para uma profunda distinção social objetivada em termos geográficos. Por outras palavras, corresponde a uma reificação que, transcrevendo a teoria de Bourdieu (1993), “tende a reproduzir-se nos espíritos e na linguagem sob a forma de oposições, constituindo um princípio de visão e de divisão, isto é, como categorias de percepção e de apreciação, ou de estruturas mentais” (p. 254). Assim sendo, a linguagem reproduz contradições sociais que, por sua vez, se traduzem em inscrições territoriais cujo entendimento é comumente partilhado; por essa razão, funciona como um dos instrumentos no processo de reificação dos Estados. Na realidade, o Estado e a sua inscrição territorial cumprem o objetivo mais operativo quando não se distinguem entre si, parecendo coincidir simbólica e materialmente (Bourdieu, 1997).

O conflito em torno da propriedade comum

Para os polinésios, o mar seria habitado por entidades espirituais, logo, repleto de sentido (Mack, [2011] 2018). Contudo, o aparecimento da cartografia de precisão alterou irreversivelmente a relação dos marinheiros com o mar (Mack, [2011] 2018). No caso do Pacífico, este acontecimento consistiu numa transformação da “experiência marítima” (Mack, [2011] 2018, p. 111) – o oceano passou de espaço pleno de significado para “um espaço vazio” (p. 112). O “efeito de tornar todos os mares iguais” (p. 112) foi consolidado com a utilização da bússola e do ferro na construção naval. Na perspetiva de Mack ([2011] 2018), a percepção do mar como vácuo resultou na obsolescência do conhecimento herdado dos marinheiros polinésios.

Corbin ([1988] 1990) escreveu sobre o fascínio pela beira-mar num contexto europeu, cujas primeiras evidências remetem para meados do século XVIII. À semelhança de Mack ([2011] 2018), Corbin ([1988] 1990) sustentou que a ambiguidade das ideias da antiguidade clássica sobre as qualidades poluentes e purificadoras dos mares reapareceu nas posições europeias. O historiador francês situou a instauração da mudança entre 1660 e 1675 com o advento da oceanografia em Inglaterra (Corbin, [1988] 1990, p. 26). Contudo, ainda que o conhecimento oceanográfico se tenha desenvolvido a partir desta época, o mar permaneceu como símbolo da vastidão e da disponibilidade; basicamente, como um “território do vazio” (p. 130). No caso francês, a abolição do Almirantado¹⁰ em 1791 e a declaração do peixe como *res nullius* podem ser compreendidos como parte do panorama político e administrativo responsável pelas transformações jurídicas referentes ao mar (p. 238). Nesta perspetiva, a supressão do direito de propriedade foi o motivo crucial para o ressurgimento do entendimento do oceano enquanto território acessível, como “o lugar da recolha legítima” (p. 247). Durante a mesma altura, apesar de as praias terem começado a acolher atividades de lazer e de contemplação, particularmente com a criação de portos, o poder evocativo da onda e a aparente infinitude temporal e espacial persistiram nas artes e na literatura. Posteriormente, decalcando da teoria de Standing (2023):

O século XIX também assistiu a mudanças estruturais transformadoras na indústria pesqueira. Em vez de enxames de pequenos barcos, grandes pescarias industriais assumiram o controlo à medida que a mecanização deu início à era dos arrastões a vapor. (...) Isto refletiu uma mudança para a pesca em águas distantes. Como consequência, mares que até então eram considerados “estados de natureza”, inacessíveis à maioria dos pescadores, tornaram-se zonas de conflito pelo acesso aos “recursos”. (p. 17)

9 Um dos exemplos recorrentes é a caracterização dos Açores como “região ultraperiférica”.

10 O Almirantado era uma instituição autónoma que supervisionava a marinha, o comércio naval e as questões marítimas. A sua abolição fez parte do processo de reorganização militar e administrativa subsequente à Revolução Francesa.

Anteriormente, no início do século XVII, o neerlandês Hugo Grotius publicou *Mare Liberum* como contestação à política de *mare clausum* preconizada por Portugal e Espanha (Vogler, 2000, p. 44). O documento esteve na base da lei internacional que estabeleceu o oceano como património comum da humanidade mediante a instituição do conceito de “alto mar”. O alto mar designa “todas as partes do mar não incluídas na zona económica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores de um Estado, nem nas águas arquipelágicas de um Estado arquipélago” (Resolução n.º 60-B/97, 1997, art. 86.º). As disposições legais determinam que qualquer reivindicação de soberania sobre o alto mar é ilegítima (Resolução n.º 60-B/97, 1997, art. 89.º). A “liberdade do alto mar” não é irrestrita nem incondicional (Jerónimo, 2009); a título de exemplo, os navios devem submeter-se à jurisdição exclusiva do respetivo Estado de bandeira (Resolução n.º 60-B/97, 1997, art. 90.º).

Conforme assinalou Mansfield (2007), os anos 50 do século XX marcaram o início de um processo que resultou na extensão da jurisdição político-económica dos Estados individuais, de três para duzentas milhas náuticas da costa. A articulação entre modos coletivos e individuais de propriedade privada iniciou-se com a regulação das pescas, como ilustram as disposições promovidas em 1956 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre a publicação “A Economia das Pescas” (Mansfield, 2007, p. 64). Adicionalmente, as “Guerras do Bacalhau” (1958-1976) entre o Reino Unido e a Islândia contribuíram significativamente para a aceitação generalizada do conceito de soberania nacional sobre uma Zona Económica Exclusiva (ZEE), abrangendo até 200 milhas náuticas a partir da linha costeira (Standing, 2023, p. 21).

Praticamente três décadas mais tarde, em 1982, a CNUDM¹¹ determinou a extensão das jurisdições dos Estados costeiros, numa redução significativa do espaço internacional da “área” ou “zona”, ou seja, de um espaço que não se submete a qualquer soberania territorial (Guedes, 1989, pp. 163-164).¹² Também conhecida por “fundos marinhos internacionais”, a “área” é o “espaço internacional de maior relevo” (Jerónimo, 2009, p. 33) e compreende “o solo e o subsolo *grosso modo* subjacentes ao alto mar e que são o prolongamento da plataforma continental” (Gouveia, [2003] 2017, p. 644). Mais concretamente, os limites da “área” não coincidem com os do alto mar (Jerónimo, 2009). Dito de outra forma, o alto mar começa onde acaba a zona económica exclusiva dos Estados, enquanto a área é circunscrita pelos limites exteriores das plataformas continentais (Jerónimo, 2009). A forma de acesso limitado estabelecida na CNUDM “parece contradizer diretamente as abordagens neoliberais dos mercados e dos Estados, na medida em que o cerco político representa uma expansão, e não uma limitação, do controlo e da governação do Estado” (Mansfield, 2007, p. 66). No entendimento de Standing (2023), a CNUDM “pode ser descrita como o maior ato isolado de confinamento na história do mundo, abrangendo cerca de um terço dos oceanos” (p. 21). Portanto, a instituição de uma nova forma de direito de propriedade passou a incluir no território estatal o que antes era entendido como “comuns” (Vogler, 2000). Na redistribuição de espaços marítimos, a Austrália e a Rússia foram amplamente beneficiadas pelas suas costas extensas, assim como os países compostos por grandes arquipélagos, como a Indonésia e o Japão. Também os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha ampliaram significativamente as suas áreas marítimas exclusivas, aproveitando-se de territórios coloniais distantes das fronteiras continentais para a exploração e proveito económico (Standing, 2023, pp. 22-23).

Atualmente, a operação de confinamento e inclusão por parte dos Estados prossegue. Na perspetiva de Mansfield (2007), “[a]o incluir os oceanos como território nacional, a jurisdição alargada é o primeiro passo para uma maior devolução dos direitos de propriedade aos indivíduos” (p. 66). Posto isto, a consolidação da propriedade estatal enquanto “uma forma de acesso aberto” (Mansfield, 2007, p. 66) surge como o movimento contrário ao identificado por Corbin ([1988] 1990).

No início do século XXI, Steinberg (2001) argumentou que o mar, tal como os Estados, foi construído ao longo do tempo. Alertou para a convenção profundamente enraizada nas teorias sociais de que os limites das “sociedades” coincidem com os definidos pelos Estados (Steinberg, 2001, p. 23)

11 Também conhecida como a Convenção de Montego Bay (Guedes, 1989).

12 Todos os direitos sobre os recursos da área (inalienáveis) pertencem à humanidade e estão entregues à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, uma organização criada para o efeito (Gouveia [2003] 2017, p. 646; Jerónimo, 2009, p. 34).

– um pressuposto que relega o oceano para o segundo plano, no qual a “sociedade” não se estabelece. Esta reflexão intersecta o destaque da submissão da época contemporânea à sua vertente “terraneo-conservadora” (Sloterdijk, [2005] 2008, p. 50), sublinhada na introdução desta tese. Além do mais, a ilusão da inexistência de “sociedades” em ambientes marítimos contribui para o entendimento do oceano como um *terrain vague*. A palavra francesa *terrain*¹³ concerne uma extensão de “terra” e a sua condição expectante (Solà-Morales, [1995] 2002, pp. 186-187). Recorde-se que, à luz das definições jurídicas, o mar é considerado como um território (Gouveia, [2003] 2017; Perez, Coelho & Rodrigues, 2017; Treves, 2011). Ora, a base legal instituída para o *terrain* parece confrontar um ambiente que é, na sua essência, intrinsecamente líquido. Ao ser acrescido da palavra *vague*, a expressão pode ser particularmente interpretada como “sem sentido”. Nesta aceção do “*terrain vague*”, o oceano é um domínio pronto a ser conquistado e “preenchido de sentido”. Não obstante, não significa que seja desprovido de “funções”. O mar já “funciona” e, à semelhança do meio terrestre, o espaço oceânico continua a ser instrumentalizado de forma radical: como meio de transporte, como esgoto, como campo de batalha, como extração de recursos, como espaço de territorialização dos Estados.

Retomando o raciocínio de Mansfield (2007), ultimamente tem-se assistido a uma “mudança significativa em relação à liberdade dos mares” (p. 63). Num sentido contrário a grande parte das narrativas, a atenção sobre “os comuns” está no centro da privatização dos oceanos, sendo que os Estados são fundamentais para a trajetória marcadamente neoliberal (Mansfield, 2007, p. 64). A incoerência exposta pela geógrafa é essencial para o entendimento do oceano como um *terrain vague*: ainda que consista num meio presumivelmente comum, é disputado e delimitado através de estratégias jurídico-legais.

A questão da governação marítima é extraordinariamente importante. Atualmente, cerca de 90 % das atividades piscatórias ocorrem dentro das ZEE e carecem de pagamento, favorecendo sobretudo a pesca industrial, que consegue comportar os custos das licenças (Standing, p. 23). De modo complementar, o estabelecimento da ZEE formalizou o conceito de pesca INN (ilegal, não declarada e não regulamentada) referente às práticas realizadas sem o pagamento ou autorização necessárias (Standing, p. 23). Consequentemente, marginaliza-se a pesca artesanal de pequena escala. No âmbito europeu, uma das questões mais controversas do Brexit concerne precisamente o domínio marítimo e as pescas que lhe estão associadas (Voce et al., 2020). Paralelamente, numa altura em que Portugal aguarda o resultado da apresentação do seu pedido de EPC portuguesa – formalizado em 2009 e retificado em 2017 (Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, s.d.; Governo da República Portuguesa, s.d.e) – a análise das tensões e dos debates sobre a governação na RAA importa para a própria redefinição da soberania e da jurisdição. Neste cenário, emergem e dissolvem-se constelações de interesses, imiscuindo-se no processo de formação dos Estados. A rejeição do oceano enquanto *terrain vague* permite contrapor interpretações reificadoras dos Estados e zonas continentais. Perante esta conjuntura, as escalas e as extensões das novas alianças geopolíticas afastam-se definitivamente de qualquer conceção unicamente terrestre de territorialidade. Os modos de governação do mar oscilam entre o entendimento enquanto um território comum e a reivindicação (estatal ou privada) no plano territorial.

Mar como constituição territorial: maritório

Gugger e Costa (2014) sustentaram que “toda a arquitetura coloniza o espaço para a apropriação humana, decretando uma fronteira de dominação definida contra um pano de fundo de deserto e caos – noutras palavras, a dita *natureza* (ou seja, o resto excluído do interior arquitetónico)” (p. 32). No fundo, corresponde a “um ideal antropocêntrico mistificado” (Gugger & Costa, 2014, p. 33). Sloterdijk ([1998]

13 Solà-Morales ([1995] 2002, pp. 186-187) asseverou que a palavra em francês (“*terrain*”) tem uma conotação mais urbana do que a tradução inglesa (“*land*”).



Fig. 6.7 - Haus-Rucker-Co, *Stück Natur (Piece of Nature)*, 1973. MoMA, 381.2009.

2011) aprofundou esta teoria, ao afirmar que “os humanos nunca viveram uma relação direta com a ‘natureza’” e que “florescem apenas na estufa da sua atmosfera autógena”, dependendo de “humores divididos e de suposições partilhadas” (p. 46). Neste sentido, a “natureza” está longe de ser uma base passiva para as atividades humanas; é, portanto, “produzida, composta e mutável” (Ghosn & Jazairy, 2019, p. 215).

Contudo, o referencial antropocêntrico está na base da percepção de que o que se faz de forma natural corresponde ao que se faz sem os humanos (Rosset, 1973). Essencialmente, a natureza é comumente “entendida como instância absoluta de legitimação da razão das coisas”, ou seja, “*de todas as coisas visíveis e invisíveis*” (Domingues, 2021, p. 27). No seguimento da mesma linha de pensamento, “natureza” e “urbano” fazem parte do leque de termos recorrentemente inseridos em caixas cartesianas conceptuais, por via da ideia antagónica suscitada na relação entre ambos. No entanto, como se tem vindo a enfatizar ao longo da tese, a sua confluência é evidente, pelo que a expressão aglutinadora “natureza-urbana” (Gugger & Costa, 2014) parece mais oportuna. O termo “natureza” tem vindo a ser reproduzido nos discursos e políticas contemporâneos numa espécie de ritual nostálgico que visa disseminar uma ideia sacralizada do “natural”. Por conseguinte, a intersecção com o “urbano” destabiliza a noção de presença de um meio imaculado. No capítulo *Natureza Depois da Natureza* explorou-se a desmistificação da “natureza” através do exemplo da criação de paisagens produtivas de vacas.

Efetivamente, há mais de cinquenta anos, Lefebvre (1970) realçou que o urbano se impunha à escala mundial, anunciando a “era urbana” como um domínio novo, desconhecido e pouco considerado. No enquadramento desta nova condição, o que anteriormente era entendido como absoluto passaria a ser relativizado: “a razão, a história, o Estado e o ‘homem’”¹⁴ (Lefebvre, 1970, p. 52). No seguimento da teoria do filósofo e sociólogo francês, Brenner (2014a) sublinhou que as ideologias urbanas e as consequentes “visualizações” persistem, nomeadamente nos discursos administrativos, no planeamento

14 No sentido mais amplo e atual, leia-se “humano” no lugar de “homem”.

e na cultura. Hoje, as fantasias sobre o mar oceano dão lugar a novas políticas e representações. Um dos assuntos vigentes é o ordenamento do território marítimo, na concentração da análise no espaço das redes e no contexto geopolítico. Face a este panorama, Couling (2015) enquadró o conceito de “território oceânico” como resultado da reciprocidade entre o espaço marítimo e os processos de urbanização.

No fundo, o urbano permeia os lugares a um nível planetário: estes perderam o “atrito” de outrora e as geografias da urbanização “explodiram” os limites da cidade, da metrópole, da região e do território. Nas palavras de Brenner (2014a), consiste na “generalização da urbanização capitalista como um processo de ‘implosão-explosão’”, evidenciando “as ligações mutuamente recursivas entre formas capitalistas de aglomeração e transformações mais amplas de território, paisagem e meio ambiente” (p. 17). Neste contexto, a história dos mares tem contribuído, de modo essencial, para o projeto contemporâneo que assenta na compreensão dos mecanismos de globalização. O turismo, de que se falará adiante, é uma força económica global, sendo que a experiência marítima do lazer programado consiste no antídoto para a logística da época áurea das viagens aéreas. Atualmente, o “meio marítimo” é fundamental na divulgação publicitária do arquipélago, como demonstra o vídeo “Açores – um Mar de Emoções”, de 2019 (Visit Azores, s.d.). Adicionalmente, a esperança no “Futuro Azul” assenta, em larga medida, na exploração do território marítimo dos arquipélagos. Neste enquadramento, as atividades turísticas integram o prenúncio de uma economia assente sobre um pano de fundo com materialidades mais fluidas. O turismo nos Açores é paradigmático no princípio da existência de uma “natureza” *ainda* intocada pelos humanos. Ora, o discurso em torno das características inerentemente “naturais” pressupõe uma panóplia de instrumentos ditos “artificiais” para que a “natureza”, tal como é apreendida, se mantenha. De facto, o turismo não é alheio a esta operação de regulação territorial, aliás, abrange atividades altamente implicadas na construção da onnipresença da artificialidade da paisagem.

Efetivamente, as políticas atuais da RAA parecem alicerçar-se, de um modo transversal, num discurso que separa a “natureza” do “ser humano”. As “atividades na natureza” (Governo Regional dos Açores, s.d.b), conforme são referidas, pressupõem a dita “natureza” como uma entidade que *nos* é externa. A difusão deste conceito abrangente é primordial na reprodução da narrativa, cuja amplitude permite incluir os entendimentos e significados mais diversos e, ainda, estabelecer uma dissociação do território açoriano do seu processo urbano. Fundamentalmente, serve para reforçar a putativa “pureza” do arquipélago. Tal como afirmou Rosset (1973), “a eficácia do conceito de natureza é, portanto, compatível com sua imprecisão, o que contribui para torná-lo invulnerável. A ideia de natureza é invencível porque é vaga” (p. 21). Paradoxalmente, a intervenção humana é necessária a esta instrumentalização do conceito, ou seja, à sua operacionalização com vista à associação a algo íntegro e disponível (no caso, preparado para ser experienciado por turistas). Afinal, a conservação do que “nos envolve” é também uma atividade de profunda mediação humana (Gugger & Costa, 2014) [fig. 6.7].

Neste contexto, o planeamento territorial é entendido como uma manifestação dessa ação concertada. Consequentemente, o planeamento do espaço marítimo evidencia-se como um instrumento suscetível de legitimar reivindicações territoriais, encerrando em si mesmo uma ferramenta determinante num panorama político e espacial em mudança. O oceano é um domínio fértil por implicar novos enquadramentos para a teoria da geografia, da arquitetura e do urbanismo. A expressão “espaço oceânico” comporta a ênfase dos “paralelos entre os meios aquático e terrestre” (Steinberg, 2001, p. 10). Paralelamente, a consideração do espaço através de uma ontologia “líquida” remete para uma conceção oceânica indisputavelmente voluminosa e vertical (Peters & Steinberg, 2014). Virilio (2013) defendeu que “as questões relacionadas com a hidrologia e a meteorologia são de natureza diferente das relacionadas com a estática e resistência dos materiais. Deixamos os sólidos para entrar no estado líquido e gasoso” (p. 21). Nesse caso, sob a lente do esforço contemporâneo de ordenação do espaço, o meio “líquido” evidencia a fluidez da sua matéria (Avanessian, Boschmann & Sarkisov, 2021). Não obstante, a ideia de dinâmica associada aos fluxos e à mobilidade revela-se incompatível face aos

instrumentos de ordenamento convencionais. O desaparecimento do voo MH370 da Malaysia Airlines, em 2014, ilustra as “jurisdições mutáveis e soberanias móveis do mundo oceânico” (Bremner, 2015, p. 23), exacerbadas pela vertente de “vórtice líquido” impenetrável (Bremner, 2015) que “obscurece os objetos no seu interior” (Peters & Steinberg, 2014, p. 127). De facto, o mar continua a ser “um espaço extremamente difícil para impor regimes de governança ou fazer cumprir regulamentações” (Sammler, 2018, p. 19). A procura da configuração das geografias marítimas realça a dificuldade do pressuposto de que cada coisa deve estar no seu sítio, “como reza nas cartilhas sobre a boa organização do território, seja lá o que isso for” (Domingues, 2021, p. 65). Efetivamente, o imaginário do modelo territorial constrói-se, em larga medida, com base na demarcação, que continua a moldar o mapa-mundo. A própria legislação funciona deste modo, através de categorias – e assim se cria um aparato de designação e de legitimação.

As estruturas político-económicas conduzem à implementação de usos, regulações e representações específicas, sendo que o oceano não é exceção. Este processo produz outro espaço, tanto em termos materiais como discursivos, e que é mantido através de instituições reguladoras (Steinberg 2001, p. 21). Tendo em conta que “o espaço resulta sempre e que não preexiste, tal como o território” (Paquot, 2010, p. 14), o espaço oceânico é igualmente produzido.

No contexto português, a consolidação da investigação hesitante na abordagem de “outras” geografias tem sido desafiada por alguns trabalhos que vão surgindo sobre a relação entre o mar e a arquitetura, como é o caso de Figueira (2020) e Tavares e Souza (2022). Espera-se que a presente tese possa consistir em mais um contributo para a conformação desta perspetiva. Na verdade, ao longo dos últimos anos, tem-se assistido ao reforço simbólico e institucional sobre a importância do mar¹⁵ e, nesse âmbito específico, sobre a relevância da RAA. O discurso político tem dado uma ênfase particular à posição geoestratégica do arquipélago¹⁶, como atesta o documento que estabelece a *Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030* (Silva, 2020). Intersectando a teoria de Lima (2016), “as dinâmicas do potencial estratégico” podem “fazer do Atlântico um oceano político” (p. 18). Basicamente, “as oportunidades estão aí, no mar” (Cunha, 2011, p. 129). O lema transversal é facilmente reconhecível: a “economia azul” (Economia Azul, s.d.; Silva, 2020), as “carreiras e investimentos azuis” (Economia Azul, s.d.), o “turismo azul” (Economia Azul, s.d.), a “geração azul” (Fundação Oceano Azul, s.d.) e até o “empreendedorismo azul” (Governo da República Portuguesa, s.d.a), como se o “azul” tivesse um efeito revigorante, pacífico e higienizante em relação a qualquer substantivo que o preceda. Nesta proposição, o “azul” desempenha um papel político, muito semelhante ao “verde”. Este último, quando aplicado em discursos e regulamentos, parece automaticamente garantir um imperativo ecológico e moral. Face ao aquecimento global sobejamente admitido¹⁷, o “azul” e o “verde” relacionam-se numa espécie de efeito redentor.

As alterações climáticas e a quantidade absurda de plástico nos mares ilustram temas que desencadeiam a troca de informação entre várias áreas do conhecimento. No entanto, as preocupações ambientais, por si só, não libertam a compreensão dos mares da dimensão herdada do período romântico. Roelens (2018) referiu que os naufrágios e afogamentos no Mediterrâneo converteram o imaginário mítico numa realidade assustadora e sem redenção, simbolizada pelas fotografias do menino sírio Aylan Kurdi. Segundo a autora, o mar representa uma dualidade simultaneamente brutal e metafórica ao combinar o imaginário dos “corpos falhados” e o da “epifania” (Roelens, 2018, p. 132), concluindo que a costa é um lugar de violações éticas.

15 O tema da EXPO 98, “Os oceanos: património para o futuro”, consistiu numa declaração política sobre a relevância do mar, em particular no panorama português.

16 Em Portugal, a oceanografia foi identificada como uma opção estratégica imperativa no final dos anos 60 do século passado (Rollo, Queiroz & Brandão, 2014, p. 855).

17 Sublinha-se a preservação de exceções a este entendimento partilhado, que parecem inscrever-se num movimento regressivo, particularmente evidente em 2024. As nomeações para os cargos da nova administração que Donald Trump divulgou ao longo de novembro de 2024 permitem antecipar a intensificação da negação das alterações climáticas e o agravamento das consequências que daí resultarão.

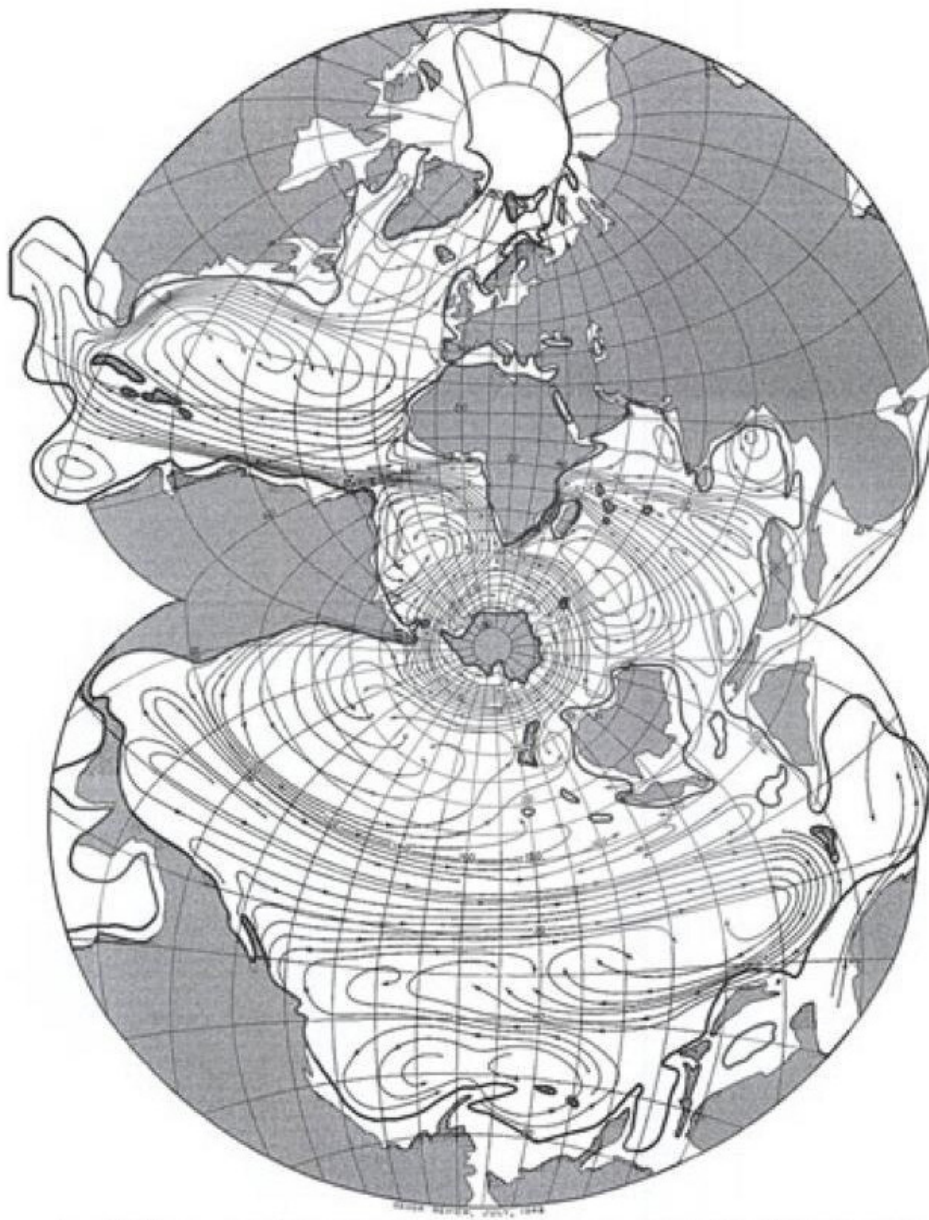


Fig. 6.8 - Projeção de Athelstan Frederick Spilhaus que representa a ligação das massas de água do oceano, 1942.

O desenho do meio líquido, ou seja, o esforço para torná-lo legível e, consequentemente, para reivindicá-lo como parte integrante de uma constituição territorial, faz-se com instrumentos semelhantes aos da vinculação terrestre. *O mar é a nossa terra* (Figueira, 2020) descreve uma espécie desadequação produtiva. De facto, os termos “território” e “territorialidade” usados em referência ao mar dão conta de que não existe linguisticamente um termo para descrever uma porção de mar. No entanto, da admissão de que as características que conformam um determinado território não se limitam à terra, – de resto, o domínio jurídico partilha este entendimento, ainda que com algumas fragilidades sublinhadas no capítulo anterior, – resulta que o mar é território. No exercício de aglutinação dos dois termos surge a expressão “maritório”¹⁸, que talvez seja mais fidedigna para contrariar a dificuldade da identificação humana perante a imensidão da água [fig. 6.8].

¹⁸ Durante a elaboração da tese, as únicas referências ao termo “maritório” foram encontradas em Júnior et al. (2012) e Bachmann-Vargas e van Koppen (2020). Se, por um lado, no último documento, a expressão não mereceu o devido enquadramento, por outro, no primeiro, “maritório” designa “um espaço de interface entre mar e terra” (Júnior et al., 2012, p. 259). Colocado nesses termos, “maritório” não se distingue substancialmente de “mar territorial”. Neste capítulo, a expressão remete para um duplo significado: por um lado, para sublinhar a qualidade física e material de uma porção de território *que não é terra*; por outro, para sugerir que o mar pode corresponder, efetivamente, a uma parcela territorial.

Mar dos Açores como produto turístico

Sob a lente da regulação das atividades turísticas e de lazer no Mar dos Açores, convoca-se o conceito de “territorialidade terráquea”¹⁹, transferido da teoria de Campling e Colás (2017), que visa albergar na mesma expressão a noção de território enquanto relação, um devir de materialidades que se confundem. Na realidade, o arquipélago tem vindo a registar um aumento exponencial do turismo, cujo motor foi a chegada das companhias aéreas *low-cost* em março de 2015 (Coutinho, 2023; Lusa, 2015). Nos últimos tempos, o certificado de “turismo sustentável” reforçou a relevância das ilhas açorianas como destino turístico (Paiva, 2019). Em 2023 e 2024, o arquipélago recebeu o reconhecimento de “Melhor Destino Turístico de Aventura do Mundo” (RTP Açores, 2024c). De facto, a divulgação da marca “Açores”, a par do seu reconhecimento nacional e internacional, são fenómenos relativamente recentes e que têm vindo a ser estendidos ao oceano, como é o exemplo da criação do “museu subaquático” (Lusa, 2016; Marques, 2020).

Na senda da turistificação do mar, como se cria a imagem do território lúdico? Esta aceção remete para uma noção de dupla mobilidade: por um lado, para a que diz respeito ao “meio líquido” em questão; por outro, para a movimentação subentendida no próprio conceito de atividade lúdica. Os Parques Arqueológicos Subaquáticos são um exemplo cujo produto pressupõe uma definição espacial das práticas turísticas, funcionando à semelhança de expedições científicas. A ideia de que as “reservas” poderão proteger a natureza do impacto das atividades humanas remete para a perspetiva de que os humanos são “um distúrbio que ‘contamina’ a estabilidade e o equilíbrio da natureza” (Bade, 2018, p. 101). A estipulação do confinamento dos lugares marítimos dá lugar às reservas arqueológicas consistindo, portanto, numa “versão higienizada, domesticada e, em geral, mais amigável para o ser humano” (Gugger & Costa, 2014, p. 33). De acordo com Corbin ([1988] 1990), se antigamente o oceano era concebido como “instrumento de punição”, atualmente revela uma configuração “como a relíquia do desastre” (p. 12). Neste contexto, os Parques Arqueológicos Subaquáticos são entendidos como evidência da conceção do oceano enquanto cenário de infortúnios – porém, com uma inequívoca finalidade turística e económica.

A compatibilização das atividades turísticas dentro do planeamento territorial e marítimo permite aferir questões de disputa e de conflito. A intersecção entre os enquadramentos territoriais e as respetivas cartografias permite equacionar a pertinência das problemáticas, com o intuito de transpor a “mera sobreposição que normalmente se utiliza quando, de forma rígida, se cruza cartografia demasiado formatada na origem segundo os objetivos a que se destina” (Portas, Domingues & Cabral, 2011, p. 158). Acrescente-se que “[a] lógica territorial não se produz por somatório simples de camadas sectoriais” (Portas, Domingues & Cabral, 2011, p. 158), implica, pois, a análise da multiescalaridade, manifestada através da relação entre os “macrossistemas”, as “microssituações” e respetivos processos (Portas, Domingues & Cabral, 2011). Este exercício permite estabelecer lógicas associadas ao ordenamento territorial a vários níveis: local, municipal, regional, nacional e global (Portas, Domingues & Cabral, 2011).

Na medida em que possibilitam negociações, os planos de ordenamento do oceano parecem caber nas “tecnologias políticas e espaciais” de Elden (2019a). Em última instância, a Terra é uma mercadoria e nenhuma parte escapa à lógica de mercantilização (Ghosn & Jazairy, 2019, p. 13), tal como demonstra a missão que procura “espacializar a economia do mar”, uma vez que o sector lúdico requer, efetivamente, a “instalação de atividades económicas que exigem fixação no espaço” (Governo da República Portuguesa, s.d.c). No sentido de especificar o sentido de espacialização económica do mar, destaca-se a seguinte afirmação: “[o] desenvolvimento da economia do mar pressupõe a ocupação de espaço marítimo. O Plano de Situação é o instrumento operacional que vem promover o ordenamento das atividades humanas que requerem reserva de espaço” (Governo Regional dos Açores, s.d.c). A referida “reserva de espaço” remete, inerentemente, para uma diferenciação espacial.

19 Num propósito similar, Brito (1999) referiu uma “relação terráquea” (p. 156).

A esta luz, as operações de enclausuramento no mar servem para a “acumulação de capital e para noções de segurança e soberania” (Khalili, 2017, p. 51). Para além disso, este tipo de confinamento constitui um dos “exemplos mais óbvios da projeção de um Estado e do seu poder” (Khalili, 2017, p. 53).

No processo de demarcação de uma zona lúdica, as formas de lazer são determinadas pelas regras e mecanismos reguladores. A “zona cinzenta” ou neutra de outrora é submetida a métodos de exploração que possibilitam simultaneamente o controlo e a rentabilidade. Se, por um lado, a questão da monitorização e subsequente contributo científico é inegável, por outro, o enquadramento rentável dos recursos é suscetível de crítica. Ora, o marítimo caracteriza-se igualmente pela acumulação: tanto de capital, como de matéria passível de se tornar recurso. Os mares continuam a ser, segundo Zyman (2017), “espaços de contradições, reformulações e de tensões em curso” (p. 29). A certificação das atividades turísticas marítimas revela-se imprescindível na conjuntura atual:

[...] a área do turismo, da náutica e desportos associados, cria pressões várias sobre os ecossistemas, habitats e espécies marinhas, bem como sobre o património náutico e subaquático, devendo a carga turística das diferentes zonas, especialmente as mais sensíveis, ser equilibrada. Importa, assim, assegurar a sustentabilidade do turismo, garantindo o funcionamento deste importante sector da economia. (Governo da República Portuguesa, s.d.b)

Efetivamente, “é sobretudo no seu valor de uso que uma mercadoria se torna num símbolo” (Coccia, [2013] 2018, p. 36) e o Mar dos Açores parece consubstanciar-se num símbolo de um produto turístico. Ou seja, a marca “Açores” chegou ao mar. No âmbito da divulgação turística do arquipélago, a campanha publicitária parece funcionar como um discurso absoluto que gravita em torno do conceito matricial. Urry (1990) referiu a existência de um “processo de sacralização que torna um determinado artefacto natural ou cultural num objeto sagrado do ritual turístico” (pp. 9-10).

Em termos gerais, a publicidade “não se cansa de se repetir a si própria” (Coccia, [2013] 2018, p. 28). Neste sentido, publicita-se os Açores através de imagens que se tornam elas próprias na ideia do arquipélago (Visit Azores, s.d.), cumprindo uma “tarefa normativa”. A operação publicitária tem vindo a intensificar-se com a liberalização do espaço aéreo, numa operação de transformação das “imagens consumidas social e coletivamente num enorme ‘órgão do gosto coletivo’” (Coccia, [2013] 2018, p. xiv). Colocando a mesma formulação sob a lente do turismo, o território açoriano – em particular, o mar – subordina-se a um discurso comum, cujas práticas materiais são legíveis em matéria de planeamento e de gestão de recursos, atualmente numa fase emergente. A exploração turística do mar é, portanto, um produto de práticas territoriais coletivas.

Colomina (1996) escreveu que “[o] mundo do turismo é o mundo da câmara” (p. 47), por partilharem, em larga medida, a mesma conceção do mundo. Na realidade, as atividades derivam da “visualização da experiência de viagem, ou do desenvolvimento do ‘olhar’” (Urry, 1990, p. 4). Ora, a compreensão do território açoriano pode ser aferida nas atividades turísticas e nas suas representações (fotográficas, publicitárias e discursivas), caracterizadas ostensivamente pela “natureza”, tais como os vídeos “Açores, Certificado pela Natureza” de 2015, “Explore a Natureza dos Açores” de 2018, “Açores, Seguro por Natureza” de 2021 (Visit Azores, s.d.). A publicidade por detrás do aparato que conforma o designado “turismo de natureza” (Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A, 2016; Visit Azores, s.d.) comunica aos turistas o modo de “olhar”. Efetivamente, o “olhar” do turista pressupõe um sistema de símbolos e atividades que remetem para determinadas práticas (Urry, 1990). O arquipélago dos Açores como mercadoria assenta sobretudo nesta narrativa, na qual a regulação do turismo implica um processo de regulação do próprio território, como a criação e preservação dos já referidos Parques Arqueológicos Subaquáticos. Para além disso, outros “usos” lúdicos são identificados nos planos de ordenamento, nomeadamente atividades de observação de cetáceos, mergulho, natação com golfinhos, passeios de barco, pesca desportiva, pesca artesanal, esqui aquático e banana *boat* (Governo da

República Portuguesa, s.d.c). Essencialmente, a organização da atividade turística está relacionada com o modelo de configuração do planeamento urbano, tanto terrestre, como marítimo. Neste contexto, os olhares e as experiências tendem a ser enquadrados – isto é, regulados – com vista a não serem deixados ao acaso. Por essa razão, assiste-se a uma antecipação evidente do sector lúdico.

Se, por um lado, há o apelo ao “turismo de natureza”, com uma distinção implícita entre o conceito de “natureza” e o de “humano”; por outro, há uma regulação das atividades turísticas com o pressuposto do alargamento da territorialidade, numa espécie de “contágio” (numa alusão ao vocabulário popularizado de forma particular durante a propagação da doença infecciosa COVID-19) das formas de planeamento urbanístico que operam em terra. Nesta “contaminação” de processos territoriais, o entendimento do mar como condição “extra” à terra está a dar lugar, no caso em apreço, a uma ideia de continuidade territorial. Esta condição desafia o discurso dicotómico regido por oposições como natural/artificial, natureza/humano ou mesmo urbano/natureza. Dentro deste conflito conceptual (e material), as atividades turísticas e de lazer exemplificam a convivência entre duas ideias indevidamente distintas: uma que apela à existência da “natureza” quase como entidade divina, una e intocável; outra, que assume os meios terrestre e marítimo como passíveis de controlo, de regulação, de ordenamento. A implementação da parafernália ligada ao turismo encontra-se na confluência entre a conservação e a regulação. Ora, a procura do ordenamento do espaço marítimo revela precisamente este cruzamento conceptual: o intuito é a organização de um meio caracterizado por fluxos e mobilidades indetermináveis. De acordo com Roelens (2018), a água é “informe, sempre à espera de ser definida, resiste a qualquer esforço de conceptualização” (p. 141).

A regulação do Mar dos Açores

O ternário geofísico divide o planeta em terra, ar e mar, remetendo frequentemente para uma separação geopolítica incontestada. Curiosamente, a legislação preconiza um entendimento mais abrangente, como exemplifica o n.º 2 do artigo 5º da Constituição da República Portuguesa (1976) sobre o território: “[a] lei define a extensão e o limite das águas territoriais, a zona económica exclusiva e os direitos de Portugal aos fundos marinhos contíguos”. De facto, “a integridade territorial associada à terra só em tempos mais recentes foi estendida ao mar” (Mack, [2011] 2018, p. 123), sendo que “a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar garantiu direitos de territorialidade a ilhas onde até então não tinham existência formal” (p. 123).

A expressão “o mar como território” (Governo da República Portuguesa, s.d.c) é um exemplo claro da extensão do conceito de territorialidade, confluindo dois termos aparentemente contrastantes, numa equivalência entre elementos marítimos e terrestres. A partir desta formulação, regista-se, entre outras, o conceito de “mar territorial” (Lexionário, s. d.). A aceção do mar como território interfere com uma suposta estabilidade conceptual, numa reformulação da definição (e existência) de limites e de fronteiras passíveis de serem apreendidas.

De um ponto de vista mais lato, a criação do instrumento de regulação do mar dos Açores (Rádio Atlântida, 2020) compreende a operação de organização e coordenação entre vários agentes e condicionantes. O Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores (OEM – Açores) refere a necessidade de uma “abordagem integrada de gestão dos nossos oceanos” (Governo Regional dos Açores, s.d.c), num apelo à natureza abrangente da operação. O planeamento marítimo a nível nacional partilha a vertente de conjunto: “o ordenamento faz-se com todos” (Governo da República Portuguesa, s.d.c). Paralelamente, no seguimento da criação de um sítio eletrónico dedicado ao Sistema de Informação Geográfica aplicado ao mar (SIGMAR), a Direção Regional de Políticas Marítimas promoveu um evento virtual com vista à sua divulgação (Governo Regional dos Açores, 2020a). Entre outros assuntos, referiu-se que a questão da adaptação da participação pública e da cartografia já tinha sido considerada e que, porém, faltava cumprir o maior desafio: o da integração da adaptação do próprio plano. Efetivamente, esta dificuldade evidencia a inflexibilidade intrínseca como uma das fragilidades

deste tipo de planeamento. Ainda assim, a situação é análoga à dos instrumentos de planeamento em terra, também pautados pela rigidez. Na prática, ilustra a percepção mais declarada do requisito de que os planos, planeamento e ordenamento sejam moldáveis quando pensados para um meio “líquido”, em oposição à conceção do meio “terrestre”. Fundamentalmente, a fluidez do meio parece ter de coincidir com o conceito de fluidez do próprio plano ou planeamento; ao passo que a suposta estagnação do meio “terrestre” parece relacionar-se mais facilmente com a ideia de rigidez do planeamento. Assim sendo, o meio e a sua “consistência” aparentam formar, inconscientemente ou não, conceitos de durabilidade e temporalidade territoriais completamente distintos; e, de forma subsequente, o seu respetivo ordenamento. Dito de outro modo, o recente fenómeno de ordenamento do espaço marítimo é sintomático da carência de ferramentas do planeamento urbano e territorial que permitem uma efetiva “gestão integrada, multidisciplinar e transversal” (Lei n.º 17/2014).

Na realidade, a criação da plataforma digital do Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores consiste num contributo imperioso para que a informação pública produza resultados a médio e a longo prazo. Ainda assim, a estanqueidade de algumas ferramentas poderia dar lugar à representação dos conflitos, tanto em termos legais (os interesses públicos ou privados), como em termos materiais e biológicos (as substâncias volumétricas dinâmicas que resultam dos encontros entre água e terra, para além de diversos seres e organismos). Genericamente, muitos dos dispositivos de representação dos planos acabam por comunicar, por um lado, uma abstração demasiado vasta para se tornar operativa (como, por exemplo, o uso de algumas tramas ou manchas); por outro, uma definição demasiado selada (como certas marcações de perímetros ou limites). Por essa razão, alguns mapas e cartografias acabam por se revelar como ferramentas irrelevantes para o planeamento – uma vez que transmitir concomitantemente *tudo e nada* apenas serve as lacunas legais de exploração do mar, ou seja, as “zonas cinzentas” (Mountz, 2013, p. 830).

De facto, é inequívoco que “em vez de reproduzir a *realidade*, o mapa constrói a *realidade*: os mapas são generativos, não ilustrativos” (Paez, 2019, p. 25). Portanto, mais do que uma mera representação, os mapas e planos são simultaneamente mediadores – estão *no meio* de – e indicadores da evolução das políticas de ordenamento, dado que “definir os mapas em termos de representação espacial naturaliza-os e contribui para mascarar uma construção sociocultural, juntamente com todo o aparato interpretativo e proposicional que mobilizam – explícita e implicitamente, voluntária e involuntariamente” (Paez, 2019, p. 47). Continuando a decalcar da mesma teoria, é também observável que, “de todos os diferentes sistemas de mediação, o mapa é o que mais claramente exhibe a sua natureza comunal, como uma mesa de negociação” (Paez, 2019, p. 38) onde diferentes entidades e instituições podem reunir-se para consultar e tomar decisões.

As recentes disputas entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores são sintomáticas dos conflitos e tensões a respeito da governação do oceano. Neste contexto, o regime do modelo de propriedade esteve no centro da discussão (Gouveia, 2016). Em 11 de janeiro de 2021, foi publicado o aditamento à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, segundo a qual os Açores passaram a ter o poder substancial de decidir sobre a utilização do mar para além das 200 milhas náuticas que circundam o arquipélago (Lei n.º 1/2021). O n.º 3 do artigo 8º estipula que: “[o]s instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional que respeitem à plataforma continental para além das 200 milhas marítimas são elaborados e aprovados pelo Governo, mediante a emissão de parecer obrigatório e vinculativo das regiões autónomas, salvo nas matérias relativas à integridade e soberania do Estado” (Lei n.º 1/2021). Na versão prévia, o mesmo número do mesmo artigo determinava que: “[o]s instrumentos de ordenamento do espaço marítimo nacional que respeitem à plataforma continental para além das 200 milhas marítimas são elaborados pelo Governo, ouvidas as regiões autónomas” (Lei n.º 17/2014).

A abstração introduzida pelo conceito de “natureza”, que se tem vindo a referir ao longo da tese, é suficientemente robusta para facilitar a mercantilização dos “recursos” do próprio território de onde são extraídos.²⁰ Na realidade, o modelo económico acompanha esta formalização da extensão territorial, como ilustra a criação do Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo (TUPEM), sujeito a um processo de licenciamento ao abrigo dos requisitos de cada atividade (Governo da República Portuguesa, s.d.d). O TUPEM define-se como a “utilização mediante a reserva de uma área ou volume para aproveitamento do meio ou dos recursos marinhos ou serviços dos ecossistemas superior ao obtido por utilização comum e que resulte em vantagem para o interesse público” (Governo da República Portuguesa, s.d.d), e pode ser atribuído nas modalidades de concessão, licença e autorização. A “pesquisa, prospeção e exploração de gás e de petróleo” corresponde a um dos títulos disponíveis a nível nacional, sendo que, até à data, apenas um título foi atribuído: o de pesquisa de petróleo na bacia do Alentejo (Governo da República Portuguesa, s.d.d). A informação tornada pública permite depreender que a atribuição dos TUPEM nos Açores ainda não se formalizou (Governo da República Portuguesa, s.d.d). Ainda assim, em termos genéricos, os TUPEM abrem a possibilidade para consolidação de uma tendência alargada, na qual “o papel do Estado tem sido firmemente orientado para reduzir riscos e promover os lucros do sector privado, em vez de utilizar as suas capacidades para investimento e ação diretos” (Buller, 2022, p. 273), numa transformação determinada por “políticas socioambientais neoliberais, baseadas no mercado, que encerram para alguns o que antes era propriedade de todos” (Mansfield, 2007, p. 72).

Com efeito, o caso português consiste numa pequena parte da estratégia de confinamento do oceano, conduzida pela ONU, cuja economia política gravita agora em torno dos direitos de propriedade. Entre as notícias recentes sobre a nova economia do mar prevalece um discurso tecnocrático que começa a integrar os nossos imaginários: conceitos comuns como “lucro”, “partes interessadas” (*stakeholders*), “recursos” e “valor” fazem parte de uma narrativa de legitimação da exploração marítima.

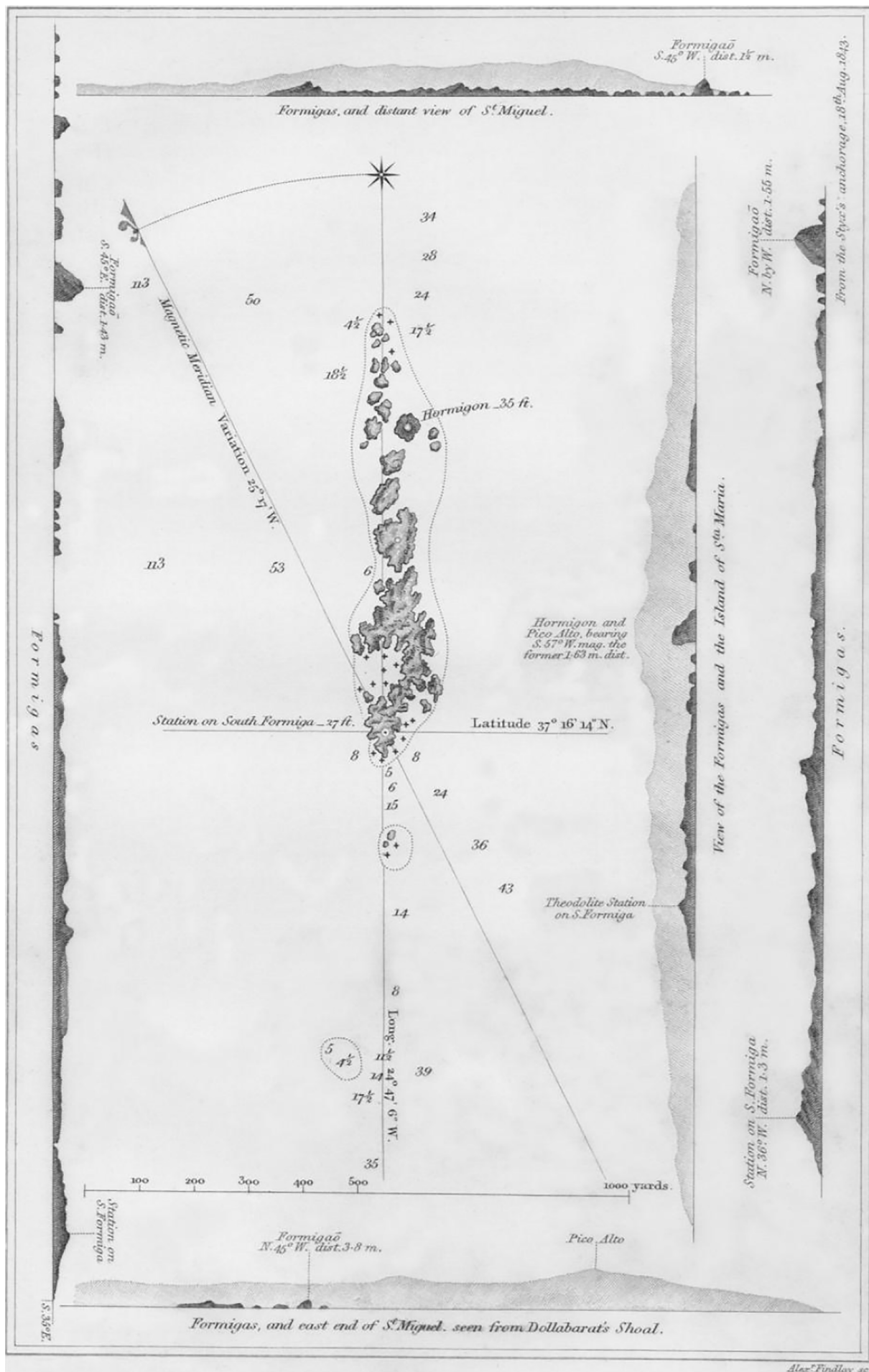
Por conseguinte, a apropriação do *terrain vague* visa a consubstanciação de um meio simultaneamente monitorizado e lucrativo. A *Vinculação do Marítório* consiste, assim, num megaprojeto contemporâneo. Ainda que noutros moldes, alude à vinculação das terras abordada no início da primeira parte da tese. A eventual EPC portuguesa (Resolução n.º 203-A/2019) remete para uma questão de planeamento intrinsecamente global. Neste cenário, por que razão os arquitetos não fazem parte do processo? Afinal de contas, consiste numa matéria de planeamento territorial, não muito distante do que acontece dentro dos limites “terrestres”. A produção de um novo mapa-mundo está em curso, pelo que seria desejável reclamar uma nova perspetiva, ou seja, a apreensão do fenómeno através da reorientação dos esforços para os desafios oceânicos contemporâneos.

Fig. 6.9 - *The Formigas Rocks (Azores)*, 1849. Ilustração alegadamente de Alexander Findlay, incluída em Vidal, A. (1849), “The Formigas Bank, near Santa Maria (Azores)”. *The Journal of the Royal Geographical Society of London*.

Uma ilha é uma ilha é uma rocha

A gestão do controlo territorial coloca a tónica em soluções jurídicas. No contexto da consolidação da legislação do espaço oceânico, o grande veredicto é conferido às ilhas. Em termos práticos, estas são providas de capacidade performativa, por serem consideradas elementos para “retenção” de território marítimo. Nos Açores, os ilhéus das Formigas ilustram este poder de agenciamento, na medida em que a presente proposta para a plataforma continental estendida compromete a zona económica exclusiva.

20 Em contrapartida, a CNUDM estabelece bases para a definição legal das AMP que são, segundo Ribeiro & Santos (2010), “o instrumento mais completo e eficaz para prossecução do desígnio da preservação dos ecossistemas marinhos sobretudo se concebidas em ‘rede’” (p. 124). À luz da mesma teoria, “o imbróglia de mais difícil deslinde para garantia do estabelecimento de AMPs efetivas e eficazes relaciona-se com a articulação dos poderes do Estado costeiro com os direitos dos Estados terceiros” (Ribeiro & Santos, 2010, p. 126).



THE FORMIGAS ROCKS, (AZORES) TO ILLUSTRATE THE PAPER BY CAPTⁿ VIDAL, R.N.

O primeiro avistamento dos ilhéus, em 1431, foi registado no final do século XVI:

(...) uns penedos que estão sobre o mar e se vêem da ilha de Santa Maria, e de uns marulhos que fazem outros que estão ali perto, debaixo do mar, chamados agora todos Formigas, nome imposto por ele [Gonçalo Velho], ou por serem pequenos como formigas, em comparação das ilhas, ou porque ferve ali o mar, como as formigas fervem na obra que fazem; de qualquer maneira que seja, estas Formigas são uns baixos perigosos de rocha e penedia, que estão em trinta e sete graus e meio de altura da parte do Norte setentrional, pouco alevantados sobre o mar.²¹ (Frutuoso, [1586-1590] 1998a, pp. 3-4)

No âmbito da negociação em curso, “Portugal arrisca perder território soberano tido até agora como adquirido” (Freire, 2019). A possibilidade de diminuição do território tem que ver com uma reapreciação da área que decorre da reavaliação do estatuto jurídico das Formigas (Freire, 2019) e das Selvagens, no arquipélago da Madeira²² (Gouveia, [2003] 2017, p. 607). Numa apreciação rigorosa das disposições da CNUDM, as Formigas são rochas, ao invés de ilhas [fig. 6.9]. De acordo com o número 1 do artigo 121º da CNUDM, “[u]ma ilha é uma formação natural de terra, rodeada de água, que fica a descoberto na preia-mar” (Resolução n.º 60-B/97, 1997, art. 121.º). Por sua vez, o número 3 do mesmo artigo determina que “[o]s rochedos que, por si próprios, não se prestam à habitação humana ou à vida económica não devem ter zona económica exclusiva nem plataforma continental” (Resolução n.º 60-B/97, 1997, art. 121.º). Terasaki (2014) sublinhou que a contingência entre a atribuição de uma zona económica exclusiva e a dimensão das formações rochosas naturais consta num relatório das Nações Unidas de 1973. Conforme o artigo 1º do capítulo I, “Definições”, do referido relatório, “[u]m ilhéu é uma área de terra formada naturalmente com menos de um quilómetro quadrado, rodeada por água, que se encontra acima da água na maré alta” (Organização das Nações Unidas, 1973). Ao mesmo tempo, o artigo 9º do capítulo IV, “Limites de um espaço oceânico nacional” estipula que:

A jurisdição sobre o espaço marítimo não pode ser reivindicada por um Estado em virtude de soberania ou controlo sobre a) recifes e elevações de maré baixa, quer tenham ou não sido construídos faróis ou outras instalações; b) ilhéus; c) ilhas artificiais de qualquer dimensão; d) instalações fixas ou flutuantes de qualquer natureza, quer estejam ou não ligadas ao fundo do mar; e) instalações ou obras subaquáticas de qualquer natureza. (Organização das Nações Unidas, 1973).

Tendo em conta ambas as disposições, os ilhéus não serão considerados relevantes na jurisdição sobre o oceano. Na prática, o Comité dos Fundos Marinhos da ONU elaborou inúmeros documentos prévios à CNUDM (Terasaki, 2014). No entanto, a CNUDM não inclui nenhuma definição de “rochedo” nem de “ilhéu”. Para além disso, o número 3 do artigo 121º evidencia uma ambiguidade interpretativa decorrente do uso da expressão “não devem”, como denota Graça (s.d.). A ausência de uma formulação como “não podem” (ter ZEE nem PC) tem gerado interpretações díspares quanto à reavaliação das ilhas. Neste aspecto, ainda que sem abordar o caso particular das Formigas, Graça (s.d.) concluiu que “[c]ada situação é um caso: o direito é situacional na sua aplicação” (p. 202).

Nos termos contemporâneos, o enquadramento jurídico de “ilha” aspira à correspondência indubitável a uma ilha. Paralelamente, a associação do isolamento em relação à “terra” resulta numa formulação passível de reivindicação territorial, na qual a sua posição relativa é determinante. Portanto, a articulação da definição legal e do posicionamento em relação a outras porções de terra determinam o potencial da utilidade territorial.

21 A grafia original foi respeitada.

22 O caso das ilhas Selvagens pode comportar uma consequência adicional: “[s]e forem classificadas como rochedos, a ZEE espanhola poderá absorver as Selvagens, limitando Portugal apenas ao Mar Territorial” (Ferreirinha, 2024). Dito de outra forma, a ZEE espanhola passaria a “absorver” as Selvagens.



Fig. 6.10 - Vulcão da ilha do Faial, c. 1958. Fotografia de autor desconhecido.

[pp. 176-177] Fig. 6.11 - Lopo Homem, *Atlas Miller*, c. 1519. Bibliothèque nationale de France, GED-26179(RES).

Ainda que a existência de rochedos implique uma determinação subsequente a respeito do mar territorial, o mesmo não acontece com a ZEE e a PC. Por conseguinte, a eventual definição das Formigas como rochedos pressuporá a modificação dos limites da ZEE e da PC, resultando na alteração da jurisdição sobre os recursos existentes no fundo marinho e no subsolo (Freire, 2019) [fig. 6.4 e 6.5]. A designação jurídica das formações naturais de terra desvela o potencial de uma performatividade territorial gerada a partir da ilha-unidade.

Posto isto, sugere-se aqui que a ilha remete para um problema de dupla ontologia: das coisas e das posições. A primeira tem que ver com a aferição definitiva do conceito jurídico de “ilha”; entretanto, a segunda concerne a sua inscrição relativa no arquipélago. Embora sempre no plano abstrato, Campagna ([2018] 2022) descreveu a diferença do sentido filosófico entre ambas: a “ontologia das coisas assenta na noção de substância”, ao passo que a “ontologia das posições assenta na noção de medida” (p. 33). No que se refere a esta última, a ilha funciona como agente num processo de aquisição territorial. Por essa razão, é útil enquanto elemento de um conjunto ou, antes, de uma série. Nesta aceção, “[à] medida que as posições de uma série são ativadas, cada ativação, enquanto elemento de informação, deve ser devidamente observada, registada e declarada” (Campagna, [2018] 2022, p. 82).

A ilha coincide com a unidade de medida e, por sua vez, a medida corresponde ao “princípio necessário que permite que as posições e as unidades de série da gramática da produção surjam do caos homogêneo do existente” (Campagna, [2018] 2022, p. 33). Se se concluir que as Formigas são rochedos, deixa de existir unidade de medida, logo, é revogada a tradução produtiva no sistema-em-série. A ilha opera como um parâmetro geométrico imposto ao meio marítimo, por outras palavras, como condição para a expansão. Os limites da ZEE e da PC resultam da combinação ontológica,





correspondendo, por isso, a “eventos de ativação”²³ de posições; no caso das Formigas, de desativação da posição. Ao contrário das rochas, a ilha funciona como elemento multiplicador.

A contestação da “presença” insular abrange a modalidade de “despromoção”, como o caso das Formigas; a de emergência, como aconteceu nos Capelinhos [fig. 6.10]; a de aparecimento e subsequente imersão, como aconteceu com a ilha Sabrina; e a de fabricação, em particular a reivindicação de terras através de dragagens, exemplificada pelas ilhas Spratly – estas duas últimas modalidades foram referidas no capítulo *Mitos e Imaginários Políticos*. Em todas estas situações, as ilhas, ou antes, as unidades territoriais, são sujeitas ao policiamento da referida “presença”. Outro caso distinto atende à ilha enquanto possibilidade. O mapa-mundo do *Atlas Miller*, de 1519 [fig. 6.11], retomava a perspectiva ptolemaica, segundo a qual o Atlântico e o Índico formariam um mar fechado, cercado por terra. Num contexto em que esta visão era reconhecidamente desatualizada²⁴, o “fim contrainformativo” (Atlântico Press, 2023, p. 10) deste mapa parece evidente. A desinformação geoestratégica tinha como objetivo impedir a viagem de Fernão de Magalhães e Juan Sebastián Elcano, e, por essa razão, correspondia a um instrumento político que procurou disseminar notícias falseadas, ou como habitualmente se diz, *fake news* (Atlântico Press, 2023, p. 11). Neste mapa-mundo, as ilhas açorianas estão representadas com manchas vermelhas, à semelhança das restantes “afortunadas” dos arquipélagos da Madeira, Canárias e Cabo Verde. A mesma representação gráfica sugere que o Mar Mediterrâneo e o Mar da China estão repletos de ilhas. Ora, a instrumentalização geopolítica da ilha manifesta-se neste documento, tendo em conta que algumas correspondem a ilhas reais enquanto outras, porventura, a ilhas inventadas.

Atualmente, a legitimidade da ilha depende da sua detetabilidade, ou seja, a figura da ilha funde-se com a própria classificação. “Ser” ilha ou “ser” rocha denota uma posição específica numa série: na primeira, na série produtiva do marítório; na segunda, fora da série produtiva, eventualmente aguardando uma possível redefinição do conceito jurídico. Sob esta lente, os Açores são um arquipélago na era da sua “reprodutibilidade técnica”²⁵, em que a linguagem absoluta parece ser a da computação. A pergunta “é uma ilha?” pressupõe uma resposta análoga à do sistema binário: 1 ou 0, ligado ou desligado, verdadeiro ou falso, tudo ou nada, sim ou não.

No caso das Formigas, parece que, afinal, uma ilha é uma ilha é uma rocha.²⁶ Apesar de esta expressão aludir indiretamente a um verso célebre de Gertrude Stein²⁷, no caso em apreço a tautologia é interrompida: deduz-se que a ilha é, na verdade, um rochedo. À luz da nova revisão jurídica, a essência da ilha não corresponde à de uma ilha. Por outras palavras, a ilha poderá deixar de ser ilha sob um ângulo de análise distinto.

Em suma, a verdadeira existência das ilhas estabelece-se no seu entendimento simultâneo enquanto unidades-territoriais mínimas e posições passíveis de serem ativadas. Esta contingência enquadra-se num processo de conversão das ilhas em unidades produtivas – semelhante à da tradução dos elementos naturais em recursos (Buller, 2022; Campagna, [2018] 2022; Peters, 2016). A grelha, ou matriz na qual se enquadram as unidades produtivas, corresponde a uma espécie de procedimento diagramático, a uma técnica que intersecta matemática, política e geografia. A projeção ordenada de unidades de medida divisíveis cumpre uma forma de controlo e de produção do território. Posto isto, corresponde a mais uma tecnoestrutura arquipelágica: ao método através do qual a tecnologia e a técnica enquadram o marítório existente.

23 A expressão “evento de ativação” adota-se da teoria de Campagna ([2018] 2022, p. 80).

24 À época, a conceção europeia incluía a existência do oceano Pacífico (Atlântico Press, 2023, p. 11).

25 Expressão adotada da teoria de Benjamin ([1935] 2007), da qual se transcreve o seguinte excerto: “[a] possibilidade de reprodução técnica da obra de arte emancipa-a, pela primeira vez na história universal, da sua existência parasitária no ritual. A obra de arte reproduzida será cada vez mais a reprodução de uma obra orientada para a reprodução” (p. 215). No caso em apreço, onde se lê “obra de arte” pode ler-se “arquipélago” para uma interpretação a propósito da possibilidade territorial das ilhas.

26 Nos rochedos, as qualidades das ilhas são exacerbadas. Numa das obras de Victor Hugo ([1866] 1981), os rochedos Douvres põem em evidência que “[a]s solidões aquáticas são sombrias. É tumulto e silêncio” (p. 192). Quando a parcela de terra é exígua, o “imenso tormento das ondas” (Hugo, [1866] 1981, p. 192) aprofunda-se.

27 “Rose is a rose is a rose is a rose”, do poema *Sacred Family* (1913).

Para além do estatuto político-administrativo específico concedido à RAA, abordada no capítulo *Das Leis Nascem Territórios*, a diferença simbólica entre o arquipélago e a Região parece residir no propósito de contenção territorial. Neste sentido, as circunscrições e redefinições de limites inscrevem-se num processo de reterritorialização.

Ao coincidir o território com a sua “forma”, – ou, mais precisamente, ao produzir o seu próprio reconhecimento, – os Açores ilustram um processo de reificação territorial. A operação de naturalização através de leis e regulamentos prossegue, sendo que uma das consequências é o entendimento partilhado de que o território *sempre foi assim*. Fundamentalmente, o que está em causa é o controlo territorial, em que o mar e o espaço foram convertidos em zonas de vigilância incluídas no empenho do círculo eleitoral da Região. Neste capítulo, foram enfatizadas algumas das implicações inerentes à procura de um território marítimo calculável. O capítulo seguinte dará continuidade ao mesmo esforço de territorialização do futuro, desta feita em relação ao domínio aéreo.

7

A ILHA ESPACIAL

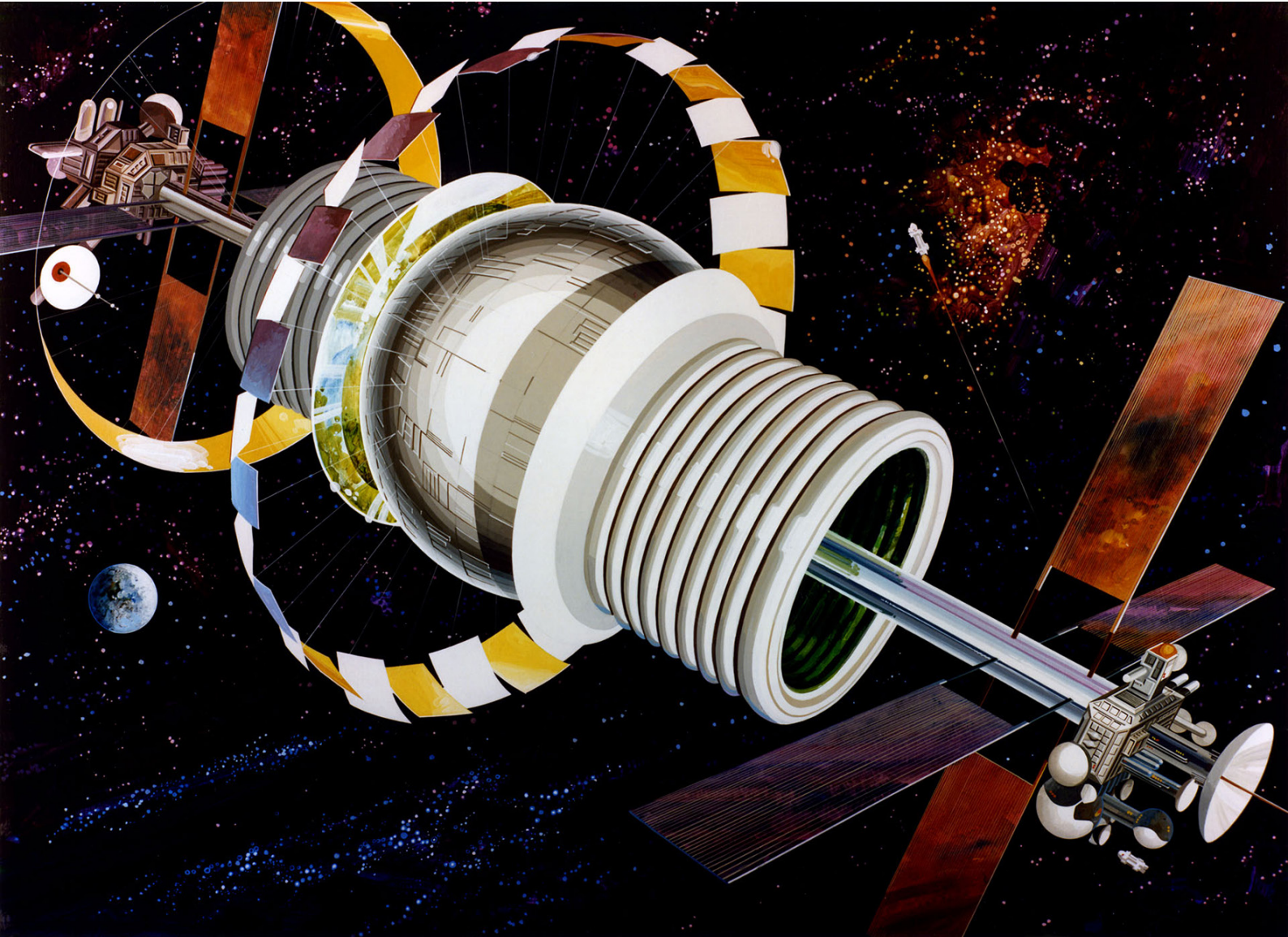


Fig. 7.1 - Rick Guidice, *External view of a Bernal sphere*, 1979. NASA.

Escapar ao monstruoso

(...) perante as guerras da globalização e os avanços tecnológicos que deram ao século XX o seu carácter, ser-em significa isto: habitar o monstruoso. Kant ensinou que a pergunta que os humanos fazem para se assegurarem do seu lugar no mundo deve ser: “O que é que podemos esperar?” Após os des-aterramentos¹ do século XX, sabemos que a pergunta deveria ser antes: “Onde é que estamos quando estamos no monstruoso?” (Sloterdijk, [1998] 2011, p. 630)

Há mais de cinquenta anos, a fotografia do Nascer da Terra (*Earthrise*) e as suas subseqüentes multiplicações pareciam consubstanciar “o todo” como uma categoria política. A totalidade do planeta capturado numa imagem preservou uma perspetiva externa de tal forma que os que vivem agora projetam “a sua cidade natal como um ponto apercebido do exterior” (Sloterdijk, (2005] 2008, p. 38). A intensa exploração espacial realizada durante a última metade do século XX teve um regresso robusto nos últimos anos, num contexto em que as vistas a partir de fora incitam a imaginação coletiva. Contudo, esta *rêverie* poderá revelar-se uma contradição em relação ao que acontece no terreno, ou seja, no “interior”. Afinal, onde estamos nós quando estamos “dentro”? O horror concreto e as materialidades reais pressupõem um ponto de vista diferente: “ser-em” (Sloterdijk, [1998] 2011, p. 630) significa permanecer nas realidades lamacentas da vida no terreno. Por outras palavras, há um conflito

¹ No sentido de desfazer a ligação à terra. Alternativamente, “desenraizamentos”. A versão brasileira publicada pela Estação Liberdade em 2016, com tradução de J. A. Marques, optou pela expressão “desfundação”.

entre a visão sublime e a “perda de vista” da condição terrestre.

No decorrer do anúncio da construção da sede da Agência Espacial Europeia, Santa Maria foi eleita como a plataforma exploratória no âmbito do chamado “New Space”, um mercado emergente de pequenos foguetões e minissatélites (Ferreira, 2021). Em termos geográficos, esta ilha é duplamente remota: em relação ao continente português e ao próprio arquipélago. O isolamento, como defende Ronström (2021), é “uma parte da lógica que organiza o mundo em termos de poder e controlo” (p. 272). Neste sentido, o afastamento relativo da ilha é apresentado como benéfico para a visão política atual que lhe é atribuída: é remota, logo, adequada a um porto espacial. Com o intuito de refletir sobre este caso como exemplo de uma visão restrita, o capítulo em apreço argumenta que o imaginário político-técnico previsto para a ilha encobre a ausência de um projeto para o autêntico domínio habitado, portanto, para a monstrosidade.²

O propósito é convocar a materialidade da exploração do espaço infraestrutural através da lente do conceito “tecno-esperança”, formulado aqui como um dispositivo na base do desejo de um território espacial. A aspiração espacial para a ilha mais a sul do arquipélago açoriano revela “a contingência geradora, a dissolução de fronteiras” e as “formas impercetíveis em que os sistemas técnico-humanos reordenam continuamente a existência e são, por sua vez, reordenados” (Allenby & Sarewitz, 2011, p. 159). Nesta direção, Santa Maria é instituída como a próxima Ilha Espacial.

Um dos objetivos é “concretizar o potencial e aumentar a visibilidade da Região enquanto plataforma atlântica para atividades relacionadas com o Espaço” (Governo Regional dos Açores, 2022c, p. 6). Tendo em vista a necessária rutura dos limites insulares, Santa Maria é concebida como uma “tecnopaisagem” em potência – um termo transferido da teoria de Appadurai ([1996] 2010) – na qual “[a] tecnologia se move a alta velocidade através de vários tipos de fronteiras anteriormente impermeáveis” (p. 34). Nesta linha de raciocínio, como se procurará desenvolver ao longo do capítulo, um cenário apocalíptico poderá vir no rescaldo da realização deste instrumento político. Por outras palavras, o instrumento da tecno-esperança antecipa um cenário de descida vertiginosa. A esta luz, parece útil convocar o conceito “aeropocalipse” (*airpocalypse*) de Ghosn e Jazairy (2014), por contemplar a perda de coordenadas terrestres, ou antes, um desprendimento total do solo.

Neste contexto, a ânsia de fugir ao monstruoso surge através do seu entrelaçamento com a promessa esperançosa de que “podemos ser astronautas”, partindo da ilha de Santa Maria.³ Salienta-se um momento específico durante uma conferência realizada *online*, a 21 de abril de 2021, quando Ricardo Conde, atual Presidente da Agência Espacial Portuguesa – Portugal Space, foi questionado por um membro da audiência sobre os impactos das infraestruturas espaciais nos Açores.⁴ Parte da resposta foi “o objetivo é olhar como um todo; os Açores são um ponto-chave de interesse”⁵ (Climate Science from Space Conference, 2021). Apesar de ter a bandeira dos Açores exposta no fundo da sala, o retorno foi direcionado para uma questão puramente global. Além do mais, manifestou o regime da tecno-esperança dentro de um quadro geopolítico, através da ênfase da “interligação de tudo”, sublinhando o panorama holístico, uma vez que “estamos a abordar um Planeta Digital” (Climate Science from Space Conference, 2021). De facto, quando olhamos para o todo, esquecemos as partes. A narrativa tecno-esperançosa produz soluções tecnológicas e tecnocráticas indiscutivelmente definitivas e que devem ser aplicadas em qualquer lugar. Dito de outra forma, olhar para o todo pode ser uma tentativa de escapar ao “ser-em”, ou melhor, de escapar ao monstruoso.

2 Publicou-se um artigo que serviu de base para este capítulo: Rodrigues, I. V. (2022). From techno-hope to vertigo-trip: An airpocalypse seen from an island. *Apocalyptic*, 1(2), 116–140. <https://doi.org/10.17885/heiup.apoc.2022.2.24754>

3 Ainda que a expressão “podemos ser astronautas” não tenha sido especificamente pronunciada durante as conferências “Climate Science from Space Conference” e “Estratégia dos Açores para o Espaço”, este capítulo considera que abrevia o incitamento sublinhado ao longo das intervenções dos oradores.

4 A pergunta completa era: “Como vê a contribuição das infraestruturas portuguesas que estão a ser criadas nos Açores para mitigar o impacto criado pelas alterações climáticas e perturbações ambientais?” (Climate Science from Space Conference, 2021).

5 A outra parte da resposta foi: “Não podemos olhar apenas para as infraestruturas que estão a criar um impacto, trata-se de uma sinergia global e de uma massa crítica de conhecimentos, infraestruturas, para agirmos todos em conjunto sobre isso [sic]” (Climate Science from Space Conference, 2021).

Geografias arquipelágicas da esperança

Conforme Slavoj Žižek (Backdoor Broadcasting Company, 2015) apropriadamente formulou, os mitos e as ilusões são o constituinte mais íntimo da sociedade, por conseguinte as mistificações fazem parte da estrutura do Estado. Neste contexto, “as ilhas constituem um campo de batalha paradigmático entre o método científico e a narrativa mitológica” (Samuel, 2016, p. 92), pelo que as ilhas açorianas são percecionadas como um exemplo de tal disputa. De facto, “no sistema arquipelágico, cada ilha oferece a oportunidade de sonhar com a próxima” (MAP Office, 2016, p. 65). O “fascínio insular” (Grydehøj, 2017, p. 10) aponta agora para Santa Maria.

As “geografias da esperança” (Anderson, 2006) reclamam territórios de mediação e, nesse sentido, as ilhas cumprem os imaginários de conciliação requeridos: entre terra, mar e espaço. A redução da confluência do terrestre, do marítimo e do aéreo a porções de terra “identificáveis” conduz à “ideia de que as ilhas são coisas que podemos apontar *no* espaço pré-formatado” como “um artefacto dos nossos mundos à escala antropocêntrica e dos nossos projetos relacionados com as ilhas. Queremos aterrar nelas” (Morton, 2016, p. 75). De facto, é possível apontá-las num mapa, mesmo que as ilhas sejam “a regra e não a exceção” (Daou & Pérez-Ramos, 2016, p. 7). Adicionalmente, como foi analisado nos dois últimos capítulos, o arquipélago açoriano tem sido objeto de negociações por meio de novas formas de controlo territorial. Exemplifica, assim, a aceção contemporânea do conceito de utopia, que deve “ser vista essencialmente como uma estratégia” (Vieira, 2010, p. 23). A operação fronteiriça estende-se desde o domínio terrestre e marítimo até ao domínio do espaço aéreo e sideral.⁶ Os atuais locais de contenda são profundamente húmidos e líquidos, em contraste com a consistência da terra. São “zonas cinzentas” (Mountz, 2013, p. 830), entendidas como as configurações ambiciosas contemporâneas para a produção e funcionamento do poder geopolítico.

Neste sentido, as geografias arquipelágicas da esperança lidam com a geopolítica dos espaços e territórios não terrestres, “cada vez mais importantes à medida que a prospeção de recursos se desloca para longe da costa, para os polos e mesmo para fora do planeta” (Stratford, 2018, p. 15). Complementarmente, as atividades tecnológicas necessárias são frequentemente tidas como indiscutivelmente vantajosas: “[com a instalação do porto espacial,] pretende-se atrair atores relevantes da indústria neste sector, com impactos positivos para a economia regional, havendo ainda a considerar a possibilidade de enquadramento em atividades do designado ‘turismo espacial’” (Governo Regional dos Açores, 2022c, p. 14). Na sequência do reconhecimento dos efeitos das alterações climáticas, uma “elite” – ou seja, indivíduos ou organizações que podem influenciar e participar nas grandes decisões políticas – orienta os seus objetivos e investimentos longe da Terra condenada. Contemplar o *Blue Marble* de fora já é uma experiência disponível para uma ínfima parte, como ilustra a missão espacial privada “Polaris Dawn”, lançada em meados de setembro de 2024 e comandada pelo bilionário Jared Isaacman (Ghosh, 2024). A condição inerente ao evento, divulgado pela SpaceX, é o *impedimento da participação dos outros*, os que estão condenados a ficar no chão.

No entanto, enquanto imaginário partilhado, as geografias arquipelágicas da esperança “salvamos” de um cenário de “estar-dentro” perpétuo, na medida em que permitem a evasão da nossa “realidade” terrestre condenada. Ainda que “as esferas cósmicas de Bernal não fossem hermeticamente fechadas, e o seu interesse pelo futuro também não se limitasse a cenários fechados e totalizantes” (Scharmen, 2021, p. 44), correspondiam a “esferas gigantes que se podiam reproduzir, preenchendo o espaço do Sistema Solar com ambientes em que os humanos podiam viver confortavelmente” (Scharmen, 2021, p. 43). Nesse sentido, também poderiam representar uma fuga às condições terrestres [fig. 7.1]. A promessa de transcendência para fora deste planeta começa na designação dos lugares a partir dos quais se descolará e se estabelecerá uma dimensão contemplativa da Terra. O porto espacial de Santa Maria parece estar entre os próximos movimentos da implacável demonstração do progresso [fig. 7.2].

6 Como atesta a conferência internacional “All-Atlantic 2021”, que preconizou “a necessidade de ‘procurar novas oportunidades no Atlântico’” (Lusa, 2021e).



Fig. 7.2 – Vila do Porto, ilha de Santa Maria, outubro de 2023.

Santa Maria, a Ilha Espacial

Muitas vezes, ouvi as pessoas dizerem: “Gostava de saber como seria estar a bordo de uma nave espacial”, e a resposta é muito simples. Qual é a sensação? É tudo o que já experimentámos. Somos todos astronautas. (Fuller, [1969] 2019, pp. 55-56)

Ao longo dos últimos quinze anos, alguns projetos foram instalados na ilha de Santa Maria, nomeadamente a estação de rastreio de lançadores da Agência Espacial Europeia, que viria a originar o Teleporto, atualmente operado pela Thales Edisoft Portugal; a estação de sensores Galileo; a estação da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE), uma parceria entre o Governo dos Açores e o Instituto Geográfico Nacional de Espanha; uma antena para comunicações de espaço profundo; a estação terrestre da EUMETSAT; um sensor ótico de vigilância espacial e rastreio; e, em junho de 2023, um radar da LeoLabs, uma empresa criada em 2016 em Silicon Valley que monitoriza e mapeia as atividades na órbita terrestre baixa (*Low Earth Orbit*). Esta infraestrutura mais recente complementa “uma lacuna crítica na cobertura de longitude na Europa e na África, e aumenta a frequência das observações”, dado que se prevê que “96 % dos satélites operacionais catalogados e detritos espaciais passem pelo campo de visão do radar” (LeoLabs, Inc., 2023). Outros projetos têm-se limitado à renovação sucessiva dos anúncios da sua concretização, como o Centro Tecnológico Espacial, designado como local de aterragem do vaivém espacial da Agência Espacial Europeia, o “Space Rider” e, por fim, a base espacial. Há ainda outras infraestruturas que se materializam, embora o seu funcionamento efetivo não se verifique. À data da última ida a Santa Maria, em outubro de 2023, a antena de quinze metros para TT&C (Telemetria, Seguimento e Comando) ainda não tinha iniciado a atividade [fig. 7.3]. Depois de ter sido transportada da Austrália há sete anos, previa-se que estivesse

a funcionar em meados de 2019 (RTP Açores, 2023c). A adjudicação da exploração à Thales Edisoft Portugal, pela Agência Espacial Portuguesa, só veio a acontecer no final de 2023. Porém a antena já se encontra num estado obsoleto, requerendo por isso um trabalho de recuperação e de substituição de alguns componentes (RTP Açores, 2023d).

O cenário promissor da construção do primeiro porto espacial a operar em território europeu estabeleceu-se no rescaldo da criação da Agência Espacial Portuguesa em 2019. A infraestrutura auspiciosa engloba políticas caracterizadas por um imaginário tecno-esperançoso, concebido como um conceito exploratório útil para discutir a inter-relação entre as operações tecnológicas e a perspetiva de uma “melhoria do modo de vida”, que inclui novos empregos, desenvolvimentos científicos e reputação governamental.

Os primeiros lançamentos de minissatélites estavam previstos para meados de 2021, depois do lançamento do primeiro concurso público internacional em 2019⁷ que previa “uma parceria público-privada” para a “conceção, projeto, construção, financiamento, operação, exploração e conservação de um porto espacial” (Lusa, 2022b). Porém, os dois consórcios concorrentes à construção do porto espacial, o Atlantic Spaceport Consortium (ASC) e o Rocket Factory Augsburg (RFA), foram excluídos (Lusa, 2021c) por não cumprirem “todas as exigências do caderno de encargos” (Lusa, 2022b), em particular os estudos económicos e ambientais. Perante este cenário “a indústria está pronta, mas falta de porto espacial atrasa [o] crescimento” (Jornal Económico, 2021, p. II), ou seja, o porto espacial é tido como incontornável para o progresso. Subsequentemente, o Governo Regional dos Açores encetou a revisão das condições para a construção e exploração do porto espacial, considerando também a contextualização do programa da missão espacial no PRR (Moraes, 2021).

A partir desta altura, os conflitos entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República Portuguesa acentuaram-se. O antigo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, expôs a controvérsia ao afirmar que havia “incompetência” da parte do Governo Regional dos Açores por não avançar com a concretização do projeto (Lusa, 2021g). Em abril de 2022 foi lançado um novo concurso para a construção do porto espacial (Lusa, 2022a), na sequência dos trabalhos de adaptação das “peças nos termos e de acordo com a orientação do tribunal, ouvindo vários consultores e com o apoio de um gabinete jurídico externo” (Governo Regional dos Açores, 2022a). Neste seguimento, a antiga Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, Susete Amaro, esclareceu que o objetivo do porto espacial é consistir numa “mais-valia para a ilha de Santa Maria em particular, e para os Açores em geral, ponderados todos os fatores, desde logo técnicos, ambientais, económicos entre outros. Não estamos reféns das agendas de ninguém”⁸ (Governo Regional dos Açores, 2022a). Eis um indício do lamaçal da vida no terreno, ou melhor, o monstruoso no sentido sloterdijkiano, que começa a ser exposto nestas tensões, quando o aparato da tecno-esperança perde concordância e evolui para uma espécie de premonição precipitada.

As notícias do adiamento sucessivo continuam a acumular-se. Recentemente, o projeto foi descrito como dotado de “um novo fôlego” (RTP Açores, 2024b), depois da formalização de um protocolo de cooperação entre o Atlantic Spaceport Consortium e a NAV Portugal (Parsonson, 2024). Os lançamentos a partir da Malbusca⁹, na costa sul da ilha, estarão finalmente programados para o final de 2024 – em simultâneo com a inauguração da sede da Agência Espacial Portuguesa – ainda que

[pp. 186-187] Fig. 7.3 - Teleporto de Santa Maria, freguesia de São Pedro, outubro de 2023.

7 Na sequência do apelo à manifestação de interesse comunicada no final de 2018 e promovida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço (EMA-Espaço) (Governo da República Portuguesa, 2018).

8 O que significa que o Governo Regional não está subjugado ao Governo da República neste domínio específico.

9 Depois de também ter sido equacionada a zona perto do aeroporto, conhecida como Polígono (Lusa, 2022b).





com “pequenos foguetões”, em vez dos “lançadores definitivos” (RTP Açores, 2024b). Não obstante, os lançamentos suborbitais (que saem da atmosfera, mas sem entrar em órbita) aguardam a publicação final da regulamentação da Lei do Espaço (RTP Açores, 2024b). A acumulação de impasses leva a vaticinar que, afinal, “Santa Maria [é] muito pouco espacial” (RTP Açores, 2023c). Apesar disso, a pequena ilha continua a ser referida como um centro, um eixo tecnológico, a partir do qual serão lançadas novas e empolgantes atividades (Governo Regional dos Açores, s.d.d) [fig. 7.2 e 7.3].

A operação que converge tecnologia e esperança compreende a construção de infraestruturas essenciais à geopolítica planetária. Nesse âmbito, as questões de governação sobrepõem-se frequentemente ao tema da matéria real e dos respetivos efeitos. No entanto, o assunto de justiça ambiental é indissociável da geopolítica do espaço atmosférico (Klinger, 2019a). O isolamento é crucial para a instalação de infraestruturas que requerem mecanismos de segurança particulares e que produzem resultados materiais em termos ambientais (Klinger, 2019a). De facto, como afirma Ronström (2021), “o isolamento é uma qualidade frágil e volátil” (p. 285). Entretanto, as ilhas açorianas são a região de Portugal onde se registam maiores níveis de pobreza e de desigualdades económicas (Diogo, 2020).

Talvez se possa inscrever o caso em apreço na “lógica da corrida espacial contemporânea – uma corrida que implica fundamentalmente a transformação de espaços nascentes em zonas de sacrifício ambiental” (Desai, 2019, p. 42). Com efeito, o porto espacial não é um “ponto” abstrato dentro de uma rede de ligações, mas uma infraestrutura, entre tantas outras, que englobam a “dinâmica dos sentimentos materiais e políticos” (Sanjuán, Chang, Hu & Mouritz, 2019, p. 126). A infraestrutura técnica da ilha ultrapassa o domínio “sem fronteiras” da exploração espacial, sobre o qual se constrói a nova reivindicação territorial. A procura do controlo do espaço coloca a tónica em soluções político-tecnológicas, posto que as tecnologias que integram esta operação são suficientemente poderosas para *re-medi*ar a condição territorial. A esta luz, as tecnologias do visível convergem para a infraestrutura terrestre, como se de uma ilha-nave se tratasse. Portanto, a ilha espacial coincide com a ilha geomorfológica, numa projeção das coordenadas do plano terrestre para o aéreo. Na inferência de que o todo importa mais do que a soma das partes, a Ilha Espacial é um prolongamento da que já existe: promissora e suficientemente isolada para gerar os cenários mais tecnológicos e esperançosos.

Ainda que o conceito de *Spaceship Earth* tenha sido popularizado por Fuller (1969), Boulding (1966) foi o primeiro a equiparar o sistema planetário fechado a uma nave espacial. No ensaio *The Economics of the Coming Spaceship Earth*, o economista contrapõe a economia do passado, aberta, caracterizada pelos recursos aparentemente ilimitados, à economia do futuro, fechada. Nesta formulação, fez equivaler a Terra a uma nave espacial. Se “[s]omos todos astronautas” (Fuller, 1969), parece que o desejo de alcançar o espaço atmosférico e sideral evita o caminho de regresso. A atividade além da Linha de Karman é mais atrativa se for interrompida uma vez alcançados os domínios orbitais, ou seja, se não se pensar no caminho de volta ao terreno. A assunção da incompletude das operações é contingente ao instrumento da tecno-esperança, que mantém os imaginários coletivos a altitudes mais elevadas. Essencialmente, a infraestrutura pesada e “real” encontra-se na intersecção entre a ambição da exploração espacial e a ilha como plataforma. Assim, considerando que “a distinção entre infraestrutura e sociabilidade é fluida e pragmática, mais do que definitiva” (Simone, s.d.), os seus emaranhados merecem uma análise mais aprofundada. A consecução absoluta não é crucial ao dispositivo da tecno-esperança. No momento inicial, em que o dispositivo afere a sua utilidade, a ideia sobrepõe-se à matéria. Fundamentalmente, para que o mecanismo da tecno-esperança atinja o seu objetivo, *finje-se que não se vê*: a estrutura técnica é retirada do centro das preocupações e os cenários hipotéticos ganham proeminência. O sucesso deste esquecimento, nos termos aqui conceptualizados, deve-se ao aparelho da tecno-esperança.



Fig. 7.4 - Jan Matejko, *Astronomer Copernicus, or Conversations with God*, 1872. Museu Uniwersytetu Jagiellońskiego.

Tecno-esperança, um aparato performativo

Em 1966, Cedric Price perguntou: “[t]ecnologia é a resposta, mas qual era a pergunta?” Enquadrando esta provocação no caso em apreço, a tecno-esperança, como instrumento político, prospera no *esquecimento* em relação ao que motivou o uso da tecnologia. Ainda que considerando que “nada é mais humano do que a tecnologia” (Colomina & Wigley, [2016] 2018, p. 132), a perseverança tecnológica por si só não salvaguarda a sensibilização sobre as atividades a serem levadas a cabo. Por detrás da referida persistência tecnológica, existe uma estrutura discursiva promissora, constituindo assim o instrumento tecno-esperança, onde se equilibra “o poderoso âmbito da *possibilidade*” (Bloch, [1954] 1995, p. 202).

A expressão “tecno-esperança” é inspirada no termo “tecno-otimismo” (Klinger, 2019b, p. 34), contudo, difere no seu significado: pretende-se que manifeste mais determinantemente a perspetiva de uma mudança real. Neste sentido, parece frutífero recorrer ao raciocínio de Anderson (2006), segundo o qual “tornar-se esperançoso é, portanto, diferente de tornar-se otimista. Envolve uma capacidade mais sintonizada de afetar e ser afetado por um mundo processual, porque é chamado a partir das ruturas que provocam espaços-tempos de mudança dentro desse mundo” (p. 747). Posto isto, há que desmontar a dimensão esperançosa para revelar os potenciais conflitos, “sintonizando a forma como a esperança se realiza” (Anderson, 2006, p. 748). Embora Anderson (2006) tenha analisado a “esperança” enquadrando-a no “início de uma teoria do afeto” (p. 748), na presente linha de argumentação a “esperança” é considerada no contexto da sua operacionalização. Por um lado, “a emergência do afeto” não é um “evento” (Anderson, 2006, p. 736); por outro, o aparato tecno-espacial é sustentado por um evento: a exploração espacial a partir da infraestrutura de Santa Maria.

Nos dias 11 e 12 de novembro de 2021, o Governo da Região Autónoma dos Açores anunciou publicamente a “Estratégia dos Açores para o Espaço” num evento que decorreu *online*. Algumas apresentações incluíram declarações intrinsecamente esperançosas. No discurso de abertura, Susete Amaro afirmou que a estratégia espacial “procurará novas formas de desenvolvimento e de criação de valor”, e acrescentou: “de uma coisa estamos certos, a tecnologia continuará no seu caminho evolutivo” (Governo Regional dos Açores, 2021). Esta primeira intervenção e outras que se lhe seguiram referiram-se às “descobertas marítimas portuguesas” de um modo laudatório para assinalar que “Portugal é um país de sonhadores, que aspiram a chegar mais longe” e que “o espaço está na nossa aspiração” (Governo Regional dos Açores, 2021). O evento foi pontuado pela recordação das circunstâncias de há mais de quinhentos anos, com alguns discursos a tender para um revisionismo histórico do colonialismo, servindo como um feito glorioso à luz das aspirações espaciais hodiernas. Por outras palavras, a aceitação acrítica do passado torna automaticamente aceitável o atual desiderato para a ilha. Essa mesma validação reside numa espécie de discurso tautológico, no qual emerge um duplo convite: *esqueçamos as repercussões e concentremo-nos no entusiasmo prometido*. Na sua essência, o projeto da Ilha Espacial é nostálgico. A transferência das palavras de Berger ([1972] 2018) sobre a publicidade afigura-se pertinente neste contexto, considerando que “tem de vender o passado ao futuro” (p. 166).

Na mesma linha narrativa, Filipe Alves, diretor do *Jornal Económico*, escreveu que “[o]s Descobrimentos do século XXI fazem-se no espaço e Portugal tem todas as condições para tomar parte nesta corrida” (Jornal Económico, 2021, p. II). Esta declaração integra uma publicação especial dedicada à indústria aeroespacial, cuja capa reforça o subtítulo “Futuro encomendado a Santa Maria” (Jornal Económico, p. 2021). Efetivamente, a tecno-esperança revela-se na eventualidade ainda-não concretizada. Segundo a tese de Fromm ([1968] 2010), “não faz sentido esperar por aquilo que já existe ou por aquilo que não pode existir” (cap. 2), o que significa que “se existe uma possibilidade real, pode haver esperança” (cap. 7). Na pintura de Jan Matejko, Copérnico é representado em torno dos seus instrumentos de trabalho enquanto olha para cima, aparentemente numa posição vulnerável [fig. 7.4]. Presumivelmente, representa o momento em que o astrónomo e matemático confrontou a sua fé com a revolucionária Teoria Heliocêntrica, o seu postulado mais célebre. Neste sentido, a esperança aparece fortemente presente nesta obra do pintor polaco, na medida em que sugere um instante em que “há uma possibilidade real”.

Regressando à conferência “Estratégia dos Açores para o Espaço”, a uniformização (ou antes, a esperança partilhada) foi tenaz, como atesta a seguinte declaração: “a Portugal Space quer reduzir os espaços entre nós, para benefício de todos”, uma vez que o objetivo é “fazer do espaço o nosso espaço, num sonho comum” (Governo Regional dos Açores, 2021). Definitivamente, “sonho”, “futuro”, “desafios”, “desenvolvimento”, “tecnologia”, “ambição”, “evolução”, “progresso” e “democratização do espaço” foram termos recorrentes – evidências da promoção de uma esperança concertada. Adicionalmente, a “fé” é uma dimensão inerente à “esperança”. De acordo com Fromm ([1968] 2010), “a esperança só pode basear-se na fé” (cap. 3) e ambas estão, “pela sua própria natureza, a mover-se na direção de transcender o *status quo*, individual e socialmente” (cap. 4). Uma demonstração deste elemento de fé foi exibida pelo antigo Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores, Gui Menezes, ao afirmar: “[a]creditamos que o futuro da nossa Região também está no Espaço” (Portugal Space 2030, 2018, p. 12). Para além disso, se a esperança permite, paradoxalmente, exceder o *status quo*, – no sentido de deslocalizar o indivíduo e, sobretudo, o imaginário coletivo da situação atual, – possibilita igualmente a preservação desse mesmo *status quo*, nomeadamente no que diz respeito a algumas instituições políticas e indivíduos. Quando ambos os Governos da República Portuguesa e dos Açores se envolvem nestes eventos, dirigem a atenção para o futuro, concomitantemente desviando a atenção do presente, ou seja, do “estar-dentro” contemporâneo. Portanto, visto que “a esperança é um elemento decisivo em qualquer tentativa de mudança social no sentido de uma maior vivacidade, consciência e razão” (Fromm, [1968] 2010, cap. 1), o vocabulário da tecno-esperança cultiva o entusiasmo.

Além do mais, a expressão “alterações climáticas” foi persistente ao longo da apresentação da “Estratégia dos Açores para o Espaço” – o que não podia ser diferente, na medida em que ocorreu simultaneamente em Glasgow a 26ª Conferência das Partes (COP26) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática. De forma adicional, o problema efetivo do “lixo espacial” foi abordado, considerando que “nas zonas marítimas, circulam mais de cem milhões de detritos, desde o tamanho de um grão de areia até satélites desativados” (Klinger, 2019a, p. 19). Na prática, reproduzir satélites significa criar ruínas de forma praticamente imediata (Stourdzé, [1979] 1998).

Ainda que o congestionamento orbital e as consequências ambientais sejam hoje amplamente reconhecidos, os países envolvidos nesta corrida contemporânea não querem “perder a oportunidade” ou, antes, temem que “não se passe para a ação” com a rapidez suficiente. Um exemplo desta urgência pode ser encontrado numa entrevista de 2022, onde Ricardo Conde declarou que o porto espacial de Santa Maria “tem que [sic] acontecer para o ano” e acrescentou “não vejo outra hipótese” (Neves, 2022). É decepcionante que o entrevistador não tenha questionado a natureza por detrás da assertividade das declarações, no entanto, sugere-se cruzá-las com uma outra declaração, na qual se manifestou que chegou “o momento ideal para posicionar Santa Maria como local privilegiado” (Rodrigues, 2022), proferida por Bárbara Chaves, Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto. Chaves solicitou que fossem “encetados todos os contactos possíveis junto do Estado e da UE”, dado que atualmente existe outra “janela de oportunidade” que consiste num novo “pacote legislativo, apresentado pela CE, que pretende reforçar o sistema de conectividade por satélite da UE e, simultaneamente, reforçar a ação da Europa no que concerne a gestão do tráfego espacial” (Rodrigues, 2022). No final do mesmo ano, o Governo dos Açores assegurou que o porto espacial de Santa Maria avançaria em 2023 (Lusa, 2022c; RTP Açores, 2021a). Embora o sentido de urgência seja notório, este não se compatibilizou com a concretização efetiva. Para Miguel Gonçalves, coordenador nacional da Sociedade Planetária (*Planetary Society*), “vence a corrida e ganha a atenção de todos quem for o primeiro a construir uma base espacial” (Jornal Económico, 2021, p. II).

Voltando novamente à conferência “Estratégia dos Açores para o Espaço”, os impactos “reais” relativos às operações de lançamento de satélites, tal como todo o aparelho infraestrutural necessário para levar a cabo essas estratégias, não foram um tema focal. Luís Santos, antigo Coordenador da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço (EMA-Espaço), abordou o tema de forma abreviada ao declarar que “o plano de implementação terá uma estratégia ambiental” (Governo Regional dos Açores, 2021). Na prática, esta conferência ilustrou “como ser político afetivamente” (Anderson, 2006, p. 748). Para o efeito, o entrelaçamento entre “esperança” e “tecnologia” obscurece a ação política. Simultaneamente, de uma forma paradoxal, este mecanismo está repleto de ideologia, no sentido em que o aparato da tecno-esperança parece corresponder ao que Žižek (1994) definiu como um fenómeno ideológico: “a rede esquiva de pressupostos e atitudes implícitos, quase ‘espontâneos’, que constituem um momento irreduzível da reprodução de [práticas] ‘não ideológicas’” (p. 15). A esta luz, a tecno-esperança parece discernível e profundamente performativa nos últimos discursos e acontecimentos: uma espécie de júbilo contínuo, indestrutível; que não repousa sobre um indivíduo em particular, é antes uma “esperança” cultivada coletivamente, onde o coletivo determina “o que se pode esperar” (Anderson, 2006, p. 746). No entanto, este cultivo está a ser feito *dentro* e *para* uma esfera particular: a governamental, institucional e empresarial. O próprio procedimento evidencia a inexistência de uma preocupação mais ampla, que transpareceu ao longo da conferência, uma vez que o segundo concurso terá sido lançado devido à “ausência de estudos económico-financeiros e de impacto ambiental” (Lusa, 2022b) do anterior.

No mecanismo discursivo da tecno-esperança, o progresso é “transcender sem transcendência” (Bloch, [1954] 1995, p. 210). Enquanto dispositivo, a tecno-esperança força o reconhecimento de “paisagens técnicas de controlo” (Paasi, 2009, p. 226). Estas paisagens são percecionadas como sendo distantes do *próprio* território. Dito de outro modo, mesmo que a “esperança” pareça apelar apenas a sensações emotivas, a sua associação a eventos tecnológicos não é nada além de pragmática. Inscrevendo-se num discurso que aspira à urbanização para além da atmosfera, é eficaz

na desconsideração das infraestruturas requeridas para esse esforço. Na aspiração à criação de uma “atmosfera eletrônica” (Sloterdijk, [2005] 2008, p. 21), a matéria, o peso e o volume necessários para empreender o lançamento dos satélites desvanecem-se. Ora, é precisamente a virtualização da operação que revela a concretização da tecno-esperança como um instrumento político.

No campo da exploração espacial, a produção tecnológica sustenta o impulso para o poder e as tecnologias parecem automatizar, em certa medida, o ato de decisão. Caminha-se para uma “ubiquidade de soluções” em que as respostas podem ser ampliadas ou, adotando a teoria de Virilio (2013), “uma espécie de *résumé du monde* obtido pela ubiquidade” (p. 7). O instrumento da tecno-esperança é, portanto, uma ferramenta crucial nesta especialização amplificada sob a autoridade suprema do “desenvolvimento”. Um dos desenhos no âmbito da *The March of Intellect*, de William Heath, retrata o futuro com ironia e exacerbação, repleto de tecnologia como resposta [fig. 7.5]. Retomando o repto de Price, talvez seja conveniente introduzir uma das convicções de Allenby e Sarewitz (2011): “a tecnologia não é a resposta nem a pergunta, é apenas a condição” (p. v).

Nesta operação dominada por uma esperança tecnológica intrínseca, tanto o Estado, como o Governo Regional, empresas, corporações e instituições estão implicados num arranjo territorial, atestado pela asserção de que a “Estratégia dos Açores para o Espaço’ unirá as nove ilhas, num exercício comum de melhoria do nosso território, do nosso conhecimento e das nossas capacidades para um novo desenvolvimento para os Açores” (Governo Regional dos Açores, 2021). Ora, a tecno-esperança implica uma ambição de progresso, ampliada também ao território. Como Brenner e Elden (2009) escreveram, “o próprio conceito de ‘desenvolvimento’ passou a ser amplamente compreendido em termos territoriais” (p. 369). A essência da operação de esperança pode ser contemplada na seguinte transcrição:

podemos dizer que, quando se trata daquilo a que se chama “desenvolvimento” ou “crescimento”, a ordem é, acima de tudo, não prestar atenção. O crescimento é uma questão do que preside sobre tudo o resto, incluindo – somos obrigados a pensar – a possibilidade de compensar todos os danos que são o seu preço. (Stengers, [2009] 2015, p. 61)

O caso de Santa Maria consiste num exemplo de que, “sob a superfície desta visão moderna voluntariamente esperançosa, a mentalidade milenar do outro-mundo permaneceu intacta no âmago da cultura ocidental” (Noble, 1997, cap. 8). Sugere-se que o esboço anterior de algumas das manifestações da tecno-esperança – os seus discursos e políticas – dê lugar à argumentação de que o objetivo eventual deste instrumento assenta mais no projeto de Fuga da Ilha do que no da Ilha Espacial.

A fuga da ilha (ou o ponto de vista vertical)

Noble (1997) escreveu que “aquilo a que hoje chamamos espaço costumava ser conhecido como o céu. Desde as suas primeiras expressões, o encantamento dos voos espaciais estava fundamentalmente ligado à perspectiva de outro-mundo de ascensão celestial” (cap. 9). Dentro da mesma linha de raciocínio, “o voo também ressoava com os impulsos e símbolos mais profundos da mitologia religiosa e particularmente a cristã – nada menos do que a ascensão de Cristo” (cap. 9). Esta dimensão divina, a vertical, ou melhor, a dimensão do poder, “coloca todo um conjunto de desafios sobre a forma como se pode pensar uma paisagem e como se podem construir relações de poder em torno dessas questões” (Elden, 2013b, pp. 35-36). Além disso, “embora este domínio vertical seja concebido como uma estratificação de esferas e trajetórias de voo, é também um local de acumulação de capital, repleto de equipamento metálico, materiais sintéticos e resíduos tóxicos” (Parks, 2013, pp. 419-420) [fig. 7.6]. Considerando que se reconhece uma ambição de transcendência, “as nuances da nossa perspectiva inevitavelmente antropocêntrica devem ser devidamente criticadas”, portanto, “as implicações éticas” podem ser abordadas (Armstrong, 2019, p. 149).



Fig. 7.5 - The March of Intellect, "Lord how this world improves as we grow older", Paul Pry (pseudónimo de William Heath), 1829. Penn-Gaskell Collection.

Tal como foi salientado no início da segunda parte da tese, estão em curso geopolíticas verticais cujas operações "são mediadas por disposições tecnológicas" (Klinger, 2019a, p. 15). Todos os mecanismos parecem implicar progresso, movimento e esperança. Sob o instrumento tecno-esperança, a alvorada prevista para a ilha emerge como uma ressurreição. Esta renovação, transferindo uma expressão de Fromm ([1968] 2010), "não é a criação de *outra realidade* após a realidade *desta* vida, mas a transformação *desta* realidade no sentido de uma maior vivacidade" (cap. 6). A "capacitação, atração e fixação de recursos humanos e a alavancagem do desenvolvimento económico e industrial da Região" (Governo Regional dos Açores, 2022c, p. 15) consistem nalguns dos efeitos esperados do investimento no sector espacial. A tecno-esperança surge como escapatória à condição de "ilha caída"¹⁰. Atente-se ao que Ricardo Conde escreveu:

[é] esta [vida] que conheço, que partilho com biliões [sic] de outros seres numa dependência em equilíbrio perfeito, que, sendo frágil e já desequilibrada, nos força [sic] a olhar para fora de nós, para fora daqui, como se já não chegasse este espaço que ocupamos, ou porque já não há assim tanta esperança aqui. (Conde, s.d., s.p.)

Por outras palavras, se "aqui", no terrestre, a esperança está a desaparecer, pode ser "encontrada" noutro lugar. Através da tecno-esperança, estes domínios exteriores e alienados reconstituem a promessa de um "equilíbrio perfeito". No entanto, como diz Marta Peirano, "a fantasia de largar este planeta – que já desperdiçámos, e saltar para o Planeta B – também nos torna muito vulneráveis a

10 Numa alusão aos "anjos caídos" bíblicos.

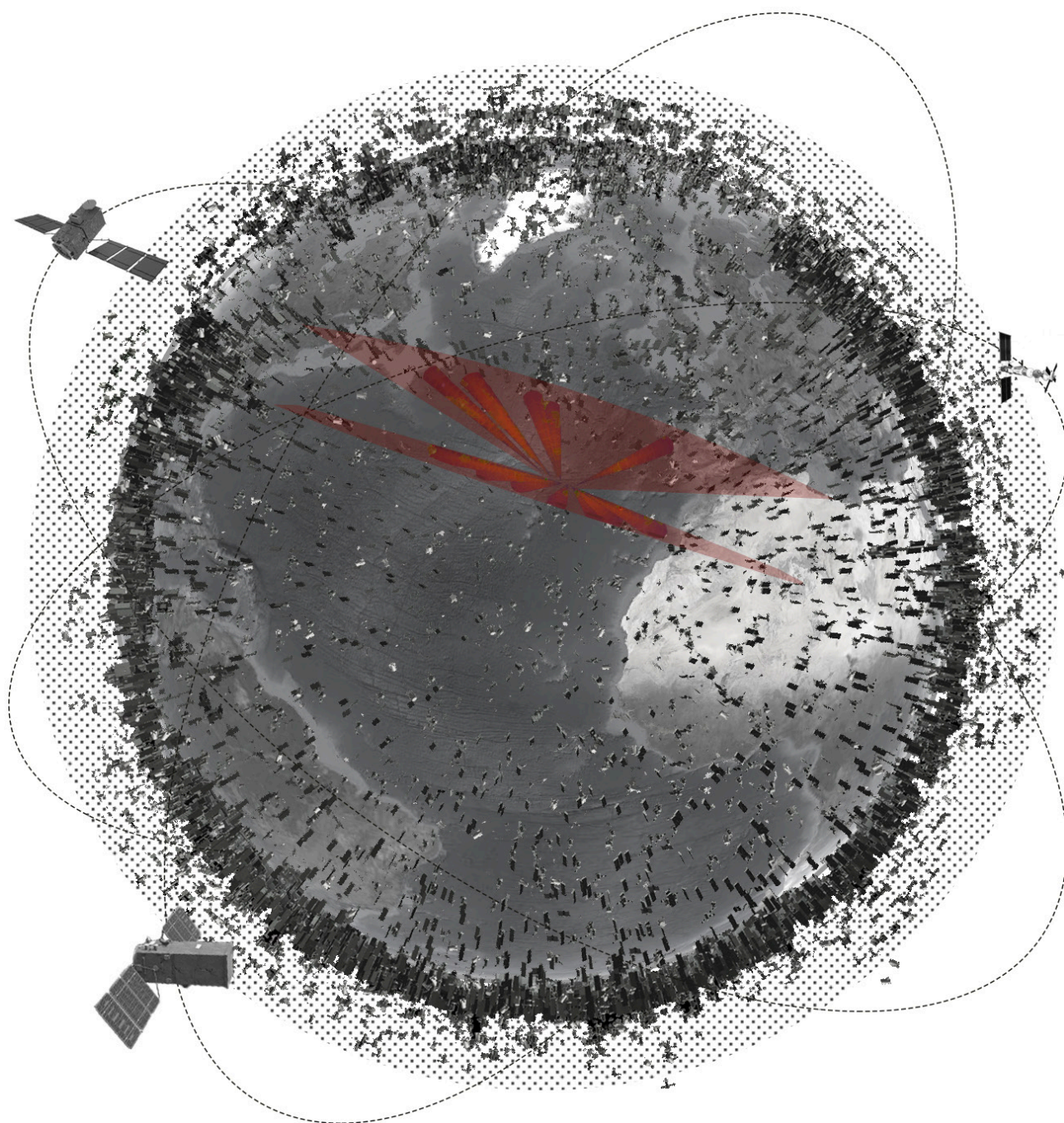


Fig. 7.6 - Radar localizado em Santa Maria, em funcionamento desde junho de 2023.

empreendimentos oportunistas” (Robinson, 2022, p. 16). A infraestrutura-base está definida para ser localizada numa ilha, no entanto, a aspiração é partir daí, para chegar a outros meios. O que permanece no terreno é a realidade material dessas infraestruturas, os marienses e a própria ilha.

Neste raciocínio, o aparelho da tecno-esperança, enquanto instrumento político, gera distância em relação aos territórios sobre os quais atua. A ilha torna-se “uma posição”: um mero local para apontar num mapa durante conversas sobre estratégias e políticas globais. Uma mancha para ser vista de cima, dentro de um discurso político plano. A tecno-esperança tem esta capacidade de reduzir materialidades, seres humanos e não-humanos a uma dimensão inútil. Se “tornar-se esperançoso

incorpora uma ‘recusa radical em considerar possibilidades’” (Anderson, 2006, p. 742), neste caso, a tecnologia associada à incorporação do desejo obscurece os seus potenciais efeitos concretos.

O propósito da transcendência, o objetivo de alcançar níveis mais elevados dentro da lei da gravidade, esconde o que acontece no terreno. Se o porto espacial não for formalizado, a própria ilha corre o risco de “cair”, tal como os anjos rebeldes [fig. 7.7]. Do mesmo modo, os ilhéus podem ser levados a um estado de pandemônio se a ordem prevista não for seguida. O fascínio pela “figura” da ilha não permite um escrutínio significativo dos cenários técnicos, o que, por sua vez, retira a importância à geomorfologia, ou seja, à ilha propriamente dita. Essencialmente, parece faltar uma abordagem da ilha de Santa Maria “nos seus próprios termos” (Baldacchino, 2004; Dawson & Pugh, 2021).

A provocação de Brand (1968) de que “[s]omos como deuses e mais vale sermos bons nisso” (s.p.) ecoou na teoria de Allenby e Sarewitz (2011): “[s]omos como deuses? Não, pois criámos o poder, mas não a mente” (p. 11); até chegarem a uma espécie de conclusão: “[n]ão estamos, afinal, nem nas mãos de Deus nem de Darwin, mas nas nossas” (Allenby & Sarewitz, 2011, p. 19). De facto, as máquinas e o transcendental coexistem frequentemente (Noble, 1997, cap. 7), resultando na substituição da dádiva por operações tecnológicas, consubstanciadas em enquadramentos digitais desde e para a Terra. Para já, o ponto de vista vertical prevalece sobre a própria ilha.

Descida vertiginosa, em direção a um aeropocalipse

Como podemos responder à exigência de Sloterdijk de tornar explícitas as condições do ar? É possível ver o futuro como sombrio, e cada vez mais sombrio, rejeitando assim a falsa esperança oferecida pela ciência positivista e pelas soluções económicas desesperadas, mas sem cair no desespero? (Ghosn & Jazairy, 2014, p. 146)

Imaginemos o rescaldo do empreendimento movido pela tecno-esperança. Na pequena ilha foram prometidos empregos, crescimento da economia, diversificação de atividades turísticas, assim como benefícios sociais. Mas, na realidade, para onde foram direcionadas essas promessas? E quanto aos riscos territoriais e ambientais não contabilizados? Nesta sequência de compromissos, quais são as dependências laborais? Como considerar os não-humanos nesta malha de esperança? Fundamentalmente, como Žižek (2011) questiona de forma reiterada: *e na manhã seguinte?*

O conceito de tecno-esperança baseia-se em crenças e tecnologia. Acredita-se que a tecnologia *vai fazê-lo*, mesmo que ainda não tenha sido provado. Esta pressuposição é impulsionada pela convicção de que a tecnologia *tem de fazê-lo* para *nos* salvar do esquecimento. Ora, o plano para a Ilha Espacial intersecta a percepção de que a tecnologia *nos* pode salvar. A realização das premissas da tecno-esperança funciona como uma espécie de “ponto zero”, no sentido em que pode dar origem a um evento apocalíptico. Este último não tem necessariamente de aparecer como “o fim do mundo” – o “fim” pode surgir quase como despercebido e silencioso.

A rutura entre o impulso da tecno-esperança e a descida vertiginosa parece necessária para se atingir o “aeropocalipse” (Ghosn & Jazairy, 2014). Este limiar prefigura o futuro: entre o sonho e o desespero, a charneira marca um desvio potencial no imaginário coletivo. É uma hipótese partilhada que pode inverter a modalidade da visão concertada, numa transição de um modo de confiança para um modo de desespero. Nesta perspetiva, se “a guerra é a técnica de rutura por excelência” (Hui, 2019, 12º para.), será que a “concorrência global sobre o desenvolvimento da inteligência artificial e da tecnologia espacial [poderia] tornar-se a nova condição de uma tal guerra?” (24º para.). A esta luz, parece que a tecnologia se torna, “simultaneamente, escatologia” (Noble, 1997, cap. 2).

De facto, talvez se possa definir o apocalipse como o “momento da desorientação – uma perda de direção” (Hui, 2019, 22º para.). Além disso, “tal desorientação pode ser vista como uma



Fig. 7.7 – Irmãos de Limbourg, *Très Riches Heures du duc de Berry*, fólio 64, verso: “La Chute des anges rebelles”, c. 1411-1416.

desterritorialização¹¹ desejável e necessária do capitalismo contemporâneo, que facilita a acumulação para além das restrições temporais e espaciais” (Hui, 2019, 23º para.). A dupla operação de abstração e exploração do espaço atmosférico é simultânea à exploração do meio terrestre e marítimo. Em última análise, a ilha de Santa Maria parece fazer parte de um processo de sincronização territorial, no qual o “mundo” é animado através da ciência e da tecnologia. No entanto, decalcando mais uma vez da teoria de Hui (2019), este movimento “também atrai o mundo para o eixo temporal global que, animado pelo humanismo, está a caminhar para um fim apocalíptico” (14º para.).

Neste ardil contemporâneo, a condição insular revela-se inescapável. A operação começa a ser engendrada no terreno, para depois se reforçar e continuar como uma “missão”, um “imperativo coletivo”. Neste caso, a exortação à demanda conjunta é sustentada na história nacional, como manifestado de forma explícita: “nós, portugueses, somos exploradores” (Governo Regional dos Açores, 2021). Assim, a reiteração da missão perde facilmente de vista a sua base, no terreno. De facto, à semelhança da aviação, a exploração espacial oferece uma “rutura radical” “contra uma sociedade ao nível do chão” (Graham, 2018, p. 52). Por um lado, o revisionismo histórico do colonialismo, mediado pela tecno-esperança, escamoteia causas e consequências, como se um rolo compressor reduzisse o passado e o apresentasse com uma única camada bidimensional, inquestionável e irrelevante. Daqui sobressai a incumbência (superior) que terá estado por detrás das “façanhas”. Por outro lado, a escusa da condição presente parece ter como única missão *pôr os olhos no futuro*. A confluência destas manobras deriva mesmo numa ação irrestrita, como ilustra a ideia de que “[p]recisamos de colonizar outros mundos, mas levamos as fragilidades da nossa espécie” (Conde, s.d.).

Resumidamente, as vulnerabilidades da tecno-esperança parecem extremamente ligadas a uma finalidade apocalíptica. “Apocalipse” deriva do termo grego *apokálypsis* e significa “revelação” ou “descoberta” – tal como denota o nome alternativo do “Livro da Revelação”, também conhecido como o “Apocalipse de São João” (Noble, 1997). Ao referir-se à natureza apocalíptica dos hiperobjetos, Morton (2013) escreveu que “não nos catapultam para um além. Pelo contrário, fixam-nos mais firmemente no local, que já não é uma inserção no mundo” (p. 144). É precisamente aqui que reside o eventual aeropocalipse, na revelação dos resultados tangíveis do aparato da tecno-esperança. Neste sentido, não emerge como um desaparecimento ou transcendentalismo, mas enquanto esgotamento das condições que apaziguaram uma existência terrena. Uma possível revelação poderia pôr em causa os fundamentos do processo que conduz a essa mesma exposição. A perda de coordenadas, na perspetiva de Sloterdijk ([2005] 2008), pode enquadrar-se neste caso como o efeito do desvelamento: a população e a ilha aparecem à margem do foco das preocupações. Fundamentalmente, esta transição potencial – da esperança à frustração – entende-se como a consubstanciação do aeropocalipse.

O Anjo da História, segundo a famosa interpretação de Walter Benjamin, olha para o passado, embora a força impetuosa do progresso o impulse para o futuro [fig. 7.8]. Esta metáfora serve para conceber perspetivas alternativas a um aeroapocalipse ou, por outras palavras, para “imaginar uma bifurcação do futuro que, em vez de avançar para o apocalipse, diverge dele e multiplica-se” (Hui, 2019, 18º para.).

Perante a potencial perspetiva vertiginosa, o imbricamento entre a esperança e o apocalipse precipita uma reflexão produtiva. Entre o “ainda-não” e a sua realização efetiva, existe um imaginário coletivo cuja essência pode mudar de forma radical. A lente poderá incidir no que está agora a emergir. A possibilidade da construção do porto espacial (e respetivas operações anexas) encerra em si mesma a possibilidade de desdobramento em vários cenários, incluindo novas estruturas e começos. Afinal, este capítulo consiste num incitamento à reflexão para além do fim do mundo, a partir de uma ilha.

Posto isto, o desígnio da tecno-esperança deixa para trás a materialização da missão espacial. A política da esperança, neste contexto, permanece no espectro superior, olhando e medindo a Terra a partir de cima. A importância inegável destas atividades pode ser acompanhada por um retorno ao chão – o que Latour (2017) nos exorta a fazer. Aterremos, pois, na ilha.

11 Ou, em vez disso, uma “reterritorialização”, como se argumentou na introdução.



Fig. 7.8 - Paul Klee, *Angelus Novus*, 1920. Museu de Israel.

De volta ao chão

Desde o final do século XX e durante todo o século XXI, os projetos que aspiram à exploração e regulação do espaço aéreo e sideral fazem parte de uma agenda dita “global”. As geografias arquipelágicas da esperança preveem e convocam o “futuro”, sendo que a ilha de Santa Maria parece ser o próximo epicentro, onde um novo começo é prometido. Contudo, a retórica da salvação e da rutura não consegue transmitir que “as estruturas sociais, políticas e económicas permanecem duradouras e influentes” (Goldstein & Nost, 2022, p. 6), revelando, em certa medida, uma dissociação em relação à mudança socioeconómica antecipada.

A busca de uma monitorização da condição planetária através do seu cálculo, vigilância e manipulação, abrange a compreensão do objeto-Terra, ou seja, da sua totalidade. Nas palavras de Bratton (2021): “nada é mais promissor para a compreensão e a construção de uma planetaridade viável ou não viável do que a perspetiva de uma computação à escala planetária” (p. 15). A compreensão do planeta, na sua totalidade, é transversal à maioria dos discursos hodiernos, na medida em que “o próprio conceito de ‘alterações climáticas’ está entre as realizações desta megaestrutura” (Bratton, 2021, p. 15).

No entanto, a dimensão particular emerge como (quase) insignificante nos meandros deste processo de focalização ampla. A tese de Morton (2013) sobre a impossibilidade de qualquer holismo revela-se útil neste argumento. Considerando que o “*mundo* é um efeito estético baseado numa indefinição e distância estética” (Morton, 2013, p. 104), e que o conceito de “mundo” “não está, de modo algum, a fazer o que deveria para ajudar a crítica ecológica” (p. 106), a atenção aos ecossistemas localizados talvez funcione enquanto metodologia alternativa. Se a Global Agenda Council on Space Security (2015) usa como um dos seus lemas “trazer o espaço para a Terra”, acrescenta-se: e *observar o que acontece no solo terrestre*. Neste deslocamento, “o infinito deixa de ser abstrato e começa a tornar-se muito preciso” (Morton, 2013, p. 79).

O propósito destas páginas foi a articulação entre o conceito de “tecno-esperança” e o de “aeropocalipse” à luz do projeto de construção e exploração do porto espacial de Santa Maria. Um dos resultados deste exercício é o reconhecimento de um instrumento tecnológico-esperançoso implícito nos discursos e políticas governamentais. Para além disso, outra ilação possível é que a perspetiva deste cenário apocalíptico parece revelar um “olhar eco-colonial” (Grydehøj, 2017, p. 10), uma espécie de ecologia colonial contemporânea que parte de uma ilha no meio do Oceano Atlântico. Esta sobreposição pode permitir-nos antecipar os cenários, ou pelo menos algumas consequências, da fusão do poder político com a tecno-esperança nos Açores. Neste exercício, permanecem questões críticas sobre quem beneficiará dos projetos de exploração espacial, caso estes avancem.

Se a esperança “exemplifica uma disposição que proporciona um imperativo dinâmico à ação na medida em que permite que os corpos *continuem*” (Anderson, 2006, p. 744), a tecno-esperança insta que este progresso continue. Nesta contingência, o entendimento dos “negócios como de costume” (*business-as-usual*) limita tanto a discussão como a consulta pública. O aparelho da tecno-esperança é simultaneamente originado e dirigido às mesmas entidades e indivíduos, justificando-se através de uma repetição narrativa: combina progresso, futuro, emprego, vida melhor, evolução e crescimento, tudo sob a mesma “cúpula”. Nesta circularidade esperançosa, emerge a existência de uma clivagem entre o domínio governamental/corporativo e a territorialidade-por-vir, manifestada na despreocupação com a materialidade das operações que se avizinham.

A importância da tecnologia de satélite na vida contemporânea é inegável, tal como os avanços na exploração científica e no conhecimento, na ciência climática e nas telecomunicações. Não obstante, o progresso previsto sob um quadro de tecno-esperança deve ser sujeito a uma análise territorial e social – caso contrário, as necessidades dos açorianos provavelmente revelar-se-ão não contabilizadas e, portanto, negligenciadas. Admitindo o reconhecimento do papel político e estratégico dos cenários especulativos de exploração espacial, acrescenta-se que este arquipélago provavelmente continuará suscetível a instrumentos normativos novos ou ajustados, subordinados à política global.

No que concerne a política espacial, como foi referido em *Geopolíticas Verticais*, o quadro legislativo e regulamentar continua por formular. Por conseguinte, reconhece-se a urgência política na abordagem à estratégia espacial açoriana. Até a este momento, a situação parece assemelhar-se à “construção de um avião enquanto se voa nele”, adotando uma expressão de Sammler (2018, p. 27).

De facto, não existe algo puramente “virtual”, uma vez que também é intrinsecamente material, territorial e social. Não existe algo como uma nuvem digital, nem um controlo imaterial. Através da tecno-esperança, as empresas e instituições, tanto públicas como privadas, constroem o esquecimento destas interdependências. Quando o reconhecimento desta interligação emerge, a perspetiva da situação poderá distanciar-se do cenário idealizado. A realidade material destas operações parece desaparecer – ou, pelo menos, é relegada para segundo plano. Em última análise, a tecno-esperança pode traduzir-se numa eventual perda de insularidade ou numa perda de coordenadas: eis a consequência apocalíptica.

Para concluir, o ponto de vista de referência pressupõe um alinhamento com o raciocínio de Appadurai ([1996] 2010): “[a] imaginação é hoje um palco de ação, e não apenas uma paisagem” (p. 7). As manifestações esperançosas contemporâneas sobressaem como capazes de volatilizar matérias substanciais, volumes, pesos e impactos. A esperança de modernização ofusca o terreno a partir do qual a operação será conduzida – e a fuga da ilha deixa para trás a própria ilha.

terceira parte

território operativo

8

ORDEM ELÉTRICA



Fig. 8.1 - John Linnell, *Landscape (The Windmill)*, 1844-5.

Ecologias da energia

O grego *enérgeia*, cuja tradução literal é “atividade, operação”, remonta ao conceito formulado por Aristóteles (Daggett, 2019; Marder, 2017). A partir de meados do século XIX, a energia começou a ser medida de forma sistematizada, ou seja, passou a ser contabilizada [fig. 8.1]. Tal como o trabalho foi imputado à atividade humana, “a energia foi imputada à natureza na medida em que produz trabalho” (Illich, [1983] 2010, p. 14) – um processo que Mumford ([1934] 2010) designou de “conversão”. Ao falar-se de calor, do poder da água numa cascata, de alimentos, mais recentemente de baterias, fala-se de joules, calorias ou quilowatt-hora (Calder, 2022, p. xv).

A ideia da circularidade da energia como um todo é profundamente moderna (Daggett, 2019). A *enérgeia* vincula uma totalidade, não uma ausência; é um contínuo movimento sem ser movido (Marder, 2017). Por um lado, “a matéria é apenas energia capturada” (Moe, 2013, p. 3). Por outro, “a matéria é sinónimo de energia armazenada à espera de ser libertada” (Marder, 2017, cap. 6). Ambas as perspectivas designam um estado de armazenamento da energia, mais precisamente, uma condição que remete para a sua capacidade potencial. Dito de outra forma, na sua aceção atual, a energia é sinónimo de potencialidade. Em termos práticos, “[a] energia é uma questão de diferença, de trânsito, de transição e de alteração, de alteridade no ser e no devir” (Marder, 2017, cap. 1). Enquanto espera pelo estado de libertação, aguarda atividade e movimento – antevendo, por sua vez, a energia cinética. Ora, ao ser intrinsecamente ligada à matéria, o vínculo entre energia e arquitetura é necessariamente ontológico. Para além disso, tanto a arquitetura como a energia recorrem à noção de “excesso” (Moe, 2013): algo no projeto ou na obra que *está a mais*, é *excessivo*, no caso da primeira; ou a existência de um excesso energético, no caso da segunda.

O próprio metabolismo humano utiliza diferentes tipos de energia, concretamente, o calor de baixa intensidade que mantém o corpo a uma temperatura relativamente estável, a energia mecânica gerada pelos músculos e a estimulação elétrica no centro da atividade cerebral (Ivančić, 2010, p. 34; Ménard, 2023, p. 22). A eletricidade consolidou-se na década de 80 do século XIX como uma nova forma de transportar energia, tendo sido objeto de experimentação científica desde o século XVI¹ (Calder, 2022, p. 303). Desde a iluminação até à refrigeração, às comunicações, à internet, aos satélites, a eletricidade é praticamente ubíqua e absolutamente essencial para o funcionamento dos serviços mais elementares. Sob a lente da eletricidade, a materialidade arquitetónica é transversal a um conjunto alargado de domínios. Relembrando o capítulo introdutório da tese, parece evidente que o objeto da arquitetura não são (apenas) objetos. Neste sentido, a aproximação entre a arquitetura e os sistemas energéticos poderá ir além da discussão em torno da eficiência energética dos edifícios (common room, 2022).

A sensibilização para o imperativo de descarbonização preconizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) através da Agenda 2030, para além de outras formulações como o Pacto Ecológico Europeu, a Nova Bauhaus Europeia e o NextGenerationEU, constituem convocações acompanhadas por metas concretas, como o alcance da neutralidade carbónica até 2050. Ainda que a atenção dada à “energia limpa” seja pertinente, a “limpeza” implícita está sobretudo relacionada com os efeitos da utilização. Assim sendo, deixa de parte a transição concreta das fontes de energia, dos seus mecanismos de exploração e do próprio edificado. Tendo em consideração que a matéria não passa de energia capturada, é paradoxal almejar edifícios e infraestruturas enquanto formas efetivas de neutralidade carbónica (Moe, 2013).

A termodinâmica mapeou o planeta através da figura da energia (Daggett, 2019, p. 10). A primeira lei da termodinâmica ou lei da conservação da energia assegura-nos de que nada se perde, porque toda a energia é conservada. Por esta razão, a eficiência não deverá ser a única preocupação – por definição, a energia *não pode ser mais eficiente*: é constante. Esta lei tende a privilegiar a quantidade de energia em detrimento da qualidade. Consequentemente, “a arquitetura beneficiaria consideravelmente com uma perspetiva termodinamicamente mais completa da energia” (Moe, 2013, p. 25), a que tem em conta que “a energia será mantida em termos quantitativos, mas com qualidades diferentes” (Moe, 2013, p. 26). Por sua vez, a segunda lei da termodinâmica atende aos aspectos qualitativos ao estabelecer que, num sistema fechado, ao longo do tempo, haverá um aumento espontâneo da entropia (Ivančić, 2010, p. 81). Recorrendo à teoria de Fuller ([1969] 2019, p. 47), o aumento da inadequação deve-se precisamente à entropia. Apesar de a formulação do arquiteto atender à parte reduzida da humanidade que usufrui de uma vida digna, parece poder estabelecer-se um paralelo no campo da arquitetura, isto é, admitir o eventual aumento da inadequação arquitetónica resultante da entropia. Genericamente, a entropia designa a porção de energia dissipada resultante das alterações dentro de um sistema, ou seja, a energia que deixa de estar disponível para efetuar trabalho – mais especificamente, o que se designa por exergia. Em termos concretos, uma diminuição da exergia implica uma diminuição da qualidade da energia (Moe, 2013). Moe (2013) sublinhou que parte da quantidade da entropia pode ser antecipada. Por outras palavras, a entropia (ou melhor, a exergia) é a variável que pode ser projetada, por depender do sistema.

As arquiteturas da energia são, portanto, contingentes. Posto isto, parte da contingência é passível de ser desenhada, projetada. A partir de 1974, no contexto da crise do petróleo e em colaboração com a *Electricité de France* (EDF), Claude Parent iniciou uma reflexão sobre a arquitetura específica para as centrais nucleares (Rastello, 2008). Pouco depois, sob a liderança de Parent, criou-se o *Collège des architectes du nucléaire* que tinha como propósito “purificar formas, desenhar silhuetas graciosas e criar

Fig. 8.2 - Central Termoelétrica da ilha do Pico, São Roque do Pico, outubro de 2023.

1 O galvanismo, a ação de correntes elétricas em órgãos e organismos, conhecido no período de Shelley ([1818] 2021), evoca as experiências de Victor Frankenstein, que criou uma “criatura” animada com eletricidade.



novas paisagens arquitetônicas” (Rose, s.d., s.p.). O trabalho desenvolvido com a EDF foi relativamente difícil, como testemunhou Parent numa entrevista publicada em 2008: “[i]nicialmente, foram-nos dadas formas quase acabadas e foi-nos pedido que as melhorássemos. Fiz-lhes compreender que, se trabalhássemos desta forma, só incorreríamos em custos adicionais” (Rastello, 2008, p. 70). O arquiteto francês sublinhou o carácter pioneiro do compromisso que assumiu:

O contexto era diferente; nessa altura não se falava de energia como se fala agora. (...) Eu já sabia que, para nós, a energia era tudo, que todos nós éramos pequenos pedaços de energia que se juntavam, por isso para mim era quase sagrado. Eu não podia permitir que se construíssem fábricas vagas, como acontecia com as centrais térmicas, especialmente nos locais onde as centrais estavam a ser construídas. Por isso, queria que houvesse um forte carácter arquitetónico, independentemente da dimensão, por respeito pelos locais. Tratava-se de fazer um novo estado de coisas e de levar o público não só a aceitá-lo, mas também a familiarizar-se com as centrais. (Rastello, 2008, p. 72)

Alguns dos nomes “provocadores” que atribuiu aos desenhos – adjetivo utilizado pelo próprio Parent (Rastello, 2008) – aludiam aos primeiros futuristas italianos (Rose, s.d.), como por exemplo *Les Temples*, *Les Pieds de Tout Ankh Amon*, *Les Amphores*, *Les Orgues*, *Les Hottes*, *Les Pattes du Tigre*. Este último desenho evoca, de certa forma, o *Centrale elettrica*, de Antonio Sant’Elia. Durante a mesma entrevista, Parent relatou o episódio do encontro com Oscar Niemeyer durante a fase dos projetos iniciais promovidos pela EDF: “[Niemeyer] veio, pegou num rolo, desenrolou-o e desenhou durante uma hora com as suas canetas de feltro. Colocou os reatores muito mais longe do que era necessário. Resumindo, eles [EDF] assustaram-se” (Rastello, 2008, p. 70). A colaboração entre o *Collège des architectes du nucléaire* e Niemeyer não se firmou, mas o grupo prosseguiu na procura de “dar uma silhueta coerente ao conjunto. Tratava-se de purificar as formas e de lhes dar o carácter de esfera ou de semiesfera, nomeadamente para o local de fusão nuclear” (Rastello, 2008, p. 72). A consciência das implicações do desenho em termos de termodinâmica era evidente. Nas palavras de Parent:

Não se pode colocá-los [reatores] muito próximos uns dos outros devido ao fenómeno de ressonância: quando a forma deixa de poder absorver as vibrações, parte-se. O ar que entra pelo fundo encontra a água que desce, que é quente, e a corrente de ar faz com que arrefeça à medida que passa. (Rastello, 2008, p. 74)

Este trecho evidencia o compromisso de compatibilização entre a forma e a técnica através do desenho. Assim sendo, há que projetar com a entropia, o que implica um processo de análise da adequação das formas – uma determinação incutida aos estudantes dos cursos de arquitetura. Por conseguinte, a preservação da baixa entropia e simultânea maximização da eficiência energética é um dos propósitos subjacentes às declarações de Parent; no fundo, para se “manter a capacidade de trabalho de um sistema” (Moe, 2013, p. 32). Afinal, é desejável projetar-se de forma a que a energia dissipada não seja realmente desperdiçada; em vez disso, pode ser reutilizada para outro fim (Moe, 2013). Portanto, projetar em consonância com a segunda lei da termodinâmica pressupõe, assim, a antecipação de um possível retorno da energia que tenha em conta a estrutura dissipativa de sistemas abertos (Moe, 2013). Posto isto, a segunda lei da termodinâmica amplia a aceção dos edifícios enquanto objetos performativos, ou seja, inclui os sistemas que convergem no edificado. Indevidamente entendidos como externalidades, esses sistemas integram as cadeias de abastecimento de materiais, as condições laborais dos trabalhadores, as consequências ambientais e as hierarquias energéticas (Moe, 2013).

De forma recorrente, os modelos que se regem exclusivamente pela otimização não admitem desvios (Hui, 2018; Moe, 2013; Monbiot, 2022). Concomitantemente, a eficiência energética pode resultar num aumento de consumo negligente, como se procurou ilustrar no capítulo *Natureza Depois da Natureza*. Neste sentido, os arquitetos podem almejar projetar “logísticas energéticas mais desejáveis”

(Moe, 2013, p. 55). As infraestruturas trabalham com o tempo, pelo que são suscetíveis à mudança (Allen, 1999). Um equilíbrio aceitável será especificar o que é determinado e o que pode ser mutável, atribuindo correspondentemente um carácter de precisão ou de indeterminação a essas infraestruturas.

A arquitetura da energia representa e molda a natureza das discussões políticas.² Recorde-se que o discurso proferido em 1953 pelo então Presidente dos Estados Unidos da América, Dwight D. Eisenhower, equiparou o átomo a um veiculador da paz. Em 1955, criou-se o Comité Científico das Nações Unidas sobre os Efeitos da Radiação Atómica; em 1957, a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). Ainda que Eisenhower tenha advertido a propósito dos perigos das armas nucleares, o intuito da sua comunicação “não era o de intimidação, mas o de esperança” (Eldar, Kofsky & Maor, 2023, p. 182) através da proposta de um programa de colaboração e de partilha do conhecimento. Conforme Kempf (2022) observou, a produção elétrica através do nuclear implica um sistema muito centralizado e com uma tecnologia massiva, portanto, mais vulnerável em comparação com os sistemas de produção elétrica com componentes dispersas.

Para além disso, Kempf (2022) adiantou que as alterações climáticas poderão aumentar a tensão internacional em torno da produção da energia elétrica nuclear. Em termos práticos, o “átomo da paz” pressupõe a pacificação permanente, cujo suposto carácter inabalável é rapidamente desfeito quando confrontado com alguns efeitos das referidas alterações climáticas e de outros fenómenos como sismos, inundações, tempestades, guerras, terrorismo. Por outras palavras, afigura-se demasiado difícil garantir a segurança nuclear, tanto em termos estratégicos, como financeiros. Ainda que algumas das premissas científicas apaziguem a utilização do nuclear para a produção elétrica, a dimensão política não deve ser descurada. No fundo, o nuclear está intrinsecamente associado à bomba atómica. A potência associada à energia nuclear reduz a separação entre uso civil e militar a uma linha ténue e frágil, cuja transposição remete para cenários demasiado arriscados – recorde-se os efeitos ambientais, materiais, sociais e políticos dos ataques russos na zona circundante à central nuclear de Khmelnytsky, na Ucrânia, no início de 2023. A essência do nuclear é militar, cujo secretismo intrínseco acaba por definir o regime político onde se inscreve (Kempf, 2022). A esta luz, “é contrária aos princípios de uma sociedade democrática” (Kempf, 2022, p. 50).

Em Portugal, não há produção de eletricidade com recurso à energia nuclear. Contudo, ainda que num grau distinto, o sistema centralizado, a tecnologia pesada e um certo secretismo são também observáveis nas centrais térmicas [fig. 8.2]. Nos Açores, há uma central térmica em cada uma das nove ilhas, ou seja, um centro eletroprodutor que recorre a combustíveis fósseis. As instalações mais antigas são as de Santa Maria, facto elucidado pela presença dos militares norte-americanos na ilha, – e referido no capítulo *Mitos e Imaginários Políticos*, – que instalaram a primeira central térmica em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial. A maior parte das centrais atuais sucedeu a pequenas centrais dispersas, a que chamavam de “centrais comunitárias” ou “sociedades de luz” e que colmatavam a exígua cobertura por rede elétrica de serviço público (Simas, 1997, p. 324). Estes primeiros centros de produção eram geridos localmente, tendo sido paulatinamente desativados com o início da atividade das novas instalações e a entrada ao serviço de novas linhas de transporte. Talvez se possa comparar a transição das centrais comunitárias para as centrais térmicas atuais à conversão das estações de cabos telegráficos para os coaxiais (Starosielski, 2015); esta última transformação será analisada no capítulo *Oceano de Dados*. O investimento político e económico direcionado para o isolamento do sistema – dito de outro modo, para a proteção das instalações – concentrou os esforços numa arquitetura autónoma e confinada das centrais termoelétricas.

As quatro metas estabelecidas pela Região Autónoma dos Açores no relatório de 2020 são a suficiência energética, a eficiência energética, a eletrificação e a descarbonização (Direção Regional da Energia, 2020, p. 33), sendo que um dos objetivos concretos é atingir 80 % de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis até 2030 (Direção Regional da Energia, 2020, p. 45).

2 Conforme Daggett (2019) sublinhou: “foi apenas na década de 1970, na sequência da chamada crise do petróleo, que a energia (como o significante abrangente para o combustível) se consolidou e se popularizou como um objeto de política” (p. 4).



Fig. 8.3 - Rem Koolhaas e Madelon Vriesendorp, *The City of the Captive Globe*, 1972. The Howard Gilman Foundation, 1206.2000, MoMA.

Ilha, unidade energética

As ilhas são entendidas como “laboratórios” (Cross-Call, 2013) para aferir as questões que convergem nas discussões políticas em torno da energia. A administração do sistema de produção e distribuição de energia elétrica é gerida pela EDA - Eletricidade dos Açores, S.A.,³ criada em 1980. O processo de intervenção em todas as ilhas foi concluído somente em 1994, com a integração das Flores e do Corvo.⁴

Embora o sistema de produção, distribuição e transporte de energia elétrica seja comumente divulgado a nível arquipelágico, na verdade, está limitado a cada uma das ilhas. Conforme referido anteriormente, o mar constitui-se como um obstáculo a uma difusão da energia em rede, por essa razão os custos exorbitantes fazem com que não haja transferência de energia elétrica de ilha para ilha. Essencialmente, cada ilha funciona como um ecossistema energético que depende das suas infraestruturas para dar resposta às necessidades de consumo. Em suma, existe uma administração global, mas não existe um sistema global em rede. As arquiteturas são insulares porque obedecem a lógicas confinadas de produção de energia elétrica.

Em termos teóricos, a unidade do arquipélago serve para compensar o sistema, por outras palavras, para constituir uma articulação equilibrada. Por outro lado, em termos práticos, ao serem

³ O maior acionista é a Região Autónoma dos Açores (50,1 %), seguida da ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, S.A. (39,7 %), da EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A. (10 %) e de pequenos acionistas (0,2 %).

⁴ A iluminação nas ilhas açorianas começou pela utilização do azeite de peixe, do óleo extraído da baga do louro, passando pelo petróleo, até ao gás. Em 1899, iniciou-se a produção de eletricidade a partir da energia hidráulica em Vila Franca do Campo, São Miguel (Simas, 1997).

aferidas as partes (ou seja, as ilhas), os sistemas compensatórios são ineficazes. Neste caso não se pode redistribuir o excedente na malha energética local, regional ou nacional. A ilha funciona como um circuito fechado. A ideia de “arquipélago energético” (Lopez, 2022, p. 119) é paradoxal por pressupor, numa primeira leitura, a transmissão no meio aquático. No desenho de Rem Koolhaas, Madelon Vriesendorp e Zoe Zenghelis, a figura do arquipélago é representada pela definição do conjunto, isto é, de quarteirões-ilhas⁵ [fig. 8.3]. Talvez possa aludir, em certa medida, aos centros de produção insulares e ao sistema de solidariedade territorial implícito nesse mesmo regime. Neste sentido, a ilha energética põe em relevo a essência produtiva. Para além dos combustíveis fósseis, os restantes recursos utilizados variam de ilha para ilha e são o geotérmico, o hídrico, o eólico, o fotovoltaico, os resíduos e o biogás⁶.

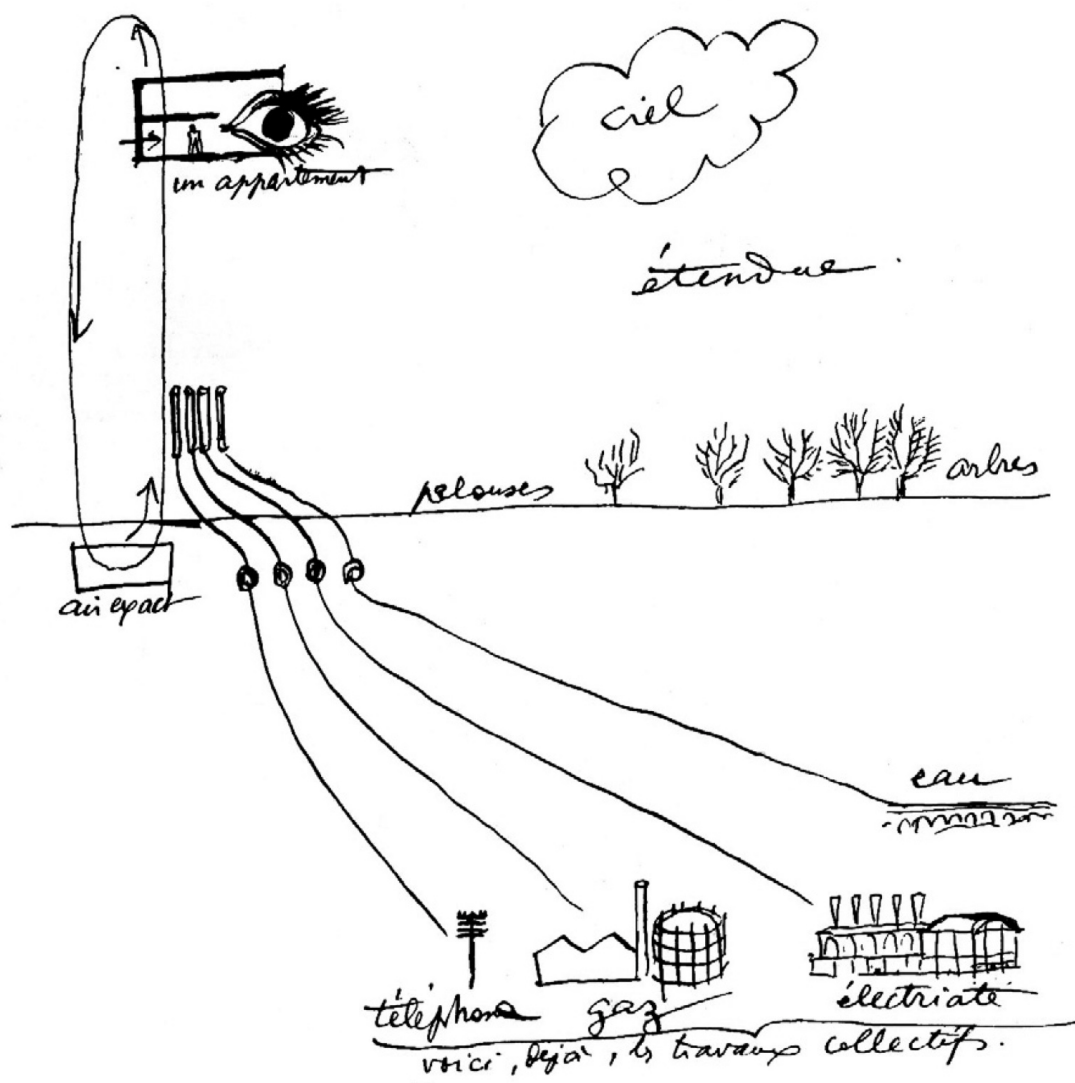


Fig. 8.4 - Le Corbusier, “Le terrain artificiel”, *La ville radieuse*, 1933. FLC/ADAGP.

⁵ A autoria das diversas versões do *The City of the Captive Globe* varia, sendo que a referência a Zoe Zenghelis não consta especificamente na versão apresentada na fig. 8.3.

⁶ A produção de energia elétrica por biogás é desenvolvida pela empresa Agraçor – Suínos dos Açores, SA, como subproduto da produção de carne (sobretudo de porco) em São Miguel. A contribuição para o “mix energético” da ilha é praticamente irrisório.

Territorialidades reticulares

Ora, refletir sobre centros de produção de eletricidade é, no fundo, refletir sobre ilhas dentro de ilhas (algumas mais visíveis do que outras), e cuja distribuição dos fluxos obedece a estruturas mais ou menos reticuladas. Não obstante, convergem na necessidade da alternativa ao uso de categorias como “paisagem natural”, uma vez que as infraestruturas são contingentes aos territórios.⁷ Há cerca de noventa anos, Le Corbusier desenhou e escreveu sobre uma nova condição territorial, marcada pelo atravessamento das redes que, por sua vez, eram distribuídas até às “unités d’habitation” [fig. 8.4].

Os sistemas energéticos regem-se por organizações hierárquicas (Moe, 2013), como se testemunhou no trabalho de campo decorrido entre setembro e novembro de 2023 nas nove ilhas do arquipélago. A excursão às centrais elétricas dos Açores sucedeu à das centrais da Islândia.⁸ Ambas as geografias partilham o Oceano Atlântico e a excecionalidade das condições geomorfológicas, em particular, a divergência de placas tectónicas. Tendo como propósito a investigação sobre as arquiteturas de energia materializadas nas ilhas, a viagem elegeu a produção de eletricidade como código para interpretar o território. Apesar de o país insular estar fora do âmbito de análise na presente tese, considera-se frutífero sublinhar alguns dos resultados da investigação comparativa.

A instabilidade intrínseca aos sistemas energéticos – de uma forma singular, aos insulares – salienta a característica da frequência da rede, referente à flutuação do estado da energia ao longo do tempo. A existência de hierarquias energéticas é, por isso, a base para a elaboração de estratégias para “alimentar” novamente o circuito. O sistema islandês difere substancialmente do açoriano, principalmente na questão do retorno da alimentação da rede ou, antes, da redundância energética. O “ciclo de interações mutuamente aprimoradas” (Moe, 2013, p. 41) permite que parte do sistema seja divergido para responder a outras necessidades: por exemplo, a utilização de água quente para abastecer os edifícios dos núcleos urbanos mais próximos da maioria das centrais geotérmicas da Islândia. De modo contrastante, não há aproveitamento subsequente da água geotérmica nos Açores.

Face ao contexto atual, “o futuro é elétrico” (Davies & Young, 2021, p. xxxi). A compreensão do sistema elétrico assenta, em larga medida, na questão das redes, em particular na sua autonomia e capacidade de interconexão. Ainda que o estudo das centrais de produção elétrica seja primordial, a condição de objetos isolados é inoperante. A ação imprescindível é a de colocar em rede, ou seja, o processo de reticulação dos objetos conectados a outros objetos (Lopez, 2022). Assim sendo, o sistema é composto pela conexão dos computadores, frigoríficos, carros, luminárias, entre uma panóplia de outros elementos. No fundo, “a rede é a figura do poder” (Lopez, 2022, p. 52) por ter a capacidade de vincular. A propósito dos vínculos:

(...) Giordano Bruno incorporou a magia moderna inicial da intersubjetividade numa teoria geral de ligações mútuas discretas entre objetos. (...) Bruno desenvolveu, numa espécie de tom cosmo-erotológico, uma teoria de fortes interdependências ou correspondências entre polos de energia (...) o vínculo – *vinculum* – é o conceito chave (...) (Sloterdijk, [1998] 2011, p. 218)

Evidentemente, Giordano Bruno viveu muito antes do início dos grandes avanços científicos a respeito da eletricidade. De qualquer modo, as circunstâncias vinculativas que descreveu podem englobar a questão hodierna das redes (elétricas), nomeadamente a redundância do sistema: “[q]uanto mais numerosos forem os componentes do vinculável, menos este estará limitado a determinados vínculos” (Bruno, [1591] 2021, p. 63). Em última instância, nada escapa à reflexão sobre relações, incluindo as coisas “que se vinculam através de outra coisa que as une, subordinam ou tornam possível. Tal é o

⁷ A partir da invenção do telégrafo em 1837, do telefone em 1876 e da rádio em 1896, os componentes tecnológicos dos sistemas de telecomunicação – como postes, fios elétricos, antenas e torres de transmissão – transformaram-se em símbolos e estruturas globais (Darò, 2022, p. 51).

⁸ No âmbito da prossecução da 18ª edição do Prémio Fernando Távora, com a proposta *Viagem às Arquiteturas Energéticas Insulares*. A excursão pela Islândia realizou-se em maio e junho de 2023.

caso de uma bela construção arquitetônica que se erige como resultado de partes sem forma” (Bruno, [1591] 2021, p. 25).



Fig. 8.5 - Sala de comando da Central Geotérmica do Pico Vermelho, ilha de São Miguel, novembro de 2023.

Paisagens entálpicas

Os Açores localizam-se na divergência das placas tectônicas euro-asiática, africana e americana, numa zona de fissura causadora da sismicidade e do vulcanismo (França et al., 2003, p. 4). A denominada Crista Média-Atlântica estende-se ao longo de 11300 quilómetros e está relacionada com o processo de expansão dos fundos oceânicos. A maior parte está submersa, no entanto, ergue-se até à superfície nalgumas zonas – o topo da montanha da ilha do Pico é uma manifestação da cordilheira, com 2351 metros de altitude. Subsequentemente, o arquipélago é promissor em matéria de recursos de energia renováveis. À medida que os gases vindos da terra vão perdendo intensidade, revelam uma condição natural extraordinária que engloba uma enorme quantidade de energia endógena no subsolo [fig. 8.5].

Nas porções de terra rodeadas de água, o potencial terrestre – e especificamente do subsolo – é amplificado. As regiões tectonicamente ativas convertem-se em enquadramentos propícios ao seu aproveitamento, em projetos que ainda não começaram. Os géiseres, as lagoas e os seus ecossistemas, os vulcões e a humidade intensa são indícios documentados desde a colonização do arquipélago no século XV. Nas Furnas, durante o século XVIII, as fontes termais eram locais de diversão para a aristocracia. A investigação destes recursos geotérmicos para a produção de eletricidade iniciou-se na década de 50 do século passado (França et al., 2003, p. 78). Em 1973, durante a execução de uma investigação geológica em São Miguel conduzida pela Universidade de Dalhousie, do Canadá, foi descoberto um reservatório geotérmico de alta entalpia⁹, com uma temperatura superior a 200 °C (Raposo, 2009, p. 123). Na sequência destas operações, os trabalhos de prospeção foram alargados a outras ilhas do arquipélago, tendo-se concluído que, nomeadamente, não existem recursos geotérmicos comerciais em Santa Maria (França et al., 2003, p. 78).

Efetivamente, em São Miguel, o recurso com maior expressão em termos de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis é o geotérmico. Os dados de fevereiro de 2024 indicam 37 % de peso da geotermia no sistema insular. O primeiro projeto geotérmico nos Açores formalizou-se após o 25 de abril de 1974 (França et al., 2003, p. 78). Como resultado, em 1980, instalou-se a Central Geotérmica do Pico Vermelho no lado norte do Fogo, o vulcão com maior potencial geotérmico dos Açores. Catorze anos mais tarde, em 1994, construiu-se a Central da Ribeira Grande na zona de Cachaço-Lombadas, cujas instalações parciais foram projetadas pelos Macedo Arquitetos. Em 1998, esta central foi dotada de uma potência adicional com mais dois grupos de turbogeradores (Raposo, 2009, p. 124). Neste caso, o percurso periférico à central é um autêntico desvelamento das instalações – enquanto se vence a cota, as infraestruturas vão surgindo por entre a vegetação. O PRR servirá para aumentar a potência, que neste momento é de 9 MW, através de três novos poços geotérmicos e da montagem de um novo grupo de 5 MW, com novas infraestruturas de captação, de separação e de transporte. Quando estas e outras seis novas perfurações estiverem concluídas, o arquipélago atingirá uma produção total de 40 MW a partir de fonte geotérmica (RTP Açores, 2021c).

A terceira instalação, a Central Geotérmica do Pico Alto, localiza-se perto da Furna do Enxofre, a 600 metros de altitude em relação ao nível do mar [fig. 8.6]. A construção desta central-piloto foi liderada pela empresa italiana EXERGY em parceria com os Macedo Arquitetos. Apesar de os trabalhos preliminares terem sido iniciados na década de 70, foi inaugurada apenas em 2017 (Governo Regional dos Açores, s.d.f) com um grupo gerador e uma capacidade de produção instalada de 3,5 MW, contribuindo em cerca de 3,4 % para a estrutura de produção da Terceira.

As cabeças dos furos estão expostas¹⁰, com uma temperatura que ronda os 200 °C. Essencialmente, o sistema geotérmico é equiparado a uma panela de pressão: precisa de calor e de um recipiente estanque. A água da chuva infiltra-se até a um reservatório subterrâneo, formado por rocha impermeável no fundo e por rocha permeável no topo. Ora, à medida que a água, no interior do reservatório, é aquecida pela energia da terra, a pressão aumenta – como na panela. As centrais nos Açores utilizam a tecnologia binária: o líquido geotérmico é utilizado para vaporizar, através de um permutador de calor, outro fluido com o ponto de ebulição mais baixo. Assim, o fluido secundário vaporiza-se rapidamente e aciona as turbinas, como se se tratasse de um ciclo fechado. O sistema regula remotamente as cabeças dos furos, num esforço para que a quantidade de energia extraída seja constante e regular. Neste processo, cada furo geotérmico “comporta-se”¹¹ de modo diferente, requerendo uma monitorização rigorosa ininterrupta. Posto isto, as zonas de prospeção apresentam características geotérmicas diversas. A singularidade de um lugar é calculada através de uma fórmula, combinando dados geofísicos, químicos e sísmicos. Portanto, a expectativa de se encontrar uma fonte geotérmica é calibrada através de um procedimento que contradiz a ideia de distanciamento entre as

9 A entalpia é uma propriedade termodinâmica que mede a energia total (ou o calor) de um sistema.

10 Ao contrário do caso islandês, onde os iglus protegem as cabeças dos furos da acumulação de neve.

11 A formulação “comportamento dos furos” foi transversal a todos os trabalhadores deste tipo de central.

infraestruturas e o meio. Os recursos hidrotermais são classificados de acordo com a entalpia específica do fluido, sendo que os de entalpia elevada têm temperaturas superiores a 120 °C: são os que podem gerar energia geotérmica e eletricidade (Raposo, 2009). A prospeção de recursos geotérmicos implica a escolha de locais promissores, selecionados para a execução de poços exploratórios profundos. Antecipar o calor significa procurar uma “energia adequada”, como se se tratasse da escolha de um terreno para desenvolver um determinado projeto de arquitetura. Em comparação com as restantes fontes, a geotérmica é a mais específica ao lugar (Governo Regional dos Açores, s.d.f), pelo que a otimização do calor subsequente depende em absoluto do sítio. *Natura naturans*, e procura-se a entalpia.

No início do século XXI, Carroll (2001) estipulou a compreensão da “arquitetura da eletricidade” (p. 143) como uma incumbência crucial para os anos que se seguiriam. Na verdade, a eletricidade é tida como assegurada, sempre disponível. As dependências deste sistema consolidado manifestam-se apenas quando há uma dificuldade, designadamente nas situações de constrangimento de importação dos derivados do petróleo – este é um exemplo da condição intrínseca ao urbano, descrita no capítulo *Mitos e Imaginários Políticos*. A título ilustrativo, entre setembro de 2021 e janeiro de 2022 verificou-se um problema persistente na produção da Central do Pico Vermelho, alegadamente uma avaria no alternador¹² (EDA Renováveis, 2023, p. 111). Em conformidade, a central geotérmica produziu mais 32,5 % em 2022 do que no ano precedente (EDA Renováveis, 2023, p. 15). Para além disso, durante o último quadrimestre de 2021 e o primeiro mês de 2022, a central termoelétrica compensou a lacuna da produção a partir de fonte renovável no sistema insular de São Miguel. Como consequência, a EDA registou um aumento substancial dos gastos relativos às licenças de emissões de dióxido de carbono e à evolução da cotação do combustível no mercado (de 33,54 eur/ton no início de 2021 para 88,88 eur/ton em meados de dezembro do mesmo ano) (EDA, 2022, p. 44). De facto, as emissões de dióxido de carbono correspondem a 98,4 % do total dos gases com efeito de estufa (GEE) emitidos pelas atividades da EDA; por sua vez, considerando este universo de emissões de dióxido de carbono, 97,1 % resulta da queima de combustíveis fósseis nas centrais térmicas (EDA, 2022, p. 131).

Ainda assim, em 2021, a produção de eletricidade a partir de fontes de energia renováveis correspondeu a 34 % da emissão ao nível do arquipélago (EDA, 2022, p. 24); em 2022, a percentagem foi 33,9 % (EDA, 2023a, p. 22); em 2023, a energia renovável representou 34,9 % da emissão da energia na Região Autónoma (EDA, 2024, p. 22). A geotermia é determinante nesta percentagem, por consistir numa fonte de energia renovável com produção estável (Direção Regional da Energia, 2020). As centrais geotérmicas funcionam continuamente, sem estarem sujeitas às condições climáticas, ao contrário das centrais eólicas e hidroelétricas, dependentes da volatilidade de exploração do recurso. De modo adicional, possibilita uma menor dependência das importações, a par de uma redução das emissões de gases com efeito de estufa (Direção Regional da Energia, 2020).

Paralelamente, a emissão de energia elétrica tem vindo a registar uma tendência de crescimento, sobretudo como resultado da liberalização do espaço aéreo e subsequente aumento do turismo. Desde então, a exceção verificou-se somente em 2019 e 2020 (com menos 0,2 % e 3,1 % de emissões, respetivamente); em 2021, 2022 e 2023 o aumento foi de 5,1 %, 1,8 % e 1,5 %, respetivamente (EDA, 2024, p. 20). Em simultâneo, a eletrificação dos consumos tem sido reforçada. Em 2022, assinalou-se um aumento do consumo *per capita* em 0,8 %¹³, correspondendo a 3248 kWh/habitante (EDA, 2023a, p. 20). Os habitantes da ilha do Corvo registaram o maior consumo, ao passo que os do Pico registaram o mais baixo (3991 kWh/habitante e 3131 kWh/habitante, correspondentemente) (p. 20). Os dados referentes ao mesmo ano indicam que 78,8 % da energia elétrica no arquipélago é consumida em São Miguel e na Terceira (EDA Renováveis, 2023, p. 8).

[pp. 214-215] Fig. 8.6 - Central Geotérmica do Pico Alto, ilha Terceira, outubro de 2023.

12 Segundo informação obtida de forma oficiosa, uma ave terá entrado numa das máquinas.

13 Ainda assim, quando comparado com os valores registados em Portugal continental e com a média da UE, o consumo *per capita* nos Açores foi inferior em 31 % e 42 %, respetivamente (EDA, 2023a, p. 20).





Conforme se analisou num dos capítulos anteriores, as geopolíticas verticais em curso imputam energia às nuvens, à atmosfera, ao fundo do mar; e ainda, sublinha-se agora, à litosfera. Todos estes meios integram a “zona crítica” (ZKM|Karlsruhe, 2020), um conceito apropriado pelo pensamento latouriano. Sob este ponto de vista, conceber territórios fora dos eixos cartesianos pressupõe ultrapassar as categorias limitadas às dimensões inequívocas. O subsolo está geralmente ausente das representações, facilitando as abstrações financeira, ambiental e arquitetónica. No que concerne a utilização da energia do interior da terra, o cozido das Furnas é tradicionalmente confeccionado numa pequena cavidade na terra, com cerca de um metro de profundidade. Em comparação, as estações geotérmicas envolvem escavações de mais de mil metros (Raposo, 2009).

Genericamente, a entalpia pode ser entendida como a arquitetura termodinâmica da eletricidade de origem geológica. A operabilidade da entalpia corresponde à conversão da água em vapor, que por sua vez faz girar sequencialmente a turbina, transformando a energia térmica em energia cinética. A luz toma a forma de vapor evanescente. Em termos práticos, “o ar, os fluidos ou a eletricidade funcionam segundo o mesmo princípio: a diferença de potencial” (Díaz, 2021, p. 49). Nesta explanação, destaca-se que “tudo no nosso universo é composto por átomos que contêm prótons e eletrões, tudo o que vemos e tudo o que nos rodeia tem cargas positivas e negativas”, pelo que estes polos “geram fluxos elétricos” (Díaz, 2021, p. 49). Resumidamente, “tudo está em permanente movimento. As polaridades são a arquitetura química do universo” (Díaz, 2021, p. 49). Seguindo a mesma linha de pensamento, a entalpia é potencialidade geotérmica.

Considerando que “há muita energia térmica guardada no nosso planeta” (Just Have a Think, 2020), a sua utilização é apontada como oportunidade para a obtenção de uma energia constante e sempre acessível. Neste entendimento, a energia é simultaneamente concebida como algo incorporado e como algo relacional, ou seja, enquadrada no sistema circular característico do regime hodierno, sublinhado no início deste capítulo. Não obstante, o sistema não é equitativo em si mesmo, uma vez que, invariavelmente, a operação implica metamorfoses. A título de exemplo, “as centrais geotérmicas não queimam combustível para gerar eletricidade, mas podem libertar pequenas quantidades de dióxido de enxofre e dióxido de carbono” (U.S. Energy Information Administration, s.d.). Acresce que mesmo que não se queime combustível de uma forma direta, este continua a ser imprescindível para o funcionamento das máquinas (U.S. Energy Information Administration, s.d.). Complementarmente, a exploração do recurso geotérmico pode causar “perturbações na superfície, bem como efeitos negativos na vegetação e na vida selvagem devido ao ruído e à utilização do solo” (Gugger et al., 2015, p. 34).

Na prática, para se libertar energia, perfura-se a litosfera; e quanto mais fundo se perfura, maior a temperatura (Just Have a Think, 2020). Assim sendo, o calor passível de utilização está abaixo da superfície; obtê-lo pressupõe uma operação em que o risco de provocar um terramoto é comparativamente inferior ao dos processos de extração do petróleo e do gás (Governo Regional dos Açores, s.d.f). Porém, Raposo (2009) defendeu que a crise sísmica ocorrida em São Miguel em 1989 resultou de um processo de preparação geotérmica negligente, nomeadamente a caracterização inadequada do terreno, a ausência de uma equipa de investigação especializada e as particularidades do próprio poço geotérmico.

Acresce ainda que a energia geotérmica é extremamente dispendiosa, dado que os custos resultam maioritariamente dos exames preliminares do terreno (deteção sísmica, perfuração de poços de teste, testes de confirmação, entre outras investigações prévias necessárias) e da perfuração de novos reservatórios (Governo Regional dos Açores, s.d.f). De forma complementar, não se pode assegurar a fiabilidade da prospeção, uma vez que a perfuração pressupõe um risco considerável de desvio em relação ao reservatório pretendido (Governo Regional dos Açores, s.d.f). Perante o panorama de um possível fracasso, a viabilidade económica do projeto de prospeção do recurso geotérmico é dificilmente garantida. Com o objetivo de minimizar a hipótese de fiasco, o denominado Sistema Geotérmico Aprimorado, SGA (*Enhanced Geothermal System*, EGS) está em fase de desenvolvimento. Este sistema consiste numa operação de geoengenharia com vista ao reforço da permeabilidade natural da rocha, podendo inclusivamente comportar a criação de um reservatório (Just Have a Think, 2020).

Contudo, alguns investigadores defendem que este sistema geotérmico aumenta o risco de terremotos (Just Have a Think, 2020). Teoricamente, possibilita a colocação de uma central elétrica em qualquer lugar (Just Have a Think, 2020), reduzindo drasticamente a dependência em relação às condições intrínsecas ao local de perfuração.

Deste modo, as centrais geotérmicas passarão a assemelhar-se às centrais termoelétricas, pelo facto de os recursos energéticos serem amovíveis do contexto geomorfológico em ambos os casos. Segundo Ghosn e Jazairy (2019), a geoengenharia é um “leviatã geográfico” concebido como “um feito lógico na grande história da emancipação humana e do domínio tecnológico” (p. 16). Com efeito, não é inadvertidamente que as empresas de petróleo e gás, como a Chevron e a BP, estão a iniciar investimentos avultados neste sector. Os métodos necessários para perfurar petróleo e gás são semelhantes, incluindo a natureza técnica das operações, extremamente onerosa – eis um exemplo de “como aqueles que podem estar a lucrar mais com os danos [ambientais] já estão a comprar a sua saída da crise” (Buck, 2022, p. 74).

Em contrapartida, a geotermia é futurista por recorrer ao calor da terra. Face aos desafios do Antropoceno, parece consistir num recurso que tem vindo a consolidar a sua relevância, apesar de relativamente pouco conhecido – em *Energyscapes*, Ivancić (2010) desenvolveu uma análise meticulosa de diversas fontes de energia, ainda que sem contemplar a geotérmica. De forma concomitante, é uma fonte de energia antiga, cujos registos dos primórdios da sua utilização remontam às termas de água quente dos romanos. Duarte Ponte, antigo presidente da EDA, declarou que “este é o nosso petróleo” (RTP Açores, 2021c). Nesta aceção, o recurso renovável geotérmico é comparado a um recurso não renovável. Transferindo uma expressão de Vladimir Nabokov: “o futuro não é mais do que o obsoleto ao contrário” (Flam, 1996, p. 11). Em direção a um arquipélago pós-petróleo, o futuro parece ser orientado para a entalpia.



Fig. 8.7 - Sala de comando da Central Termoelétrica da ilha das Flores, setembro de 2023.

Arquiteturas autorreferenciadas

Nos Açores, o chamado “mix energético”¹⁴ é sobretudo fóssil. A Terceira é a ilha açoriana que neste momento tem um “mix energético” mais diversificado e que, por essa razão, abrange o maior número de centros de produção distintos. A eliminação da dependência dos derivados de petróleo parece longínqua, apesar de a meta atual determinar 80 % de eletricidade renovável até 2030. Para já, o cenário tem sido o de acréscimo de fontes ao invés da transição energética efetiva.

As centrais termoelétricas operam com motores de combustão interna e produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis: fuelóleo e gásóleo (EDA, 2023a, p. 118). Para além destas duas matérias-primas principais, os equipamentos afetos às centrais requerem óleos lubrificantes. No arquipélago, cinco centrais recorrem ao gásóleo e as restantes quatro ao fuelóleo (p. 119). O tipo de combustível influencia a própria arquitetura das centrais térmicas. Numa central a fuelóleo, o combustível é depositado no tanque de receção. Em seguida é transferido para o tanque de decantação, ou seja, inicia-se um processo de estratificação – o intuito é retirar a maior quantidade de água e impurezas possível. Posteriormente, o combustível é transportado dos tanques para as centrifugadoras para completar a remoção de água e areia. Assim que termina este tratamento, é conduzido para os tanques diários que alimentam diretamente os grupos geradores¹⁵. As chamadas borras, as lamas resultantes do processo de centrifugação, são reunidas no tanque de borras, onde se inicia a sedimentação. Este sistema é composto de várias caixas, onde se faz uma separação consoante a variação da densidade das borras para, novamente, ser retirada a maior quantidade de água possível. Findo este procedimento, o produto remanescente sai da central (em 2021, cerca de 76 % dos resíduos foram enviados para Portugal continental e a restante quantidade para centros de valorização e reciclagem no arquipélago) (EDA, 2022, p. 127). Neste caso, o gásóleo é utilizado somente para o arranque dos motores, uma operação que demora cerca de vinte minutos. Esta condicionante explica o estabelecimento dos limites técnicos da central, segundo os quais os grupos geradores devem respeitar um valor mínimo a partir do qual devem funcionar, de forma a garantir a continuidade da rede.

A partir da sala de comando [fig. 8.7], os técnicos do despacho¹⁶ fazem a gestão dos grupos geradores [fig. 8.8] e da rede de distribuição da eletricidade. O controlo do processo é assegurado através de planos de contingência, essenciais nos sistemas isolados, como o das ilhas. Dito de outro modo, a redundância do sistema é fundamental para a fiabilidade da rede. A política de redundância é evidenciada na sala de autómatos, os “cérebros” das operações que analisam as características da rede. Em caso de falha de um autómato, passa-se imediatamente para outro, garantindo a continuidade do funcionamento do sistema.

A Central Termoelétrica do Belo Jardim, na Terceira, foi construída em 1983. Desde então, foi alvo de ampliações subsequentes que se podem dividir em quatro fases, traduzidas nas quatro salas de máquinas praticamente independentes entre si. Atualmente, integra doze grupos geradores que funcionam a fuelóleo pesado¹⁷, com um IF (índice de fuel) de 380, e que totalizam uma potência instalada de 78 MW. De todas as centrais térmicas dos Açores, parece sobressair como a mais complexa em

Fig. 8.8 - Um dos grupos geradores da Central Termoelétrica do Belo Jardim, ilha Terceira, outubro de 2023. [pp. 220-221] Fig. 8.9 - Central Termoelétrica da ilha do Pico, outubro de 2023.

14 Também referido como “mistura de energias” ou “matriz energética”, diz respeito à composição das diferentes fontes de energia que integram a estrutura de fornecimento.

15 Os grupos geradores são equipamentos responsáveis pela conversão do calor em energia mecânica e, por fim, em energia elétrica.

16 O “despacho” diz respeito ao conjunto de instruções e de ações de coordenação e monitorização do sistema elétrico.

17 O gásóleo tem um IF de 100/180. O fuelóleo utilizado em São Miguel é o mais pesado, com um IF de 380. A chamada nafta, com um IF inferior, é um *blending* (mistura) do fuelóleo de 380.

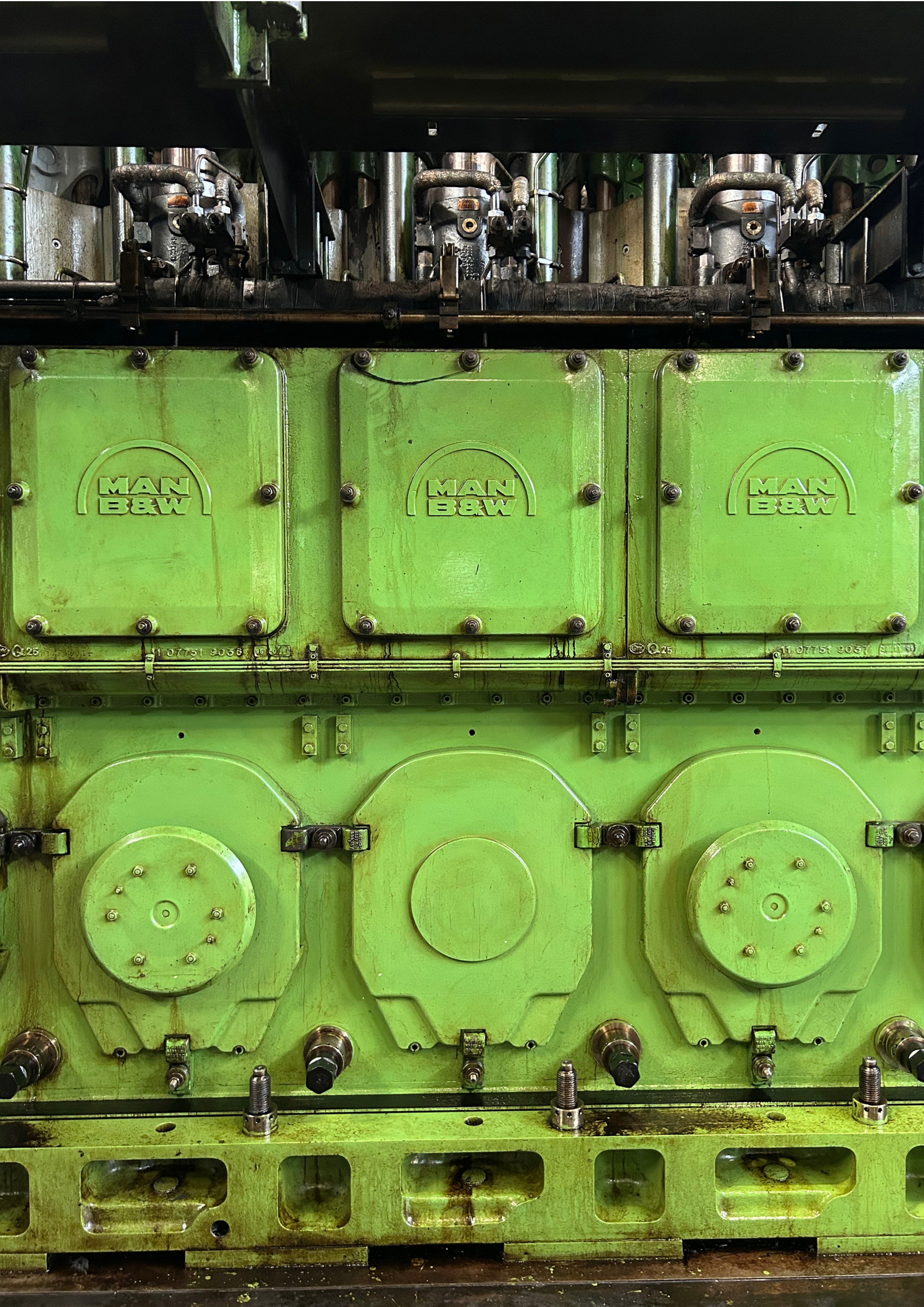








Fig. 8.10 - Central Termoelétrica do Aeroporto, ilha de Santa Maria, outubro de 2023.

termos de funcionamento e a mais complicada no que concerne a circulação. Esta central não inclui o despacho – uma situação apenas análoga à de São Miguel. A partir do edifício do despacho, adjacente ao recente complexo das baterias (BESS), são dadas as indicações sobre a produção a ser garantida para suprir a necessidade da ilha em termos energéticos.

Na Graciosa, o centro de produção térmico foi inaugurado em 2005 e conta com seis grupos geradores que funcionam a gasóleo, totalizando uma potência instalada de 4,7 MW. O projeto Graciólíca estreou-se em 2019 e compreende um sistema de produção híbrido de energia que é composto pelo Parque Eólico da Serra Branca, de 4,5 MWp, pela Central Fotovoltaica de 1MWp e pela central de baterias de 7,5MVA/2,6MWh. A central termoelétrica está incluída no esquema de gestão de energia, servindo sobretudo como compensação em situações de insuficiência de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis. Com efeito, a redundância associada ao centro de produção térmico constitui um caso inovador no arquipélago, onde a contribuição renovável na ilha supera os 62 % de média anual.

De facto, à exceção da Graciosa e das Flores, a maior percentagem de contribuição para a rede elétrica provém das centrais térmicas. Na verdade, são estas infraestruturas que asseguram a produção elétrica nas restantes sete ilhas. Os combustíveis fósseis garantem 70 % da produção na Terceira; em São Jorge, chega praticamente aos 94 %; no caso do Pico [fig. 8.9], são responsáveis por 90 % da

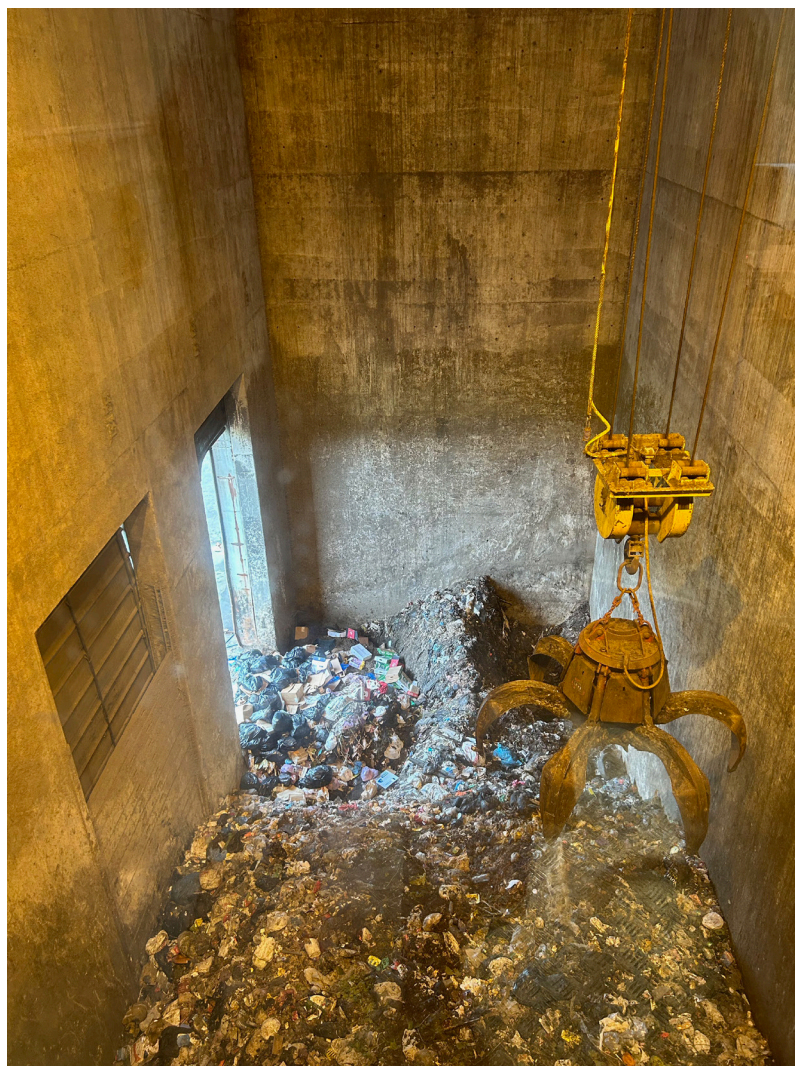


Fig. 8.11 - “Bunker”, TERAMB - Central de Tratamento e de Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, outubro de 2023.

energia produzida; a mesma percentagem é verificada no Faial; no Corvo, o centro produtor térmico produz cerca de 97 % de eletricidade para os 386 corvinos e opera sob uma gestão integrada a partir do das Flores, na sala do referido despacho [fig. 8.7] – inclusivamente, ao contrário de qualquer outra central deste tipo, a do Corvo encerra durante a hora de almoço e a partir do fim da tarde. Este tipo de central enquadra-se num modelo frequentemente exibido “sem contexto, sem paisagem e aparentemente sem conteúdo ideológico – simplesmente reduzido a uma mercadoria” (Iturbe, 2021, p. 36). Perante este cenário, torna-se necessário “investigar a forma como as nossas relações energéticas são organizadas e reproduzidas através das infraestruturas” (Ghosn, 2016, p. 28). As centrais termoelétricas são, de certo modo, comparáveis aos combustíveis que as alimentam: densas e pesadas [fig. 8.10]. Tal como as centrais nucleares, podem estar em qualquer lado, não dependem do contexto. Essencialmente, são infraestruturas autorreferenciadas, vigiadas e normalmente intransponíveis.

Nos Açores, estas características genéricas não são exclusivas às centrais térmicas. A atividade principal da TERAMB - Central de Tratamento e de Valorização de Resíduos da Ilha Terceira é, como o nome indica, o tratamento de resíduos. Na verdade, a produção de eletricidade é um subproduto, resulta do processo de incineração e contribui em cerca de 8 % para a eletricidade da ilha. As instalações foram inauguradas em 2016 e recebem resíduos de todas as ilhas do arquipélago. A zona de receção de resíduos, conhecida como “bunker”, observa-se a partir da sala de comando [fig. 8.11]. Os resíduos



são depositados no “bunker” (cerca de 120 toneladas por dia) para posteriormente serem incinerados. A presa serve para encher a tremonha, que está instalada a um nível superior; por sua vez, a tremonha conduz os resíduos até ao forno.

Na ocasião da visita, a central não estava a funcionar para cumprir uma paragem programada de três semanas. Por essa razão, foi possível entrar na incineradora e assistir a parte dos trabalhos de reparação no refratário da fornalha. Quando está em funcionamento, após os queimadores iniciarem a incineração, mantém-se um processo de autocombustão que queima os resíduos a uma temperatura à volta dos 1000 °C.

Recursos hídricos

Nos Açores, a ausência de bacias hidrográficas de grande dimensão, aliada à elevada permeabilidade dos solos, determina que os aproveitamentos hidroelétricos sejam explorados a fio de água – ou seja, não havendo grande capacidade de armazenamento, a água captada segue diretamente para a central [fig. 8.12]. Por essa razão, a intervenção humana (limpeza regular e monitorização) é essencial para que este sistema funcione. Com efeito, apenas há circuitos hídricos em São Miguel, Terceira, Faial e Flores, sendo que a contribuição para o sistema elétrico é significativa somente na ilha mais ocidental do arquipélago. A Central Hidroelétrica de Além Fazenda, em Santa Cruz das Flores, iniciou a exploração em 1966 e foi a segunda a funcionar com sistema misto, isto é, com a operação simultânea de grupos geradores hidráulicos e térmicos.¹⁸ Depois das remodelações de 2015, integra atualmente três grupos geradores com turbinas Francis, totalizando uma potência instalada de 1632 kW, que em 2022 foi responsável por 44,1 % da emissão elétrica (EDA Renováveis, 2023, p. 13). Em conjunto com a energia eólica, que assegurou 5,9 % do consumo, a emissão renovável na ilha atingiu os 50 % (EDA Renováveis, 2023, p. 13).

As três centrais que compõem o Circuito Hídrico da Terceira foram construídas em 1954, todas com turbinas Pelton, num sistema em cascata que aproveita uma nascente. Uma vez que não há disponibilidade de água em permanência, este circuito não funciona durante os meses de verão. A lógica subjacente à sua construção inverteu-se ao longo dos anos: foi concebido para produzir energia elétrica, pelo que a maior parte da água seria destinada para essa finalidade, enquanto a excedente destinava-se ao consumo humano e à atividade agrícola; contudo, em termos práticos, em primeiro lugar a nascente é captada para servir o sector do turismo e da agricultura, e só depois é utilizada como recurso para a produção elétrica. Ora, este panorama traduz-se num aproveitamento ínfimo: a produção hídrica não ultrapassa 1 % da necessidade da rede da ilha (EDA Renováveis, 2023, p. 14). A montante, a Central Hídrica de Nasce d'Água tem uma potência instalada de 900 kVA e é gerida com um equipamento automático de comando e de controlo, tal como as outras duas do mesmo circuito. A água turbinada em Nasce d'Água é conduzida para a central seguinte, por gravidade, através de um túnel com 1720 m de comprimento. A Central Hídrica de São João de Deus é alimentada por uma conduta forçada de aço com 968 m de comprimento, numa queda de 120,5 m desde a câmara de perda de carga (esta última recebe a água do referido túnel). A potência desta central instalada a uma cota intermédia é de 560 kVA. Em outubro de 2023, o equipamento para a instalação de painéis fotovoltaicos estava em curso, sendo que o objetivo é cobrir os consumos da central durante os períodos em que está parada. A Central Hídrica da Cidade, tal como o nome indica, situa-se em plena Angra do Heroísmo, classificada

Fig. 8.12 - Central Hidroelétrica da Fajã Redonda, ilha de São Miguel, novembro de 2023.

[pp. 226-227] Fig. 8.13 - Vestígios da Central Piloto de Energia de Ondas do Pico, outubro de 2023.

18 A primeira com sistema misto foi a Central Hidroelétrica da Fajã Redonda, em São Miguel, inaugurada em 1927.







Fig. 8.14 - Parque fotovoltaico Pão de Açúcar, ilha do Corvo, setembro de 2023.

como Património Mundial pela UNESCO desde 1983. As três infraestruturas mini-hídricas perderam relevância com o início da produção térmica – a potência instalada total de 330 kVA é manifestamente baixa para o sistema hodierno.

A Central Piloto de Energia de Ondas pode ser imaginada a partir dos seus vestígios [fig. 8.13]. Foi a primeira central, a nível mundial, projetada e construída para alimentar uma rede elétrica através do aproveitamento das ondas do mar. Consistiu na materialização de um projeto de investigação científica financiado pela CE, numa colaboração direta com o Instituto Superior Técnico, o Laboratório Nacional de Energia e Geologia e a EDA, em 1999. A escolha recaiu sobre os Açores, especificamente a costa norte do Pico, em virtude de diversos fatores como o recurso energético (ou seja, a boa exposição e concentração de energia), a facilidade de acesso, a grande profundidade junto à costa e a conveniência em termos de ligação à rede elétrica. A zona do Porto do Cachorro foi considerada a mais adequada para a concretização do projeto – se tivesse sido testado mais a leste estaria na “sombra” de São Jorge, sendo certo que o recurso energético não seria equivalente. O objetivo principal da central era servir como protótipo: na realidade, estava em causa a qualidade do modelo matemático. Em 2018, concluiu-se o projeto, desconetou-se a central da rede e demoliu-se parte do edifício.



Fig. 8.15 - Parque Eólico do Salão, ilha do Faial, outubro de 2023.

Energia solar

A energia mais abundante, a solar, é apenas a energia dissipada pelo sol (Mumford, [1934] 2010, p. 375). Nas palavras de Moe (2013), esta fonte é “a base adequada para uma unidade de medida ecológica unificadora” (p. 36). No final do século XIX, o princípio do aproveitamento do calor solar foi materializado num dispositivo pioneiro apresentado na Exposição Universal de Paris de 1878, inventado por Augustin Mouchot. A plausibilidade do aparelho foi comprovada em pleno *Champ-de-Mars* com a cozedura de um bife num forno movido a energia solar.

Em 1957, Charles e Ray Eames produziram um brinquedo cinético de alumínio movido a partir de células fotovoltaicas, a que chamaram *The Solar Do-Nothing Machine*. O instrumento convertia a energia solar em eletricidade, cujo efeito final era o de girar as várias componentes do brinquedo. Sobre o propósito de sensibilização subjacente ao mecanismo, Charles declarou: “ocorreu-nos que há coisas que vale a pena promover, e a conservação dos recursos naturais pareceu-nos uma delas. Uma demonstração da energia solar como fonte prática de energia parecia ser uma forma interessante de promover a conservação dos recursos” (Eames Office, s.d.). Como lembrou Ivančić (2010, p. 181), o sector espacial foi um dos principais impulsionadores do desenvolvimento da tecnologia fotovoltaica: em 1958, os satélites no espaço já eram alimentados por módulos fotovoltaicos.



O primeiro parque fotovoltaico dos Açores foi instalado em Santa Maria, em 2021, com 2160 painéis solares que totalizam 600 kW de potência instalada, ocupando uma área de implantação de 11000 m². Numa ilha com pouco mais de 5000 habitantes, a contribuição deste centro eletroprodutor ronda os 4 %, uma percentagem que traduz uma das características do recurso a este tipo de exploração, no caso dos Açores: a área substancial de terreno que ocupa não se repercute num aproveitamento energético igualmente considerável. A outra particularidade tem que ver com o tempo de vida útil destes painéis que, no máximo, durarão vinte anos, altura em que estarão ultrapassados em termos tecnológicos e em que a sua eficiência terá diminuído. Acresce que o destino das componentes dos painéis não é conhecido, uma vez que, à semelhança das pás das eólicas, são feitas de fibra de vidro, portanto, de um material não reciclável.

A segunda instalação operada pela EDA localiza-se no Corvo. O Parque Fotovoltaico Pão de Açúcar iniciou a atividade no final de 2021 com uma primeira fase de instalação dos painéis. Contudo, as condições meteorológicas inclementes fizeram com que trinta e seis painéis se soltassem da estrutura de suporte, menos de um dia depois de terem sido instalados [fig. 8.14]. Posto isto, procedeu-se à fixação direta dos painéis a um talude de betão, uma solução que tem vindo a mostrar-se mais resistente aos ventos ciclónicos. A contribuição deste centro também é residual, cerca de 3 %. A capacidade de produção é de 75 kW, ainda sem contabilizar a energia total proveniente da segunda fase do projeto, que se prevê concretizada com a instalação de um novo sistema no Corvo, o *Battery Energy Storage System* (BESS).

Parques eólicos

Durante a estada na ilha mais pequena dos Açores, visitou-se o moinho de vento de um funcionário da central térmica. A construção preserva os mecanismos e os instrumentos que serviram a atividade cerealífera, cujo sistema é movido através da conversão da energia eólica para cinética, e posteriormente para energia mecânica. Em suma, funciona numa lógica semelhante à das eólicas atuais. Para além disso, assistiu-se a alguns trabalhos da obra do futuro parque eólico do Corvo, construído por uma empresa espanhola, a Norvento, para a EDA Renováveis, nomeadamente a colocação de microestacas, que servirão para sustentar sete aerogeradores do modelo nED100.

O Parque Eólico do Salão, no Faial, foi instalado em 2013 e estende-se ao longo de dois quilómetros [fig. 8.15]. Os terrenos são privados, por conseguinte, foram feitos contratos de cedência que especificam a implantação e o acesso aos aerogeradores. Na realidade, este parque sucedeu a um outro, que foi desmontado na sequência da formalização de queixas de habitantes da zona, relacionadas com o ruído das pás. Antes de se decidir pela alteração da localização do parque, experimentou-se interromper o funcionamento durante algumas horas da noite, porém, revelou-se demasiado prejudicial para as máquinas e para o rendimento do centro de produção. Um dos cinco aerogeradores estava parado [fig. 8.16], pelo que se assistiu ao processo de reiniciação da operação. Na verdade, é praticamente tão simples quanto reiniciar um computador corrente. O modelo Vestas V52, usado apenas no Faial, integra uma potência unitária de 850 kW e é mais exigente em termos mecânicos do que o da Enercon, o fabricante dos aerogeradores instalados em sete ilhas do arquipélago.

O tipo de passo de pá é essencial para o entendimento do funcionamento dos aerogeradores, que se dividem em dois tipos: *stall* e *pitch*. O primeiro significa que o passo da pá é fixo, ou seja, as pás estão sempre em posição de “ataque” em relação ao vento, perpendicularmente em relação a este; os aerogeradores de regulação por *stall* (passiva) têm as pás do rotor unidas ao cubo em um ângulo fixo. No segundo caso, o passo da pá é variável – a regulação por *pitch* permite colocar as pás fora da posição de “ataque” ao vento, isto é, na posição de bandeira; e essa posição de bandeira

Fig. 8.16 - Interior de um aerogerador do Parque Eólico do Salão, ilha do Faial, outubro de 2023.

faz uma paragem aerodinâmica das pás. O último sistema tem a vantagem de regular a potência do aerogerador em função da velocidade do vento, por outras palavras, permite “extrair” mais vento. O passo da pá da Vestas é hidráulico, enquanto o da Enercon é variável e elétrico. No hidráulico, o veio do aerogerador é acoplado a uma caixa desmultiplicadora e só depois é preso ao gerador; nesta situação, não se deve arriscar o funcionamento com ventos muito elevados. Na situação variável, da Enercon, o rotor é diretamente acoplado ao aerogerador, permitindo o controlo direto e elétrico do passo da pá. Em contrapartida, os componentes da Vesta registam menos avarias, ainda que as anomalias impliquem normalmente uma resolução mais difícil.

A subestação do mesmo complexo infraestrutural está preparada para receber celas de 30000 kV, assim como os casos da Terceira e de São Miguel. No entanto, só precisa de celas de 15000 kV, pelo que há espaço suficiente para acomodar alterações, caso necessário. O parque eólico injeta a potência na rede da ilha através de uma linha de transporte dedicada, numa distribuição em “anel”.

Baterias, ou desinsularização do sistema

No caso da Terceira, o maior contributo renovável provém da eólica, tendo registado 10,7 % em 2022 (EDA Renováveis, 2023). Contudo, a fragilidade deste tipo de exploração energética é a intermitência, por outras palavras, a frequência de rede¹⁹ da ilha oscila significativamente – uma dificuldade que não se observa de forma tão evidente em territórios continentais, nas designadas redes abertas, em que a energia pode ser deslocada. A introdução das baterias desde março de 2023 tem-se demonstrado útil no seu propósito: o da estabilização da frequência transmitida para os consumidores através do equilíbrio da rede de distribuição. Com efeito, acabam por não cumprir a função de centro produtor por consistirem em “sistemas de reserva rápida” (EDA, 2022, p. 11). O dispositivo de armazenamento de energia (BESS) da Terceira é operado de forma totalmente automatizada. As baterias, instaladas no exterior do edifício principal, são fabricadas na China e concebidas como dispositivos modulares (as células compõem um módulo, que por sua vez formam um “rack” e cada par de “rack” constitui um cubo) [fig. 8.17]. Adicionalmente, ao contrário do que indicia a designação do sistema, estas baterias também não servem verdadeiramente para armazenar energia. A função de armazenamento requereria um investimento superior aos 10,23 milhões de euros que foram despendidos nestas instalações (AMA – Agência para a Modernização Administrativa, I. P., s.d.). Sabendo que a ilha atinge 32 MW de consumo diário, teoricamente seria possível cobrir esse consumo com fontes renováveis: a eólica e a geotérmica. Contudo, o “modo ilha” implica planear o sistema para as falhas através de uma reação imediata em termos de injeção de energia na rede. No que se refere a fatores económicos, os funcionários da EDA informaram que, neste momento, a instalação de um banco de baterias com capacidade para cobrir a potência de consumo é inviável.

Não obstante, prevê-se que o cenário de dependência da contribuição energética derivada de combustíveis fósseis se altere significativamente com a introdução das baterias nas restantes ilhas dos Açores (EDA, 2022). O diagrama de cargas das ilhas é mais acentuado do que no resto do país, este último mais linear. O propósito das sucessivas intervenções infraestruturais é regularizar o sistema, ou seja, atingir um diagrama de carga mais próximo ao do continente: atenuar a diferença entre a ponta (isto é, consumo) da manhã e a ponta da noite (EDA, 2023b). No fundo, *desinsularizar* o sistema de produção.

Fig. 8.17 - Baterias do Sistema BESS, ilha Terceira, outubro de 2023.
[pp. 234-235] Fig. 8.18 - Central Geotérmica do Pico Vermelho, ilha de São Miguel, setembro de 2023.

19 A frequência de rede mede-se em Hertz (Hz) e refere o número de vezes que um sinal de rede é transmitido num determinado período.

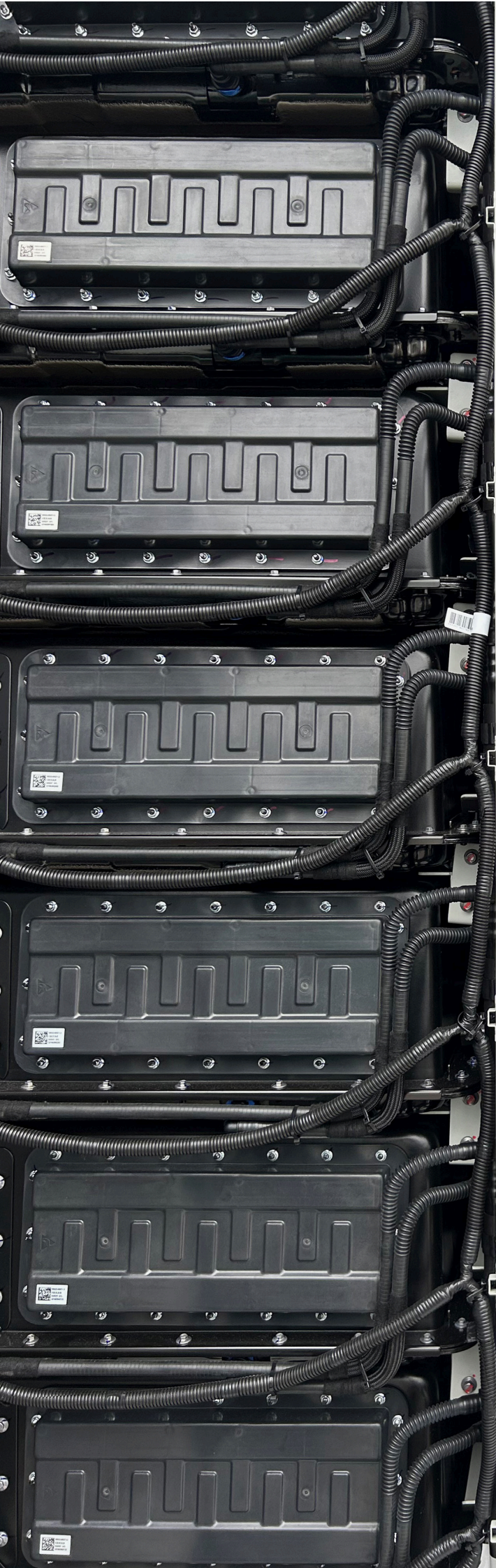










Fig. 8.19 - Rede de distribuição e centrais de produção de eletricidade, ilha de São Jorge.

Tecnoestruturas coletivas

No fundo, este capítulo procurou refletir sobre a produção dos próprios lugares que constituem as infraestruturas da energia. A finalidade foi abordar algumas formas de energização da política e da espacialização de sistemas de eletricidade. Sublinharam-se os diversos elementos do sistema de energia elétrica e a sua calibração face ao contexto climático atual, para além da dimensão comum, dos aspectos paisagísticos e do contexto urbano dos componentes infraestruturais. O confronto da obsolescência com a preservação de certos artefactos energéticos, como testemunhos da função que desempenharam, convoca a reflexão sobre a irreversibilidade subjacente (Ivančić, 2010, p. 81). A compreensão dos sistemas energéticos insulares passa pela justaposição de conceitos tão díspares quanto produtivos como redundância e alimentação, conservação e entropia, perturbação e inalterabilidade, armazenamento e libertação, utilidade e obsolescência, eficiência e desperdício, escassez e abundância. Com efeito, o entendimento do que “somos coletivamente”, ou seja, “sociedade e território” (Domingues, 2021, p. 24), passa igualmente por dar visibilidade e tornar legíveis fenómenos do foro técnico e tecnológico. A aparente contradição “humano”–“tecnologia”–“natureza” encontra aqui um imbricamento comum [fig. 8.18]. A dependência energética é um tema do presente e do futuro – e, evidentemente, do presente e futuro da arquitetura.

Os sistemas de produção e as redes de distribuição estão fragilizados pelos imperativos da transição energética, pelo aumento dos fenómenos climáticos extremos e dos consumos, estes últimos resultantes da crescente eletrificação dos usos [fig. 8.19 e 8.20]. Tendo em conta que a extração e a abstração são duas faces da mesma moeda, o caminho parece ser o da compatibilidade, no sentido ecológico. A transição energética implica necessariamente uma “transferência tecnológica” (Ménard, 2023, p. 11), como se observou nos diferentes centros de produção. Para além disso, pressupõe uma mudança profunda na *nossa* relação com as infraestruturas, em particular no que se refere à sua visibilidade. Se, por um lado, as energias fósseis têm uma densidade excecional, por outro, as energias renováveis, para produzirem a mesma quantidade de energia, estendem-se por áreas vastas (Ménard, 2023). As energias renováveis traduzem-se, assim, no que Ménard (2023) designa de “paisagens de superfícies” [fig. 8.18]. São o contraponto às paisagens autorreferenciadas próprias às energias fósseis, ou, para continuar a decalcar da teoria do mesmo autor, às “paisagens de pontos” (Ménard, 2023) [fig. 8.9]. Ora, uma das alterações necessárias parece passar pela realocação da produção de energia. A reorientação dos sistemas energéticos passará pela transição para a incorporação de geradores de eletricidade de grande, média e pequena dimensão, distribuídos espacialmente em função da procura (Ivančić, 2010, p. 139). Efetivamente, a acrescida contribuição das fontes renováveis suscita uma transformação das infraestruturas e das paisagens. Portanto, reterritorializar a arquitetura da energia implicará uma transição de sistemas autorreferenciados para sistemas de manifestação coletiva.

Fig. 8.20 - Parque Eólico dos Graminhais, ilha de São Miguel, novembro de 2023.

9

OCEANO DE DADOS



Fig. 9.1 - C. v. Hoven, *Carte générale des grandes communications télégraphiques du monde dressée d'après des documents officiels par le Bureau International des Administrations Télégraphiques*, 1903. Kartographische Anstalt LIPS.

Batimetria dos sistemas de cabos

Samuel Morse inaugurou as comunicações terrestres com a transmissão do primeiro telegrama em 1844.¹ A eletrificação da escrita pelo telégrafo transformou a grafia em som, preparando o avanço em direção ao não-visual e ao espaço audível (Darò, 2022, p. 96; McLuhan, [1964] 1994, p. 283). No início da instalação dos primeiros cabos submarinos, “o maior desafio era protegê-los da água” (Starosielski, 2015, p. 32). O cabo telegráfico primordial, instalado entre Inglaterra e França, veiculou mensagens indecifráveis, no entanto, demonstrou que o circuito podia ser isolado da água (Starosielski, 2015). De facto, a expansão da rede telegráfica evidenciou o meio aquático como o mais seguro para a instalação dos cabos, para além de particularmente propenso ao retorno do sinal (Starosielski, 2015) [fig. 9.1]. Os operadores das redes de distribuição usufruíram da pouca visibilidade e acessibilidade para acautelarem as operações dos conflitos físicos, económicos e sociais observados em terra (Starosielski, 2015).

A expedição do HMS *Challenger*, que estabeleceu as bases modernas da oceanografia entre 1872 e 1876, registou observações meteorológicas e biológicas. Para além disso, utilizou sondas numa antecipação das eventuais rotas de cabos submarinos, designadamente durante a escala nos Açores (Tavares, 2017, p. 108) [fig. 9.2 e 9.4]. À medida que os resultados da exploração iam sendo publicados, Francisco de Arruda Furtado, um naturalista micaelense estudioso de Darwin, com quem chegou a trocar correspondência (Tavares, 2017, p. 96), registava o percurso e as estações de sondagem [fig. 9.3].

1 O telégrafo elétrico foi inventado por Morse, em 1837.

Antes do início da utilização de sondas para a aferição da profundidade dos fundos marinhos, a ideia de que os objetos se afundavam até a uma determinada profundidade e que aí permaneciam imóveis era relativamente generalizada (Starosielski, 2015). Portanto, o começo da instalação dos cabos submarinos foi subsequente ao princípio das sondagens de profundidade (Starosielski, 2015, p. 202). Depois de os primeiros cabos estarem em funcionamento, seguiram-se iniciativas para a recolha de dados adicionais sobre o leito oceânico. De modo recíproco, o prosseguimento da instalação dos cabos pressupunha o conhecimento prévio das profundidades oceânicas. Dito de outra forma, o desenvolvimento das tecnologias de mapeamento do fundo do mar foi incentivado pelo investimento na extensão da rede telegráfica (Starosielski, 2015). Devido à sua natureza repetitiva, esta operação praticamente circular fez com que a percepção em relação aos solos pelágicos transitasse, em certo sentido, da conceção de obstrução para a de desimpedimento. Ora, o entendimento do oceano como um *terrain vague* – analisado no capítulo *Vinculação do Marítimo* – também parece ter estabelecido alguns dos seus alicerces neste convénio enquanto um lugar ideal para os cabos.

CIAI RAM 3

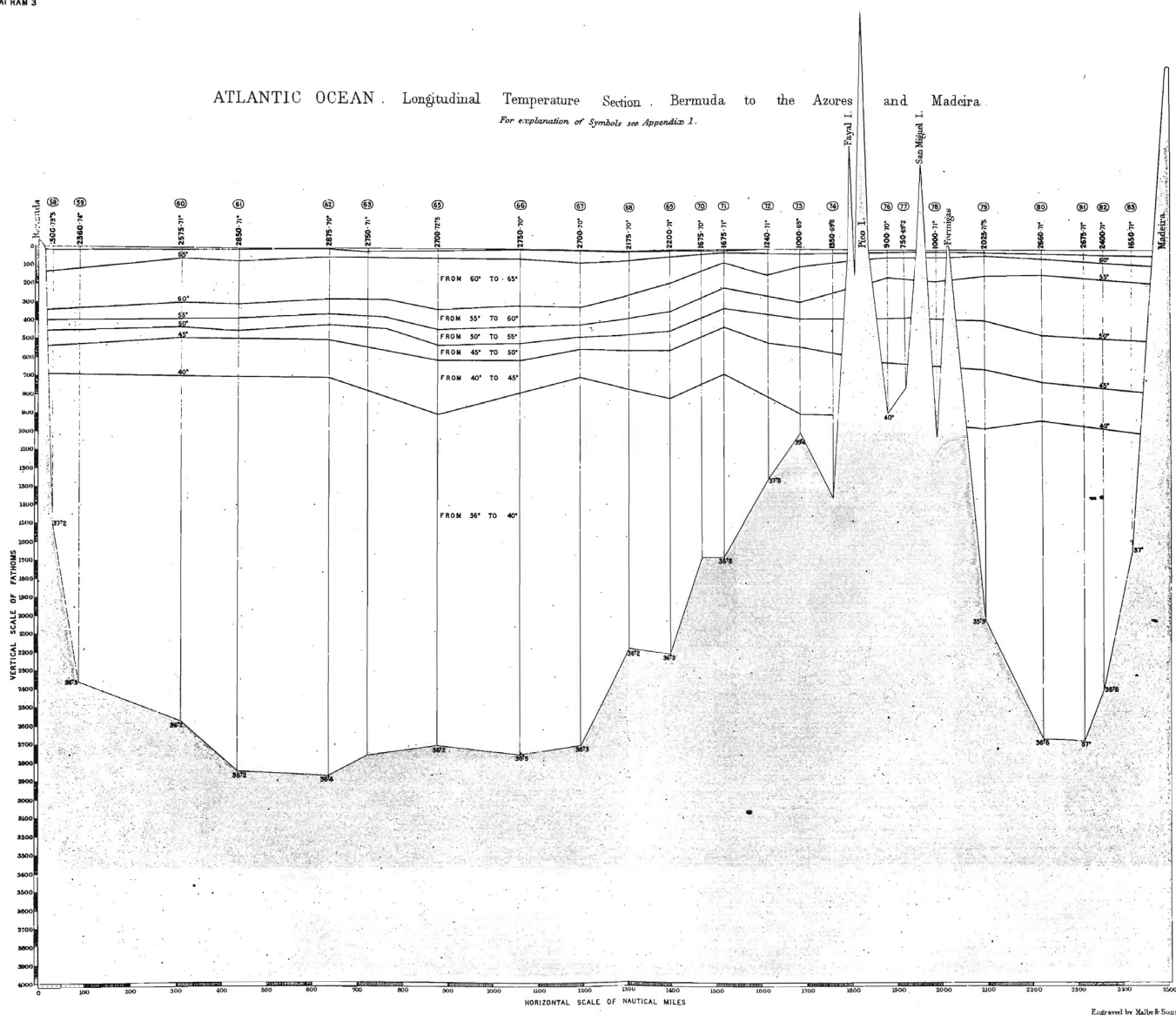


Fig. 9.2 - "Atlantic Ocean. Longitudinal temperature section. Bermuda to the Azores and Madeira", 1885.

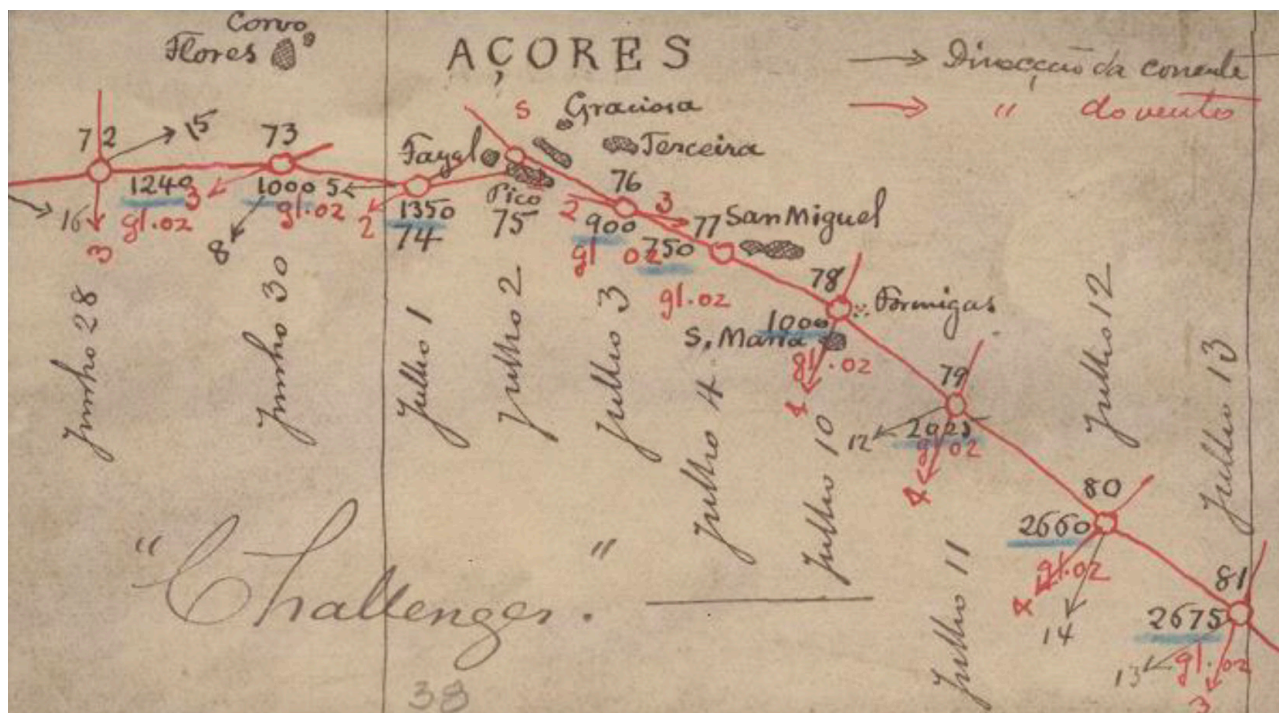


Fig. 9.3 - Francisco de Arruda Furtado, Desenho das estações de sondagem e exploração dos fundos oceânicos na região dos Açores da expedição do HMS Challenger. Museu de História Natural e da Ciência – AHMUL/FAF/A/03/0097.

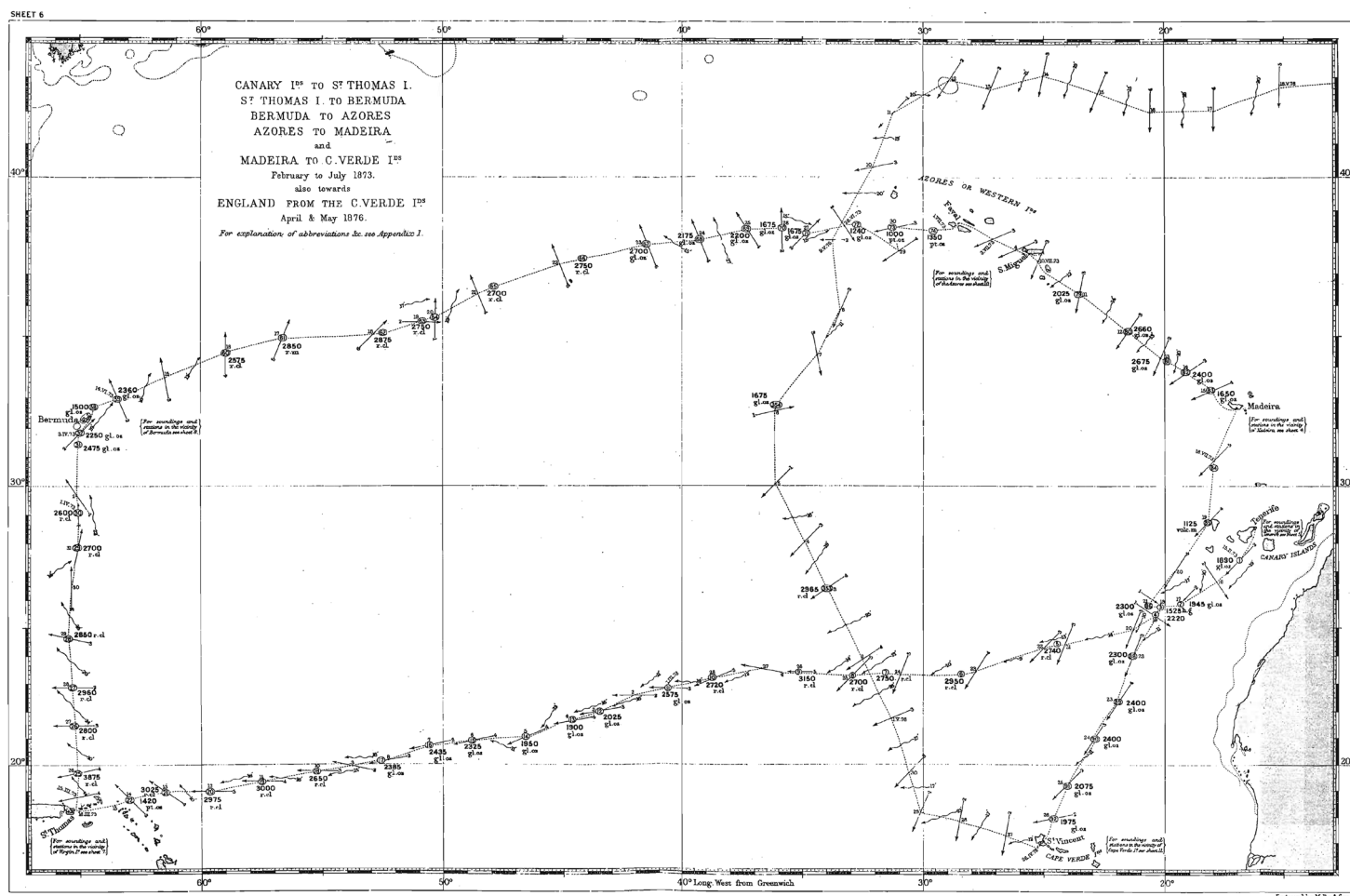


Fig. 9.4 - "Canary I.s to St. Thomas I., St. Thomas I. to Bermuda, Bermuda to Azores, Azores to Madeira, and Madeira to C. Verde I.s, February to July, 1873, also towards England from the C. Verde I.s, April and May 1876", 1885.



Fig. 9.5 - Instalação do primeiro cabo submarino na praia da Conceição, ilha do Faial, 1893.

Com efeito, a instalação de cabos submarinos tem sido fundamental para o desenvolvimento das telecomunicações no Atlântico Norte desde o final do século XIX. A intenção da materialização de ligações por via dos cabos submarinos entre Portugal continental, Açores e Estados Unidos da América foi definida em 1855 (Serpa, 1978, p. 115). Como consequência, em 1893 celebrou-se o contrato entre o governo português e a companhia inglesa Telegraph Construction & Maintenance Company, evento que deu origem à inauguração da ligação telegráfica entre o continente e o arquipélago (Carcavelos-Ponta Delgada-Horta)² [fig. 9.5], conforme se referiu em *Geopolíticas Verticais*. De seguida, procedeu-se à ligação por cabo entre as ilhas do grupo central: Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira. Em 1895, a Telegraph Construction & Maintenance Company cedeu os direitos à recém-constituída Europe and Azores Telegraph Company para explorar especificamente o cabo que amarrava na Horta (Queiroz, 2015, p. 35) [fig. 9.6]. Efetivamente, as ilhas passaram a ser lugares de amarração de vários cabos submarinos intercontinentais (Tavares, 2007, p. 158). Por essa razão, o arquipélago consolidou a função de “referência de observação das rotas comerciais e militares atlânticas” (Tavares, 2007, p. 158). O sistema meteorológico internacional dependia da informação recolhida a partir dos Açores, numa articulação tecnológica determinante (Ávila, 2019; Tavares, 2007). Na viragem do século, no momento de identificação das condições para o estabelecimento do Serviço Meteorológico Internacional³,

2 Informação obtida durante a visita ao Museu da Horta, em outubro de 2023.

3 Um projeto que acabou por não se concretizar, conforme referido em *Geopolíticas Verticais*.

Francisco Afonso Chaves destacou o Faial como uma das ilhas a considerar no almejado “triângulo insular de observatórios” (Tavares, 2007, p. 195), sendo que as outras duas seriam São Miguel e Flores. Para além disso, a Horta já tinha sido o local escolhido para o estabelecimento das sedes das empresas de telegrafia. O contexto económico e social do grupo central na segunda década do século XX foi retratado em *Mau tempo no canal*, a obra mais célebre de Nemésio ([1944] s.d.).

De facto, no final do século XIX, o Faial albergou as comunicações internacionais num edifício construído para o efeito, conhecido como Trinity House.⁴ Assim, para além da inglesa Europe and Azores Telegraph Company, a Horta passou a desempenhar a função de estação telegráfica internacional mediante a celebração de novos contratos de instalação, exploração e manutenção com outras duas companhias: a alemã Deutsche Atlantisch Telegraphengesellschaft e a norte-americana Commercial Cable Company (Queiroz, 2015, p. 35; Serpa, 1978, p. 115). Cerca de três décadas mais tarde, juntou-se a também norte-americana Western Union Telegraph Company.

Na perspetiva de Rezendes (2021), a comunicação por cabo submarino, centrada na Horta, marcou o início de uma nova era para o arquipélago português, destacando-se especificamente durante as duas guerras mundiais e cujas implicações territoriais foram analisadas no capítulo *Mitos e Imaginários Políticos*. Sensivelmente no mesmo período, os eventos da telegrafia sem fios (TSF) e das primeiras comunicações telefónicas via rádio ditaram o início de um período de concorrência com os cabos telegráficos submarinos (Serpa, 1978). Ainda assim, o empenho de Inglaterra e dos Estados Unidos “na defesa dos Açores tinha como motivação a proteção dos cabos submarinos transatlânticos, que então amarravam na Horta” (Ávila, 2019, p. 16). Na prática, embora a ligação às Flores e Corvo constasse no contrato celebrado em 1893, a articulação ao grupo ocidental apenas foi cumprida através da telegrafia sem fios no final da primeira década do século XX (Queiroz, 2015, p. 95). O transatlântico britânico RMS *Slavonia*, que naufragou ao largo da ilha das Flores, foi o primeiro navio a transmitir um sinal SOS (*Save Our Souls*) através de ondas de rádio, a 10 de junho de 1909.⁵

Segundo Wigley (2015), “[a] arquitetura do século XX agora flutuava no espaço interplanetário, mesmo quando aparentemente repousava no chão. A humanidade foi lançada no espaço exterior pela rádio” (p. 22). Até aos anos 70, procedeu-se à substituição dos cabos telegráficos pelos cabos coaxiais submarinos, dado que estes últimos passaram a englobar a transmissão das comunicações telefónicas. De acordo com Starosielski (2015, p. 44), as geografias dos cabos coaxiais adotaram as geografias dos cabos telegráficos, ainda que as primeiras estivessem incluídas em parâmetros distintos de governação pelo facto de terem acompanhado o período da Guerra Fria. O forte pendor militar intrínseco ao interesse acrescido no conhecimento do oceano, uma consequência da Segunda Guerra Mundial, conduziu à criação do primeiro mapa detalhado do fundo marinho (Starosielski, 2015, p. 205) [fig. 9.7]. A Crista Média-Atlântica, referida no capítulo precedente, cuja existência foi confirmada durante a expedição do HMS *Challenger*, passou a traduzir-se numa representação batimétrica.

Naquela época, a precisão do mapeamento do relevo oceânico importava não só para a preservação dos cabos dos danos causados pelas redes de arrasto, mas também para que as empresas pudessem enterrar os cabos, servindo-se posteriormente da localização fidedigna para voltarem a encontrá-los (Starosielski, 2015, p. 206). Desde então, o mapeamento do mar acompanhou os percursos dos cabos – em certa medida, numa inversão da relação mútua estabelecida cerca de cem anos antes, dado que já se dispunha de uma base de dados para se prosseguir a operação de instalação das redes. Em termos genéricos, passou-se da sequência “mapeamento do fundo marinho”–“instalação dos cabos submarinos”, para a sequência “cabos submarinos”–“mapeamento do fundo marinho”. Dito de outra forma, reforçou-se a batimetria dos sistemas de cabos.

Por outro lado, as tecnologias de satélite e de GPS (*Global Positioning System*), desenvolvidas primeiramente para o sector militar, facilitaram alguns dos problemas comuns na navegação (Starosielski, 2015). Em termos práticos, o sistema de cabos também beneficiou do desenvolvimento

4 Informação obtida durante a visita ao Museu da Horta, em outubro de 2023.

5 Informação obtida na visita ao Museu das Flores, em Santa Cruz das Flores, em setembro de 2023.

das tecnologias com recurso a satélite, num certo grau de mutualidade. No início da década de 90, retomou-se a lógica de sobreposição subjacente à substituição dos primeiros cabos telegráficos – as geografias dos cabos de fibra ótica repercutiram, por sua vez, as dos cabos coaxiais (Starosielski, 2015). À luz da teoria de Starosielski (2015), “a geografia da rede de cabos é uma das mais estáticas na história das comunicações” (p. 61).

Dos cabos ao sem fios, e de novo aos cabos

As ilhas são, por definição, propícias à instalação de redes de cabos – a insularidade é, por si só, fator de isolamento (*island / insulated / isolated*).⁶ No contexto da comunicação global e das redes infraestruturais, o conceito de “modo ilha” contrasta profundamente com a ideia de conectividade, como se desenvolveu no capítulo anterior. A este respeito, Starosielski (2015) destacou que “as ilhas e as redes parecem ser categorias que se excluem mutuamente”, tendo em conta que “as ilhas são normalmente definidas em termos da sua exclusão das infraestruturas que suportam as sociedades modernas” (p. 172). Nestes termos, a ilha é sinónimo de dissociação e de desativação. Por sua vez, a rede significa ligação, conectividade e continuidade infraestrutural. Ora, a rede perde a premissa de ligação assim que há falhas infraestruturais. O acordo subentendido que estipula que “o desenvolvimento material do isolamento e da interconexão das ilhas é fundamental para a sua integração nas redes submarinas” (Starosielski, 2015, p. 174) ressalta a dualidade insular isolamento/conexão. A noção de arquipélago como narrativa nodal desponta aqui, na emergência da combinação das insularidades como condição ideal para a instalação de cabos. Os mapas representam as ilhas integradas na rede de cabos submarinos, sendo que a ilha não se resume a uma extremidade final do circuito, em vez disso, constitui um nó vital na reciprocidade entre tráfego regional e global (Starosielski, 2015)) [fig. 9.1 e 9.6]. O arquipélago dos Açores ilustra a transição da presumível relação “ilha *versus* rede” para a “ilha como nó da rede”, dentro de um sistema de conectividade abrangente.

Apesar de se antecipar a continuidade da valorização insular no estabelecimento de elos de ligação, o cenário tenderá a aproximar-se ao da aviação: se a importância das ilhas enquanto território-escala diminuiu com o início dos voos transatlânticos, o atravessamento dos mares por conexões contínuas de cabos poderá acarretar uma consequência idêntica (Starosielski, 2015).

Relembrando o capítulo *Televisão ou Revolução*, a difusão televisiva no arquipélago fez-se com recurso a tecnologia de sinais sem fios. Com efeito, a utilização dos satélites era considerada mais apropriada para as regiões insulares, por permitir uma zona de receção mais alargada (Starosielski, 2015, p. 8), porém o peso da exequibilidade económica tem invertido o panorama. À medida que os satélites foram sendo substituídos por cabos submarinos nos grupos oriental e central, nas ilhas do Corvo e das Flores reforçava-se uma situação desvantajosa em comparação com as restantes. A situação apenas se alterou em 2014, com a instalação de um sistema de cabos fornecido pela chinesa HMN Tech e cuja propriedade é da empresa Viatel, com pontos de aterragem nas Flores [fig. 9.8], Corvo, Faial e Graciosa. Neste momento, com a concretização da cobertura total da ilha do Corvo em setembro de 2023, o cabo é o meio de eleição para o tráfego de dados nos Açores (Lusa, 2023) – a cobertura de fibra ótica ronda os 94 % e a cobertura de rede⁷ 5G corresponde a 72,8 % (Lusa, 2023). À semelhança das redes móveis anteriores, a tecnologia de quinta geração funciona por meio de ondas de rádio, sendo que se destacam as características aperfeiçoadas da banda larga móvel. Efetivamente, “[o] objeto e a rádio tornaram-se inseparáveis, à medida que os transmissores e recetores se tornam cada vez mais pequenos, integrando-se na própria estrutura dos objetos com os quais interagem”

⁶ A metáfora da ilha enquanto isolamento foi explorada no capítulo *Mitos e Imaginários Políticos*.

⁷ O conceito de rede mudou significativamente desde o aparecimento da telefonia móvel: “ter rede” significa encontrar-se numa área onde as ondas eletromagnéticas permitem a comunicação, sem que seja necessário saber a localização física ou quem controla a estação emissora, a antena de retransmissão ou o sistema de transmissão dessa comunicação (Darò, 2022, p. 153).

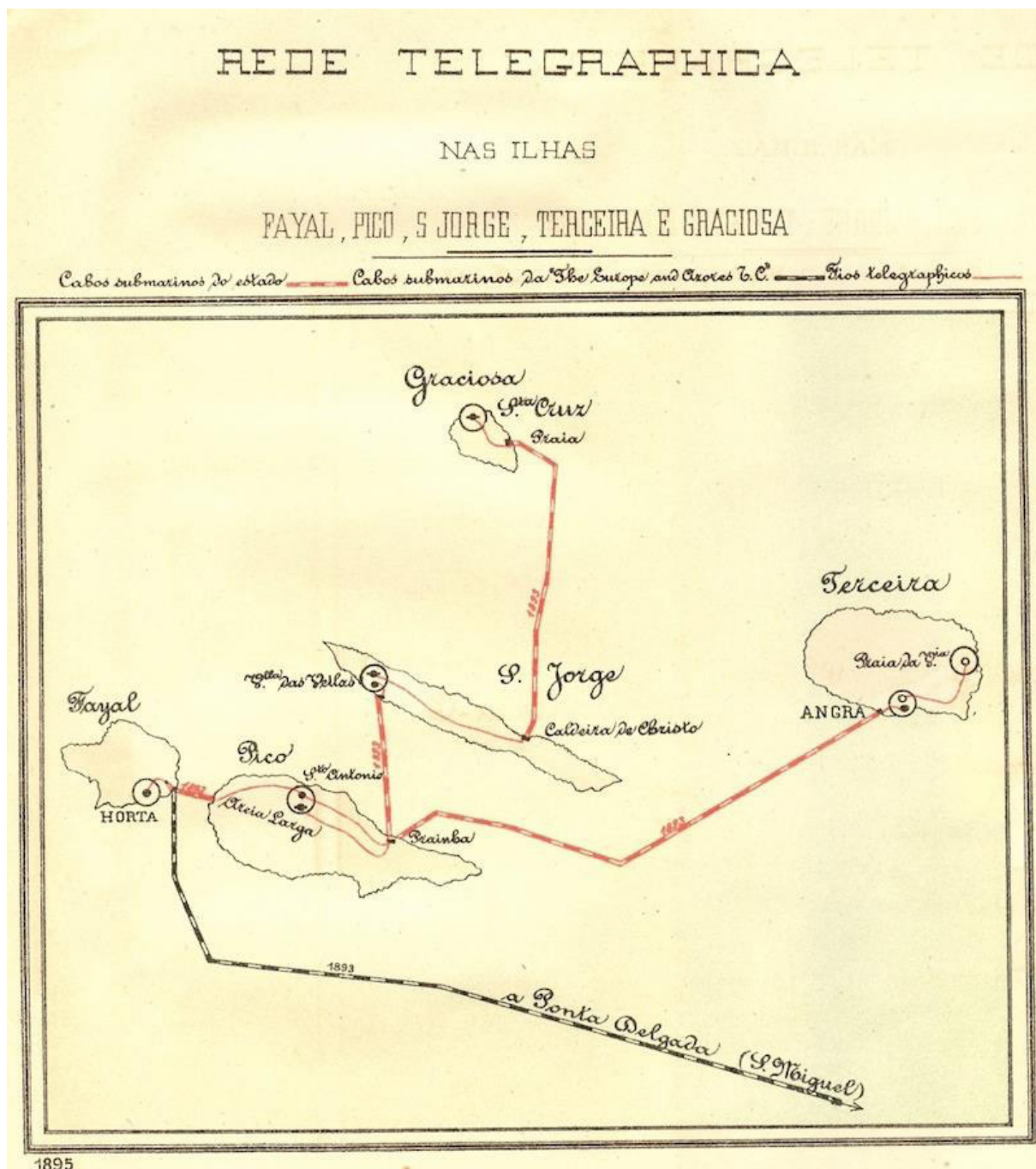


Fig. 9.6 - "Rede Telegraphica nas ilhas Fayal, Pico, S. Jorge, Terceira e Graciosa", 1895.

(Wigley, 2015, p. 14). As redes móveis fundem objeto e informação, "como se cada objeto existisse apenas para se transmitir a si próprio" (p. 14). Os telefones, que outrora eram pontos fixos no território e materializados no espaço público por cabines telefônicas e aparelhos fixos, tornaram-se dispositivos individuais e móveis (Darò, 2022, p. 153).

Ultimamente, o reforço da infraestrutura por cabo parece evidente, contudo, o panorama era significativamente distinto há menos de cinquenta anos. Nessa altura, as companhias de cabos submarinos estabelecidas na Horta organizavam a cessação da atividade, como consequência do aperfeiçoamento das comunicações por satélite (Serpa, 1978, p. 119). Concomitantemente, a indústria de telecomunicações apostava na complementaridade entre as infraestruturas com fios e as sem fios, numa perspetiva de redundância do sistema (Starosielski, 2015).

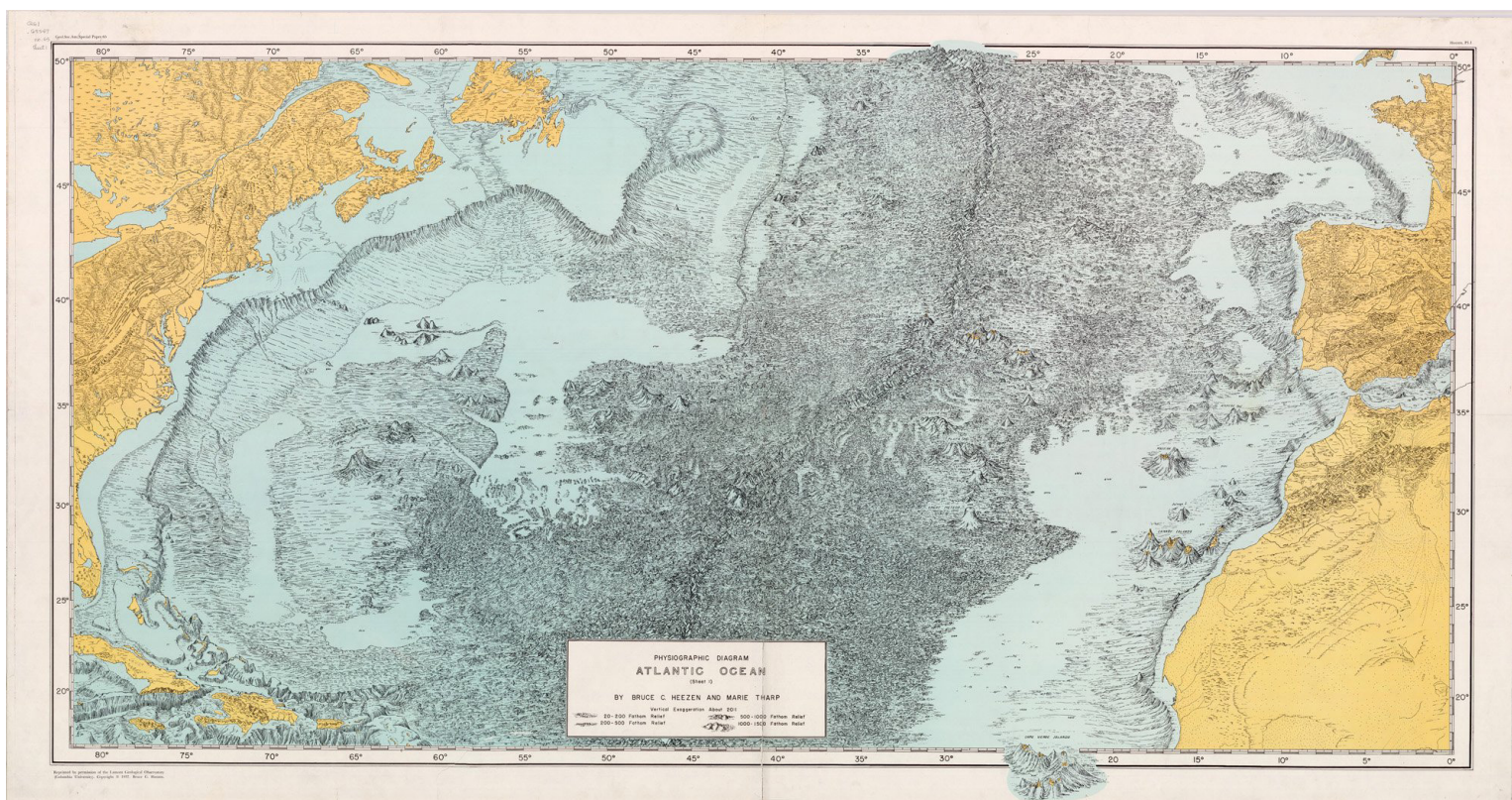


Fig. 9.7 - Marie Tharp e Bruce Heezen, *Physiographic Diagram of the Atlantic Ocean*, 1957. Marie Tharp Maps, Regenstein Library: G9101.C2 1957 H.4.

Entretanto, a conjuntura voltou a alterar-se. Mais recentemente, há pouco mais de dez anos, Starosielski (2015) notou uma reversão do investimento dos satélites para os cabos de fibra ótica, em parte devido ao aumento dos conteúdos da internet, como os vídeos de alta resolução, que requerem uma largura de banda cada vez maior. Por outro lado, o desenvolvimento célere das tecnologias de fibra ótica – ou seja, o aumento da capacidade – contribuiu para a obsolescência económica dos cabos (Starosielski, 2015, p. 46). De modo suplementar, a desregulação das operações introduziu o fator da especulação: a entrada em atividade do primeiro cabo privado em 1989, o transatlântico PTAT-1, principiou uma redução substancial do período necessário para o lançamento e a instalação de novos cabos (Starosielski, 2015, p. 47). Os últimos dois eventos elencados elucidam a alteração que se tem vindo a consolidar ao longo do século XXI: a quebra da complementaridade entre cabos e satélites para um sistema semelhante ao da época áurea do telégrafo, em que se privilegiava os sistemas redundantes com cabos (Starosielski, 2015). De forma abreviada, a relação cabos-satélites está a dar lugar a uma relação cabos-cabos. Na prática, continuando a decalcar da teoria de Starosielski (2015), “[a]pesar da retórica da conexão sem fio, vivemos num mundo que está mais ligado do que nunca” (p. 9).

Neste avesso do passado, constata-se o desenvolvimento particular das ligações em anel, em virtude de garantirem a conexão infraestrutural de dois percursos entre determinadas localizações (Starosielski, 2015, p. 49). O anel CAM (Continente Açores Madeira), em operação desde 1999, ilustra a materialização do conceito de redundância aplicada às telecomunicações. A interconexão é composta de três ligações de cabos de fibra ótica. O cabo submarino Columbus III foi o primeiro a entrar em atividade, com Carcavelos e Ponta Delgada como pontos de aterragem; no ano de 2000, instalou-se o cabo ATLANTIS-2 entre Carcavelos e o Funchal; a terceira parte do conjunto começou a funcionar em 2003, entre os Açores e a Madeira, com três pontos de aterragem: Ponta Delgada, Funchal e Porto

Santo. Prevê-se que o anel CAM seja desativado no final de 2024, dado que a interligação entre os Açores e o continente português chegará ao fim do período de vida útil (Despacho n.º 9333, 2020).

Em março de 2024, a Infraestruturas de Portugal (IP) e a Alcatel Submarine Networks assinaram um contrato para conceção, construção, fornecimento, instalação e início da operação do novo sistema de cabos submarinos de fibra ótica de telecomunicações, um investimento total de 154,4 milhões de euros (Infraestruturas de Portugal, 2024). O novo anel CAM deverá entrar em atividade no final de 2026, numa extensão de cerca de 3800 quilómetros e com pontos de aterragem em Carcavelos, Funchal, Machico, Sines, São Miguel e Terceira (Submarine Cable Map, s.d.), substituindo o antigo sistema de capacidade de 300 Gbps por, pelo menos, 150 Tbps (Lusa, 2024). Numa colaboração com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), o novo anel CAM contemplará a montagem de cinquenta repetidores e incluirá uma componente destinada à deteção sísmica e à monitorização climática e ambiental, designada por *Science Monitoring and Reliable Telecommunications* (SMART) (Infraestruturas de Portugal, 2024). Há cerca de uma década, Starosielski (2015) frisou que este tipo de sistema duplo telecomunicações/SMART ainda não tinha sido alargado devido a questões de incumprimento de soberania. Seguramente que a integração de sensores nas redes de cabos submarinos consistirá num contributo científico considerável, no entanto, imputa-se uma característica problemática ao facto de os sensores poderem eventualmente ser utilizados como ferramenta de observação militar ou de exploração de recursos (Starosielski, 2015).

Retomando o carácter de especulação enfatizado por Starosielski (2015, p. 47), de um modo geral, “as redes digitais estão a desenvolver-se numa era pós-serviço público” (Lopez, 2022, p. 37). A intersecção destas duas perspetivas ressalta a absorção da indústria digital pelo sector privado e, por essa via, a orientação para um colapso progressivo do sistema de solidariedade. Neste aspecto, tanto Lopez (2022) como Durand (2020) sustentaram que os Estados estão reduzidos a uma posição de subserviência perante o monopólio privado dos cabos submarinos. A substituição dos operadores nacionais de fibra e de distribuição elétrica pelos grandes operadores de centros de dados fragiliza o poder público, como elucida a consolidação das posições de domínio da Amazon, Google, da Meta (que detém o Facebook) e da Microsoft (Eldar, Kofsky & Maor, 2023; Lopez, 2022; Starosielski, 2015).

A robustez dos sistemas de cabos observa-se muito além da sentença da sua inutilidade, visto que quando “deixam de ser viáveis em termos comerciais, permanecem no oceano” (Starosielski, 2015, p. 221), ainda que “as suas localizações sejam muitas vezes removidas dos mapas de cabos e das cartas náuticas” (p. 222). Afinal, esta persistência verifica-se igualmente no caso dos satélites, conforme foi enfatizado no capítulo *A Ilha Espacial*. A este propósito, a diferença reside no facto de os satélites desativados permanecerem mapeados (LeoLabs, s.d.a) nas chamadas “órbitas de cemitério”. Por outro lado, relativamente aos cabos submarinos, ainda que as empresas não sejam obrigadas a retirá-los do fundo do mar, é-lhes incumbida a responsabilidade de manutenção (Starosielski, 2015, p. 222). No que concerne aos objetos desativados das órbitas, a maior parte não é removida (Jakhu & Ahmad, 2017), de tal forma que o cálculo e monitorização da probabilidade de colisão do lixo espacial em tempo real é disponibilizada publicamente (LeoLabs, s.d.b). A questão da redução dos detritos espaciais não é referida expressamente nos tratados das Nações Unidas, porém algumas interpretações determinam que os documentos contêm disposições alusivas, ainda que indiretamente, à remoção do lixo espacial (Jakhu & Ahmad, 2017; Muñoz-Patchen, 2018). Face aos cruzamentos referidos, é inequívoco que “[a]s atividades de uma tecnologia podem ser difíceis de ver, embora, dada a onipresença do espaço de infraestrutura, estejam ocultas à vista de todos” (Easterling, 2014, introdução).



Fig. 9.8 - Um dos pontos de acesso ao cabo, segundo informação obtida. Santa Cruz das Flores, setembro de 2023.

Fantasia da ausência de atrito territorial

A metáfora da fluidez, popularizada por Bauman ([2000] 2006) para caracterizar as transformações profundas na sociedade contemporânea, contrasta com a territorialidade efetiva das infraestruturas de comunicação. Neste sentido, o argumento de que o “espaço dos fluxos” está a substituir o “espaço dos lugares” (Castells, [2007] 2016) parece não colher. De modo consequente, a sociedade “sem fios” assenta num enredamento crítico de fios. Os cabos submarinos proporcionam a circulação de cerca de 99 % dos dados entre continentes (Starosielski, 2015, p. 232), um facto que reforça o pressuposto de integração espacial efetiva, no sentido material, num meio concebido para ser transcendido em termos virtuais. Neste âmbito, o termo “fluxo” é contraditório por convocar a noção de ausência de materialidade e a ideia de desterritorialização – aliás, procurou-se decompor esta última, comumente associada à teoria de Deleuze e Guattari (1980), na introdução da tese em apreço. O projeto e a instalação de cabos submarinos participam, pelo contrário, num processo de reterritorialização dentro do contexto de consolidação das geopolíticas verticais analisado na segunda parte, *Território Potencial*.

De forma contrastante, a geopolítica horizontal, predominantemente “achatada”, é disseminada pela representação do cabo como “um vetor, em vez de uma infraestrutura material” (Starosielski, 2015, p. 229). A criação de circuitos estabilizados comporta, na sua essência, um procedimento de adaptação do meio, – em particular, mediante a construção infraestrutural, a alteração do sedimento do fundo marinho e o controlo técnico da repetição dos sinais – consequentemente, “a extensão da internet é um processo distintamente espacial” (p. 228). Por essa razão, a instalação de um circuito de transmissão é sempre um processo territorial. Dito de outro modo, a “imaginação da desmaterialização” (p. 6) que se consolidou com a criação da internet somente é possível com um aparato infraestrutural que a sustente.

O mito da internet como “entidade metafísica” (Eldar, Kofsky & Maor, 2023, p. 238), a par da metáfora da “nuvem”, dissimula a vulnerabilidade a que o sistema está sujeito. Por outras palavras, a abstração do tratamento de dados, disseminado através do conceito ligeiro de “nuvem”, escamoteia uma natureza pesada e terrestre, no sentido material, particularmente a dos centros de dados e das redes subterrâneas de cabos de fibra ótica (Eldar, Kofsky & Maor, 2023). O desfazamento entre o conceito genérico do sistema e a sua concretização torna-se viável por causa da implementação da política de segurança da obscuridade, ou seja, o “anonimato” contrasta com a importância estratégica das infraestruturas (Eldar, Kofsky & Maor, 2023; Starosielski, 2015).

Além do mais, a promessa de uma “nuvem” ubíqua é falsa (Eldar, Kofsky & Maor, 2023). Na prática, “as infraestruturas de dados são produzidas e consolidadas de maneira desigual” (Goldstein & Nost, 2022, p. 4), numa contraposição ao princípio de anulação da fricção territorial. Os cabos concentram-se em determinadas localizações, ou seja, não se traduzem numa rede distribuída em termos globais. Starosielski (2015) argumentou que a agregação atual das geografias e dos operadores dos cabos submarinos ilustra e prolonga as tensões observadas desde meados do século XX, num quadro de aprofundamento das desigualdades globais. Decalcando da teoria da mesma autora, “em vez de diminuir a importância da geografia, as redes de cabos continuam a ser construídas numa densa rede de afiliações territoriais existentes” (Starosielski, 2015, p. 12). Neste contexto, Eldar, Kofsky e Maor (2023) assinalaram um “novo imperialismo” (p. 226) alicerçado na detenção da infraestrutura física que possibilita a “nuvem”. Esta visão contrapõe-se à do sector digital enquanto “espaço de mobilidade” e “sem fronteiras”. Embora a simultaneidade das comunicações não exista, os cabos submarinos distorcem o entendimento humano de espaço-tempo – aos nossos sentidos, a coincidência das comunicações parece existir. Conforme Peters (2016) afirmou, “a maior parte da comunicação humana é marcada pela não-simultaneidade impercetível” (p. 93). Posto isto, a infraestrutura digital como fonte de poder é indubitavelmente indissociável da geopolítica.





A identificação de parte substancial do fundo oceânico como um “não-território”, – ou, antes, como um *terrain vague*, – legitima o discurso institucional e empresarial fundamentado na capacidade de conexão das suas atividades e modalidades de gestão. Neste âmbito, introduz-se um afastamento “de qualquer ação que possa criar a impressão de que o território politicamente administrado é inóspito aos usos, expectativas e todas as futuras empreitadas do capital globalmente orientado e atuante” (Bauman, ([2000] 2006, p. 150). Em certa medida, a continuidade infraestrutural funciona como prerrogativa indispensável à articulação territorial (tanto material, como simbólica) por via da rede de cabos. Por outras palavras, o território “ausente de sentido” passa a revestir-se de significação mediante a concretização da conexão infraestrutural.

Visibilidade das infraestruturas de dados

Dada a natureza inerentemente crítica, as infraestruturas de dados refletem os conflitos e tensões, nomeadamente entre Estados. O episódio ocorrido em meados de novembro de 2024 é exemplificativo: a Alemanha e a Finlândia acusaram a Rússia do corte do cabo de telecomunicações C-Lion1 no Mar Báltico (Botelho, 2024). Todavia, a danificação dos cabos submarinos deve-se sobretudo à pesca, por efeito do uso de âncoras e de redes de arrasto (Starosielski, 2015). No início do desenvolvimento da pesca de arrasto, possibilitada pelo uso do motor a vapor no final do século XIX, registaram-se os primeiros episódios de danificação de cabos no Atlântico Norte (Starosielski, 2015, p. 151). Por conseguinte, fixou-se a Convenção para a Proteção dos Cabos Submarinos (1884), que estipulava que “a danificação deliberada de um cabo submarino é uma infração punível” (Starosielski, 2015, p. 152). No entanto, esta norma circunscreve-se especialmente no plano teórico, uma vez que a aplicabilidade concreta é difícil.

Décadas mais tarde, constituiu-se a Cable Damage Committee (1958)⁸, numa altura em que as operadoras dos cabos começaram a enterrá-los nos fundos marinhos para protegê-los das atividades piscatórias. Ora, esta estratégia contribuiu para retirar as infraestruturas da atenção pública, tendo em conta que “deixou de haver uma aterragem visível do cabo, pois não havia nada para ver quando o cabo chegava à costa” (Starosielski, 2015, p. 155). Desde então, convencionou-se que alguns mecanismos de preservação passariam pela manipulação da visibilidade (Starosielski, 2015). Paralelamente, reforçou-se a constituição dos cabos, protegidos por uma armadura progressivamente mais robusta à medida que se aproximam da costa (p. 29). Ao contrário das antenas, analisadas no capítulo *Televisão ou Revolução*, a presença dos cabos submarinos vai sendo atenuada no decorrer da sua instalação, ou seja, são vistos durante a fase de montagem e depois desaparecem no subsolo marinho.

Outras construções integradas no sistema de telecomunicações permanecem relativamente visíveis, nomeadamente a maioria dos centros de dados. Neste aspecto, a exibição da componente infraestrutural explora a vertente de inexistência de suspeição. Ainda assim, o grau de visibilidade nem sempre foi o mesmo. Inicialmente, a manutenção da fronteira entre “fora” e “dentro” da rede era responsabilidade dos telegrafistas, incumbidos da descodificação dos sinais, pelo que a clareza da mensagem refletia a habilidade interpretativa e as condições de aterragem do cabo (Starosielski, 2015, p. 105). Portanto, o trabalho humano interferia no circuito de uma forma literal. O grupo central dos Açores mantém uma construção onde se operou este tipo de atividade.⁹ O posto de amarração, conhecido como “Casa do Fio”, localiza-se na Ribeirinha, na costa norte da ilha do Pico [fig. 9.9]. O antigo cabo submarino de 1893 ligava o Pico à Terceira, com amarração perto de Angra do Heroísmo, e a São Jorge, com amarração nas Velas [fig. 9.6].

⁸ Hoje, International Cable Protection Committee (ICPC).

⁹ Deve-se esta informação a Nuno Mendes, engenheiro que orientou a visita à Central Termoelétrica do Pico, em outubro de 2023.

Em 1920, procedeu-se à substituição da atividade de tradução dos sinais por sistemas automáticos de relé (Starosielski, 2015, pp. 109-110). A partir desta altura, os operadores dos cabos passaram a encarregar-se da monitorização das máquinas e da resolução de problemas pontuais. Starosielski (2015) identificou esta transição como “o afastamento do corpo do telegrafista”, que deixara de ser “o portão principal para a linha de cabo” (p. 110).

Durante a Segunda Guerra Mundial, as estações dos cabos foram militarizadas (Starosielski, 2015, p. 112), à semelhança das centrais elétricas. Antes da fibra ótica, as estações dependiam das práticas e das infraestruturas locais por razões económicas, sociais e tecnológicas (p. 101). Os conflitos em torno dos cabos acentuaram-se no período subsequente: desde os anos 90, os cabos têm sido entendidos “como afirmações de agenciamento territorial na sequência da privatização e da desregulamentação, processos que retiraram o controlo às empresas apoiadas pelo Estado” (Starosielski, 2015, p. 166). Assim, a arquitetura das infraestruturas de dados acompanhou a tendência da autonomia de gestão, numa dissociação física e simbólica dos lugares de implantação.

Atualmente, as operadoras dos cabos concentram grande parte do poder, visto que a internet é central à economia da informação e cuja rede “criou o seu próprio território” (Dupuy, 2002, p. 103). Neste contexto, a estratégia de discrição deixou de assentar na confidencialidade e passou a favorecer a intensificação da resistência das infraestruturas (Eldar, Kofsky, & Maor, 2023, p. 239). A conexão de um país depende, nalguns casos, de um único cabo (Starosielski, 2015, p. 156). De acordo com Starosielski (2015, p. 99), a percepção dos limites das estações de cabos deslocou-se, num primeiro momento, do corpo para a arquitetura, e depois da arquitetura para o conhecimento. Por outras palavras, a alteração da abordagem relativa ao isolamento contribuiu para a modificação das fronteiras do sistema de dados. Não obstante, à luz da fundamentação desenvolvida ao longo da segunda parte desta tese, parece que a perspetiva de Starosielski (2015) de que “o aumento da passagem de limites é acompanhado por um investimento menos frequente em fronteiras e enclaves de proteção” (p. 233) não se verifica. Em *Território Potencial* destacou-se a situação inversa: a do endurecimento das fronteiras, nomeadamente através de mecanismos legais. A negociação dos contornos do fundo marinho, em particular, tem implicado um investimento acrescido na definição e cumprimento das demarcações.

Nuvens de dados e eletricidade: dois lados da mesma moeda

O fenómeno do crescimento exponencial dos dados é indissociável da reserva de terrenos e de megawatt por parte da indústria digital (Lopez, 2022). Atualmente, os centros de dados consomem cerca de 10 % da eletricidade mundial, com previsões de aumento para 13 % em 2030 e 25 % em 2050, o que leva Lopez (2022) a concluir que “uma nova infraestrutura está a ser implantada” (p. 10). A construção de centros de dados no século XXI é comparada às autoestradas no século XX e às estações ferroviárias no século XIX, como se equivalessem nas questões do interesse e da fruição pública. Contudo, a importância dos centros de dados exige discussão sobre o projeto técnico e digital das sociedades, especialmente em termos de administração e regulação (Lopez, 2022). Posto isto, o que é público nos centros de dados?

Em duas décadas, o custo do cabo de fibra ótica diminuiu substancialmente, ao passo que a sua capacidade aumentou (Lopez, 2022). As infraestruturas digitais e as infraestruturas elétricas têm vindo a consubstanciar-se como dois lados da mesma moeda: por um lado, o digital associa-se a uma eletrificação massiva dos usos; por outro, o sistema elétrico tem vindo a consolidar a dependência do digital – como se analisou no capítulo precedente, *Ordem Elétrica*. Essencialmente, “apreender o digital através de sua matriz elétrica é recompor uma inteligibilidade material” (Lopez, 2022, pp. 12-13). Portanto, a infraestrutura elétrica e a rede de telecomunicações são cruciais para estes centros, sendo que o valor está no comprimento de onda na extremidade do cabo, mais precisamente no fluxo, ou seja, na mobilização de dados (Lopez, 2022).

Tal como se tem vindo a referir nesta tese, a redundância, característica das redes insulares, também se aplica à relação entre os sectores digital e elétrico, uma vez que os centros de dados garantem a fiabilidade do sistema através da produção própria de eletricidade e de microrredes autónomas (Lopez, 2022). Este procedimento de circularidade funciona igualmente como uma estratégia de isolamento. Como consequência, as alterações no sector digital dependem de uma reflexão profunda sobre o sector elétrico. Os centros de dados assemelham-se a centros de produção elétrica, no sentido em que a essência é a mesma: energia (Eldar, Kofsky & Maor, 2023). Por se alicerçarem numa ideia de crescimento incessante, os centros de dados reservam enormes quantidades de megawatt e, embora vulgarmente privados, beneficiam da infraestrutura pública (Lopez, 2022). Afinal, apesar da aparente autonomia dos centros de dados, a autossuficiência destas instalações é limitada, tendo em conta que dependem em absoluto de infraestruturas locais, nomeadamente a rede elétrica.

A visita a um dos centros de dados do Governo Regional dos Açores¹⁰ veio corroborar a tónica do investimento nas ligações estratégicas, em detrimento do foco na arquitetura do edifício propriamente dito. A implantação no núcleo urbano de Ponta Delgada parece ter consistido num dos mecanismos de segurança deste centro de dados. O acesso estava protegido por um sistema de código e posterior validação, introduzido pelo engenheiro responsável pela monitorização da infraestrutura. Depois de se atravessar o portão vermelho, estávamos no interior do terreno da Residência Oficial do Presidente do Governo Regional dos Açores, no extremo mais a norte. A delimitação com muros de basalto altos evocava as vedações construídas durante o período áureo da produção da laranja em São Miguel. A portaria estava vazia, sem sinais da presença de alguém incumbido do controlo da entrada. Demos uns passos até vermos uma espécie de contentor assente numa plataforma, imediatamente contígua a um parque de estacionamento e enquadrada por vegetação luxuriante a nascente. O edifício paralelepípedo, sobrelevado, foi construído com estrutura em aço e revestimento em aço inox, por ser mais resistente à humidade. O sistema de refrigeração está imediatamente adjacente e ocupa uma área ligeiramente maior do que o volume destacado do contentor.

Depois de se subir alguns degraus, seguiu-se um novo procedimento de segurança para desativar um conjunto de alarmes, repostos aquando da nossa saída do edifício. Ligeiramente mais curto do que um contentor de doze metros, consistiu na materialização de um projeto piloto de 2017-2018. Serve para concentrar e processar dados da administração regional do Governo dos Açores, totalizando 48 petabyte (PB) de informação e 22 quillowatt-hora (kWh) de consumo elétrico, contratado ao operador de distribuição EDA. O sistema redundante é “alimentado” por dois cabos de fibra ótica que, consoante foi mencionado, chegam desde a Fajã de Baixo e da Avenida Marginal, na costa sul da ilha. Esta infraestrutura foi construída antecipando um eventual crescimento, provavelmente para o dobro. Efetivamente, os centros de dados antecedem os dados propriamente ditos. São, basicamente, infraestruturas voltadas para o futuro. Na era do *backup*, a preservação física é relegada para outro plano – contudo, um plano sempre tangível e material subjacente à codificação, compressão, armazenamento e transferência de dados. Os centros de dados são, por isso, exemplos claros da materialidade das redes de comunicação modernas e da tecnologia da “nuvem” (Eldar, Kofsky & Maor, 2023).

Ao entrarmos no único compartimento, ruidoso e frio, pudemos ver os autómatos instalados longitudinalmente, definindo dois corredores. Os equipamentos estão cobertos por uma garantia de utilização que se estenderá até 2028. O barulho constante e significativo das máquinas de ar condicionado também evocava algumas das centrais elétricas, em particular as geotérmicas. Ora, não é por acaso que o sistema de refrigeração industrial é o que consome mais energia, tanto neste como noutros centros de dados, tendo em consideração que funciona como uma “casa para computadores climaticamente controlada” (Furuhata, 2022, p. 11).

À semelhança da maioria das centrais elétricas com recurso a fonte renovável, a secretária estava praticamente vazia, apenas ocupada por uma câmara de segurança. Os monitores, instalados

10 Realizada a 25 de setembro de 2023, sob orientação de Marco Tavares, engenheiro a desempenhar funções na Direção Regional das Comunicações e da Transição Digital. Não foi permitido qualquer registo durante a visita.

no início de cada corredor de acesso aos autómatos, expõem informação atualizada e controlada sobre as operações de aglomeração e processamento de dados.

O centro de dados do Governo Regional localiza-se a 1300 metros da costa de Ponta Delgada, portanto, afastado de uma zona de aterragem do cabo. Na prática, a vigilância dos centros de dados e de certos percursos dos cabos consiste num trabalho pontual ou até praticamente inexistente. Para além disso, o esquecimento generalizado das infraestruturas de comunicação serve perfeitamente o propósito de isolamento (Starosielski, 2015). Ao mesmo tempo, a restrição do conhecimento generalizado sobre o funcionamento das infraestruturas dos cabos também funciona como camada de proteção (Starosielski, 2015).

A zona do centro de dados pode eventualmente ser acedida a sul por visitantes do Palácio da Presidência (ou Palácio de Sant'Ana), contíguo ao jardim José do Canto, obra e propriedade do botânico protagonista da tese de doutoramento de Borges (2007). Ambos compõem um conjunto que remonta a meados do século XIX e que foi classificado como Monumento Regional em 1984. Uma vez dentro do local administrativo e turístico, não existe propriamente uma cerca a proteger o edifício do centro de dados. Em certa medida, está visível a quem tenha curiosidade para explorar o jardim, embora passe “despercebido à maioria dos transeuntes por se parecer com uns arrumos”, disse o engenheiro. Os centros de dados das operadoras, nomeadamente da NOS, MEO e Vodafone, integrarão outros mecanismos mais críticos relativamente à segurança.

Em agosto de 2023, a cobertura da rede móvel 5G passou a englobar as nove ilhas, com um total de trinta estações (Lusa, 2023; Smartplanet, 2023). Ao longo das últimas três décadas, nos Açores, a NOS investiu mais de 83 milhões de euros e instalou quatro centros de dados (Smartplanet, 2023). A conexão digital é referida como sendo essencial para a coesão territorial do arquipélago (Governo Regional dos Açores, 2022b; Smartplanet, 2023) e, inclusivamente, decisiva no procedimento de canalização dos fundos provenientes do PRR – como referido em *Natureza Depois da Natureza*, a respeito do sector agrícola.

Os centros de dados são infraestruturas sensíveis, estratégicas e representativas de um poder político. Em certa medida, “são a tipologia arquitetónica icónica da Era da Informação” (Lally, 2021, p. 207). Normalmente invisíveis no discurso institucional, são sobretudo discutidos em casos de tensão política – veja-se a questão em torno da construção do centro de dados em Sines. Este tipo de infraestrutura mereceria uma discussão pública alargada e informada. Neste sentido, não se afigura frutífero afirmar perentoriamente que “combater o desperdício significa não permitir o desenvolvimento de tecnologias que consomem muita energia, como a 5G, que é responsável por emissões significativas de gases com efeito de estufa” (Kempf, 2022, p. 52). Evidentemente, “a computação nunca é termodinamicamente gratuita” (Peters, 2016, p. 333). Na realidade, “um centro de dados transforma radicalmente a energia que consome; absorve enormes quantidades de eletricidade de alta qualidade e expele grandes volumes de calor” (Lally, 2021, p. 212). A conservação e o processamento de informação não estão isentos de causar poluição, tal como ilustra o caso dos servidores da Google que, ao produzirem uma quantidade tremenda de calor que requer arrefecimento, consomem milhões de dólares em eletricidade, todos os meses (Peters, 2016). Nas palavras de Peters (2016), “a Google, apesar das suas pretensões, é muito mais um meio terrestre do que um meio aéreo ou marítimo”, considerando que “o processamento de dados depende das artes da fornalha. Vulcano, e não Apolo, é o senhor do ciberespaço” (p. 333). Neste âmbito, a internet é territorializada em consonância com horizontes políticos e históricos.

A digitalização e a eficácia maquínica do urbano integram-se num ciclo iniciado no final do século XIX com a eletrificação (Lopez, 2022, p. 39). O fenómeno do “continuum elétrico-digital” (p. 61) é caracterizado pela imposição das necessidades e dos padrões de consumo pelo sector digital, sem a aprovação dos operadores públicos da rede elétrica. O crescimento das máquinas e do espaço adstrito ao processo de digitalização é simultâneo à contração da dimensão pública dos intervenientes da rede elétrica (Lopez, 2022). Perante uma indústria que beneficia da opacidade e do desconhecimento, beneficiaríamos coletivamente com a disponibilização de informação e a discussão subsequente.

10

TERRITÓRIOS NÃO FUNGÍVEIS



Fig. 10.1 - Pedreira de basalto. “Excursão ao Território Tecnológico”, visita orientada pela autora, no âmbito da 10ª Edição do Festival de Artes Walk&Talk, 24 de julho de 2021. Fotografia de Mariana Lopes.

Fora de vista, longe da memória

Tal como foi abordado no capítulo *Ordem Elétrica*, as ilhas açorianas emergiram de uma zona de divergência das placas tectónicas americana, eurasiática e africana, formando vários complexos vulcânicos (Caetano et al., 2007). A constituição geológica insular é predominantemente composta de basalto, o que difere substancialmente do continente português. A rocha vulcânica está entre os materiais habitualmente utilizados na indústria da construção no arquipélago. Através do cruzamento de entrevistas¹ e um testemunho fotográfico de uma pedreira de basalto na Mata dos Cavacos, Ribeira Grande, na ilha de São Miguel², a primeira secção deste capítulo explora a interligação entre os locais de extração e as suas manifestações arquitetónicas [fig. 10.1].³

Os sistemas tecnológicos implicados na produção urbana permanecem frequentemente ocultos. A familiarização em relação às suas evidências materiais é concomitante a um relativo esquecimento paradoxal dessas mesmas manifestações. Por outras palavras, até a um certo ponto, há uma desconsideração coletiva relativamente a determinadas componentes que constroem o urbano, nomeadamente as condições de fornecimento dos materiais e da mão-de-obra empregue. Sob esta lente, a pedreira de basalto exemplifica uma paisagem normalmente estranha à imaginação. O

1 Aos engenheiros Sara Vieira e João Silva, durante o mês de julho e agosto de 2021, na ilha de São Miguel.

2 Em 24 de julho de 2021.

3 Publicou-se um artigo que serviu de base para este capítulo: Rodrigues, I. V. (2022). Reshaping the island: Architectures of extraction. *Sophia Journal*, 7(1), 65–83. https://doi.org/10.24840/2183-8976_2022-0007_0001_5

reconhecimento de locais de produção “invisíveis” (Ghosn, 2016) inscreve-se na necessidade de uma “teoria urbana sem um exterior” (Brenner, 2014a, pp. 14-15).

Conforme se analisou no capítulo *Mitos e Imaginários Políticos*, o uso de expressões convencionais como “cidade consolidada”, “centro histórico”, – ou simplesmente “cidade” (Brenner, 2014a; Domingues, 2021; Ghosn, 2016), – cumpre a normalização dos conceitos “denso” e “próximo”, comumente entendidos como o “núcleo” da urbanização (Brenner, 2014a, pp. 14-15). A antítese a esta aglomeração, ou antes, o que é “deixado de fora” do núcleo urbano denso, enquadra-se como um ambiente distinto. Sugere-se que este contraste é particularmente evidente nas ilhas em virtude da noção da “natureza” e do “rural”. Ora, os conceitos dicotômicos beneficiam a omissão das supostas externalidades que produzem a “cidade”. Não obstante, os componentes ditos externos são essenciais para a condição urbana arquipelágica. Neste sentido, a pedreira de basalto expõe uma forma de urbanização extensiva, em oposição a uma forma concentrada (Arboleda, 2016, p. 99). Se a paisagem é o visível do território (Domingues, 2021), esta paisagem extrativa corresponde a uma pequena parte do sistema produtivo. A partir daqui, desvelam-se disposições para além do estritamente mensurável e que também fazem parte do território insular.

Paisagens produtivas

Um estudo desenvolvido para a “definição das políticas territoriais de aproveitamento de recursos minerais nos Açores” (Caetano et al., 2007, s.p.) caracteriza a distribuição geográfica dos referidos recursos do seguinte modo: “o enquadramento mais frequente das zonas de extração de massas minerais é em áreas rurais, embora próximas dos centros urbanos” (Caetano et al., 2007, s.p.). Dito de outro modo, estes locais são apreendidos como alheios ao “urbano”, juntamente com “uma série de processos de extração menos visíveis para obter minerais e materiais” (Malterre-Barthes, 2021, p. 88). Contudo, nas palavras de Arboleda (2016), “a extração de recursos (especialmente minerais) pode consistir numa das atividades económicas com maior imobilidade espacial: para além de ser eminentemente específica do local, requer grandes quantidades de investimento em capital fixo sob a forma de maquinaria e infraestruturas” (p. 105). Estes locais quase sigilosos são, afinal, paisagens massivas que, apesar de serem “centrais para o desenvolvimento acima da superfície”, normalmente “estão fora da vista e muitas vezes exteriores à representação urbana” (Arboleda, 2016, p. 105). O horizonte rochoso [fig. 10.2], as gruas, os camiões, as linhas de transporte de eletricidade e a maquinaria pesada expõem parte do sistema infraestrutural que suporta a atividade extrativa [fig. 10.3].

Portanto, a abstração geográfica da pedreira associa-se a uma ideia de confinamento do urbano, ainda que esta paisagem esteja na base da construção desse mesmo urbano. Como tal, constitui uma “paisagem produtiva” (Daou & Pérez-Ramos, 2016) específica da condição urbana contemporânea. Para além de vulgarmente distantes do entendimento urbano, estes “locais de produção representam uma espécie de contra-arquitetura invisível que é cuidadosamente ignorada pelos profissionais do *design*” (Malterre-Barthes, 2021, p. 83). A esta luz, a identificação dos locais de extração contemporâneos contesta parte do entendimento a respeito das cidades, uma vez que:

O confinamento do processo urbano à “cidade” faz três coisas: 1. abstrai as materialidades dos sistemas urbanos – os atributos das suas dimensões; 2. deixa de fora as transformações geográficas associadas à implantação de tais tecnologias ambientais; 3. não atende às políticas de consenso ou dissenso sobre como organizar e distribuir recursos. Assim, quando a geografia é reduzida a uma linha ténue, o território é desligado dos atributos tecnológicos, geográficos e políticos das infraestruturas. (Ghosn, 2016, p. 22)



Fig. 10.2 - Pedreira de basalto, Ribeira Grande, ilha de São Miguel, julho de 2021.



Fig. 10.3 - Pedreira de basalto, Ribeira Grande, ilha de São Miguel, julho de 2021.

Por consequência, a pedreira de basalto integra o conjunto de sistemas sociotécnicos essenciais à urbanização. Esta paisagem frequentemente ignorada é um local de produção urbana, a partir da qual pode aferir-se como a exploração dos recursos molda as geografias.

O vazio imenso esculpido no terreno, o ar poeirento, os ruídos constantes e a aridez do terreno compunham a paisagem. O uso da máscara obrigatória no âmbito da pandemia ajudou a filtrar as partículas que, ainda assim, continuavam a incomodar a visão. Ao caminhar-se sobre o estrato geológico, experienciava-se uma espécie de imersão terrestre. Embora não se conseguisse ver para além das paredes rochosas, algumas pedras caíam com uma cadência lenta. Ainda que os limites anteriores do terreno fossem, de alguma forma, difíceis de delinear, era inevitável imaginar a morfologia daquela zona antes de todas as operações tecnológicas terem tido lugar. Em contraste com um típico aglomerado densamente construído, aqui o urbano manifesta-se na subtração: os materiais vão ser acrescentados noutro lugar, muito provavelmente na mesma ilha. Essencialmente, através de um mecanismo de escavação, a operação construtiva continua noutro lugar.

O duplo processo de desconstrução e subsequente construção implica um esgotamento dos solos. As camadas geológicas de pedra não podem ser substituídas, sendo que a ilha é extraída de si mesma, até que as possibilidades de extração nesse local sejam dadas como concluídas. Por outras palavras, a extração e a exploração são dinâmicas paralelas e constitutivas da própria ilha. As nove ilhas que constituem o arquipélago correspondem a nove cenários distintos de recursos minerais, cuja exploração obedece a uma gestão que isola cada objeto tecnológico insular. As geografias de pedra extinguem-se após o esgotamento da matéria: a combinação de sedimento, tempo, material e espaço não é substituível no mesmo local. À medida que estas reservas terminam e os projetos se tornam maiores, consolida-se a necessidade de outros sítios, numa procura constante de apropriação da terra. A pedreira é incorporada nos circuitos económicos até à sua escassez, isto é, ao depauperamento objetivo do terreno, evidenciando “a circularidade radical dos processos que ligam a ruína urbana e o fabrico do solo” (Graham, 2018, p. 310).

Na realidade, numa ilha rica em minerais, “uma impressionante variedade de mercadorias é arrancada da terra” (Bridge, 2004, p. 206), num processo de circulação da matéria [fig. 10.3 e 10.4]. Com efeito, o fluxo do próprio território é menos evidente do que o das variações dos fluxos do capital entre territórios (Graham, 2018, p. 138). Nos Açores existe, em média, um local de extração (ativo ou abandonado) por cada quatro quilómetros quadrados; a mesma área corresponde a uma densidade populacional média próxima dos quatrocentos habitantes (Caetano et al., 2007). Nas ilhas, parcelas confinadas à terra, as limitações das atividades extrativas são inequívocas na medida em que não se pode substituir os terrenos indefinidamente. No limite, ainda que sejam substituíveis dentro de um quadro económico, o geológico não é fungível. Na sua essência, a pedreira é um território não fungível (ou TNF, uma formulação com base no NFT, *non-fungible token*, popularizado sobretudo em 2021 e 2022).

A este respeito, Ghosn (2016) afirmou que “nós somos ‘leviatãs geográficos’” (p. 28). Se é evidente que a urbanização se alicerça nas infraestruturas e no edificado, a produção efetiva do urbano surge com a extração das matérias-primas. A ilha constrói-se entre os locais de extração e os de construção, compreendendo processos de subtração e de adição de sedimentos e materiais. Ora, construir algo implica necessariamente “desconstruir” noutro lugar, numa operação de transação assimétrica. Estes processos retratam uma “engenharia de novos terrenos” (Graham, 2018, p. 297) permanente, uma ação de alteração do terreno através da modificação da litosfera.

A pedreira de basalto, enquanto “território de extração de território” (MAS Context, s.d.), engloba, por um lado, alianças *terrestres*: profundamente exploradas e passíveis de modificação. Por outro, integra um território caracterizado pela descontinuidade e caducidade terrestre. Na prática, esta exploração atingirá necessariamente um fim, uma vez que o terreno não é infinito. Tendo em conta que “o próprio território se torna um bem transacionável e móvel” (Graham, 2018, p. 298), encontrar novas terras é crítico para a prossecução da produção insular. O *fazer-matéria* é simultâneo ao *fazer-ilha*, num processo de reformulação.

Externalidades da ilha

Os edifícios e infraestruturas são apenas uma parte visível de um sistema complexo – a escavação, exploração, erosão e transformação de pedras de basalto estão entre alguns dos procedimentos tecnológicos responsáveis pela produção das paisagens. A ordem estabelecida compreende as cadeias de fornecimento de material, algumas das quais são limitadas à ilha, outras implicam dependências externas. Dentro deste panorama, o extrativismo é pensado em termos de um fenómeno interligado (Arboleda, 2021).

Fundamentalmente, a percepção da pedreira de basalto como estando “fora da cidade” isola-a das implicações ambientais, urbanas, económicas e sociológicas; o mesmo acontece com o pensamento sobre os materiais que desembarcam regularmente neste local produtivo. Ora, a invisibilidade dos locais de produção engloba a invisibilidade das suas supostas externalidades. Os resultados dos processos industriais e técnicos são discerníveis: edifícios, infraestruturas, pavimentos. De forma contrastante, há contingências mais difíceis de apreender, como por exemplo o trabalho, a poluição, a eliminação de resíduos, as consequências para a fauna e flora. Em suma, um sítio invisível esconde um sistema invisível.

São Miguel retém a maioria dos materiais extrativos para a construção, ou seja, grande parte da matéria permanece na própria ilha.⁴ Ainda assim, a cadeia de produção requer elementos externos para a completar. Apesar de a areia e a pedra necessárias serem obtidas através de extração local, o mesmo não se verifica em relação ao aço e a alguns componentes de cimento (SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores, s.d.b).

A bolha ecológica-insular, quando pensada de um modo sloterdijkiano, implica uma distinção em relação ao que lhe é exterior. Não obstante, “os recursos locais já não são a condição do desenvolvimento, uma vez que são móveis, transportáveis, armazenáveis” (Lopez, 2019, p. 30). Portanto, a bolha ecológica não se sobrepõe à ilha, sendo que uma dissociação traçada sobre os seus limites terrestres contempla apenas uma parcela do mecanismo. Neste contexto, vale a pena reforçar o que já foi enfatizado noutros capítulos: normalmente, o regime que sustenta o urbano somente é reconhecido face a situações de anomalia ou de incumprimento. Na prática, a construção é possível através do “apagamento da geografia” (Ghosn, 2016, p. 28) dos locais produtivos, consistindo numa “deturpação ‘concebida’ que externaliza os custos do processo urbano e oculta os desacordos sobre a forma de organizar o mundo e os seus recursos” (Ghosn, 2016, p. 28). Por essa razão, a interrogação das dependências da ilha através de uma lente arquitetónica engloba a reflexão sobre as vertentes económicas e ecológicas.

O entendimento do “material como matéria e recurso” (Turan, 2016, p. 133) abrange o enredamento entre geografias distintas. Tomando como exemplo o betão, a sua produção requer cimento, areia, água e agregados. Atualmente, os efeitos ambientais resultantes destes procedimentos são amplamente conhecidos, nomeadamente o facto de constituir uma das principais fontes de dióxido de carbono na atmosfera (Ramsden, 2020). O componente mais poluente é o cimento, não sendo produzido integralmente na ilha. Apesar de o processo de moagem ser maioritariamente feito em São Miguel, é necessário importar algumas matérias-primas a partir do continente português, especialmente o clínquer (SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores, s.d.b). Decalcando da teoria de Förster (2023), o forno “orquestrou um processo industrial no centro de um metabolismo elementar da matéria e do material que facilitou o crescimento das modernidades globais” (p. 234). Para além disso, “as fábricas de cimento, uma vez que objetivam a natureza e externalizam os custos, requerem novas histórias globais de extração, construção e arquitetura”, sendo que o forno “interfere com qualquer imaginário orientado para o futuro sobre a transição energética e de recursos, empresarial, estatal ou radical à luz da emergência climática” (Förster, 2023, p. 235). Em todo o caso, a produção de

⁴ Informações recolhidas nas conversas com engenheiros da empresa Marques, durante a visita à pedreira da Mata dos Cavacos, Ribeira Grande, São Miguel, em 24 de julho de 2021.



Fig. 10.4 - Pedreira de basalto, Ribeira Grande, ilha de São Miguel, julho de 2021.

cimento e a pedreira interligam-se, por serem ambas parcelas nos planos de ubiquidade da indústria da construção (Förster, 2023).

Em 2020, verificou-se um aumento das empresas de construção certificadas nos Açores, complementado com uma subida tanto da produção como das vendas de cimento (RTP Açores, 2021b), continuando o mesmo padrão até agosto de 2024 (SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores, s.d.b). O investimento substancial no sector da construção pública explica esta tendência, nomeadamente as intervenções realizadas em vários portos do arquipélago, em particular o porto das Lajes das Flores, destruído durante a passagem do furacão Lorenzo, em 2019. Adicionalmente, no programa número 14 do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A, o cimento é referido como um “bem essencial” no âmbito da “coesão territorial” arquipelágica, juntamente com os combustíveis, o açúcar e a farinha.

Em São Miguel, as três empresas mais relevantes no panorama do comércio de betão são a Marques, a Tecnovia e a Sacyr Somaque. A areia é essencial para as atividades que desenvolvem e é fornecida quase exclusivamente pela empresa Albano Vieira. A “areia fabricada”, como é designada, é extraída do tufo vulcânico e cobre cerca de 90 % da indústria de construção da ilha, diferindo do tipo de areia obtido a partir da extração do fundo do mar.⁵ As pedreiras de areia com dimensões significativas para efeitos de comercialização localizam-se somente na maior ilha do arquipélago. Nas restantes oito ilhas recorre-se a processos de dragagem para a obtenção de areia destinada ao sector da construção. Ainda que a granulometria da “areia do mar” seja mais heterogénea e, por isso, mais adequada à produção de betão do que a “areia fabricada”, o elevado teor de sal é impróprio para os fins construtivos, implicando custos e esforços técnicos acrescidos para a sua remoção.

A areia é, por isso, um dos recursos essenciais para a construção das territorialidades de basalto. A sua extração, exploração, fabrico e transformação culmina com o transporte para novos locais. Neste sentido, reconceptualizar a extração “não só como as operações que intervêm na Terra, mas também como a territorialização total do espaço pela tecnologia” (Sepahvand, 2016, p. 7) fomenta a perceção da ilha como um dispositivo tecnológico. Consequentemente, “o estrato de uma geologia futura” (Mačkić, 2016, p. 34) é perturbado, movido e suprimido. A terra e o terreno vinculam-se a um “terror”⁶ (Elden, 2007) cujo enquadramento amplo da atividade depende de componentes externos, num conjunto orquestrado de sítios e de condições de exploração e fornecimento.

Ecologias da extração

Nas palavras de Paulo Tavares, “a terra é arquivo”.⁷ Acrescente-se que a terra é igualmente um repositório. Após a extração, o material extraído retorna à ilha [fig. 10.5]. Nesta fase, os estratos adulteraram-se e converteram-se em edifícios, infraestruturas, pavimentos. Os materiais estendem-se “da mina ao mercado” (Bridge, 2004, p. 206) englobando ações económicas, políticas e ambientais que são construídas através das “nossas relações tecnológicas com os materiais da Terra, ou aquilo a que chamamos ‘recursos’ e ‘resíduos’” (Ghosn, 2016, p. 28).

A extração, transformação e transporte da maioria destes materiais é muito intensiva em termos energéticos, obrigando à utilização de grandes quantidades de recursos hídricos; além disso, produz emissões de gases com efeito de estufa consideráveis (Correia, 2021; Ramsden, 2020). Consequentemente, “os ciclos de investimento associados ao ambiente construído” (Cairns & Jacobs, 2019, p. 24) geram resíduos da exploração extrativa. Neste contexto, Wigley (2021) especificou que “os arquitetos são especialistas em velar, especialmente velar o facto de cada edifício ser apenas a ponta de um sistema de extração massivo” (p. 46). Ainda que a opacidade da indústria da construção seja frequentemente notada (Grima, 2021; Lopez, 2019), os seus efeitos são claros: “afinal, nenhum edifício é simplesmente adicionado a um local” (Wigley, 2021, p. 49). Na perspetiva de Wigley (2021), o tempo presente está imerso numa “cultura da extração confortável” (p. 47). Prosseguindo com uma posição idêntica:

A arquitetura tem-se sentido a perder o controlo dos seus materiais precisamente quando estes se tornaram mais importantes. Desde a transformação da estrutura dos edifícios durante a industrialização – da tranquilizadora alvenaria ao insubstancial aço e vidro – a autoridade arquitetónica tem sido perseguida pelo espectro da desmaterialização. (Jones, 2021, p. 113)

⁵ Informação obtida nas entrevistas realizadas em São Miguel, em julho e agosto de 2021.

⁶ Relembra-se a exploração etimológica destes termos, realizada na introdução desta tese.

⁷ Na conferência virtual “Homes on Fields”, em 3 de março de 2022, organizada por Charlotte Malterre-Barthes, Universidade de Harvard.



Fig. 10.5 - Pedreira de basalto, Ribeira Grande, ilha de São Miguel, julho de 2021.

Em termos genéricos, nos últimos anos tem-se vindo a assistir ao avolumar de pontos de vista que, apesar das diferenças, convergem na necessidade de sensibilização das consequências da indústria da construção. Sob este ponto, sabe-se amplamente que “o que era vivido como uma possibilidade bastante abstrata, a desordem climática global, começou de facto” (Stengers, [2009] 2015, p. 20). Neste âmbito, os arquitetos poderiam pugnar por cadeias de fornecimento mais equitativas e, consequentemente, por uma visão mais sustentável sobre os custos incorporados da construção. Se a arquitetura é sempre um ator climático (Gadanh, 2022), a consideração de esquemas de eficiência energética poderá ser substituída pela avaliação das supostas externalidades como uma métrica de sustentabilidade (Grima, 2021). A este propósito, “recalibrar o nosso pensamento sobre a relação da arquitetura com o meio ambiente não resolverá, por si só, as mudanças climáticas, mas permitirá formular uma resposta arquitetónica ao novo normal ambiental de precariedade” (Formlessfinder, 2016, p. 129), leia-se “de fragilidade ambiental”.

No caso insular, assim que a utilização dos recursos já não for viável, a exploração continuará a ser necessária noutro local com características geológicas favoráveis. O projeto de inventário “GEOVALIA” identificou quinhentos e oitenta e um locais de atividade extrativa no arquipélago, sendo que todas as ilhas desenvolvem “atividade extrativa em zonas naturais protegidas ou classificadas” (Caetano et al., 2007, s.p.).

A procura de um terreno apropriado é determinada através de uma redefinição legal das zonas de escavação, como regulamentado no instrumento de política sectorial para atividades extrativas, o Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores, doravante denominado PAE (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A). O número 1 do anexo I do PAE estabelece que “[as zonas de extração] correspondem a unidades/espacos onde ocorreu atividade extrativa (licenciada ou não) e onde após cessação dessas atividades de extração não foi implementado nenhum procedimento de recuperação da área ao nível ambiental e paisagístico” (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A). O número 1.2 do mesmo anexo estipula as “Áreas de Gestão” que designam a “unidade básica de ordenamento e têm como objetivo compatibilizar a maximização da exploração dos recursos minerais não metálicos com a adequada estruturação funcional do território” (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A). Ora, o PAE promove a mercantilização otimizada tanto dos recursos como do local de extração, por outras palavras, favorece o propósito de eficiência espacial. Este instrumento, a par do Plano Diretor Municipal, PDM, estabelece uma reformulação das geografias de extração. Os seus efeitos operacionais implicam, de certa forma, uma militarização da gestão territorial através de estratégias de propriedade. Dentro desta lógica, a zona de concessão é a unidade territorial de extração: quando uma unidade está na sua forma “ativa” – ou simplesmente “a produzir” – outra parcela de terreno aguarda um novo ciclo de investimento.

De facto, planejar os perímetros de extração significa reforçar os limites dessas configurações. Nesta perspetiva, o PAE instituiu um dispositivo a ser complementado às “Áreas de Gestão”, o denominado “Mecanismo de Reforço Limitado”. Este instrumento considera a compensação das áreas demasiado definitivas, uma vez que:

permitirá capacitar e possibilitar a existência de mais áreas com atividade extrativa em cada ilha, de forma a dar resposta a necessidades de mercado que se alterem relativamente ao previsto no cenário de base, mas, em simultâneo, regular e limitar essa “expansão”, impondo limites percentuais de área “extra” das AG [Áreas de Gestão] definidas a ocupar, adequados e em conformidade com as dinâmicas específicas de cada ilha. (Governo Regional dos Açores, 2013a, p. 45)

Neste contexto, o planeamento do uso do solo parece reduzido a um exercício de arranjo. Por um lado, a aferição da simultaneidade entre as atividades extrativas e industriais e as “áreas naturais” protegidas é relevante; por outro, as condições da indústria carecem de visibilidade legal: efeitos ambientais, trabalho, cadeias de abastecimento, em suma, as interdependências que a sustentam. A necessidade inegável de regulação das operações extrativas associa-se a uma abordagem analítica ofuscada por um sistema puramente ordenador. A mesma lógica foi identificada no capítulo *Vinculação do Marítório*.

A pedra de basalto enquanto “paisagem de trabalho” (Ellis, 2019, p. 93) faz efetivamente parte do sistema, cujos instrumentos técnicos e legais organizam a extração, circulação e transformação de matérias-primas [fig. 10.6 e 10.7], sobretudo a uma escala insular, mas também numa dimensão arquipelágica e nacional.⁸ Na sua essência, estes ambientes extrativos são produzidos através de arranjos político-jurídicos, em que o regime mais destacado é o da concessão. Neste aspecto, o espaço é representado como “uma categoria política, jurídica e económica: é apropriado, distribuído, mapeado, calculado e controlado” (Ghosn, 2016, p. 21).

8 Informação obtida nas entrevistas realizadas em São Miguel, em julho e agosto de 2021.



Fig. 10.6 e 10.7 - Basalto, ilha de São Miguel. SIARAM.

O que acontece após a extração? Quais são os resultados após esta atividade antropogénica intensa? Nestes sítios não existe a possibilidade de pousio, como se observa na atividade agrícola. Fundamentalmente, está-se perante a ausência da “condição de um recurso ou força produtiva posta de lado para acumular valor potencial a ser extraído ou realizado posteriormente” (Sevilla-Buitrago, 2019, p. 17). Assim que os recursos geológicos se esgotam, cessa o valor potencial como capital extraído. Isto significa que quando uma propriedade termina a sua atividade fica “fora de serviço”, uma vez que já não permite a continuação da exploração. Neste panorama, o PAE estabelece que um dos objetivos é “promover a recuperação de áreas ambiental e paisagisticamente degradadas em virtude da cessação de atividades extrativas de recursos minerais não metálicos” (Governo Regional dos Açores, 2013a, p. 28). Embora o PAE determine a necessidade da “Hierarquização da recuperação das áreas de atividade extrativa abandonadas atendendo à Sensibilidade Visual” (Governo Regional dos Açores, 2013a, p. 42), a preocupação estética dificilmente dará relevo às condições parcialmente invisíveis. Seria desejável que o instrumento de recuperação pudesse desvelar a previsão de cenários para esses locais, através da divulgação de práticas presentes e futuras, num estímulo paralelo da responsabilização da atividade extrativa e do acesso público à informação.

Efetivamente, a preocupação com os efeitos ambientais da construção está cada vez mais presente na agenda global, juntamente com o reconhecimento da escassez de muitos recursos afetos a essas atividades. Segundo Malterre-Barthes (2021), “cada decisão tomada pelos *designers*⁹ num projeto tem impacto não só no local de construção, mas também no local de extração” (p. 87). O reconhecimento de um sistema alargado permite “pensar nas paisagens de produção e extração ecológicas como potencialmente funcionando em concertação umas com as outras” (Carlisle & Pevzner, 2021, p. 101). As paisagens produtivas revelam parte das extrações que produzem a ilha e, conseqüentemente, o território.

Neste âmbito, é evidente que as relações de concertação não são igualitárias. Tendo em conta a opacidade do procedimento atual, o cuidado subsequente à exaustão do solo parece meramente corretivo. A operação de extração e as suas estratégias de reconversão são profundamente assimétricas. Primeiro extrai-se, depois esgota-se e, finalmente, remedia-se. Quando a camada geológica atinge a fase de esgotamento, significa que o esforço terminou: o objetivo era a produção. Os designados “recursos fantasmas” designam simultaneamente os resultantes de trocas ecológicas desiguais e os que são invisíveis na arquitetura (Lopez, 2019). Em termos concretos, as construções constituem compromissos e dependências em relação a certos tipos de futuro (Jones, 2021, p. 119). Tal como se fez na segunda parte da tese, convoca-se uma vez mais a teoria latouriana para a intersecção de políticas precisas, que antecipem a descrição dos *terrenos* que se tornaram invisíveis (Latour, 2017, cap. 19). A prática arquitetónica poderia derivar de uma consciência crítica dos materiais de construção, em particular da revisão dos “processos industriais modernos que estão na base da nossa dependência, não só dos combustíveis fósseis, mas também do betão e do cimento” (Förster, 2023, p. 255). Afinal, o rescaldo da extração não é apenas a sua memória, como as estratégias de reconversão parecem implicar. Os impactos materiais (e imateriais) são também “depositados” no futuro, com conseqüências territoriais duradouras dentro e fora da ilha.

9 Itálico acrescentado na tradução.



Fig. 10.8 - Instalações da TERAMB, ilha Terceira, outubro de 2023.

Ecologias da acumulação

Este capítulo termina com uma espécie de avesso da operação acabada de delinear: a de acumulação. Sob esta lente, enquadra-se a evidência do urbano traduzida no seu excesso, na impossibilidade da sua assimilação material, ou seja, no lixo [fig. 10.8]. O armazenamento da matéria que permanece testa igualmente a fungibilidade do território. Enquanto produto antropogénico, “o lixo não existe fora do trabalho humano” (Ghosn & Jazairy, 2015, p. 17). Numa situação idêntica à da produção de eletricidade, a gestão de resíduos nos Açores é divulgada ao nível do arquipélago, pelo que as ilhas com mais habitantes estão consideravelmente mais afastadas dos objetivos em termos de reutilização, de reciclagem e de resíduos eliminados em aterro (Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, 2022, pp. 27-28).







Fig. 10.10 - Interior do forno, instalações da TERAMB, ilha Terceira, outubro de 2023.

Antes da formalização dos sistemas de recolha de lixo no final do século XIX, as ruas eram frequentemente os locais de depósito de resíduos, todos enquadrados na mesma categoria (Ghosn & Jazairy, 2015, p. 18). A preocupação em relação ao lixo passou a traduzir-se na gestão que compreendia a manutenção das vias desobstruídas para o tráfego e a eliminação do miasma (p. 18). Ao longo do século XX, o trabalho de gestão do lixo foi progressivamente ocultado com recurso à mecanização e automatização (p. 18). Atualmente, o sistema de tratamento do lixo manifesta-se de forma pontual no quotidiano da maioria dos cidadãos. Com efeito, quando um objeto entra no ecossistema da gestão de resíduos, deixa de poder ser utilizado e passa a ser definitivamente lixo (Ghosn & Jazairy, 2015, p. 17), a menos que seja sujeito a um processo de reciclagem ou de valorização. Ao contrário do que se possa pensar, a reciclagem não é uma prática recente; na verdade, os romanos faziam-no: utilizavam o lixo acumulado nas construções (p. 20). Por sua vez, a valorização diz respeito aos mecanismos de transformação do lixo que voltam a incluí-lo no sistema comercial, nomeadamente sob a forma de novos produtos.



Fig. 10.11 - Exterior do forno, instalações da TERAMB, ilha Terceira, outubro de 2023.

Em 2019, nas sete ilhas menos populosas (Flores, Corvo, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa Maria), registou-se uma valorização material e orgânica de 82 % dos Resíduos Urbanos (RU) gerados (Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, 2022, p. 25). Neste âmbito, continuou a depositar-se resíduos em aterro somente no Pico. Na realidade, os aterros tornaram-se na forma predominante de gestão do lixo a partir dos anos 60 do século passado (Ghosn & Jazairy, 2015, p. 88). O número 4 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A estabelece que “[a] eliminação de resíduos, nomeadamente a sua deposição em aterro, constitui a última opção de gestão, justificando-se apenas quando seja técnica ou financeiramente inviável a prevenção, a reutilização, a reciclagem ou outras formas de valorização.” O aterro da ilha do Pico serve para resíduos não perigosos e tem uma capacidade instalada de 182250 toneladas, numa área total de 25447 m² e cujo volume disponível atinge os 364500 m³ (Licença Ambiental n.º 5/2009/DRA, p. 1) [fig. 10.9]. A licença ambiental para este tipo de atividade de gestão de resíduos é de cinco anos, sujeita a pedido de renovação do operador AMIP (Associação de Municípios da Ilha do Pico) (Licença Ambiental n.º 5/2009/DRA, 2009).

O cenário é contrastante em seis ilhas (Flores, Corvo, Faial, São Jorge, Graciosa e Santa Maria), onde passou a adotar-se o sistema de envio de todos os resíduos para valorização energética, atingindo assim a meta de “aterro zero” (Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, 2022, p. 25). Ora, apesar de a contabilização de lixo ser teoricamente nula, na prática este é apenas deslocado de ilha – no caso, para a ilha Terceira, mais concretamente para a TERAMB, referida no primeiro capítulo da terceira parte da tese. Portanto, à exceção das ilhas do Pico e de São Miguel, cada uma com aterro, os resíduos são transportados para a Terceira a partir dos Centros de Processamento de Resíduos. A triagem feita nessas instalações também inclui a separação da matéria passível de reciclagem, sendo posteriormente enfardada, contentorizada e encaminhada para os centros adequados (Governo Regional dos Açores, s.d.g). Consequentemente, a diminuição dos aterros ao nível do arquipélago decorreu do funcionamento dos Centros de Processamento de Resíduos nas ilhas com menos habitantes e da inauguração da TERAMB, em 2016 (Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, 2022, p. 28).

A Central de Valorização Energética de Resíduos de São Miguel, objeto do contrato entre a italiana Termomeccanica e a MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, um investimento de quase 60 milhões de euros, deverá inaugurar a atividade no início de 2025 (RTP Açores, 2024a). As instalações foram convenientemente construídas no terreno contíguo à Central Termoelétrica do Caldeirão. Entretanto, a incineração de resíduos nos Açores faz-se apenas na Terceira. Desde 2016, o movimento “Salvar a Ilha” tem contestado firmemente o projeto de construção da nova central de valorização, com uma capacidade máxima para cerca de 89 mil toneladas por ano (Redação Ambiente Magazine, 2023). Para além das preocupações ambientais, referem a inutilidade do projeto uma vez que a capacidade da incineradora da Terceira, para cerca de 40 mil toneladas por ano, é superior à quantidade total enviada atualmente para incineração ao nível do arquipélago (Redação Ambiente Magazine, 2023). Em termos genéricos, a alegação é pertinente, se se estabelecer que a tendência de produção de resíduos estagna no estado atual. No entanto, esse cenário contrasta com a previsão efetiva, sobretudo como consequência do aumento do turismo no arquipélago (Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, 2022). Adicionalmente, parece que o modo de gestão arquipelágica escapa à posição central do movimento: a maioria dos resíduos das ilhas menos populosas é externalizada e, por consequência, registam-se os resultados relativamente satisfatórios nessas mesmas ilhas. Ora, o custo ambiental e social é transferido para as outras duas. Nos termos estabelecidos, o putativo “lixo zero” de umas ilhas resulta nas consequências ecológicas das outras.

De facto, o tratamento de resíduos realizado na TERAMB implica a combustão, como se mencionou no capítulo *Ordem Elétrica*. Entre outros materiais, a central recebe óleos usados, tintas, solventes, pneus de automóveis usados, peças de sucata, resíduos plásticos, resíduos industriais perigosos, lamas de esgotos e subprodutos de origem animal, designadamente gorduras, farinhas e as carcaças de animais doentes categorizadas para incineração obrigatória. O forno, “intrinsecamente prometeico” (Förster, 2023, p. 231), concentra a atividade de eliminação quase total. Ao contrário do

“excesso produtivo do sol” (pp. 237-238), o fogo deste forno é destrutivo [fig. 10.10].

Os resíduos que não se consideram passíveis de valorização (como por exemplo, areias das estações de tratamento de águas residuais, limpezas de esgotos, refugos do processo de queima) são acumulados nos aterros banais, contíguos ao edifício da central. Na ocasião da visita às instalações da TERAMB, estavam em curso trabalhos de escavação nos aterros antigos, de 1994, com a finalidade de recuperação do material que ainda podia ser valorizado: ferro, tecidos e plásticos rígidos. Paralelamente, as terras, pedras e vidro são acumulados num aterro específico durante três meses, para que ocorra uma dissociação da matéria orgânica (logo, combustível) agarrada ao material inerte. De seguida, passam esse aglomerado por uma peneira industrial e a matéria rígida mais pequena que subsistir é vendida para a produção de caixas de estradas (bagacina e tout-venant). Neste processo, apenas os pedaços maiores não têm aproveitamento, pelo que são reunidos aos restantes resíduos definitivamente remetidos à categoria de lixo. Consequentemente, segundo informação obtida nas instalações da TERAMB, rentabilizam praticamente a totalidade das escórias, ou seja, o que sobra do processo da incineração. Da quantidade total de resíduos que anualmente é transportada até à TERAMB, apenas 2 % é depositada em aterro.

Os “combustíveis alternativos” (Förster, 2023, p. 249) que alimentam este forno [fig. 10.11] diferenciam-se dos combustíveis fósseis convencionais – são resíduos, que, caso contrário, acabariam depositados em aterro. Os “combustíveis alternativos” correspondem, na sua essência, a “uma estranha mistura da sujidade da civilização”, imbricados num regime que faz da “reciclagem de resíduos perigosos um grande negócio” (Förster, 2023, p. 250). Na prática, “estes combustíveis limitam-se a mascarar o verdadeiro problema do forno, que é a emissão contínua de elevados níveis de dióxido de carbono” (p. 250). Ainda assim, atualmente dependemos das incineradoras para a higienização global mais flagrante. Não obstante, o excesso do urbano e dos sistemas sociotécnicos assume, na realidade, outra configuração. Ora, nem *tudo o que é sólido se dissolve no ar*¹⁰ e, no processo, a composição da atmosfera transforma-se. Afinal, o território também se faz destas tecnoestruturas operativas e das suas contradições ecológicas.

10 Numa alusão ao título da obra mais célebre de Marshall Berman, de 1982.

conclusão

**o território
segue a energia**

Quando se acaba o que se começou, não se acaba onde se começou. Aqui chegados, reconhece-se que o objeto da tese foi o próprio problema. Afinal, o que é o território dos Açores? Mais concretamente, como é que se arquiteta o arquipélago? O caso de estudo às escalas arquipélago/ilha/região serviu-se de recuos e de aproximações, sucessivas ou simultâneas. A procura da determinação do problema, ou seja, a redefinição do território arquipelágico, pressupôs a especificação das suas interposições – do que está *no meio*.

No que se refere aos estudos dos média, Peters (2016) identificou a vocação para se instituir “uma disciplina sucessora da metafísica, como o campo que explica a constituição de tudo o que existe” (p. 320). Na abrangência total que pressupõe esta afirmação engloba-se, necessariamente, o território. Contudo, conforme foi referido no capítulo introdutório, o estudo da intersecção entre território e média tem sido amplamente omissos. Por essa mesma razão, considerava-se uma perspetiva por analisar no início desta investigação. A tese consistiu num esforço em superar essa insatisfação, tomando como objeto de estudo um território que está no centro de disputas geopolíticas atuais. Espera-se que este documento possa estabelecer um contributo para a discussão sobre o arquipélago, incidindo sobretudo a partir da criação do canal público de televisão. Desde 1975, a produção do território tem sido múltipla, não apenas como consequência do enredamento necessariamente tecnológico, mas também devido a questões geopolíticas e socioeconómicas específicas. Por se constituírem matérias que decorrem ainda hoje, não se definiu um período de término de análise. O objetivo foi refletir sobre o tempo presente numa trajetória maior de ideias, instrumentos, infraestruturas e de sistemas de poder. A arquitetura elege-se como o domínio para questionar todos estes emaranhamentos, pela sua capacidade de cruzar as dimensões que *nos* constituem – entre as quais, a do território.

A conversão do tempo em espaço é própria à condição humana – só assim se consegue “fixar algo” (Peters, 2016, p. 312). Para Ruskin (1889), as ruínas e o desgaste eram evidências concretas das transformações na arquitetura. Ainda que a “mancha dourada do tempo” (*golden stain of time*) remetesse para uma ideia de defesa da arquitetura do passado, o que importa salientar nesta conclusão é a pretensão da determinação temporal. Na teoria de Ruskin (1889), o mecanismo de conversão do tempo em espaço faz-se mediante indícios. Ora, a par dos testemunhos encontrados em edifícios, o território também parece consistir numa prova da passagem do tempo.¹ Consequentemente, a ausência de uma análise temporal do território parece ajudar a explicar a estabilidade do conceito, apontada na introdução como o pressuposto que requeria desconstrução. A convergência de análise foi determinada pela impossibilidade de se apreender eventos removidos das respetivas traduções territoriais. Assim sendo, estipulou-se que a desmontagem do conceito de “território” seria feita com recurso a uma perspetiva tecnológica e técnica. Neste exercício de dismantling, resultaram territórios caleidoscópicos. A expectativa é que *Arquipélago de Territórios* tenha afastado definitivamente a noção de imobilidade que lhe é comumente associada.

A condição prévia à arquitetura do arquipélago não é o vazio, mas o caos. Decalcando da teoria de Shelley ([1818] 2021), “[a] invenção, há que admitir (...) não consiste em criar a partir do vazio, mas a partir do caos”, essencialmente, “a invenção consiste na capacidade de aproveitar as capacidades de um sujeito: e no poder de moldar e dar forma às ideias que lhe são sugeridas” (pp. 5-6). Posto isto, a influência recíproca entre sujeito e território confere geometrias complexas e mutualidades permanentes a ambos. O entendimento da tecnoestrutura enquanto prática – ou, arriscando o verbo correspondente, tecnoestruturar – permite enquadrar as políticas subjacentes, isto é, desvelar os arranjos sociotécnicos e político-económicos. Estas disposições pressupõem que os cidadãos só conseguem desenvolver uma compreensão clara dos seus interesses sociais por meio de mediações coletivas (Innerarity, 2010, p. 22). As “comunidades” resultam destas mediações, sendo que estas últimas correspondem a “construções e que, como tais, compartilham todas as limitações e contingências próprias dos sistemas

1 Intersecta-se com o que Gregotti ([1972] 1978) escreveu: a “nossa capacidade de representação mediante projeções e secções choca hoje continuamente com a ideia de modificação temporal e espacial que é um elemento característico da fruição arquitetónica” (p. 31).

sociais” (Innerarity, 2010, p. 24). Neste seguimento, a sociedade é um artefacto construído pelas ações de todos os intervenientes (Aït-Touati & Coccia, 2021, p. 10), tal como o território. Portanto, viver em sociedade significa participar na construção dos territórios. O território não é um facto; pelo contrário, é uma produção laboriosa. A pluralidade de territórios posta em evidência resultou da interpretação sobre a modernidade açoriana. Sloterdijk ([2002] 2009) define a “modernidade” como a época da explicação do contexto, conforme evidencia o seguinte excerto:

Na campanha da modernidade contra o autoevidente, não só o ar e a atmosfera, mas também a cultura, a arte e a vida sofreram uma pressão explicativa que alterou radicalmente o modo de ser específico destes “dados”. O que antes era pano de fundo e latência saturada passou, com a energia da tematização, para o lado do representado, do objetivo, do elaborado e do produzível. (p. 107)

Por conseguinte, “explicar” pode ser resumido como o ato de trazer para o primeiro plano algo que tem vindo a permanecer na retaguarda (Furuhata, 2022). Ora, à luz de uma perspectiva sloterdijkiana, “explicar” o território significa torná-lo inteligível. Assim sendo, o exercício proposto ao longo da tese foi o da justificação do território, desdobrando-o sob a lente da sua intersecção com a politização da tecnologia. De facto, “o princípio de toda a tecnologia é mostrar que um elemento técnico permanece abstrato, completamente indeterminado, enquanto não for relacionado a um *agenciamento* que ele pressupõe” (Deleuze & Guattari, 1980, p. 495).

A cultura não é simplesmente inerente aos humanos: consubstancia-se por meio da “intimidade que é própria da imersão” (Coccia, [2013] 2019, p. 71). Os nichos, ou esferas, como lhes chama Sloterdijk ([1998] 2011), são estes meios partilhados de “interioridade absoluta” (Coccia, [2013] 2019, p. 97). Fundamentalmente, “ser-no-mundo é *imersão*” (Coccia, [2013] 2019, p. 52). As territorialidades insulares (também) se fazem desta imergência, num processo de “projeção recíproca” (Coccia, [2013] 2019, p. 58) ou, por outras palavras, num princípio de mutualidade – “[n]a verdade, nunca deixámos de ser peixes” (Coccia, [2013] 2019, pp. 58-59). Deve, por isso, ultrapassar-se a oposição entre tecnologia e território, em prol de uma conceção dos dois como intrinsecamente dependentes.

Na perspectiva de Coccia ([2013] 2019, p. 165), a separação ontológica e formal dos diversos conhecimentos humanos em disciplinas distintas contribui para o atrofamento da própria curiosidade.² A esta luz, o compromisso com o presente concretizou-se no cruzamento efetivo entre fronteiras disciplinares, numa investigação que acentuou o conhecimento prático e, por isso, com uma componente experimental. Em termos académicos, um método experimental não tem necessariamente de se circunscrever à utilização de um *software* novo; pode comportar narrativas, de um modo performativo. Neste sentido, procurou diluir-se os limites entre sujeito-objeto através de uma perspectiva situada e de trabalho de campo. Esta posição enquadra-se na experiência vivida no arquipélago; no que se refere ao trabalho de campo, foram realizadas viagens, planeadas previamente, que compreenderam um período total superior a quatro meses. Na prática, visitaram-se alguns exemplos de “paisagens automatizadas” (Bedir, Groen, Kuijpers, Sanz & Verzier, 2023): um centro de dados, explorações leiteira e bovina, uma pedreira de basalto e dezenas de centros de produção de eletricidade. Estas infraestruturas são uma parte visível de um sistema de reorganização das relações entre humanos, não-humanos, máquinas, trabalho, espaço – no fundo, do território.

O exercício da desconstrução do conceito de “território” desafia a sua autorreferencialidade aparentemente inelutável. Em oposição à lógica que o enquadra como resultado de um processo justificável e inescapável, optou-se por enveredar numa fundamentação política. A arquitetura e o urbanismo podem pôr em causa o “real” enquanto compromisso com o passado e negociação com o

2 Continuando a transferir da mesma teoria: “[a]s coisas e as ideias são muito menos disciplinadas do que os homens: misturam-se umas com as outras sem se preocuparem com os interditos e as orientações” (Coccia, [2013] 2019, p. 167).

futuro: esse “lugar territorializado” (Carabédian, 2022, p. 17). Adicionalmente, a relação inversa também é possível.

Portanto, o entendimento contemporâneo do território implicou recuos estratégicos para explicar o presente: ou seja, como é que o passado molda, assombra e orienta o hodierno. Olhar para o passado permite considerar o território no presente, possibilitando a especulação sobre os seus futuros. Os recuos foram delimitados nos dez capítulos que, fundamentalmente, correspondem a cortes teóricos que funcionam como enquadramentos infraestruturais epistemológicos. Em termos metodológicos, estes cortes teóricos correspondem a vários níveis de “esferas” arquitetónicas, numa reiterada alusão à teoria de Sloterdijk ([1998] 2011). Ora, os territórios contemporâneos não são possíveis sem redes elétricas e nuvens (tanto as de partículas de água como as digitais), sem minas e minerais, sem leis e protocolos. O território é produzido por tudo isto: elementos de processos de mediação, de regulação e de negociação. Dito de outra forma, as referidas esferas são produtoras de territórios. Em última instância, a formulação dos Açores nos termos atuais depende de um conjunto de tecnologias e de técnicas de gestão da natureza e da cultura. Conclui-se, portanto, que a produção do território é inseparável da produção das tais “esferas” – ou, antes, das imunidades socioespaciais – controladas tecnologicamente.

As três partes de desenvolvimento da tese sublinharam funções simbólicas, materiais, estéticas e culturais dos invólucros arquitetónicos e territoriais. Em termos concretos, a imunização dos referidos invólucros obteve-se através do estabelecimento, reforço e modificação das fronteiras, que por sua vez são essenciais às denominadas “práticas territoriais” (Storey, 2022, p. 2). Por consequência, o desfazamento dos limites territoriais foi um dos fios condutores da estrutura do presente documento. Genericamente, o cerne das fronteiras divergiu em cada uma das partes: *Território Síncrono* abordou a contração dos limites, no sentido arquipelágico; *Território Potencial* analisou o prolongamento dos limites pré-estabelecidos; *Território Operativo* enfatizou os planos insulares.

Em termos dos efeitos dos dispositivos tecnológicos e técnicos, o segmento *Território Síncrono* deteve-se na conformação de uma ideia – ou imagem – do território.

Em *Mitos e Imaginários Políticos* abordou-se a criação da perceção do arquipélago. De facto, “[a] ação política é indissociável da formação de uma comunidade, de um vínculo humano com sentido” (Innerarity, 2010, p. 20). As práticas intelectuais e materiais mobilizadas para esse fim tornaram uma área geográfica num território.

Subsequentemente, a produção do arquipélago estabeleceu-se em termos de regulação (leis e decretos) e de negociação (entre instituições, como por exemplo o estabelecimento da organização tripolar), tendo sido as temáticas exploradas no capítulo *Das Leis Nascem Territórios*. Mais concretamente, propôs-se que o conceito de “região”, decorrido da definição legal da Região Autónoma dos Açores, foi jurídica, social, cultural e territorialmente produzido.

De um modo concomitante, a enformação do território emergiu ao nível mediático (no sentido mais convencional do termo), desenvolvido no capítulo posterior. Em *Televisão ou Revolução* analisou-se o estabelecimento da emissão televisiva³ nos Açores por meio do canal público RTP Açores. Através da discussão sobre a insularidade, dos dispositivos arquitetónicos dos média e do efeito concreto das intervenções mediadas, a proposta é que os Açores existem social e territorialmente através da mediação audiovisual. Por outras palavras, o arquipélago *só é possível* através de um agenciamento *tele-visivo*, consistindo num território que foi formado através da sua representação. Os média e o território são, portanto, contingentes. Deste modo, a formulação do território açoriano *como* média sobrepõe-se à relação do território açoriano e os média. Por um lado, o território acompanha a sua televisualidade; por outro, a televisualidade constrói o território. O simbólico e o material coincidem na ideia (imagética e sonora) de “território” – uma articulação que, por sua vez, reforça a ideia de identidade dos telespectadores.

3 No fundo, “[o] ecrã de TV é um quadro de prescrição perceptiva rigorosa” (Kerckhove, [1995] 1997, p. 50). A grafia original foi respeitada.

A transição entre estes dois últimos capítulos pretendeu salientar uma condição dupla e complementar: a da polaridade na criação da ideia de uma “comunidade” açoriana em meados dos anos setenta do século passado. Se, por um lado, o primeiro momento é ocupado pela análise de um confinamento legal, associado à condição geográfica e política; por outro, o segundo incide no confinamento televisivo, associado ao simbolismo identitário. Consistem, portanto, em dois polos que (en)formam e (re)produzem o território e as territorialidades.

No último capítulo da primeira parte, *Natureza Depois da Natureza*, analisou-se o esforço significativo dedicado à mudança ecológica do arquipélago. De facto, verificou-se um empenho efetivo e deliberado na fabricação do ecossistema açoriano, tendo sido parcialmente explorado na tese de doutoramento de Borges (2007) sobre o papel de José do Canto (1820-1898) na transformação da paisagem de São Miguel. Atualmente, o arquipélago é conhecido pelas suas paisagens edénicas, simbolizadas sobretudo pelas vacas e pastagens extensas. No entanto, estes cenários “naturais” ofuscam as tecnologias de restauro ecológico resultantes da exploração pecuária, que parecem estar em clara colisão com a perceção da paisagem açoriana como “um bom modo de vida”. Para a redação deste capítulo foram visitadas duas explorações agrícolas na ilha de São Miguel: uma leiteira de média dimensão e uma intensiva de bovinos. Deste modo, problematizou-se o desenvolvimento de paisagens agrícolas produtivas, ou seja, a produção de paisagens de vacas. A atual visão política da pecuária apresenta-se em duas vertentes: uma restauradora, que promove o “regresso” a um suposto estado bucólico; e uma sincronizada, com o objetivo de fazer convergir as atividades agrícolas num único ritmo. Fundamentalmente, a tríade eficiência-otimização-especialização resulta num aumento da pegada agrícola (de dióxido de carbono, e não só, dado que uma maior eficiência implica mais pastagens). A ilha é apenas uma parte ínfima da (tecno)estrutura que perpetua a perda de resiliência nos sistemas alimentares alargados. Além disso, as paisagens de vacas açorianas constituem uma operação de coordenação que conforma (e confirma) a noção de território-arquipélago que foi sendo difundida pelos média.

A segunda parte abordou as formas que estendem o pensamento do território para além da sua aceção mais imediata: a terrestre, a da terra. Para se responder à questão que deu o mote à investigação, “o que é o território açoriano?”, tornou-se imperioso analisar o território nas “suas formas variáveis” e na “transcendência dos limites materiais” (Storey, 2022, pp. 14-15). Por essa razão, *Território Potencial* elegeu o sistema de produção territorial passível de ser inscrito numa malha reticulada, permitindo adições, subtrações e substituições. Neste âmbito, importa mais a enunciação da finalidade utópica subjacente do que a sua concretização efetiva. O argumento principal desta secção assenta na ideia de que o território açoriano é contingente ao imperativo estrutural de uma expansão infinita, mediante um regime instrumental técnico e tecnológico. O território é, por isso, considerado como um projeto “total”, na medida em que a cosmologia se completa: terra, mar e, finalmente, ar.

Em *Geopolíticas Verticais* relacionou-se os procedimentos de estabelecimento de fronteiras com a problematização da extensão territorial e a diferenciação do poder do Estado. Desta forma, explorou-se a interligação entre as condições de fronteira e a conformação de limites territoriais em disputa. Os casos apresentados – exploração do mar profundo e do espaço atmosférico – entendem-se como exemplos oportunos da inscrição do Estado moderno e do seu território. Acresce que a produção do território depende em absoluto da presença de elementos que desempenham agora, sob o ponto de vista da modernidade, uma função de mediação primordial: as nuvens. Neste enquadramento, referiu-se a criação da Estação Meteorológica, sob direção do Coronel Afonso Chaves, no final do século XIX (possibilitado pela ligação do arquipélago ao continente europeu, por cabo telegráfico, em 1883). O entendimento do território enquanto conjunto calibrado em termos termostáticos, dentro do invólucro da atmosfera, desencadeou o seu controlo e terá dado origem a cenários da sua manipulação. Conforme referem alguns indícios encontrados durante esta investigação, a “semeadura de nuvens” (*cloud seeding*) terá sido efetuada pelos Estados Unidos da América durante os anos setenta do século passado. De modo subsequente, considerando a atual definição de novas fronteiras nos Açores, as geografias imaginárias do poder têm o potencial de dar forma a novos contextos urbanos. Consistem,

portanto, em “últimas fronteiras”, uma vez que estipulam limites que envolvem um processo de inclusão ou de segregação nos territórios arquipelágicos – em suma, inscrevem-se num projeto de controlo territorial. Este capítulo põe em relevo a integração contínua dos Açores num quadro de geopolítica militar, marcada por uma transição do domínio atual (efetivo) para o domínio potencial (promissor) do território. Noutros termos, a potencialidade geopolítica por vezes sobrepõe-se à atualidade geográfica – uma perspetiva que foi analisada de forma mais afunilada nos dois capítulos posteriores.

Neste seguimento, em *Vinculação do Marítório* explorou-se a visão do redimensionamento do arquipélago, nomeadamente a perceção de que a conceção pretensamente apolítica ou neutra do Estado contribui para a disseminação de uma ideia do oceano como um *terrain vague*. A Extensão da Plataforma Continental (EPC) é paradigmática do reforço contemporâneo das fronteiras. Neste sistema, a “ilha” corresponde à matriz ou, em vez disso, ao “simulacro”, transferindo o termo no sentido conferido por Baudrillard ([1981] 1991): se se pode vincular, logo, existe. Portanto, a “presença” do território significa aqui a sua inscrição numa matriz composicional. A esta luz, enfatizou-se que o desejo de vinculação imagina e aumenta os enquadramentos espaciais, ou melhor, as “esferas” arquitetónicas. O marítório – isto é, o território marítimo – resulta desta sujeição a um regime que assenta numa grelha e nas reproduções possíveis. Nesta lógica, a ilha é o objeto de produção, ou seja, à ilha impõe-se o imperativo de redução ao nível da pura instrumentalidade. As posições geoestratégicas das ilhas portuguesas colocam o país numa posição de destaque nas negociações pelo estabelecimento de território marítimo. Contudo, não é um processo sem entraves, como ilustra o caso atual em torno do apuramento da determinação legal das Formigas. Quando a sua definição deixa de poder aludir ao termo “ilha” ou, mais precisamente, quando a sua geometria não sustenta essa definição, estas unidades territoriais não contribuem para a produção do território. Afinal, as Formigas – que atualmente ainda são ilhas – poderão remeter-se a meras rochas. Em linhas gerais, neste capítulo argumentou-se que, através da figura da ilha, o projeto de conquista territorial do mar encontra termos legais para se consubstanciar.

Em *A Ilha Espacial* frisou-se uma condição de adiamento incessante do fim, isto é, a protelação do alargamento territorial. O evento analisado, o da construção de um porto espacial em Santa Maria, é sintomático da competição contemporânea levada a cabo por diversos sistemas político-económicos, investidos na expansão dos seus aparatos tecnológicos como meio de distinção concorrencial a nível global. A analogia da ilha como nave espacial advém precisamente da ambição da ampliação do território açoriano. Nesta senda, o presente e o monstruoso permanecem fora da caracterização territorial própria do regime tecnológico e técnico atual. Esta caracterização remete apenas para o futuro, para a possibilidade, num sistema acelerado que reduz o território a uma localização – uma vez mais, a uma posição dentro de um sistema. O porto espacial complementar os outros existentes, numa coreografia encenada para funcionar a uma escala operativa. Por isso é que a caracterização territorial (ou antes, a ausência dela) conduz a uma aniquilação da existência, para no seu lugar ocupar com uma possibilidade-permanente. A conjuntura atual cabe na cosmologia de um ainda-não-cumprido estádio de imortalidade, no qual se cumprirá o propósito a que o território mariense está aparentemente destinado. Neste caso, a possibilidade consiste na linguagem absoluta que domina o discurso em torno da vocação daquele território; dito de outro modo, a possibilidade pura reside no *problema* territorial que aguarda uma solução. Portanto, há um “além” para lá da mera presença da figura da ilha e é nessa dimensão ulterior que é depositada a esperança que trará a sua redenção. Essencialmente, explorou-se uma espécie de apocalipse da realidade produzido pela contingência tecnológica e territorial.

A terceira parte, *Território Operativo*, abordou a materialização das estruturas tecnológicas e arquitetónicas de produção territorial. Alguns sistemas sociotécnicos foram examinados para uma melhor compreensão da unidade-ilha à luz dos regimes tecnológicos implícitos. As ilhas são simultaneamente lugares de conexão e de isolamento – este último, no sentido de proteção infraestrutural (ou seja, *insulation* em vez de *isolation*). Neste aspecto, o trabalho de campo desenvolvido em cada capítulo intersectou a reflexão sobre a condição de falha infraestrutural, por se revelar num método elucidativo sobre esses mesmos sistemas (Brenner, 2014a, 2014b; Domingues, 2021; Furuhashi, 2022; Katsikis,

2018; Parks, 2013; Peters, 2016; Starosielski, 2015). Como escreveu Heidegger ([1954] 1977), a verdadeira natureza da tecnologia mostra-se quando falha.

Concretamente, foram abordados os sistemas que convergem na *Ordem Elétrica* vigente. Nos Açores, o mar não permite a difusão da energia elétrica de ilha para ilha, pelo que cada uma funciona como um ecossistema energético. Portanto, as arquiteturas são insulares porque obedecem a lógicas circunscritas de produção de eletricidade. Neste sentido, a partir de um conceito amplamente difundido, o de “autossuficiência” energética (de edifícios), propôs-se uma transferência do termo para o território-ilha e a análise dos mecanismos de prospecção, produção, transporte e consumo que o sustentam.

O segundo capítulo do grupo debruçou-se sobre uma derivação do anterior: as infraestruturas de comunicações e dados. Em *Oceano de Dados* argumentou-se que a consolidação da experiência do sem fios depende de um aumento no investimento em tecnologias com fios. Efetivamente, se os sectores digital e elétrico fossem entendidos em termos abstratos, as alternativas para o seu redesenho seriam sempre abstratas. Através do destaque para a materialidade associada ao fluxo de informação, abordou-se a suposta leveza das conexões virtuais como uma mera abstração – os dados estão na *cloud* (nuvem), como costuma dizer-se. Quando se começa a compreender os materiais e os processos necessários para a chegada das comunicações e dos dados ao arquipélago, as aparentes externalidades tornam-se, pelo contrário, muito factuais e entrelaçadas com o território insular. Para que isso aconteça, o oceano e o fundo do mar são trabalhados; para fazer uma analogia terrena, são cultivados. Por outras palavras, o oceano é lavrado. No processo de estabelecimento das chamadas “autoestradas da informação”, a morfologia do fundo do mar é semeada com milhares de quilómetros de fibras de vidro envolvidas em muitas camadas de plástico e de metais. A argumentação desenvolvida neste capítulo e no *Televisão ou Revolução* acompanha a ideia de que “The Revolution Will Not Be Televised”⁴, ainda que noutros moldes – no tempo dos serviços do YouTube, do Spotify e da Netflix, *It will not be streamed*.

Por último, *Territórios Não Fungíveis* acentuou o cruzamento entre ecologias de extração e de acumulação. Sob influência da valorização tremenda do token não fungível (*non-fungible token*, NFT) em 2021 e 2022, este capítulo explorou o conceito para sublinhar a impossibilidade de substituição de aspectos constitutivos do território. Em termos concretos, visitou-se uma pedreira de basalto para analisar a utilização de materiais insulares no sector da indústria e construção; e refletiu-se, ainda, sobre a questão do tratamento do lixo. Em suma, este capítulo realçou que há *algo* que subsiste, ou seja, que não é “digerido” pela tecnoestrutura: as pás das eólicas, as borras do combustível, os plásticos, os cabos desativados, os aterros, o lixo. Todos estão no centro do sistema, mas ainda assim perturbam-no por lembrarem que a matéria é inevitável. Neste aspecto, este capítulo intersecta, em certa medida, a essência da alegada existência de resíduos radioativos ao largo da ilha Terceira, referida em *Mitos e Imaginários Políticos*.

Os textos, por definição, “pertencem ao passado” (Groys, [2000] 2012, p. 167). Ao serem lidos, provavelmente encontrar-se-ão obsoletos. Acresce que, tipicamente, os temas tendencialmente atuais são mais propensos à ausência de “certificação”, no sentido de uma aceitação mais ampla por via de um aval académico coletivo. Ainda assim, “[t]odo o mundo é composto de mudança”⁵. Por outras palavras, embora se tenha procurado sublinhar o presente, a condição inexorável deste trabalho é a sua obsolescência. A este propósito, durante uma sessão de acompanhamento de teses de doutoramento⁶, Gonçalo M. Tavares afirmou que o propósito deve ser querer dizer a penúltima palavra, não a última. Segundo o escritor, a penúltima presta-se ao devir, dado que “a última palavra é religiosa”.

4 Título de um poema e canção de Gil Scott-Heron, de 1970.

5 Trecho do soneto “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”, de Luís de Camões.

6 Após a conferência *online* de Gonçalo M. Tavares com o título “Cultura, Pensamento, Artes”, organizada pelo grupo do Doutoramento em Estudos Contemporâneos da Universidade de Coimbra, em 23 de novembro de 2020.

Os capítulos ou cortes teóricos elencados procuraram corresponder a um mesmo vórtice: o da reciprocidade entre território e eventos tecnológicos. Espera-se que esta tese tenha ilustrado que o território “real”, enquanto conjunto de sistemas, remete para tecnoestruturas contingentes e cuja modificação é sempre possível. Nesta perspectiva, a ordem territorial estabelece-se permanentemente. A sociabilização proporciona uma “forma espacial” (Paasi, 2022, p. 70) manifestada nas fronteiras, nas paisagens, nas disposições materiais, na cultura: em suma, nas infraestruturas, no que está *entre (in media res)*. Em sentido inverso, “o espaço infraestrutural é uma forma” (Easterling, 2014, introdução). Nas palavras de Peters (2016): “[a] antiga ideia de que os média são ambientes pode ser invertida: os ambientes também são média” (p. 3). Os média estão incorporados na cultura e energia, nos decretos e bases militares, na paisagem e meteorologia. O funcionamento dos média é material, simbólico, cultural, estético e territorial. Por essa razão, remetem para a formulação da questão ontológica sobre a substância, a essência dissimulada na retaguarda da imagem do arquipélago. Assim sendo, o território açoriano foi interpretado considerando a relação dinâmica entre uma região, os processos e ideologias sociais que lhe conferem significado.

Posto isto, o enquadramento, ou antes (en)formação, revelou-se um processo necessário para a experiência do universo-arquipélago. Para Heidegger ([1954] 1977; [1953] 2002), a determinação crucial das essências da tecnologia e da técnica cruza-se entre as noções de *Gestell* (estrutura de enquadramento) e de instrumentalidade⁷. Ao longo da tese, procurou aferir-se algumas aproximações a essa convergência, designadas na introdução como *Tecnoestruturas*. As condições responsáveis pela produção do território podem ser perceptíveis ou toldadas, intencionais ou involuntárias, tendo em conta que o âmago da tecnologia “não é, de modo algum, algo tecnológico” (Heidegger, [1954] 1977, p. 23). As tecnoestruturas arquipelágicas integram-se, assim, num projeto “psicopolítico” (Sloterdijk, [1998] 2011, p. 405) predominantemente deliberado. O meio é, portanto, um produto de mediação tecnológica.

De forma sucinta, o *Arquipélago de Territórios* não é um lugar; em vez disso, é um projeto. O território é a representação do conceito de “espaço” como categoria política (Elden, 2019a). Ora, as “tecnologias políticas” (Adams, 2018; Elden, 2019a) como as leis, os meios de comunicação de massas, a monitorização e interferência biológica, a previsão e manipulação atmosférica, os sistemas em rede, são primordiais à conformação do projeto por serem, para usar uma expressão de Elden (2010), “cúmplices na produção do território” (p. 809). Como consequência, o território é concebido, compreendido e praticado. Num exercício de reformulação desta frase, constata-se que o território açoriano é produzido, distribuído e consumido. Nestes termos, o procedimento é análogo ao princípio atual da energia. As diferentes vertentes dos sistemas energéticos comportam normas sociais, culturais, intelectuais e políticas, refletidas e representadas pela arquitetura e pelos múltiplos territórios. Na sua essência, energia é poder. Finalmente, *O Território Segue a Energia*.

⁷ Neste aspecto, o cerne está no “questionamento do que é, na verdade, a instrumentalidade do instrumento” (Heidegger, [1953] 2002, p. 18).

referências bibliográficas

- Adams, R. E. (2018). Mare magnum: Urbanization of the sea. In K. Peters, P. Steinberg & E. Stratford (Eds.), *Territory beyond terra* (pp. 127–146). Rowman & Littlefield.
- Afonso, J. (1978). *O traje nos Açores: Subsídio para estudos de vestimenta antiga*. Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Agência Portuguesa do Ambiente. (2021, abril, 15). *Portuguese national inventory report on greenhouse gases, 1990–2019 NIR2021* (capítulo ‘Agriculture’, 5–46).
https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Inventarios/20221025NIR2022JulyCorrigendum.pdf
- Agnew, J. (2022). The contingency of sovereignty. In D. Storey (Ed.), *A research agenda for territory and territoriality* (pp. 43–60). Edward Elgar Publishing.
- Aït-Touati, F., Arènes, A., & Grégoire, A. (2020). *Terra forma. Manuel de cartographies potentielles*. Éditions B42.
- Aït-Touati, F., & Coccia, E. (Eds.). (2021). *Le cri de Gaïa; Penser la Terre avec Bruno Latour*. Éditions La Découverte.
- Aït-Touati, F., & Latour, B. (2022). *Trilogie terrestre*. Éditions B42.
- Albergaria, M. E., Medeiros, M., & Leal, J. (Eds.). (2021). *Laudalino da Ponte Pacheco: 1963-1975*. Araucária Edições.
- Alexander, S. (2014). A critique of techno-optimism, efficiency without sufficiency is lost. <http://samuelalexander.info/wp-content/uploads/2017/02/A-Critique-of-Techno-Optimism-Samuel-Alexander-1.pdf>
- Alexandra, N. (2002, setembro). Sereias, tritões, nereidas. *História*, 48, 26–31.
- Allen, S. (1999). *Points + lines: Diagrams and projects for the city* (1ª ed.). Princeton Architectural Press.
- Allenby, B., & Sarewitz, D. (2011). *The techno-human condition*. The MIT Press.
- Almeida, A. M., Alvarenga, P., & Figueiro, D. (2021). The dairy sector in the Azores islands: Possibilities and main constraints towards increased added value. *Tropical Animal Health and Production*, 53(40), 1–9. <https://doi.org/10.1007/s11250-020-02442-z>
- Almeida, O. T. (2011). *Açores, açorianos, açorianidade: Um espaço cultural* (2ª ed.). Instituto Açoriano de Cultura.
- AMA – Agência para a Modernização Administrativa. (s.d.). *Projeto Portugal 2020. Baterias de armazenamento de energias renováveis – ilha Terceira*. Mais Transparência. Recuperado em 2 de agosto de 2024 de
<https://transparencia.gov.pt/pt/fundos-europeus/pt2020/beneficiarios-projetos/projeto/ACORES-04-1001-FEDER-000001/>
- Anacom. (1994, outubro, 10). Cabo TV Açoreana. <https://anacom.pt/render.jsp?contentId=667558>
- Anderson, B. (2006). Becoming and being hopeful: Towards a theory of affect. *Environment and Planning D: Society and Space*, 24(5), 733–752. <https://doi.org/10.1068/d393t>
- Andresen, S. M. B. ([1989] 2011). *Ilhas* (6ª ed.). Editorial Caminho.
- Anónimo. (s.d). *Guias “panorama” 8. Açores*. Neogravura.
- Appadurai, A. ([1996] 2010). *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization* (9ª ed.). University of Minnesota Press.
- Arboleda, M. (2016). Spaces of extraction, metropolitan explosions: Planetary urbanization and the commodity boom in Latin America. *International Journal of Urban and Regional Research*, 40(1), 96–112. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12290>
- Arboleda, M. (2021, Outono-Inverno). De la fábrica global a la mina planetária. Entrevista com Martín Arboleda. *Jacobin América Latina* (3), 64–74.
- Arendt, H. ([1958] 2001). *A condição humana* (R. Raposo, Trad.). Relógio D’Água.

- Arkin, W. M., & Handler, J. (1989, junho). *Neptune paper no. 3: Naval accidents, 1945-1988*. Greenpeace/Institute for Policy Studies.
- Armstrong, R. (2019). Metabolism as technology: Toward an ecological era of terrestrial inhabitation. In J. S. Nesbit & G. Trangoš (Eds.), *New geographies 11: Extraterrestrial* (pp. 144–149). Actar Publishers; Harvard University Graduate School of Design.
- Ashe, T. (1813). *History of the Azores, or western islands; containing an account of the government, laws and religion, the manners, ceremonies, and character of the inhabitants: And demonstrating the importance of these valuable islands to the British Empire*. Sherwood, Neely and Jones. Disponível em Biblioteca Nacional Digital de Portugal: https://purl.pt/17103/4/hg-2654-a_PDF/hg-2654-a_PDF_24-C-R0150/hg-2654-a_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0150.pdf
- Asimov, I. ([1966] 1967). *Viagem fantástica* (E. Saló, Trad., 1ª ed.). Editorial Panorama.
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. (2016, junho, 15). *Voto de congratulação*. http://base.alra.pt:82/Doc_Voto/Xvoto1769_16.pdf
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. (2021, fevereiro, 21). *Fórum Autonómico*. Parlamento online. <https://video.alra.pt/Asset/Details/f445f88a-a7ea-4b4c-8b6b-f75a21c198c8>
- Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. (s.d.). *As datas da Autonomia*. Recuperado em 18 de outubro de 2021 de <https://www.alra.pt/index.php/autonomia/autonomia2>
- Atlântico Press (2023). *Atlas Miller, de Lopo Homem*. Emse Publishing.
- Avanessian, A., Boschmann, W., & Sarkisov, K. (Eds.). (2021). *XXI century science: oceanography. Marine monitoring, microbiology, and materiality*. Sternberg Press; V-A-C Press.
- Ávila, J. A. P. (2019). *Os Açores nas vésperas dos serviços aéreos regulares (1919-1937): A cobertura noticiosa e propagandística de José Bruno Tavares Carreiro*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores]. Repositório da Universidade dos Açores. <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/5162>
- Azevedo, V. (2018, abril, 7). *No rasto de 32 bombas nucleares*. Expresso.
- Azevedo, V. (2021, abril, 9). *Projetos do Centro Internacional de Investigação do Atlântico envolvem investimento de €35 milhões até 2024*. Expresso. <https://expresso.pt/sociedade/2021-04-09-Projetos-do-Centro-Internacional-de-Investigacao-do-Atlantico-envolvem-investimento-de-35-milhoes-ate-2024-9c26c978>
- Bachelard, G. ([1942] 2019). *L'eau et les rêves: Essai sur l'imagination de la matière*. Librairie José Corti; Le Livre de Poche.
- Bachmann-Vargas, P. & van Koppen, C. S. A. (2020, setembro). Disentangling environmental and development discourses in a peripheral spatial context: The case of the Aysén Region, Patagonia, Chile. *The Journal of Environment & Development*, 29(3), 366–390. <https://doi.org/10.1177/1070496520937041>
- Backdoor Broadcasting Company. (2015, dezembro, 3). *Slavoj Žižek—What is reconciliation? Hegel against Schiller* [Palestra]. Birkbeck Institute for the Humanities, University of London. Áudio, 01:51:42. <https://archive.org/details/bb-slavoj-zizek-what-is-reconciliation-hegel-against-schiller>
- Bade, D. (2018). Nature and islands: Rethinking the cultural heritage of New Zealand's protected islands. In E. Stratford (Ed.), *Island Geographies: Essays and conversations* (pp. 97–113). Routledge.
- Baldacchino, G. (2004). The coming of age of island studies. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 95(3), 272–283. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.2004.00307.x>

- Balibar, É. (2002). *Politics and the other scene* (C. Jones, J. Swenson & C. Turner, Trad., 1ª Ed.). Verso Books.
- Banham, R. (1965). A home is not a house. *Art in America*, 2, 70–79.
- Baptista, A., & Costa, M. (2017, julho, 7). Relatório LPSR-C, No 13/2017. Monitorização radiológica na ilha Terceira, na Região Autónoma dos Açores, 8 e 9 de junho de 2017. Laboratório de Proteção e Segurança Radiológica do Instituto Superior Técnico de Lisboa.
- Barata, C. (2023, julho, 17). *Portugal é protegido pelo anticiclone dos Açores do calor que sufoca o Mediterrâneo*. Público. <https://www.publico.pt/2023/07/17/azul/noticia/portugal-prottegido-calor-anticiclone-acores-sufoca-mediterraneo-2057158>
- Baricco, A. (1996). *Oceano mare* (26ª ed.). Rizzoli.
- Baudrillard, J. ([1981] 1991). *Simulacros e simulação* (M. J. C. Pereira, Trad.). Relógio D'Água.
- Bauman, Z. ([2000] 2006). *Liquid modernity*. Polity Press.
- Beck, U. (2014). How climate change might save the world: Metamorphosis. In J. Sigler & L. Whitman-Salkin (Eds.), *Wet matter* (pp. 88–98). Harvard Design Magazine.
- Bedir, M., Groen, L., Kuijpers, M., Sanz, V. M., & Verzier, M. O. (Eds.). (2023). *Automated landscapes*. Nieuwe Instituut.
- Benjamin, W. ([1935] 2007). *A modernidade* (J. Barrento, Trad.). Assírio & Alvim.
- Berger, J. ([1972] 2018). *Modos de ver* (J. L. Rosa, Trad., 1ª ed.). Antígona.
- Bisex – Consultoria, Gestão e Execução de Projetos, & AgroGes – Estudos e Projetos. (2021, dezembro). *Plano estratégico para a fileira da carne*.
- Bloch, E. ([1954] 1995). *The principle of hope, volume I* (N. Plaice, S. Plaice & P. Knight, Trans.). The MIT Press.
- Blum, H., Eyring, M., Liang, I., & Roberts, B. R., (Eds.). (2019). Introduction: Archipelagoes/oceans/American visuality. *Journal of Transnational American Studies*, 10(1), 5–21. <https://doi.org/10.5070/T8101044020>
- Borges, P. M. (2007). *O desenho do território e a construção da paisagem na ilha de S. Miguel, Açores, na segunda metade do século XIX, através de um dos seus protagonistas*. [Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/5917>
- Botelho, L. (2024, novembro, 19). *Dois cabos submarinos no Mar Báltico foram cortados. EUA apontam o dedo ao Kremlin*. Público. <https://www.publico.pt/2024/11/19/mundo/noticia/dois-cabos-submarinos-mar-baltico-cortados-eua-apontam-dedo-kremlin-2112436>
- Boulding, K. (1966). The economics of the coming Spaceship Earth. In H. Jarrett (Ed.), *Environmental quality in a growing economy, resources for the future* (pp. 3–14). Johns Hopkins University Press.
- Bourdieu, P. (Ed.). (1993). *La misère du monde*. Éditions du Seuil.
- Bourdieu, P. (1997). De la maison du roi à la raison d'État: un modèle de la genèse du champ bureaucratique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, (118), 55–68.
- Brand, S. (1968). Whole Earth catalog: Access to tools. Fall.
- Brandão, R. ([1926] 2017). *As ilhas desconhecidas. Notas e paisagens* (2ª ed.). Quetzal.
- Bratton, B. (2021). Geoengineering a rare Earth (for rare-Earths). In R. Ghosn & E. H. Jazairy (Design Earth) (Eds.), *The planet after geoengineering* (pp. 10–17). Actar Publishers.
- Bremner, L. (2015). Fluid ontologies in the search for MH370. *Journal of the Indian Ocean Region, Special Issue: Proceedings from the Australia-Asia Conference on Indian Ocean Futures 2014*, 11(1), 8–29. <https://doi.org/10.1080/19480881.2014.985899>

- Brenner, N. (1999). Globalisation as reterritorialisation: the re-scaling of urban governance in the European Union. *Urban Studies*, 36(3), 431–451.
<https://doi.org/10.1080/0042098993466>
- Brenner, N. (2014a). Introduction: Urban theory without an outside. In N. Brenner (Ed.), *Implosions / Explosions: Towards a study of planetary urbanization* (pp. 14–30). Jovis.
- Brenner, N. (2014b). Theses on urbanization. In N. Brenner (Ed.), *Implosions / Explosions: Towards a study of planetary urbanization* (pp. 181–202). Jovis.
- Brenner, N., & Elden, S. (2009). Henri Lefebvre on state, space, territory. *International Political Sociology*, 3(4), 353–377. <https://doi.org/10.1111/j.1749-5687.2009.00081.x>
- Brenner, N., & Katsikis, N. (2014). Is the Mediterranean urban?. In N. Brenner (Ed.), *Implosions / Explosions: Towards a study of planetary urbanization* (pp. 428–459). Jovis.
- Brenner, N., & Katsikis, N. (2020). Operational landscapes: Hinterlands of the Capitalocene. *The Landscapes: Redefining Landscape Relations*, 90(1), 22–31.
<https://doi.org/10.1002/ad.2521>
- Bridge, G. (2004). Contested terrain: Mining and the environment. *Annual Review of Environment and Resources*, (29), 205–59.
<https://doi.org/10.1146/annurev.energy.28.011503.163434>
- Brito, A. F. (1999). Édouard Glissant et la pensée archipélifique. *Intercâmbio*, 10, 155–162.
<https://ojs.letras.up.pt/index.php/int/article/view/5925>
- Brito, R. S. (2005). A geografia dos arquipélagos portugueses do Atlântico. In A. T. Matos (Coord.), *Nova história da expansão portuguesa. A colonização atlântica (volume III – tomo 1)* (1ª ed.) (pp. 15–34). Editorial Estampa.
- Brubaker, R. (1996). *Nationalism reframed*. Cambridge University Press.
- Bruno, G. ([1591] 2021). *Dos vínculos em geral* (R. Ribeiro, Trad.). Sr Teste Edições.
- Buck, H. J. (2022). Can we repair the climate?. In M. Bauer & J. F. Janša (Eds.), *(Re)programming: Strategies for self-renewal* (pp. 66–87). Aksioma; Vlenje Mladinski Center.
- Buller, A. (2022). *The value of a whale: On the illusions of green capitalism*. Manchester University Press.
- Burnay, C. (2012). RTP-Açores e narrativas ficcionais: uma relação identitária. *Gaudium Sciendi*, 1, 124–140. <https://doi.org/10.34632/gaudiumsciendi.2012.2129>
- Caetano, S.D., Lima, E. A., Medeiros, S., Nunes, J. C., e Braga, T. (2007, julho, 5-7). Projecto GEOAVALLIA – Um primeiro passo para definição de políticas territoriais de aproveitamento de recursos minerais nos Açores. In *Gestão e Conservação da Natureza/Nature Management Conservation [Congresso]. Recriar e Valorizar o Território, 13º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza*. Angra do Heroísmo.
http://apdr.pt/data/atas/congresso_2007/papers/268.html
- Cairns, S., & Jacobs, J. M. (2019). Fallow: a comparative reflection. In M. Chieffalo & J. Smachylo (Eds.) *New geographies 10: Fallow* (pp. 23–28). Actar Publishers; Harvard University Graduate School of Design.
- Calder, B. (2022). *Architecture: from prehistory to climate emergency*. Pelican; Penguin Books.
- Câmara Municipal de Tomar. (1967). *Anais do Município de Tomar. Crónica dos acontecimentos cívicos nos séculos XVII, XVIII e XIX. Volume III, 1870-1901. Extractos das actas, acórdãos, correspondência e outros documentos existentes nos arquivos camarários*. Edição da Câmara Municipal de Tomar.
- Campagna, F. ([2018] 2022). *Technic and magic: The reconstruction of reality*. Bloomsbury Publishing.
- Campling, L., & Colás, A. (2017). Capitalism and the sea: Sovereignty, territory and appropriation in the global ocean. *Environment and Planning D: Society and Space*, (0), 1–19.

- Carabédian, A. (2022). *Utopie radicale: par-delà l'imaginaire des cabanes et des ruines*. Éditions du Seuil.
- Carlisle, S., & Pevzner, N. (2021). The thin thread of carbon. In Space Caviar (Ed.), *Non-extractive architecture, volume 1: On designing without depletion* (pp. 97–111). Sternberg Press; V-A-C Press.
- Carneiro, R. (2017). Introdução. In R. Carneiro, O. T. Almeida & A. T. Matos (Coord.) *A condição de ilhéu* (pp. I–XXXV). CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- Carroll, B. T. (2001). Seeing cyberspace: The electrical infrastructure is architecture. 2G. *Revista Internacional de Arquitectura*, (18), pp. 129–143. Editorial Gustavo Gili.
- Castells, M. ([2007] 2016). *A era da informação: Economia, sociedade e cultura, volume I – A sociedade em rede* (A. Lemos, C. Lorga & T. Soares, Trans., 5ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Champagne, P., Lenoir, R., Poupeau, F., & Rivière, M. C. (Eds.). (2012). *Pierre Bourdieu. Sur l'état: Cours au Collège de France (1989-1992)*. Raisons d'agir; Seuil.
- Changnon, S. J. (1975, abril). Present and future of weather modification: regional issues. *The Journal of Weather Modification*, 7(1), 154–176. <https://doi.org/10.54782/jwm.v7i1.710>
- CH2M. (2003, junho, 27). Final environmental baseline survey report for Lajes Field, Terceira Island, Portugal, Contract Number F41624-00-D-8021, Task Order 247, CDRL A012.
- Climate Science from Space Conference. (2021, abril, 21-22). Panel the roadmap for a digital and greener Earth – *Climate science from space conference*. In R. M. Carvalho (Moderadora), *Climate science from space conference* [Conferência, online]. Publicada a 26 de abril de 2021 em <https://www.youtube.com/watch?v=iTwGRXMLSAg>
- Coccia, E. ([2013] 2018). *Goods: Advertising, urban space, and the moral law of the image* (M. Gemma, Trad., 1ª ed.). Fordham University Press.
- Coccia, E. ([2013] 2019). *A vida das plantas. Uma metafísica da mistura* (J. L. Rosa, Trad., 1ª ed.). Sistema Solar.
- Coccia, E. (2020a). *Le semeur: de la nature contemporaine. The sower: on contemporary nature*. Fondation Vincent Van Gogh Arles.
- Coccia, E. (2020b, dezembro, 11). *Sensitive space*. In I. Bêka, L. Lemoine, e G. Merin (Orgs.), *Sensitive observation seminar series* [Palestra]. AA School of Architecture. Online. https://www.youtube.com/watch?v=zvOT9y2_63k
- Coelho, J. A. B. (1974). *Os Açores*. Ministério da Educação Nacional. Direcção-Geral da Educação Permanente.
- Colectivos Pláka. (2022, maio, 7–11). In M. O. Verzier (Moderadora), *Compulsive desires: On lithium extraction, endless growth, and self-optimization* [Palestra]. Hotelier. <https://www.galeriamunicipaldoporto.pt/en/programas/colectivos-plaka/20220506-desejos-compulsivos-a-extracao-de-litio-o-crescimento-ilimitado-e-a-auto-otimizacao/>
- Colomina, B. (1996). *Privacy and publicity: Modern architecture as mass media*. The MIT Press.
- Colomina, B., & Wigley, M. ([2016] 2018). *Are we human?: Notes on an archaeology of design*. Lars Müller Publishers.
- Committee on Foreign Relations. (1972, julho, 26–27). *Senate Hearing, 92nd Congress – Prohibiting military weather modification: hearings before the Subcommittee on Oceans and International Environment of the Committee on Foreign Relations, Ninety-second Congress, second session, on Senate Resolution 281, expressing the sense of the Senate that the U.S. Government should seek the agreement of other governments to a proposed treaty prohibiting the use of any environmental or geophysical modification activity as a weapon of war, or the carrying out of any research or experimentation*. U.S. Government Printing Office.

- Committee on Foreign Relations. (1974, janeiro, 25–março, 20). *Senate Hearing, 93rd Congress – Weather modification: hearings before the Subcommittee on Oceans and International Environment of the Committee on Foreign Relations, Ninety-third Congress, second session, on the need for an international agreement prohibiting the use of environmental and geophysical modification as weapons of war and briefing on department of defense weather modification activity*. U.S. Government Printing Office.
- common room (L. Fischer & K. Förster). (2022). *Inquietação. Arquitetura e energia em Portugal*. Galerias Municipais/EGEAC.
- Conde, R. (s.d.). *Não é por acaso a necessidade!*. Expresso. Recuperado em 23 de julho de 2022 de https://pdf.leitor.expresso.pt/infinity/article_popover_share.aspx?guid=e19fb04e-e100-453e-a-599-b8fc96b68cc1
- Constituição da República Portuguesa. (1976). Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-48316875>
- Corbin, A. ([1988] 1990). *Le territoire du vide, L'Occident et le désir du rivage*. Editions Flammarion.
- Correia, L. (Ed.). (2021). *Contra-arquitetura / Reconstruir a realidade*. efabula.
- Correia, L. (2022, janeiro). *Territórios da transgressão #1 - Introdução [Podcast]*. Rádio Antecâmara. Áudio, 36:16. <https://antecamara-galeria.pt/podcast/territorios-da-transgressao/?ep=785289>
- Correia, N. ([1974-1976] 2015). *Não percas a rosa. Diário e algo mais (25 de Abril de 1974 - 20 de Dezembro de 1975), Ó Liberdade, brancura do relâmpago. Crónicas (15 de Julho de 1974 - 22 de Março de 1976)* (3ª ed.). Ponto de Fuga.
- Costa, F. C. ([1978] 2021). *Esboço histórico dos Açores*. Artes e Letras Editora.
- Couling, N. (2015). *The role of ocean space in contemporary urbanization*. [Tese de doutoramento, École Polytechnique Fédérale de Lausanne]. EPFL scientific publications. <https://infoscience.epfl.ch/record/212706>
- Coutinho, A. A. (2023). *The Azores region airspace liberalization and its territorial cohesion* [Dissertação de mestrado, Escola de Ciências Sociais e Humanas do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/30168>
- Crawford, K. (2021). *Atlas of AI: Power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence*. Yale University Press.
- Crawford, K. (2022). Better machines for better humans. In M. Bauer & J. F. Janša (Eds.), *(Re)programming: Strategies for self-renewal* (pp. 106–131). Aksioma; Vlenje Mladinski Center.
- Cross-Call, D. F. (2013). *Matching energy storage to small island electricity systems: a case study of the Azores* [Tese de mestrado, Engineering Systems Division, Technology and Policy Program, Massachusetts Institute of Technology]. MIT Libraries. <https://dspace.mit.edu/handle/1721.1/85921>
- Crutzen, P., & Stoermer, E. (2000). The Anthropocene. *Global Change Newsletter*, (41), 17–18.
- Cunha, T. P. (2011). *Portugal e o mar – À redescoberta da geografia*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Daggett, C. N. (2019). *The birth of energy: Fossil fuels, thermodynamics, and the politics of work*. Duke University Press.
- Daou, D., & Pérez-Ramos, P., (Eds.). (2016). Island. In *New geographies 08: Island* (pp. 6–41). Harvard University Graduate School of Design.
- Darò, C. (2022). *Esthétique et télécommunications. Paysage de lignes*. MétisPresses.
- Davies, K., & Young, L. (2021). Unknown fields. In F. Díaz, A. Kubrak & M. O. Verzier (Eds.), *Lithium: States of exhaustion* (1ª ed.) (pp. XXVII–XXXIX). Het Nieuwe Instituut; Ediciones ARQ.

- Dawson, H., & Pugh, P. (2021). The lure of islands: A cross-disciplinary conversation. In F. Schön, L. Dierksmeier, A. Kouremenos, A. Condit & V. Palmowski (Eds.), *European islands between isolated and interconnected life worlds* (pp. 13–31). University of Tübingen Press.
- De la Cadena, M., & Medina, S. M. (2020). In Colombia some cows have *raza*, others also have breed: Maintaining the presence of the translation offers analytical possibilities. *The Sociological Review Monographs*, 68(2), 369–384.
<https://doi.org/10.1177/0038026120905477>
- Decreto-Lei n.º 31095 do Ministério do Interior - Direcção Geral de Administração Política e Civil: Código Administrativo - CA. (1940). Diário do Governo n.º 303/1940, 1º Suplemento, Série I de 1940-12-31.
- Decreto-Lei n.º 318-B/76 da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna: Aprova o Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores. (1976). Diário da República n.º 102/1976, 2º Suplemento, Série I de 1976-04-30.
- Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A da Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa: Regime geral de prevenção e gestão de resíduos. (2011). Diário da República n.º 220/2011, Série I de 2011-11-16.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/29-2011-146215>
- Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A da Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa: Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE) (2015). Diário da República n.º 158/2015, Série I de 2015-08-14.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/19-2015-70014797>
- Decreto Legislativo Regional n.º 13/2016/A da Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores (2016). Diário da República n.º 137/2016, Série I de 2016-07-19. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/13-2016-74967224>
- Decreto Legislativo Regional n.º 25/2016/A da Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa: Aprova o regime jurídico dos museus da Região Autónoma dos Açores (2016). Diário da República n.º 224/2016, Série I de 2016-11-22.
<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-legislativo-regional/2016-174870532>
- Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A da Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa: Plano Regional Anual para 2020 (2020). Diário da República n.º 15/2020, Série I de 2020-01-22.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/2-2020-128355820>
- Decreto Regional n.º 1/76 da Região Autónoma dos Açores - Assembleia Regional: Estabelece a estrutura orgânica do Governo Regional dos Açores (1976). Diário da República n.º 235/1976, Série I de 1976-10-07.
https://dre.pt/pesquisa/-/search/408963/details/maximized?p_p_auth=6boVRAMu
- Decreto Regional n.º 16/80/A da Região Autónoma dos Açores - Assembleia Regional: Constitui uma empresa pública regional para produção, transportes e distribuição de electricidade na Região, denominada Empresa de Electricidade dos Açores (EDA). (1980). Diário da República n.º 192/1980, Série I de 1980-08-21.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regional/16-1980-470857>
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1980). *Mille plateaux. Capitalisme et schizophrénie*, 2. Les Éditions de Minuit.

- Desai, R. S. (2019). Afterlives of orbital infrastructures: From Earth's high orbits to its high seas. In J. S. Nesbit & G. Trangoš (Eds.), *New geographies 11: Extraterrestrial* (pp. 39–42). Actar Publishers; Harvard University Graduate School of Design.
- Despacho n.º 9333. (2020, setembro, 30). Diário da República n.º 191/2020, Série II de 2020-09-30. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/9333-2020-144137764>
- Diário dos Açores. (2015, julho, 12). *Como os EUA esconderam armas nucleares na ilha Terceira*, pp. 4-5.
- Diário dos Açores. (2023, outubro, 19). *Com os franceses a ilha adiantou-se 20 ou 30 anos aos benefícios que os Açores tiveram com a Autonomia*, p. 3.
- Dias, F. S. (1995). A importância da “economia da laranja” no arquipélago dos Açores durante o século XIX. *Arquipélago. História*, 1(2), 189–240.
- Díaz, F. (2021). Architectures of bipolarity. In F. Díaz, A. Kubrak & M. O. Verzier (Eds.), *Lithium: States of exhaustion* (1ª ed.) (pp. 49–51). Het Nieuwe Instituut; Ediciones ARQ.
- Dicionários Editora. (1995). *Dicionário de sinónimos* (2ª ed.). Porto Editora.
- Didi-Huberman, G. ([2011] 2016). *Atlas ou le gai savoir inquiet. L'oeil de l'histoire*, 3. Les Éditions de Minuit.
- Diogo, F. (2020, outubro, 22). *A probabilidade de ser pobre nos Açores é o dobro da média nacional*. Fumaça. N. Viegas (Entrevistador). Áudio, 1:37:02. <https://fumaca.pt/fernando-diogo-acoresh/>
- Direção Regional da Energia. (2020, julho). *Estratégia açoriana para a Energia 2030 (EAE 2030)*. Governo Regional dos Açores.
- Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. (2022, maio). *Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA 20+)*. Governo Regional dos Açores. https://servicos-sraa.azores.gov.pt/grastore/dsr/pepgra20m/PEPGRA20m_VersaoFinal.pdf
- Domingues, Á. (2021). *Paisagens transgênicas* (1ª ed.). Museu da Paisagem.
- Dupuy, G. (2002). *Internet: Géographie d'un réseau*. Ellipses Éditions.
- Durand, C. (2020). *Techno-féodalisme. Critique de l'économie numérique*. Zones; Éditions La Découverte.
- Eames Office. (s.d.). Sítio eletrónico. Recuperado em 10 de fevereiro de 2024 de <https://www.eamesoffice.com/the-work/solar-do-nothing-machine/>
- Easterling, K. (2014). *Extrastatecraft: The power of infrastructure space*. Verso Books.
- Eco, U. ([1994] 2006). *A ilha do dia antes* (J. C. Barreiros, Trad.). Mediasat.
- Economia Azul (s.d.). *Economia azul: veículo para o desenvolvimento sustentável*. Recuperado em 11 de agosto de 2021 de <https://www.economiaazul.pt>
- EDA. (2022, abril, 11). *Relatório e contas 2021*. <https://www.eda.pt/Mediateca/Publicacoes/Lists/RelatrioseContas/Attachments/22/RC%20EDA%202021.pdf>
- EDA. (2023a, abril, 12). *Relatório e contas 2022*. <https://www.eda.pt/Mediateca/Publicacoes/Lists/RelatrioseContas/Attachments/24/RC%20EDA%202022.pdf>
- EDA. (2023b, dezembro, 31). *Caracterização das redes de transporte e distribuição de energia elétrica em 2023*. <https://www.eda.pt/EDA/DocsDistribuicao/CARE%202023.pdf>
- EDA. (2024, abril, 26). *Relatório de gestão 2023. Contas e Sustentabilidade*. <https://www.eda.pt/Mediateca/Publicacoes/Lists/RelatrioseContas/Attachments/25/Relatorio-Gestao2023.pdf>
- EDA Renováveis. (2023, março, 22). *Relatório e contas 2022*. <https://www.eda.pt/GrupoEda/RCEDARENOVAVEIS/RC%20EDA%20RENOVAVEIS%202022.pdf>

- Eldar, O., Kofsky, E., & Maor, H. (Eds.). (2023). *Cloud-to-ground*. Park Books.
- Elden, S. (2007). Terror and territory. *Antipode*, 39(5), 821–845. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2007.00554.x>
- Elden, S. (2010). Land, terrain, territory. *Progress in Human Geography*, 34(6), 799–817. <https://doi.org/10.1177/0309132510362603>
- Elden, S. (2013a). *The birth of territory*. University of Chicago Press.
- Elden, S. (2013b). Secure the volume: Vertical geopolitics and the depth of power. *Political Geography*, 32(2), 35–51. <http://dx.doi.org/10.1016/j.polgeo.2012.12.009>
- Elden, S. (2019a). Territory: Political technology, volume, terrain. In C. O. Sanjuán (Ed.), *Landscape as territory* (pp. 20–33). Actar Publishers.
- Elden, S. (2019b, abril, 15). Territory/Territoriality. *Wiley-Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies*, 1–14. <https://doi.org/10.1002/9781118568446.eurs0339>
- Eliot, T. S. ([1954] 2015). *Selected Poems*. Faber Modern Classics.
- Ellis, E. C. (2019). Distancing the Anthropocene. In M. Chieffalo & J. Smachylo (Eds.) *New geographies 10: Fallow* (pp. 93–96). Actar Publishers; Harvard University Graduate School of Design.
- Enes, C. (1999, abril). Açores: a construção da unidade e da identidade regional. In M. J. F. Tavares (Dir.), *Discursos: Língua, cultura e sociedade* (pp. 249–257). Universidade Aberta.
- Enes, M. F. (2010). A invocação e o culto do Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada–São Miguel. *Cultura*, (27), 211–226. <https://doi.org/10.4000/cultura.347>
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental. (s.d.). *Extensão da Plataforma Continental*. Recuperado em 29 de agosto de 2022 de <https://www.emepc.pt>
- Eurostat Statistics Explained. (s.d.). *Archive: Milk and milk products – 30 years of quotas*. Recuperado em 22 de agosto de 2022 de https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Archive:Milk_and_milk_products_-_30_years_of_quotas
- Fairfax, D. (2010). Birth (of the image) of a nation: Jean-Luc Godard in Mozambique. *Acta Univ. Sapientiae, Film and Media Studies*, (3), 55–67.
- Ferreira, J. P. (2021, 7 de julho). *Presidente da Agência Espacial Portuguesa: “Indústria nacional será especialista em satélites de alta resolução”*. Jornal Económico. <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/industria-portuguesa-sera-especialista-em-satelites-de-alta-resolucao-752159>
- Ferreirinha, P. (2024, julho, 15). *A disputa pelo Mar Português - poderão as Selvagens ser uma nova Olivença?*. Observador. <https://observador.pt/opiniao/a-disputa-pelo-mar-portugues-poderao-as-selvagens-ser-uma-nova-olivenca/>
- Feslikenian, J. G. (2013). *Territórios marginais. A ilha das Flores* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da UP. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80340>
- Figueira, M. (2020). *O mar é a nossa terra*. Pierrot le Fou; Lab2PT; EAUM.
- Flam, J., (Ed.). (1996). *Robert Smithson: The collected writings*. University of California Press.
- Foreign Office. Historical Section. (1920). *Azores and Madeira. Handbooks prepared under the direction of the Historical Section of the Foreign Office—No. 116*. H.M. Stationery Office.
- Formlessfinder. (2016). Toward a formless ecology. In D. Daou & P. Pérez-Ramos (Eds.), *New geographies 08: Island* (pp. 128–131). Harvard University Press.
- Förster, K. (2023). The kiln. In C. Howe, J. Diamanti & A. Moore (Eds.), *Solarities: Elemental encounters and refractions* (1ª ed.) (pp. 231–260). punctum books.
- Fossier, A., & Gardella, E. (2006). Entretien avec Bruno Latour. *Tracés. Revue de Sciences Humaines*, 10, 113–129. <https://doi.org/10.4000/traces.158>

- Foucault, M. ([1967] 2001). Des espaces autres. In D. Defert, F. Ewald & J. Lagrange (Orgs.), *Dits et écrits II, 1976-1988* (pp. 1571-1581). Quarto Gallimard.
- França, Z., Cruz, J. V., Nunes, J. C., & Forjaz, V. H. (2003). Geologia dos Açores: uma perspectiva actual. *Açoreana*, 10(1), 11–140.
- Freire, M. (2019, agosto, 12). *Formigas. Aposta de alargar plataforma pode acabar com menos Zona Económica Exclusiva*. Diário de Notícias. <https://www.dn.pt/poder/formigas-aposta-de-alargar-plataforma-pode-acabar-com-menos-zona-economica-exclusiva-11202036.html>
- Frie, R. (2011). Situated experience: Psychological agency, meaning, and morality in worldly contexts. *International Journal of Psychoanalytic Self Psychology*, 6(3), 340–351. <https://doi.org/10.1080/11551024.2011.582935>
- Fromm, E. ([1968] 2010). *The revolution of hope: Toward a humanized technology*. American Mental Health Foundation.
- Frutuoso, G. ([1586-1590] 1998a). *Livro terceiro das Saudades da terra*. Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Frutuoso, G. ([1586-1590] 1998b). *Livro quarto das Saudades da terra*. Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Frutuoso, G. ([1586-1590] 1998c). *Livro sexto das Saudades da terra*. Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- Fuller, B. R. ([1969] 2019). *Operating manual for Spaceship Earth*. Lars Müller Publishers.
- Fundação Oceano Azul. (s.d.) *Educar para uma geração azul*. Recuperado em 24 de agosto de 2024 de <https://geracaoazul.org/educar-para-uma-geracao-azul/>
- Furuhata, Y. (2022). *Climatic media: Transpacific experiments in atmospheric control*. Duke University Press.
- Gadano, P. (2022). *Climax change!: How architecture must transform in the age of ecological emergency*. Actar Publishers.
- Galison, P. (2019). Concrete abstractness: A conversation with Peter Galison. In M. Chieffalo & J. Smachylo (Eds.) *New geographies 10: Fallow* (pp. 81–92). Actar Publishers; Harvard University Graduate School of Design.
- Gámez, D. (s.d.). *Geographies of state power: Territory in historical and spatial perspective*. Recuperado em 27 de outubro de 2021 de <https://ubc.academia.edu/DanielGámez>
- Gandy, M. (2014). Where does the city end?. In N. Brenner (Ed.), *Implosions / Explosions: Towards a study of planetary urbanization* (pp. 86–89). Jovis.
- Garber, M. (2012, outubro, 19). *Dan Rather showed the first radar image of a hurricane on TV*. The Atlantic. <https://www.theatlantic.com/technology/archive/2012/10/dan-rather-showed-the-first-radar-image-of-a-hurricane-on-tv/264246/>
- Ghosh, P. (2024, setembro, 12). *Bilionário e engenheira fazem caminhada espacial mais distante da Terra em 50 anos*. BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwy74kpnk8lo>
- Ghosn, R. (2016). The image of the oil territory. In A. Sepahvand (Ed.), *Elements for a world: Stone* (pp. 20–29). Sursock Museum.
- Ghosn, R., & Jazairy, E. H. (2014). Airpocalypse: a short geostory. *San Rocco, Ecology*, 10, 146–150.
- Ghosn, R., & Jazairy, E. H. (Eds.). (2015). *Geographies of trash*. Actar Publishers.
- Ghosn, R., & Jazairy, E. H. (Design Earth) (Eds.). (2019). *Geostories, Another architecture for the environment*. Actar Publishers.
- Giedion, S. ([1948] 2013). *Mechanization takes command: A contribution to anonymous history*. University of Minnesota Press.

- Gilbert, S. F. (2020). Holobiont by birth: Multilineage individuals as the concretion of cooperative processes. In A. Jaque, M. O. Verzier, L. Pietroiusti & L. Mazza (Eds.), *More-than-human* (pp. 27–35). Het Nieuwe Instituut; Serpentine Galleries; Office for Political Innovation; Manifesta Foundation.
- Glissant, É. (1989). *Caribbean discourse: selected essays*. Caraf Books.
- Global Agenda Council on Space Security. (2015). *Bringing space down to Earth*. World Economic Forum.
- Godard, J. L. (1979). Le dernier rêve d'un producteur. *Cahiers du Cinéma*, (300), 70–129.
- Goldstein, J., & Nost, E. (2022). Introduction: Infrastructuring environmental data. In J. Goldstein & E. Nost (Eds.), *The nature of data: Infrastructures, environments, politics* (pp. 1–17). University of Nebraska Press.
- Gomez-Luque, M., & Jafari, G. (2017). Posthuman. In M. Gomez-Luque & G. Jafari (Eds.), *New geographies 09: Posthuman* (pp. 8–11). Harvard University Graduate School of Design.
- Gonçalves, M. E. (2004). Portugal e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. *Janus*, 98. https://www.janusonline.pt/arquivo/1998/1998_6_2.html
- Gouveia, J. B. (2016). A Região Autónoma dos Açores e o espaço marítimo: fundamento e âmbito da intervenção regional no ordenamento e gestão do “Mar dos Açores” à luz do Direito português. *Revista de direito público*, 8(15), 179–234.
- Gouveia, J. B. ([2003] 2017). *Manual de Direito Internacional Público* (5ª ed.). Edições Almedina.
- Gouveia, P. (1996). *Arquitetura baleeira nos Açores / Whaling architecture in the Azores*. Presidência do Governo Regional dos Açores. Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas.
- Governo da República Portuguesa. (2018, setembro, 24). *Programa Internacional do Atlântico de lançamento de satélites – Serviços de lançamentos para o espaço da ilha de Santa Maria nos Açores*. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/comunicado?i=programa-internacional-do-atlantico-de-lancamento-de-satelites-servicos-de-lancamentos-para-o-espaco-da-ilha-de-santa-maria-nos-acoress>
- Governo da República Portuguesa. (s.d.a). *Roteiro do empreendedorismo e economia azul*. Direção-Geral de Política do Mar. Recuperado em 29 de agosto de 2024 de <https://www.dgpm.mm.gov.pt/post/2021-zouri>
- Governo da República Portuguesa. (s.d.b). *Estratégia Nacional para o Mar (ENM) 2021-2030*. Direção-Geral de Política do Mar. Recuperado em 21 de novembro de 2021 de <https://www.dgpm.mm.gov.pt/enm-21-30>
- Governo da República Portuguesa. (s.d.c). *PSOEM – Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional correspondente à subdivisão do Continente, à subdivisão da Madeira e à subdivisão da Plataforma Continental Estendida*. Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. Recuperado em 13 de novembro de 2021 de <https://www.psoem.pt>
- Governo da República Portuguesa. (s.d.d). *TUPEM – Títulos de utilização privativa do espaço marítimo*. Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. Recuperado em 30 de agosto de 2024 de <https://www.psoem.pt/tupem-2/>
- Governo da República Portuguesa. (s.d.e). *Zonas Marítimas sob soberania e ou jurisdição portuguesa*. Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos. Recuperado em 22 de novembro de 2021 de <https://www.dgrm.mm.gov.pt/am-ec-zonas-maritimas-sob-jurisdicao-ou-soberania-nacional>
- Governo Regional dos Açores. (2013a, setembro). *Plano Setorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores. Fase D | Volume IV - Plano de Monitorização. Versão Final*. Secretaria Regional dos Recursos Naturais.

- Governo Regional dos Açores. (2013b, novembro, 13). *Governo dos Açores considera que extensão da plataforma continental representa “um mar de oportunidades”*.
<http://www.azores.gov.pt/Gra/SRMCT-MAR/conteudos/noticias/2013/Novembro/Governo+-dos+Acores+considera+que+extensao+da+plataforma+continental+representa+um+mar+de+oportunidad.htm>
- Governo Regional dos Açores. (2020a, junho, 1). *O que é que o Ordenamento do Espaço Marítimo vai alavancar nos Açores?*. Direção Regional de Políticas Marítimas. Facebook.
<https://www.facebook.com/518010451934371/videos/305137637162071>
- Governo Regional dos Açores. (2020b, julho). *Estratégia Açoriana para a Energia 2030*. Direção Regional da Energia.
<https://portaldaenergia.azores.gov.pt/portal/Portals/0/Documentos/PoliticaEnergetica/EAE2030%20-%20proposta%20julho%202020.pdf?ver=2020-10-27-110305-450>
- Governo Regional dos Açores. (2021, novembro, 11-12). *Estratégia dos Açores para o espaço* [Conferência, online]. Transmitida em 11-12 de novembro de 2021 em <https://spaceazores.pt/en/>
- Governo Regional dos Açores. (2022a, fevereiro, 15). *Concurso para o porto espacial de Santa Maria deve ser lançado em março, diz Susete Amaro*.
<https://portal.azores.gov.pt/pt/web/comunicacao/news=-detail?id5894538=&fbclid=IwAR1HM2knqNphpfTbtFyRpm1hklTo6nLBZHcSncNZA7rTaeaKcH91xId3SAw>
- Governo Regional dos Açores. (2022b, setembro). *Programa de inovação e digitalização da agricultura dos Açores*. <https://www.rederural.gov.pt/images/Noticias/2022/PIDAAcores.jpg>
- Governo Regional dos Açores. (2022c, dezembro). *Estratégia dos Açores para o Espaço – EAE*. Space Azores. Disponível em <https://spaceazores.pt/estrategia/>
- Governo Regional dos Açores. (s.d.a). *Agricultura e recursos florestais, produção pecuária*. Recuperado em 11 de agosto de 2022 de <http://rea.azores.gov.pt/reaa/36/agricultura-e-recursos-florestais/241/producao-pecuaria>
- Governo Regional dos Açores. (s.d.b). *Guia do património natural subaquático dos Açores*. Turismo dos Açores e Direção Regional da Cultura. Recuperado em 19 de novembro de 2021 de <https://thisisazores.caetsudigital.com/storage/media/2022/03/guia-final-smiras-sem-coordenadas2.pdf>
- Governo Regional dos Açores. (s.d.c). *OEMA – Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores*. Direção Regional de Políticas Marítimas. Recuperado em 21 de novembro de 2021 de <https://oema.mar.azores.gov.pt/porque-o-oema/>
- Governo Regional dos Açores. (s.d.d). *Açores, o hub atlântico para o espaço*. Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço. Recuperado em 20 de agosto de 2024 de <https://spaceazores.pt>
- Governo Regional dos Açores. (s.d.e). *Utilização do espaço marítimo*. Direção Regional de Políticas Marítimas. Recuperado em 30 de agosto de 2024 de <https://oema.mar.azores.gov.pt/plano-de-situacao/utilizacao-do-espaco/>
- Governo Regional dos Açores. (s.d.f). *Energia geotérmica*. Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas. Recuperado em 2 de maio de 2022 de http://siaram.azores.gov.pt/energia/geotermia/_video1.html
- Governo Regional dos Açores. (s.d.g). *Centros de Processamento de Resíduos dos Açores*. Divisão de Resíduos da Direção Regional do Ambiente. Recuperado em 10 de dezembro de 2024 de https://siaram.azores.gov.pt/residuos/CPR-Faial/_texto.html
- Graça, P. Q. (s.d.). *As noções de ilha e de rochedo – da fundamentação doutrinária no quadro da Convenção de Montego Bay ao seu papel no âmbito do desenvolvimento da economia mundial*. Congresso online sobre Los Modelos Latinoamericanos de Desarrollo.
<https://www.eumed.net/libros-gratis/actas/2016/modelos/15.pdf>

- Graeber, D. & Wengrow, D. (2021). *The dawn of everything: A new history of humanity*. Penguin Books.
- Graham, S. (2018). *Vertical. The city from satellites to bunkers*. Verso Books.
- Gregotti, V. ([1972] 1978). *Território da arquitetura* (B. Waldman-Villá & J. Villá, Trans.). Editora Perspectiva.
- Grima, J. (2021). Introduction. In Space Caviar (Ed.), *Non-extractive architecture, volume 1: On designing without depletion* (pp. 8–22). Sternberg Press; V-A-C Press.
- Grosz, E. (2008). *Chaos, territory, art: Deleuze and the framing of the Earth* (1ª Ed.). Columbia University Press.
- Groys, B. ([2000] 2012). *Under suspicion: A phenomenology of media* (C. Strathausen, Trans.). Columbia University Press.
- Grydehøj, A. (2017). A future of island studies. *Island Studies Journal*, 12(1), 3–16. <https://doi.org/10.24043/isj.1>
- Guedes, A. M. M. (1989). *Direito do Mar*. Instituto da Defesa Nacional.
- Guedes, N. (2019, outubro, 9). *Vacas lideram aumento das emissões de metano em Portugal*. TSF. <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/vacas-lideram-aumento-das-emissoes-de-metano-em-portugal-11386638.html>
- Gugger, H., & Costa, M. B. (2014). Urban-nature: The ecology of planetary artifice. *San Rocco. Ecology*, 10, 32–40.
- Gugger, H., Blanchard, A., Costa, A., & Lenherr, L. (Eds.). (2015). *Icelandic lessons. Industrial landscape. Teaching and research in architecture*. EPFL ENAC IA lab; Park Books.
- Haggard, M., Lokken, G., & Saavaste, A. L. (2018). *Layered landscapes Lofoten. Understanding the complexity, otherness and change*. Actar Publishers.
- Haraway, D. (2016). *Staying with the trouble: Making kin in the Chthulucene*. Duke University Press.
- Haraway, D. (2020). Awash in urine: DES and premarin in multispecies response-ability. In A. Jaque, M. O. Verzier, L. Pietroiusti & L. Mazza (Eds.), *More-than-human* (pp. 36–45). Het Nieuwe Instituut; Serpentine Galleries; Office for Political Innovation; Manifesta Foundation.
- Haraway, D. ([1985] 2022). *Um manifesto ciborgue / O manifesto das espécies de companhia* (A. M. Chaves, Trans.). Orfeu Negro.
- Harkavy, R. E. (2007). *Strategic basing and the great powers, 1200–2000* (1ª ed.). Routledge.
- Harvey, D. (2001). *Spaces of capital: Towards a critical geography*. Routledge.
- Harvey, D. (2014). Cities or urbanization?. In N. Brenner (Ed.), *Implosions / Explosions: Towards a study of planetary urbanization* (pp. 52–66). Jovis.
- Heidegger, M. ([1954] 1977). *The question concerning technology, and other essays* (W. Lovitt, Trans.). Garland Publishing.
- Heidegger, M. ([1953] 2002). *Ensaio e Conferências* (E. C. Leão, Trans.). Editora Vozes.
- Henni, S. (2022). Against the regime of “emptiness”. In S. Henni (Ed.), *Deserts are not empty* (pp. 9–21). Columbia Books on Architecture and the City.
- Henriques, F. (2019, outubro). Memórias da baleação e práticas do património nos Açores. *ARGOS – Revista do Museu Marítimo de Ílhavo*, (7), 52–60.
- Henriques, M. B. F. (1867). *Trip to the Azores or Western Islands*. Lee and Shepard. Disponível em Biblioteca Nacional Digital de Portugal: https://purl.pt/17024/4/hg-15421-p_PDF/hg-15421-p_PD-F_24-C-R0150/hg-15421-p_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0150.pdf
- Hughes, T. P. ([1987] 1993). *The social construction of technological systems: New directions in the sociology and history of technology*. The MIT Press.
- Hugo, V. ([1866] 1981). *Les travailleurs de la mer, tome 1*. Éditions Famot.

- Hui, Y. (2018). On automation and free time. In N. Axel, B. Colomina, N. Hirsch, L. Jihoi, A. Vidokle, M. Wigley (Eds.), *Superhumanity: Post-labor, psychopathology, plasticity* (pp. 24–37). National Museum of Modern and Contemporary Art; e-flux Architecture; Actar Publishers.
- Hui, Y. (2019, janeiro). *What begins after the end of the Enlightenment?*. *e-flux journal* 96. <https://www.e-flux.com/journal/96/245507/what-begins-after-the-end-of-the-enlightenment/>
- Ibelings, H. (2023). *Modern architecture: A planetary warming history*. The Architecture Observer.
- Illich, I. ([1983] 2010). The social construction of energy. In R. Ghosn (Ed.), *New geographies, vol. 2, no. Landscapes of energy* (pp. 11–19). Harvard University Press.
- Infopédia. (2024, dezembro, 19). *Dicionários Porto Editora*. <https://www.infopedia.pt>
- Infraestruturas de Portugal. (2024, março, 13). *IP e ASN assinam contrato para construção de novo anel CAM*. <https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/ip-e-asn-assinam-contrato-para-construcao-de-novo-anel-cam>
- Ingold, T. ([2007] 2016). *Lines: A brief history*. Routledge.
- Innerarity, D. (2010). *O novo espaço público* (M. Ruas, Trad.). Teorema.
- Iturbe, E. (2021). Two modernities in one: Carbon form and the reduction of ecological space. In Space Caviar (Ed.), *Non-extractive architecture, volume 1: On designing without depletion* (pp. 27–40). Sternberg Press; V-A-C Press.
- Ivančić, A. (2010). *Energyscapes*. Gustavo Gili.
- IVAR. (2006, outubro, 22). *Investigadores reconstituem a história da destruição de Vila Franca do Campo 484 anos depois da tragédia*. http://www.ivar.azores.gov.pt/noticias/Paginas/cms_125_Investigadores-reconstituem-a-historia-da-destruicao-de-Vila-Franca-do-Campo-484-anos-depois-da-tragedia.aspx
- Jain, A. (2022). Post-human politics. In M. Bauer & J. F. Janša (Eds.), *(Re)programming: Strategies for self-renewal* (pp. 88–105). Aksioma; Vlenje Mladinski Center.
- Jakhu, R. S., Ahmad, M. T. (2017, novembro, 13). *The Outer Space Treaty and states' obligation to remove space debris: a US perspective*. The Space Review. <https://www.thespacereview.com/article/3370/1>
- Jerónimo, P. (2009). Direito Internacional Público: o regime internacional dos espaços.
- João, M. I. (1993). Unidade nacional/diversidade regional: O caso dos Açores. *Discursos*, 3, 13–28.
- João, M. I. (1999, abril). Nação, identidade e memória. Notas para um debate. In M. J. F. Tavares (Dir.), *Discursos: Língua, cultura e sociedade* (pp. 259–271). Universidade Aberta.
- Johnson, B. (2009, fevereiro, 1). *Google Earth, Google ocean: mysteries of the seafloor are mapped for the first time*. The Guardian. <https://www.theguardian.com/technology/2009/feb/01/google-earth-oceans-project>
- Jones, L. (2021). Carbon tectonic. In Space Caviar (Ed.), *Non-extractive architecture, volume 1: On designing without depletion* (pp. 113–125). Sternberg Press; V-A-C Press.
- Jornal Económico Especial. (2021, julho, 1). *Indústria aeroespacial: Futuro encomendado a Santa Maria*. Jornal Económico. https://leitor.jornaleconomico.pt/download?token=82fed68e0e59a4e7ad73a174603c9e99&file=ESP_AEROESPACIAL.pdf
- Júnior, A. C. (1980, abril-junho). Breves considerações sobre o tráfego marítimo dos Açores. *IDN–Revista Nação e Defesa*. V, (14), 156–172.
- Júnior, L. G. et al. (2012). Etnomotricidad: juegos de resistencia cultural en la comunidad caizara de Ilabela-Brasil. *Estudios pedagógicos*, (38), 249–266. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-07052012000400014>
- Just Have a Think. (2020, setembro, 27). *Why don't we all just use geothermal energy?* [Vídeo, 14:37]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=-Ss_wHCS1Aw

- Katsikis, N. (2018). Visualizing the planetary urban. In J. Harrison & M. Hoyler (Eds.), *Doing global urban research* (pp. 12–33). SAGE Publications.
<https://doi.org/10.4135/9781526416797>
- Kempf, H. (2022). *Le nucléaire n'est pas bon pour le climat*. Éditions du Seuil.
- Kerckhove, D. ([1995] 1997). *A pele da cultura (Uma investigação sobre a nova realidade electrónica)* (L. Soares & C. Carvalho, Trad.). Relógio D'Água.
- Khalili, L. (2017). Carceral seas. In D. Zyman & C. Scozzari (Eds.), *Allan Sekula: Okeanos* (pp. 50-57). Sternberg Press.
- Kittler, F. ([2002] 2019). *Optical media: Berlin lectures, 1999* (A. Enns, Trad.). Polity Press.
- Klinger, J. M. (2019a). Environmental geopolitics and outer space. *Geopolitics*, 26(5), 1–38. <https://doi.org/10.1080/14650045.2019.1590340>
- Klinger, J. M. (2019b). Space is not the final frontier. In J. S. Nesbit & G. Trangoš (Eds.), *New geographies 11: Extraterrestrial* (pp. 34–38). Actar Publishers; Harvard University Graduate School of Design.
- Lacoste, Y. ([1976] 2014). *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*. Éditions La Découverte.
- Lact Açores. (s.d.). *Nova Açores "Pastagem" free grazing milk comes from cows that graze freely, on the pastures of São Miguel, 365 days a year*. Recuperado em 14 de julho de 2022 de <https://www.lactacores.pt/en/brands/nova-acores/45/>
- Lally, D. (2021). Weedy states: The cybernetic wilderness of data centres. In S. Anderson, A. Butler, D. Capener, D. Lally, C. Lyster & F. McDermott (ANNEX) (Eds.), *States of entanglement: Data in the irish landscape* (pp. 206–217). Actar Publishers.
- Latour, B. ([1991] 1997). *Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique*. Éditions La Découverte.
- Latour, B. ([1999] 2004). *Políticas de la nature. Comment faire entrer les sciences en démocratie*. Éditions La Découverte.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social. An introduction to actor-network-theory*. Oxford University Press.
- Latour, B. (2017). *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*. Éditions La Découverte.
- Le Corbusier. ([1923] 2004). *Por uma arquitetura* (U. Rebouças, Trad.). Editora Perspectiva.
- Leal, J. (1994). *As Festas do Espírito Santo nos Açores. Um estudo de antropologia social*. Publicações Dom Quixote.
- Leal, J. (1996). Festa e emigração numa freguesia açoriana. In J. P. Brito, F. O. Baptista e B. Pereira (Coords.), *O voo do arado* (pp. 583–589). Museu Nacional de Etnologia.
- Lefebvre, H. (1970). *La révolution urbaine*. Éditions Gallimard.
- Lefebvre, H. (1974 [2023]). *La production de l'espace* (4ª ed.). Anthropos.
- Lei nº 2/2009 da Assembleia da República: Aprova a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. (2009). Diário da República, 1ª série—Nº 7—12 de Janeiro de 2009. https://www.alra.pt/documentos/Lei_2_2009.pdf
- Lei n.º 17/2014 da Assembleia da República: Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional (2014). Diário da República n.º 71/2014, Série I de 2014-04-10. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/17-2014-25343987>
- Lei n.º 1/2021 da Assembleia da República: Primeira alteração à Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional (2021). Diário da República n.º 6/2021, Série I de 2021-01-11. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/1-2021-153519404>

- Leite, A. R. (2012). *Açores, cidade e território: quatro vilas estruturantes* [Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/21384>
- Leite, J. R. (2005a). Administração: as estruturas e as instituições. In A. T. Matos (Coord.), *Nova história da expansão portuguesa. A colonização atlântica (volume III – tomo 1)* (1ª ed.) (pp. 307–330). Editorial Estampa.
- Leite, J. R. (2005b). Os Açores e as carreiras do Atlântico. In A. T. Matos (Coord.), *Nova história da expansão portuguesa. A colonização atlântica (volume III – tomo 1)* (1ª ed.) (pp. 535–546). Editorial Estampa.
- Lem, S. ([1961] 2021). *Solaris* (T. F. Swiatkiewicz, Trad., 2ª ed.). Antígona.
- LeoLabs, Inc. (2023, junho, 7). *LeoLabs accelerates radar coverage in Europe with commissioning of the Azores Space Radar*. PR Newswire. <https://www.prnewswire.com/news-releases/leolabs-accelerates-radar-coverage-in-europe-with-commissioning-of-the-azores-space-radar-301844777.html>
- LeoLabs. (s.d.a). *Low Earth orbit visualization*. Recuperado em 4 de dezembro de 2024 de <https://platform.leolabs.space/visualization>
- LeoLabs. (s.d.b). *Today's conjunctions*. Recuperado em 4 de dezembro de 2024 de <https://platform.leolabs.space/visualizations/conjunctions/today>
- Lexionário. (s.d.). *Mar territorial*. Diário da República. Recuperado em 18 de dezembro de 2024 de <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/mar-territorial>
- Licença Ambiental n.º 5/2009/DRA. (2009, maio, 24). Aterro Intermunicipal da Ilha do Pico. Governo dos Açores. <https://www.azores.gov.pt/Gra/srrn-ambiente/conteudos/livres/Aterro+Pico+-+historico.htm>
- Lima, B. P. (2016). *Portugal e o Atlântico*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Lois, C., & Garcia, J. C. (2009, julho-dezembro). Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico sul. *Anais do Museu Paulista*, 17(2), 15–37. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27312357003>
- Lopez, F. (2019). *L'ordre électrique. Infrastructures énergétiques et territoires*. MétisPresses.
- Lopez, F. (2022). *À bout de flux*. Éditions divergences.
- Lorusso, S. ([2023] 2024). *What design can't do: Essays on design and disillusion*. Set Margins'.
- Lourenço, E. ([1978] 2020). *O labirinto da saudade – Psicanálise mítica do destino português* (16ª ed.). Gradiva.
- Lusa. (2014, maio, 7). *Vinte emissoras nos Açores dão voz aos concelhos e às ilhas*. Açoriano Oriental. https://www.acorianooriental.pt/noticia/vinte-emissoras-nos-aco-res-dao-voz-aos-concelhos-e-as-ilhas?fbclid=IwAR1UE1w53y__ZPa5Hp9tkOoVyuZne6CQgnqNrZUak-ruoyktZZFBU1Uva-Tg
- Lusa. (2015, março, 14). *Chegada das low cost: Açores prometem garantir preservação ambiental*. Público. <https://www.publico.pt/2015/03/14/portugal/noticia/chegada-das-low-cost-aco-res-prometem-garantir-preservacao-ambiental-1689143>
- Lusa. (2016, março, 29). *“Museu subaquático” dos Açores vai ter centros interpretativos em terra em 2017*. Público. <https://www.publico.pt/2016/03/29/culturaipsilon/noticia/museu-subaquatico-dos-aco-res-vai-ter-centros-interpretativos-em-terra-em-2017-1727434>
- Lusa. (2019, outubro, 19). *Controlo de emissões de gases na agricultura açoriana faz-se evitando excessos*. AO online. <https://www.acorianooriental.pt/noticia/controlo-de-emissoes-de-gases-na-agricultura-acoriana-faz-se-evitando-excessos-303673>

- Lusa. (2021a, fevereiro, 10). *Ambientalistas alertam para perigos da mineração em mar profundo*. RTP Notícias. https://www.rtp.pt/noticias/mundo/ambientalistas-alertam-para-perigos-da-mineracao-em-mar-profundo_n1296283
- Lusa. (2021b, abril, 12). *Costa anuncia 252 milhões de euros de investimento na investigação e economia do mar*. Público. <https://www.publico.pt/2021/04/12/politica/noticia/costa-anuncia-252-milhoes-euros-investimento-investigacao-economia-mar-1958214>
- Lusa. (2021c, abril, 21). *Excluídos todos os concorrentes à construção do porto espacial de Santa Maria nos Açores*. ECO. <https://eco.sapo.pt/2021/04/24/excluidos-todos-os-concorrentes-a-construcao-do-porto-espacial-de-santa-maria-nos-acoress/>
- Lusa. (2021d, maio, 26). *Exportação de animais vivos ‘nunca’ vai acabar nos Açores, diz Governo Regional*. Renascença. <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2021/05/26/exportacao-de-animais-vivos-nunca-vai-acabar-nos-acoress-diz-governo-regional/240222/>
- Lusa. (2021e, junho, 4). *Conferência do mar nos Açores trouxe ‘as margens’ para o centro do debate*. Visão. <https://visao.sapo.pt/atualidade/politica/2021-06-04-conferencia-do-mar-nos-acoress-trouxe-as-margens-para-o-centro-do-debate-ministro/>
- Lusa. (2021f, outubro, 24). *Governo dos Açores com modelo de visitas estatutárias ‘menos inauguracionista’*. Açoriano Oriental. <https://www.acorianooriental.pt/noticia/governo-dos-acoress-com-modelo-de-visitas-estatutarias-menos-inauguracionista-331304>
- Lusa. (2021g, dezembro, 17). *Governo dos Açores prorroga mandato da Estrutura de Missão para o Espaço*. Público. <https://www.publico.pt/2021/12/17/ciencia/noticia/governo-acoress-prorroga-mandato-estrutura-missao-espaco-1989081>
- Lusa. (2022a, abril, 6). *Lançado concurso para construção de um porto espacial em Portugal*. Público. <https://www.publico.pt/2022/04/06/ciencia/noticia/lancado-concurso-construcao-porto-espacial-portugal-2001565?fbclid=IwAR0Jcit0qvn6vnyl-ONHRkAU43mduZnMB1y22o5YyjEPfGt-FVOQm27R1fgA>
- Lusa. (2022b, abril, 6). *Estudos obrigatórios vão atrasar porto espacial de Santa Maria nos Açores*. RTP Notícias. https://www.rtp.pt/noticias/economia/estudos-obrigatorios-vao-atrasar-porto-espacial-de-santa-maria-nos-acoress_n1396836
- Lusa. (2022c, dezembro, 13). *Governo dos Açores assegura que porto espacial em Santa Maria avança em 2023*. Açoriano Oriental. <https://www.acorianooriental.pt/noticia/governo-dos-acoress-assegura-que-porto-espacial-em-santa-maria-avanca-em-2023-345536>
- Lusa. (2023, setembro, 21). *Altice anuncia cobertura total da ilha do Corvo com fibra ótica*. ECO. <https://eco.sapo.pt/2023/09/21/altice-anuncia-cobertura-total-da-ilha-do-corvo-com-fibra-otica/>
- Lusa. (2024, março, 13). *Alcatel vence concurso para construção do anel de cabos submarinos CAM*. ECO Sapo. <https://eco.sapo.pt/2024/03/13/alcatel-vence-concurso-para-construcao-do-anel-de-cabos-submarinos-cam/>
- Luvaas, B. (2021). Affect and autoethnography in social media research. In S. Cunningham & D. Craig (Eds.), *Creator culture: An introduction to global social media entertainment* (pp. 57–74). New York University Press.
- MacCabe, C. (1980). *Godard: Images, Sounds, Politics*. Indiana University Press; The Macmillan Press.
- Mack, J. ([2011] 2018). *O mar. Uma história cultural* (S. Adamopoulos, Trad., 1ª ed.). Bookbuilders.
- Mačkić, N. (2016). Becoming-amber. In A. Sepahvand (Ed.), *Elements for a world: Stone* (pp. 30–34). Sursock Museum.
- Malta, J. C. (2018, setembro, 18). *Ilha de Santa Maria. Ascensão e queda da pequena América*. Renascença. <https://rr.sapo.pt/extralarge/pais/2018/09/18/ilha-de-santa-maria-ascensao-e-queda-da-pequena-america/124491/>

- Malterre-Barthes, C. (2021). The devil is in the details. In Space Caviar (Ed.), *Non-extractive architecture, volume 1: On designing without depletion* (pp. 85–96). Sternberg Press; V-A-C Press.
- Manaugh, G. (Ed.). (2013). *Landscape futures: Instruments, devices and architectural Inventions*. Actar Publishers.
- Mansfield, B. (2007). Neoliberalism in the oceans: “Rationalization”, property rights, and the commons question. In N. Heynen, J. McCarthy, S. Prudham & P. Robbins (Eds.), *Neoliberal environments. False promises and unnatural consequences* (pp. 63–73). Routledge.
- MAP Office. (2016). Desert island: An atlas of archipelagic territories. In D. Daou & P. Pérez-Ramos (Eds.), *New geographies 08: Island* (pp. 64–71). Harvard University Press.
- Marca Açores. (s.d.). *Legislação em vigor*. Recuperado em 2 de março de 2023 de <https://www.marcaacores.pt/index.php?op=legislacao#>
- Marco. (2015). *Jean Cocteau s’adresse à l’an 2000 (1962)* [Vídeo, 23:47]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=CPfgluR9xY8>
- Marder, M. (2017). *Energy dreams: of actuality*. Columbia University Press.
- Markopoulou, A., & Roche, F. (2019). Ecologies and ecosophies: A conversation. In M. Gausa, A. Markopoulou & J. Vivaldi (Eds.), *Black ecologies* (pp. 14–25). Institute for Advanced Architecture of Catalonia.
- Marques, H. (2020, maio, 19). *Os mapas dos naufrágios nos Açores*. National Geographic Portugal. <https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/1328-naufragios-nos-mares-dos-acores-podem-virar-atracacao-turistica>
- Martín-Merás, L. M. (2014). El descubrimiento de los oceanos y la cartografía náutica. *Boletín de la Sociedad Geográfica Española*, (49), 24–33.
- Martins, A. (2023, dezembro, 10). *Filipinas acusa China de abalroar navios civis nas ilhas*. Público. <https://www.publico.pt/2023/12/10/mundo/noticia/filipinas-acusa-china-abalroar-navios-civis-ilhas-spratty-2073143>
- Martins, L. M. R. (2012). *A luz e as trevas – A iluminação na ilha de São Miguel – 1880-1920*. Fundação Engenheiro José Cordeiro.
- MAS Context. (s.d.). *Fall talks 2021, Territories of territory extraction*. Recuperado em 25 de março de 2022 de <https://www.mascontext.com/events/mas-context-fall-talks-2021/territories-of-territory-extraction/>
- Matos, A. T. (1980). *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Universidade dos Açores.
- McLuhan, M. (1967). The invisible environment: The future of an erosion. *Perspecta*, 11, 161–167.
- McLuhan, M. ([1964] 1994). *Understanding media: The extensions of man*. The MIT Press.
- Medeiros, I., Fernandez-Novio, A., Astiz, S., & Simões, J. (2021). Production and health management from grazing to confinement systems of largest dairy bovine farms in Azores: A farmers’ perspective. *Animals*, 11(3394), 1–16. <https://doi.org/10.3390/ani11123394>
- Melo, D. (1964). *Pedras negras*. Vega.
- Melville, H. ([1851] 2002). *Moby-Dick; or, the whale*. Wordsworth Editions.
- Ménard, R. (2023). *Énergies légères – Usages, architectures, paysages*. Pavillon de l’Arsenal.
- Mendes, J. M. O. (1996, maio). O regionalismo como construção identitária. O caso dos Açores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (45), 127–142.
- Mendes, M. (2019, fevereiro). *What is deep sea mining? Episode 3: The Azores case* [Vídeo, 8:23]. YouTube. http://inhabitants-tv.org/feb2019_whatiseepseamining_ep3_ENG.html
- Meneses, A. F. (2005a). O povoamento. In A. T. Matos (Coord.), *Nova história da expansão portuguesa. A colonização atlântica (volume III – tomo 1) (1ª ed.)* (pp. 209–306). Editorial Estampa.

- Meneses, A. F. (2005b). A economia e as finanças. In A. T. Matos (Coord.), *Nova história da expansão portuguesa. A colonização atlântica (volume III – tomo 1)* (1ª ed.) (pp. 331–445). Editorial Estampa.
- Merrifield, A. (2014). Whither urban studies? In N. Brenner (Ed.), *Implosions / Explosions: Towards a study of planetary urbanization* (pp. 386–397). Jovis.
- Miranda, J. B. (2005). Introdução: Geografias – Imaginário e controlo da Terra. In J. B. Miranda & E. P. Coelho (Orgs.), *Revista de comunicação e linguagens*, 34/35 (pp. 11–42). Relógio D'Água.
- Moe, K. (2013). *Convergence: An architectural agenda for energy*. Routledge.
- Molder, M. F. ([2005] 2020). *O absoluto que pertence à Terra* (1ª ed.). Edições do Saguão.
- Monbiot, G. (2022). *Regenesis: Feeding the world without devouring the planet*. Allen Lane.
- Mondzain, M. J. ([2007] 2015). *Homo spectator: ver, fazer ver* (L. Lima, Trad., 1ª ed.). Orfeu Negro.
- Monjardino, M. (s.d.). *O que valem as Lajes? A base indispensável? As Lajes e a “Pax Americana”*.
- Morais, J. (2021, abril, 27). *Governo dos Açores vai rever concurso para porto espacial de Santa Maria*. Observador. <https://observador.pt/2021/04/27/governo-dos-acores-vai-rever-concurso-para-porto-espacial-de-santa-maria/>
- More, T. ([1516] 2019). *Utopia* (B. Mendes & H. Guégués, Trads., 3ª ed.). Bookbuilders.
- Moreno, J. (2018). *The university is now on air, broadcasting modern architecture*. Canadian Centre for Architecture; Jap Sam Books.
- Moreno, J. (2020, maio). *Being Open*. e-flux Architecture. <https://www.e-flux.com/architecture/education/332216/being-open/>
- Morton, T. (2013). *Hyperobjects, Philosophy and ecology after the end of the world*. University of Minnesota Press.
- Morton, T. (2016). Molten entities. In D. Daou & P. Pérez-Ramos (Eds.), *New geographies 08: Island* (pp. 72–75). Harvard University Press.
- Mountz, A. (2013). Political geography I: Reconfiguring geographies of sovereignty. *Progress in Human Geography*, 37(6), 829–841. <https://doi.org/10.1177/0309132513479076>
- Mountz, A. (2014). Political geography II: Islands and archipelagos. *Progress in Human Geography*, 39(5), 1–11. <https://doi.org/10.1177/0309132514560>
- Mumford, L. ([1934] 2010). *Technics and civilization*. The University of Chicago Press.
- Munari, B. ([1971] 2019). *From afar it was an island*. Corraini Edizioni.
- Muñoz-Patchen, C. (2018, agosto, 16). Regulating the space commons: Treating space debris as abandoned property in violation of the Outer Space Treaty. *Chicago Journal of International Law*, 19(1), 233–259. <https://chicagounbound.uchicago.edu/cjil/vol19/iss1/7>
- Murphy, A. B. (2022). The history and persistence of territory. In D. Storey (Ed.), *A research agenda for territory and territoriality* (pp. 25–42). Edward Elgar Publishing.
- Nemésio, V. (1928). O açoriano e os Açores. *A Águia*, 1(31), 157–174.
- Nemésio, V. (1932). Açorianidade. *Insula*, 1(7–8), 59.
- Nemésio, V. ([1944] s.d.). *Mau tempo no canal* (4ª ed.). Livraria Bertrand.
- Nemésio, V. (1978). Adenda. In *Portugal – a terra e o Homem* (pp. 283–284). Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nesbit, J. S., & Trangoš, G. (2019). Extraterrestrial. In J. S. Nesbit & G. Trangoš (Eds.), *New geographies 11: Extraterrestrial* (pp. 7–12). Actar Publishers; Harvard University Graduate School of Design.
- Neves, N. (2022, novembro, 17). *Porto espacial de Santa Maria “tem que acontecer para o ano”*. Açoriano Oriental. <https://www.acorianooriental.pt/noticia/porto-espacial-de-santa-maria-tem-que-acontecer-para-o-ano-344682>

- Noble, D. F. (1997). *The religion of technology: The divinity of man and the spirit of invention*. Alfred A. Knopf.
- Notícias Magazine. (2015, fevereiro, 2). *Terceira: a ilha americana*.
<https://www.noticiasmagazine.pt/2015/terceira-a-ilha-americana/historias/10107/>
- Nova Enciclopédia Larousse. (1997a). *Volume 2* (3887^a ed.). Círculo de Leitores.
- Nova Enciclopédia Larousse. (1997b). *Volume 12* (3887^a ed.). Círculo de Leitores.
- Novak, P. (2011). The flexible territoriality of borders. *Geopolitics*, 16(4), 741–767. <https://doi.org/10.1080/14650045.2010.494190>
- Obrist, H. U. & Glissant, E. ([1999-2011] 2021). *The archipelago conversations* (E. Ramadan, Trad.). Isolarii.
- Oliveira, A. (2017). À procura da noção de ilhéu. In R. Carneiro, O. T. Almeida & A. T. Matos (Coord.) *A condição de ilhéu* (pp. 11–17s). CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- Oliveira, E. V., Galhano, F., & Pereira, B. ([1995] 2020). *Alfaia agrícola portuguesa, arados*. OpenEdition Books. <https://books.openedition.org/etnograficapress/6762>
- Organização das Nações Unidas. (1973). *Relatório do Comité para o estudo do uso pacífico do leito do mar e respetivo subsolo para lá dos limites de jurisdição nacional, Volume III*. 28^a Sessão da Assembleia Geral. Suplemento n.º 21 (A/9021).
<https://digitalibrary.un.org/record/725193?ln=es&v=pdf>
- Ortega, L. (2020). *Future tempos: Conversations on architecture across time and media*. Actar Publishers.
- Paasi, A. (2009). Bounded spaces in a “borderless world”: border studies, power and the anatomy of territory. *Journal of Power*, 2(2), 213–234. <https://doi.org/10.1080/17540290903064275>
- Paasi, A. (2022). Nation, territory, memory: making state-space meaningful. In D. Storey (Ed.), *A research agenda for territory and territoriality* (pp. 61–82). Edward Elgar Publishing.
- Pacheco, M. M. (2021). *Viajantes nos Açores: O olhar estrangeiro sobre as ilhas desde o século XVI* (2^a ed.). Artes e Letras Editora.
- Paez, R. (2019). *Operative mapping: Maps as design tools*. Actar Publishers; Elisava.
- Paiva, R. P. (2019, dezembro, 5). *Açores são o primeiro arquipélago do mundo com certificado de destino turístico sustentável*. Público.
<https://www.publico.pt/2019/12/05/fugas/noticia/acoes-sao-arquipelago-mundo-certificado-destino-turistico-sustentavel-1896317>
- Paquot, T. (2010). Pratiques, projets et stratégies territoriales, bref état des savoirs. *Territoire(s) wallon(s): Actes du colloque CPDT 2009*, (4), 11–21.
- Parikka, J. ([2012] 2018). *What is media archaeology?*. Polity Press.
- Parks, L. (2013). Orbital ruins. *NECSUS. European Journal of Media Studies*, 2(2), 419–429. <https://doi.org/10.5117/NECSUS2013.2.PARK>
- Parsonson, A. (2024, agosto, 13). *Atlantic Spaceport Consortium to explore Azores launch facility*. European Spaceflight. <https://europeanspaceflight.com/atlantic-spaceport-consortium-to-explore-azores-launch-facility/>
- Pearson, C. (2021). The architecture of the European mineral spa. In F. Díaz, A. Kubrak & M. O. Verzier (Eds.), *Lithium: States of exhaustion* (1^a ed.) (pp. 20–23). Het Nieuwe Instituut; Ediciones ARQ.
- Pereira, G. E. (2018, junho). Towards an environmental architecture. e-flux Architecture.
<https://www.e-flux.com/architecture/positions/205375/towards-an-environmental-architecture/>
- Peres, D. ([1943] 1983). *História dos descobrimentos portugueses* (3^a ed.). Vertente.
- Perez, R. G., Coelho, P. N., Rodrigues, T. F. (Eds.) (2017). *A extensão das Plataformas Continentais. Portugal e Espanha: Perspetivas e realidades*. Fronteira do Caos.
- Pessoa, F. (1934). *Mensagem*. Parceria António Maria Pereira.

- Peters, J. D. (2016). *The marvelous clouds: Toward a philosophy of elemental media*. The University of Chicago Press.
- Peters, K. & Steinberg, P. (2014). Volume and vision: Toward a wet ontology. In J. Sigler & L. Whitman-Salkin (Eds.), *Wet matter* (pp. 124–129). Harvard Design Magazine.
- Pimentel, M. C. (2017). Ser ilhéu. In R. Carneiro, O. T. Almeida & A. T. Matos (Coord.), *A condição de ilhéu* (pp. 49–53). CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- Portas, N., Domingues, A., & Cabral, J. (Eds.). (2011). *Políticas urbanas II – Transformações, regulação e projectos*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portugal Space 2030. (2018). *Portugal Space 2030: a research, innovation and growth strategy for Portugal*.
https://ptspace.pt/wp-content/uploads/2020/08/PortugalSpace2030_EN_web.pdf
- Priberam. (2024, dezembro, 19). *Dicionário priberam da língua portuguesa*.
<https://dicionario.priberam.org>
- Price, C. ([1966] 1979). *Technology is the answer, but what was the question?* Pidgeon Audio Visual.
- Queiroz, M. I. P. (2015). A Companhia Portuguesa Rádio Marconi na rede mundial de comunicações (1906-1936). [Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova.
<https://run.unl.pt/handle/10362/18624>
- Quental, A. ([1871] 2009). *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Edições tinta-da-china.
- Rádio Atlântida. (2020, outubro, 9). *Governo dos Açores lança Portal do Ordenamento do Espaço Marítimo e Geoportal sobre Mar dos Açores*. <https://www.radioatlantida.net/governo-dos-aco-es-lanca-portal-do-ordenamento-do-espaco-maritimo-e-geoportal-sobre-mar-dos-aco-es/>
- Radio Free Asia Staff. (2022, outubro, 31). *New photos show China's artificial islands are highly developed military bases*. Radio Free Asia.
<https://www.rfa.org/english/news/southchinasea/china-artificial-islands-10312022043801.html>
- Raffestin, C. (2012). Space, territory, territoriality. *Environment and Planning D: Society and Space*, 30(1), 121–141. <https://doi.org/10.1068/d21311>
- Ramsden, K. (2020, novembro, 3). Cement and concrete: The environmental impact. *PSCI Princeton*.
<https://psci.princeton.edu/tips/2020/11/3/cement-and-concrete-the-environmental-impact>
- Raposo, A. (2009). A geotermia: riscos e impactes ambientais: um exemplo da exploração de energias alternativas associadas ao vulcanismo. *Territorium*, (16), 121–129. http://dx.doi.org/10.14195/1647-7723_16_11
- Rastello, M. (2008). Entretien avec Claude Parent. *Azimuth*, (31), 69–74.
- Reade, D. (2015). The unrealized history of the military's utilization of weather as a weapon, the “real” father of weaponized weather and the secret hurricane modification program nobody has ever heard of. *P-3 Publications*, 1–81.
- Redação Ambiente Magazine. (2023, fevereiro, 23). *Movimento Salvar a Ilha reitera que incinerador previsto para São Miguel é desnecessário*. Ambiente Magazine.
<https://www.ambientemagazine.com/movimento-salvar-a-ilha-reitera-que-incinerador-previsto-para-sao-miguel-e-desnecessario/>
- Reis, B. (2018). *A participação da Região Autónoma dos Açores na gestão do seu território marítimo. Um aprofundar do princípio estatutário da gestão conjunta ou partilhada no quadro do direito constitucional das regiões autónomas* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova.
<https://run.unl.pt/handle/10362/2182/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Reis%2C+Bruno+Miguel+Araújo+dos>

- Reis, V. (2017). As primeiras “fotografias científicas” de um cachalote (1890). Francisco Afonso Chaves e a Inexatidão da Imagem. *RCL – Revista de Comunicação e Linguagens | Journal of Communication and Languages*, (47), 157–172.
<https://rcl.fcsh.unl.pt/index.php/rcl/article/view/86>
- Resolução n.º 60-B/97 da Assembleia da República: Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da Mesma Convenção (1997). Diário da República n.º 238/1997, 1º Suplemento, Série 1-A de 1997-10-14.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/60-b-1997-152897>
- Resolução n.º 203-A/2019 da Presidência do Conselho de Ministros: Aprova o Plano de Situação de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para as subdivisões Continente, Madeira e Plataforma Continental Estendida (2019). Diário da República n.º 250/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-12-30.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/203-a-2019-127659203>
- Resolução n.º 68/2021 da Presidência do Conselho de Ministros: Aprova a Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (2021). Diário da República n.º 108/2021, Série I de 2021-06-04.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/68-2021-164590045>
- Resolução n.º 5/81/A da Região Autónoma dos Açores - Assembleia Regional: Aprova o plano a médio prazo para 1981-1984 (1981). Diário da República n.º 300/1981, 12º Suplemento, Série I de 1981-12-31.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao/5-1981-143569>
- Resolução n.º 1/2000/A da Região Autónoma dos Açores - Assembleia Regional: Aprova o Plano Regional para 2000 (2000). Diário da República n.º 19/2000, Série I-B de 2000-01-24.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-legislativa-regional/1-435381>
- Rezendes, S. (2009). *A Grande Guerra nos Açores: memória histórica e património militar*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores]. Repositório da Universidade dos Açores.
<https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/1969>
- Rezendes, S. (2021). The American naval base in Ponta Delgada, 1917-19. *Marine Corps History*, 7(1), 24–45. <https://doi.org/10.35318/mch.2021070102>
- Ribeiro, L. S. ([1936] 1983). *Obras II – História*. Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Ribeiro, M. C., & Santos, R. S. (2010, janeiro). Ecossistemas de profundidade, AMPs oceânicas, plataforma continental além das 200mn e pioneirismo português. *RevCEDOUA*, 13(25), 117–130. https://doi.org/10.14195/2182-2387_25_8
- Ribeiro, O. (1967). Materiais para um atlas nacional de Portugal. *Finisterra*, 2(4), 276–281. <https://doi.org/10.18055/Finis2528>
- Richardson, J. B. (2017). Critical zone. In W. White (Ed.), *Encyclopedia of geochemistry. Encyclopedia of earth sciences series* (pp. 1–5). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-39193-9_355-1
- Robinson, K. S. (2022). What does it take to change the future?. In M. Bauer & J. F. Janša (Eds.), *(Re)programming: Strategies for self-renewal* (pp. 6–33). Aksioma; Vlenje Mladinski Center.
- Rodrigues, J. D. (2005). A sociedade. In A. T. Matos (Coord.), *Nova história da expansão portuguesa. A colonização atlântica (volume III – tomo 1)* (1ª ed.) (pp. 446–491). Editorial Estampa.
- Rodrigues, J. D. (2015). Nobreza, status e propriedade: a vinculação na ilha de São Miguel, Açores (séculos XVI-XVIII). *Minius*, (23), 261–284.
<https://revistas.uvigo.es/index.php/mns/article/view/3294/3058>
- Rodrigues, J. N. (2018, maio, 31). *A economia nacional pode aproveitar o gás dado por Pequim à globalização para valorizar portos e dinamizar os negócios do mar*. Expresso. <https://expresso.pt/economia/2018-05-31-Portugal-na-nova-rota-da-seda-da-China>

- Rodrigues, S. (2022, junho, 7). *Bárbara Chaves lança repto ao Governo Regional para fazer de Santa Maria um verdadeiro ecossistema espacial*. Açoriano Oriental.
<https://www.acorianooriental.pt/noticia/barbara-chaves-lanca-repto-ao-governo-regional-para-fazer-de-santa-maria-um-verdadeiro-ecossistema-espacial-339799>
- Roelens, N. (2018). La mer comme sémiosphère. In A. P. Coutinho, J. B. Silva, M. F. Outeirinho, G. Vilas-Boas & M. H. A. Laurel (Orgs.), *Espacialidades: Revisões do espaço na literatura* (pp. 119–145). Edições Afrontamento.
- Rollo, M. F., Queiroz, M. I., & Brandão, T. (2014, julho-setembro). O mar como ciência: instituições e estratégias da investigação sobre o mar em Portugal no século XX (da Primeira República à demoracia). *História, Ciências, Saúde*, 21(3), 847–865. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000300004>
- Ronström, O. (2021). Remoteness, islands and islandness. *Island Studies Journal*, 16(2), 270–297. <https://doi.org/10.24043/isj.162>
- Rose, R. (s.d.). *Maison de l'atome*. Recuperado em 7 de fevereiro de 2024 de <https://www.citizen-k.com/maison-de-latome/>
- Rosset, C. (1973). *L'anti-nature*. Presses Universitaires de France.
- Rousseau, J. J. ([1754] 2001). *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*. Cégep de Chicoutimi.
- RTP Açores. (2018, abril, 29). *Imprensa, rádio e televisão nos Açores, de ontem para hoje*. https://www.rtp.pt/acoes/comunidades/sobre-imprensa-radio-e-televisao-nos-acoes-de-ontem-para-hoje-_57650
- RTP Açores. (2021a, janeiro, 13). *Porto espacial de Santa Maria deve começar a operar em 2023* [Vídeo, 01:31]. https://www.rtp.pt/acoes/economia/porto-espacial-de-santa-maria-deve-comecar-a-operar-em-2023-video_69657
- RTP Açores. (2021b, fevereiro, 2). Venda de cimento cresceu em 2020 [Vídeo, 2:15]. Facebook. <https://www.facebook.com/rtpacoes/videos/not%C3%ADcia-venda-de-cimento-cresceu-em-2020-rtp-acores/404303783965662/>
- RTP Açores. (2021c, fevereiro, 23). *Região vai contar com mais 9 poços geotérmicos* [Vídeo, 11:02]. https://www.rtp.pt/acoes/local/regiao-vai-contar-com-mais-9-pocos-geotermicos-video-_70302
- RTP Açores. (2021d, abril, 28). *Vacas anãs geram tensão entre museus* [Vídeo, 02:55]. https://www.rtp.pt/acoes/cultura/vacas-anas-geram-tensao-entre-museus-video_71289
- RTP Açores. (2023a, agosto, 10). *Americanos na Terceira: Influência foi grande e permanece até hoje*. <https://acoes.rtp.pt/local/americanos-na-terceira-influencia-foi-grande-e-permanece-ate-hoje/>
- RTP Açores. (2023b, outubro, 1). *Empresa ThothX vai recuperar antiga antena para detetar e rastrear satélites*. <https://acoes.rtp.pt/local/empresa-thothx-vai-recuperar-antiga-antena-para-detetar-e-rastrear-satelites/>
- RTP Açores. (2023c, outubro, 18). *Projetos tecnológicos anunciados para Santa Maria continuam sem sair do papel* [Vídeo, 01:42]. <https://acoes.rtp.pt/local/projetos-tecnologicos-anunciados-para-santa-maria-continuum-sem-sair-do-papel/>
- RTP Açores. (2023d, dezembro, 26). *Exploração da antena de 15 metros do teleporto de Santa Maria adjudicada por 10 anos* [Vídeo, 01:42]. <https://acoes.rtp.pt/local/exploracao-da-antena-de-15-metros-do-teleporto-de-santa-maria-adjudicada-por-10-anos/>
- RTP Açores. (2024a, fevereiro, 25). *Incineradora de São Miguel inicia funcionamento em 2025* [Vídeo, 02:30]. <https://acoes.rtp.pt/local/incineradora-de-sao-miguel-inicia-funcionamento-em-2025/>

- RTP Açores. (2024b, maio, 27). *Porto Espacial: Primeiros lançamentos de pequenos foguetões previstos para o verão* [Vídeo, 02:00]. <https://acores.rtp.pt/local/porto-espacial-primeiros-lancamentos-de-pequenos-foguetoes-previstos-para-o-verao/>
- RTP Açores. (2024c, novembro, 26). *World Travel Awards: Açores vencem novamente “melhor destino turístico de aventura do mundo”*. <https://acores.rtp.pt/local/world-travel-awards-acores-vencem-novamente-melhor-destino-turistico-de-aventura-do-mundo/>
- RTP Arquivos. (1995a, março, 7). *A RTP nos Açores*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-rtp-nos-acores/>
- RTP Arquivos. (1995b, outubro, 10). *História da RTP-Açores*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/historia-da-rtp-acores/>
- RTP Notícias. (2017, maio, 23). *RTP3 e RTP Açores chegam aos Estados Unidos da América*. https://www.rtp.pt/noticias/pais/rtp3-e-rtp-acores-chegam-aos-estados-unidos-da-america_v1004289
- RTP Play. (2019, dezembro, 14). *Mar, a última fronteira. Açores – ilha Terceira e ilha de Santa Maria* [Vídeo 44:08]. <https://www.rtp.pt/play/p6437/e445005/mar-a-ultima-fronteira>
- RTP Play. (2020, agosto, 10). *A televisão que faz a união - RTP Açores, 1975-2020* [Vídeo, 50:53]. <https://www.rtp.pt/play/p7583/e487929/atelevisaoquefazuniaortpacores19752020>
- RTP 50 Anos de História. (2007). *TV nos Açores, aproximações à cor e consolidações na rede nacional*. <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe70/TvNosAcoresAproximacoesACorEConsolidacaoDaRedeNacional/default.htm>
- Ruiz, J. (2023, setembro, 16). *A hotel? A bird sanctuary? Future uses of Long Beach’s oil islands being discussed*. Long Beach Post. <https://lbpost.com/news/oil-island-long-beach-reused-discussed/>
- Ruskin, J. (1889). *The seven lamps of architecture* (6ª Ed.). George Allen. Disponível em Internet Archive: <https://ia800900.us.archive.org/5/items/lampsofarchseven00ruskrich/lampsofarchseven00ruskrich.pdf>
- Sack, R. D. (1980). *Conceptions of space in social thought: a geographic perspective*. Critical Human Geography. The Macmillan Press.
- Sammler, K. G. (2018). The deep Pacific: island governance and seabed mineral development. In E. Stratford (Ed.), *Island geographies: Essays and conversations* (pp. 10-31). Routledge.
- Samuel, N. (2016). On seeing and believing: Islands of chaos and the key question of scientific visualization. In D. Daou & P. Pérez-Ramos (Eds.), *New geographies 08: Island* (pp. 90–97). Harvard University Press.
- Sanjuán, C. O., Chang, T. F., Hu, X., & Mouritz, L. (2019). Dislodging land-ocean binaries: The politics of littoral sediments. In C. O. Sanjuán (Ed.), *Landscape as territory* (pp. 122–143). Actar Publishers.
- Santos, T. P. (2017). Todas as ilhas a ilha. In R. Carneiro, O. T. Almeida & A. T. Matos (Coord.) *A condição de ilhéu* (pp. 67–71). CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- Sanz, V. M. (2020). Genes, robots, and toxicity: The haunted landscapes of milk production. *Solitude Journal*, (1), 58–67. <https://research.tudelft.nl/en/publications/genes-robots-and-toxicity-the-haunted-landscapes-of-milk-producti>
- Sanz, V. M., Kuijpers, M., & Jaoude., G. A. (2018). Agricultural platforms. *Harvard Design Magazine*, (46), 124–131. <https://research.tudelft.nl/en/publications/agricultural-platforms>
- Sassen, S. (2000). Territory and territoriality in the global economy. *International Sociology*, 15(2), 372–393. <https://doi.org/10.1177/0268580900015002014>
- Sassen, S. (2006). *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages*. Princeton University Press.

- Sata Azores Airlines. (s.d.). *Tarifa Açores: 60€ ida e volta*. Recuperado em 29 de julho de 2021 de <https://www.azoresairlines.pt/pt-pt/informacao/tarifa-acoress>
- Schalansky, J. ([2009] 2012). *Pocket atlas of remote islands. Fifty islands I have not visited and never will* (C. Lo, Trad.). Penguin Books.
- Scharmen, F. (2021). *Space forces: A critical history of life in outer space*. Verso Books.
- Schoolmeester, T., & Baker, E., (Eds.). (2011). *Continental shelf: The last maritime zone*. UNEP/GRID-Arendal.
- Seabed 2030. (2024, junho, 21). *New marine discoveries underscore importance of ocean floor mapping as Seabed 2030 announces latest progress on World Hydrography Day*. The Nippon Foundation e General Bathymetry Chart of the Ocean (GEBCO). <https://seabed2030.org/about/>
- Secretaria Regional da Agricultura e Pescas (Org.). (1985). *4ª semana das pescas dos Açores* [relatório]. Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.
- Sennett, R. (1994). *Flesh and stone: The body and the city in western civilization* (1ª Ed.). W. W. Norton & Company.
- Sepahvand, A. (2016). Introduction. In A. Sepahvand, (Ed.), *Elements for a world: Stone* (pp. 6–10). Sursock Museum.
- Serpa, C. V. (1978). *A gente dos Açores. Identificação; emigração e religiosidade. Séculos XVI-XX*. Prelo Editora.
- Sevilla-Buitrago, A. (2019). Antinomies of space-time value. In M. Chieffalo & J. Smachylo (Eds.), *New geographies 10: Fallow* (pp. 17–22). Actar Publishers; Harvard University Graduate School of Design.
- Shell, M. (2014). *Islandology: geography, rhetoric, politics*. Stanford University Press.
- Shelley, M. ([1818] 2021). *Frankenstein* [Tít. Original: *Frankenstein: or, the modern prometheus*]. Alma Classics.
- Siebert, B. (2015). *Cultural techniques: Grids, filters, doors, and other articulations of the real* (G. Winthrop-Young, Trad., 1ª ed.). Fordham University Press.
- Silva, A. (2017). Insularidades e o universo plural da açorianidade. In R. Carneiro, O. T. Almeida & A. T. Matos (Coord.) *A condição de ilhéu* (pp. 241–251). CEPCEP – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa.
- Silva, A. C. (2020). *Visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030*. Governo da República Portuguesa. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=visao-estrategica-para-o-plano-de-recuperacao-economica-de-portugal-2020-2030>
- Silveira, P. (1981). O que soubemos logo em 1909 do Futurismo. *Revista da Biblioteca Nacional*, 1(1), 90–103.
- Simas, L. A. T. (1997). *Esboço histórico da electrificação dos Açores*. Empresa de Electricidade dos Açores.
- Simondon, G. ([1958] 2012). *Du mode d'existence des objets techniques*. Éditions Aubier.
- Simone, A. (s. d.). *Infrastructure: Introductory commentary by AbdouMaliq Simone*. Cultural Anthropology. Recuperado em 18 de julho de 2022 de <https://journal.culanth.org/index.php/ca/infrastructure-abdoumaliq-simone>
- Sloterdijk, P. ([1999] 2000). *Regras para o parque humano: uma resposta de Heidegger sobre o humanismo* (J. O. A. Marques, Trad.). Estação Liberdade.
- Sloterdijk, P. ([2005] 2008). *Palácio de cristal: Para uma teoria filosófica da globalização* (M. Resende, Trad.). Relógio D'Água Editores.
- Sloterdijk, P. ([2002] 2009). *Terror from the air* (A. Patton & S. Corcoran, Trans.). Semiotext(e).

- Sloterdijk, P. ([1998] 2011). *Bubbles: Spheres volume I: microspherology* (W. Hoban, Trad.). Semiotext(e).
- Sloterdijk, P. ([2009] 2018). *Tens de mudar de vida: Sobre antropotécnica* (C. Leite, Trad.). Relógio D'Água Editores.
- Smartplanet. (2023, agosto, 11). *5G já chegou a todas as ilhas dos Açores*.
<https://www.smartplanet.pt/news/iot-and-redes/5g-ja-chegou-a-todas-as-ilhas-dos-acoress>
- Smith, R. K. (1989, abril, 1). *Marston mat*. Air & Space Forces Magazine.
<https://www.airandspaceforces.com/article/0489marston/>
- Snyder, T. (2017). *Sobre a tirania: Vinte lições do século XX* (F. Pedreira, Trad.). Relógio D'Água.
- Soja, E. (2005). Em espaços diferentes: Interpretando a organização espacial das sociedades. In J. B. Miranda & E. P. Coelho (Orgs.), *Revista de comunicação e linguagens*, 34/35 (pp. 301–312). Relógio D'Água.
- Solà-Morales, I. ([1995] 2002). Terrain vague. In *Territorios* (pp. 181–193). Gustavo Gili.
- Somers, M. R. (1994). The narrative constitution of identity: A relational and network approach. *Theory and Society*, 23(5), 605–649. <https://www.jstor.org/stable/658090>
- Sousa, B. R. (s.d.). Barões do espaço, novos corsários espaciais e a importância do Direito para a exploração espacial. Universidade do Minho. Escola de Direito.
- Sousa, E. (2018, julho, 4). *CIIMAR estuda impacto da mineração no mar profundo*. Universidade do Porto. <https://noticias.up.pt/ciimar-estuda-impacto-da-mineracao-no-mar-profundo/>
- Sousa, T. (2023, setembro, 5). *Edgar Morin em Lisboa: “Espera o inesperado”*. Público. <https://www.publico.pt/2023/09/05/mundo/cronica/edgar-morin-lisboa-espera-inesperado-2062314>
- Spencer, D. (2019). Going to ground: Agency, design and the problem of Bruno Latour. In C. O. Sanjuán (Ed.), *Landscape as territory* (pp. 150–158). Actar Publishers.
- SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores. (s.d.a). *Estimativas da população média*. Recuperado em 11 de agosto de 2022 de
<https://srea.azores.gov.pt/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?%2FDemografia%2FEstimativas+da+População+Média&rs:Command=Render>
- SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores. (s.d.b). *Produção e venda de cimento*. Recuperado em 24 de março de 2022 de
https://srea.azores.gov.pt/Conteudos/Relatorios/detalhe_relatorio.aspx?idc=27&ida=1712&lang_id=1
- Standing, G. (2023). *The blue commons: Rescuing the economy of the sea*. Pelican/Penguin Books.
- Starosielski, N. (2015). *The undersea network*. Duke University Press.
- Steinberg, P. E. (2001). *The social construction of the ocean*. Cambridge University Press.
- Stengers, I. ([2009] 2015). *In catastrophic times: Resisting the coming barbarism* (A. Goffey, Trad.). Open Humanities Press; Meson Press.
<http://www.openhumanitiespress.org/books/titles/in-catastrophic-times/>
- Storey, D. (2022). Territory and territoriality: retrospect and prospect. In D. Storey (Ed.), *A research agenda for territory and territoriality* (pp. 1–24). Edward Elgar Publishing.
- Stourdzé, Y. ([1979] 1998). *Les ruines du future*. Sens & Tonka.
- Stratford, E. (2018). Introduction. In E. Stratford (Ed.), *Island geographies: Essays and conversations* (pp. 1–9). Routledge.
- Submarine Cable Map (s.d.). *New CAM ring*. TeleGeography. Recuperado em 19 de novembro de 2024 de <https://www.submarinecablemap.com/submarine-cable/new-cam-ring>
- Swyngedouw, E. (2017). More-than-human constellations as immuno-biopolitical fantasy in the Urbicene. In M. Gomez-Luque & G. Jafari (Eds.), *New geographies 09: Posthuman* (pp. 20–27). Harvard University Graduate School of Design.

- Tavares, A., & Souza, D. I. (2022). *Arquitectura do bacalhau e outras espécies: Uma leitura crítica da paisagem construída pelas pescas* (1ª ed.). Dafne Editora.
- Tavares, M. C. S. (2007). *Viagens e diálogos epistolares na construção científica do mundo atlântico: Alberto do Mónaco (1848-1922), Afonso Chaves (1857-1926) e a meteorologia nos Açores* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/1264>
- Tavares, M. C. S. (2017). *Do naturalismo às ciências modernas nos Açores: ensaio biográfico de Francisco Afonso Chaves (1857-1926)* [Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/35026>
- Terasaki, N. H. (2014, março, 13). *The regime of islands in international conventions (part 1)*. The OPRI Center for Island Studies. <https://www.spf.org/islandstudies/research/a00010.html>
- The Asia Maritime Transparency Initiative and The Center for Strategic and International Studies. (s.d.). Sítio eletrónico da AMTI. Recuperado em 16 de janeiro de 2024 de <https://amti.csis.org>
- Thompson, L. (2017). Heuristic geographies: territories and areas, islands and archipelagos. In B. R. Roberts & M. A. Stephens (Eds.), *Archipelagic American studies* (pp. 57–71). Duke University Press.
- Tomas, A. (1979). *Os segredos da Atlântida* (J. N. Valente Pires, Trad., 2ª ed.). Círculo de Leitores.
- Topalovic, M. (2016). The architecture of the territory?. *Cartha*, 2.
- Tostões, A., Silva, F. J., Caldas, J. V., Fernandes, J. M., Janeiro, M. L., Barcelos, N., & Mestre, V. ([2000] 2007). *Arquitectura popular dos Açores* (2ª ed.). Ordem dos Arquitectos.
- Treves, T. (2011, abril). *Law of the Sea*. Max Planck Encyclopedia of Public International Law. https://legal.un.org/avl/studymaterials/rcil-laac/2017/book2_2.pdf
- Tsing, A. L. (2020). When the things we study respond to each other: Tools for unpacking “the Material”. In A. Jaque, M. O. Verzier, L. Pietroiusti & L. Mazza (Eds.), *More-than-human* (pp. 16–26). Het Nieuwe Instituut; Serpentine Galleries; Office for Political Innovation; Manifesta Foundation.
- Turan, N. (2016). Nine islands: Matters around architecture. In D. Daou & P. Pérez-Ramos (Eds.), *New geographies 08: Island* (pp. 132–137). Harvard University Press.
- United Nations Treaty Collection. (1982, dezembro, 10). *United Nations Convention on the Law of the Sea*. https://treaties.un.org/pages/ViewDetailsIII.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XXI-6&chapter=21&Temp=mtdsg3&clang=_en
- Uotinen, J. (2014). Autoethnography in media studies: Digitalization of television in Finland, or carrying home cardboard boxes. In F. Darling-Wolf & A. Valdivia (Eds.), *The international encyclopedia of media studies, volume VII: Research methods in media studies*, (pp. 217–235). Wiley-Blackwell.
- urbanNext. (2022, abril, 19). *Building technology and mediation*. <https://urbannext.net/building-technology-and-mediation/>
- Urry, J. (1990). *The tourist gaze: Leisure and travel in contemporary societies*. Sage Publications.
- U.S. Energy Information Administration. (s.d.). *Geothermal explained. Geothermal energy and the environment*. Recuperado em 29 de maio de 2022 de <https://www.eia.gov/energyexplained/geothermal/geothermal-energy-and-the-environment.php>
- Vagnon, E. (2018). Les cartes marines, XIV-XVII siècle: une appropriation de l'espace maritime. In P. Boucheron, M. Folin & J. P. Genet (Orgs.), *Entre idéal et matériel – Espace, territoire et légitimation du pouvoir (v.1200-v.1640)* (pp. 219–235). Éditions de la Sorbonne. <https://books.openedition.org/psorbonne/41076>

- Valéry, P. ([1945] 2014). *Regards sur le monde actuel et autres essais*. Éditions Gallimard.
- Van Houtum, H., Kramsch, O., & Ziefhofer, W., (Eds.). (2005). *B/ordering*. Ashgate.
- Vaz, N. (2019). *A extensão da plataforma continental de Portugal e a Região Autónoma dos Açores* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores]. Repositório da Universidade dos Açores.
<https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/5107>
- Vernoos, O. (2018). *The role of human metaphors on urban theories and practices* [Tese de doutoramento, Technische Universität Berlin]. DepositOnce. <https://depositonce.tu-berlin.de/handle/11303/7381>) <https://doi.org/10.14279/depositonce-6630>
- Vidal, A. (1849). The Formigas bank, near Santa Maria (Azores). *The Journal of the Royal Geographical Society of London*, 19, 160–166. <https://doi.org/10.2307/1798091>
- Vieira, F. (2010). The concept of utopia. In G. Claeys (Ed.), *The Cambridge companion to utopian studies* (pp. 3–27). Cambridge University Press.
- Virilio, P. (2013). *Le littoral, la dernière frontière. Entretien avec Jean-Louis Violeau*. Sens & Tonka.
- Visit Azores. (s.d.). Sítio Eletrónico oficial do Turismo dos Açores. Recuperado em 29 de novembro de 2021 de <https://www.visitazores.com/pt>
- Voce, A., Clarke, S., O'Carroll, L., Hulley-Jones, F. (2020, novembro, 25). *Why are fish a sticking point in the Brexit talks?*. The Guardian. https://www.theguardian.com/politics/ng-interactive/2020/nov/25/why-are-fish-a-sticking-point-in-the-brexit-talks?fbclid=IwAR1us4fSnRpUQPQM5eI9J-C0yhO3SyZkeIGUVYt3bIR_Jf1bQOOX8puLotX4
- Vogler, J. (2000). *The global commons: Environmental and technological governance* (2ª ed.). John Wiley & Sons.
- Warburg, A. ([1924-1929] 2019). *L'atlas mnémosyne* (S. Zilberfarb, Trad.). L'écarquillé.
- Wark, M. (2004). *A hacker manifesto*. Harvard University Press.
- Weber, S. (1996). *Mass mediauras: Form, technics, media*. Stanford University Press.
- Weizman, E. (2017). *A conversation with Eyal Weizman: Beyond the threshold of the human*. In M. Gomez-Luque & G. Jafari (Eds.), *New geographies 09: Posthuman* (pp. 81–87). Harvard University Graduate School of Design.
- Weizman, E. (2022). How to tell. In M. Bauer & J. F. Janša (Eds.), *(Re)programming: Strategies for self-renewal* (pp. 188–215). Aksioma; Vlenje Mladinski Center.
- Wigley, M. (2015). *Buckminster Fuller Inc.: Architecture in the age of radio*. Lars Müller Publishers.
- Wigley, M. (2021). Returning the gift. In Space Caviar (Ed.), *Non-extractive architecture, volume 1: On designing without depletion* (pp. 41–57). Sternberg Press; V-A-C Press.
- Williams, R. ([1974] 2003). *Television: Technology and cultural form*. Routledge.
- Wulf, A. (2016). *The invention of nature. The adventures of Alexander von Humboldt, the lost hero of science*. John Murray.
- Yale Podcast Network. (2022, novembro, 7). *4: Before Europe* [Áudio, 46:52]. Yale Broadcast Studio, Yale University. <https://yalepodcasts.blubrry.net/2022/11/07/4-before-europe/>
- Žižek, S. (1994). *Mapping ideology*. Verso Books.
- Žižek, S. (2011). *Living in the end times*. Verso Books.
- ZKM|Karlsruhe. (2020, maio). *Critical zones – Streaming festival - day* [Vídeo, 5:55:30]. YouTube. Center for Art and Media Karlsruhe. *Online*.
<https://www.youtube.com/watch?v=2dqNYHP4GaM&t=7959s>
- Zyman, D. (2017). Not just a fish story. In D. Zyman & C. Scozzari (Eds.), *Allan Sekula: Okeanos* (pp. 22–49). Sternberg Press.

índice remissivo

As legendas das figuras e as notas indicadas, respetivamente, por *f* e *n* a seguir ao número da página.

- acácias, 104
 Acordo Luso-Francês, 47
 açorianidade, 13, 63, 70, 71, 71*n*, 81, 85, 88, 89, 90, 96, 98
Açoriano Oriental (jornal), 85, 86*f*
 aerogerador, 231*n*, 232; (aerogeradores), 231
 Afonso Chaves, Francisco, 37, 37*n*, 145, 243, 280
 Agência Espacial Portuguesa, 143, 144, 182, 185
 Agência Internacional de Energia Atómica, 207
 Agenda 2030, 139, 204
 agricultura, 100, 103, 104, 105, 111*f*, 119, 120, 123, 124, 125, 225, 280; (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), 162
 AIR Centre, 56, 57
 al-Idrisi, Abu Abdullah Muhammad, 53
 Albano Vieira, 264
 Alcatel Submarine Networks, 247
 Aldrin, Buzz, 142
 Alemanha, 90, 252
 Aliança Luso-Britânica, 43
 Almirantado, 161, 161*n*
 alterações climáticas, 53, 106, 124, 134, 166, 166*n*, 182*n*, 183, 191, 198, 207, 269, alto mar, 137, 157*n*, 157*f*, 162
 Amaral, João Bosco Mota, 84
 Amaro, Susete, 185, 190
 Amazon, 247
 América do Sul, 125
 American Forces Network, 85
 analfabetismo, 89
 ananás, 104, 106; (ananases), 106
 anel CAM, 246, 247
 Angra (do Heroísmo), 33, 35, 56, 56*f*, 70, 73, 73*n*, 91*f*, 99, 225, 252
 Anjo da História, 197
 antena, 93, 112, 184, 185, 210*n*; (antenas), 90, 244*n*, 252
 antibiótico, 116; (antibióticos), 116, 118
 Antropoceno, 9, 10, 119, 124, 132, 217
 antropocêntrico, 163, 164; (antropocêntrica), 9, 153, 183, 192
 apocalipse, 195, 197, 281; (aeropocalipse), 182, 195, 197, 199; (cenário apocalíptico), 182, 199; (evento apocalíptico), 195; (fim apocalíptico), 197
 Apollo 8, 153
 Apollo 11, 142
 Appadurai, Arjun, 77, 81, 182, 199
 ar condicionado, 130, 150, 254
 arados, 28
 araucárias, 103
 Araújo, José Lopes de, 87, 99
 Áreas Marinhas Protegidas (AMP), 158*f*, 172
 areia, 218, 262, 264
 Argentina, 119
 Aristóteles, 203
 armada das ilhas, 27
 armadas portuguesas, 23*n*
 “armadilha territorial”, 6, 61, 135
 armas nucleares, 47, 49, 207; (Tratado de Proibição dos Ensaios de Armas Nucleares), 142; (radiações nucleares), 47
 Armstrong, Neil, 142
 arquitetura, 5, 7*n*, 8, 9, 11, 68*n*, 131*n*, 133, 134, 163, 165, 166, 203, 204, 206, 207, 208, 213, 216, 218, 237, 243, 253, 254, 262, 264, 268, 277, 278, 283; (“Arquitetura ou Revolução”), 90; (arquiteturas), 210, 282; (arquiteturas autorreferenciadas), 218; (contra-arquitetura), 258
 Arruda Furtado, Francisco de, 239, 241*f*
 “Artic City”, 130, 131*f*
 Ashe, Thomas, 22, 23, 23*f*
 Asimov, Isaac, 153*n*
 astronautas, 142, 182, 184, 188
 aterro, 269, 269*f*, 274, 275; (aterros), 282
 atividades antropogénicas, 123; (atividade antropogénica), 268; (produto antropogénico), 269
 Atlantic Spaceport Consortium, 185
 Atlântida, 21
 atlas, 15*n*
Atlas Miller, 175*f*, 178
 atmosfera, 9, 12, 22, 75, 130*n*, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 145, 147, 148, 150, 164, 188, 191, 216, 262, 275, 278, 280; (“atmosfera eletrónica”), 192
 átomo, 207; (átomos), 216
 automatização, 114, 121, 272
 autómatos, 218, 254, 255
 autonomia, 5, 9, 73, 87, 90, 210, 253, 254; (estatal), 10; (açoriana), 70; (administrativa), 11, 70; (dos Açores), 69*f*; (do arquipélago), 70; (Hino da), 70; (geração para a), 70; (regional), 71; (político-administrativa), 71; (jurídica), 73; (Estatuto de), 87
 Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, 162*n*
 bactérias, 118, 119, 124
 Baía de San Pedro, 55
 “Bairro dos Americanos”, 43, 43*f*
 Baldwin, Thomas, 150, 150*f*
 baleia, 40, (caça à), 16, 17, 37, 39, 39*f*
 barcos, 32, 35, 50, 116, 161; (embarcações), 23, 40, 42*f*, 56
 basalto, 254, 257, 267*f*; (pedreira de), 257*f*, 258, 259*f*, 260*f*, 261, 262, 263*f*, 264, 265*f*, 266, 278, 282
 Batalha da ilha Terceira, 33, 34*f*
 baterias, 203, 222, 232, 232*f*

batimetria, 239, 243; (batimétrica), 155, 157f, 243;
 (batimétricos), 139n
 Baudrillard, Jean, 100, 101, 281
 Bauman, Zygmunt, 133, 133n, 249, 252
 bem-estar animal, 116, 118, 119, 121
 Benjamin, Walter, 178n, 197
 Berger, John, 153, 190
 Bermudas (ilhas), 40, 96
 Bernal (esferas cósmicas), 181f, 183
 betão, 231, 262, 264, 268
 beterraba, 104; (beterrabas), 106
 biopolítica, 116
 Blue Origin, 131, 132
 bombas nucleares de profundidade, 47
 bote (baleeiro), 37, 38, 39
 Boulding, Kenneth, 188
 BP, 217
 Brandão, Raul, 50, 98
 Brasil (país), 40, 77, 119, (telenovela brasileira), 93
 Braudel, Fernand, 159
 Brenner, Neil, 6, 10, 60, 73, 74, 99, 123, 132, 133,
 135, 136, 136n, 137, 138, 142, 159, 164,
 165, 192, 258, 281
 Brexit, 163
 Brunei, 55
 Brunelleschi, Filippo, 153
 Bruno, Giordano, 210
 Buller, Adrienne, 10, 39, 40, 124, 125, 172, 178
 “bunker”, 223f, 225

 cabos (coaxiais), 207; (telegráficos), 207
 cabos submarinos, 40, 137, 138, 239, 240, 242,
 243, 244, 245, 247, 249, 252; (cabo
 submarino), 145, 242f, 243, 246, 252;
 (cabo ATLANTIS-2), 246; (cabo Columbus
 II), 246
 Cabo Verde, 21, 178
 calor, 114, 145, 150, 203, 204, 212, 213, 216, 217,
 218n, 229, 255
 calorias, 114, 203
 caminho de ferro, 35
 Campagna, Federico, 15, 60, 175, 178, 178n
 Canadá, 40, 77, 96
 Canárias, 21, 27, 30, 64, 178
 Canto, José do, 255, 280
 Capelinhos, 40, 178
 Capitania Geral dos Açores, 35
 capote, 50
 carne, 155, 156; (de vaca), 106, 110, 111f, 116,
 118, 119, 120, 121, 125; (de baleia), 39;
 (animal), 209
 carta de chamada, 43
 cartografia, 7, 139, 148, 155, 161, 168, 170;
 (cartografias), 154, 168, 171
 “Casa do Fio”, 249f, 252
 categoria prática, 68, 74, 75, 81
 “centrais comunitárias”, 207
 Central de Valorização Energética de Resíduos de
 São Miguel, 274
 Central Geotérmica do Pico Alto, 212, 213f
 Central Geotérmica do Pico Vermelho, 211f, 212,
 213, 232f
 Central Hídrica da Cidade, 225
 Central Hídrica de Nasce d'Água, 225
 Central Hídrica de São João de Deus, 225
 Central Hidroelétrica da Fajã Redonda, 225f
 Central Hidroelétrica de Além Fazenda, 225
 central nuclear de Khmelnytsky, 207
 Central Piloto de Energia de Ondas, 225f, 228
 Centro Regional dos Açores (da RTP), 85, 87
 Centro Tecnológico Espacial, 184
 Central Termoelétrica da ilha das Flores, 217f
 Central Termoelétrica do Aeroporto, 222f
 Central Termoelétrica do Belo Jardim, 218, 218f
 Central Termoelétrica do Caldeirão, 274
 centros de dados, 150, 247, 249, 252, 253, 254,
 255; (centro de dados), 254, 255, 278
 cevada, 35
 chá, 104, 106
 Chagas, Diogo das, 32, 32n
 Chaves, Bárbara, 191
 Chevron, 217
 chicória, 104
 China, 55, 56, 178, 232
 Ciborguização, 119, 120
 “ciclo do gado”, 40, 104
 cimento, 118, 262, 263, 268
 circularidade (das correntes) 26; (da energia), 203;
 (esperançosa), 199; (“da dissolução da
 televisão na vida”), 100; (como estratégia
 de isolamento), 254; (dos processos), 261
 cismogénese, 63
 clínquer, 262
 Coca-Cola, 85, 85n
 Coccia, Emanuele, 71, 72, 101, 103, 124, 150,
 169, 278, 278n
 Cocteau, Jean, 60
 Collins, Michael, 142
 Colomina, Beatriz, 11, 89, 98, 114, 138, 169, 189
 colonização, 22, 23, 27, 27n, 28n, 30, 34, 212
 Comando Militar dos Açores, 43
 combustíveis fósseis, 39, 207, 209, 213, 218, 222,
 232, 268, 275
 Comissão Baleeira Internacional, 39, 39n
 Comité Científico das Nações Unidas sobre os
 Efeitos da Radiação Atómica, 207
 Comité dos Fundos Marinhos da ONU, 174
 Commercial Cable Company, 243
 Companhia das Obras Públicas de Portugal, 37
 computação, 133n, 135, 150, 178, 198, 255
 computador, 114, 121, 231; (computadores), 114,
 119, 150, 210, 254; (supercomputadores),
 150
 “comunidade”, 100, 280; (ideia de/ideia de), 5, 70;
 (“comunidades”), 277
 concessão, 28n, 30, 172, 266
 Congresso de Viena, 61
 Conselho de Administração da RTP, 87
 Constituição da República Portuguesa, 68, 71n,
 130, 170

- conteira, 103, 120
 Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 55, 134, 159, 170; (CNUDM), 134, 135, 156, 159, 159n, 162, 172n, 174
 Convenção para a Proteção dos Cabos Submarinos, 252
 Cook, James, 53
 Copérnico, 190
 COP26, 191
 Correia, Natália, 47, 87, 88, 212
 curso, 17, 27
 Corvo, 22, 27, 28n, 32, 35, 40, 73, 74, 77, 90, 93, 98, 110, 208, 213, 223, 228f, 231, 243, 244, 274,
 COVID-19, 154, 170; (pandemia de COVID-19), 31f, 32; (coronavírus SARS-CoV-2), 61, 121; (pandemia), 119, 261
 Crawford, Kate, 15n, 121
 criptoméria, 103, 104; (criptomérias), 104
 Crista Média-Atlântica, 211, 243
 Crónica de Gente Esquecida, 100
 Cruz, João Bruges da, 87, 90
 cultura, 8, 8n, 12, 15, 34n, 49n, 61n, 63, 63n, 74, 81, 84, 98, 100, 104, 120, 153, 165, 192, 264, 278, 279, 283; (cultural), 51, 64, 65, 68, 74, 77, 85n, 87n, 89, 98, 100, 132, 138, 169; (culturais), 6, 64, 69, 89, 135; (culturalmente), 90; (culturas), 9, 14, 34, 27, 49, 55n, 60, 63, 103, 104; (sociocultural), 171

 DANA, 124
 Darwin, Charles, 195, 239
 “Decreto Autonómico”, 70
 Deleuze, Gilles, 10, 249, 278
 Della Francesca, Piero, 153, 153f
 democracia, 51, 60, 71, 85, 87
 Departamento de Defesa dos EUA, 49
 depósitos de carvão, 35
 descarbonização, 204, 207
 descolonização, 87, 88
 despacho, 218, 218n, 222, 223
 Deutsche Atlantisch Telegraphengesellschaft, 243
 difusão (televisiva), 22, 85, 88, 93, 98, 244; (de energia), 208, 282
 dióxido de carbono, 15, 40, 55, 213, 216, 262, 275, 280
 Direção Regional de Políticas Marítimas, 170
 Direito Internacional, 142, 143, 157
 “Dome over Manhattan”, 130
 Domingues, Álvaro, 164, 166, 168, 237, 258, 281
 dragagem, 264
 Dürer, Albrecht, 153

 Eames, Charles (e Ray), 229
 Eanes, Ramalho, 87
Earthrise, 181
 Eco, Umberto, 54
 ecologias, 123; (da energia), 203; (da extração), 264, 282; (da acumulação), 269, 282

 Ecomuseu do Corvo, 74
 economia azul, 40, 166
 EDA, 74, 208, 213, 217, 218, 225, 228, 231, 232, 254
 EDF, 204, 206
 “efeito território”, 99, 135
 eficiência energética, 204, 206, 207, 265
 Eisenhower, Dwight D., 207
 Elcano, Juan Sebastián, 178
 Elden, Stuart, 5, 6, 7, 10, 12, 13, 53, 61, 67, 68, 73, 74, 99, 132, 133, 135, 136, 136n, 137, 142, 168, 192, 264, 283
 eletricidade, 16, 17, 96, 150, 204, 204n, 207, 208, 209, 210, 212, 213, 216, 218, 222, 223, 229, 237, 237f, 253, 254, 255, 258, 269, 278, 282
 Eliot, T. S., 124
 emigração (açoriana), 17, 37, 40, 51, 63, 77, 81, 96, 99, 104; (portuguesa), 87
 “Emissor Regional dos Açores da Emissora Nacional”, 87
 Empresa Insulana de Navegação, 50
 encarnação espacial, 99
 energia, 10, 13, 15, 53, 150, 203, 204, 206, 207, 207n, 208, 208n, 209n, 210, 211, 212, 212n, 213, 216, 217, 218n, 222, 223, 225, 228, 229, 231, 232, 237, 254, 255, 278, 282, 283, (energias renováveis) 237
 Enes, Carlos, 63, 64, 68, 69, 70, 71, 71n, 73, 75, 77, 85, 87, 90
 entalpia, 212, 212n, 213, 216, 217; (paisagens entálpicas), 211
 entropia, 204, 206, 237
 enxofre, 156, 216; (Furna do Enxofre), 212
 Ermida da Mãe de Deus, 42f, 43
 espaço oceânico, 13, 56, 163, 166, 172, 174
 espadana, 104
 Espírito Santo, 37, 75, (Festas), 77, 81, (Coroa), 77, (Império do Divino Espírito Santo), 77f, (Impérios do Divino Espírito Santo), 16, 77
 Esquadra de Caçadores de Furacões, 146
 Estação de Telemedidas das Flores (ou Base Francesa das Flores), 47, 51f
 Estado de bandeira, 162
 Estados Unidos (da América), 28, 40, 41f, 43, 47, 49, 57, 77, 85, 86, 106, 143, 145, 146, 147, 147f, 157n, 162, 207, 242, 243, 280
 Estatuto Político-Administrativo (dos Açores), 16, 71n, 73, 179
 “Estratégia dos Açores para o Espaço”, 182n, 190, 191, 192
 Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, 185n, 191
 estufa, 130, 130n, 134, 164, 255, 264; (gases com efeito de estufa), 120, 123, 213
 EUMETSAT, 184
 Europe and Azores Telegraph Company, 242, 243
 evento contingente, 68, 71, 81
 exergia, 204

- EXERGY, 212
- experiência situada, 14, 15; (experiências situadas), 60; (experiência pessoal), 14, 83
- explorações extensivas, 110, 116
- explorações intensivas, 110
- EXPO 98, 166*n*
- Exposição Universal de Paris de 1878, 229
- externalidades, 10, 206, 258, 262, 265, 282
- extração, 55, 124, 138, 139, 143, 157, 163, 216, 237, 257, 258, 261, 262, 264, 266, 268, 282
- Faial, 28, 33*n*, 35, 37, 37*f*, 40, 73, 74, 77, 98, 103*f*, 106*f*, 110, 175*f*, 223, 225, 229*f*, 231, 231*f*, 242, 242*f*, 243, 244, 274
- faias, 104
- fava, 35
- ficção científica, 64, 145, 153*n*
- Filarmónica Progresso do Norte, 69*f*, 70
- Filipe II de Espanha, 33
- Filipinas, 55
- Finlândia, 252
- Flightradar24*, 130
- Flores (ilha das), 11, 22, 27, 32, 35, 37, 38*n*, 47, 51*f*, 73, 77, 90, 93, 96, 96*f*, 98, 110, 136, 208, 217*f*, 222, 223, 225, 243, 243*n*, 244, 248*f*, 263, 274
- Fludd, Robert, 129, 129*f*, 130
- FMI, 40
- Força Aérea dos Estados Unidos (da América), 47
- Força Aérea Portuguesa, 47
- forma institucionalizada, 68, 74, 81
- Forman, Benjamin, 146, 148
- Formigas, 22, 73, 158*f*, 172, 172*f*, 174, 175, 178, 281
- forno, 225, 229, 262, 272*f*, 273*f*, 275
- Förster, Kim, 262, 263, 268, 274, 275
- Foucault, Michel, 11*n*
- França, 61, 88, 110, 162, 239
- Frente de Libertação dos Açores, 88*f*
- fronteiras, 5, 12, 56, 67, 73, 74, 75, 90, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 144, 148, 155, 159, 162, 170, 182, 188, 249, 253, 278, 279, 280, 281, 283
- Frutuoso, Gaspar, 5, 26, 28, 28*n*, 30, 31, 32, 34, 56, 64, 75, 139*n*, 174
- fuelóleo, 218, 218*n*
- Fukuyama, Francis, 61
- Fuller, Buckminster, 130, 184, 188, 204
- fundos marinhos internacionais, 162
- fungível (token não fungível), 282; (quadro geológico não fungível), 261; (fungibilidade), 269; (*non-fungible token*), 261, 282
- fungo oídio, 103
- furacão Carla, 147, 148*f*
- furacão Lorenzo, 263
- Furnas, 35, 212, 216
- Furuhata, Yuriko, 8, 130, 134, 145, 148, 150, 154, 254, 278, 281
- Gagarin, Yuri, 142
- Galileo, 184
- galvanismo, 204*n*
- gás natural liquefeito, 56
- gasóleo, 218, 218*n*, 222
- géiseres, 212
- genotipagem, 121, 121*n*
- Gente Feliz com Lágrimas, 100
- Geografia* (obra), 154
- geopolítica, 5, 12, 17, 56, 135, 148, 154, 155, 163, 170, 178, 183, 188, 249, 277, 280, 281; (geopolítica vertical), 145; (geopolíticas verticais), 193, 216, 249; (geopolítica horizontal), 249
- geotermia, 212, 213, 217; (geotérmica), 210, 211*f*, 212, 213, 213*f*, 216, 217, 232*f*, (geotérmico), 209, 212, 216, 217, (geotérmicos), 213, (geotérmicas), 254
- gestão icónica, 99
- Ghosn, Rania, 8, 124, 130*n*, 164, 168, 182, 195, 217, 223, 258, 261, 262, 264, 266, 269, 272, 274
- Giedion, Sigfried, 28, 65
- Gilbert, Scott F., 119, 120, 124
- Glissant, Édouard, 14, 30, 54
- Godard, Jean-Luc, 88, 89
- Gonçalves, Miguel, 191
- Google Earth, 154; (Google), 130, 247, 255
- Gouveia, Paulo, 39, 40
- Governo Regional (dos Açores), 51, 73, 84, 87, 99, 106, 110, 118, 120, 123, 171, 185, 185*n*, 190, 192, 254, 255
- Goya, Francisco, 155*f*, 156
- GPS, 243
- Grã-Bretanha, 43, 162
- Graciólica, 222
- Graciosa (ilha), 28, 28*n*, 33*n*, 73, 77, 77*f*, 93, 98, 110, 222, 242, 244, 245*f*, 274
- Graham, Stephen, 145, 197, 261
- Gregotti, Vittorio, 5*n*, 7*n*, 277*n*
- Grosz, Elizabeth, 16
- Grotius, Hugo, 162
- Groys, Boris, 89, 90, 101, 282
- grupo central, 33*n*, 73, 77, 242, 243, 252, grupo ocidental, 22, 35, 93, 96, 243, grupo oriental, 73, 77
- grupos geradores, 218, 218*n*, 218*f*, 222, 225
- guerra colonial, 87
- Guerra Fria, 47, 243
- “Guerras do Bacalhau”, 162
- Haraway, Donna, 15, 120
- hardware*, 133, 133*n*
- Heidegger, Martin, 12, 15, 282, 283, 283*n*
- Heitor, Manuel, 185
- HMN Tech, 244
- HMS *Challenger*, 239, 241*f*, 243
- HMS *Endeavour*, 53

HMS *Sabrina*, 23
 holobionte, 119
 Horta, 35, 70, 73, 73*n*, 242, 242*n*, 243, 245
 hortênsias, 103, 104
 Hughes, Thomas P., 11
 Hugo, Victor, 178*n*
 Hui, Yuk, 121, 121*n*, 195, 197, 206
 humanidade, 11, 142, 143, 162, 162*n*, 204, 243
 identidade, 12, 13, 51, 61, 63, 64, 69, 70, 71, 73, 75, 77, 81, 84, 85, 87, 89, 90, 96, 100, 104, 279
 IITAA, 120
 “ilhas adjacentes”, 68, 81
 Ilhas Afortunadas, 21
 Ilhas Spratly, 55, 178
 incenseiro, 103
 incineração, 223, 225, 274, 275
 Indonésia, 162
 infraestruturas, 8, 10, 14, 15, 16, 47, 50, 53, 69, 74, 121, 125, 138, 150, 159, 182, 182*n*, 184, 185, 188, 191, 194, 204, 206, 207, 208, 210, 212, 213, 222, 223, 228, 232, 237, 244, 245, 249, 252, 253, 254, 255, 258, 261, 262, 264, 277, 278, 282, 283, (infraestrutura), 13, 14, 93, 118, 133*n*, 184, 188, 189, 194, 245, 247, 249, 253, 254; (essência infraestrutural), 8; (materialidade infraestrutural), 13; (continuidade infraestrutural), 14, 244, 252; (sistemas infraestruturais), 14; (aparelho infraestrutural), 191; (complexo infraestrutural), 232; (componentes infraestruturais), 237; (componente infraestrutural), 252; (conexão infraestrutural), 246; (construção infraestrutural), 249; (infraestruturas digitais), 253; (infraestruturas elétricas), 253; (infraestruturas dos cabos), 255; (sistema infraestrutural), 258; (enquadramentos infraestruturais), 279; (proteção infraestrutural), 281; (falha infraestrutural), 281; (espaço infraestrutural), 283
 Inglaterra, 23, 104, 161, 239, 243
 Instituto Geográfico Nacional de Espanha, 184
 Instituto Superior Técnico, 228
 insularidade, 51, 71, 75, 118, 120, 199, 244, 279
 Intelsat I, 142
 interioridade arquipelágica, 96, 99
 internet, 8, 64, 204, 246, 249, 253, 255
 Isaacman, Jared, 183
 Islândia, 39, 162, 210, 210*n*
 Israel, 47
 Japão, 39*n*, 46*f*, 157*n*, 162
 João, Maria Isabel, 61, 63, 68, 70, 70*n*, 71, 73, 89, 90, 98
 jurisdição, 11*n*, 12, 61*n*, 67, 75*n*, 139, 142, 157*n*, 162, 163, 174, 175

Katsikis, Nikos, 57, 106*n*, 123, 138, 159, 281
 Kepler, Johannes, 129
 Kittler, Friedrich, 8, 77, 89, 99, 100, 130
 Klinger, Julie Michelle, 9, 132, 138, 143, 188, 189, 191, 193
 Koolhaas, Rem, 208*f*, 209
 Kurdi, Aylan, 166
 Laboratório Nacional de Energia e Geologia, 228
 Lajes (Base das), 41*f*, 43, 46*f*, 47, 48*f*, 49, 50, 56, 57, 84*f*, 85, 146
 laranja (exportação de), 35, 104, 254
 Latour, Bruno, 6, 10, 11, 12, 13, 49*n*, 53, 130*n*, 154, 197, 268; (latouriano), 216; (latouriana), 268
 Le Corbusier, 62*f*, 90, 98*n*, 209*f*, 210
 Lefebvre, Henri, 6, 136, 164
 Lei do Espaço, 143, 188
 leis, 14, 30, 179, 279, 283
 leite, 106, 110, 112, 116, 118, 120, 121; (leiteira), 104, 106, 110, 112*f*, 118, 120, 278; (leiteiras), 106, 110, 114, 118, 119; (leiteiro), 110, 111*f*, 122*f*, 123
 LeoLabs, 184, 247
 Linha de Karman, 143, 188
 linhas de base, 157*n*, 158*f*, 159
 lixo, 16, 53, 269, 272, 274, 275, 282; (espacial), 138, 191, 247
 Lopez, Fanny, 209, 210, 247, 253, 254, 255, 262, 264, 268
 Lourenço, Eduardo, 87
 Macaronésia, 21, 22
 Mack, John, 53, 56, 159, 159*n*, 161, 170
 Madeira (arquipélago da), 21, 27, 27*n*, 28*n*, 30, 64, 68, 70, 70*n*, 71, 75, 85, 85*n*, 87, 106, 159, 174, 178, 240*f*, 241*f*, 246
 Magalhães, Fernão de, 178
 mais-do-que-humana, 114, 116, 119; (mais-do-que-humanas), 120; (mais-do-que-humano), 120; (mais-do-que-humanos), 114
 Málaga, 124
 Malásia, 55
 Malbusca, 185
 Malevich, Kazimir, 129, 153
 Manifesto Futurista, 50
 Mar Báltico, 252
 “mar de ar”, 150
 Mar Mediterrâneo, 178
 mar oceano, 5, 21, 139, 139*n*, 150, 159, 165
 mar territorial, 11*n*, 67, 75, 142, 157, 157*n*, 157*f*, 158*f*, 159, 162, 167*n*, 170, 174*n*, 175
 maracujás, 106
 “marca Açores”, 100
 Marconi, 93, 93*f*, (Companhia Portuguesa Rádio Marconi), 93
 Marinetti, 50
 Marinha de Guerra Francesa, 47
 Marinha dos Estados Unidos da América, 41*f*, 146,

- 147f
- maritório, 22, 22n, 40, 55, 56, 67n, 73n, 134, 135, 150, 163, 167, 167n, 169, 172, 178, 240, 252, 266, 281
- Marques (empresa), 262n, 264
- Marston Mat*, 43
- Masaccio, 153
- Massachusetts, 37
- Matejko, Jan, 189f, 190
- Mau Tempo no Canal* (obra), 243
- McLuhan, Marshall, 16, 16n, 99, 101, 239
- Média, 7, 7n, 8, 8n, 15, 17, 61n, 77, 89, 90, 93, 99, 100, 101, 145, 150, 277, 279, 280, 283; (Idade Média), 5, 154; (mediáticas), 8; (mediática), 13, 16, 17, 77, 100; (mediação), 8, 14, 15, 50, 67, 81, 84, 87, 93, 98, 100, 101, 165, 171, 183, 279, 280, 283; (mediações), 277; (mediático), 8, 279; (mediatizados), 11; (mediado), 28, 96, 98, 150, 197; (mediadas), 30, 77, 99, 136, 143, 193, 279; (“espaços submediais”), 90; (mediar), 100, (*re-medar*) 188; (medial), 150; (mediadores), 171
- melhoramento genético, 121
- Ménard, Raphaël, 204, 237
- Menezes, Gui, 190
- Meta, 247
- metano, 120, 122f, 123
- metrosídero, 103; (metrosíderos), 104
- MH370, 166
- Microsoft, 247
- milho, 35, 104
- Ministério do Mar, 139
- mistérios (geológicos), 103
- mitos, 5, 51, 60, 61, 63, 64, 65, 98, 183
- “mix energético”, 209n, 218
- Moby-Dick*, 37
- Moçambique, 88, 89
- modernidade, 11, 14, 49n, 50, 51, 53, 65, 85, 121, 133, 134, 154, 278, 280; (modernidades), 262
- Moe, Kiel, 203, 204, 206, 210, 229
- Monbiot, George, 124, 125, 206
- Mondzain, Marie-José, 100
- Monge* (navio), 47
- monstros, 156
- monstruoso, 50, 134, 181, 182, 185, 281; (monstruosidade), 182
- Monte Brasil, 33, 35
- More, Thomas, 30
- Moreno, Joaquim, 93, 98
- Morin, Edgar, 53
- Morse, Samuel, 239
- Mota, Aristides Moreira da, 70
- Mouchot, Augustin, 229
- Movimento Oceano Livre*, 139
- Mumford, Lewis, 203, 229
- MUSAMI, 274
- Museu Carlos Machado, 74
- museu subaquático, 168
- Nabokov, Vladimir, 217
- nação, 61, 61n, 68, (Estado-nação), 12, 75; (espacial), 144, 145
- não-humanos, 12, 114, 120, 121, 195, 278; (não-humano), 5
- Narciso, 100
- “natureza”, 5, 8, 11, 12, 15, 49n, 104, 120, 124, 135, 155, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 172, 203, 237, 258, 279
- NAV Portugal, 185
- Nemésio, Vitorino, 13, 37, 37n, 63, 70, 71, 85, 89, 89n, 90, 98, 99, 243
- neocolonial, 49
- Netflix, 282
- neutralidade carbónica, 55, 204
- “New Space”, 182
- NextGenerationEU, 204
- Niemeyer, Oscar, 206
- Norte de África, 41f, 125
- Norvento, 231
- Nova Bauhaus Europeia, 204
- Nova Rota da Seda, 56
- nuvens, 17, 83, 139f, 145, 146, 150, 154n, 216, 253, 279, 280
- O Barco e o Sonho, 100
- Obrist, Hans Ulrich, 30, 54
- obsolescência, 47, 93, 161, 237, 246, 282
- Oceano Atlântico, 30, 35, 139, 139n, 199, 210
- Oceano Índico, 53, 154
- oceanografia, 161, 166n, 239
- Olbers, Heinrich Wilhelm, 129
- ondas, 21, 31, 32, 37n, 88, 178n, 228; (nuvens de ondas), 139
- ondas de rádio, 243, 244
- “ontologia plana”, 13
- ONU, 172, 174, 204
- órbita, 138, 142, 143, 188, 247; (terrestre baixa), 184; (lançamentos suborbitais), 188; (domínios orbitais), 188; (congestionamento orbital), 191; (“órbitas de cemitério”), 247; (espaço orbital), 143
- Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, 170, 171
- ordem fixa, 110, 111f, 112, 113f
- ordem móvel, 106, 106f
- organizações hierárquicas (dos sistemas energéticos), 210
- Otto, Frei, 130, 131f
- Pacífico (ilhas), 53, 55, 159; (Oceano), 161, 178n
- Pacto Ecológico Europeu, 204
- PAE, 266, 268
- Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, 104
- panótico, 153
- Parent, Claude, 204, 206
- Parente, José Costa, 87
- Parikka, Jussi, 15n

- Parks, Lisa, 192, 282
- Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, 56
- Parque Eólico da Serra Branca, 222
- Parque Eólico do Salão, 231, 231f
- Parque Eólico dos Graminhais, 237f
- Parque Fotovoltaico Pão de Açúcar, 228f, 231
- Parques Arqueológicos Subaquáticos, 168, 169
- pastel, 27, 34, 34n, 35
- pecuária, 16, 104, 114, 120, 123, 124, 125, 280
- pegada agrícola, 125, 280
- pesca, 37n, 39, 100, 157n, 159, 161, 169, 252; (INN), 163
- Pessoa, Fernando, 21
- Peters, John Durham, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 17, 129, 130, 145, 148, 150, 165, 166, 178, 249, 255, 277, 282, 283
- petróleo, 55, 157, 172, 204, 207n, 208n, 213, 216, 217, 218; (campo petrolífero), 55
- Pico (ilha do), 28, 30, 32, 35, 37, 37f, 38f, 40, 43, 43n, 48f, 73, 77, 77f, 89, 93, 98, 103, 104, 110, 116, 149f, 204f, 211, 213, 218f, 223, 225f, 228, 242, 245f, 249f, 252, 252n, 269f, 274
- pinheiros, 104
- pirataria, 17, 27, 130
- Plano de Situação, 168
- plataforma continental, 67, 75, 75n, 139, 156, 157, 157n, 157f, 159, 162, 171, 172, 174, (Extensão da Plataforma Continental), 16, 136, 139, 139n, 281; (Proposta), 56, 75, 157f, 158f, (Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental), 156; (EPC), 16, 17, 159, 163, 172, 175, 281
- “Polaris Dawn”, 183
- Polónia, 61, 110
- poluição, 255, 262; (neocolonial), 49
- Ponta Delgada, 32, 35, 42f, 43, 70, 73, 73n, 77, 80f, 85, 86f, 96f, 99, 105f, 112, 112n, 144f, 242, 246, 254, 255, (das Flores) 51f
- porto espacial, 16, 17, 143, 182, 183, 185, 188, 191, 195, 197, 199, 281
- pós-humano, 64; (pós-humanista), 64
- povoamento, 11, 22, 28, 30, 31, 33n, 75, 98, 103, 104
- “práticas territoriais”, 11, 12, 14, 65, 169, 279
- predestinação territorial, 12
- Price, Cedric, 189, 192
- Primeira Guerra Mundial, 42f, 43, 70, 130
- Proclamação Truman, 157
- “Programa de Leite Vacas Felizes”, 106, 112
- PRR, 56, 121, 185, 212, 255
- Ptolomeu, 154; (ptolemaica), 178
- pulverização de ondas, 145
- Quental, Antero de, 69, 70
- Quonset Hut, 43
- radar, 47, 89, 93, 130, 147, 148f, 184, 194f
- rádio, 8, 47, 85, 87, 88f, 89, 96, 210n, 243, 244; (radiofone), 39; (rádios), 50; (radiodifusão), 64
- radioatividade, 47, 49, 148; (radioativo), 49; (resíduos radioativos), 282
- reciclagem, 218, 269, 272, 274, 275
- recursos, 10, 15, 135, 138, 159, 161, 162, 169, 172, 175, 178, 183, 188, 193, 209, 212, 213, 225, 229, 247, 258, 261, 262, 264, 265, 266, 268, (minerais), 139, 258, 261, 266, 268, (naturais), 75n, 124, 143, 157, 159, 229, (marinhos), 157n, 172, (extração de), 163, 258, (de energia), 211, (energéticos), 217
- Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, 184
- Rede de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores, 74
- rede (frequência), 210, 232, 232n
- redes, 150, 232, 254; (sociais), 8; (elétricas), 14, 150, 210, 279; (de satélites), 150; (espaço de), 165; (de distribuição), 237, 239; (de arrasto), 243, 252; (de cabos), 243, 244, 247, 249; (móveis), 244, 245; (digitais), 247; (insulares), 253; (microrredes), 254
- redundância, 14, 32, 150, 218, 222, 237, 245, 246, 253, 261; (energética), 210
- Região Autónoma dos Açores, 16, 56, 71n, 72f, 87, 207, 208n, 279, (Governo da), 139, 190; (RAA), 16, 67, 73, 74n, 81, 163, 165, 166, 179
- Região Ultraperiférica, 121, 161
- Regiões Autónomas, 68, 71, 171
- reificação territorial, 71, 73, 81, 179
- Reino Unido, 23, 110, 143, 162
- réis, 35, 35n, 70, (réis *fracos*), 70
- Renascimento, 154
- Restauração da Independência, 35
- Revolução Francesa, 61, 161n
- Revolução Liberal, 68
- Ribeira Grande, 35, 212, 257, 259f, 260f, 262n, 263f, 265f
- Ribeiro, Luís da Silva, 63, 70, 71, 75, 85
- Rio Grande do Sul, 134
- RMS *Slavonia*, 243
- Rocket Factory Augsburg, 185
- romaria, 31; (romarias), 32; (romeiros), 32
- rotas marítimas, 17, 56
- Royal Air Force*, 43, 85
- RTP Açores, 16, 51, 74, 83f, 84, 85, 87, 89, 90, 93, 96, 99, 279
- RTP Internacional, 96
- RTP2, 93
- ruminação, 120; (ruminantes), 118, 123n
- Rússia, 61, 162, 252
- Sabrina (ilha), 22, 23, 178
- Sacyr Somague, 264

- Sadao, Shoji, 130
- sal, 35, 35*n*
- Santa Maria, 16, 17, 22, 22*n*, 23*n*, 28, 29*f*, 30, 35, 41*f*, 43, 43*f*, 47, 50, 73, 77, 89, 93, 98, 110, 116, 136, 143, 143*f*, 172*f*, 174, 182, 183, 184, 184*f*, 185, 185*f*, 188, 189, 190, 191, 192, 194*f*, 195, 197, 198, 199, 207, 212, 222*f*, 231, 274, 281
- Santo Cristo (culto do Senhor), 16, 70, 77, 80*f*
- Sanz, Víctor Muñoz, 106, 106*n*, 114, 121, 125, 278
- São Jorge, 28, 37, 73, 77; (São-Jorge), 98, 110, 223, 228, 237*f*, 242, 252, 274
- São Miguel, 11, 22, 26, 28, 29*f*, 30, 31*f*, 32, 33*f*, 35, 39*f*, 40, 42*f*, 43, 50, 67*f*, 70, 71, 73, 74, 77, 80*f*, 83, 85, 87, 89, 89*n*, 90, 91*f*, 93, 93*f*, 96, 96*n*, 98, 99, 101*f*, 104, 106, 106*f*, 110, 111*f*, 112*n*, 113*f*, 115*f*, 116*n*, 117*f*, 118, 122*f*, 132*f*, 145, 208*n*, 209*n*, 211*f*, 212, 213, 216, 218*n*, 222, 225, 225*f*, 232, 232*f*, 237*n*, 243, 247, 254, 257, 257*n*, 259*f*, 260*f*, 262, 262*n*, 263*f*, 264, 264*n*, 265*f*, 266*n*, 267*f*, 274, 280
- satélite, 77, 142, 191, 199, 243, 244, 245; (satélites), 93, 132, 137, 138, 142, 143, 150, 184, 191, 192, 204, 229, 244, 246, 247; (Constelação de Satélites do Atlântico), 57; (Estação Terrena de Satélites, São Miguel), 91*f*, 93, 93*f*; (Estação de Satélites da ilha das Flores), 96, 96*f*; (Estação de Satélites da ilha Terceira), 91*f*; (Programa Internacional do Atlântico de Lançamento de Satélites), 143; (minissatélites), 182, 185
- Schedel, Hartmann, 21, 21*f*
- Schnitzer, Johannes, 154
- Seabed 2030, 154
- sector primário, 106
- Segunda Guerra Mundial, 38*n*, 40, 43, 47, 87, 89, 130, 207, 243, 253
- Selvagens, 174, 174*n*
- semeadura de nuvens (*cloud seeding*), 17, 145, 146, 280
- sensor (de infravermelhos), 112; (de pernas), 112; (ótico), 184
- sereias, 88, 156
- seres míticos, 156
- Serviço Açoriano de Transportes Aéreos, 50
- Serviço Meteorológico dos Açores, 16, 145
- Serviço Meteorológico Internacional, 145, 242
- Serviço Meteorológico Nacional, 145
- sesmarias (sistema de), 30
- Shelley, Mary, 17, 204*n*, 277
- SIC, 93
- SIGMAR, 170
- Silicon Valley, 184
- simbiontes bacterianos, 116, 120
- Simondon, Gilbert, 12, 150
- simulacro, 89, 99, 100, 281
- Sistema Geotérmico Aprimorado, 216
- Sloterdijk, Peter, 8, 8*n*, 11, 12, 14, 51, 60, 63*n*, 64, 65, 81, 90, 93, 100, 130, 132, 133, 134, 148, 150, 154, 155, 156, 163, 181, 192, 195, 197, 210, 278, 279, 283; (sloterdijkiano), 98, 185, 262; (sloterdijkiana), 278
- smartphone*, 121; (*smartphones*), 114, 119
- Snyder, Timothy, 61, 63
- soberania, 5, 10, 23, 61, 67, 71*n*, 75*n*, 130, 142, 143, 159, 162, 163, 166, 169, 171, 174, 247
- sociedade arquipélago, 96
- Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*, 104
- Solaris*, 53
- sondas, 239
- Sonimage, 88
- SOS (sinal), 243
- “Space Rider”, 184
- SpaceX, 131, 132, 132*f*, 183
- Spilhaus, Athelstan Frederick, 167*f*
- Spotify, 282
- Sputnik, 142, 150
- Star Trek*, 145
- Starosielski, Nicole, 150, 207, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 252, 253, 255, 282
- Stein, Gertrude, 178
- Stengers, Isabelle, 8, 17, 192, 265
- submarino (*Deutschland*), 43; (*USS Scorpion*), 47; (antissubmarino), 41*n*, 47
- T. Kirk, James, 145
- tabaco, 104
- Taiwan, 55
- Tange, Kenzo, 130, 131*f*
- “Tarifa Açores”, 99
- Tavares, Paulo, 264
- técnica, 11, 12, 15, 17, 40, 64, 90, 93, 133, 145, 178, 178*n*, 195, 206, 217, 274, 283; (poética), 5; (técnicas), 6, 16, 99, 104, 135, 145, 146, 279; (animação técnica), 8; (“técnicas culturais”), 8*n*, (técnicas da navegação), 23; (“antropotécnicas”), 65; (técnica jurídica), 71; (sociotécnicas), 123; (técnicas de ordenha), 124; (técnicas de prática estatal), 135; (“reprodutibilidade técnica”), 178; (infraestrutura técnica), 188; (estrutura técnica), 188; (“paisagens técnicas de controlo”), 191
- tecno-esperança, 64, 182, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 199
- tecno-eventos, 64
- tecno-territorial, 64
- tecnoestruturas, 15, 16, 150, 237, 275, 283, (tecnoestrutura), 64, 178, 277, 282
- tecnologia, 8, 11, 12, 15, 28, 55, 85, 100, 101, 104, 112, 121, 131*n*, 145, 178, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 197, 199, 207, 212, 229, 237, 244, 247, 264, 278, 281, 283; (tecnologias), 148, 150, 188, 192, 240, 243, 255, 258, 274, 282; (tecnologia

- política), 75; (tecnologias políticas), 12, 138, 168, 283, (tecnologias de mitigação), 124; (tecnologias de restauro ecológico), 124, 125, 280; (tecnologias de cultivo da chuva), 145; (tecnologias de satélite), 243; (tecnologia de sinais sem fios), 244; (tecnologia de fibra ótica), 246; (tecnologia da “nuvem”), 254
- “tecnopaisagem”, 182
- Tecnovia, 264
- telegrafia, 243; (submarina), 56; (sem fios), 243; (telegrafias ótica e semafórica), 35
- telégrafo, 35, 210*n*, 239, 239*n*, 246
- telegrama, 239
- Telegraph Construction & Maintenance Company, 242
- telespectador, 87, 98; (telespectadores), 84, 93, 98, 100
- televisão, 8, 16, 51, 64, 65, 77, 83, 84, 84*f*, 85, 85*f*, 87, 88, 89, 90, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 116, 145, 277
- Teoria Heliocêntrica, 190
- TERAMB, 223, 223*f*, 269*f*, 272*f*, 273*f*, 274, 275,
- Terceira (ilha), 23*n*, 28, 29*f*, 30, 33, 34, 34*f*, 35, 43, 47, 50, 56, 56*f*, 73, 74, 77, 85, 88*f*, 89, 90, 91*f*, 93, 98, 99, 110, 116, 146, 212, 213, 213*f*, 218, 218*f*, 222, 223, 225, 232, 232*f*, 242, 245*f*, 247, 252, 269*f*, 272*f*, 273*f*, 274, 282
- Tereshkova, Valentina, 142
- termodinâmica, 204, 206, 212*n*, 216; (termodinamicamente), 204, 255
- terrain vague*, 156, 159, 163, 172, 240, 252, 281
- territorialidade, 6, 7, 9, 10, 12, 68, 98, 130, 144, 163, 167, 168, 170, 199, 249; (terrâquea), 168; (territorialidades), 49, 63, 64, 81, 137, 210, 264, 278, 280; (territorialidade flexível), 7
- território, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 22, 23, 26, 27*n*, 28, 32, 35*n*, 43, 47, 49, 50, 53, 54, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 71, 74, 75, 77, 81, 83, 85, 89, 90, 98, 99, 100, 101, 104, 110, 121, 123, 124, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 142, 143, 144, 147, 150, 154*n*, 157, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 167*n*, 168, 169, 170, 172, 174, 178, 179, 182, 185, 191, 192, 210, 237, 244, 245, 252, 253, 258, 261, 266, 268, 269, 275, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283; (oceânico), 165; (não fungível), 261, 282; (territórios), 28*n*, 57, 68, 74, 87, 135, 136, 137, 138, 162, 183, 194, 210, 216, 232, 261, 277, 278, 279, 281, 283
- Thales Edisoft Portugal, 184, 185
- ThothX, 93
- THUMS, 55
- Tillard, James, 23
- trabalho (humano e não-humano), 118, 119, 125, 203, 204, 206
- transportes, 10, 32, 35, 53
- Tratado de Tordesilhas, 27, 133
- trigo, 34, 34*n*, 35, 104
- Trinity House, 243
- Tupaia, 53
- TUPEM, 172
- turismo, 119, 165, 166, 168, 169, 170, 183, 213, 225, 274; (atividades turísticas), 165, 168, 169, 170, 195
- TVI, 93
- Ucrânia, 61, 207
- “últimas fronteiras”, 133, 137, 155, 281; (“última fronteira”), 139, 145
- UNESCO, 104, 228
- urbano, 7, 8, 11, 14, 56, 57, 130, 137, 138, 156, 164, 165, 170, 171, 210, 213, 237, 254, 255, 257, 258, 261, 262, 269, 275
- utopia, 30, 30*n*, 65, 183
- vacas, 12, 16, 103, 104, 106, 110, 112, 114, 118, 120, 124, 125, 164, 280
- Valência, 124
- van Linschoten, Jan Huygen, 56, 56*f*
- Vestefália (Tratado), 61
- Viatel, 244
- Vietname, 55
- vigilância metabólica, 112, 114
- Vila do Porto, 43, 43*f*, 184*f*, 191
- Vila Franca do Campo, 26, 31, 208*n*
- vinha, 35, 37; (vinho), 27, 35, 35*n*
- Virgin Galactic, 131
- vírus, 12, 49*n*, 118, 121
- “volta pelo largo”, 26
- von Humboldt, Alexander, 150
- Vriesendorp, Madelon, 208*f*, 209
- vulcanismo, 17, 31, 211; (vulcões), 212
- Warburg, Aby, 15
- Weizman, Eyal, 12, 14
- Western Union Telegraph Company, 243
- whale watching*, 39
- Wigley, Mark, 11, 114, 138, 189, 243, 245, 264
- Williams, Raymond, 85, 85*n*, 99, 101
- Xailes Negros, 100
- YouTube, 282
- Zenghelis, Zoe, 209, 209*n*
- Žižek, Slavoj, 124, 183, 191, 195
- Zona Contígua, 157*f*, 158*f*, 159
- Zona Económica Exclusiva, 56, 75, 75*n*, 157, 157*f*, 158*f*, 159, 162, 170, 172, 174; (ZEE), 75, 159, 162, 163, 174, 174*n*, 175
- 25 de abril (de 1974), 47, 51, 70*n*, 71, 85, 85*n*, 87, 212; (Revolução dos Cravos), 49, 87
- 5G, 244, 255

